

9º RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ANDAMENTO DO PBA E DO ATENDIMENTO
DE CONDICIONANTES

CAPÍTULO 2 – ANDAMENTO DO PROJETO BÁSICO AMBIENTAL

Anexo 7.4 – 1 – Análise dos Indicadores

SUMÁRIO – ANEXO DE EVOLUÇÃO DOS INDICADORES

1.	Dimensão: Demografia e Migração	3
1.1.	Indicador “1. Projeção demográfica dos municípios da AID e monitoramento populacional das localidades de interesse”	3
2.	Dimensão: Saneamento	15
2.1.	Indicador “2. Evolução do número de novas ligações elétricas realizadas”	15
2.2.	Indicador “3. Evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza”	15
2.3.	Indicador “4. Evolução do número de ligações de água”	27
3.	Dimensão: Comércio, Indústria e Serviços	31
3.1.	Indicador “5. Evolução do número de empregos diretos relacionados ao empreendimento”	31
3.2.	Indicador “6. Evolução da frota de veículos com placa no município”	32
4.	Dimensão: Educação	57
4.1.	Indicador “7. Evolução do número de matrículas nas escolas”	57
4.2.	Indicador “8. Evolução do número de professores”	90
5.	Dimensão: População em Risco Social	102
5.1	Indicador “9. Alteração no quadro de partos entre crianças e adolescentes”	102
5.1.	Indicador “10. Alteração no número de atendimentos em assistência social”	117
5.2.	Indicador “11. Alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente”	149
6.	Dimensão: Saúde	174
6.1.	Indicador “12. Casos de doenças e endemias transmissíveis”	174
6.2.	Indicador “13. Taxa de mortalidade infantil”	188
6.3.	Indicador “14. Mortalidade por doença diarreica aguda em menores de cinco anos de idade”	188
6.4.	Indicador “15. Percentual de cobertura do PSF em relação à população total”	189
6.5.	Indicador “16. Número de médicos por 1.000 habitantes”	190
7.	Dimensão: Habitação	192
7.1.	Indicador “17. Evolução do número de novas construções e de loteamentos”	192
8.	Dimensão: Finanças Públicas	211
8.1.	Indicador “18. Percentual da arrecadação municipal própria em relação ao total”	211

8.2.	Indicador “19. Evolução da receita municipal”	214
9.	Dimensão: Segurança Pública	230
9.1.	Indicador “20. Evolução do número de ocorrências policiais”	230
9.2.	Indicador “21. Número de policiais por 1.000 habitantes”	272
9.3.	Indicador “22. Número de viaturas policiais”	272
9.4.	Indicador “23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes”	273
10.	Dimensão: Agropecuária	279
10.1.	Indicador “24. Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf)”	279
10.2.	Indicador “25. Evolução nos preços de produtos agrícolas”	294
10.3.	Indicador “26. Evolução na área total de produção agrícola”	309
11.	Dimensão: Condições de Vida	322
11.1.	Indicador “27. Alteração da composição familiar”	322
11.2.	Indicador “29. Avaliação acerca das condições da saúde”	323
11.3.	Indicador “28. Avaliação acerca das condições de ensino/escola”	323
11.4.	Indicador “30. Alteração na escolaridade da população”	324
11.5.	Indicador “31. Evolução nos benefícios recebidos de programas governamentais”	325
11.6.	Indicador “32. Evolução nos indicadores de trabalho e renda (inclusive dos familiares)”	326

ANEXO 7.4-1 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DO 7.4 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

1. Dimensão: Demografia e Migração

1.1. Indicador “1. Projeção demográfica dos municípios da AID e monitoramento populacional das localidades de interesse”

a) Projeção demográfica

Nesta atual projeção demográfica foram levados em consideração os dados coletados de matrículas e de contratações do CCBM até novembro de 2015. Tais informações foram importantes para se constatar, por um lado, que o ritmo de contratação dos trabalhadores das obras civis vem diminuindo nos últimos meses, mas em um ritmo menor que o estimado nas projeções demográficas anteriores. Por outro lado, se confirma que o número de matrículas em Altamira, principal município afetado pelo fluxo populacional, vem decrescendo em 2015, desde o início, mas tal tendência se confirmou de maneira consistente no segundo semestre. Nos anos anteriores, no início do segundo semestre se constatava aumento de alunos, por conta de agosto/setembro serem um período de recebimento de transferências de matrículas. Todavia, no segundo semestre de 2015 tal fato não ocorreu, e houve declínio constante de alunos desde agosto.

Por conta dessas variáveis, a presente projeção continua a mostrar o decréscimo populacional em Altamira e Vitória do Xingu, relacionados ao empreendimento. Quanto aos demais municípios da AID, a projeção mostra que não há uma correlação direta entre a UHE Belo Monte e sua população. Em outros termos, Anapu continua a tendência de crescimento populacional, o que ocorre desde o ano 2000, ao passo que Brasil Novo e Senador José Porfírio mantêm a tendência de decréscimo populacional desde 2010, sendo que, no caso de Brasil Novo, houve apenas um pequeno aumento em 2012, por conta de uma invasão na sede municipal. Como se trata de município com pequeno número de habitantes, mesmo esses fatores externos, por menos significativos que sejam em termos absolutos, faz com que isso seja percebido na projeção populacional.

Como se poderá verificar na **Figura 7.4-1** e **Quadro 7.4-1**, os dados de todos os municípios mantiveram-se os mesmos em relação àqueles apresentados no 3º Relatório Trimestral até setembro de 2015. Porém, nesta nova projeção baseada em dados mais recentes, houve alteração na população estimada a partir de dezembro de 2015 para Altamira e Vitória do Xingu, principalmente por conta do menor ritmo de decréscimo de contratações do CCBM, como já destacado acima. Ressalte-se, no entanto, que se confirma a tendência de queda populacional, visto que o pico do fluxo já ocorreu em dezembro de 2014, em Altamira (140.808), permanecendo estável ao longo dos próximos meses. Porém, a partir de junho de 2015, a tendência de queda de população começou a se esboçar. No caso de Vitória do Xingu, o total de população é muito mais dependente das variações do processo de contratação de mão de obra direta do CCBM. Assim, o pico se deu em junho de 2014, com 44.152 moradores,

decaindo no final do ano, mas revertendo essa queda, chegando quase que ao mesmo número em março de 2015, mas com clara tendência de queda populacional a partir de junho, fato esse que irá se acentuar desse ponto em diante.

O que difere um pouco em relação à última projeção são os números absolutos a partir de setembro de 2015. No caso de Altamira, ao se comparar esta projeção com a anterior, nota-se que na estimativa de outubro, para dezembro de 2015 havia -1.227 pessoas em relação a esta projeção. Ou seja, agora se estima que a população em dezembro deverá ser de 133.001 ante 131.774, por conta do já referido menor ritmo de diminuição de contratações do CCBM. Para junho de 2016, a projeção anterior apresentava -1.109 moradores em relação a esta (129.338 ante 130.447). De qualquer modo, saliente-se que, esses números são significativamente menores que o pico de população, de 140.808 em dezembro de 2014. Portanto, já ocorre efetivamente o decréscimo populacional em Altamira.

No caso de Vitória do Xingu, a projeção de setembro de 2015 apresentou -211 moradores em relação a esta projeção, ou 24.997 ante 25.208 da atual. Trata-se de uma variação muito pequena em termos absolutos, mas igualmente é reflexo do menor ritmo de queda nas contratações do CCBM. Para junho de 2016, a projeção anterior apresentava -202 moradores, ou 23.910 ante 24.112 desta projeção. Tal qual ocorre em Altamira, Vitória do Xingu já apresenta significativa queda populacional.

Ressalte-se que os ajustes ocorridos nesta projeção demográfica serão revistos para mais ou para menos, a depender do ritmo efetivo de queda do número de trabalhadores diretamente contratados pelo CCBM nos próximos meses. Caso ele se intensifique, naturalmente, a própria projeção será novamente revista, uma vez que essa variável é uma das que mais impactam as estimativas populacionais, juntamente com a evolução de matrículas.

Em relação aos demais municípios da AID, como já mencionado, Anapu continuará com tendência de aumento populacional, independentemente do empreendimento em termos gerais. De qualquer maneira, o monitoramento estará atento a eventuais fatores externos, como a Linha de Transmissão que, a depender da forma de contratação das empresas ligadas à sua construção, e onde alojarão os seus contratados, poderá trazer algum impacto ao município no futuro.

Quanto a Brasil Novo e Senador José Porfírio, como destacado desde o início dos estudos do Programa 7.4, há tendência de constante diminuição de população, por se tratarem de municípios sem muitos atrativos econômicos para a população. O que se nota, principalmente em Brasil Novo, pela evolução de matrículas, é que há tendência da população rural se dirigir à sede urbana, em busca de melhores serviços. Mas isso não reverte a tendência de queda na população. Já a tendência de diminuição de moradores de Senador José Porfírio fica na dependência da efetivação de empreendimentos externos, como a mineração Belo Sun, no Trecho de Vazão Reduzida. A depender do número de população atraída, haverá significativa alteração na população do município, visto se tratar de localidade com pequeno número de habitantes.

Caso não ocorram fatos externos ao empreendimento, o pico da população para os cinco municípios da AID ocorreu em março de 2015, com 240.982, como pode ser verificado na **Figura 7.4-1** e **Quadro 7.4-1** já mencionados.

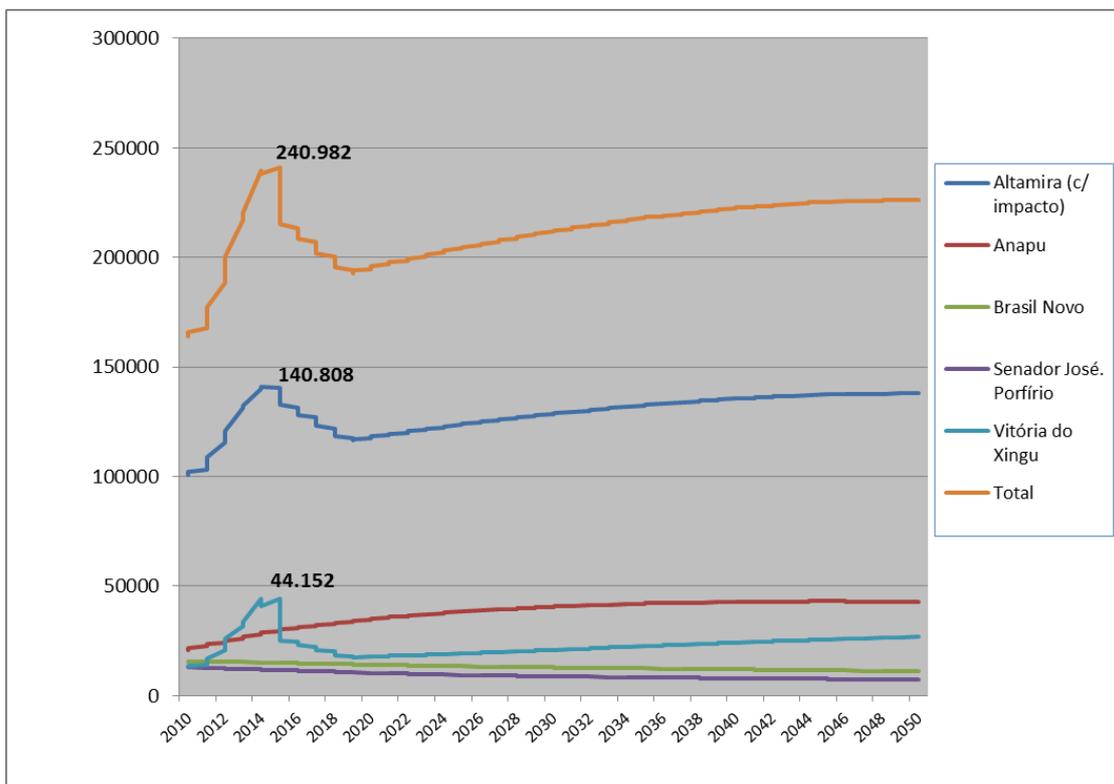


Figura 7.4 - 1 – Populações projetadas para os municípios da AID com o impacto da construção da UHE Belo Monte, considerando o cenário esperado, com periodicidade semestral de 2010 a 2014 e 2021 a 2050 e, trimestral, de 2015 a 2020 (atualização do 3º Relatório Trimestral)

Fonte: CNEC WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 1 – Populações projetadas para os municípios da AID com o impacto da construção da UHE Belo Monte, considerando o cenário esperado, com periodicidade semestral de 2010 a 2014 e 2021 a 2050 e, trimestral, de 2015 a 2020 (atualização do 3º Relatório Trimestral)

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
30/06/2010	100.930	20.601	15.735	13.082	13.469	163.817
31/12/2010	101.941	21.540	15.637	12.940	13.707	165.765
30/06/2011	102.938	22.478	15.538	12.797	13.938	167.689
30/12/2011	108.687	23.416	15.440	12.655	16.894	177.092
30/06/2012	115.475	24.354	15.342	12.512	20.714	188.397
31/12/2012	120.967	25.292	15.557	12.370	26.154	200.340
30/06/2013	131.115	26.230	15.457	12.228	31.878	216.908
31/12/2013	132.152	27.168	15.357	12.085	33.728	220.490
30/06/2014	140.190	28.106	15.257	11.943	44.152	239.648

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
31/12/2014	140.808	29.045	15.157	11.800	41.121	237.931
31/03/2015	140.573	29.514	15.106	11.729	44.060	240.982
30/06/2015	139.863	29.983	15.056	11.658	40.629	237.189
30/09/2015	136.790	30.226	15.010	11.596	35.346	228.968
31/12/2015	133.001	30.469	14.963	11.535	25.208	215.176
31/03/2016	131.286	30.712	14.917	11.473	24.660	213.048
30/06/2016	130.477	30.954	14.871	11.411	24.112	211.825
30/09/2016	129.258	31.197	14.824	11.350	23.544	210.173
31/12/2016	128.040	31.440	14.778	11.288	22.975	208.521
31/03/2017	126.821	31.683	14.731	11.226	22.408	206.868
30/06/2017	125.602	31.926	14.685	11.165	21.839	205.217
30/09/2017	124.383	32.169	14.638	11.103	21.273	203.566
31/12/2017	123.165	32.412	14.592	11.041	20.708	201.917
31/03/2018	121.946	32.655	14.545	10.980	20.139	200.265
30/06/2018	120.728	32.898	14.499	10.918	19.571	198.614
30/09/2018	119.510	33.141	14.452	10.857	19.002	196.963
30/12/2018	118.292	33.384	14.406	10.795	18.434	195.311
31/03/2019	117.329	33.627	14.359	10.733	17.968	194.016
30/06/2019	116.365	33.869	14.313	10.672	17.502	192.721
30/09/2019	116.723	34.112	14.266	10.610	17.567	193.278
31/12/2019	117.080	34.355	14.220	10.548	17.632	193.835
31/03/2020	117.441	34.598	14.173	10.487	17.696	194.395
30/06/2020	117.802	34.841	14.127	10.425	17.762	194.958
30/09/2020	118.088	35.014	14.092	10.379	17.834	195.406
31/12/2020	118.373	35.186	14.058	10.333	17.905	195.855
30/06/2021	118.943	35.530	13.988	10.241	18.048	196.750
31/12/2021	119.513	35.875	13.919	10.150	18.192	197.649
30/06/2022	120.084	36.220	13.849	10.058	18.336	198.547
31/12/2022	120.655	36.565	13.780	9.966	18.479	199.444
30/06/2023	121.225	36.909	13.711	9.874	18.622	200.341
30/12/2023	121.795	37.254	13.641	9.783	18.765	201.238
30/06/2024	122.365	37.599	13.572	9.691	18.908	202.136
31/12/2024	122.936	37.944	13.503	9.599	19.052	203.034
30/06/2025	123.507	38.288	13.433	9.507	19.195	203.929
31/12/2025	123.999	38.520	13.381	9.441	19.357	204.699
30/06/2026	124.492	38.751	13.330	9.375	19.520	205.468
31/12/2026	124.985	38.982	13.278	9.308	19.683	206.236
30/06/2027	125.478	39.213	13.226	9.242	19.846	207.004
30/12/2027	125.970	39.444	13.174	9.175	20.008	207.772
30/06/2028	126.463	39.676	13.123	9.109	20.171	208.542
31/12/2028	126.956	39.907	13.071	9.043	20.333	209.310

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
30/06/2029	127.448	40.138	13.019	8.976	20.496	210.077
31/12/2029	127.941	40.369	12.967	8.910	20.658	210.846
30/06/2030	128.434	40.600	12.916	8.844	20.821	211.615
31/12/2030	128.834	40.741	12.871	8.794	20.989	212.229
30/06/2031	129.236	40.883	12.826	8.744	21.158	212.846
30/12/2031	129.637	41.024	12.782	8.693	21.325	213.461
30/06/2032	130.038	41.165	12.737	8.643	21.494	214.077
31/12/2032	130.439	41.306	12.692	8.593	21.662	214.691
30/06/2033	130.840	41.447	12.648	8.543	21.829	215.307
31/12/2033	131.241	41.588	12.603	8.493	21.998	215.923
30/06/2034	131.643	41.729	12.559	8.443	22.165	216.539
31/12/2034	132.044	41.870	12.514	8.393	22.334	217.155
30/06/2035	132.444	42.011	12.469	8.343	22.502	217.769
31/12/2035	132.742	42.088	12.426	8.304	22.664	218.224
30/06/2036	133.041	42.166	12.383	8.264	22.825	218.680
31/12/2036	133.339	42.243	12.340	8.225	22.987	219.134
30/06/2037	133.637	42.321	12.297	8.185	23.149	219.589
31/12/2037	133.935	42.398	12.254	8.146	23.312	220.045
30/06/2038	134.233	42.475	12.211	8.107	23.473	220.500
31/12/2038	134.531	42.553	12.168	8.067	23.635	220.955
30/06/2039	134.829	42.630	12.125	8.028	23.797	221.409
31/12/2039	135.127	42.708	12.082	7.988	23.959	221.864
30/06/2040	135.426	42.785	12.038	7.949	24.121	222.318
31/12/2040	135.615	42.814	11.994	7.916	24.267	222.606
30/06/2041	135.806	42.844	11.950	7.884	24.414	222.898
31/12/2041	135.996	42.873	11.906	7.851	24.560	223.186
30/06/2042	136.185	42.903	11.861	7.819	24.706	223.474
31/12/2042	136.375	42.932	11.817	7.786	24.852	223.762
30/06/2043	136.565	42.962	11.773	7.754	24.999	224.053
31/12/2043	136.755	42.991	11.729	7.721	25.145	224.341
30/06/2044	136.944	43.021	11.684	7.689	25.291	224.630
31/12/2044	137.134	43.050	11.640	7.656	25.437	224.917
30/06/2045	137.325	43.080	11.596	7.624	25.584	225.209
31/12/2045	137.391	43.064	11.548	7.595	25.705	225.303
30/06/2046	137.458	43.049	11.501	7.566	25.827	225.401
31/12/2046	137.525	43.033	11.453	7.537	25.948	225.496
30/06/2047	137.592	43.018	11.406	7.508	26.069	225.593
31/12/2047	137.659	43.002	11.359	7.479	26.190	225.689
30/06/2048	137.725	42.987	11.311	7.450	26.312	225.785
31/12/2048	137.793	42.971	11.264	7.421	26.432	225.881
30/06/2049	137.859	42.956	11.216	7.392	26.554	225.977

Município / semestre	Altamira (c/ impacto)	Anapu	Brasil Novo	Senador José. Porfírio	Vitória do Xingu (c/ impacto)	Total
31/12/2049	137.926	42.940	11.169	7.363	26.676	226.074
30/06/2050	137.993	42.924	11.121	7.334	26.796	226.169

Fonte: CNEC WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

b) Levantamentos censitários populacionais em localidades de interesse

Nas localidades próximas ao sítio construtivo Belo Monte, como a Vila de Belo Monte, em Vitória do Xingu, e Belo Monte do Pontal, em Anapu, são realizados levantamentos censitários semestrais, assim como nas outras duas localidades, a Agrovila Leonardo da Vinci, em Vitória do Xingu, e na Vila Izabel, em Anapu, estas últimas por solicitação do Ibama. Devido às pequenas dimensões populacionais, que causam variações significativas em pouco espaço de tempo, concluiu-se que, por mais que se elaborassem modelos matemáticos, não havia como realizar projeções demográficas confiáveis, a ponto de serem consideradas para análise.

Os resultados apresentados se referem à sexta Campanha, iniciada em março e finalizada em julho de 2015. A sétima Campanha iniciou em agosto, e o campo foi concluído no final de novembro. Com isso, ainda está em andamento a crítica e consistência dos dados, sendo que os resultados somente estarão disponíveis ao final de janeiro de 2016.

Conforme o **Quadro 7.4-2**, a sexta Campanha mostrou crescimento pouco expressivo no total de edificações, em relação à anterior, em todas as localidades: Belo Monte passou de 337 para 394 (+57, 16,9%); Leonardo Da Vinci passou de 525 para 553 (+28, 5,3%); Belo Monte do Pontal passou de 377 para 407 (+30, 3,4%); e Vila Izabel passou de 419 para 437 (+18, 4,3%). Destaque-se que em todos os casos também houve aumento de domicílios com moradores: Belo Monte passou de 205 para 267 (+62, 30,2%); Leonardo Da Vinci passou de 344 para 357 (+13, 3,8%); Belo Monte do Pontal passou de 221 para 247 (+26, 11,8%); e em Vila Izabel passou de 146 para 165 (+19, 13,0%). É importante esclarecer que o total de domicílios é formado por “domicílios com moradores”, “domicílios com indícios de ocupação”, “domicílios sem moradores” e “recusas”. Assim, a comparação de uma Campanha em relação à anterior pode ter o valor da variação do total de domicílios menor que o de domicílios com moradores.

Com relação à variação do total de famílias e de moradores da quinta para a sexta Campanha, Belo Monte teve o maior aumento (de 220 para 279 famílias e de 780 para 1.050 moradores). A segunda localidade com maior crescimento foi Belo Monte do Pontal, que passou de 228 para 253 famílias (+25) e de 821 para 955 moradores (+134). O aumento relativamente maior de moradores do que de famílias fez a composição familiar aumentar nos dois casos de 3,5 para 3,7 e de 3,6 para 3,8, respectivamente, em Belo Monte e Belo Monte do Pontal. A hipótese para esse crescimento relaciona-se à instalação de empresas nas proximidades dessas localidades e criação de repúblicas (domicílios coletivos, neste caso, formados por contratados de uma empresa) com grande número de moradores, o que interferiu diretamente na média de moradores por domicílio.

Em Vila Izabel o total de famílias passou de 156 para 165 famílias (+9) e o total de moradores de 633 para 657 moradores (+24). Observando-se esses baixos valores de variação, bem como o de domicílios, com aumento de 8, como apresentado acima, pode-se inferir que, além de não haver aumento populacional significativo, o processo

especulativo nessa localidade, mencionado em relatórios anteriores, pode estar diminuindo.

Já em Leonardo da Vinci o total de famílias passou de 375 para 376, da quinta para a sexta Campanha. No entanto, a variação de 1 família a mais vem do fato de 103 serem novas e de 102 terem sido entrevistadas na quinta Campanha, mas não terem sido localizadas, ou não terem sido entrevistadas nesta Campanha por algum motivo, como recusa ou por não terem sido encontradas após três visitas. Quanto aos moradores, houve uma redução de 1.295 para 1.204 (-91), sendo que, das famílias pré-existentes, 500 moradores foram embora do domicílio, 13 voltaram e 72 passaram a ser novos membros dessas famílias. Já em relação às novas famílias, essas são compostas por um total de 324 moradores, ou seja, uma média de 3,1 pessoas/família. Essas modificações relativas aos membros fizeram a média cair de 3,5 para 3,2 pessoas/família no total da população da localidade. Neste caso, tais mudanças podem ser explicadas pelo fato de várias repúblicas de empresas terem sido desativadas nesse período e de famílias convencionais terem se mudado para a localidade.

Embora se constate redução da população em Leonardo da Vinci, desde a terceira Campanha verificou-se que essa localidade vem recebendo afluxo populacional e constitui-se na mais populosa dentre as monitoradas. Por conta dessa tendência, a Norte Energia irá construir mais duas salas de aula, que deverão ser suficientes para atender ao aumento de matrículas verificado na escola local que, ressalte-se, não se deu apenas pelo crescimento populacional, mas pelo fato de que a prefeitura de Vitória do Xingu, desde 2013, fechou escolas rurais das imediações e concentrou as matrículas na escola da localidade.

Quadro 7.4 - 2 – Censos populacionais das localidades de Belo Monte e Leonardo Da Vinci, em Vitória do Xingu, e Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, em Anapu, 2012 a 2015 (até 6ª Campanha)

Dados Básicos	Localidades																							
	Belo Monte /Vitória do Xingu ¹						Leonardo Da Vinci / Vitória do Xingu ²						Belo Monte do Pontal/ Anapu ³						Vila Izabel/ Anapu ⁴					
	1ª Camp	2ª Camp	3ª Camp	4ª Camp	5ª Camp	6ª Camp	1ª Camp	2ª Camp	3ª Camp	4ª Camp	5ª Camp	6ª Camp	1ª Camp	2ª Camp	3ª Camp	4ª Camp	5ª Camp	6ª Camp	1ª Camp	2ª Camp	3ª Camp	4ª Camp	5ª Camp	6ª Camp
	2012	2013		2014/2015		2015	2012	2013		2014		2015	2012	2013		2014		2015	2012	2013		2014		2015
		Mai/ Jun	Jan/ Fev	Jul/ Ago	Dez/ Jan15	Mai/ Jun		Mar/ Abr	Out/ Nov	Mar/ Abr	Out	Mar/ Abr		2012	Mai/ Jun	Dez/ Jan14	Jun/ Jul	Dez		Mai	2012	Mar/ Abr	Nov/ Dez	Abr- Jun
Total de domicílios	120	193	254	322	337	394	118	202	271	445	525	553	138	201	267	355	377	407	126	208	344	415	419	437
Domicílios com moradores	120	111	203	188	205	267	118	89	245	263	344	357	138	122	189	223	221	247	126	130	147	142	146	165
Domicílios com indícios de ocupação	s/i	5	19	51	71	62	s/i	14	17	50	53	58	s/i	24	21	40	66	48	s/i	17	20	17	25	32
Domicílios sem moradores ⁵	s/i	77	30	79	63	63	s/i	98	7	131	128	135	s/i	52	51	90	99	110	s/i	60	176	253	245	220
Recusas	s/i	0	2	4	1	2	s/i	1	2	1	0	3	s/i	3	6	2	4	2	s/i	1	1	3	3	10
Total de Famílias entrevistadas	120	111	216	200	220	279	118	89	257	280	375	376	138	122	192	233	228	253	126	130	148	146	156	165
Total de Moradores	447	444	755	737	780	1.050	436	341	873	968	1.295	1.204	605	506	761	817	821	955	448	517	582	592	633	657
Composição familiar	3,7	4,0	3,5	3,7	3,5	3,7	3,7	3,8	3,4	3,5	3,5	3,2	4,4	4,1	4,0	3,5	3,6	3,8	3,6	4,0	3,9	4,1	4,0	4,0

Fonte: CNEC WorleyParsons/ Elaboração Norte Energia.

1. Em Belo Monte/Vitória do Xingu, a primeira campanha foi realizada em abril de 2012, a segunda campanha em maio/junho de 2013, a terceira campanha em janeiro/fevereiro de 2014, a quarta campanha em julho/agosto de 2014, a quinta campanha em dezembro de 2014/janeiro de 2015 e a sexta campanha em maio/junho de 2015.
2. Em Leonardo da Vinci/Vitória do Xingu, a primeira campanha foi realizada em novembro de 2012, a segunda campanha em março/abril de 2013, a terceira campanha em outubro/novembro de 2013, a quarta campanha em março/abril de 2014, a quinta campanha em outubro de 2014 e a sexta campanha em março/abril de 2015.
3. Em Belo Monte do Pontal/Anapu, a primeira campanha foi realizada em abril de 2012, a segunda campanha em maio/junho de 2013, a terceira campanha em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, a quarta campanha em junho/julho de 2014, a quinta campanha em dezembro de 2014 e a sexta campanha em maio de 2015.
4. Em Vila Izabel/Anapu, a primeira campanha foi realizada em julho de 2012, a segunda campanha em março/abril de 2013, a terceira campanha em novembro/dezembro de 2013, a quarta campanha em abril, maio e junho de 2014, a quinta campanha em novembro de 2014 e a sexta campanha em abril de 2015.
5. Inclui: domicílio sem morador, casa abandonada e casa em construção (foram levantados, mas não estão inclusos: terrenos baldios e edificações comerciais).

Considerações Gerais

Esta projeção demográfica constata que o pico de população atraída já passou, sendo que nos dois municípios diretamente impactados pelo empreendimento, no caso de Altamira o pico já ocorreu em dezembro de 2014, com 140.808, e permaneceu estável ao longo dos próximos meses. Porém, a partir de junho de 2015, a tendência de queda de população começou a se esboçar de forma efetiva. No caso de Vitória do Xingu, o total de população é muito mais dependente das variações do processo de contratação de mão de obra direta do CCBM. Assim, o pico se deu em junho de 2014, com 44.152 moradores, decaindo no final do ano, mas revertendo essa queda, chegando quase que ao mesmo número em março de 2015, mas com clara tendência de queda populacional a partir de junho, fato esse que irá se acentuar desse ponto em diante.

Dentre as variáveis relacionadas ao afluxo populacional, verifica-se que por um lado, as contratações dos trabalhadores das obras civis vem diminuindo nos últimos meses, mas em um ritmo menor que o estimado nas projeções demográficas anteriores. Por outro lado, se confirma que o número de matrículas em Altamira, principal município afetado pelo afluxo populacional, vem decrescendo em 2015, desde o início, mas tal tendência se confirmou de maneira consistente no segundo semestre. Nos anos anteriores, no início do segundo semestre se constatava aumento de alunos, por conta de agosto/setembro serem um período de recebimento de transferências de matrículas. Todavia, no segundo semestre de 2015 tal fato não ocorreu, e houve declínio constante de alunos desde agosto.

Portanto, a presente projeção continua a mostrar que o decréscimo populacional em Altamira e Vitória do Xingu, relacionados ao empreendimento. Quanto aos demais municípios da AID, a projeção aponta que não há uma correlação direta entre a UHE Belo Monte e sua população. Anapu continua a tendência de crescimento populacional, o que ocorre desde o ano 2000, ao passo que Brasil Novo e Senador José Porfírio mantêm a tendência de decréscimo populacional desde 2010, sendo que, no caso de Brasil Novo, houve apenas um pequeno aumento em 2012, por conta de uma invasão na sede municipal. Como se trata de município com pequeno número de habitantes, mesmo esses fatores externos, por menos significativos que sejam em termos absolutos, faz com que isso seja percebido na projeção populacional.

O que difere um pouco nesta projeção em relação à última são os números absolutos a partir de setembro de 2015. No caso de Altamira, agora se estima que a população em dezembro deverá ser de 133.001, e em junho de 2016, 130.447. No caso de Vitória do Xingu, projeta-se 25.208 em dezembro de 2015, e para junho de 2016, haverá 24.112.

Em relação aos demais municípios da AID, Anapu continuará com tendência de aumento populacional, independentemente do empreendimento em termos gerais. De qualquer maneira, o monitoramento estará atento a eventuais fatores externos, como a Linha de Transmissão que, a depender da forma de contratação das empresas ligadas

à sua construção, e onde alojarão os seus contratados, poderá trazer algum impacto ao município no futuro.

Quanto a Brasil Novo e Senador José Porfírio, há tendência de constante diminuição de população, por se tratarem de municípios sem muitos atrativos econômicos para a população. O que se nota, principalmente em Brasil Novo, pela evolução de matrículas, é que há tendência da população rural se dirigir à sede urbana, em busca de melhores serviços. Mas isso não reverte a tendência de queda na população. Já a tendência de diminuição de moradores de Senador José Porfírio fica na dependência da efetivação de empreendimentos externos, como a mineração Belo Sun, no Trecho de Vazão Reduzida. A depender do número de população atraída, haverá significativa alteração na população do município, visto se tratar de localidade com pequeno número de habitantes.

Já nos levantamentos censitários semestrais nas pequenas localidades (Vila de Belo Monte, e Agrovila Leonardo da Vinci, em Vitória do Xingu, e Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, em Anapu), os resultados da sexta Campanha, iniciada em março e finalizada em julho de 2015 mostraram crescimento pouco expressivo no total de edificações em todas as localidades: Belo Monte passou de 337 para 394 (+57, 16,9%); Leonardo Da Vinci passou de 525 para 553 (+28, 5,3%); Belo Monte do Pontal passou de 377 para 407 (+30, 3,4%); e Vila Izabel passou de 419 para 437 (+18, 4,3%). Destaque-se que em todos os casos também houve aumento de domicílios com moradores: Belo Monte passou de 205 para 267 (+62, 30,2%); Leonardo Da Vinci passou de 344 para 357 (+13, 3,8%); Belo Monte do Pontal passou de 221 para 247 (+26, 11,8%); e em Vila Izabel passou de 146 para 165 (+19, 13,0%). É importante esclarecer que o total de domicílios é formado por “domicílios com moradores”, “domicílios com indícios de ocupação”, “domicílios sem moradores” e “recusas”.

Com relação à variação do total de famílias e de moradores da quinta para a sexta Campanha, Belo Monte teve o maior aumento (de 220 para 279 famílias e de 780 para 1.050 moradores). A segunda localidade com maior crescimento foi Belo Monte do Pontal, que passou de 228 para 253 famílias (+25) e de 821 para 955 moradores (+134). O aumento relativamente maior de moradores do que de famílias fez a composição familiar aumentar nos dois casos de 3,5 para 3,7 e de 3,6 para 3,8, respectivamente, em Belo Monte e Belo Monte do Pontal. A hipótese para esse crescimento relaciona-se à instalação de empresas nas proximidades dessas localidades e criação de repúblicas (domicílios coletivos, neste caso, formados por contratados de uma empresa) com grande número de moradores, o que interferiu diretamente na média de moradores por domicílio.

Em Vila Izabel o total de famílias passou de 156 para 165 famílias (+9) e o total de moradores de 633 para 657 moradores (+24). Observando-se esses baixos valores de variação, bem como o de domicílios, com aumento de 8, como apresentado acima, pode-se inferir que, além de não haver aumento populacional significativo, o processo especulativo nessa localidade, mencionado em relatórios anteriores, pode estar diminuindo.

Já em Leonardo da Vinci o total de famílias passou de 375 para 376, da quinta para a sexta Campanha. Quanto aos moradores, houve uma redução de 1.295 para 1.204 (-91), sendo que, das famílias pré-existentes, 500 moradores foram embora do domicílio, 13 voltaram e 72 passaram a ser novos membros dessas famílias. Já em relação às novas famílias, essas são compostas por um total de 324 moradores, ou seja, uma média de 3,1 pessoas/família. Essas modificações relativas aos membros fizeram a média cair de 3,5 para 3,2 pessoas/família no total da população da localidade. Neste caso, tais mudanças podem ser explicadas pelo fato de várias repúblicas de empresas terem sido desativadas nesse período e de famílias convencionais terem se mudado para a localidade.

Embora se constate redução da população em Leonardo da Vinci, desde a terceira Campanha verificou-se que essa localidade vem recebendo afluxo populacional e constitui-se na mais populosa dentre as monitoradas. Por conta dessa tendência, a Norte Energia irá construir mais duas salas de aula, que deverão ser suficientes para atender ao aumento de matrículas verificado na escola local que, ressalte-se, não se deu apenas pelo crescimento populacional, mas pelo fato de que a prefeitura de Vitória do Xingu, desde 2013, fechou escolas rurais das imediações e concentrou as matrículas na escola da localidade.

2. Dimensão: Saneamento¹

2.1. Indicador “2. Evolução do número de novas ligações elétricas realizadas”

Esse indicador foi suprimido após aprovação, pelo Ibama, da Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos apresentada no 6º RC (Anexo 7.4 – 3).

2.2. Indicador “3. Evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza”

a) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Altamira

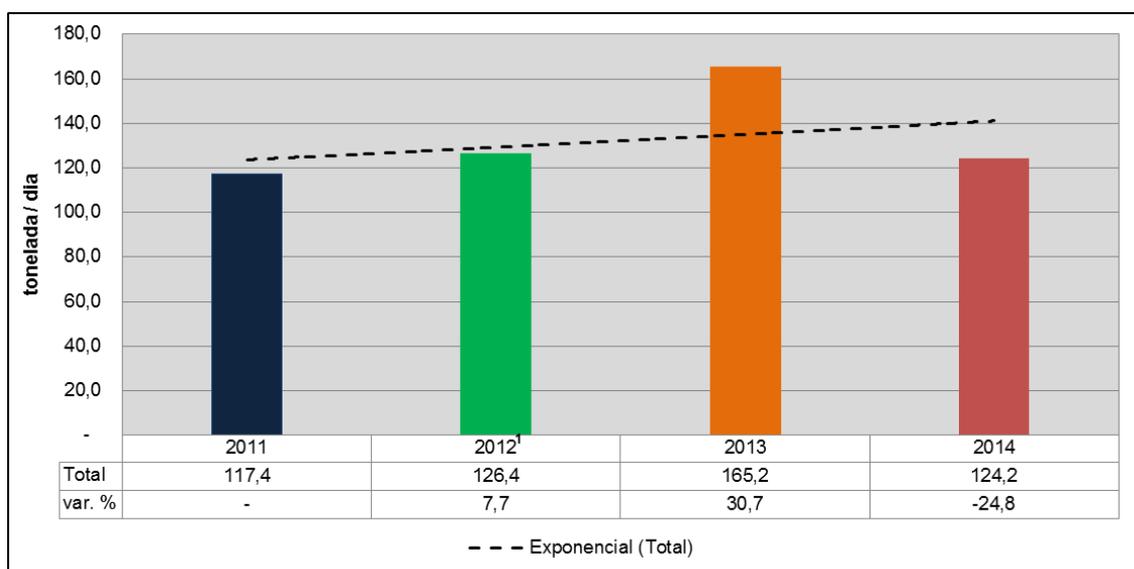


Figura 7.4 - 2 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Altamira, de 2011 a 2014

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Altamira / Elaboração Norte Energia.

1. No ano de 2012 não há informação para o mês de dezembro.

¹ A nomenclatura original dessa dimensão é “Energia Elétrica e Saneamento” e a proposta de alteração consta na Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos anexada a este relatório (Anexo 7.4 – 3),

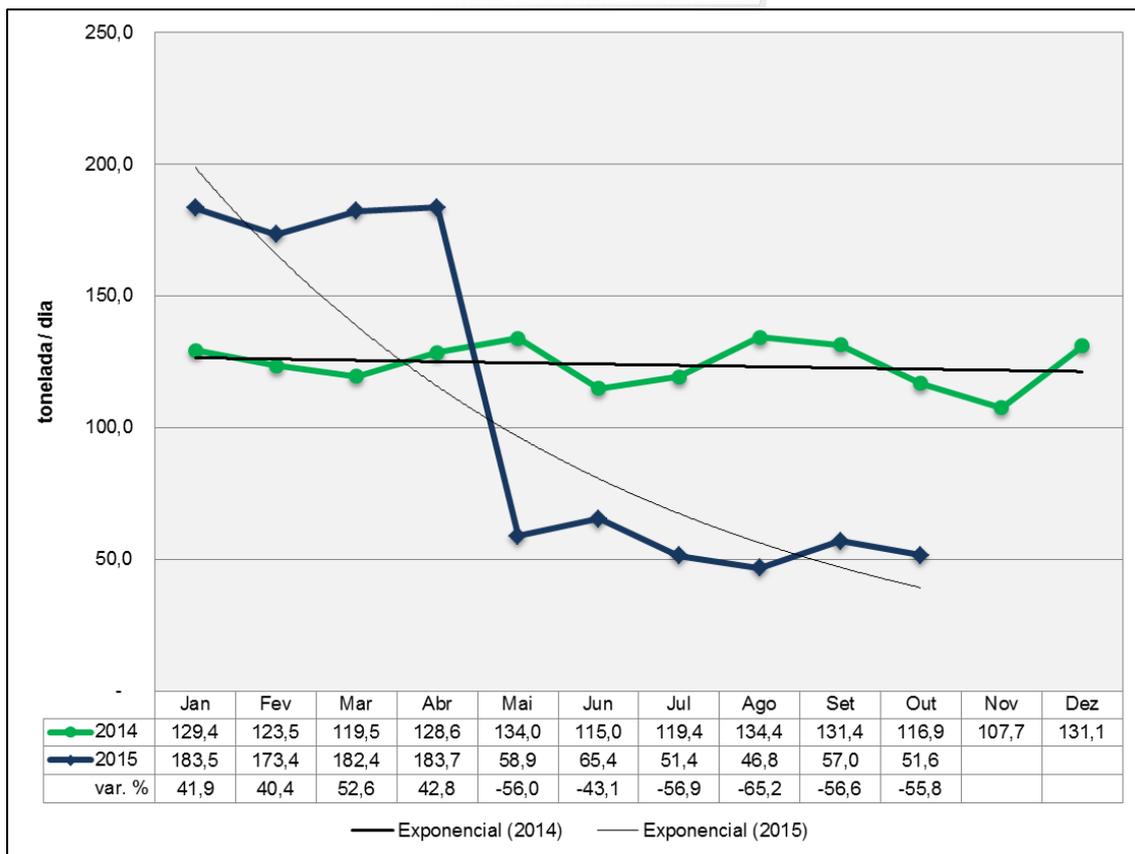


Figura 7.4 - 3 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Altamira, de janeiro 2014 a outubro de 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação, Obras e Infraestrutura de Altamira / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados porque, a partir de maio/15, passaram a ser fornecidos pelo relatório de pesagem da balança do Aterro e, além disso, houve um ajuste da fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

b) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Anapu

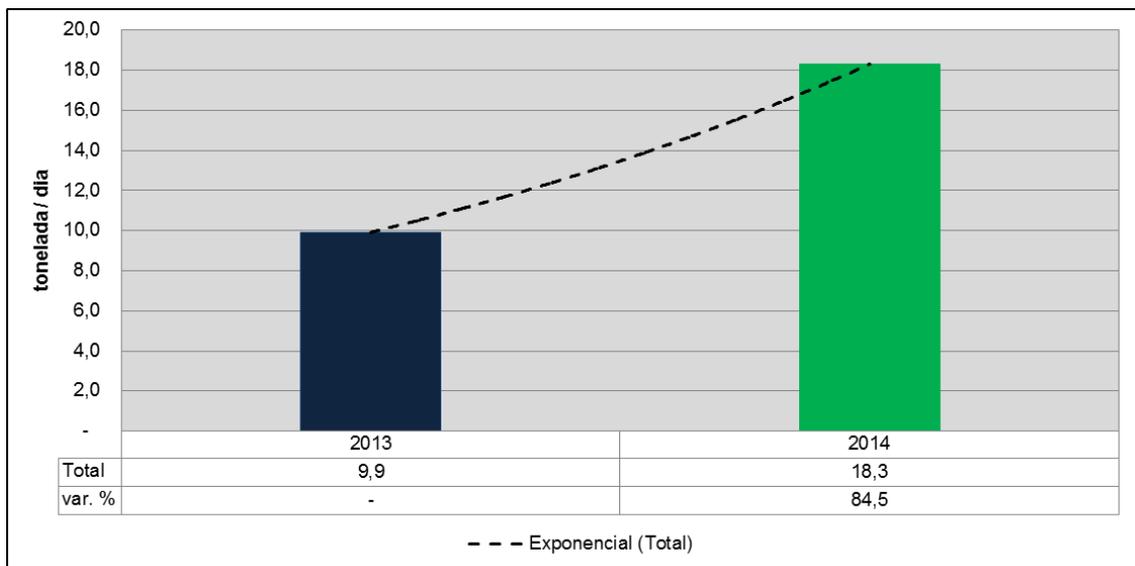


Figura 7.4- 4 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Anapu, de 2013 e 2014

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação e Obras de Anapu / Elaboração Norte Energia.

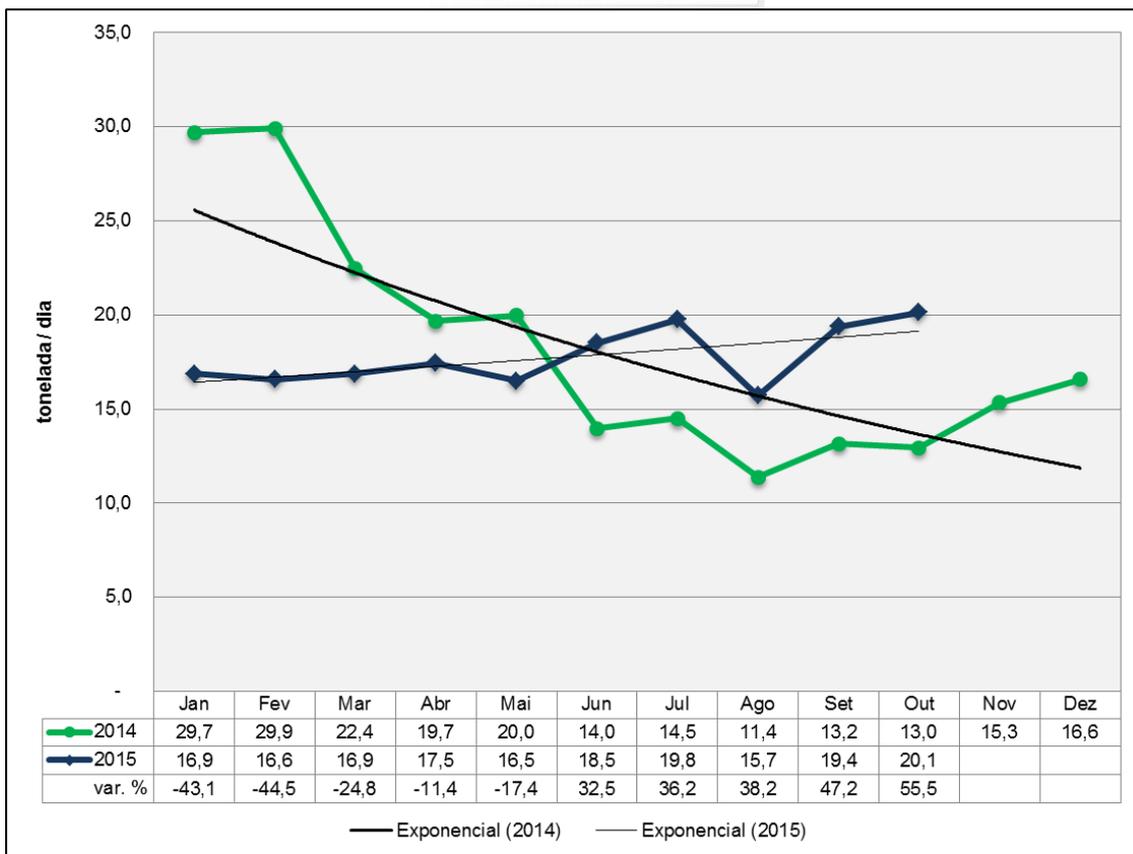


Figura 7.4 - 5 – Evolução da média diária de lixo coletado em Anapu, de janeiro 2014 a outubro de 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação e Obras de Anapu / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados devido a uma mudança na fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

c) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Brasil Novo

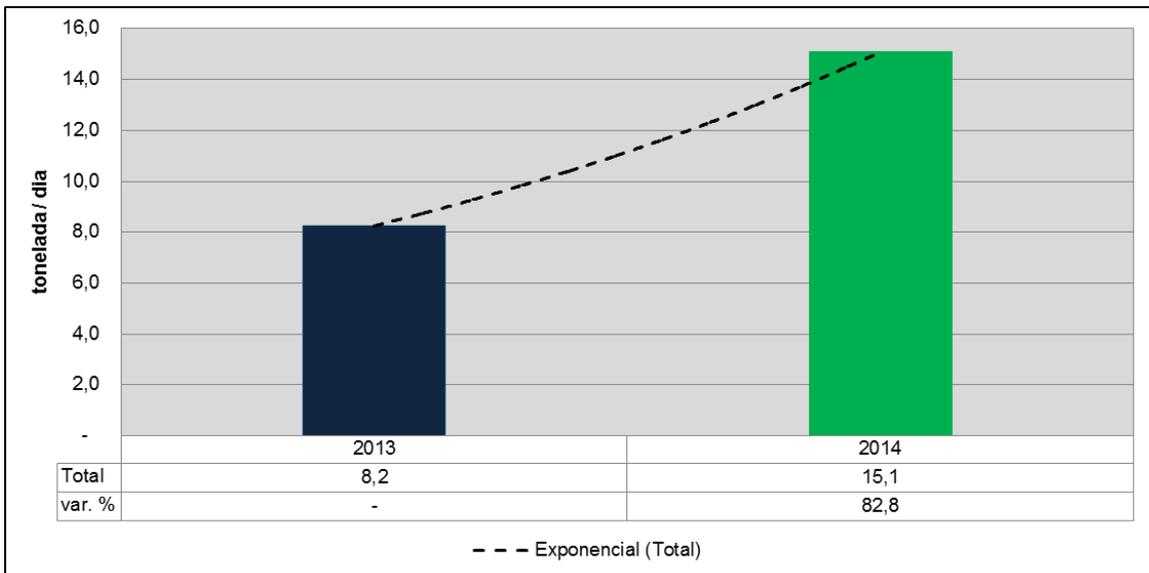


Figura 7.4- 6 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Brasil Novo, de 2014 e 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção de Brasil Novo/
Elaboração Norte Energia.

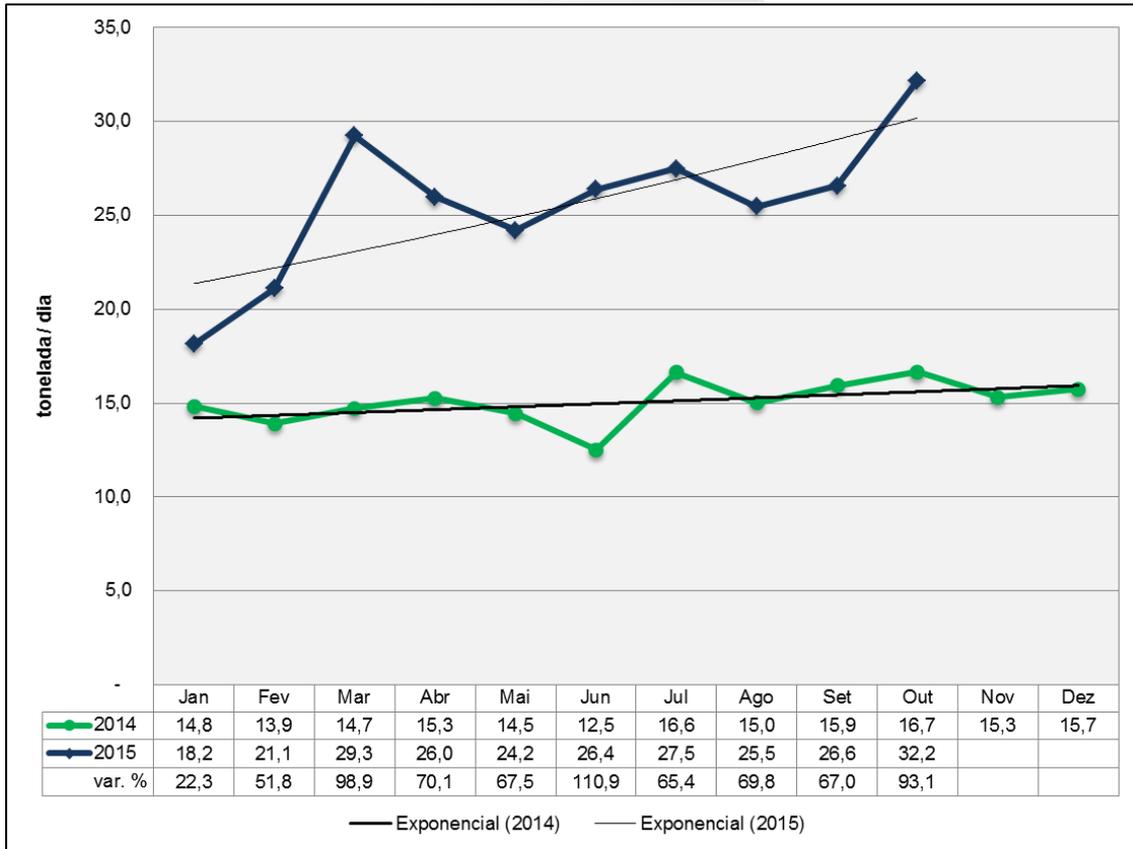


Figura 7.4 - 7 – Evolução da média diária de lixo coletado em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Transporte e Manutenção (SETRAM) de Brasil Novo / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados devido a uma mudança na fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

d) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Senador José Porfírio

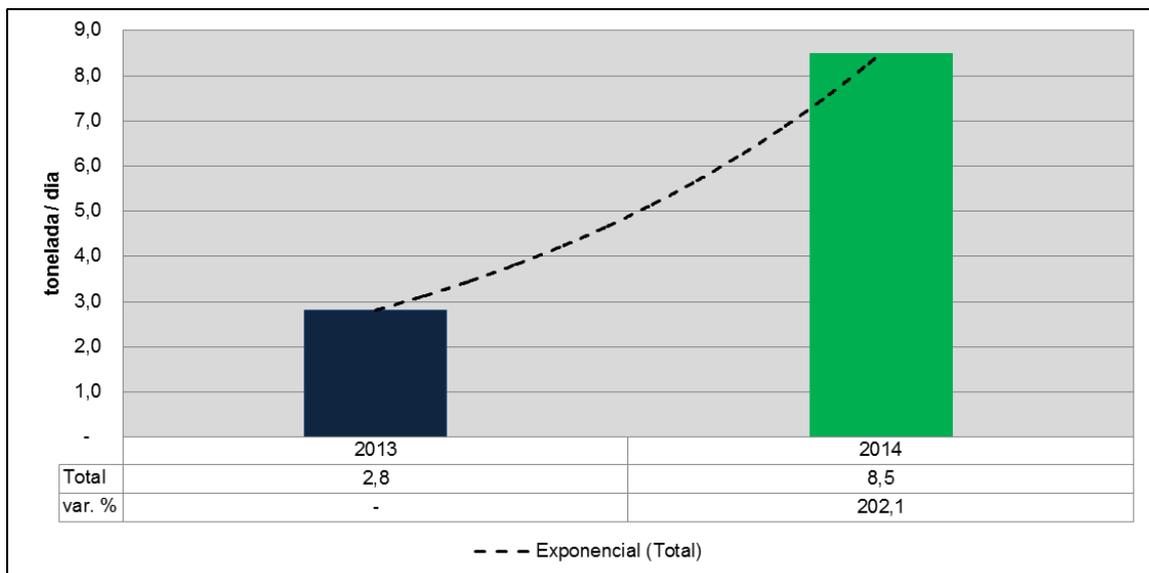


Figura 7.4 - 8 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Senador José Porfírio, de 2013 e 2014

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Infraestrutura de Senador José Porfírio / Elaboração Norte Energia.

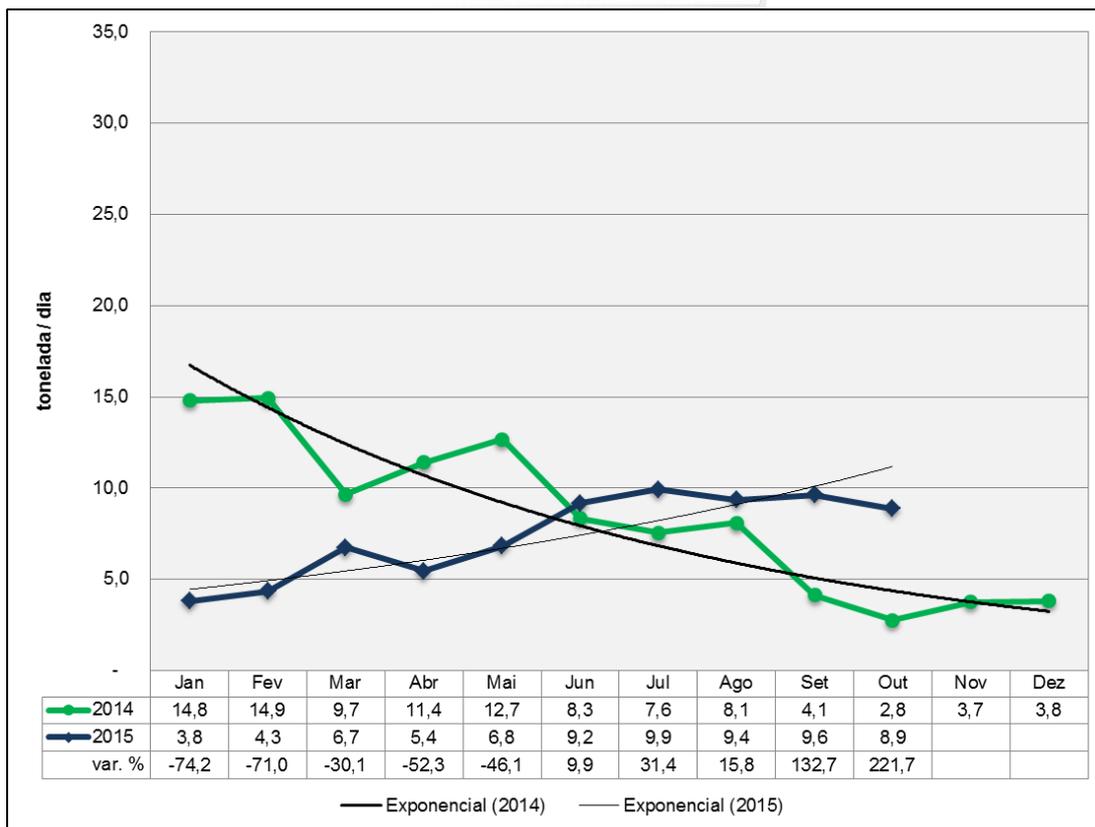


Figura 7.4 - 9 – Evolução da média diária de lixo coletado em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Infraestrutura de Senador José Porfírio / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados devido a uma mudança na fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

e) Análise da evolução do volume de lixo coletado diretamente por serviço de limpeza – Vitória do Xingu.

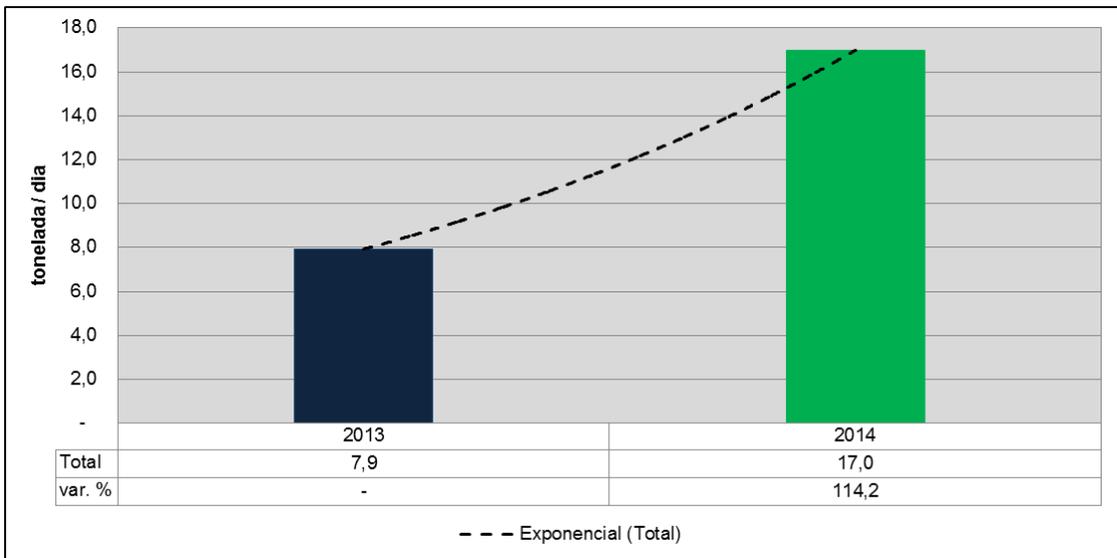


Figura 7.4- 10 – Evolução da média diária de lixo coletado, em Vitória do Xingu, de 2013 e 2014

Fonte: Setor de Limpeza Pública – Secretaria Municipal de Viação e Obras de Vitória do Xingu / Elaboração Norte Energia.

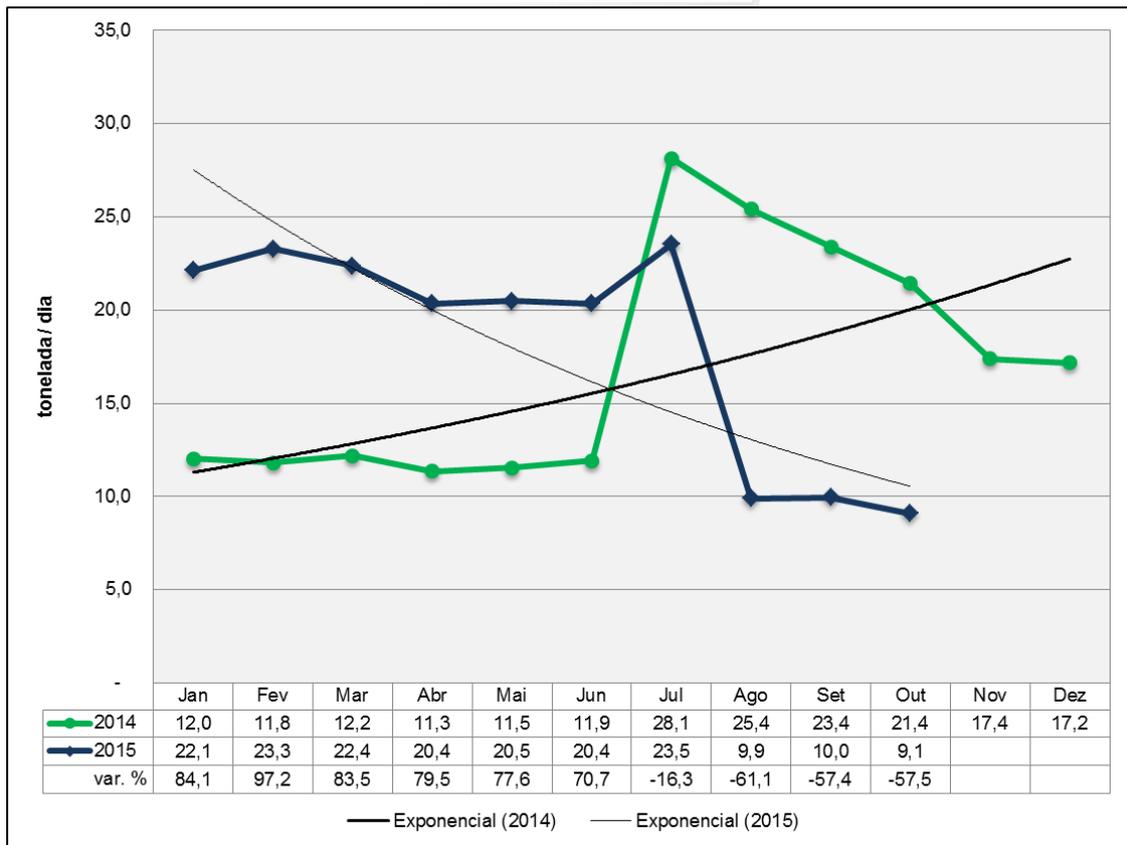


Figura 7.4 - 11 – Evolução da média diária de lixo coletado em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Viação e Obras de Vitória do Xingu / Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados históricos foram ajustados devido a uma mudança na fórmula de cálculo do peso do lixo a partir do volume.

Considerações Gerais

Em Altamira o Aterro Sanitário, implantado pela Norte Energia, está em operação sob a administração da SEMAT, que passou a ser o órgão responsável pelo repasse das informações sobre a coleta de lixo no município. Desde maio de 2015, os dados recebidos passaram a ser aqueles registrados no relatório da balança do Aterro, o que garantiu maior precisão e detalhamento dos dados.

O serviço de coleta de lixo doméstico do município (residencial, comercial e de limpeza pública) atende a 100% da área urbana municipal. Analisando-se os dados anuais, verifica-se um leve aumento de 2011 para 2012, de 7,7%, mesmo sem considerar o dado dezembro de 2012 (que está indisponível), e um mais expressivo de 2012 para 2013 (30,7%). Já em 2014, o último ano com dados consolidados, houve queda de 24,8% em relação a 2013.

Como citado acima, em maio de 2015 os dados passaram a ser consolidados pela balança instalada no Aterro Sanitário. Ela gera extratos diários com o peso líquido de lixo descarregado, sendo possível ainda diferenciar o tipo de resíduo (doméstico, hospitalar, entulho, etc.). Assim, o peso do lixo coletado passou a ser o medido pela balança, não havendo mais necessidade de serem estimados pelo responsável do

órgão ou calculados. Ressalte-se que, com essa alteração no procedimento, a quantidade média de lixo descarregado no Aterro Sanitário passou a ser mais próxima da realidade, em função do aprimoramento do processo de coleta de dados. A Norte Energia colaborou com tal processo, possibilitando a implantação da balança, qualificando os funcionários e aprimorando a gestão do Aterro. Isso permitiu o acesso a uma informação mais qualificada. Além disso, a Norte Energia fez a doação de 3 veículos para coleta e descarregamento de lixo para o Departamento de Limpeza Pública da prefeitura: 01 caminhão coletor compactador de 12m³, 01 caminhão caçamba de 12m³, e 01 caminhão poliguindaste com 02 caçambas de 5m³.

Este novo cenário passou a gerar um novo patamar da quantidade de lixo coletada e descarregada. Em linhas gerais, não se pode falar em tendência de queda no decorrer de 2015, pois a redução representa um ajuste da qualidade da informação prestada.

Assim, avaliando-se o período pós balança, os valores de lixo doméstico coletado a partir de maio de 2015, com uma frota de 22 veículos, foram de 58,9 toneladas/dia, nesse mês, e 51,6 toneladas/dia, em outubro do mesmo ano, com pico em junho (65,4 toneladas/dia).

Em Anapu os dados históricos mostram que em 2014 houve aumento da média diária de lixo coletado de 9,9 para 18,3 toneladas/dia (+84,5%). Tal aumento derivou-se do ajuste de coleta dos dados da própria prefeitura, que passou a contar com um controle mais efetivo e uso de formulários diários. No município o atendimento do serviço de coleta de resíduos abrange 70% da zona urbana e 30% da rural e em 2015, ante 2014 houve redução de 18,8 toneladas/dia para 17,7 toneladas/dia, nos dez primeiros meses do ano. A Norte Energia fará um projeto de Aterro Sanitário para o município, que está em elaboração, e que tem prazo para conclusão de implantação até de maio de 2016.

Vale ressaltar que, a partir de agosto de 2015 a coleta de lixo passou a ser feita pela empresa B.M. veículos que, reduziu o número de viagens no mês, ao mesmo tempo otimizou o uso da carroceria para lixo doméstico. A frota manteve-se praticamente a mesma (6 veículos), com a troca de um caminhão Mercedes Bens e a disponibilização, pela prefeitura municipal, de um caminhão coletor toco.

Da mesma forma que em Anapu, Brasil Novo, que coleta lixo em 90% da área urbana e em 10% da área rural, apresentou aumento da média diária de lixo coletado de 2013 para 2014 (8,2 para 15,1 toneladas/dia). Mais uma vez, tal aumento refere-se a melhorias graduais na captação dos dados. Já na análise mensal houve aumento da coleta de lixo em todos os meses, de 2014 para 2015. Isso resultou em uma média diária de lixo, de janeiro a outubro, de 25,7 toneladas/dia em 2015 e de 15,0 toneladas/dia no ano anterior, coletado por meio da frota de 4 veículos. É importante lembrar que, a partir de julho de 2014, a Seovi iniciou a utilização do formulário auxiliar, permitindo um controle mais detalhado do lixo coletado.

No caso de Senador José Porfírio, a análise histórica mostra aumento expressivo na média diária de lixo coletado de 2013 para 2014, de 2,8 toneladas/dia para 8,5

toneladas/dia (+202,1). A coleta dos resíduos sólidos é feita em 100% da área urbana, por meio de 4 veículos. Nos cinco primeiros meses do ano houve queda da quantidade de lixo de 2014 para 2015, e nos outros cinco houve aumento. Esses dados fizeram a média diária passar de 9,4 toneladas/dia, em 2014, para 7,4 toneladas/dia no período. Tal decréscimo decorre do aprimoramento da triagem dos resíduos, tendo em vista que os dados analisados neste relatório se referem somente ao lixo doméstico. Além disso, somam-se a isso as dificuldades temporárias encontradas na reformulação da logística e a problemas mecânicos dos veículos.

Finalmente, em Vitória do Xingu a prefeitura realiza o recolhimento de lixo da área urbana (95%) e de localidades da área rural (5%) por meio da empresa EP Serviços, com a utilização de 2 veículos. Os dados históricos mostram um aumento significativo da média diária de lixo de 2013 para 2014, de 7,9 para 17,0 toneladas/dia (+114,2%). em virtude da ampliação do atendimento do serviço de coleta à zonal rural e pelo depósito de lixo, por parte dos moradores, que não tem o serviço de coleta de resíduos em sua localidade, em áreas em que há coleta. Já a análise mensal mostra uma aumento da coleta de lixo nos 6 primeiros meses do ano e uma redução nos outros 4 meses, quando comparados os anos de 2014 e 2015. Esse comportamento levou a um aumento de 16,9 toneladas/dia, em 2014, para 18,1 toneladas/dia, em 2015.

2.3. Indicador “4. Evolução do número de ligações de água”

a) Análise da Evolução do número de ligações de água – Altamira

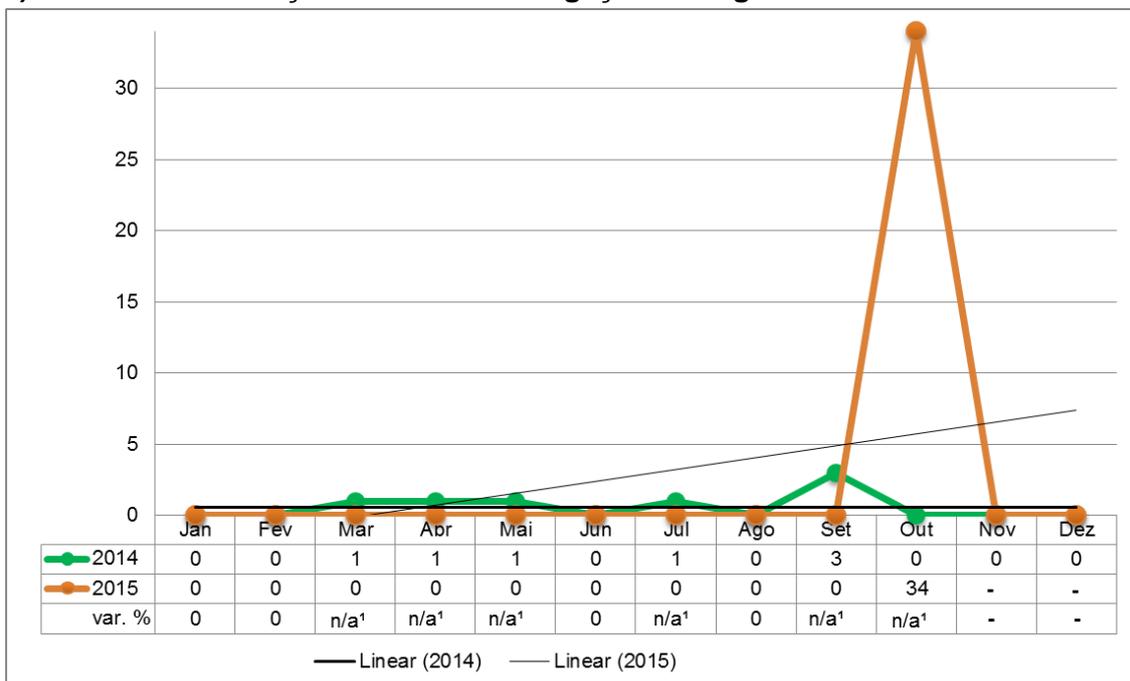


Figura 7.4 - 12 – Evolução de novas ligações de água, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Setor de Distribuição de Água - Companhia de Saneamento do Pará (COSANPA) de Altamira/Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica

b) Análise da Evolução do número de ligações de água – Anapu

A ausência de controle efetivo da utilização da rede nesse município impossibilita a análise deste indicador.

c) Análise da Evolução do número de ligações de água – Brasil Novo

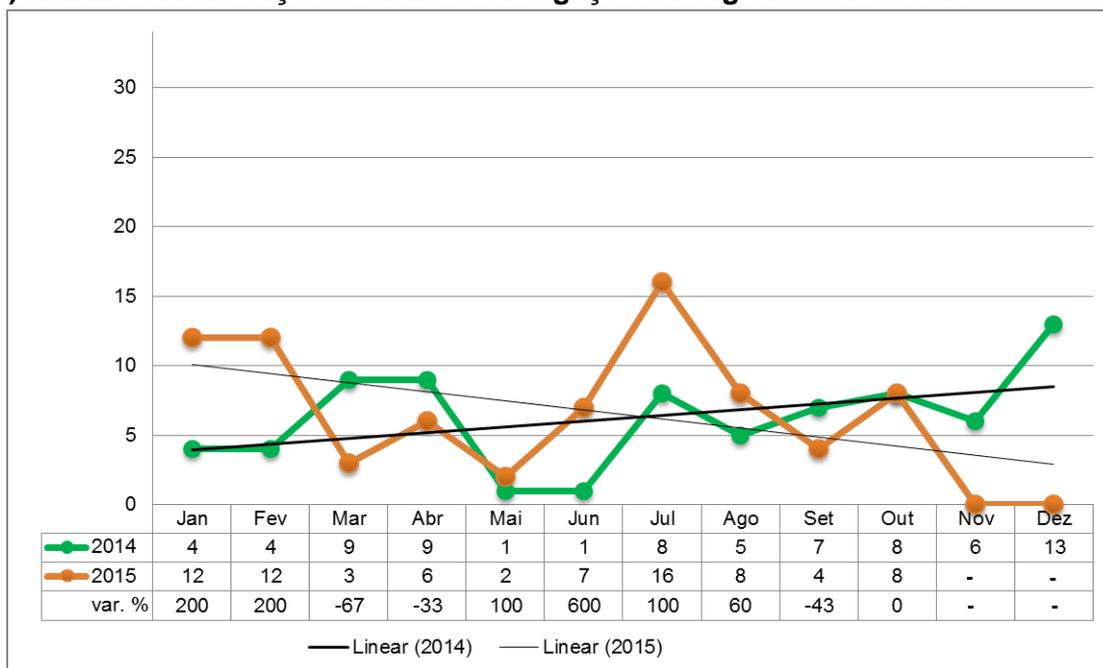


Figura 7.4 - 13 – Evolução de novas ligações de água, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

d) Análise da Evolução do número de ligações de água – Senador José Porfírio

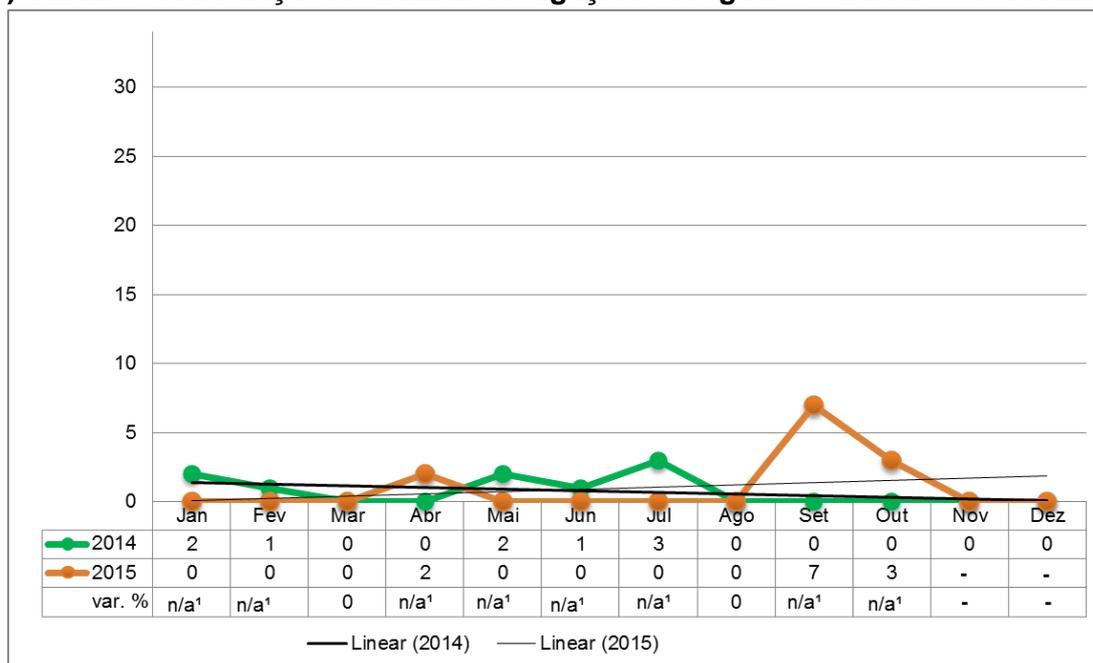


Figura 7.4 - 14 – Evolução de novas ligações de água, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica

e) Análise da Evolução do número de ligações de água – Vitória do Xingu

O município ainda não possui informações sistematizadas de distribuição de água. A ausência destas informações nesse município impossibilita, dessa maneira, a análise deste indicador.

Considerações Gerais

Os dados de ligações de água se restringem a apenas três municípios da AID (Altamira, Brasil Novo e Senador José Porfírio) e dificultam a análise do quantitativo de abastecimento de água desses municípios, por conta da fragilidade dos dados. Em Anapu não há controle de ligações, seja municipal, seja de empresa prestadora de serviços de saneamento básico. Quanto a Vitória do Xingu, a prefeitura passou a fazer o cadastro das famílias para as quais foi feita a ligação no novo sistema de abastecimento de água, entregue pela Norte Energia, porém a contabilização passará a ser feita a partir de janeiro. Além disso, a população urbana de todos esses municípios sempre preferiu as ligações próprias, por meio de poços ou outros artifícios, a se utilizar de serviços de abastecimento de água oferecidos pela municipalidade ou pela Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), onde ela existe.

No caso específico de Altamira, espera-se que as ações realizadas pela Norte Energia, com a construção da rede de abastecimento de água e coleta de esgoto resultem em alterações nesse quadro. A NE implantará as ligações intradomiciliares

da rede de água e esgoto. Informar que a Prefeitura recebeu os sistemas de águas dos RUCs. Com o acordo com a Prefeitura, foi criada a Companhia de Saneamento de Altamira (Cosalt), pela Lei 132/2015, e que irá se responsabilizar pela operação do sistema. Com isso, espera-se que, finalmente, haja dados concretos e mais confiáveis em relação ao quantitativo de ligações de água nos próximos anos.

Quanto a Vitória do Xingu e Anapu, nas localidades próximas ao Canteiro de Obras, como Belo Monte e Belo Monte do Pontal, respectivamente, também as ações de implantação do sistema de abastecimento de água poderá resultar no melhor controle das ligações domésticas nessas localidades.

Houve ainda capacitações, oficinas e reuniões realizadas pelo Plano 6 com os gestores e agentes municipais que resultaram no apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento, instrumentos primordiais para captação de recursos e definição de política municipal de serviços essenciais.

No momento, as únicas informações disponíveis apontam que, em Altamira, entre 2014 e os dez primeiros meses de 2015 constam pouquíssimas ligações de água. Ao longo de 2014 foram apenas 7 no total, e em 2015 não havia sequer uma ligação até setembro. Em outubro constam 34 novas ligações que, segundo a Cosanpa teria havido solicitações de religações de água devido ao aumento do custo da energia elétrica em domicílios que se utilizavam de bomba para o abastecimento de água dos poços.

Em Brasil Novo, o número de ligações sofreu uma pequena alteração entre 2014 (75 no ano) e nos dez primeiros meses de 2015, com ligeiro aumento no último ano, ou seja, foram 75 em todo o ano de 2014 e 78 até outubro de 2015. Assim, mesmo que não haja qualquer nova ligação nos dois últimos meses, o que deve ser pouco provável, haverá mais ligações em 2015. Porém, pelos pequenos números há necessidade de monitorar se isso está relacionada a uma tendência ou se a variação se deve ao acaso.

Em Senador José Porfírio, também há alguma variação nos dez primeiros meses de 2015 ante o ano de 2014. Todavia, os números não permitem concluir se há alguma tendência nesse caso. Em 2014 foram apenas 9 ligações durante o ano e em 2015 houve 12 ligações até outubro.

3. Dimensão: Comércio, Indústria e Serviços

3.1. Indicador “5. Evolução do número de empregos diretos relacionados ao empreendimento”

Nas contratações de mão de obra do empreendimento são computados os trabalhadores próprios do CCBM e de terceiros (subcontratados). O objetivo é analisar a dinâmica da evolução de contratação das obras civis do empreendimento, e se constitui em um dos principais calibradores da projeção demográfica dos municípios da AID da UHE Belo Monte, realizada trimestralmente a partir de 2015. Sua importância se dá particularmente para os municípios de Altamira e Vitória do Xingu, onde se localiza o empreendimento.

O total da mão de obra é analisado por tipo de trabalhador, por sua origem, se é migrante ou regional (natural do estado do Pará), e desse último, quantos são de Altamira, Vitória do Xingu e dos demais municípios da AID da UHE Belo Monte.

Assim, em dezembro de 2015 o efetivo total de trabalhadores foi de 12.226, sendo 11.342 trabalhadores próprios do CCBM e 884 terceiros. O número de contratados em junho de 2015 foi de 28.960 trabalhadores totais (24.817 próprios e 4.143 terceiros), o que representou uma redução de 57,8%, já que no período atual intensificou-se o processo de desmobilização. Ao se comparar com dezembro de 2014, naquela ocasião, o total de mão de obra era 32.197, sendo 28.343 próprios e 3.854 terceiros.

Na análise da distribuição regional verifica-se que, em dezembro de 2015, a mão de obra de todo o estado do Pará era de 10.771 (88,1% do total de trabalhadores), sendo 2.685 de Altamira (22,0% do total). Já em junho/15, a mão de obra do estado do Pará foi para 23.374, o que correspondeu a 80,7% do total. Desses, 5.216 trabalhadores (18,0% do total) eram de Altamira. O aumento percentual do estado do Pará e de Altamira até dezembro indica que a desmobilização desse período ocorreu mais intensamente entre trabalhadores de outros estados.

Além dos trabalhadores de Altamira, mencionados acima, a mão de obra dos outros municípios da AID da UHE Belo Monte continuou a representar, em dezembro de 2015, uma parcela do total: Vitória do Xingu com 5,6% (682 trabalhadores) e Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio juntos com 0,9% (113 trabalhadores). Em junho de 2015 a participação de Vitória do Xingu ficou praticamente estável com 4,5% (1.309 trabalhadores), e a dos demais municípios somados (Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio) manteve-se estável com 0,9% (258 trabalhadores).

3.2. Indicador “6. Evolução da frota de veículos com placa no município”

a) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Altamira

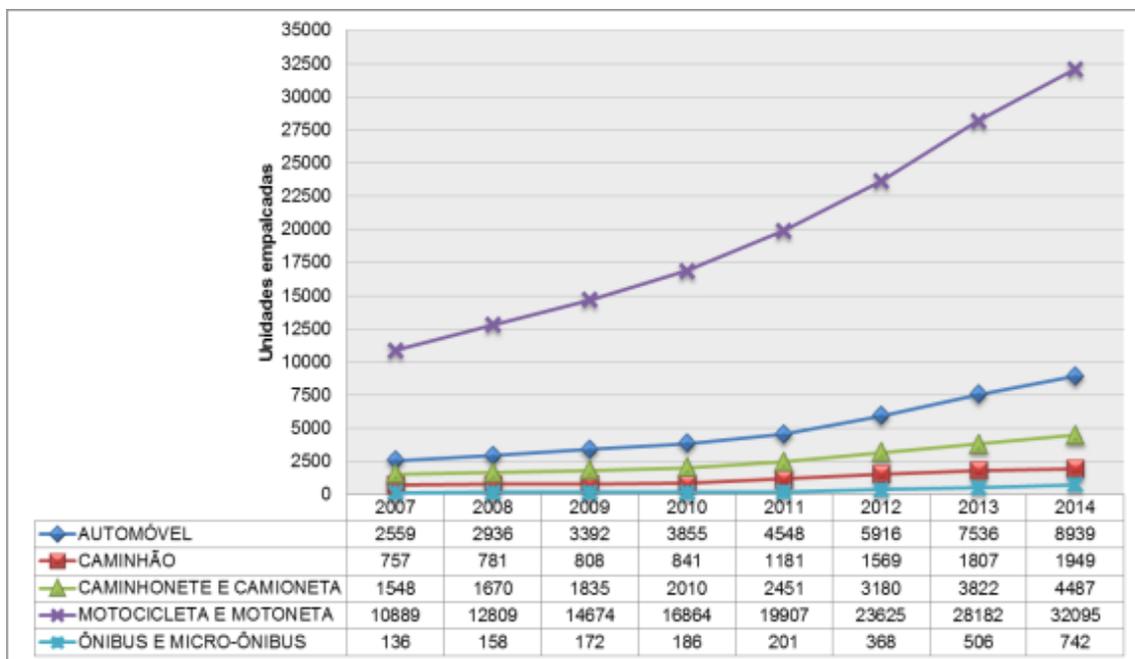


Figura 7.4- 15 - Evolução da frota de veículos em Altamira de 2007 a 2014.

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

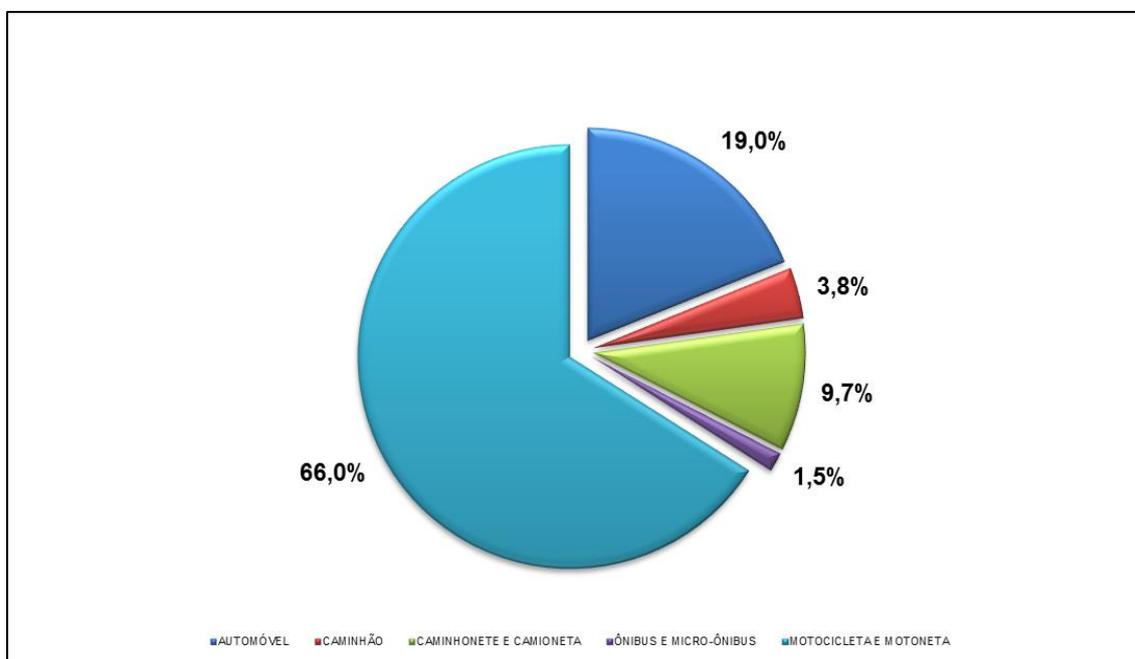


Figura 7.4 - 16 – Distribuição percentual por categoria de veículos em Altamira – outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

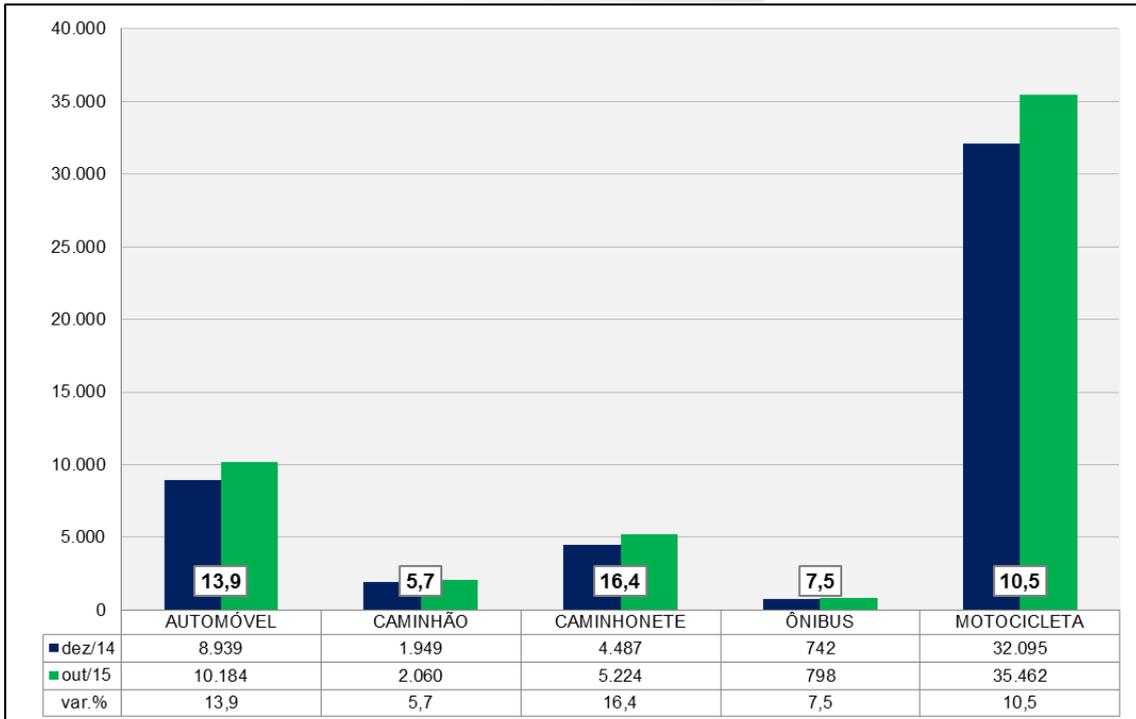


Figura 7.4 - 17 - Evolução da frota de veículos em Altamira – dezembro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) / Elaboração Norte Energia.

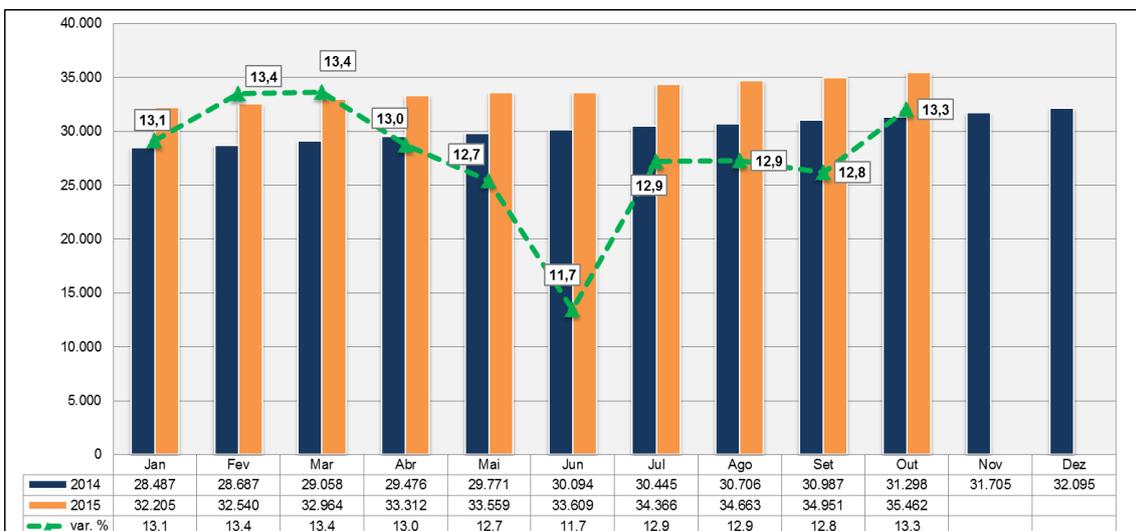


Figura 7.4 - 18 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

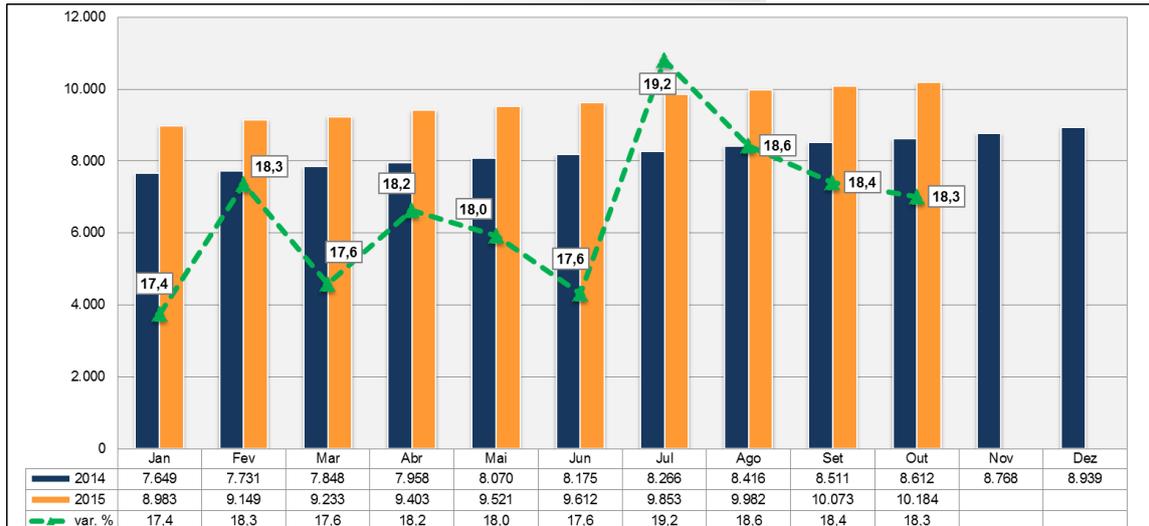


Figura 7.4 - 19 – Número de automóveis com placa em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

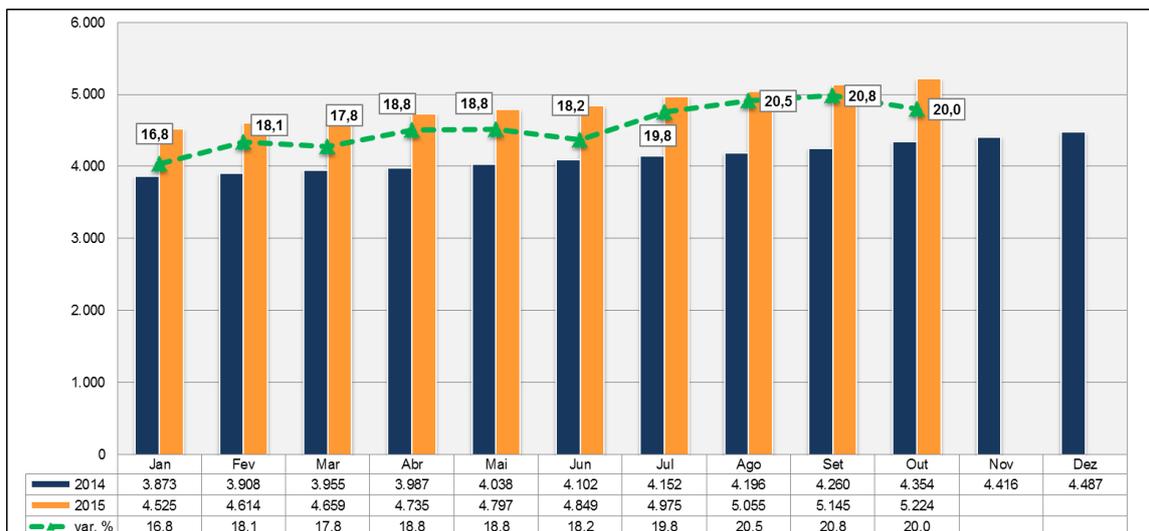


Figura 7.4 - 20 – Número de caminhonetes e camionetas com placa em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

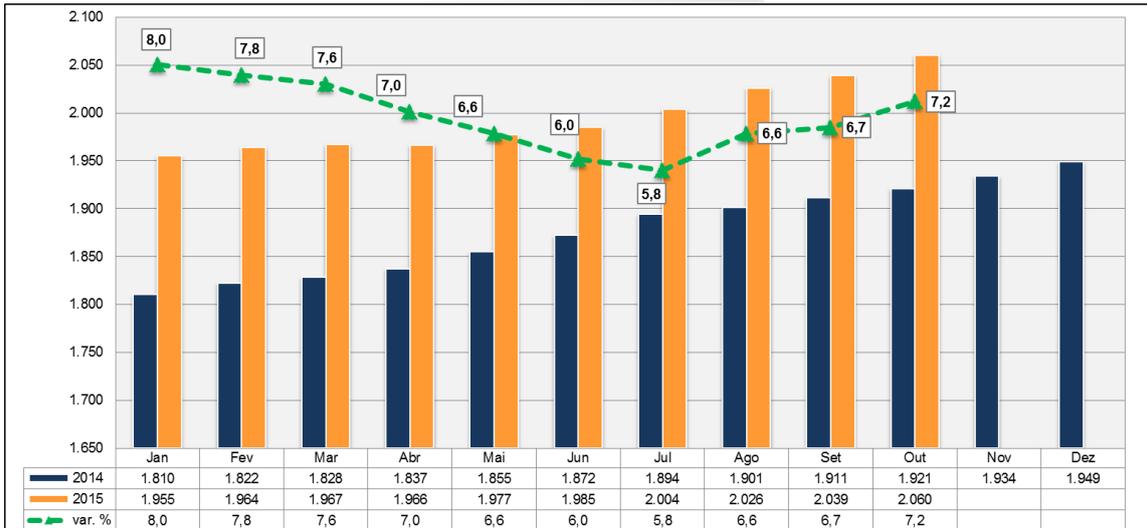


Figura 7.4 - 21 – Número de caminhões com placa em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

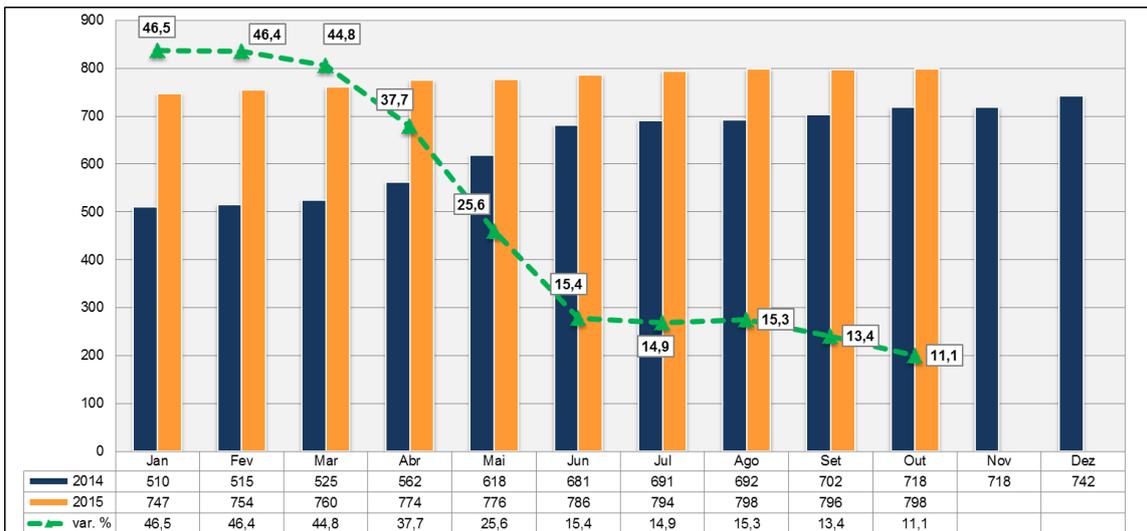


Figura 7.4 - 22 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Anapu

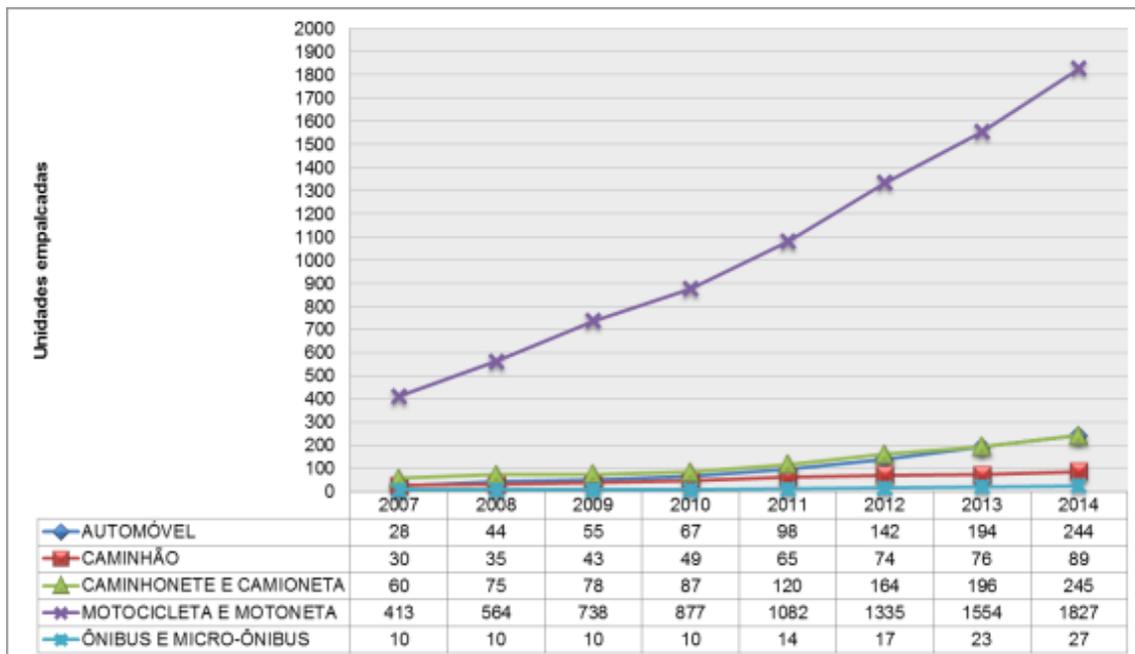


Figura 7.4- 23 - Evolução da frota de veículos em Anapu de 2007 a 2014

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

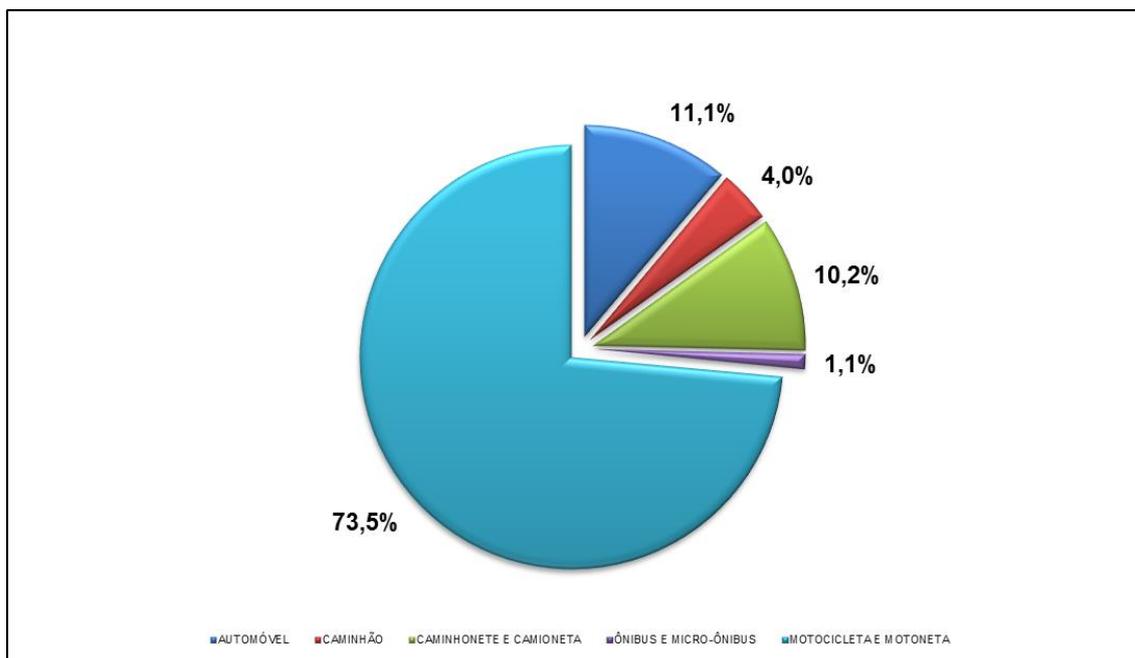


Figura 7.4- 24 – Distribuição percentual por categoria de Veículos em Anapu – outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

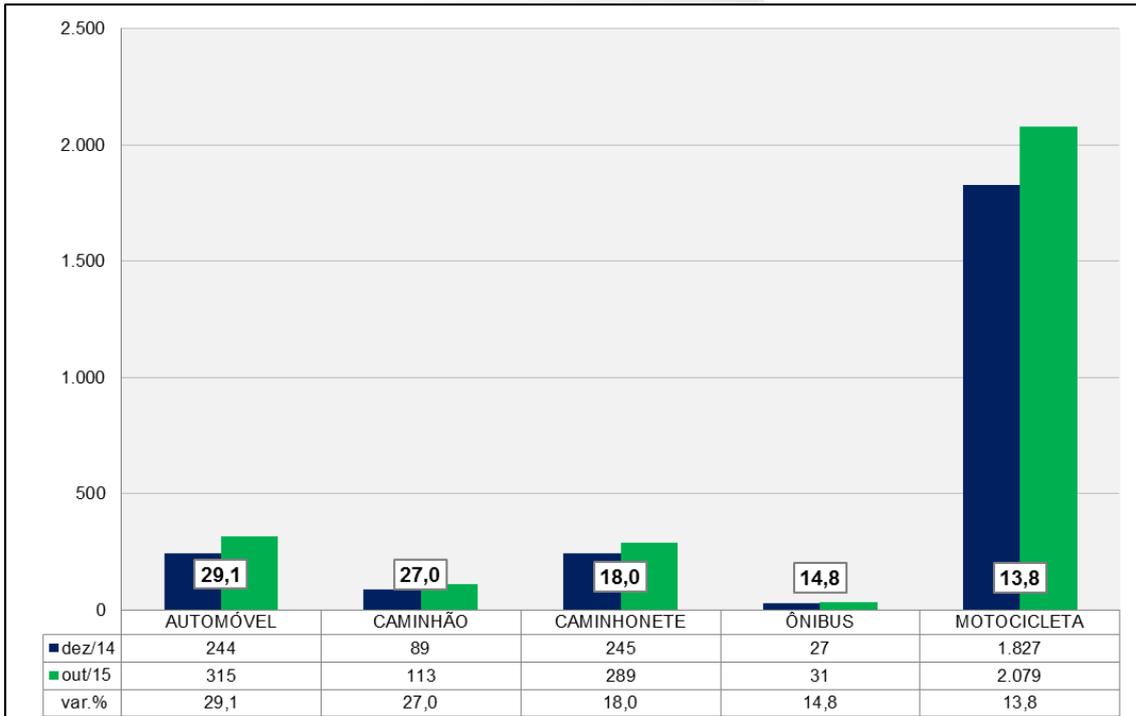


Figura 7.4- 25 – Evolução da frota de veículos em Anapu – dezembro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

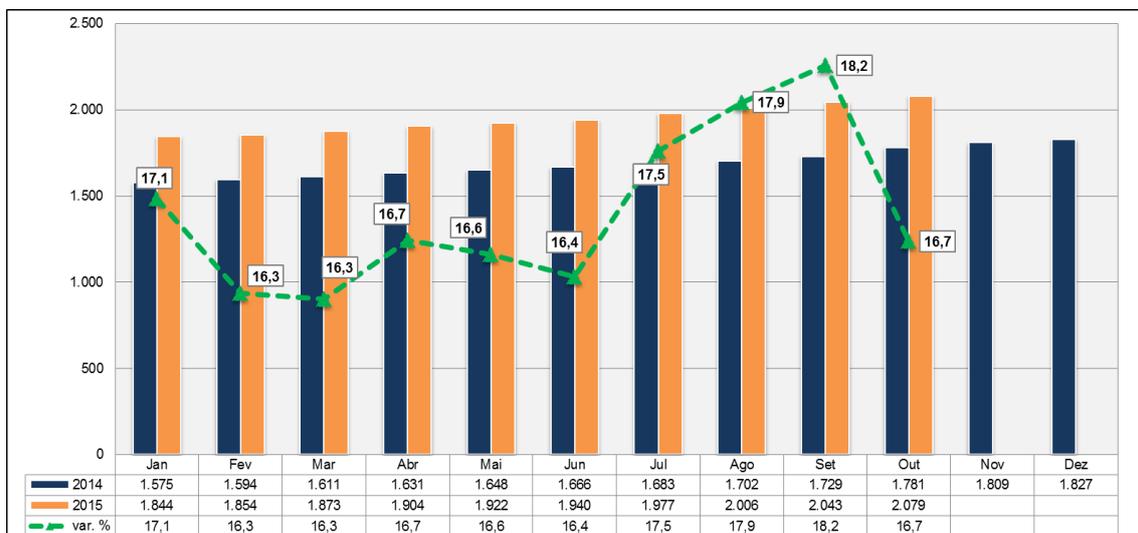


Figura 7.4 - 26 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

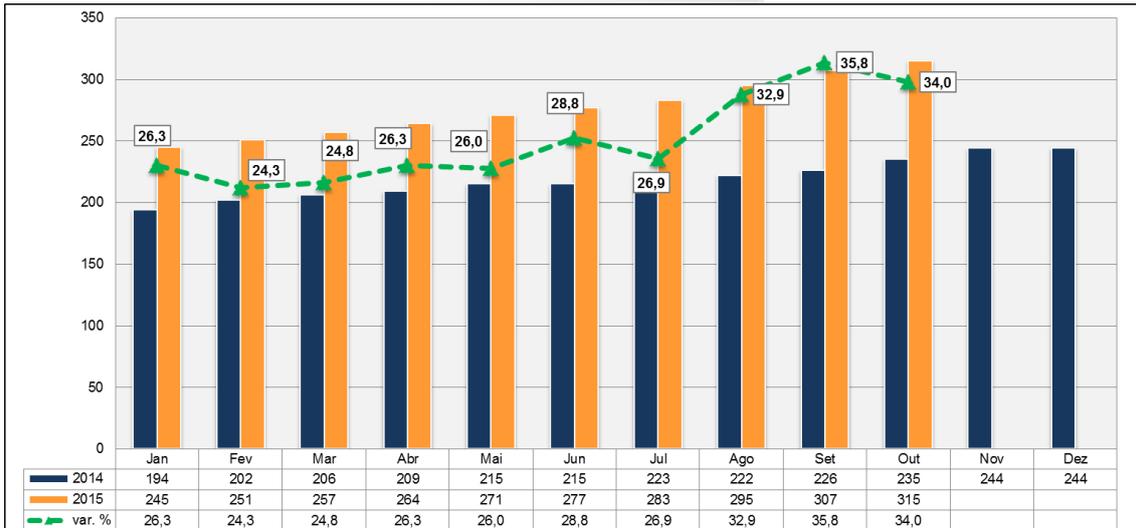


Figura 7.4 - 27 – Número de automóveis com placa, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

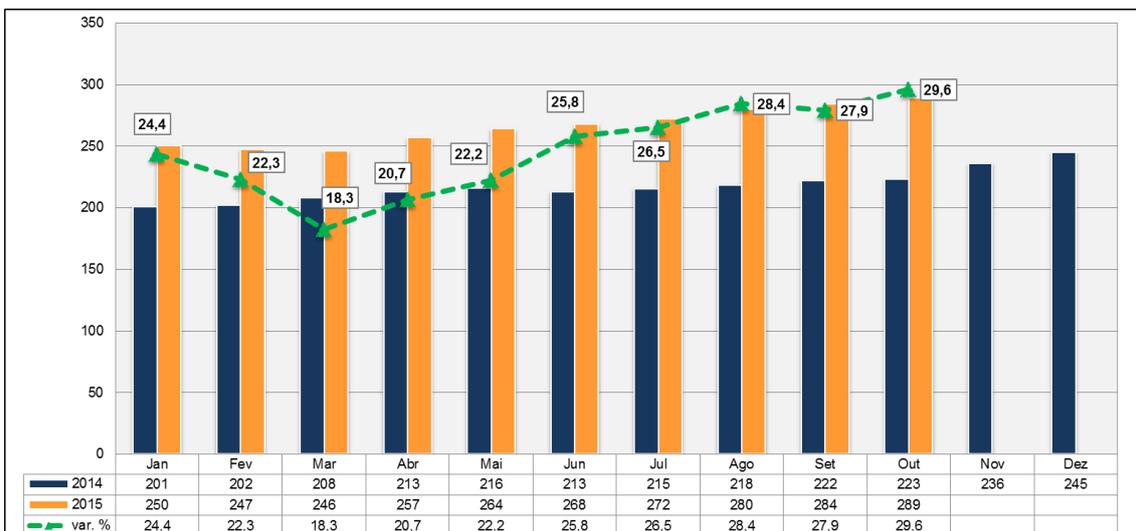


Figura 7.4 - 28 – Número de caminhonetes e camionetas com placa, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

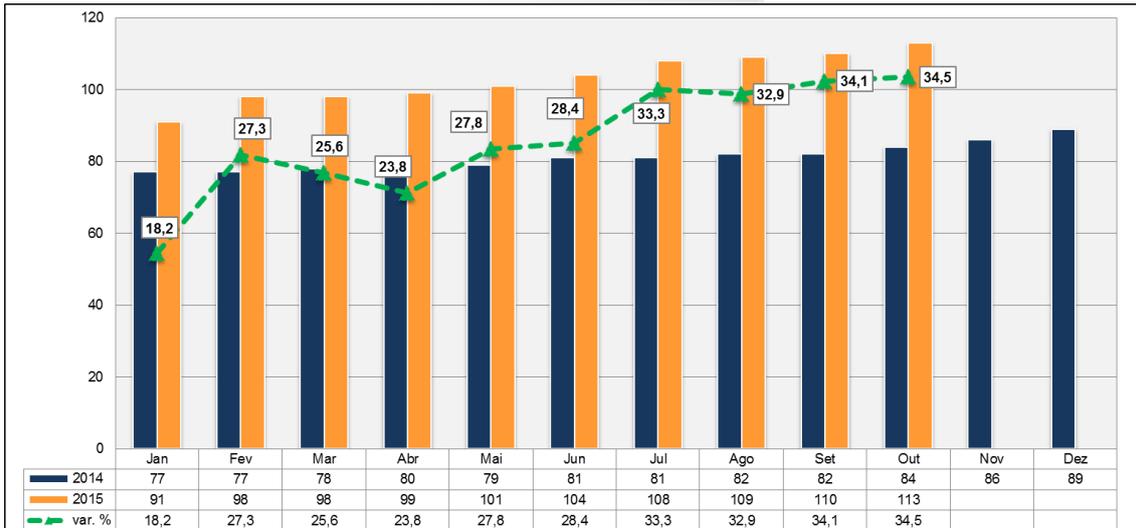


Figura 7.4 - 29 – Número de caminhões com placa, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.



Figura 7.4 - 30 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Brasil Novo

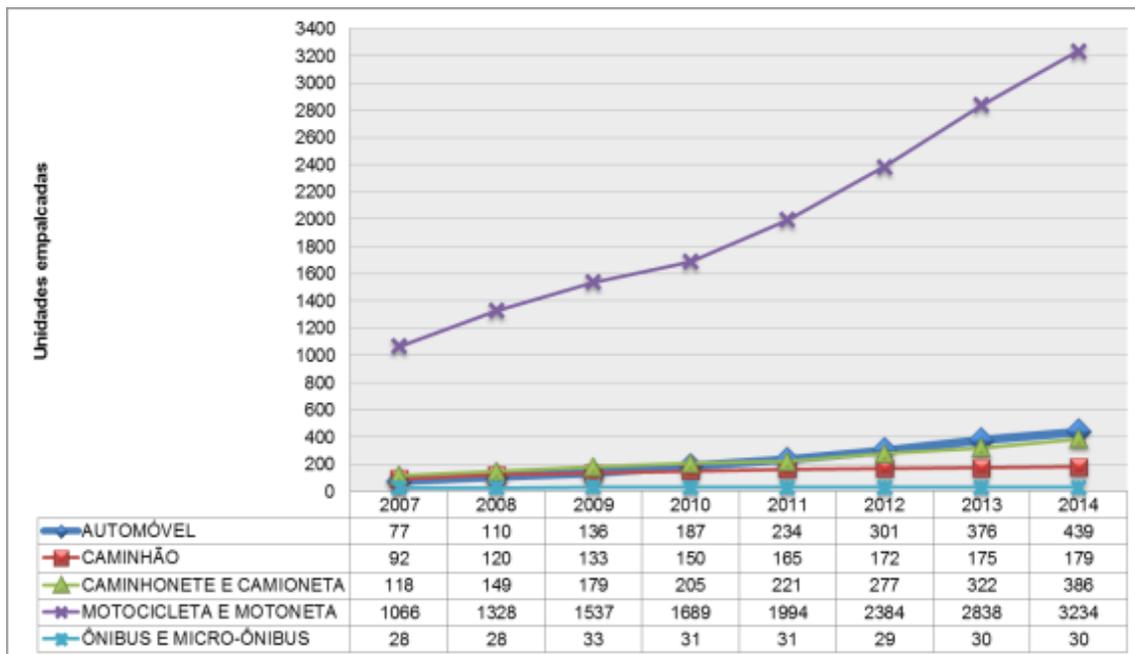


Figura 7.4- 31 - Evolução da frota de veículos em Brasil Novo de 2007 a 2014.

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

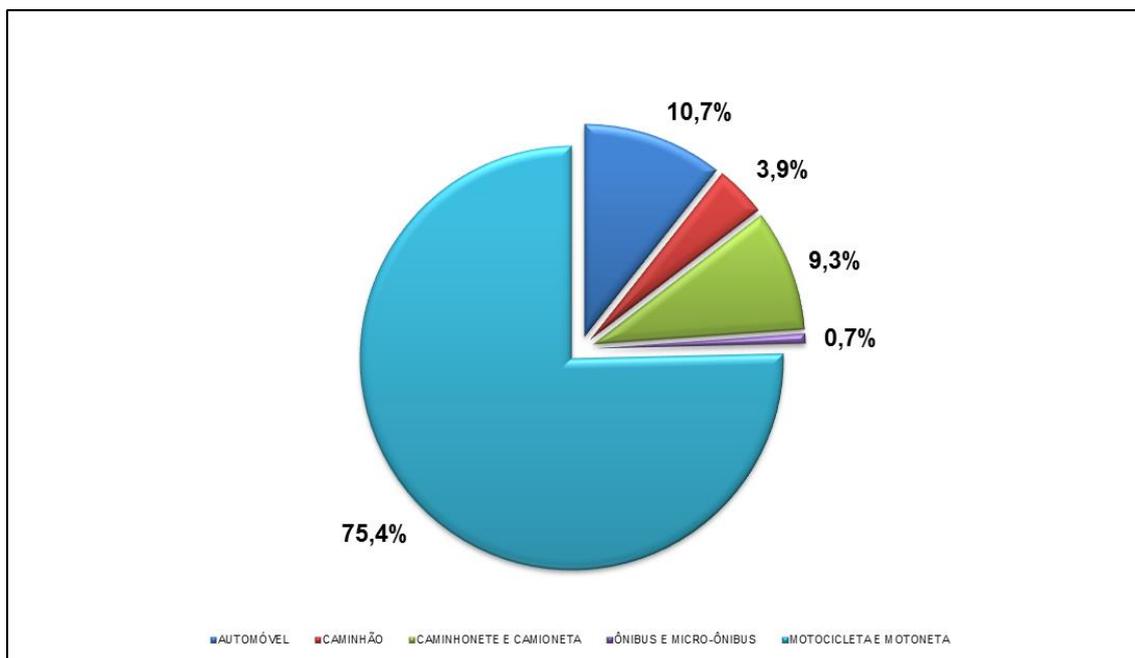


Figura 7.4- 32 – Distribuição percentual por categoria de Veículos em Brasil Novo – outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

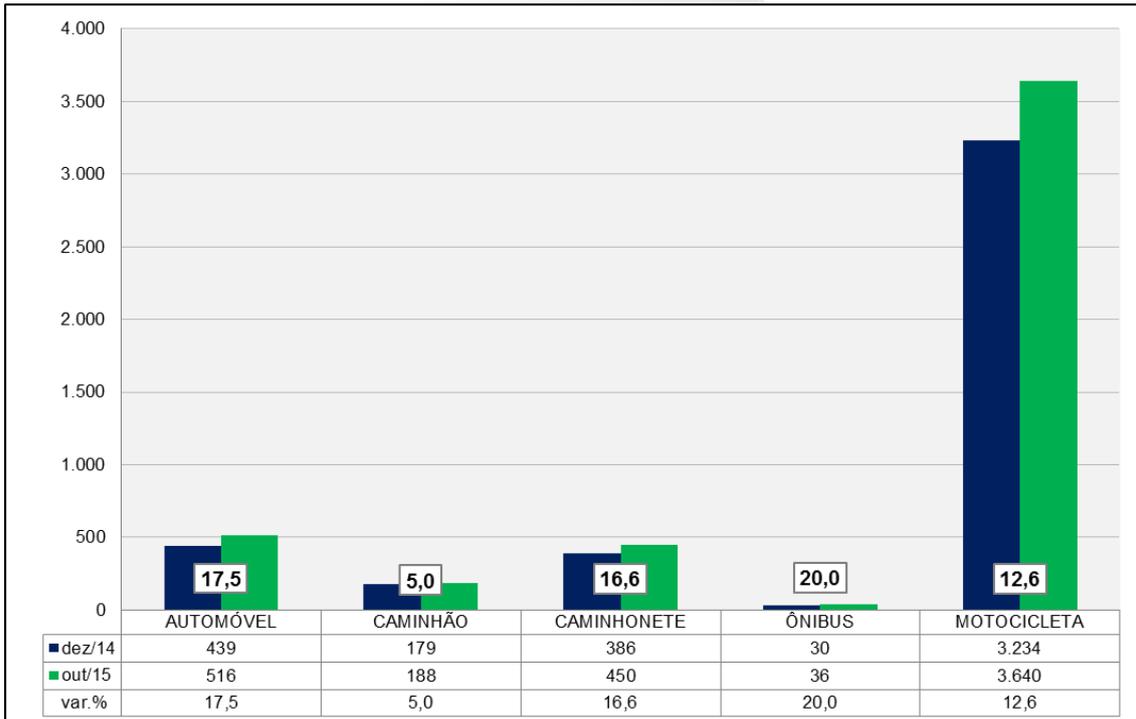


Figura 7.4- 33 – Evolução da frota de veículos em Brasil Novo – dezembro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

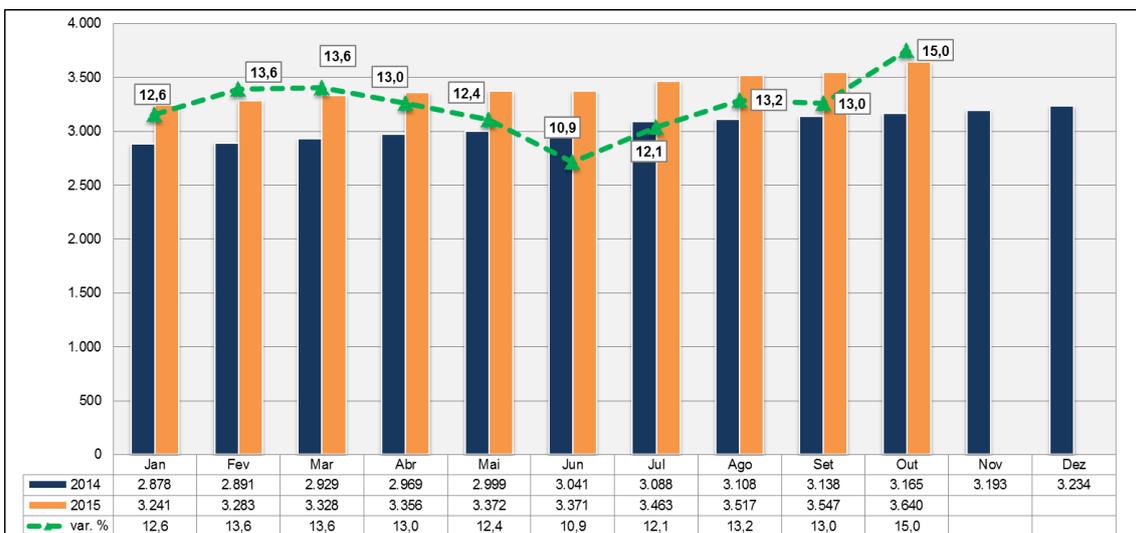


Figura 7.4 - 34 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

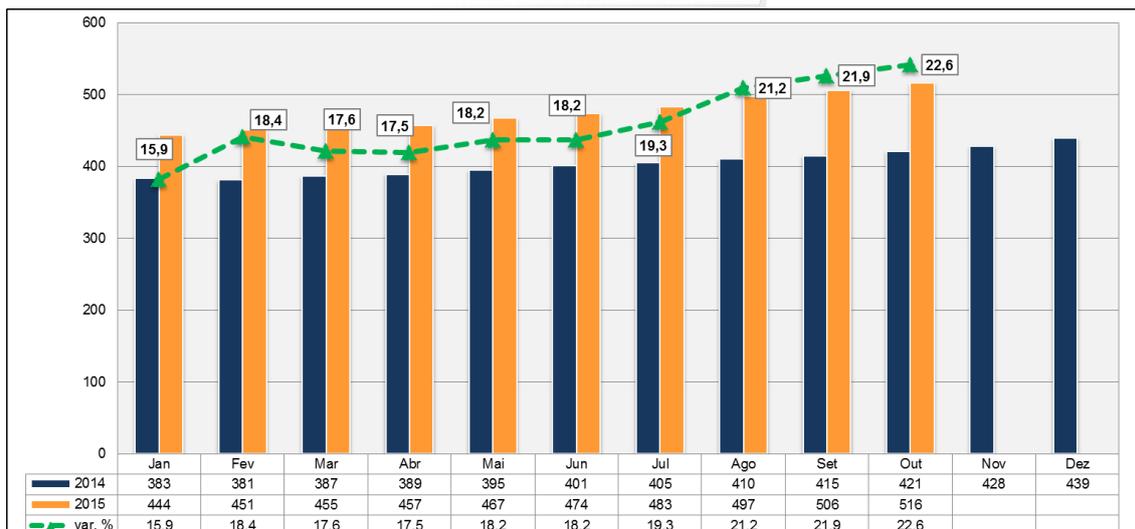


Figura 7.4 - 35 – Número de automóveis com placa, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

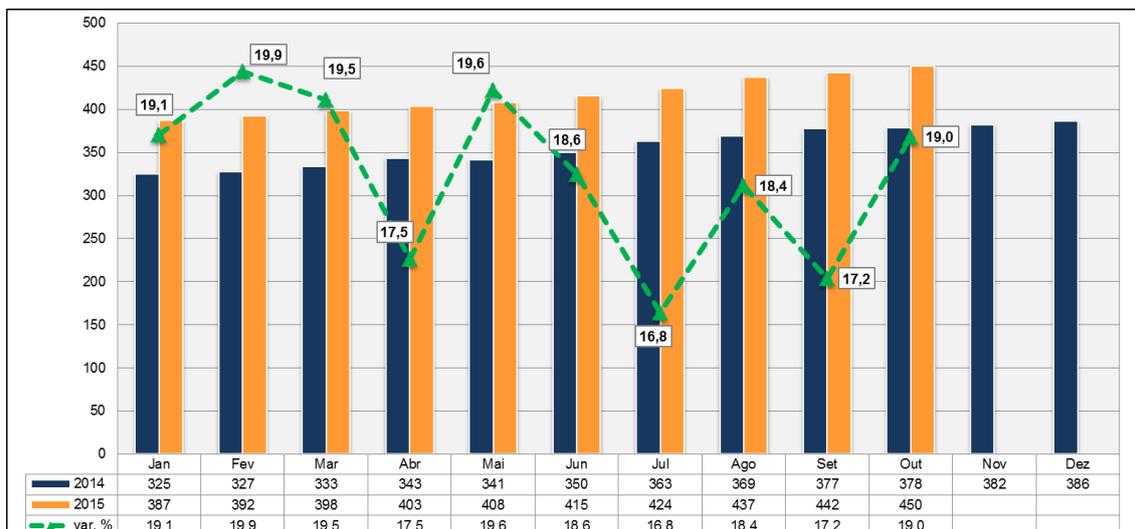


Figura 7.4 - 36 – Número de caminhonetes e camionetas com placa, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

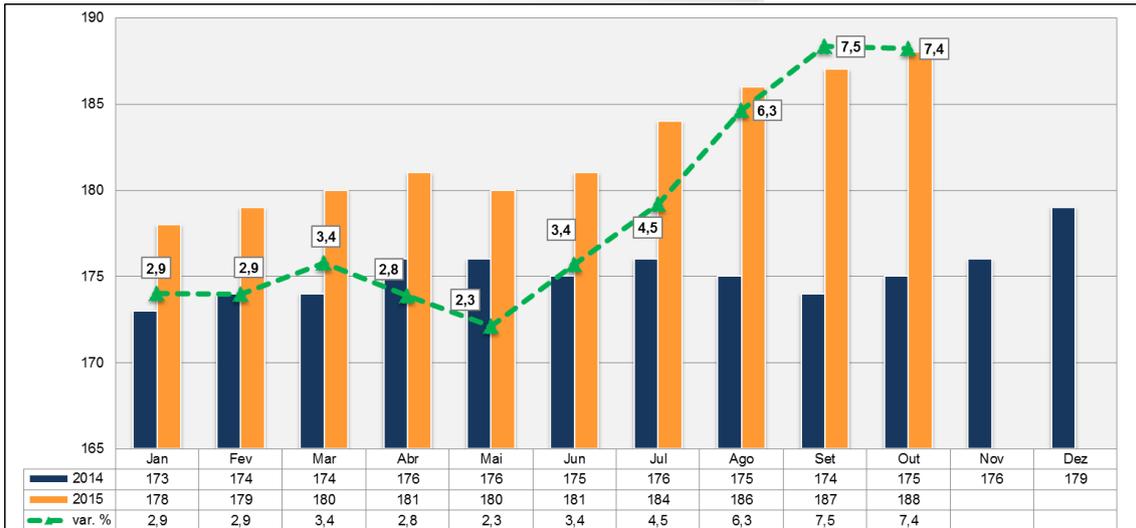


Figura 7.4 - 37 – Número de caminhões com placa em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

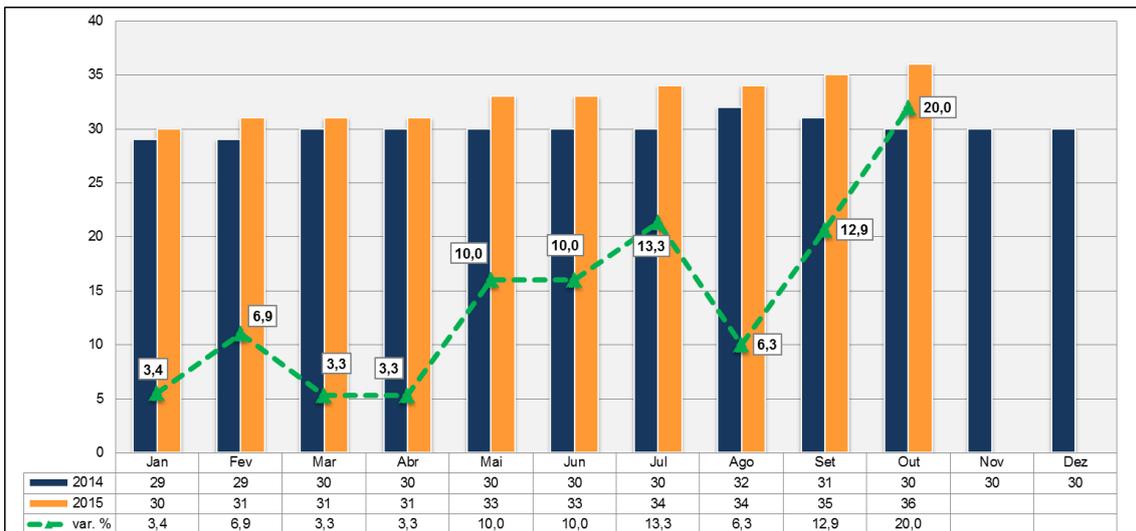


Figura 7.4 - 38 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

d) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Senador José Porfírio

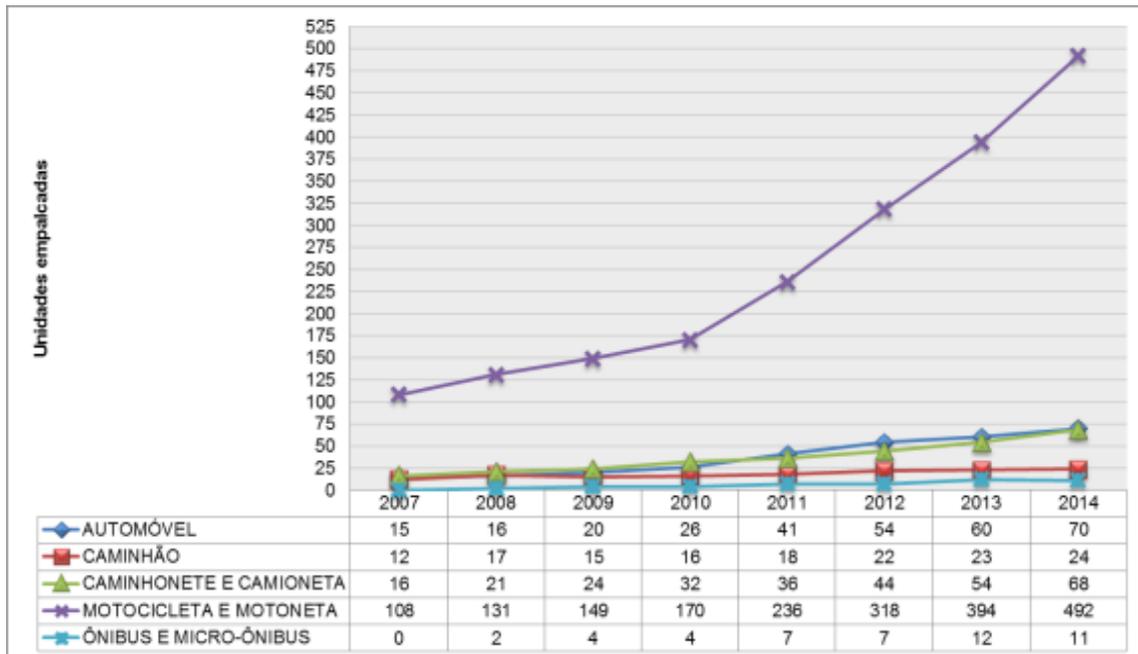


Figura 7.4- 39 - Evolução da frota de veículos em Senador José Porfírio de 2007 a 2014

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

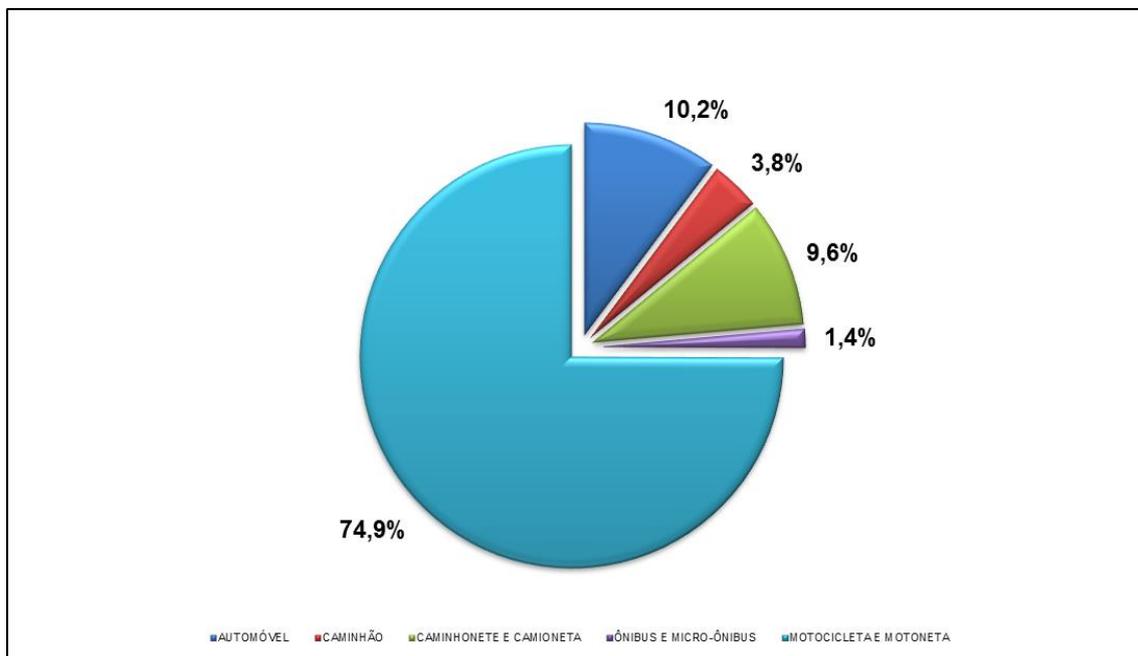


Figura 7.4- 40 – Distribuição percentual por categoria de veículos em Senador José Porfírio – outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN/ Elaboração Norte Energia.

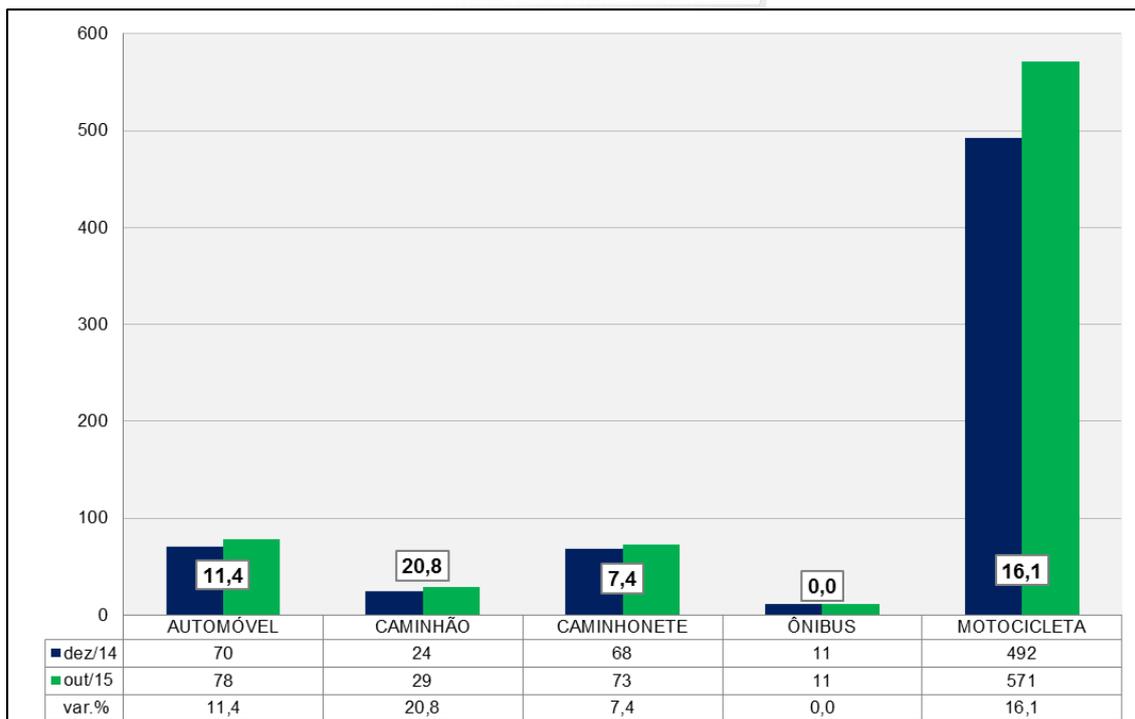


Figura 7.4- 41 – Evolução da frota de veículos em Senador José Porfírio – dezembro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

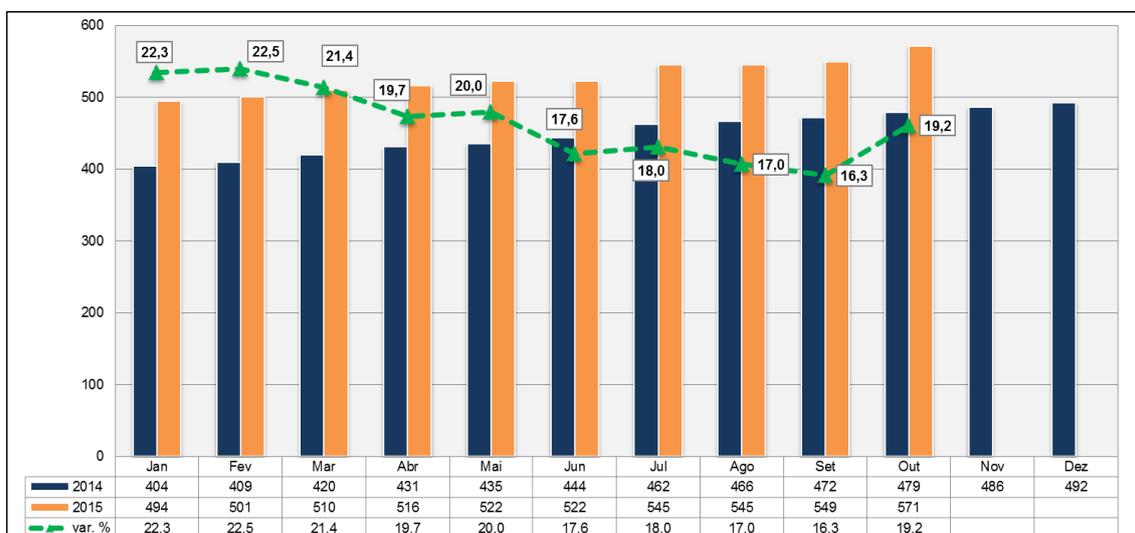


Figura 7.4 - 42 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

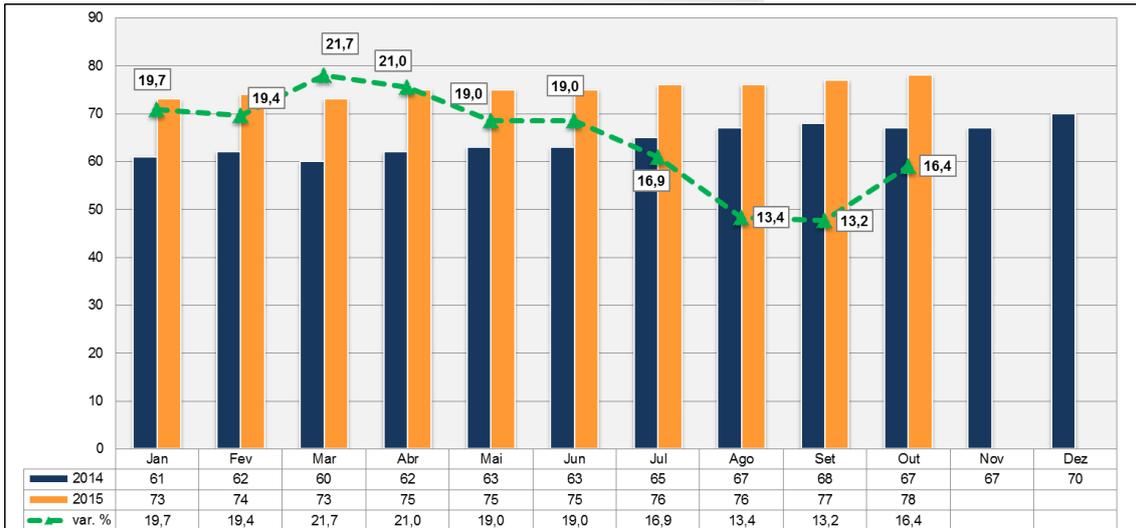


Figura 7.4- 43 - Número de automóveis com placa, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.



Figura 7.4- 44 - Número de caminhonetes e camionetas com placa, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

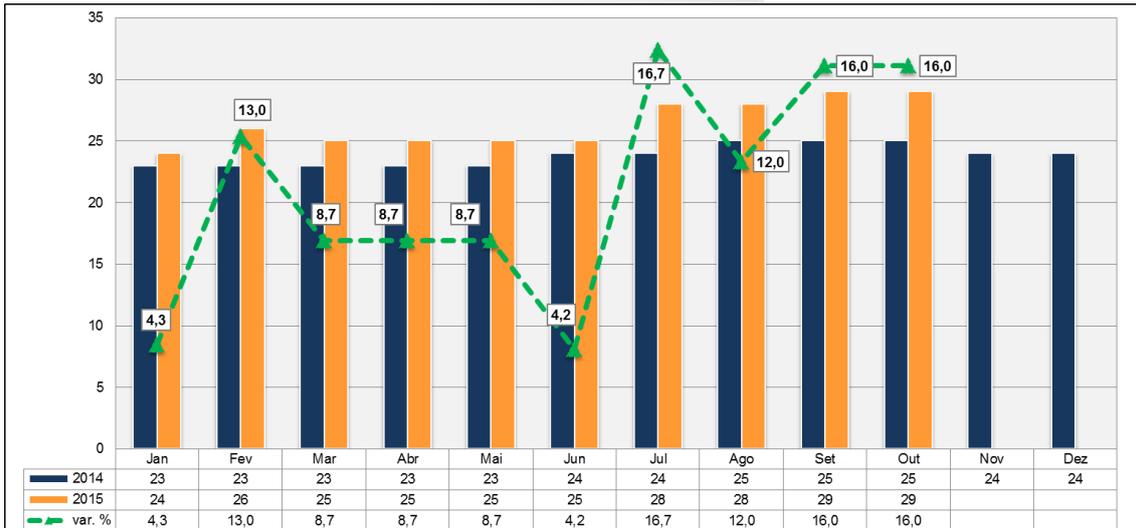


Figura 7.4- 45 - Número de caminhões com placa, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

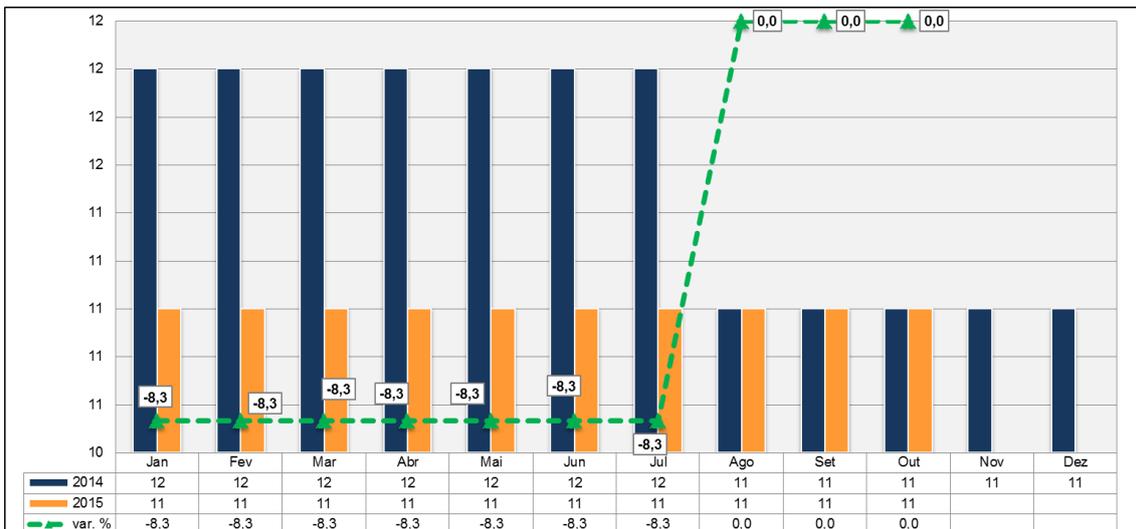


Figura 7.4 - 46 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

e) Análise de Evolução da frota de veículos com placa – Vitória do Xingu

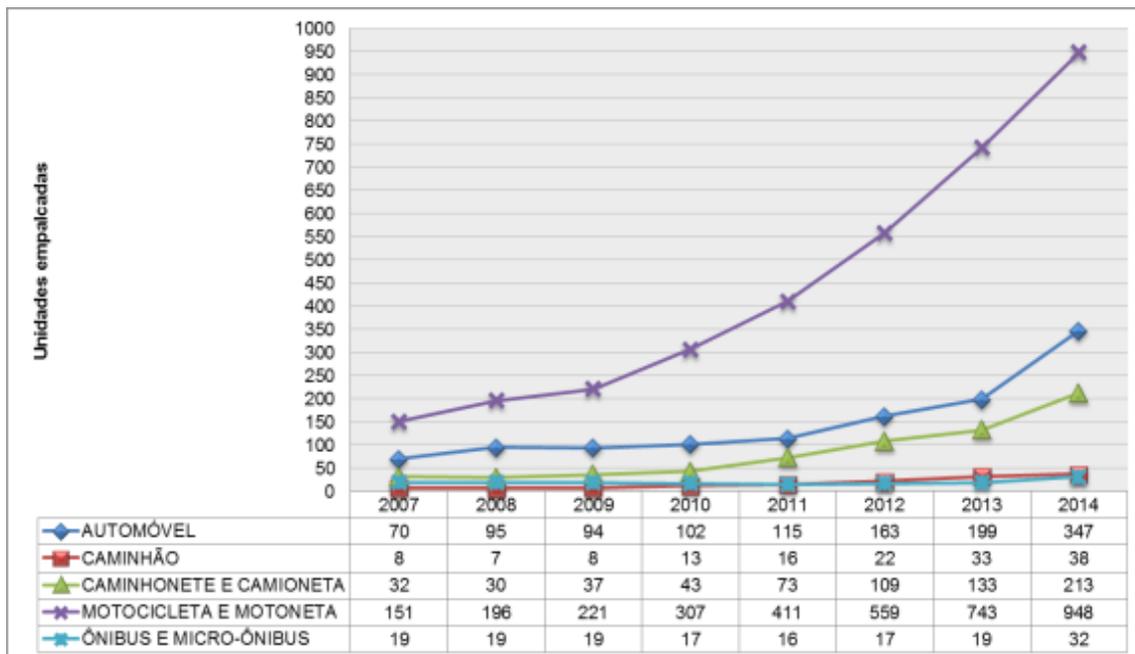


Figura 7.4- 47 - Evolução da frota de veículos em Vitória do Xingu de 2007 a 2014.

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

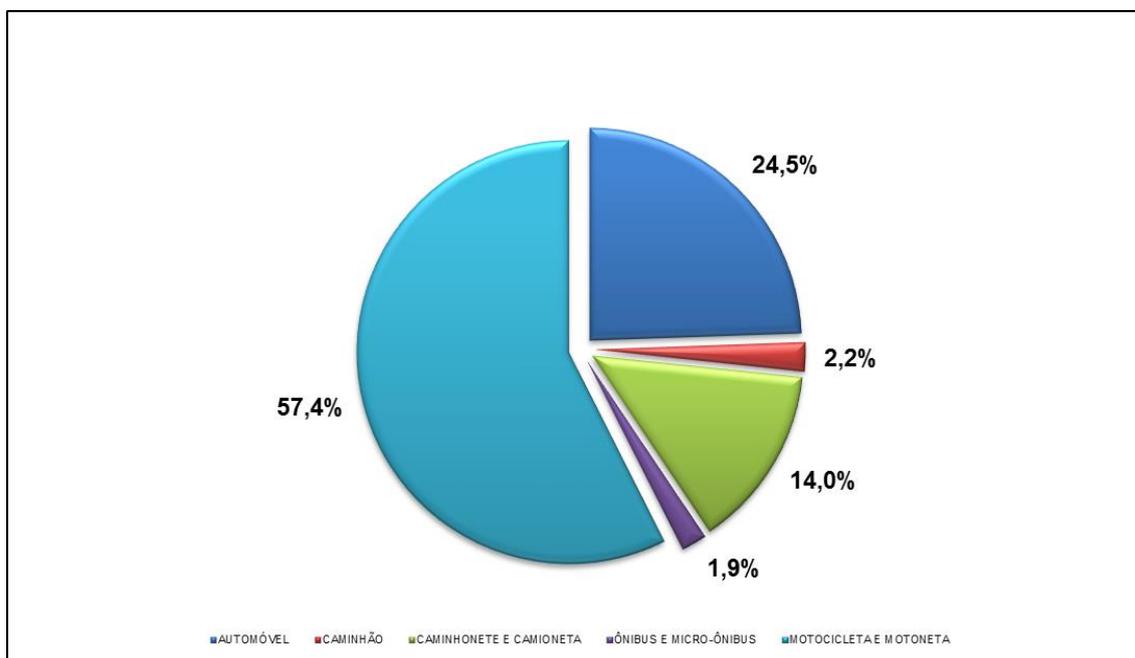


Figura 7.4- 48 – Distribuição percentual por categoria de Veículos em Vitória do Xingu – outubro de 2014

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

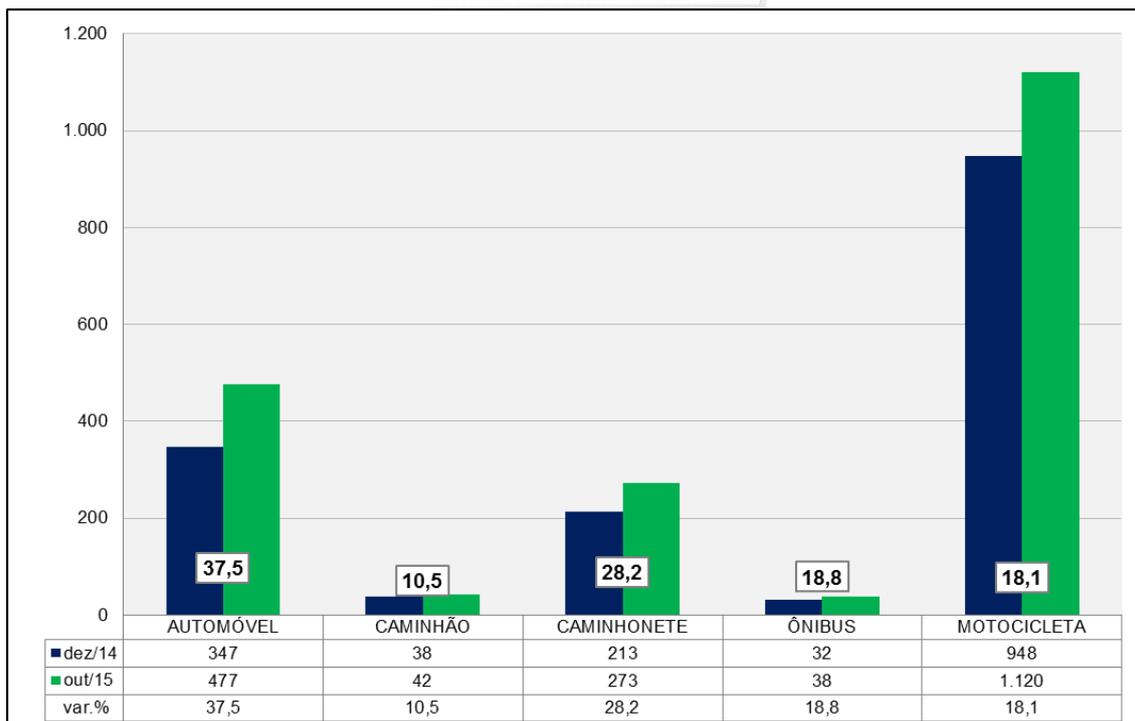


Figura 7.4- 49 – Evolução da frota de veículos em Vitória do Xingu – dezembro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.



Figura 7.4 - 50 – Número de motocicletas e motonetas com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

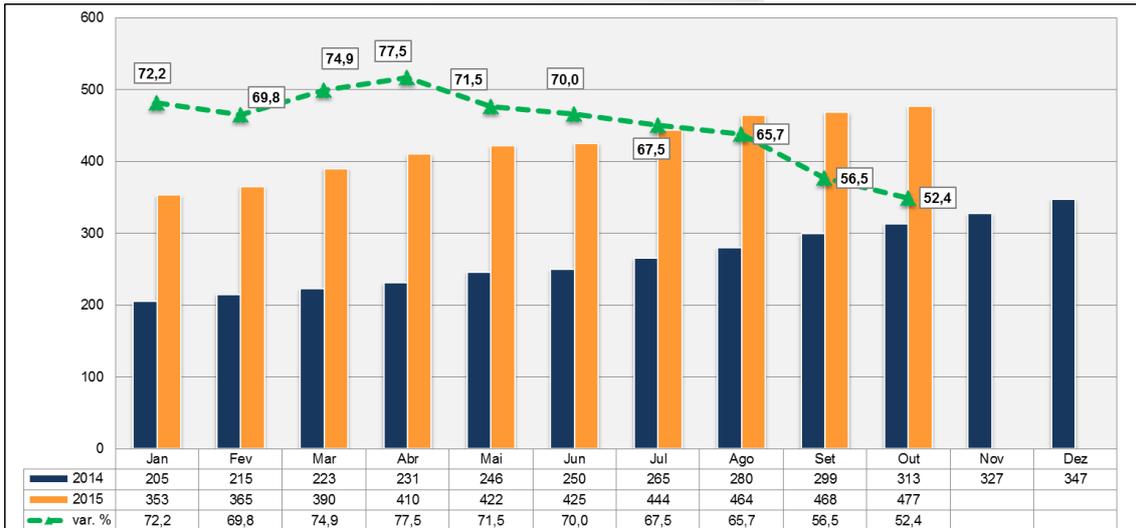


Figura 7.4 - 51 – Número de automóveis com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

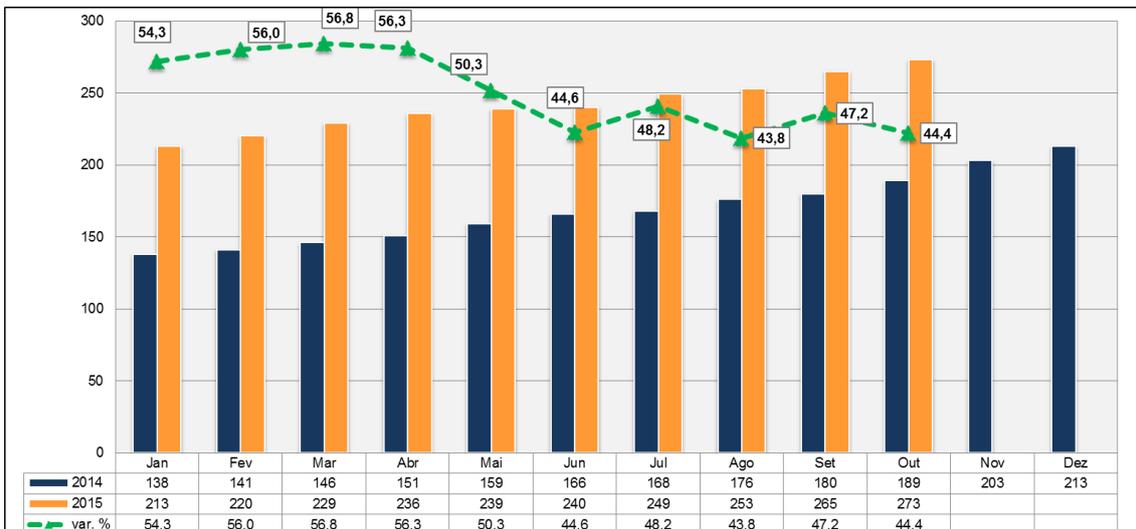


Figura 7.4 - 52 – Número de caminhonetes e camionetas com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

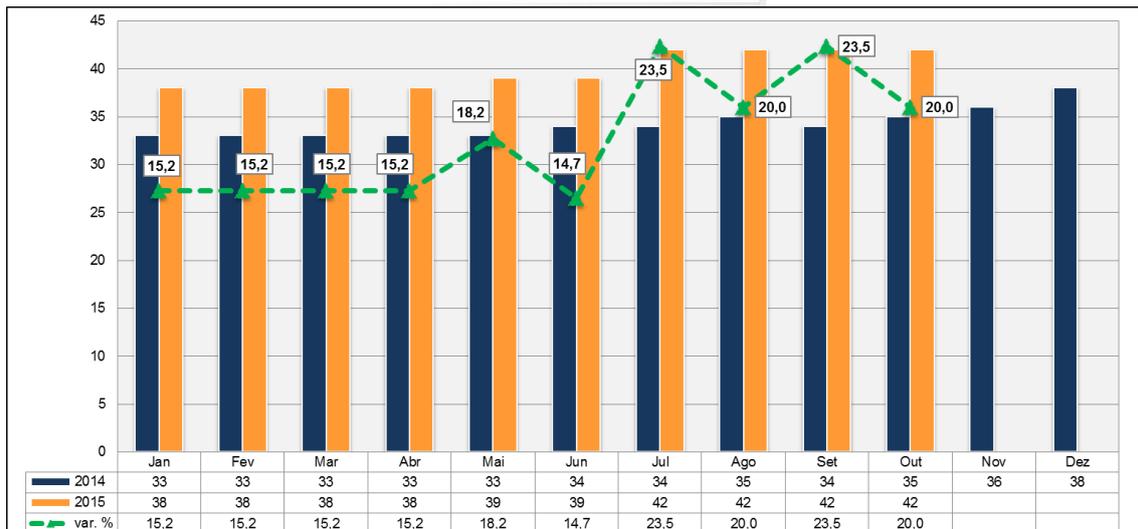


Figura 7.4 - 53 – Número de caminhões com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

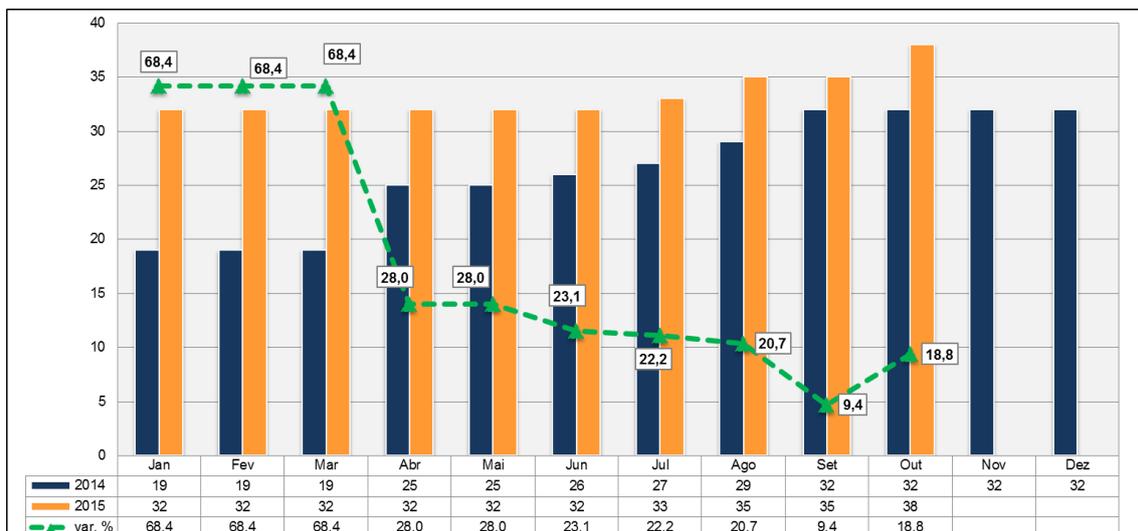


Figura 7.4 - 54 – Número de ônibus e micro-ônibus com placa, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Quando se analisa a evolução da frota de veículos nos municípios da AID desde 2007 e de 2011 a 2014, período da implantação de empreendimento, nota-se uma situação interessante. No caso de Altamira, ao se considerar o total de automóveis, caminhões, caminhonetes/caminhonetas, motocicletas e ônibus, até o início da UHE Belo Monte, o aumento anual era da ordem de 13 a 15% de um ano a outro, sendo que em 2011 subiu um pouco, para 19%. Mas foi a partir de 2012, quando o empreendimento de fato se efetivou que há uma aumento na variação, que passou a 22,5%, manteve-se em 20,8% e teve leve queda em 2014, para 15,2%. Contudo, é preciso ter cuidado na análise desse crescimento, pois ele tem de ser contextualizado e relativizado.

Ao se levar em conta o aumento efetivo em números absolutos de veículos novos emplacados por ano, constata-se que até 2010, variava entre pouco mais de 2.400 a 2.800 ao ano. Em 2011 o total de veículos novos emplacados foi de 4.532, e em 2012, esse número saltou para 6.370, aumentou ainda mais, para 7.195 em 2013, e diminuiu para 6.359 em 2014. Tais cifras mostram claramente que houve um impacto positivo do empreendimento na aquisição de novos veículos em Altamira, notadamente a partir de 2012, ou seja, se antes da UHE Belo Monte, eram emplacados menos de 3.000 veículos ao ano, após sua implantação efetiva, esse montante superou 6.300 veículos, ultrapassando 7.100 veículos. Mesmo em 2014, quando o ritmo de crescimento dos emplacamentos decaiu, o número de veículos novos emplacados ficou praticamente igual a 2012.

Quando se verificam os dados dos dez primeiros meses de 2015, observa-se que o aumento em relação a dezembro foi de 13,9% nos automóveis, 10,5% nas motocicletas, 16,4% nas caminhonetes/caminhonetas, 5,7% nos caminhões e 7,5% nos ônibus. Por tais cifras, pode-se inferir que possivelmente o aumento de automóveis, motocicletas e caminhões não deve ser muito diferente em relação a 2014. No caso dos caminhões há certa queda de novos emplacamentos entre 2013 e 2014. Nota-se também uma tendência de queda nos emplacamentos de ônibus em 2015. Isso já poderia ser esperado, pois o aumento de tais veículos se deu a partir de 2012 praticamente por conta do aumento de trabalhadores das obras civis transportados entre a sede municipal de Altamira e as obras, ou dos alojamentos para os canteiros. Assim, com o processo de desmobilização evidentemente diminuiu a necessidade de ônibus por conta do empreendimento.

De qualquer maneira, por conta dos números absolutos, houve um incremento significativo de arrecadação do IPVA em Altamira, pois metade do montante fica com o município. Além disso, esses veículos novos são abastecidos em grande medida na sede municipal, assim como parte de outras manutenções que os veículos demandam. Por conta de tais características, certamente ocorreu um impacto positivo tanto na arrecadação municipal direta e indireta, por conta dos serviços e impostos indiretos decorrentes desse aumento de frota.

Ao se analisar a evolução da frota por tipo de veículo, nota-se que por volta de dois terços, ou 66,%, constituem-se de motocicletas/motonetas, o que é esperado nos municípios do interior do país em geral, devido ao baixo preço de aquisição. Os automóveis constituem quase um quinto da frota, ou 19%, ao passo que as caminhonetes/caminhonetas chegam próximo a um décimo, ou 9,7%. Os caminhões chegam a 3,8% e os ônibus a 1,5%. Como já salientado, apesar do baixo número de caminhões e ônibus em relação ao total, sem o empreendimento, o seu número seria ainda mais irrisório, pois seu aumento se verificou após a instalação da UHE Belo Monte, e possivelmente sofrerá declínio com o processo de desmobilização de mão de obra ao longo dos anos até o final da construção.

Em Anapu, o aumento da frota de veículos, em geral, é constatado a partir de 2011, quando o número de automóveis subiu 46,3% em relação a 2010 (em termos absolutos, passou de apenas 67 para 98, ou seja, 31 veículos a mais). Em 2012

passou para 142 veículos (+ 44), em 2013 para 194 veículos (+ 52) e, em 2014, para 244 veículos (+ 50 veículos). Os automóveis, com tais quantidades, representam pouco mais de um décimo da frota total, ou 11,1%. Trata-se de cifras pequenas em termos absolutos, o que explica a maior proporção em relação a Altamira. As motocicletas/motonetas subiram em menor proporção quando comparada aos automóveis, ou seja, o crescimento anual foi menor a partir de 2011 (entre 16,4% em 2013 a 23,4% em 2011) em relação a 2008 (36,6% ou 2009 (30,9%). Mas, em números absolutos trata-se do principal tipo de veículo, representando quase três quartos no total, ou 73,5%. Em 2014, as motocicletas/motonetas somavam 1.827 veículos.

Fato interessante é que, diferentemente de Altamira, em Anapu as caminhonetes/caminhonetas representam praticamente a mesma proporção que os automóveis, ou seja, em 2014, eram 245 e 244 respectivamente. Isso pode ocorrer por conta das características do município, com maior atividade agropecuária e madeireira. Tal fato pode fazer com que esse tipo de veículo seja mais utilizado em relação aos automóveis. Porém, até outubro de 2015, essa relação se inverteu, isto é, foram emplacadas menos caminhonetes/caminhonetas em relação aos automóveis (18,0% e 29,1%, respectivamente). Com isso, o número de automóveis superou o de caminhonetes/caminhonetas, com respectivamente, 315 e 289 veículos.

Quanto aos caminhões e ônibus, apesar de o seu crescimento em termos relativos seja significativo, em números absolutos é irrisório. Em 2014 havia apenas 27 ônibus/micro-ônibus e 89 caminhões. Em 2015, até novembro, havia apenas 4 ônibus/micro-ônibus a mais (31) e 113 caminhões (havia 89 em 2014).

Brasil Novo tem uma distribuição de frota de veículos similar a Anapu, ou seja, em 2015 as motocicletas/motonetas representam três quartos do total, ou 75,4%, ao passo que os automóveis e as caminhonetes/caminhonetas são cerca de um décimo, com 10,7% e 9,3%, respectivamente. Os caminhões são 3,95% e os ônibus/micro-ônibus sequer chegam a 1% (0,7% mais especificamente). Além disso, ao se comparar a evolução da frota ao longo dos anos, não se caracteriza qualquer relação entre o empreendimento e o incremento nos emplacamentos, como é nítido em Altamira. Isso se reflete no aumento de frota até menor que em 2008, quando foi 42,9%, o que representou 33 veículos a mais (77 para 110). A partir de 2011, o aumento relativo gira entre 16,8% em 2014 a 28,6% em 2012, sendo que em termos absolutos, subiu para 439 em 2014 ante 376 em 2013 (+ 63 veículos), ou subiu de 301 para 376 entre 2012 e 2013 (+71).

Como ocorre em todos os municípios da AID, a principal frota é a de motocicletas/motonetas, mas o seu aumento em termos relativos está entre 14,0% em 2014 a 19,6% em 2012. Em termos absolutos, são 3.234 em 2014 ante 2.838 em 2013 (+ 396), 2.384 em 2012 (+ 454), e 1.994 em 2011 (+390). Em 2015, nos dez primeiros meses, houve um crescimento de 406 motocicletas/motonetas, chegando a 3.640 veículos. Nota-se, então, que a variação ano a ano não tem qualquer relação com o empreendimento no caso de Brasil Novo.

Nas caminhonetes/caminhonetas ocorre algo similar como ocorreu com os automóveis. Em 2012 houve um aumento de 25,3%, quando passou a 277 veículos (+56 ante os 221 de 2011). Em 2013 aumentou para 322 (+45) e em 2014 chegou a 386 (+64). Em 2015, até outubro, o número chegou a 450 caminhonetes/caminhonetas (+64). Portanto, também nesse caso não se nota qualquer relação com o empreendimento.

O número de caminhões é pouco significativo em termos absolutos e, ao longo dos anos, seu crescimento se mostra igualmente pequeno, com tendência ao decréscimo desde 2008. Para se ter ideia da diminuição do ritmo de crescimento, passou de 120 em 2008 para 133 em 2009 (+13), 150 em 2010 (+17), 165 em 2011 (+15), 172 em 2012 (+7), 175 em 2013 (+3) e 179 em 2014 (+4). Em 2015, até outubro, são 188 caminhões (+9). O número de ônibus/micro-ônibus é menor ainda, sendo que eram apenas 33 em 2009 e diminuiu para 31 em 2010 e 2011, diminuiu ainda mais, para 29 em 2012, teve acréscimo de um veículo em 2013 e 2014, passando a 30, e em 2015, até outubro chegou a 36 ônibus/micro-ônibus.

Senador José Porfírio também apresenta uma distribuição de frota em 2015 muito similar a Anapu e Brasil Novo, com cerca de três quartos de motocicletas (74,9%), por volta de um décimo de automóveis e caminhonetes/caminhonetas (10,2% e 9,6%, respectivamente), 3,8% de caminhões e 1,4% de ônibus/micro-ônibus, que são cifras irrisórias. O que diferencia Senador José Porfírio dos demais é o pequeno número em termos absolutos em todos os tipos de veículos, o que é influenciado em grande parte pela sua localização geográfica, que torna menos propensa a locomoção de veículos terrestres quando comparada aos outros municípios da AID.

Por conta desses pequenos números, no caso dos automóveis houve, realmente, um crescimento de 57,7% em 2011, mas isso representou apenas 15 veículos a mais (26 para 41). Em 2012 ainda aumentou 31,7% (13 veículos a mais, ou passou de 41 para 54). Mas em 2013 e 2014, esse ritmo diminuiu até mesmo em números absolutos (6 e 10 veículos, respectivamente). Em 2015, nos dez primeiros meses o total passou para 78 automóveis, ou apenas 8 veículos a mais no período. No caso das caminhonetes/caminhonetas (de 2011 para os dias atuais o crescimento é por volta de 22% a 25%. Mas, em termos absolutos isso representou 36 veículos em 2011, 44 em 2012 (+8), 54 em 2013 (+10) e 68 em 2013 (+14). Em 2015, nos dez primeiros meses, o número chegou a 73 (+5). Mas, como destacado, os números são muito pequenos para aventar qualquer conclusão.

Mesmo as motocicletas/motonetas cujo número está acima de 1.800 veículos em Anapu e 3.200 em Brasil Novo, em Senador José Porfírio totalizavam apenas 492 em 2014. E, isso com aumento relativo que chegou a 39% em 2011 e 35% em 2012. Seu número absoluto era de apenas 108 em 2007, chegou a 236 em 2011 (+66 ante os 170 de 2010), 318 em 2012 (+82), 394 em 2013 (+76) até chegar a 492 em 2014 (+98). Em 2015, nos dez primeiros meses, registram-se 571 motocicletas/motonetas (+79), ou seja não há clara tendência de aumento e muito menos qualquer relação com o empreendimento.

O número de caminhões mostra-se ainda menor: havia apenas 12 em 2007, subiu para 17 em 2008, decaiu para 15 em 2009, subiu para 16 em 2010, 18 em 2011, 22 em 2012, 23 em 2013 e 24 em 2014. Em 2015, até outubro, havia 29 caminhões, ou aumento de 5 veículos. Por conta dos números muito pequenos, não há como inferir qualquer conclusão, mas os últimos anos mostra que o aumento de apenas um veículo aponta para a baixa dinâmica econômica do município. O número de ônibus e micro-ônibus é menor ainda. Não havia qualquer veículo em 2007, passou a 2 em 2008, manteve-se em 4 entre 2009 e 2010, 7 entre 2011 e 2012, subiu para 12 em 2013, mas diminuiu para 11 em 2014 e permanece com o mesmo número em 2015.

Vitória do Xingu apresenta, em termos relativos, uma distribuição diversa dos demais municípios da AID. No caso das motocicletas/motonetas, apesar de ser maioria, em 2015 chega a 57,4% da frota, diferentemente dos três quartos verificados em Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio. Os automóveis são em maior proporção, chegando a um quarto da frota, ou 24,5%, ao passo que as caminhonetes/caminhonetas chegam a 14,0%. Os caminhões e ônibus/micro-ônibus são em proporções irrisórias, como nos demais municípios.

No entanto, essa diferença na frota deve ser relativizada pelos pequenos números absolutos. Tal como ocorre com Senador José Porfírio, mesmo o número de motocicletas/motonetas, não chegava ao milhar em 2014, ou eram 948 ao final do ano. O crescimento da frota de motocicletas/motonetas igualmente se mostra irregular ao longo dos anos, sendo que o maior crescimento em termos relativos ocorreu a partir de 2010, quando chegou a 307 (+86 ante 2010). A partir de 2011 começa a haver algum crescimento relevante em termos absolutos, quando chegou a 411 (+104). Em 2012 o total chegou a 559 (+148), a 743 em 2013 (+184) e a 948 em 2014 (+205). Em 2015, até outubro, o número chegou a 1.120 (+172), ou seja, possivelmente há alguma relação entre o empreendimento e o incremento de frota de motocicletas/motonetas em Vitória do Xingu.

No caso dos automóveis, houve pouca variação em números absolutos entre 2008 e 2010, quando o total chegou a 102. Em 2011 o número chegou a 115 (+13), em 2012 chegou a 163 (+48), a 199 em 2013 (+36) e a 347 em 2014 (+148). Em 2015, até outubro, o número de automóveis era de 477 veículos (+130). Tal como no caso das motocicletas/motonetas, pode haver uma relação entre o empreendimento e o aumento do número de automóveis no município. Nas caminhonetes/caminhonetas ocorre algo similar, muito embora em menor número absoluto quando comparado aos automóveis. Em 2011 havia 73 veículos (+30 ante 2010), passou a 109 em 2012 (+36), a 133 em 2013 (+24), e houve um salto para 213 em 2014 (+80). Em 2015, até outubro, o número de caminhonetes/caminhonetas chegou a 273 (+60). Nesse caso, deve ocorrer uma relação entre a dinamização da economia, por conta do aumento de arrecadação proporcionado pelo empreendimento, mas não no seu início, pois aparentemente o aumento desse tipo de veículo se deu notadamente nos últimos dois anos, ou seja, o crescimento vinha se mantendo relativamente similar até 2013, dois anos após a implantação da UHE Belo Monte.

O número de caminhões se mostra muito pequeno em termos absolutos: era de apenas 8 veículos em 2009, passou para 13 em 2010, para 16 em 2011, 22 em 2012, 33 em 2013 e 38 em 2014. Em 2015, até outubro, eram 42 caminhões. Pelos números, também se nota um relativo aumento a partir de 2013, mas isso também pode estar relacionado à maior dinamização da economia por conta dos repasses de impostos como o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) das obras da UHE Belo Monte. Os ônibus e micro-ônibus se mantiveram estáveis em números absolutos, entre 17 e 19 entre 2007 e 2013. Só em 2014 é que houve um aumento para 32, e em 2015, até outubro, está em 38.

Por fim, saliente-se que o emplacamento de veículos reflete, e ao mesmo tempo contribui, para a dinamização da economia local, visto que implica a necessidade de manutenção seja de serviços seja na comercialização de combustíveis. Pode indicar ainda a renovação da frota, melhorando o serviço prestado à população, principalmente nos casos de ônibus e micro-ônibus, mesmo que em municípios da AID fora de Altamira, o seu número absoluto seja pequeno. Além disso, como já mencionado, o emplacamento define o valor do repasse do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) aos municípios.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará (SEFA)², em 2015 foram repassados mais de 3 milhões de reais aos municípios da AID da UHE Belo Monte até maio. Em comparação com o mesmo período de 2014, o crescimento do valor do repasse foi de 18%. Em função da dimensão da frota, evidentemente, Altamira recebeu a maior parte, o que significou 88% do valor total (R\$ 2.672.059,88), seguido de 4% para Brasil Novo e o mesmo valor para Vitória do Xingu. Anapu recebeu neste período 3% do valor total repassado e 1% foi destinado a Senador José Porfírio.

Devido ao porte de sua frota emplacada, Vitória do Xingu recebeu repasse relativamente pequeno dos valores do IPVA. Porém, a ampliação do emplacamento nos primeiros cinco meses de 2015 refletiu no aumento dos valores desse imposto. Em 2014, no mesmo período o repasse do Governo do Estado foi de R\$ 66.645,09 passando a R\$ 118.023,42 em 2015, o que significou aumento de 77% na receita do município.

Ressalte-se também que, mesmo em Altamira, independentemente de influências do empreendimento, é possível que as previsões de queda de vendas e emplacamentos se acentuem em 2016, por conta da crise econômica por que passa o país. Nesse caso, municípios como Anapu, Brasil Novo e Senador José Porfírio, que não sentem a influência do empreendimento na dinamização da economia local, possam sentir ainda mais diretamente os efeitos da crise econômica no número de emplacamentos de veículos.

²<http://www.sefa.pa.gov.br/site/index.php/receitas-despesas/72-receitas-despesas/tesouro-estadual/ipva/835-repasse-ipva>

DIMENSÃO: EDUCAÇÃO

3.3. Indicador “7. Evolução do número de matrículas nas escolas”

4.1.1 – Evolução do número de Matrículas

Em novembro de 2015, quando terminou o monitoramento de evolução de matrículas por conta do final do ano letivo, eram acompanhadas 87 escolas públicas urbanas e 45 escolas rurais na AID, totalizando 132 escolas levantadas. No caso das escolas rurais, elas não entram no cálculo de suficiência, uma vez que em sua quase totalidade compõe-se de pequenas escolas, a maioria multisseriada e com poucos alunos. Assim, todas estão aptas a receberem um número maior de alunos. Ressalte-se, também, que são monitoradas apenas as escolas rurais definidas como de interesse ao empreendimento³ e, dessa maneira, não se monitora a totalidade das instituições de ensino rural. Além disso, as populações tendem a se dirigir para os núcleos urbanos, independentemente de afluxo populacional por conta do empreendimento. Esse afluxo somente ocorreu em Altamira e, residualmente, em Vitória do Xingu, notadamente até 2014.

Ao se atentar para as escolas por município, evidentemente Altamira concentra o maior número, com 60 das 87 escolas urbanas. Os demais municípios apresentam número similar, variando entre 6 (Vitória do Xingu e Senador José Porfírio), 7 (Anapu) e 8 (Brasil Novo) escolas urbanas monitoradas. Ao se somar as escolas rurais, em Altamira são levantadas informações de evolução de matrículas de 77 escolas, seguido por Senador José Porfírio, com 17 e Vitória do Xingu, com 16 escolas (**Quadro 7.4-3**).

Quanto ao número de escolas públicas urbanas monitoradas por nível de ensino, são 30 escolas de Educação Infantil, mais 3 nas quais há tanto Educação Infantil quanto Ensino Fundamental, 41 de Ensino Fundamental, 5 de Ensino Fundamental e Médio, e 6 de Ensino Médio (**Quadro 7.4-4**).

³ São as escolas rurais localizadas na Área Diretamente Afetada (ADA), as próximas à ADA, aquelas escolas de localidades com potencial aumento populacional por conta do empreendimento, como a Agrovila Leonardo da Vinci, Belo Monte, Belo Monte do Pontal e Vila Izabel, escolas próximas a localidades que receberam famílias deslocadas por conta do remanejamento rural.

Quadro 7.4-5 – Número de escolas urbanas e rurais monitoradas na AID da UHE Belo Monte, em novembro de 2015

LOCALIZAÇÃO ESCOLA	MUNICÍPIO					TOTAL
	ALTAMIRA	ANAPU	BRASIL NOVO	SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	VITÓRIA DO XINGU	
URBANA	60	7	8	6	6	87
RURAL	17	3	4	11	10	45¹
TOTAL	77	10	12	17	16	132

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. De março para abril de 2015 o total de escolas rurais passou de 48 para 45. Em abril/15, 4 escolas rurais foram desativadas, devido à baixa demanda, e deixaram de ser monitoradas: EMEF Bom Jardim II (alunos foram remanejados para EMEF Benito Raposo); EMEF São Raimundo e EMEF Ilha do Espanhol (alunos foram remanejados para a EMEF e EMEM Nova Vida e EMEF Maria de Lurdes); e EMEF Nossa Senhora Aparecida I (alunos foram remanejados para a EMEF do Evangelho). Em abril/15 a EMEF Duque de Caxias, que estava desativada, voltou a ser monitorada, pois houve demanda de alunos. Em maio/15, o total de escolas rurais monitoradas foi para 44, devido à desativação da EMEF Joelina Pedrosa, devido à baixa demanda. Já em junho/15, foi para 45 escolas, pois a Nossa Senhora Aparecida I voltou a ser monitorada em um ajuste de operação de campo.

Quadro 7.4-6 – Quantidade de escolas públicas urbanas monitoradas na AID da UHE Belo Monte, por nível de ensino, em novembro de 2015

Município	Nível de Ensino	Quantidade
Altamira	Educação Infantil	22
	Educação Infantil e Fundamental	3
	Ensino Fundamental	28
	Ensino Fundamental e Médio	2
	Ensino Médio	4
Anapu	Educação Infantil	1
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	2
	Ensino Médio	-
Brasil Novo	Educação Infantil	4
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	1
	Ensino Médio	-
Senador José Porfirio	Educação Infantil	1
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	4
	Ensino Fundamental e Médio	-
	Ensino Médio	1
Vitória do Xingu	Educação Infantil	2
	Educação Infantil e Fundamental	-
	Ensino Fundamental	3
	Ensino Fundamental e Médio	-
	Ensino Médio	1
AID da UHE Belo Monte	Educação Infantil	30
	Educação Infantil e Fundamental	3
	Ensino Fundamental	41
	Ensino Fundamental e Médio	5
	Ensino Médio	6
	Total	85

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/
Elaboração Norte Energia.

Ao se comparar a evolução das matrículas entre os finais do ano letivo, isto é, novembro de 2014 e novembro de 2015 (para a totalidade dos municípios da AID), nota-se um decréscimo de 1,83% no número de alunos, mas isso se mostra significativo em termos absolutos, que correspondem a 664 alunos a menos. A magnitude dessa queda foi influenciada por Altamira, como se verá adiante. Essa diminuição no número de alunos se deu em todos os níveis de ensino, sendo -312 na Educação Infantil, -112 no Ensino Fundamental e -240 no Ensino Médio.

No caso da Educação Infantil, houve decréscimo de matrículas em todos os municípios, com exceção de Vitória do Xingu. No entanto, no caso desse município houve a inauguração de uma nova creche construída pela Prefeitura, o que explica o aumento de alunos, uma vez que havia uma demanda reprimida que passou a ser atendida com essa nova escola. Em termos relativos, a maior queda se verificou em Brasil Novo, com -13,67% em relação a novembro do ano anterior, com -76 alunos, seguido de Anapu, com -8,97% e -48 alunos. Em Senador José Porfírio constata-se -6,76%, ou -24 alunos. Em termos relativos, Altamira apresenta número similar, com -6,81%. Porém, em termos absolutos, o número se mostra significativo, com -259 alunos. Saliente-se que, neste último caso, a principal razão são as transferências expedidas para outros municípios, o que denota saída de população, notadamente aquela atraída pelo empreendimento. Tal tendência é coerente com a projeção demográfica, que aponta queda de população em Altamira, desde dezembro de 2014, quando ocorreu o pico de população.

Nos demais municípios onde decaiu o número de alunos, a principal razão é a decisão dos municípios de limitarem as matrículas por meio de critérios como idade completa de 4 e 5 anos para o aluno poder se matricular nesse nível de ensino. Isso limitou em parte o aumento de alunos e, com a natural saída de alunos pelos mais variados motivos, ao final do ano, se nota uma diminuição, principalmente quando comparada ao ano anterior.

No Ensino Fundamental a situação de cada município da AID se apresenta de maneira diferenciada. Particular destaque deve ser dado a Altamira que, na comparação entre novembro de 2014 a novembro de 2015 apresenta uma queda de -1,24%, o que representa -190 alunos em um ano. Ressalte-se que a evolução de matrículas ao longo de 2015 mostra claramente a tendência de queda. No início do ano, houve um crescimento em relação ao final do ano anterior, como era esperado, visto que se trata de período de novas matrículas e de recebimento de transferências de alunos. Assim, o total de alunos passou de 15.345 em novembro de 2014 para 16.092 em fevereiro de 2015 e para 16.153 em março. Porém, contrariamente aos anos anteriores, já em abril houve um decréscimo para 15.942 e se manteve relativamente estável ao longo do primeiro semestre. No início do segundo semestre, antes havia a tendência de aumento de alunos, novamente por conta de ser um período de recebimento de transferências. Mas, em 2015, contrariamente aos anos anteriores, em agosto houve queda em relação a junho, chegando a 15.491, e isso se manteve em todo o segundo semestre. Com isso, o número de alunos em novembro chegou a 15.155, ou seja, se a comparação fosse com fevereiro em vez de novembro do ano anterior, a queda é ainda mais significativa (-937 alunos, ou -5,82% em 2015). Conclui-se, dessa forma, que em Altamira ocorre claramente um processo de saída de população, cuja magnitude o monitoramento em 2016 poderá verificar.

Outro município que apresentou queda no número de alunos no Ensino Fundamental foi Senador José Porfírio. Na comparação entre novembro de 2015 e 2014, há -34 alunos, que em termos proporcionais representa -1,87%. Em Anapu e Brasil Novo houve aumento de alunos entre um ano letivo e outro, com respectivamente 21 (0,61%) e 91 (4,81%). Saliente-se que, no caso de Anapu, município que sempre

apresentou tendência de crescimento, em 2015 ela se mostrou muito menos significativa que nos demais anos. São números que devem ser monitorados, mas pode ser um indício de que o crescimento populacional do município (que não se dá por conta do empreendimento, como já destacado na projeção demográfica) possa estar perdendo força. Porém, só a continuação do monitoramento poderá confirmar tal hipótese. No caso de Brasil Novo, a maior razão do crescimento de matrículas não se relaciona a um aumento populacional. Pelo contrário, a projeção demográfica aponta queda de população ao longo dos anos. Assim, o aumento de alunos se dá principalmente pela vinda da população rural à sede urbana, pelas famílias que procuram melhores condições de infraestrutura. Quanto a Vitória do Xingu, coincidentemente o número de alunos foi o mesmo em novembro de 2014 e 2015 (1.632). Fato interessante é que houve um aumento de matrículas no segundo semestre, chegando a 1.718 em setembro. No mês seguinte apresentou ligeira queda, mas houve acentuada diminuição em novembro, por conta de um número significativo de transferências expedidas para outros municípios. Nesse caso, deve-se continuar o monitoramento em 2016, pois pode ser indício que saída de população por conta da fase atual das obras da UHE Belo Monte.

Já o Ensino Médio apresenta uma característica própria que deve ser contextualizada. Nesse nível de ensino há inúmeros fatores que influenciam tanto o aumento de alunos quanto a sua diminuição. Há, por exemplo, a influência do empreendimento que estimula a matrícula de alunos interessados em melhorar a sua escolaridade, com vistas a conseguir melhores postos de trabalho. Por outro lado, há alunos que deixam a escola com a justificativa de que conseguiram um emprego que lhes toma tempo e, com isso, não podem ou não desejam continuar os estudos. Há também uma tendência de evasão escolar, pelos mais variados motivos, a partir do 2º ano, ou seja, o número de alunos não se mostra similar entre as séries, havendo tendência de um número significativamente maior na 1ª ano em relação ao 2º, e desta em relação à 3ª. E nenhum desses aspectos, se relaciona necessariamente ao afluxo de população atraída pelo empreendimento, nem mesmo em Altamira.

Ao se verificar a evolução de matrículas por município, nota-se que em Altamira houve queda em relação ao ano anterior, com -195 alunos em novembro de 2015 ante o mesmo mês de 2014, ou -4,63%. Diferentemente do Ensino Fundamental, no Ensino Médio ocorreu uma diminuição de alunos já no início de 2015 em relação ao final do ano anterior (4.136 ante 4.211). E, apesar de ter ocorrido ligeiro aumento até abril, para 4.222, a partir de maio começou a diminuição de alunos. Em agosto ocorreu um ligeiro aumento por conta de transferências recebidas, mas a diminuição de alunos se acentuou em outubro e novembro, chegando a 4.016 no final do ano.

Nos demais municípios, houve aumento de alunos na comparação entre novembro de 2015 e 2014 em Brasil Novo e Vitória do Xingu, respectivamente 27 (3,87%) e 33 (8,42%). Como já ressaltado, esse aumento não tem relação com o empreendimento, e nem impacta, como se verá na análise de suficiência, a disponibilidade de vagas para esse nível de ensino nesses dois municípios. Em Anapu e Vitória do Xingu, houve queda de matrículas, com respectivamente -65 (-8,69%) e -40 (-8,55%), sendo

que igualmente não há relação com a diminuição de contratações pelo CCBM, mas a fatores próprios, como os descritos acima (**Quadro 7.4-7**).

Quadro 7.4-7 – Número de alunos da rede pública urbana, por município da AID da UHE Belo Monte e nível de ensino, de novembro de 2014 a novembro de 2015, e respectiva variação

NÚMERO TOTAL DE ALUNOS ATENDIDOS PELA REDE PÚBLICA												EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS	
Município	Nível de Ensino	Nov/2014	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Ago/2015	Set/2015	Out/2015	Nov/2015	Nov/15 vs. Nov/14(abs)	Nov/15 vs. Nov/14(%)
Altamira	Educação Infantil	3.803	3.801	3.798	3.775	3.757	3.730	3.688	3.653	3.596	3.544	-259	-6,81%
	Ensino Fundamental	15.345	16.092	16.153	15.942	15.969	15.745	15.491	15.433	15.308	15.155	-190	-1,24%
	Ensino Médio	4.211	4.136	4.189	4.222	4.199	4.178	4.183	4.100	4.049	4.016	-195	-4,63%
	Total	23.359	24.029	24.140	23.939	23.925	23.653	23.362	23.186	22.953	22.715	-644	-2,76%
Anapu	Educação Infantil	535	511	497	489	493	495	493	494	491	487	-48	-8,97%
	Ensino Fundamental	3.447	3.188	3.294	3.311	3.396	3.355	3.426	3.469	3.480	3.468	21	0,61%
	Ensino Médio	748	697	717	716	713	712	688	692	693	683	-65	-8,69%
	Total	4.730	4.396	4.508	4.516	4.602	4.562	4.607	4.655	4.664	4.638	-92	-1,95%
Brasil Novo	Educação Infantil	556	487	487	490	491	481	483	479	478	480	-76	-13,67%
	Ensino Fundamental	1.890	1.931	1.935	1.939	1.941	1.937	1.937	1.955	1.967	1.981	91	4,81%
	Ensino Médio	698	702	719	722	738	716	718	725	727	725	27	3,87%
	Total	3.144	3.120	3.141	3.151	3.170	3.134	3.138	3.159	3.172	3.186	42	1,34%
Senador José Porfírio	Educação Infantil	355	330	331	335	333	327	324	333	340	331	-24	-6,76%
	Ensino Fundamental	1.822	1.794	1.796	1.799	1.818	1.820	1.814	1.816	1.823	1.788	-34	-1,87%
	Ensino Médio	468	417	441	442	437	433	432	431	428	428	-40	-8,55%
	Total	2.645	2.541	2.568	2.576	2.588	2.580	2.570	2.580	2.591	2.547	-98	-3,71%
Vitória do Xingu	Educação Infantil	461	320	529	536	534	547	550	563	560	556	95	20,61%
	Ensino Fundamental	1.632	1.626	1.655	1.655	1.670	1.689	1.685	1.718	1.707	1.632	0	0,00%
	Ensino Médio	392	443	443	436	436	438	428	420	425	425	33	8,42%
	Total	2.485	2.389	2.627	2.627	2.640	2.674	2.663	2.701	2.692	2.613	128	5,15%
Total AID	Educação Infantil	5.710	5.449	5.642	5.625	5.608	5.580	5.538	5.522	5.465	5.398	-312	-5,46%
	Ensino Fundamental	24.136	24.631	24.833	24.646	24.794	24.546	24.353	24.391	24.285	24.024	-112	-0,46%
	Ensino Médio	6.517	6.395	6.509	6.538	6.523	6.477	6.449	6.368	6.322	6.277	-240	-3,68%
	Total	36.363	36.475	36.984	36.809	36.925	36.603	36.340	36.281	36.072	35.699	-664	-1,83%

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

4.1.1.1.1. AVALIAÇÃO DE SUFICIÊNCIA NAS ESCOLAS

Como destacado em todos os Relatórios Consolidados, a avaliação de suficiência da infraestrutura de equipamentos de educação analisa a relação entre a demanda e a oferta de vagas da rede pública urbana nos municípios da AID da UHE Belo Monte. O comportamento da demanda por vagas permite inferir a relação com os impactos ocasionados por fatores externos (como por exemplo, mudanças na legislação educacional) ou ainda pela atratividade econômica da obra. Já a oferta de vagas auxilia no monitoramento e atendimento satisfatório da demanda, a fim de alertar quaisquer impactos na estrutura e suficiência escolar, ocasionados pelo empreendimento.

Para este estudo são utilizados os dados relativos ao número de matrículas escolares, a disposição e a utilização das salas de aula. Com base nestas informações é possível calcular a demanda por vagas, o total do número de alunos, em relação à oferta e o total de vagas disponíveis. Neste último caso, as vagas disponíveis são divididas em: salas vazias⁴ (vagas calculadas a partir de salas de aula não utilizadas) e enturmação⁵, ou seja, vagas disponíveis em turmas pré-existentes.

A metodologia aplicada nesta análise consiste na inter-relação de três fatores: i) o número de matrículas, dado levantado mensalmente em cada escola da rede pública urbana; ii) a projeção do afluxo populacional, que possibilita a estimativa de alunos; e iii) o acompanhamento da construção, ampliação e reforma de escolas, realizadas pela Norte Energia.

O primeiro fator consiste no acompanhamento da evolução das matrículas em tempo real ao longo dos meses. O segundo fator, a projeção demográfica, consiste em estimar o afluxo populacional e inferir a estimativa de alunos, revisada trimestralmente desde o começo deste ano. O último fator, e não menos importante, é planejado a partir do resultado dos dois primeiros, pois visto que haverá necessidade de mais vagas é feito estudo se haverá necessidade de construção ou a ampliação de novas salas, ou reforma daquelas inadequadas para uso.

Este relatório apresenta os dados monitorados para o ano letivo de 2015, entre fevereiro e novembro, e os dados estimados para o primeiro semestre de 2016. A

⁴ O número de vagas disponíveis é definido a partir do total de salas vazias multiplicado pela média dos parâmetros MEC e Semed para cada módulo de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio), sendo respectivamente, 17, 27 e 35. Neste caso, aplica-se um deflador de 80% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro do MEC e da Semed.

⁵ O adensamento de turmas é calculado a partir dos parâmetros de limite de alunos da Semed e do MEC. Os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu são baseados nos parâmetros da Semed Altamira, ao passo que Senador José Porfírio utiliza parâmetros da própria Secretaria Municipal de Educação. Para o Ensino Médio não existem parâmetros municipais, sendo utilizadas apenas as informações do MEC.

estimativa de alunos se baseou em: a) ritmo de crescimento (%) ao longo do ano, por nível de ensino, em cada município; b) o aumento esperado na Educação Infantil, devido ao cumprimento das exigências da LDB do MEC, que independe do afluxo populacional atraído pelo empreendimento; e c) as oscilações (aceleração e desaceleração) apresentadas na projeção demográfica.

A avaliação de suficiência escolar realizada para os municípios da AID da UHE Belo Monte consiste no estudo baseado na projeção demográfica com afluxo populacional esperado. No entanto, especificamente para o município de Altamira, realiza-se um segundo estudo considerando uma projeção demográfica de alto afluxo populacional.

Por meio da aplicação da metodologia e resultados do estudo (cenário esperado e de alto afluxo) é feita a avaliação da situação de suficiência de vagas escolares, por nível de ensino (infantil, fundamental e médio), em cada um dos municípios da AID da UHE Belo Monte, segundo a classificação apresentada no **Quadro 7.4-8**.

Quadro 7.4-8 – Descrição dos tipos de situação de suficiência de vagas escolares

Situação	Descrição
Satisfatória	Sobrarão vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa.
Estável	Faltarão poucas vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa, sendo assim possível a solução por meio de remanejamento de turmas
Em atenção	Faltarão vagas após o afluxo do próximo semestre, segundo estimativa e sem a possibilidade de se resolver a situação com o remanejamento de turmas.

É considerada como *Satisfatória* a condição de um município e nível de ensino que apresenta alguma sobra de vagas à disposição após o afluxo de alunos.

Estável é a situação na qual, mesmo havendo algum déficit, trata-se de um número de pequena monta, que pode ser resolvido por meio do remanejamento de alunos entre turmas do mesmo ano e nível de ensino das escolas do município. Ou seja, é possível enturmar todos os alunos até os parâmetros estabelecidos pelo MEC e pela Semed.

Em atenção é a condição de falta de vagas após o afluxo até tal ponto em que o manejo de alunos não será suficiente. Carece-se de nova infraestrutura para dar conta do atendimento sem prejuízo da qualidade do atendimento.

Cenário I – População atraída esperada

a) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Altamira

Quadro 7.4-9 – Análise do número de matrículas de Altamira

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Como já destacado anteriormente, em 2015, Altamira apresenta claramente uma tendência de queda de matrículas. Isso se mostra coerente com a projeção demográfica que aponta diminuição populacional a partir de dezembro de 2014, pico de população. Nos semestres anteriores, e nos trimestres posteriores houve certa estabilização, mas com tendência de queda populacional, que passa a se acentuar a partir do segundo semestre de 2015.

Coerentemente com esses dados, no segundo semestre de 2015 ocorreu diminuição de alunos nos três níveis de ensino. Nos anos anteriores, ao menos em agosto e setembro ocorria algum aumento de alunos, pelo fato de ser um período no qual muitos trabalhadores que estavam sozinhos traziam suas famílias. Consequentemente, filhos em idade escolar aproveitavam o período de início de semestre para transferirem matrículas de suas escolas de origem.

Saliente-se que, apesar da tendência de queda de matrículas se manifestar desde o início do ano, ao final do primeiro semestre, o Programa 7.4 optou por manter uma postura conservadora e, baseada na hipótese de que havia espaço para a transferência de alunos em agosto/setembro, estimou que poderia ocorrer um leve aumento de matrículas. Os dados de campo, porém, mostraram que as projeções demográficas estavam corretas ao apontar queda populacional. A saída de moradores conforme a etapa do empreendimento, com a consequente transferência de alunos para fora de Altamira, fez com que as eventuais chegadas de alunos fossem em número menor que aqueles que deixaram o município.

Tal fato ocorreu mesmo na Educação Infantil que, por ter se tornado obrigatório a partir de 2013 (especificamente o Pré I e II), e por ter menos de 30% dos alunos nessa faixa etária matriculada, independentemente de afluxo populacional, esperava-se algum aumento de matrículas. No entanto, aparentemente, a saída de população foi de tal ordem que não compensou o aumento natural de alunos de 4 e 5 anos de idade matriculados. Por conta dessas características, Altamira apresenta saldo de vagas na Educação Infantil. Ressalte-se que, neste último caso, os levantamentos de campo constataram que algumas salas de aula, por conta de suas dimensões fora dos padrões, comporta menos alunos que o inicialmente estimado. Assim, devido a essas novas informações, o saldo de vagas foi recalculado (para menos), visto que a transparência de dados e o rigor metodológico do Programa 7.4 é pressuposto fundamental para a credibilidade do Programa. Apesar dessa alteração, em novembro de 2015 havia um superávit de 156 vagas na Educação Infantil.

Para 2016, caso se levasse em conta a tendência de queda verificada em 2015 mais a projeção demográfica, deveria se supor que haveria uma diminuição de alunos. Saliente-se que, possivelmente, isso deverá ocorrer de fato. Porém, a Programa 7.4 preferiu trabalhar com um cenário mais conservador, uma vez que no início do ano normalmente há o ingresso de novos alunos apenas por conta de terem atingido a idade escolar, além do espaço para que proporcionalmente mais crianças na faixa escolar do Pré I e II possam ser matriculadas. Dessa maneira, estima-se a possibilidade de ocorrer leve aumento de alunos em fevereiro e março, mas tudo indica que, a partir de abril, a saída de população fará com que retorne a tendência de diminuição de alunos. Mesmo assim, haverá superávit de vagas em 2016. Caso haja algum aumento no início do ano, o superávit cairia para 65, mas com a tendência à diminuição de alunos, deve chegar por volta de 137 em junho de 2016.

No caso do Ensino Fundamental a tendência de queda de matrículas mostrou-se igualmente consistente no segundo semestre de 2015. Como já mencionado, mesmo em agosto já se notou uma queda em relação ao primeiro semestre, o que não ocorria desde o início do monitoramento, em 2012. Com isso, era de se esperar que o número de alunos não aumentaria e, de fato, houve um contínuo decréscimo até novembro. Com isso, o saldo de vagas, que sempre se mostrou satisfatório aumentou continuamente, pois aumentou a possibilidade de enturmação e mesmo de salas vazias.

Saliente-se que, para o cálculo de suficiência do Ensino Fundamental, desta vez são desconsideradas as 24 salas pré-moldadas que poderiam ser utilizadas para essa finalidade. Tal decisão se deve ao fato de que o saldo de vagas seria muito alto (mais de 3.000 vagas), bem como ao fato da Prefeitura tender a não utilizar essas salas no futuro, muito embora ainda haja 10 salas pré-moldadas efetivamente utilizadas como sala de aula. Há outras 18 salas pré-moldadas vazias, sem qualquer utilização, e 6 têm outros usos, como sala de leitura, sala de vídeo dentre outros. Assim, esta estimativa foi muito mais rigorosa que as anteriores. Mesmo assim, em novembro, havia um superávit de 1.996 vagas.

Para 2016, tal como foi realizado para a Educação Infantil, em vez de estimar a diminuição de alunos (fato mais provável de ocorrer), optou-se por uma estimativa conservadora, com a hipótese de que há um número relativamente significativo de crianças que irão completar 6 anos de idade em 2016, e que não estavam matriculadas no Pré II. Assim, haveria alguma margem de aumento de alunos que poderia eventualmente compensar a tendência de saída de famílias. Com isso, estima-se um ligeiro aumento de matrículas no início do ano, mas já a partir de abril deverá ocorrer queda no número de alunos, mesmo nesse cenário conservador. Com isso, o saldo vagas deverá chegar em torno de 1.916 vagas no final do primeiro semestre de 2016.

No Ensino Médio, independentemente do ano, ocorre uma diminuição mais significativa de alunos no segundo semestre por conta de desistências pelos mais variados motivos. Neste ano também aumentou o número de transferências expedidas

para outras localidades e, assim, o saldo de vagas aumentou para 1.094 em novembro de 2015. Para 2016 igualmente a estimativa optou por um cenário conservador e, assim, haveria espaço para um pequeno aumento no início do ano, mas se prevê tendência de queda em seguida. Assim, em junho de 2016, haveria um saldo aproximado de 1.073 vagas.

Por conta dessa situação, em Altamira se constatou um saldo de 3.246 vagas em novembro de 2015, desconsiderando-se as 18 das 24 salas pré-moldadas que são utilizadas como salas de aula ou se encontram vazias. Caso essas salas fossem consideradas, o saldo subiria ainda mais, para mais de 4.500 vagas no município. Para o final do primeiro semestre de 2016, estima-se um saldo de 3.126 vagas, novamente sem considerar as salas pré-moldadas. Por fim, deve ser destacado que, no final do primeiro semestre de 2016 devem estar prontas mais 7 escolas nos RUCs, construídas pela Norte Energia. Essas salas não entram na estimativa, sendo que, para o segundo semestre de 2016, ocorrerá um saldo significativamente maior em Altamira, o que demandará aos gestores municipais pensar na reestruturação da infraestrutura, a fim de otimizar os recursos disponíveis para a educação municipal.

Os dados acima estão apresentados do **Quadro 7.4-10** ao **Quadro 7.4-12**.

Quadro 7.4-10 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Altamira

Educação Infantil									
Estatísticas	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	3.688	3.653	3.596	3.544	3.635	3.617	3.599	3.581	3.563
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(35)	(57)	(52)	91	(18)	(18)	(18)	(18)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	54	54	54	54	54	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	58	69	88	102	102	65	83	101	119
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	112	123	142	156	65	83	101	119	137
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

3. A EMEF João Rodrigues (EF1 à EF9) foi entregue em fevereiro/14 (11 salas). A prefeitura adaptou 8 dessas salas para serem usadas para a Educação Infantil (136 vagas) e, em agosto/15, a Creche Professora Aldenira Castelo Santana, cujo prédio era alugado, mudou-se para essas salas.

Quadro 7.4-11 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental, desconsiderando as salas pré-moldadas, para o cenário esperado – Altamira

Ensino Fundamental									
Estatísticas	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	15.491	15.433	15.308	15.155	15.544	15.466	15.389	15.312	15.235
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(58)	(125)	(153)	389	(78)	(77)	(77)	(77)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	636	869	869	878	878	489	489	489	489
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	851	902	1.029	1.118	1.118	1.118	1.196	1.273	1.350
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	1.487	1.771	1.898	1.996	1.607	1.685	1.762	1.839	1.916
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-				

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.
2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.
3. A EMEF Anísio de Araújo Uchoa foi entregue em agosto/15 (6 salas, 324 vagas).

Quadro 7.4-12 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Altamira

Ensino Médio									
Estatísticas	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	4.183	4.100	4.049	4.016	4.119	4.098	4.078	4.058	4.037
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(83)	(51)	(33)	103	(21)	(20)	(20)	(21)
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	532	532	532	560	560	457	457	457	457
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	342	425	530	534	534	534	555	575	595
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	874	957	1.062	1.094	991	1.012	1.032	1.052	1.073
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

b) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Anapu

Quadro 7.4-13 – Análise do número de matrículas de Anapu

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Anapu sempre apresenta uma situação peculiar em relação à capacidade de atendimento de demanda de vagas nas escolas municipais. Como salientado desde o início do Programa 7.4, os problemas enfrentados no município se deve ao um déficit histórico na capacidade de atendimento da demanda, por conta do crescimento expressivo de população desde a década passada (a população mais que dobrou entre 2000 e 2010 e ainda continua a crescer). E não foram construídas escolas para atender esse aumento. Assim, esse quadro não tem relação com o empreendimento, visto que não se constata afluxo populacional digno de nota por conta do empreendimento em Anapu. De qualquer maneira, a Norte Energia construiu unidades escolares para o município, mesmo que não se caracterize o impacto da UHE Belo Monte principalmente na sede municipal, que é a localidade onde se notam as maiores dificuldades.

Apesar desse quadro, em novembro de 2015, nota-se ligeira queda do número de alunos na Educação Infantil, que terminou o ano com 487 alunos, o que gerou um saldo de 63 vagas. A estimativa para 2016 foi conservadora e se prevê um aumento de matrículas, mas ainda haverá um saldo de 44 vagas em março e 49 em junho, pois há tendência de saída de alunos ao longo dos meses, por desistência. Saliente-se que Anapu consegue manter um saldo por conta de salas alugadas, e pelos critérios adotados no município, de se matricular apenas alunos com 4 e 5 anos completos no Pré I e II. Sem tais critérios, possivelmente haveria dificuldade em atender a demanda. Para atenuar essa situação, a Norte Energia deverá concluir até junho de 2016, a EMEI São Luiz, com quatro salas de aula, que acrescentarão, no mínimo, mais 136 vagas para o segundo semestre de 2016.

No Ensino Fundamental constatou-se um superávit de 18 vagas em novembro de 2015. Para 2016 estima-se que deverá haver certo aumento de matrículas e, dessa forma, é possível que ocorra um déficit em torno de 133 vagas no final do semestre. No entanto, destaque-se que está prevista a conclusão da EMEF São Luiz, construída pela Norte Energia para o final de maio de 2016, com seis salas de aula, com capacidade para atender no mínimo mais 324 alunos. Assim, mesmo que ocorra, de fato, um aumento de matrículas, provavelmente no segundo semestre a situação se mostrará sensivelmente mais satisfatória, com superávit de vagas até o próximo ano.

No Ensino Médio, como em qualquer município da AID, a situação se mostra sem problemas. Constatou-se um saldo de 309 vagas em novembro de 2015. Para 2016, mesmo que haja algum aumento de alunos no início do ano, o saldo se manterá por volta de 292 em junho. Além disso, no segundo semestre normalmente ocorre a diminuição de alunos, o que aumentará ainda mais o superávit.

Em novembro de 2015 havia um saldo total de 390 vagas em Anapu. Para o final do primeiro semestre de 2016 deverá haver um saldo em torno de 208 vagas, sendo possível ocorrer algum déficit no Ensino Fundamental, que implicará salas sobrelotadas por algum tempo, uma vez que a entrega da EMEF São Luiz construída pela Norte Energia deverá solucionar tal situação, tornando a estrutura superavitária.

Tais informações podem ser vistas do **Quadro 7.4-14** ao **Quadro 7.4-16**.

Quadro 7.4-14 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Anapu

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	493	494	491	487	506	504	501	501	501
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	1	(3)	(4)	19	(2)	(3)	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	57	56	59	63	63	44	46	49	49
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	57	56	59	63	44	46	49	49	49
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-15 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Anapu

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	3.426	3.469	3.480	3.468	3.572	3.608	3.644	3.644	3.644
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	43	11	(12)	104	36	36	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	43	43	43	43	43	(61)	(97)	(133)	(133)
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	(3)	(7)	(25)	(25)	(25)	-	-	-	-
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	40	36	18	18	(86)	(97)	(133)	(133)	(133)
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	2	2	3	3	3

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-16 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Anapu

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	688	692	693	683	697	700	700	700	700
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	4	1	(10)	14	3	-	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	196	196	168	196	196	182	179	179	179
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	112	108	108	113	113	113	113	113	113
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	308	304	276	309	295	292	292	292	292
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

c) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Brasil Novo

Quadro 7.4-17 – Análise do número de matrículas de Brasil Novo

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Em Brasil Novo foi constatada suficiência de vagas em todos os níveis de ensino em novembro de 2015. No caso da Educação Infantil, o total de alunos chegou a 480, com 50 vagas de saldo. Mas, tal como ocorre com Anapu, há salas alugadas no município, bem como há critérios de 4 e 5 anos completos para matricular alunos, o que diminui na prática o número de alunos matriculados. Como tal situação não deverá sofrer alterações, para o final do primeiro semestre de 2016, prevê-se que haja 497 alunos com saldo de 33 vagas.

Para o Ensino Fundamental, o quadro se mostra significativamente satisfatório. Em novembro, constatou-se 1.981 alunos, com um superávit de 575 vagas. Como se nota uma tendência de algum aumento de matrículas, não por conta de afluxo de população atraída pelo empreendimento, mas principalmente pela vinda de população rural para a sede municipal, estima-se um aumento no primeiro semestre de 2016, chegando por volta de 2.041 alunos em junho, mas que não irá causar problemas, uma vez que o superávit continuará em torno de 515 vagas.

No Ensino Médio a situação se mostra satisfatória, com a constatação de 725 alunos em novembro de 2015, com superávit de 517 vagas. Para o primeiro semestre de 2016, mesmo que possa ocorrer algum aumento de matrículas, para estimados 747 alunos em junho, o saldo continuará por volta de 495 vagas.

Como se pode notar do **Quadro 7.4-18** ao **Quadro 7.4-20** o superávit de vagas em novembro de 2015 foi de 1.142 e deverá chegar a 1.043 em junho de 2016.

Quadro 7.4-18 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Brasil Novo

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	483	479	478	480	494	497	497	497	497
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(4)	(1)	2	14	3	-	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	14	14	14	14	14	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	34	37	37	36	36	36	33	33	33
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	48	51	51	50	36	33	33	33	33
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-19 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Brasil Novo

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	1.937	1.955	1.967	1.981	2.021	2.031	2.041	2.041	2.041
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	18	12	14	40	10	10	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	194	194	194	194	194	154	144	134	134
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	385	362	389	381	381	381	381	381	381
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	579	556	583	575	535	525	515	515	515
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-20 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Brasil Novo

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	718	725	727	725	740	743	747	747	747
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	7	2	(2)	15	3	4	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	392	392	392	392	392	377	374	370	370
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	78	78	123	125	125	125	125	125	125
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	470	470	515	517	502	499	495	495	495
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

d) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Senador José Porfírio

Quadro 7.4-21 – Análise do número de matrículas de Senador José Porfírio

Situação	Descrição
Estável	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

O município de Senador José Porfírio apresenta já em novembro de 2015 um pequeno déficit de vagas na Educação Infantil, que chegou a 10 vagas, muito embora tenha apresentado queda de matrículas em relação a outubro. Evidentemente não se trata de alunos fora da escola, mas há salas sobrelotadas, com número acima do ideal. Da mesma forma, não se trata de afluxo de população por conta do empreendimento, visto que Senador José Porfírio apresenta diminuição de população ao longo dos anos. Nesse caso, trata-se de aumento da proporção de alunos em idade escolar que, antes, não estavam matriculados e que, agora que a Educação Infantil se tornou obrigatória, provocou um natural incremento de matrículas, sem que o município tivesse se preparado para isso a tempo, como, ademais ocorre com praticamente todos os municípios do país. Para o primeiro semestre de 2016 estima-se que tal quadro se mantenha e se prevê um leve aumento no déficit, em junho, podendo chegar em torno de 23, pois não há previsão de construção ou ampliação de nenhuma escola desse nível de ensino.

Já no Ensino Fundamental, a situação se mostra tranquila, sendo constatado um número de 1.788 alunos em novembro, com queda relativamente significativa em relação a outubro. Com isso, o superávit chegou a 275 vagas. Para o primeiro semestre de 2016, estima-se um ligeiro aumento de matrículas, podendo chegar próximo a 1.824, e com superávit de 239 vagas. Nesse caso, a estimativa se dá por conta de aumento de população na sede urbana vinda da zona rural, e não por conta de afluxo de população atraída pelo empreendimento.

No Ensino Médio o superávit de vagas é maior ainda, tendo chegado a 817 em novembro de 2015, com uma ligeira queda nas matrículas, que foi de 428 alunos. Para 2016 estima-se que ao final do semestre haja um superávit em torno de 808 vagas com aproximadamente 437 alunos.

No total, em novembro de 2015 constatou-se um superávit de 1.082 vagas, apesar do déficit de 10 vagas na Educação Infantil. Para o final do primeiro semestre de 2016, estima-se um superávit de 1.024 vagas, mesmo que possa haver um déficit de 23 vagas na Educação Infantil, como pode ser constatado do **Quadro 7.4-22** ao **Quadro 7.4-24**.

Quadro 7.4-22 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	324	333	340	331	341	343	344	344	344
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	9	7	(9)	10	2	1	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	-	-	-	(20)	(22)	(23)	(23)
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	(13)	(13)	(13)	(10)	(10)	-	-	-	-
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	(13)	(13)	(13)	(10)	(20)	(22)	(23)	(23)	(23)
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-23 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	1.814	1.816	1.823	1.788	1.806	1.815	1.824	1.824	1.824
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	2	7	(35)	18	9	9	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	43	43	43	43	43	25	16	7	7
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	184	187	203	232	232	232	232	232	232
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	227	230	246	275	257	248	239	239	239
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-24 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Senador José Porfírio

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	432	431	428	428	432	434	437	437	437
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(1)	(3)	-	4	2	3	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	700	700	700	700	700	696	694	691	691
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	83	86	117	117	117	117	117	117	117
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	783	786	817	817	813	811	808	808	808
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

e) Análise da Evolução do número de matrículas nas escolas – Vitória do Xingu

Quadro 7.4-25 – Análise do número de matrículas de Vitória do Xingu

Situação	Descrição
Satisfatória	Educação Infantil
Satisfatória	Ensino Fundamental
Satisfatória	Ensino Médio

Em Vitória do Xingu, houve um crescimento consistente de alunos na Educação Infantil ao longo do ano. Todavia, isso se deveu à inauguração de uma creche no início do ano, construído pela Prefeitura, e que acrescentou 200 vagas na sede municipal. Assim, esse aumento se deveu ao atendimento de uma demanda reprimida e não a afluxo populacional. Com isso, nota-se que em novembro já ocorreu uma pequena queda de alunos, fazendo com que o superávit chegasse a 89 vagas. Tal fato pode ser indício de que a demanda pode estar se aproximando de seu final e, assim, estima-se que não deverá ocorrer aumento significativo no primeiro semestre de 2016, chegando em junho próximo a 564 matrículas, com superávit de 81 vagas.

No caso do Ensino Fundamental ocorreu um fato que necessita ser monitorado. Houve certa tendência de aumento de alunos ao longo do segundo semestre de 2015. No entanto, a partir de outubro houve diminuição de 11 alunos e em novembro mais 75. Com isso, foram 1.632 matrículas em novembro, com um superávit de 206 vagas. Isso pode ser indício de saída de população, visto que a maior parte dessa diminuição se deveu às transferências expedidas para outros municípios. Para o primeiro semestre de 2016 prevê-se que em junho haja por volta de 1.665 alunos, com superávit de 173 vagas. Mas, nesse caso, o monitoramento estará atento à evolução nos primeiros meses, pois se a tendência de novembro se confirmar, e houve saída de população, provavelmente a queda será mais significativa que a estimada.

No Ensino Médio nota-se certa estabilidade no número de matrículas, mas a situação já se mostrava tranquila em novembro de 2015, com 425 alunos e um superávit de 163 vagas. Para o primeiro semestre de 2016, estima-se que haja 434 alunos em junho com superávit de 154 vagas.

Ao se verificar os dados em geral, houve um superávit de 458 vagas em novembro de 2015, ao se considerar os três níveis de ensino. Já para junho de 2016, estima-se que haja 408 vagas nos três níveis de ensino que deverá permanecer superavitários, conforme se pode notar nos Erro! Fonte de referência não encontrada. a Erro! Fonte de referência não encontrada..

Quadro 7.4-26 – Cálculo de Suficiência Educação Infantil para o cenário esperado – Vitória do Xingu

Educação Infantil									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	550	563	560	556	559	562	564	564	564
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	13	(3)	(4)	3	3	2	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	54	54	54	54	54	51	48	46	46
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	34	28	32	35	35	35	35	35	35
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	88	82	86	89	86	83	81	81	81
Conversão em salas de aula (1 sala = 34 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-27 – Cálculo de Suficiência Ensino Fundamental para o cenário esperado – Vitória Do Xingu

Ensino Fundamental									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	1.685	1.718	1.707	1.632	1.648	1.657	1.665	1.665	1.665
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	33	(11)	(75)	16	9	8	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	-	-	43	-	-	-	-	-	-
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	158	137	159	206	206	190	181	173	173
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	158	137	202	206	190	181	173	173	173
Conversão em salas de aula (1 sala = 54 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Quadro 7.4-28 – Cálculo de Suficiência Ensino Médio para o cenário esperado – Vitória do Xingu

Ensino Médio									
ESTATÍSTICAS	Dados Monitorados				Dados Estimados				
	Ago/15	Set/15	Out/15	Nov/15	Fev/16	Mar/16	Abr/16	Mai/16	Jun/16
Número de alunos (Total)	428	420	425	425	429	431	434	434	434
(A) Número de alunos (Variação ¹)	-	(8)	5	-	4	2	3	-	-
(B) Vagas à disposição (Salas vazias - Total) ²	28	28	28	28	28	24	22	19	19
(C) Vagas à disposição (Enturmação - Total)	132	139	135	135	135	135	135	135	135
(D) Superávit (>0) ou Déficit (<0) de Vagas (B + C)	160	167	163	163	159	157	154	154	154
Conversão em salas de aula (1 sala = 105 vagas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Levantamento em escolas do Programa de Monitoramento dos Aspectos Socioeconômicos (7.4)/ Elaboração Norte Energia.

1. Em relação ao mês anterior.

2. Utiliza-se um deflator de 20% por conta da impossibilidade de se formar turmas exatamente com o número de alunos do parâmetro da Semed.

Considerações Gerais

Os dados de Projeção Demográfica e a Evolução de Matrículas nas escolas da rede pública urbana dos municípios da AID apontam claramente para a tendência de queda de população em Altamira e Vitória do Xingu, que são os dois municípios onde houve o afluxo de população por conta do empreendimento.

Por conta dessa diminuição de população, nota-se uma queda de matrículas em Altamira ao longo de 2015, já no primeiro semestre. Mesmo em agosto e setembro, que nos anos anteriores ocorria algum aumento por conta de transferências recebidas, em 2015 apresentou queda em relação ao primeiro semestre, que se acentuou até o final do ano. Assim, o superávit de vagas aumentou ainda mais no município, ou seja, constatou-se um saldo de 3.246 vagas em novembro de 2015, mesmo desconsiderando-se as 18 das 24 salas pré-moldadas que são utilizadas como salas de aula ou se encontram vazias. Caso essas salas fossem consideradas, o saldo subiria ainda mais, para mais de 4.500 vagas no município. Ao se verificar o superávit por nível de ensino, observa-se que foi de 156 vagas na Educação infantil, 1.996 no Ensino Fundamental e 1.094 no Ensino Médio.

A estimativa de alunos para o primeiro semestre de 2016 igualmente aponta para um superávit de vagas nos três níveis de ensino (137 na Educação Infantil, 1.916 no Ensino Fundamental, e 1.073 no Ensino Médio). Se for levado em consideração que as sete escolas dos RUCs deverão estar disponíveis para o segundo semestre de 2016, a Prefeitura terá de repensar na gestão de equipamentos otimizando-os para a nova realidade.

Nos municípios onde ocorre sobrelotação de salas, notadamente da Educação Infantil, como em Senador José Porfírio, isso se deve a um déficit histórico, que foi agravado pelo fato de que desde 2013 a Educação infantil (Pré I e II) se tornou obrigatória, fazendo com que provocasse aumento de matrículas, para o qual o município não estava preparado. Em Anapu a Norte Energia irá concluir uma EMEI e uma EMEF no primeiro semestre de 2016, que contribuirá significativamente para minimizar a dificuldade verificada no município em relação ao atendimento de matrículas. Ressalte-se que isso não se deve a um afluxo de população atraída pelo empreendimento, mas independentemente desse fato, a Norte Energia contribuiu com a construção de inúmeros equipamentos escolares. Sem essas escolas, a situação estaria significativamente menos satisfatória nesses municípios.

Mesmo assim, ao se verificar o saldo de vagas por nível de ensino, constata-se que em novembro de 2015, havia na Educação Infantil, um superávit de 63 vagas em Anapu, 50 em Brasil Novo e 89 em Vitória do Xingu. A exceção foi Senador José Porfírio, onde se constatou um déficit de 10 vagas. Mas isso não significa alunos fora da escola, mas salas sobrelotadas. No Ensino Fundamental, houve um superávit de 18 vagas em Anapu, 575 em Brasil Novo, 275 em Senador José Porfírio e 206 em Vitória do Xingu. No Ensino Médio, o superávit foi de 309 vagas em Anapu, 517 em Brasil Novo, 817 em Senador José Porfírio e 163 em Vitória do Xingu.

3.4. Indicador “8. Evolução do número de professores”

a) Análise da Evolução do número de professores – Altamira

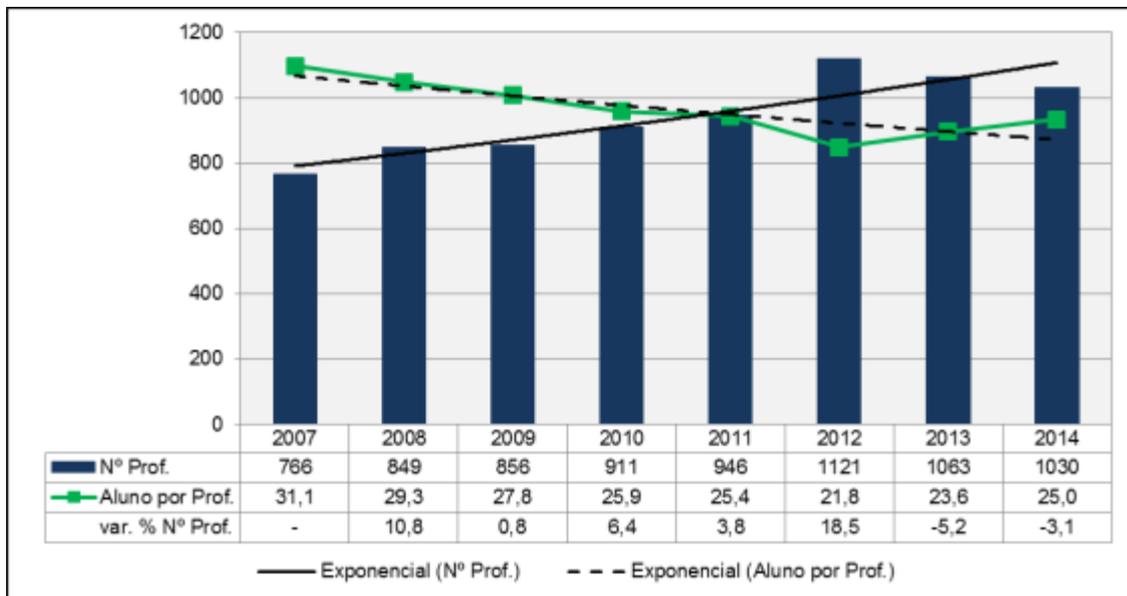


Figura 7.4- 55 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Altamira, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

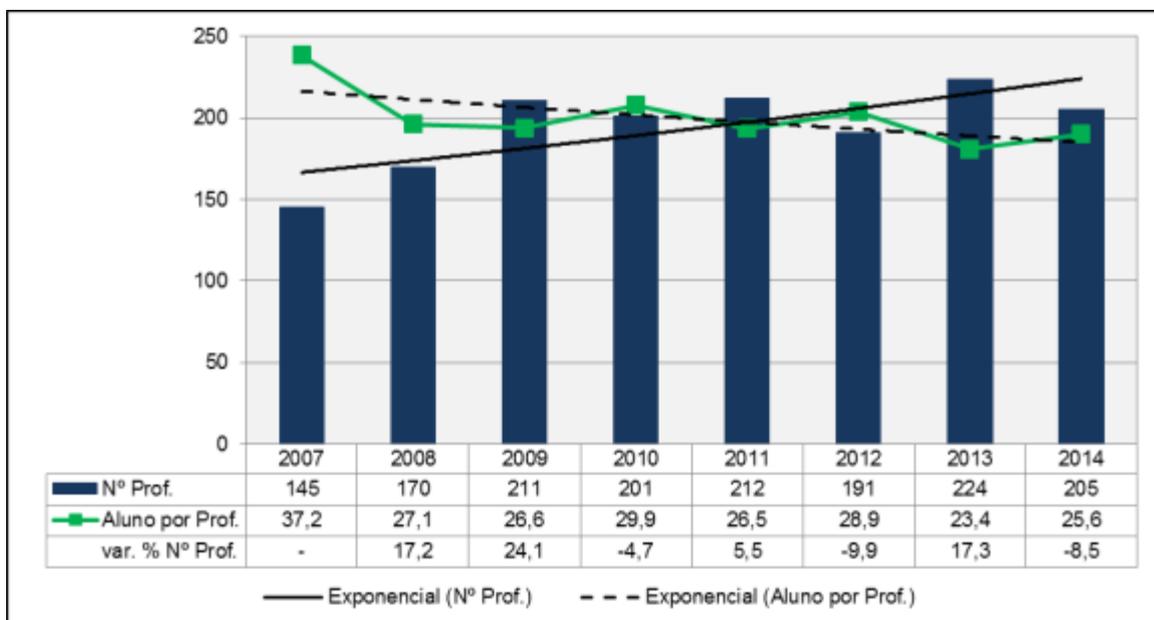


Figura 7.4- 56 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Altamira, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Evolução do número de professores – Anapu

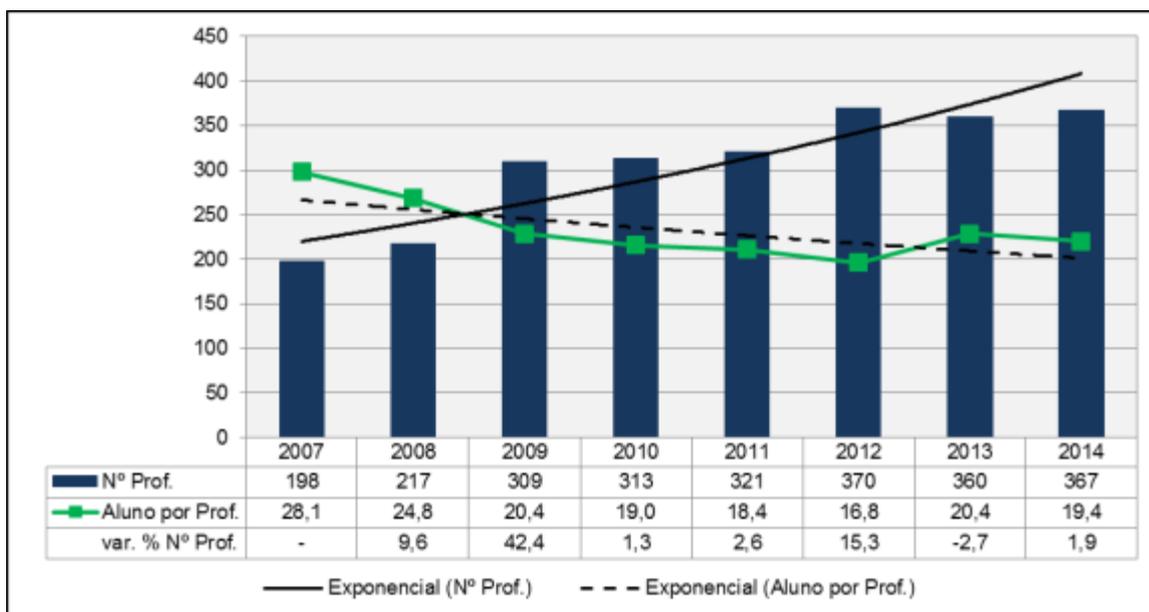


Figura 7.4- 57 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Anapu, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

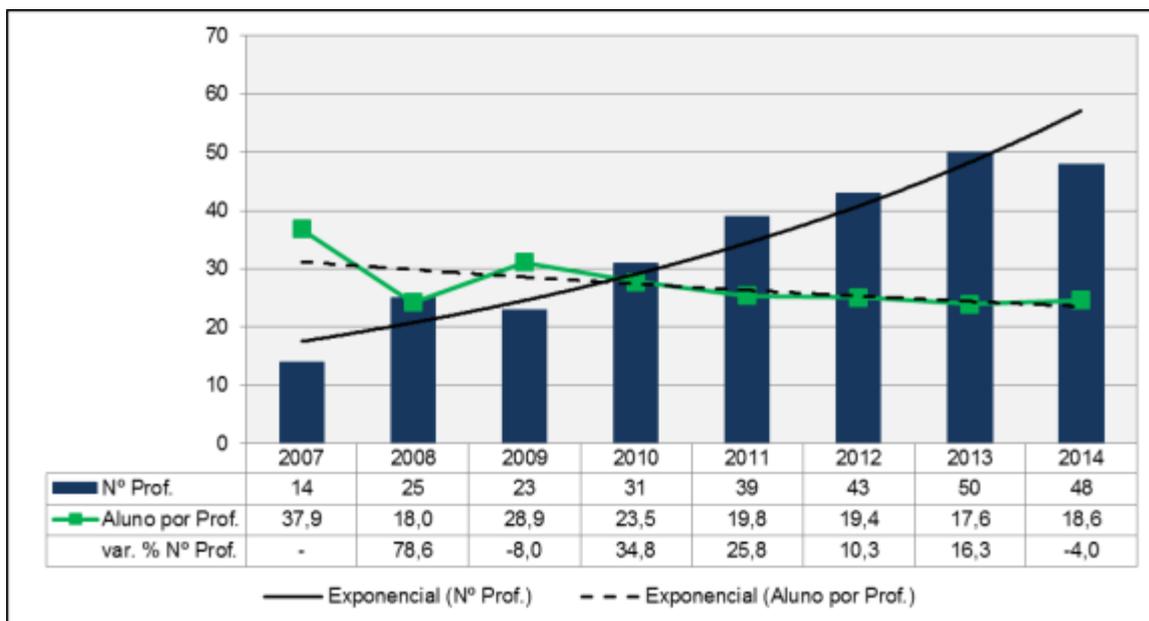


Figura 7.4- 58 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Anapu, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da Evolução do número de professores – Brasil Novo

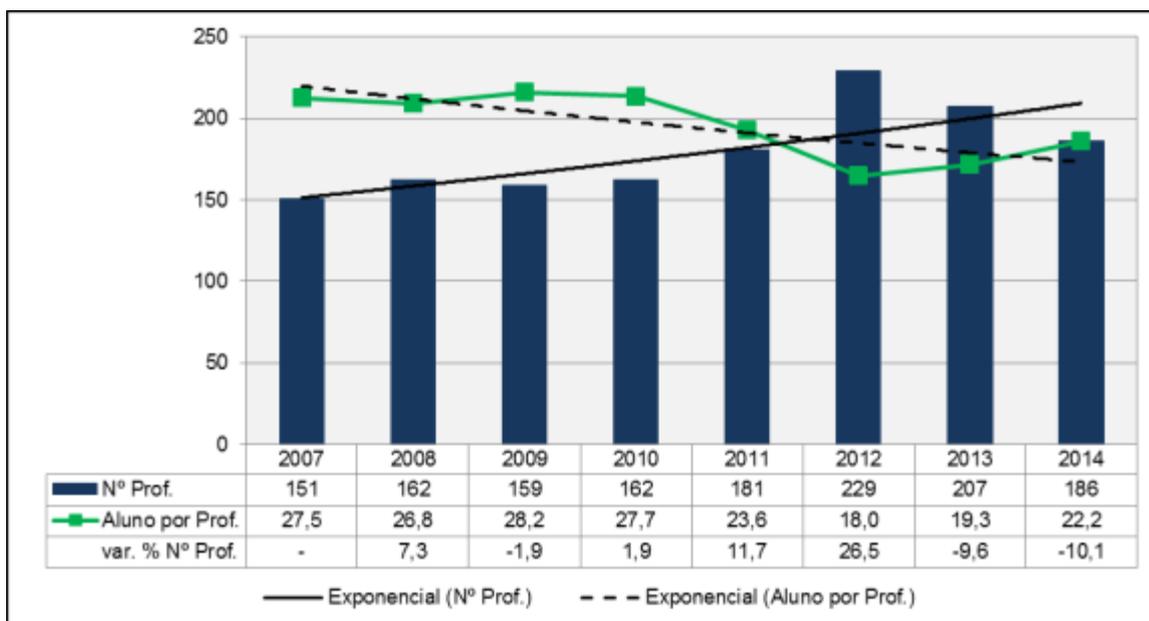


Figura 7.4- 59 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Brasil Novo, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

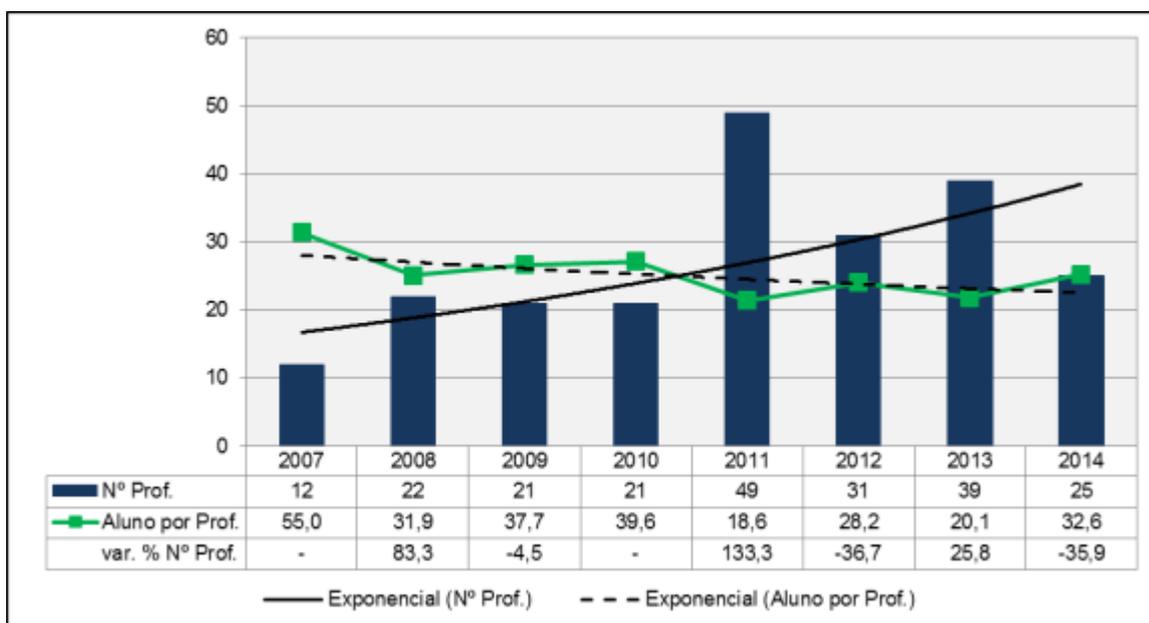


Figura 7.4- 60 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Brasil Novo, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

d) Análise da Evolução do número de professores – Senador José Porfírio

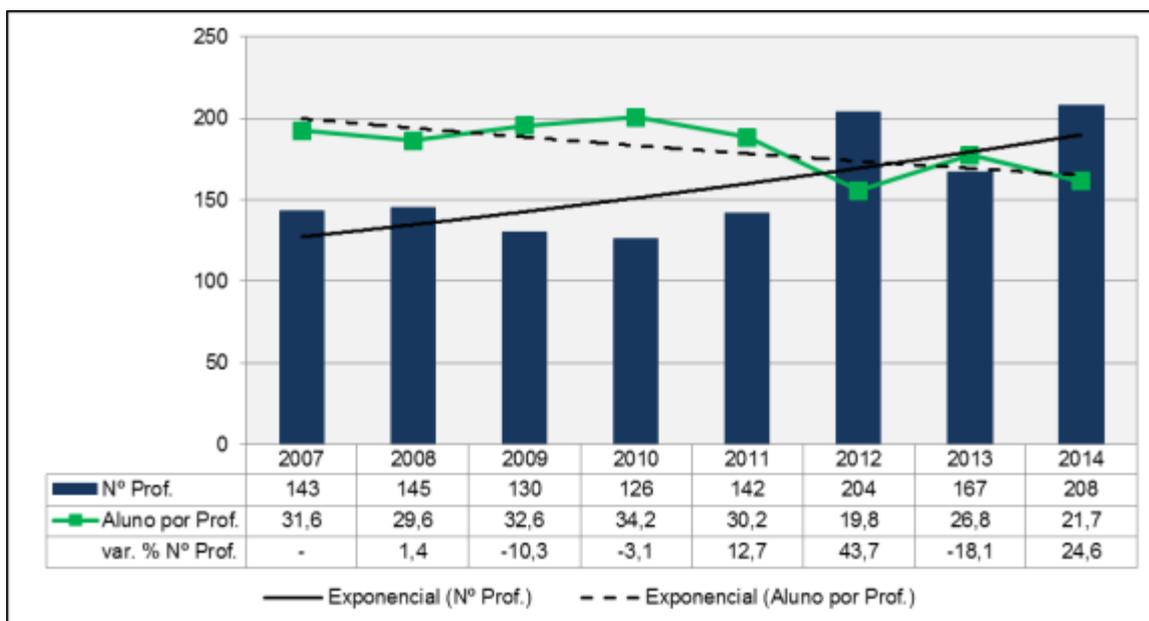


Figura 7.4- 61 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Senador José Porfírio, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

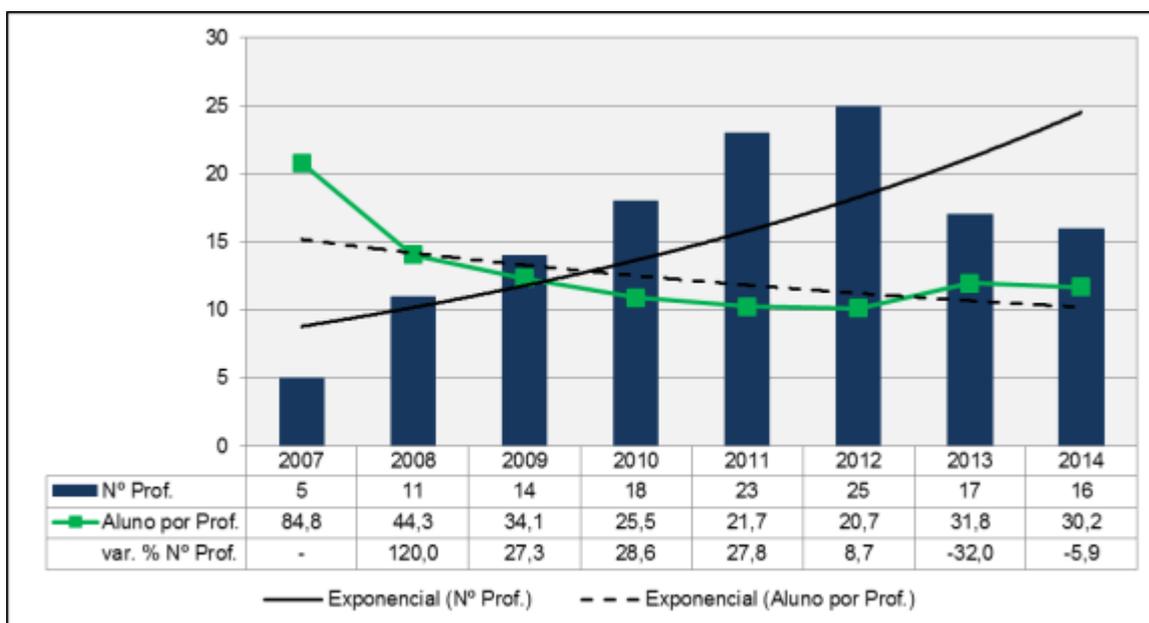


Figura 7.4- 62 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Senador José Porfírio, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

e) Análise da Evolução do número de professores – Vitória do Xingu

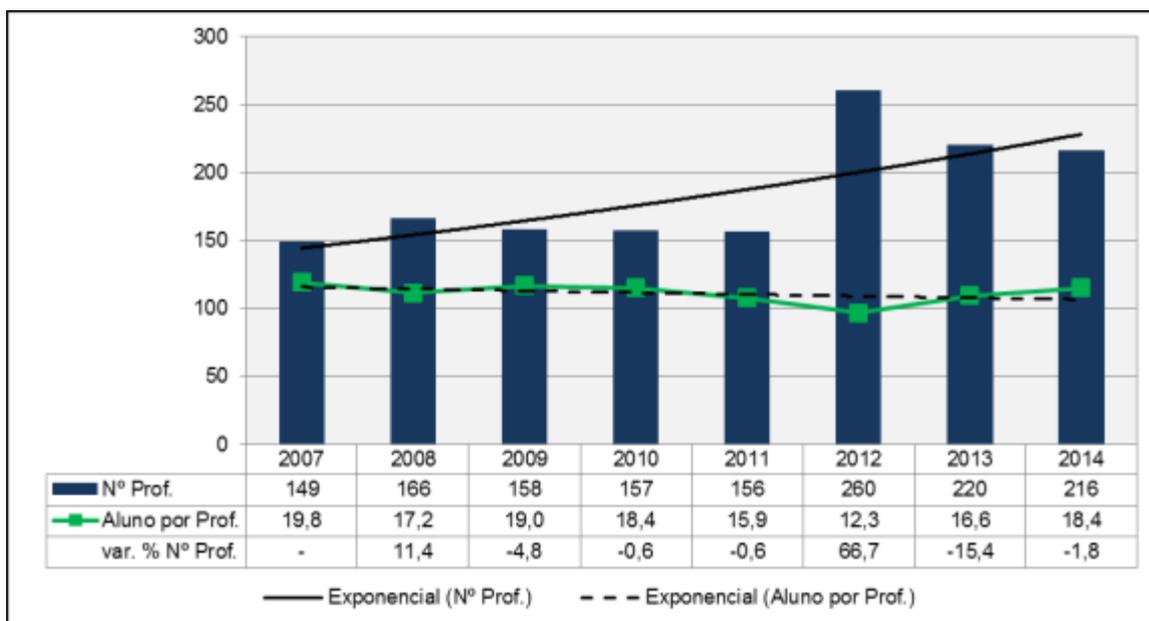


Figura 7.4- 63 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Vitória do Xingu, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

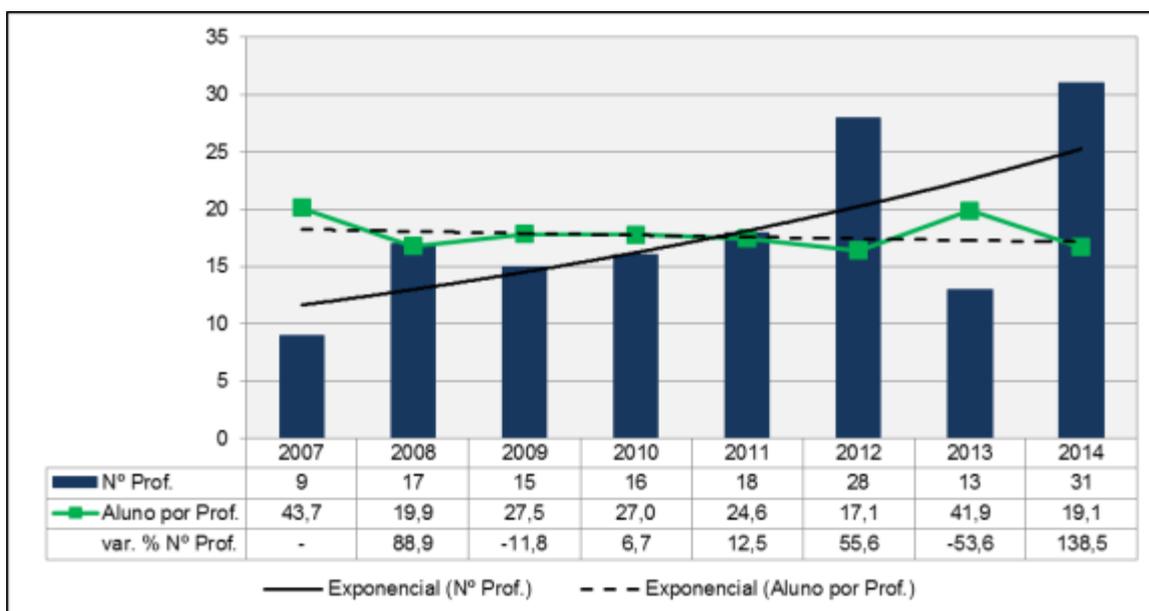


Figura 7.4- 64 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Vitória do Xingu, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

f) Análise da Evolução do número de professores – Gurupá

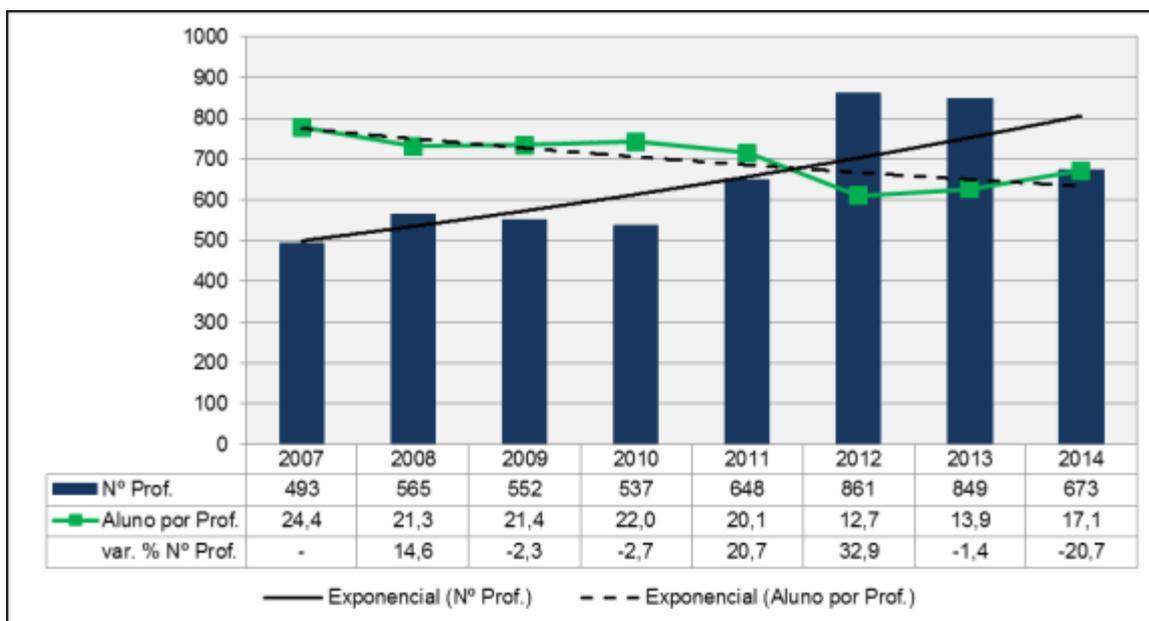


Figura 7.4- 65 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Gurupá, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

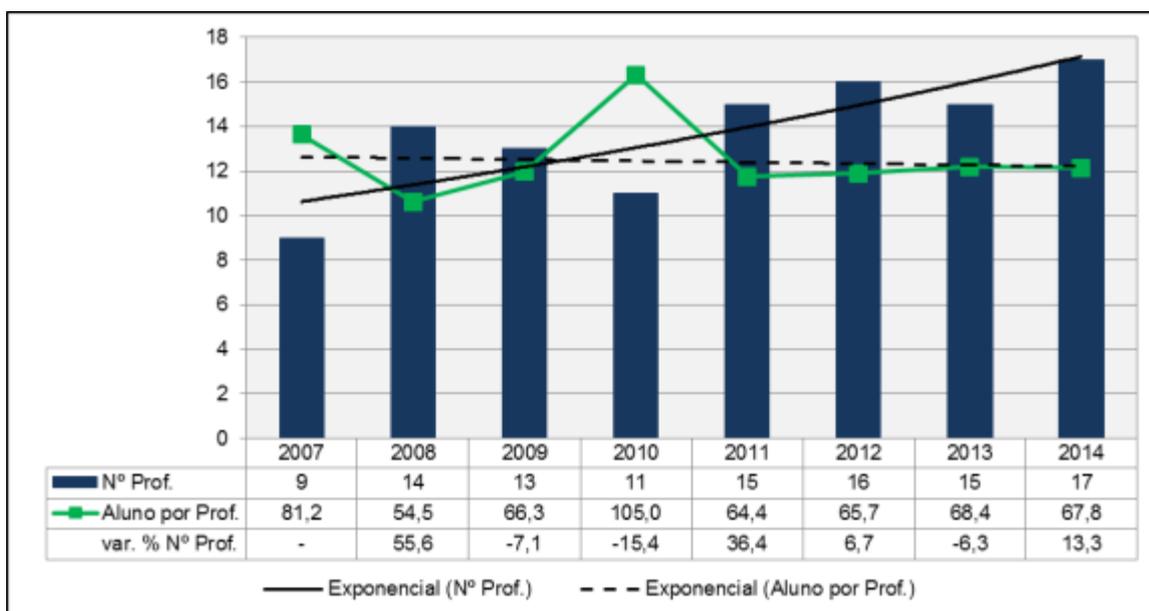


Figura 7.4- 66 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Gurupá, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

g) Análise da Evolução do número de professores – Medicilândia

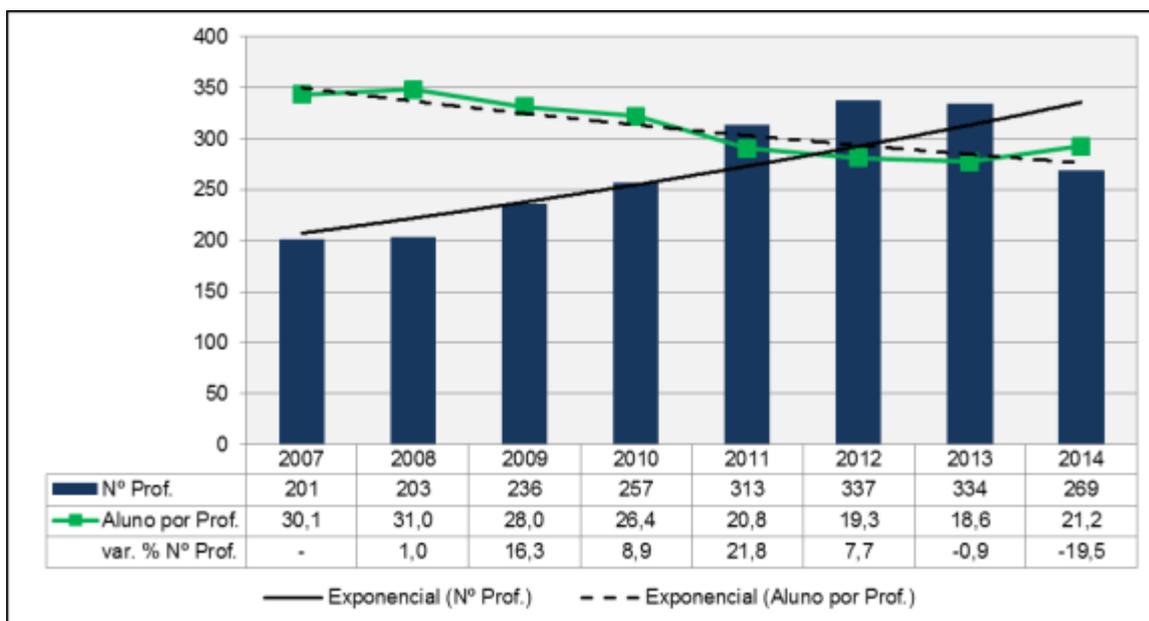


Figura 7.4- 67 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Medicilândia, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

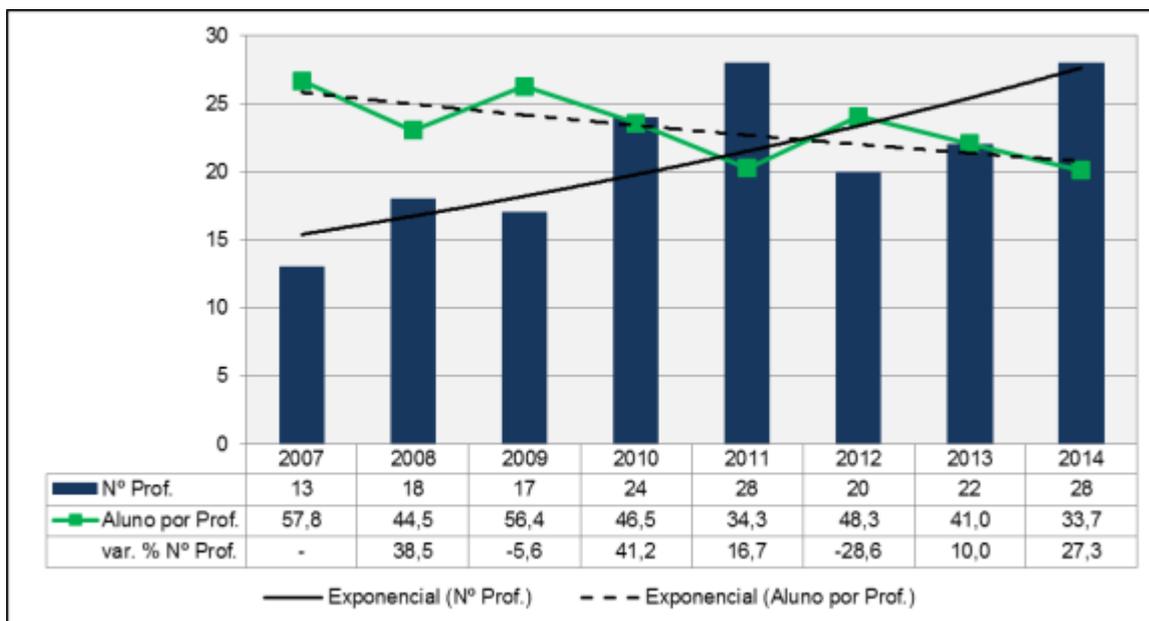


Figura 7.4- 68 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Medicilândia, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

h) Análise da Evolução do número de professores – Pacajá

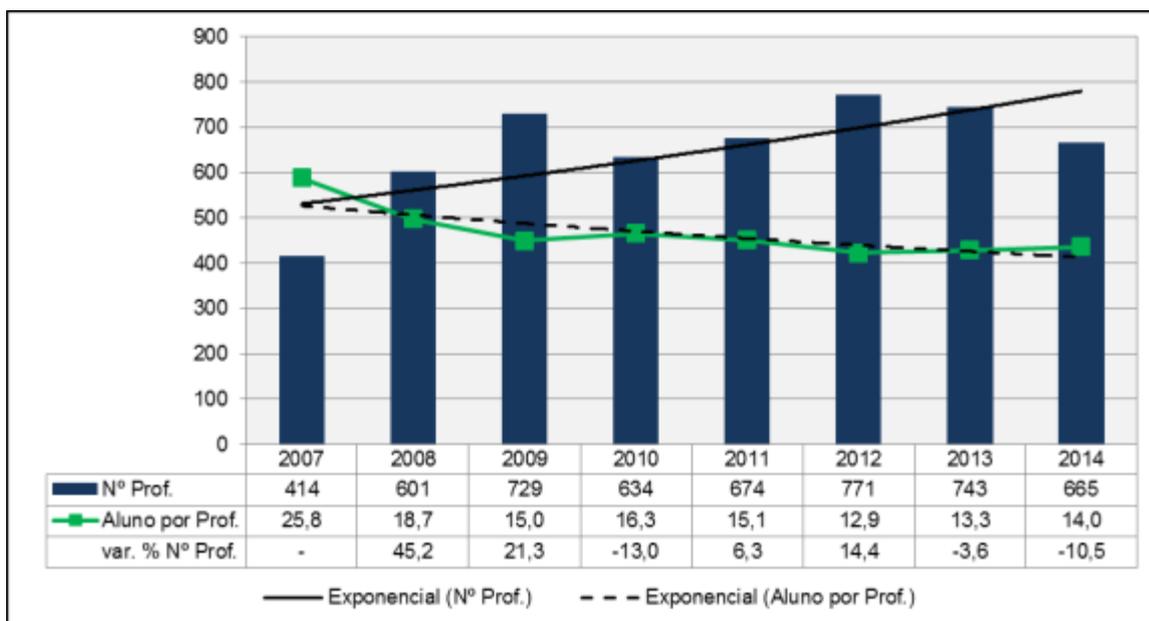


Figura 7.4- 69 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Pacajá, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

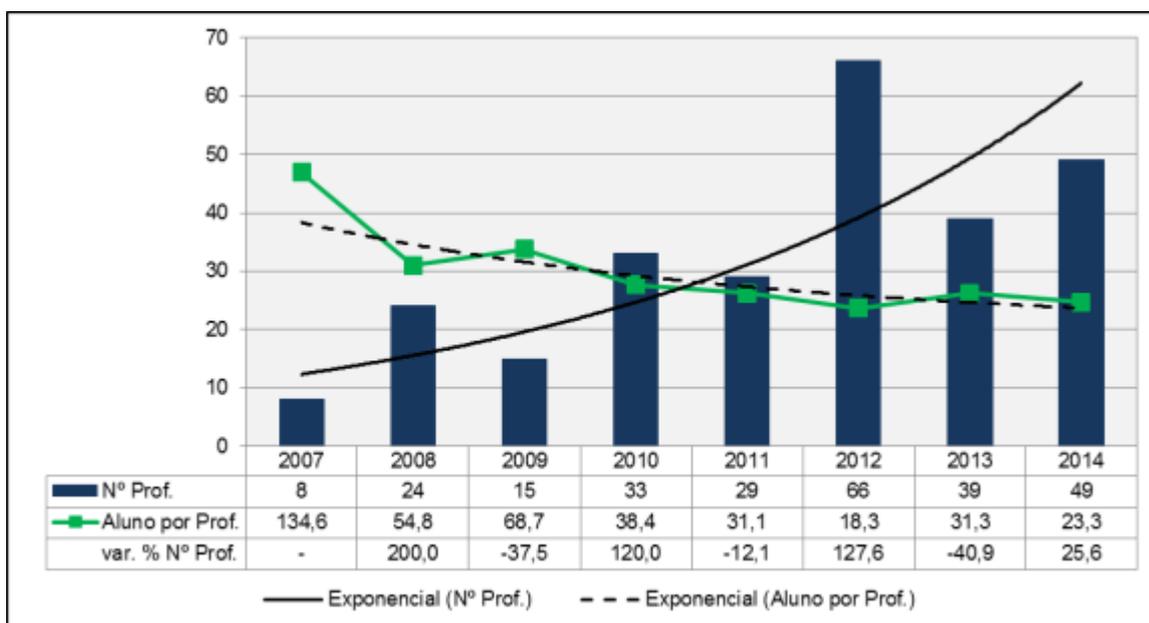


Figura 7.4- 70 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Pacajá, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

i) Análise da Evolução do número de professores – Placas

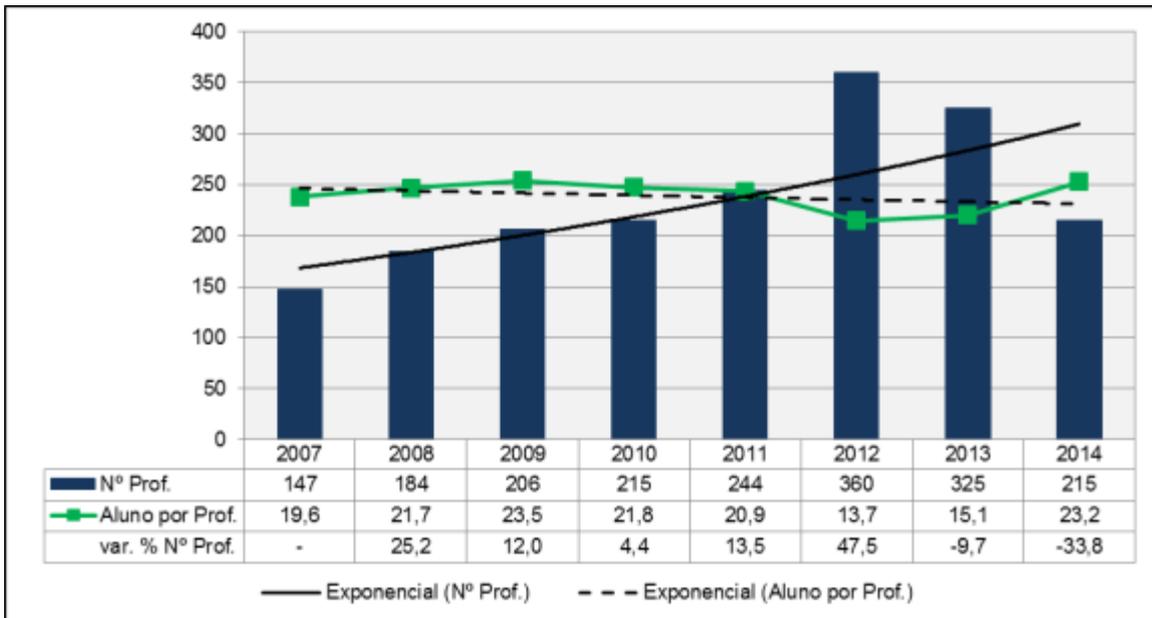


Figura 7.4- 71 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Placas, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

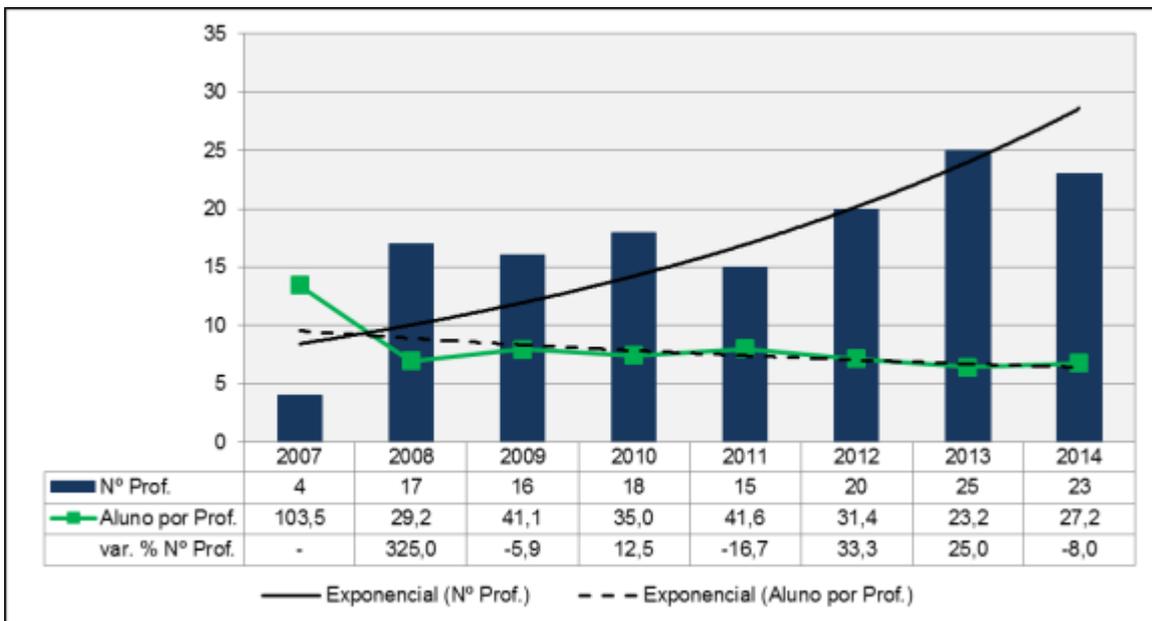


Figura 7.4- 72 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Placas, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

j) Análise da Evolução do número de professores – Porto de Moz

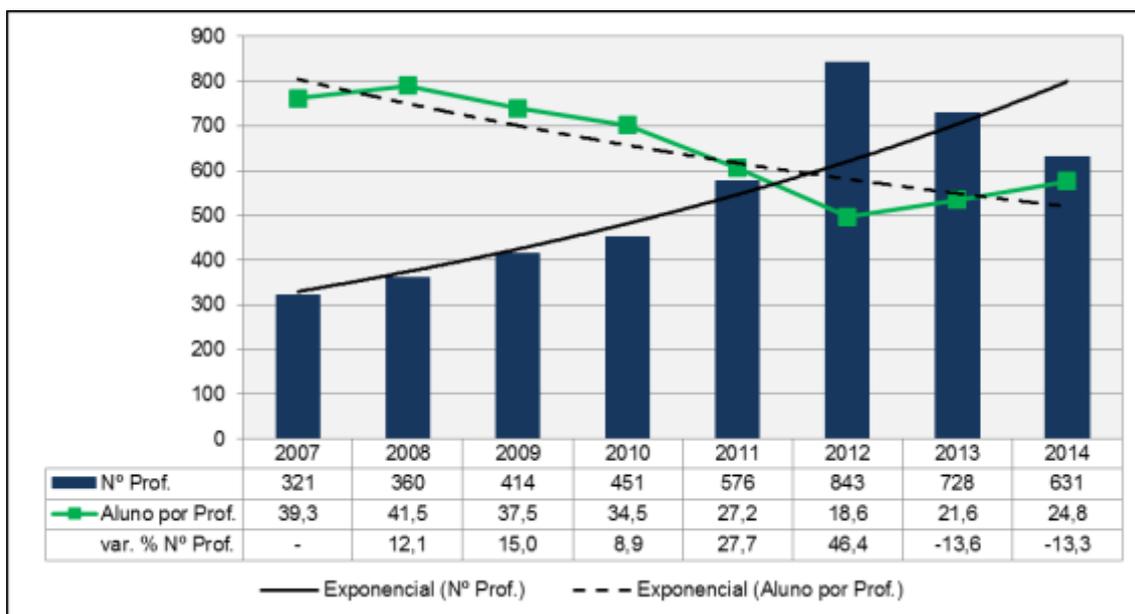


Figura 7.4- 73 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Porto de Moz, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

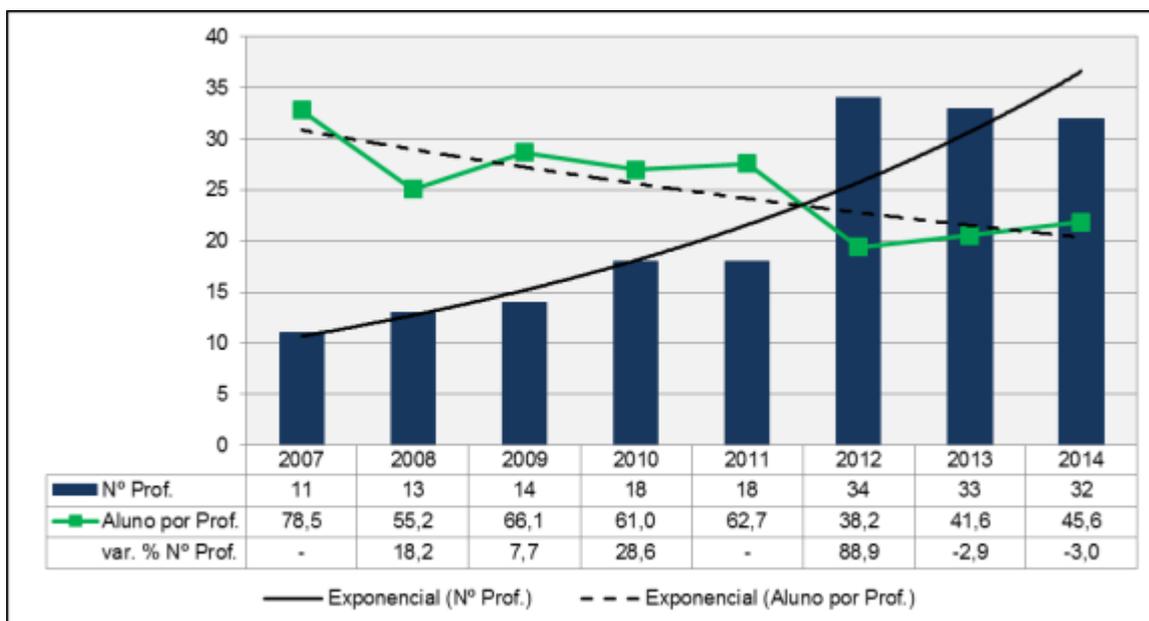


Figura 7.4- 74 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Porto de Moz, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

k) Análise da Evolução do número de professores – Uruará

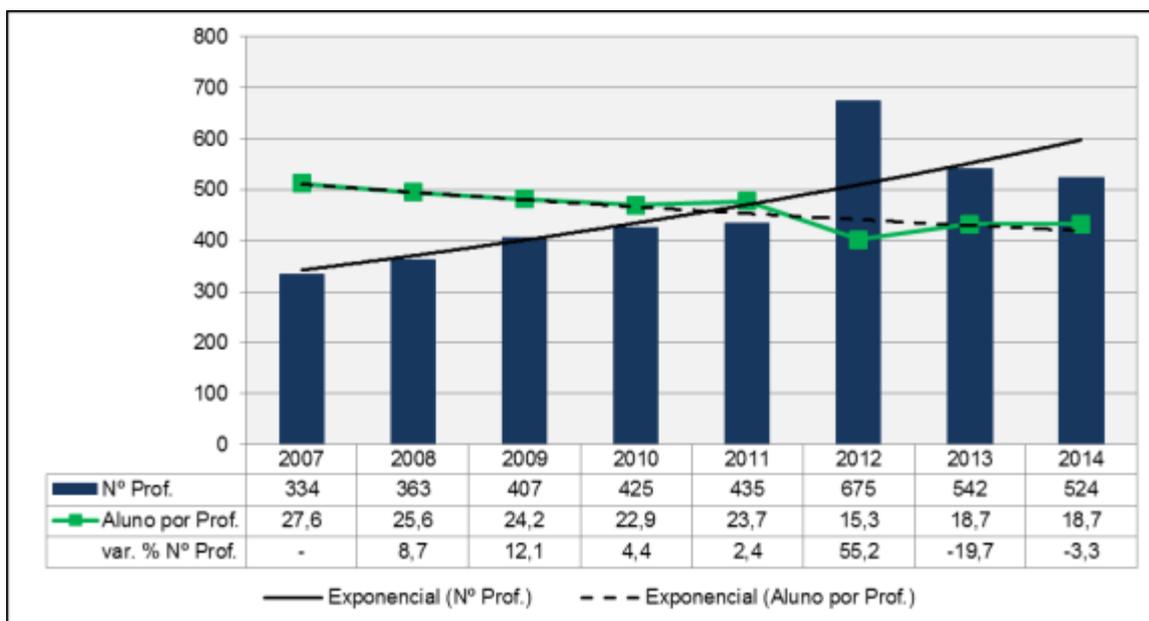


Figura 7.4- 75 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública municipal, de Uruará, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

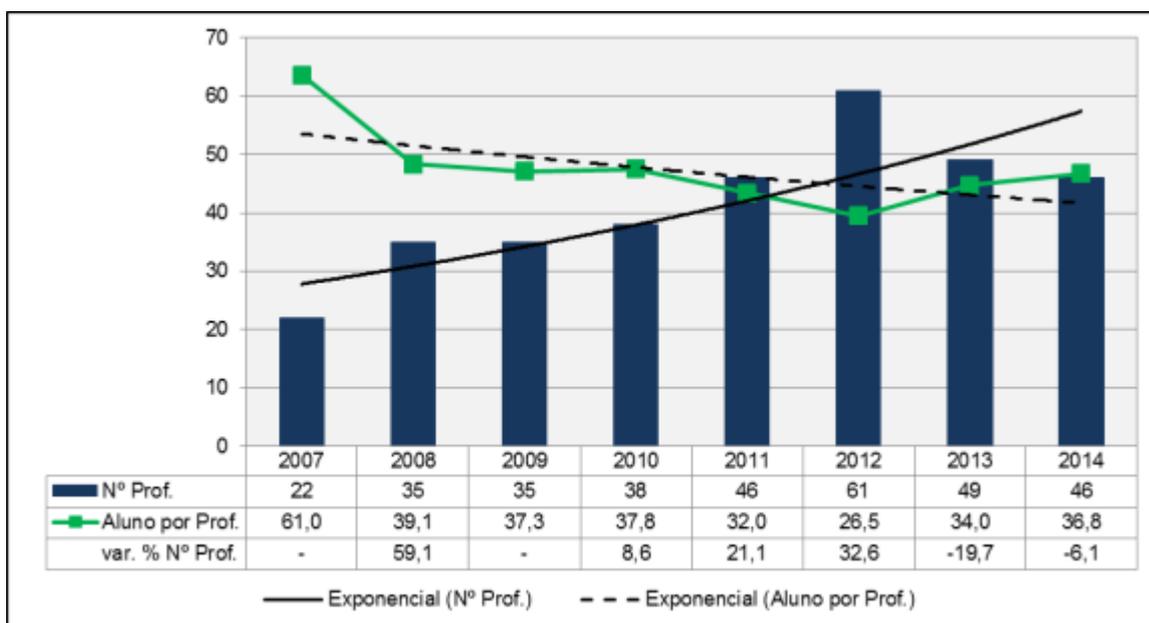


Figura 7.4- 76 - Quantidade de Professores e Relação Alunos/Professor da rede pública estadual, de Uruará, de 2007 a 2014 (mês de maio)

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP)/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

De forma geral, os municípios da All tem comportamento semelhante com relação às curvas de tendência da quantidade de professores e da relação alunos/professor da rede pública municipal e estadual. Todos os 11 municípios tiveram tendência de alta

para a quantidade de professores e de baixa, ou quase estabilidade, para a relação alunos/professor no período 2007-2014. Isso denota um esforço por parte das Prefeituras e Secretarias Estaduais de Educação no sentido de não sobrecarregar os professores em sala de aula e, teoricamente, permitir uma maior atenção a cada aluno, o que poderia refletir em um melhor desempenho na qualidade de ensino.

Ao analisar o ano de 2014, observa-se que na rede pública municipal houve redução do número de professores em relação ao ano anterior em 9 municípios e, na rede pública estadual, em 7 municípios. Em grande parte dos municípios os valores foram muito próximos comparando 2014 e 2013.

Um aspecto geral que pode justificar essa situação foi o fato de os municípios terem recebido novas orientações sobre o preenchimento do censo escolar a partir de 2013. O INEP verificou que várias prefeituras do Brasil preenchiam alguns campos incorretamente. Uma das principais mudanças, e que está relacionada a uma possível redução, foi a de registrar apenas professores em atividade, sendo que nos censos anteriores os professores licenciados entravam na contagem. Isso justifica o decréscimo que no geral ocorreu nos valores.

Cabe salientar que, mais importante que a variação de professores é a avaliação da relação alunos/professor em 2014. Para tanto, nesta análise foram adotados dois critérios. Um, externo, baseado no parâmetro utilizado para salas vazias do indicador “Evolução do número de matrículas nas escolas”. Ele foi ponderado, em 2014, para a rede municipal, com base na proporção de alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (26,08 alunos/professor) e, para a rede estadual, utilizou-se o parâmetro do Ensino Médio, que correspondeu a 35,0 alunos/professor. O outro critério foi a comparação com a média da razão alunos/professor do estado do Pará em 2014, que foi de 21,34 e 26,08, para as redes públicas municipal e estadual, respectivamente.

Assim, em 2014 a rede pública municipal de todos os municípios estiveram abaixo do parâmetro externo (26,08), ou seja, em condições mais favoráveis. Comparando as escolas municipais com o valor do estado do Pará, cuja a relação é de 21,34 alunos por professor, dos 11 municípios os seguintes estiveram acima: Altamira, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Placas e Porto de Moz.

Na rede pública estadual Gurupá, Porto de Moz e Uruará estiveram acima da média do estado (cuja a relação alunos por professor está em 35,0). Com relação a média do Pará (21,34) o cenário não é tão promissor, pois somente Anapu e Vitória do Xingu estiveram abaixo.

4. Dimensão: População em Risco Social

5.1 Indicador “9. Alteração no quadro de partos entre crianças e adolescentes”

a) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Altamira

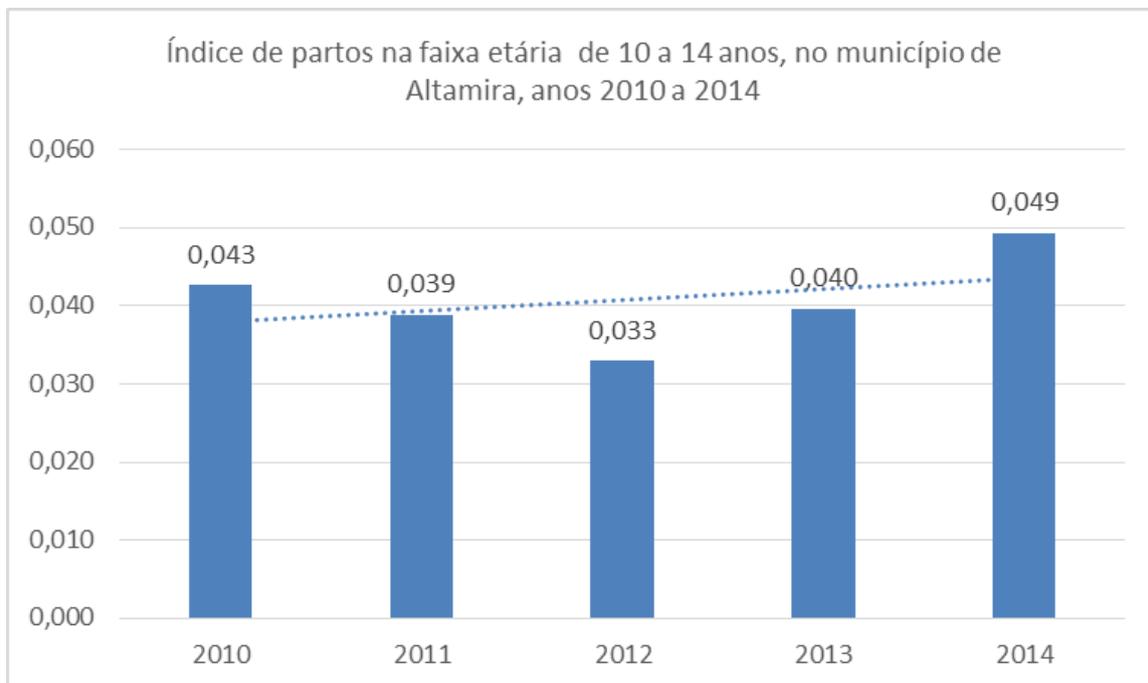


Figura 7.4- 77 - Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos, em Altamira, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS - coletado em 08/01/2015/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

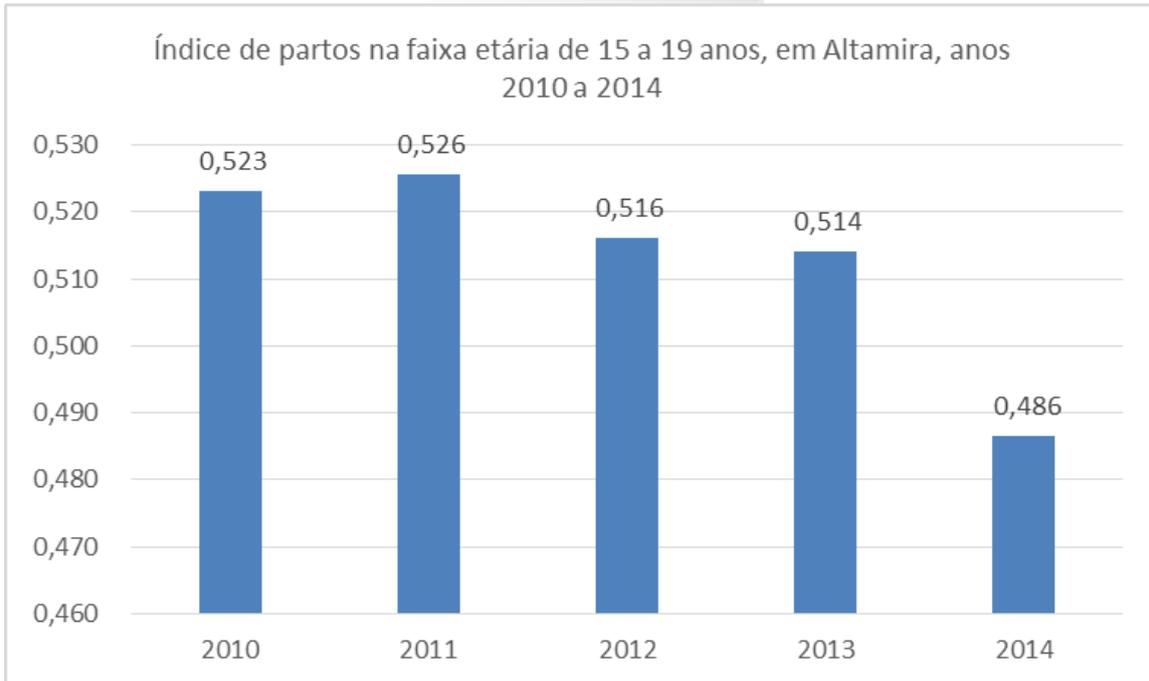


Figura 7.4- 78 - Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Altamira, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS - coletado em 08/01/2015/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

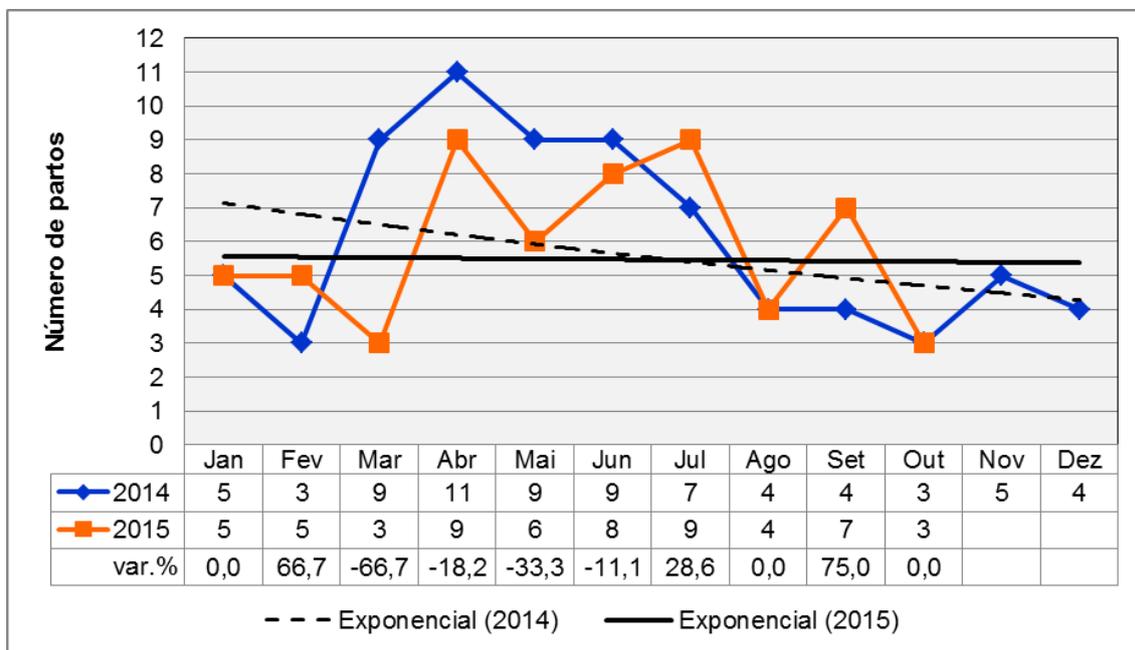


Figura 7.4- 79 – Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

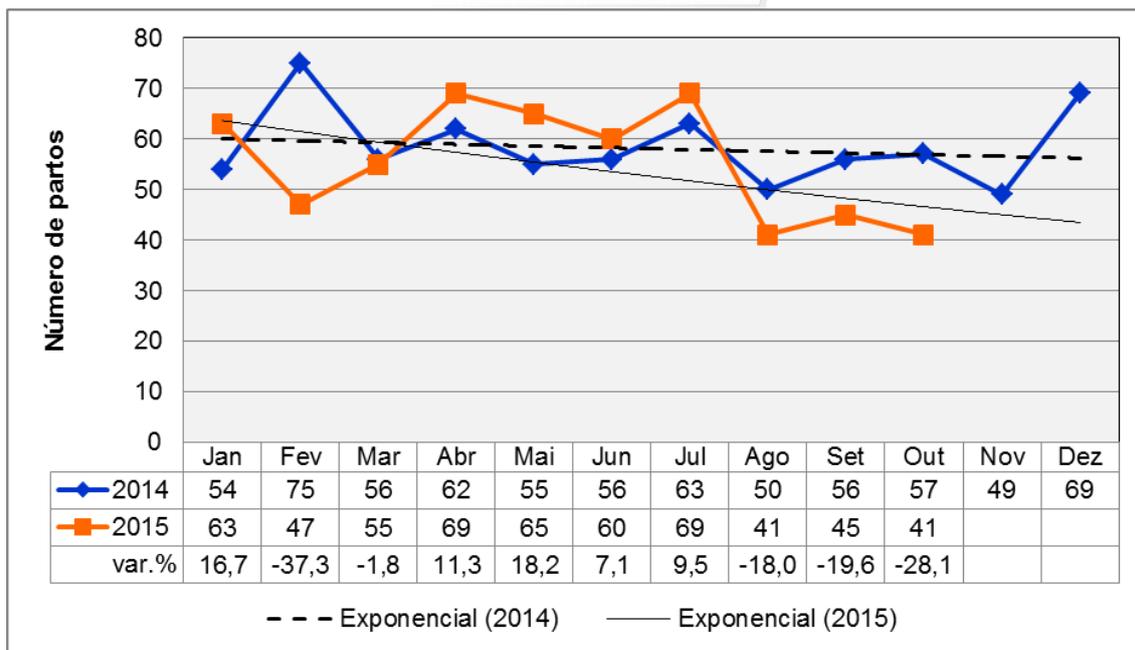


Figura 7.4- 80 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

b) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Anapu

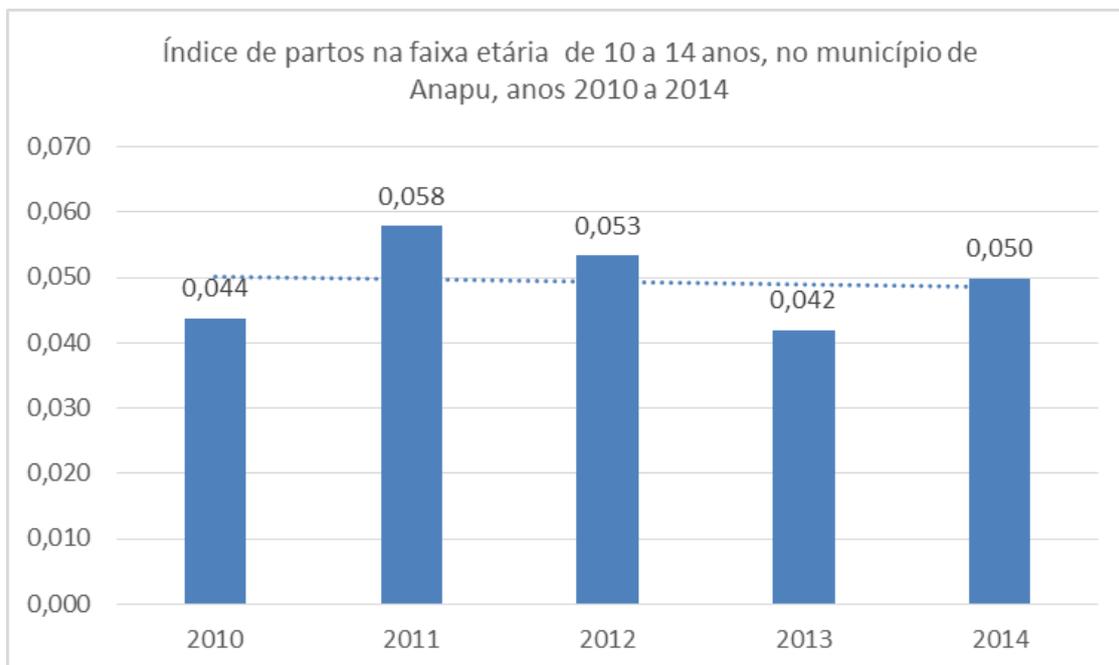


Figura 7.4- 81 - Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos, em Anapu, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.
<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

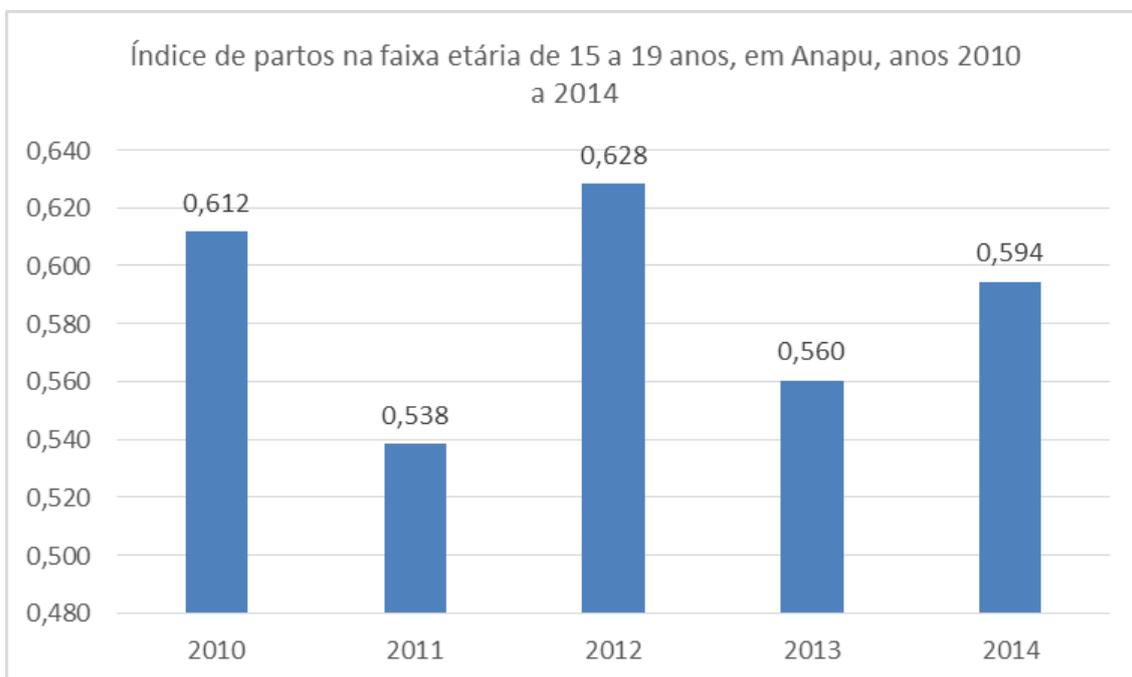


Figura 7.4- 82 - Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Anapu, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.
<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

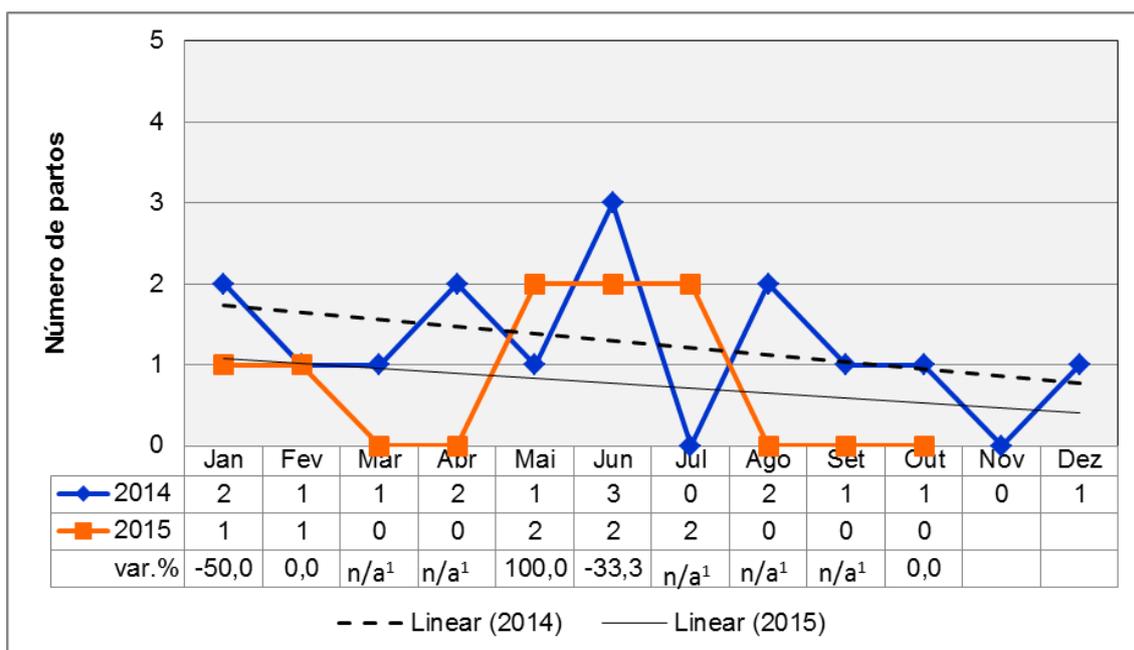


Figura 7.4- 83 – Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

2.n/a: Não se Aplica.

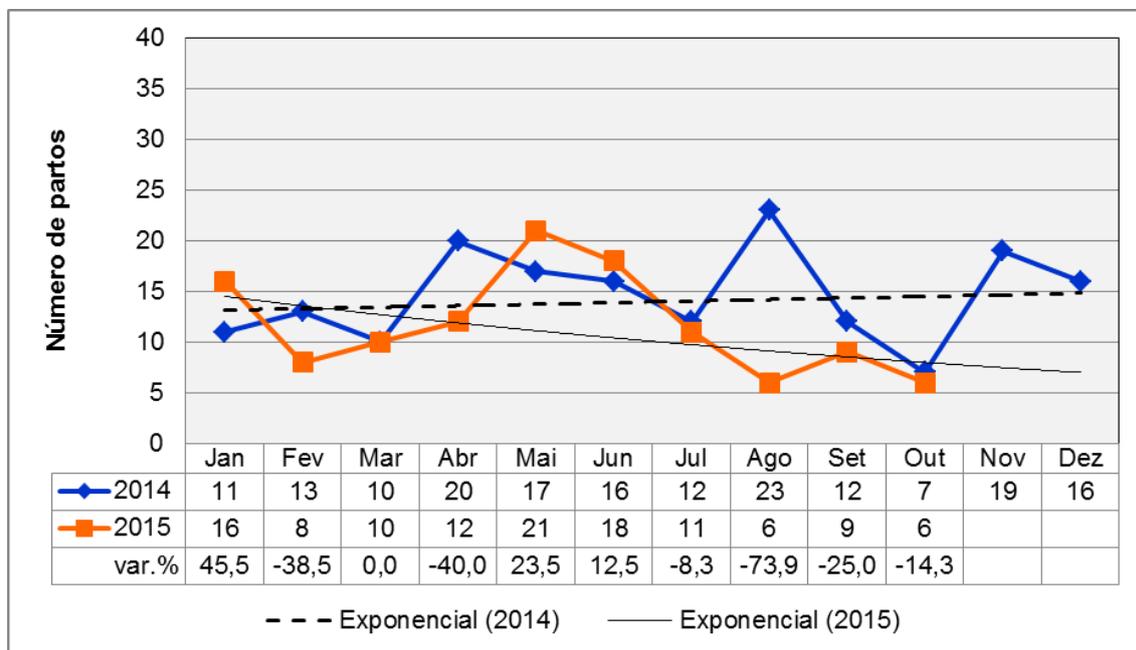


Figura 7.4- 84 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

c) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Brasil Novo

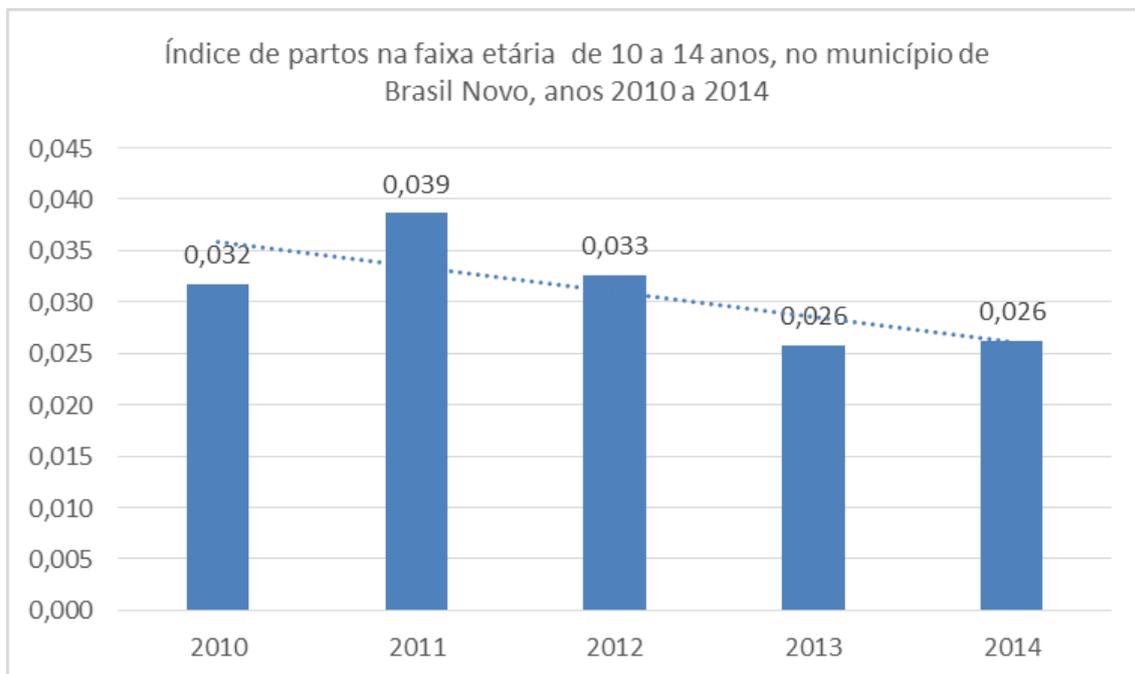


Figura 7.4- 85- Evolução do número de partos entre crianças de 10 a 14 anos, em Brasil Novo, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

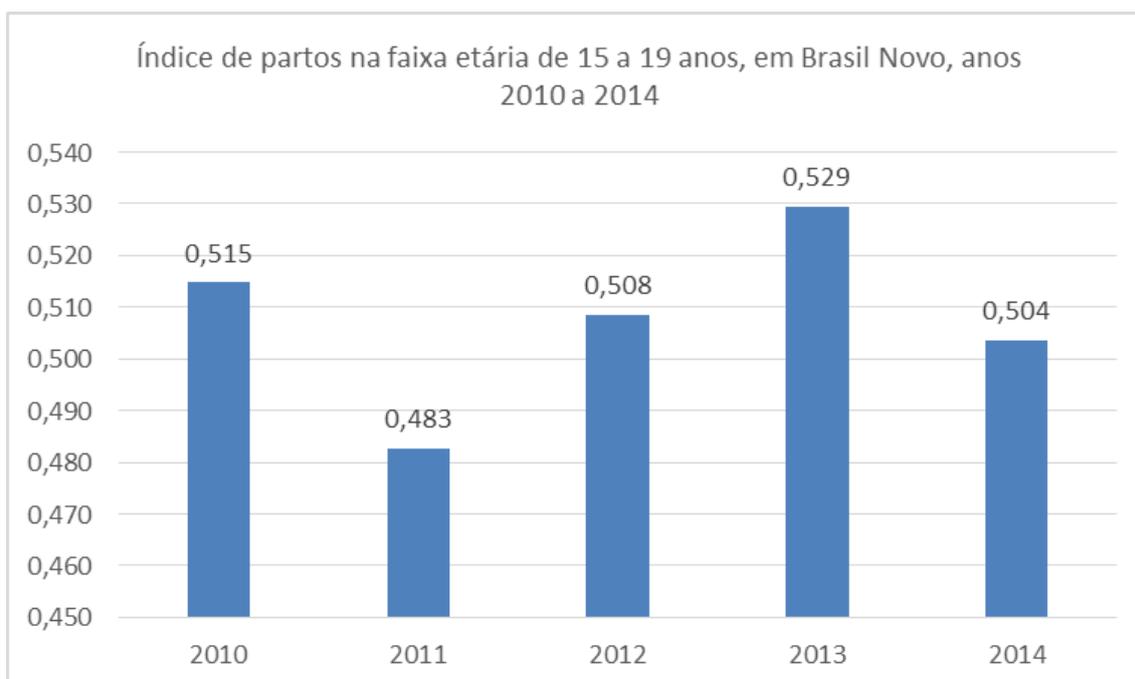


Figura 7.4- 86- Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Brasil Novo, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.
<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

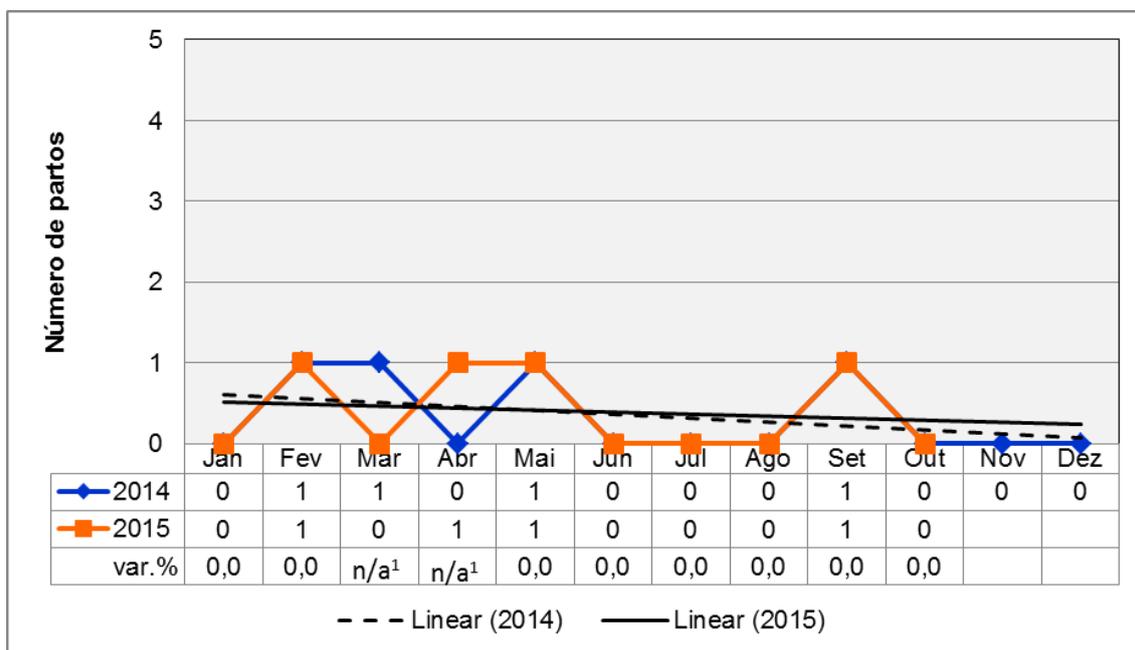


Figura 7.4- 87 – Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

2.n/a: Não se Aplica

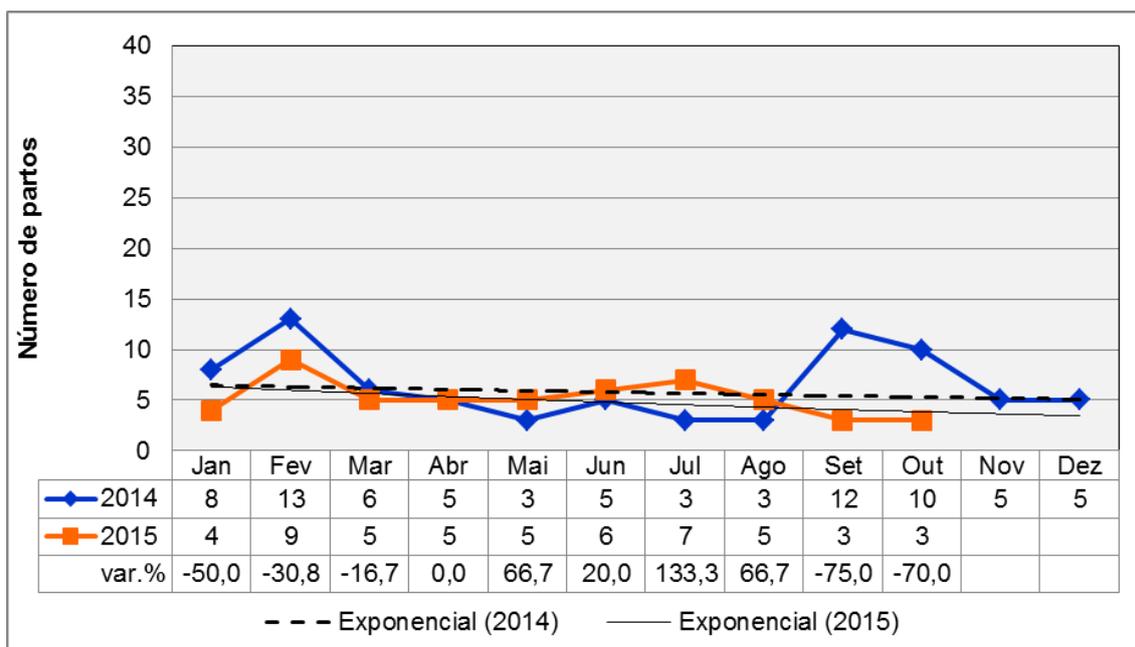


Figura 7.4- 88 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8° RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.
<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

d) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Senador José Porfírio

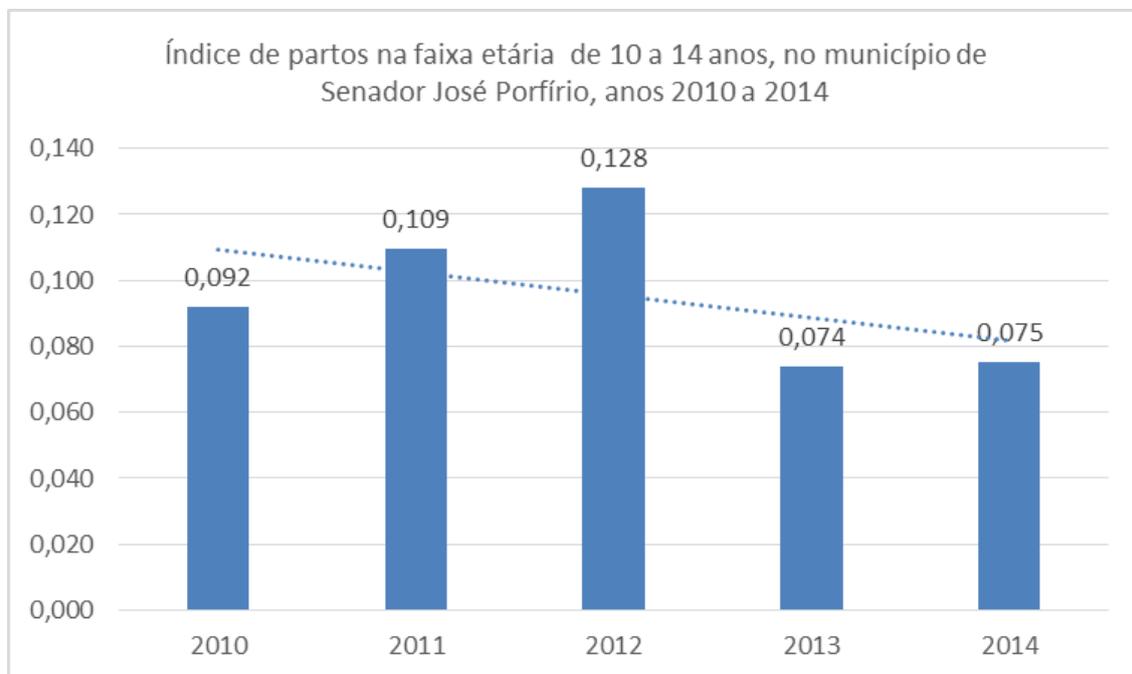


Figura 7.4- 89- Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos, em Senador José Porfírio, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8° RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

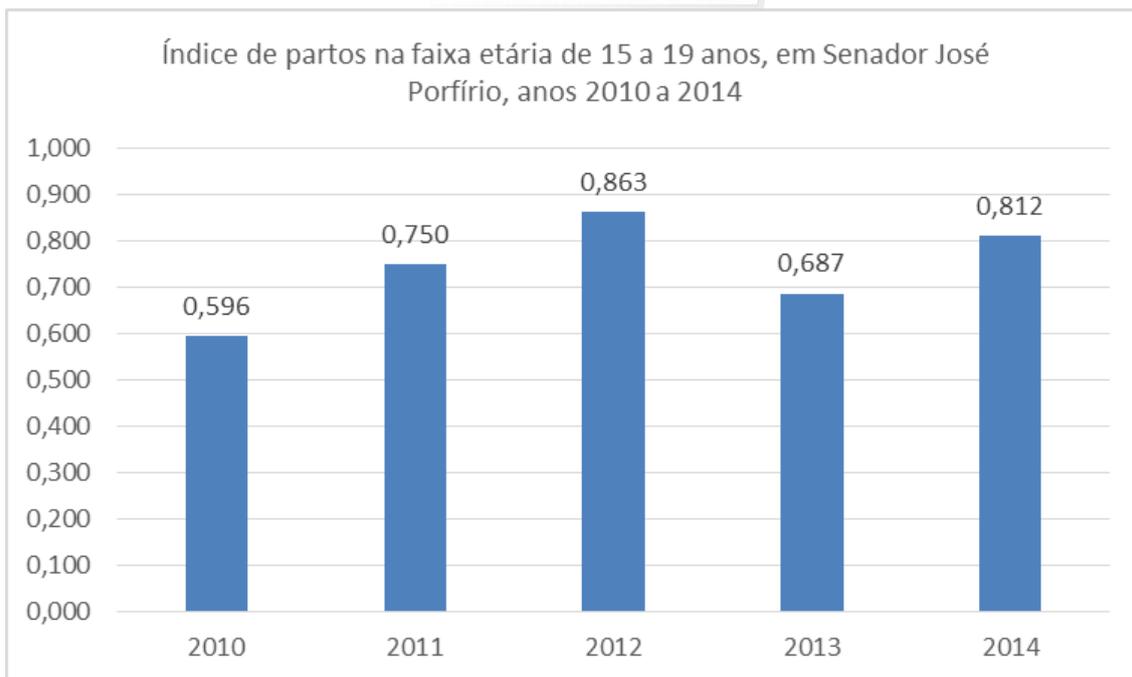


Figura 7.4- 90- Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Senador José Porfírio, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS - coletado em 07/01/2015/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

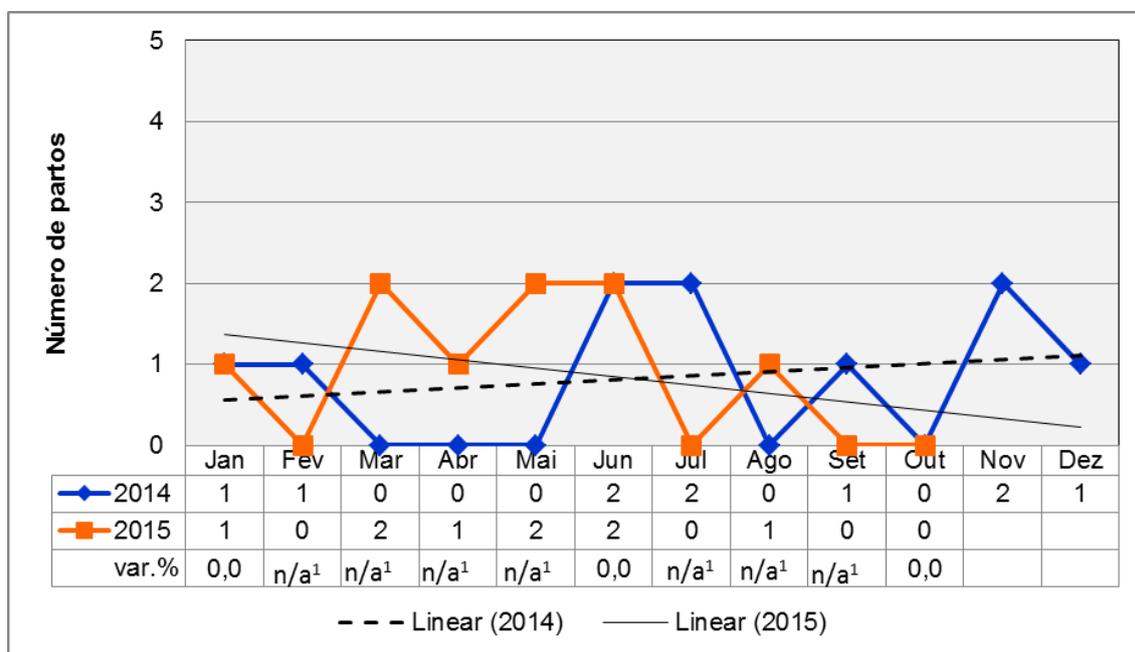


Figura 7.4- 91 – Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

2. n/a: Não se Aplica

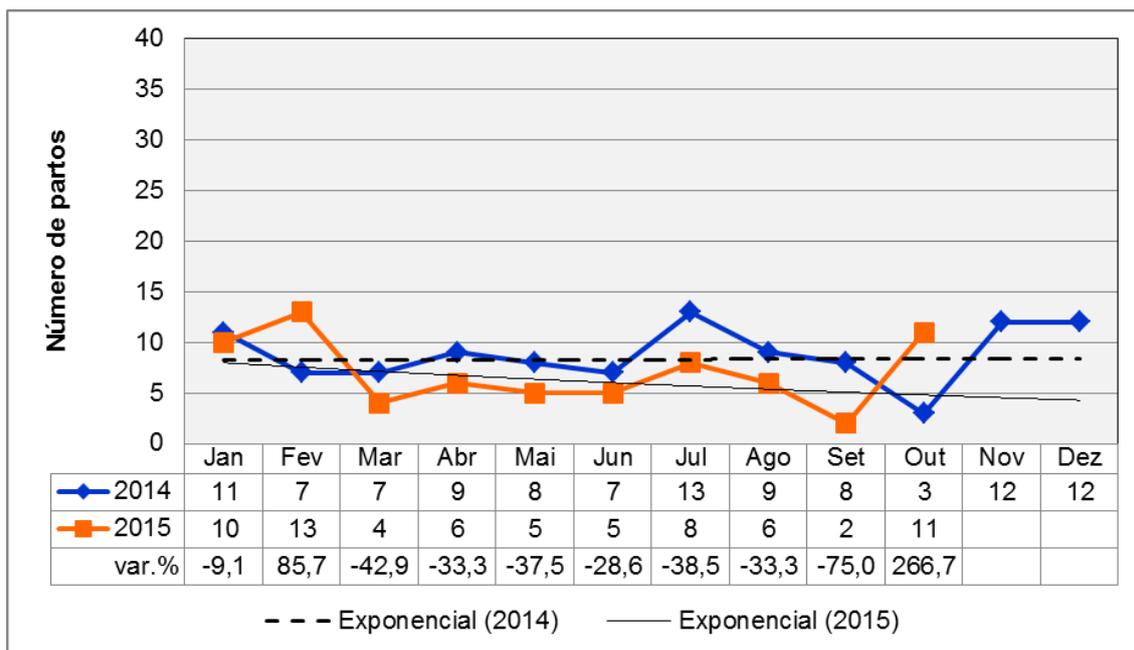


Figura 7.4- 92 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Senador José Porfírio de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 7º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

e) Análise da alteração no número de partos entre crianças e adolescentes – Vitória do Xingu

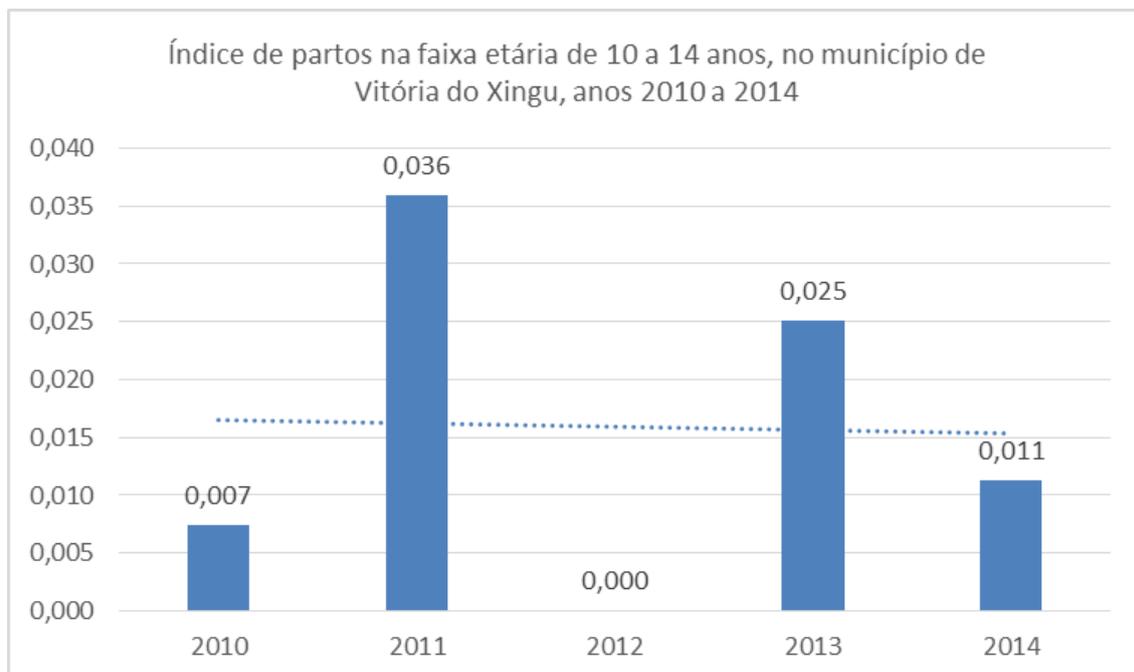


Figura 7.4- 93- Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos, em Vitória do Xingu, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8° RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.
<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

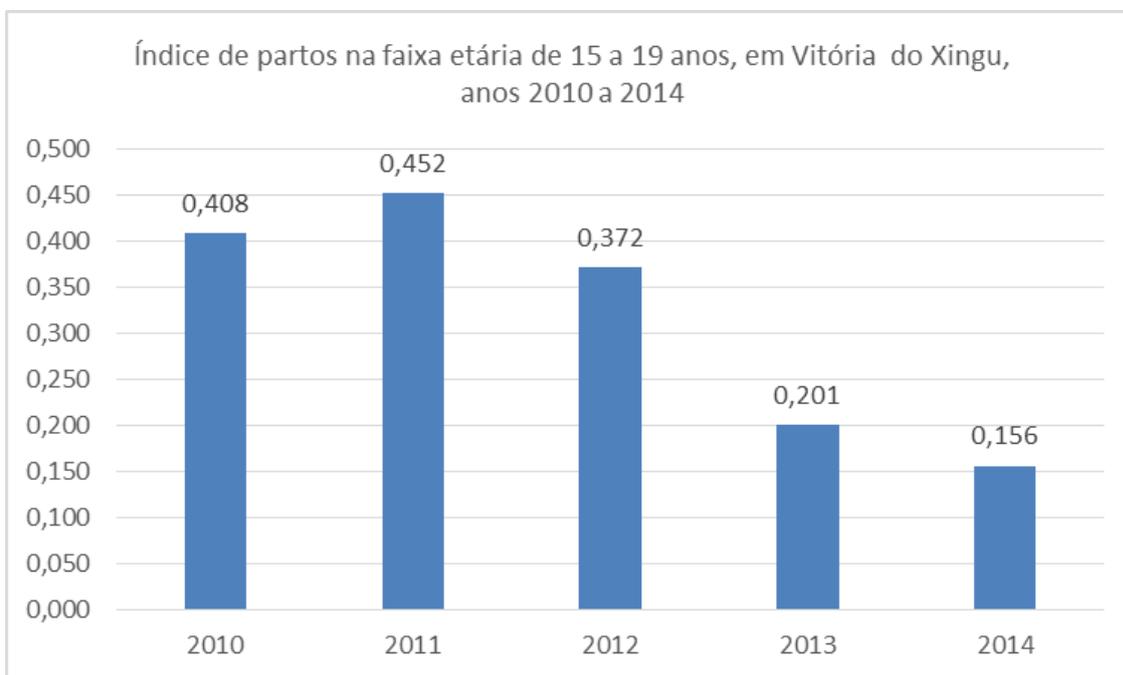


Figura 7.4- 94- Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos, em Vitória do Xingu, de 2010 a 2014

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8° RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.
<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

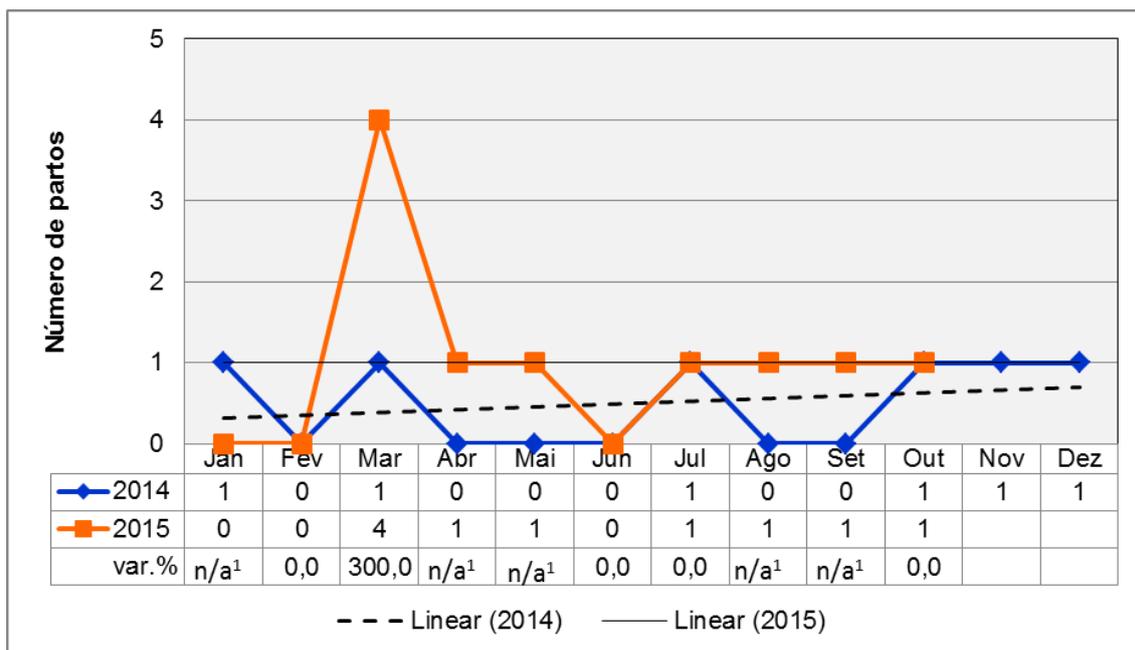


Figura 7.4- 95– Evolução do número de partos na faixa etária de 10 a 14 anos em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

2.n/a: Não se Aplica

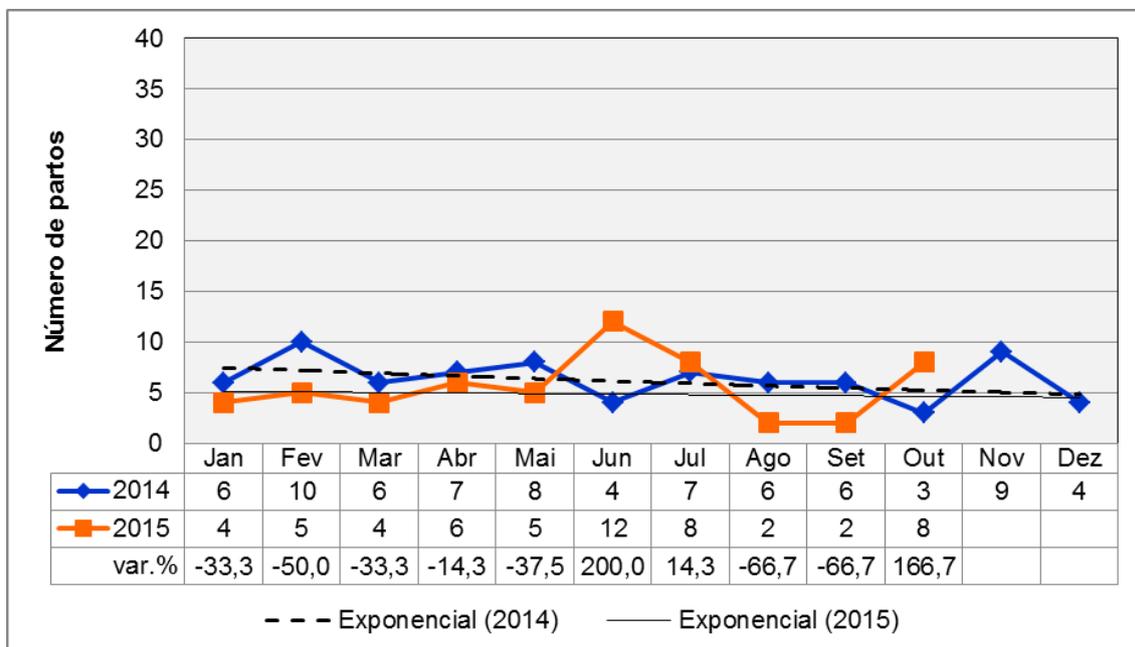


Figura 7.4- 96 – Evolução do número de partos na faixa etária de 15 a 19 anos em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: SINASC – 10º CRS/ Elaboração Norte Energia¹.

1. Alguns dados podem estar diferentes do 8º RC, pois o Banco de Dados do SINASC-pode sofrer alteração durante o período de dois anos.

<http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

Considerações Gerais

Na análise dos dados anuais de 2010 a 2014, referente à faixa etária de 10 a 14 anos, verificou-se, de forma geral, uma tendência de queda do índice de partos nos municípios de Brasil Novo, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, especialmente de 2013 para 2014, para o último município. Para os demais, houve oscilações deste índice entre os anos, o que resultou em uma tendência de certa estabilidade com valores baixos.

Já para a faixa etária de 15 a 19 anos, os municípios de Altamira e Brasil Novo tiveram uma tendência de queda no seu índice de partos entre os anos de 2010 a 2014. Em Brasil Novo, tal índice apresentou decréscimo em 2014 em relação ao ano anterior, e nos demais anos houve poucas variações. Os demais municípios, assim como em Brasil Novo, apresentaram poucas oscilações entre os anos, caracterizando certa estabilidade neste índice. Vale lembrar que, por se tratar de dados provisórios, ainda em consolidação pelo SINASC, é necessário o monitoramento nos anos subsequentes.

Na comparação mensal entre 2014 e 2015 a análise foi feita para os dez primeiros meses do ano.

Em Altamira, a evolução no número de partos entre crianças e adolescentes teve comportamento similar, mas com menor intensidade em 2015, para as duas faixas etárias, nos dez primeiros meses. Entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, em 2014, a maior quantidade de partos em um mês foi 11 (abril) e a menor foi 3 (fevereiro e outubro), enquanto em 2015 a maior foi 9 (abril e julho) e a menor também foi 3 (outubro). Até outubro houve redução total de casos de 64 para 59, respectivamente, de 2014 para 2015. Assim como em 2014, a curva de tendência foi de baixa no ano. Para a faixa etária de 15 a 19 anos o número máximo de casos, em 2014, foi 75 (fevereiro) e o número mínimo foi 50 (junho), enquanto que em 2015 o máximo foi 69 (abril e julho) e o mínimo foi 41 (agosto e outubro). Houve redução do número de partos de 584, em 2014, para 555, em 2015.

Em Anapu a quantidade de partos na faixa etária de 10 a 14 anos foi bem menor em 2015 ante 2014, passou de 14 para 8, respectivamente. Até outubro de 2014 o pico foi 3 (junho) e a menor quantidade foi zero (julho). Já em 2015 o número máximo de partos por mês foi 2 (maio a julho) e o mínimo foi zero (março, abril, agosto, setembro e outubro). Tais dados fizeram a tendência ser de queda nos dois anos. Na faixa etária de 15 a 19 anos a tendência de 2015 foi de expressiva baixa. O pico de partos foi 21 (maio) e o menor valor foi 6 (agosto e outubro). Já em 2014 o pico foi 23 (agosto) e o menor valor 7 (outubro). Entre os dois anos houve redução da quantidade de partos dessa faixa etária, passou de 141 casos, em 2014, para 117 casos, em 2015.

Apesar da gravidade do fato de crianças e adolescentes terem filhos nessas faixas etárias, destaque-se que em Brasil Novo a quantidade foi menor que em Anapu. Na faixa etária de 10 a 14 anos, em Brasil Novo, tanto em 2014 quanto em 2015, o

número máximo de partos por mês foi um e o mínimo foi zero. Até outubro de 2014 e de 2015 o número total de casos de janeiro a outubro em cada ano foi igual a 4. A curva de tendência em 2015 foi de relativa estabilidade. Já entre os adolescentes de 15 e 19 anos ocorreu uma significativa diminuição de 2014 para 2015, sendo que o total de registros passou, respectivamente, de 68 para 52. O pico em 2014 foi 13 (fevereiro) e o menor número foi 3 (maio, julho e agosto), enquanto que em 2015 o pico foi 9 (igualmente em fevereiro) e o mínimo também foi 3 (setembro e outubro). A tendência que era de certa estabilidade em 2014, passou a ser de queda em 2015.

Senador José Porfírio ocupa uma situação intermediária entre Anapu e Brasil Novo. Entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, o maior número de partos nos dois anos foi 2 por mês e o menor foi zero. O total de casos em 2014 foi 7 e em 2015 foi 9. Por outro lado, na faixa etária de 15 a 19 anos houve redução no número de casos de um ano para outro (82, em 2014, e 70, em 2015). Em 2014, o pico foi 13 (julho) e o menor número de partos foi 3 (outubro). Em 2015 o pico também foi 13 (fevereiro) e a menor quantidade de partos foi 2 (setembro). Apesar de um aumento atípico em outubro (11 partos), como a tendência era nitidamente de baixa ao longo de 2015, isso se manteve até esse mês.

Finalmente, em Vitória do Xingu, assim como em Brasil Novo, o número de registros por mês foi baixo. Na faixa etária de 10 a 14 anos, houve, nos dois anos, 1 registro no máximo, excetuando-se o mês de março de 2015, em que se registrou, atipicamente, 4 partos. Embora com valores absolutos baixos, 2015 apresentou aumento no número de casos até outubro quando comparado ao mesmo período de 2014 (4 e 10 casos, em 2014 e 2015, respectivamente), principalmente devido ao registro não usual ocorrido em março de 2015. Já na faixa etária de 15 a 19 anos, o ano de 2015 apresentou uma significativa redução no número de registros. A quantidade total em 2014 foi de 63 registros e em 2015 foi de 56 registros, de janeiro a outubro. A tendência para as duas faixas etárias, de 10 a 14 e 15 a 19 anos foi, respectivamente, de estabilidade e queda, em 2015.

Destaque-se, ainda, que a Norte Energia realizou palestras educativas sobre medidas preventivas de doenças e agravos à saúde nas comunidades e escolas, a fim de minimizar fatores que contribuem para o aumento dos índices de criminalidade; gravidez e prostituição na infância e adolescência⁶; bem como violência contra o menor.

Foram realizadas cerca de 120 palestras, abrangendo 7 mil participantes. No total, 43 temas foram abordados nos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Anapu e Senador José Porfírio¹⁵.

Além das ações específicas da Norte Energia, mencionadas acima, é importante frisar as atuações preventivas realizadas pelos Conselhos, pelo Centro de Referência de

6 <http://norteenergiasa.com.br/site/2014/06/09/norte-energia-repudia-conclusoes-baseadas-em-dados-nao-oficiais/>

Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pela Polícia Militar, pelo Ministério Público, pela Vara da Infância e Juventude e pelas Secretarias Municipais, para desenvolver melhoria na proteção e coibir a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

4.1. Indicador “10. Alteração no número de atendimentos em assistência social”

1) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

a) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Altamira

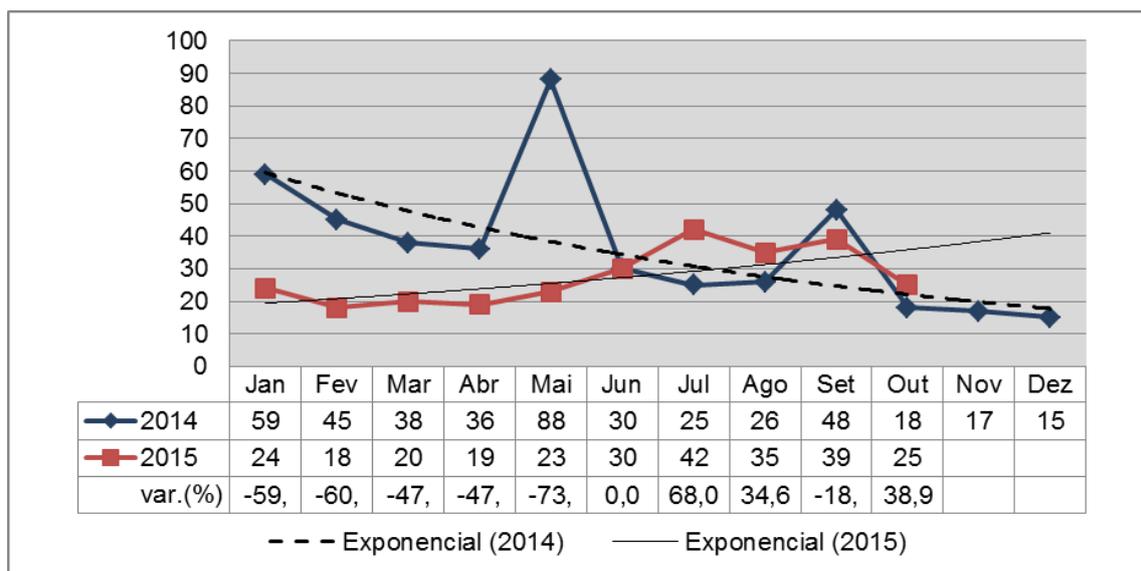


Figura 7.4- 97 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Anapu

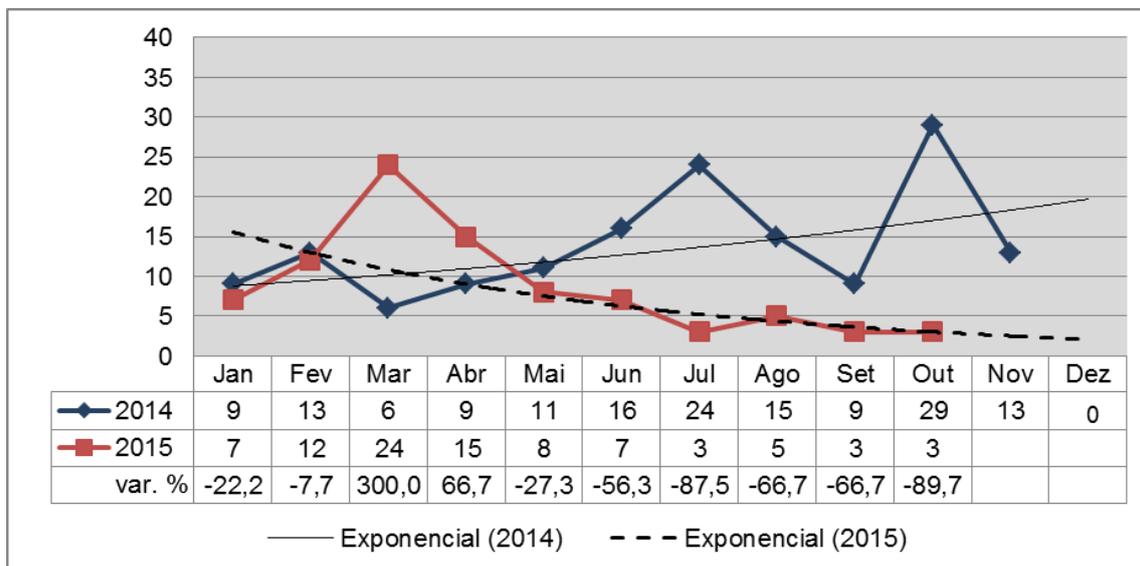


Figura 7.4- 98 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Brasil Novo

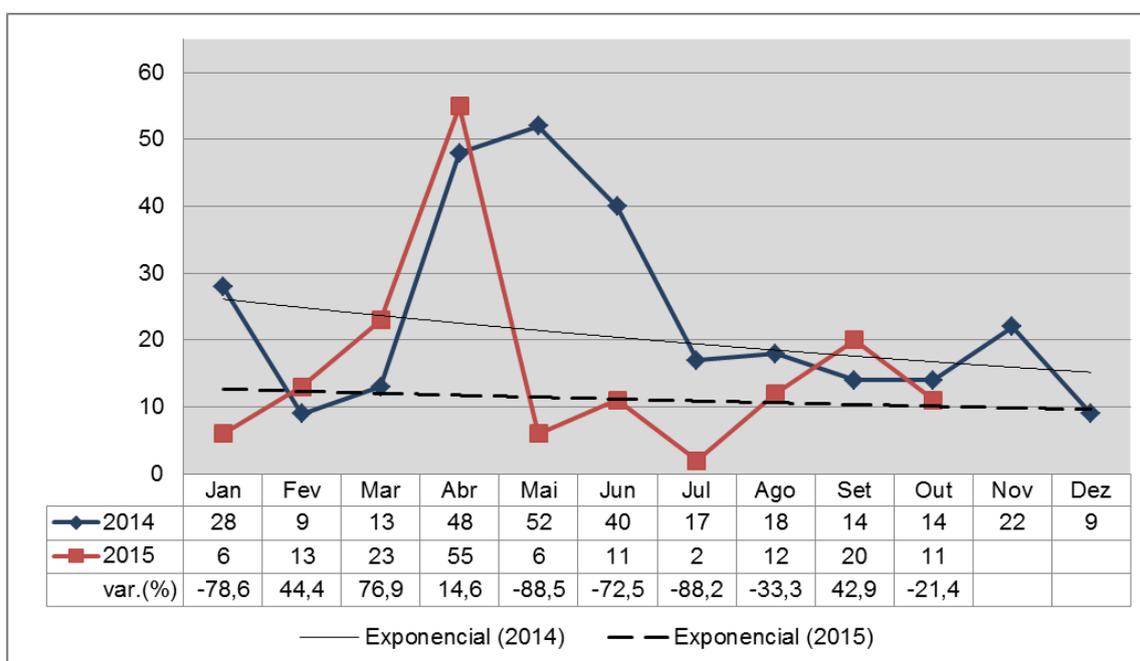


Figura 7.4 - 99 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica.

d) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)– Senador José Porfírio

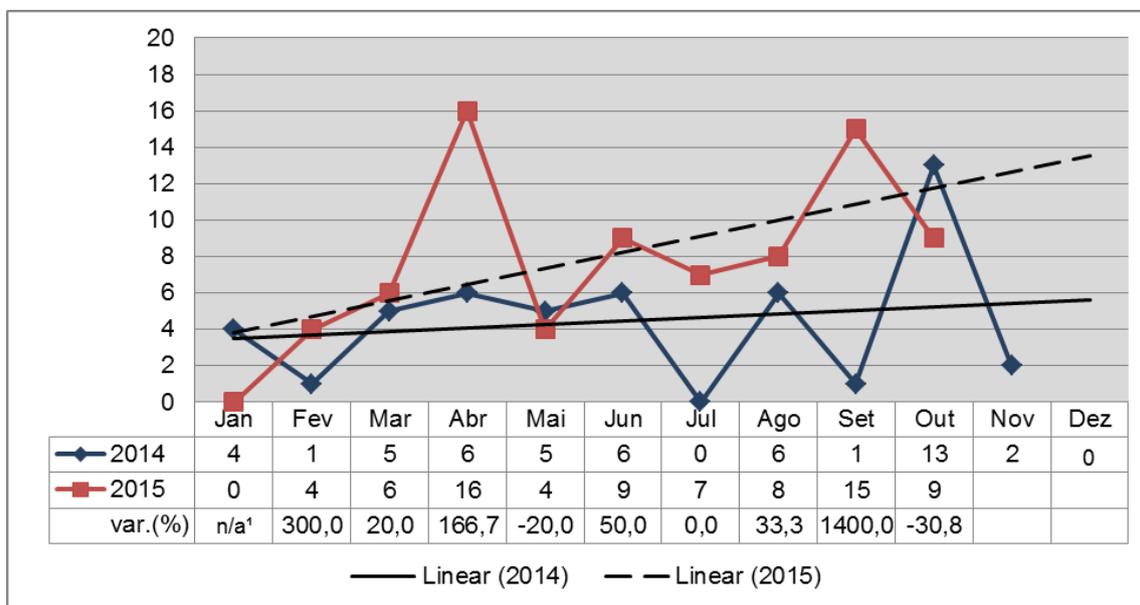


Figura 7.4- 100 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/Elaboração Norte Energia.

e) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – Vitória do Xingu

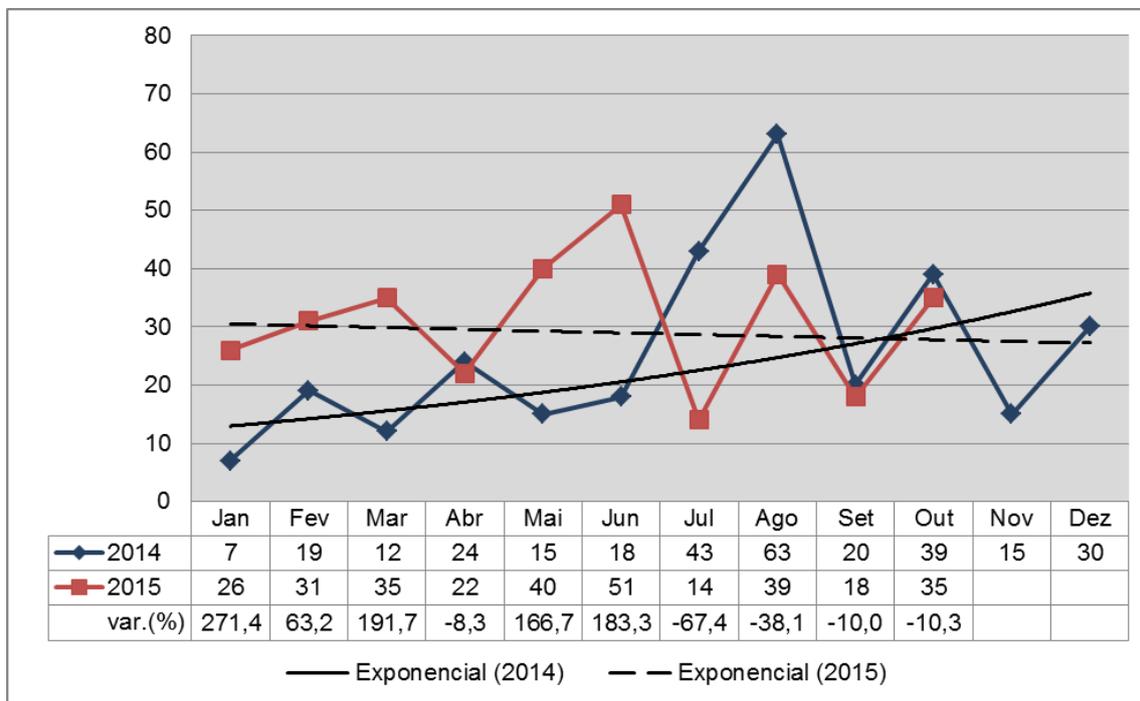


Figura 7.4- 101 – Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Atendimentos individualizados do CRAS

a) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Altamira

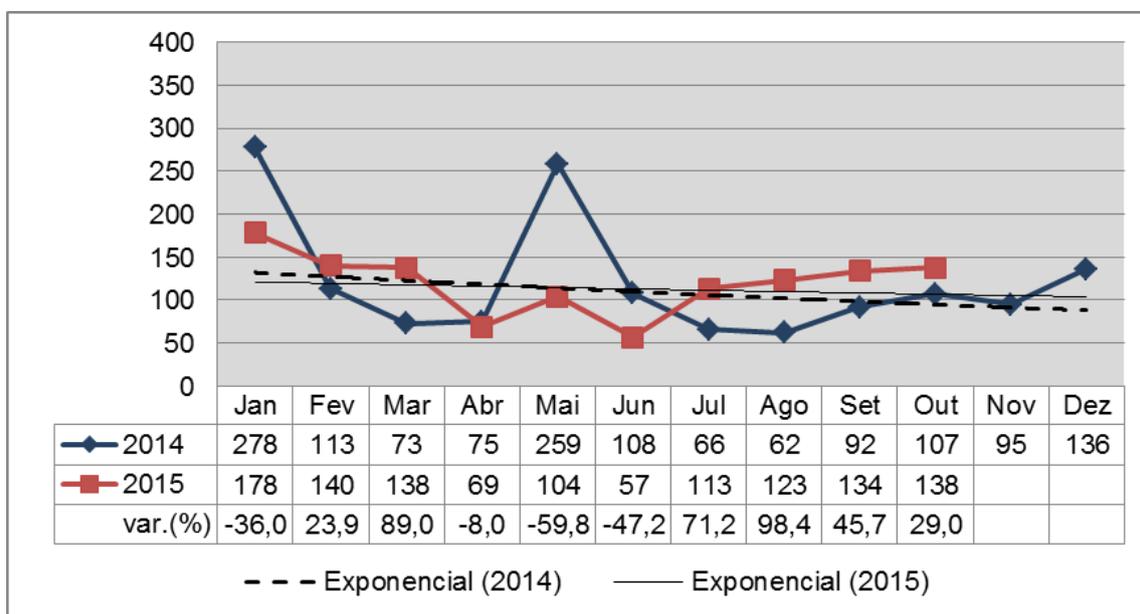


Figura 7.4 - 102 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Anapu

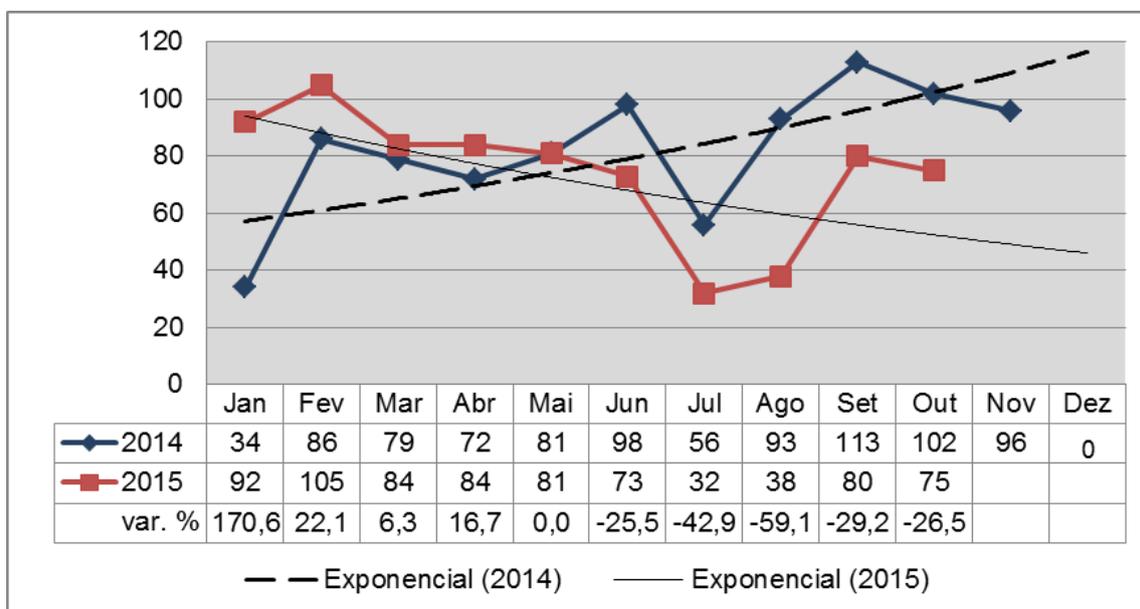


Figura 7.4 - 103 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Brasil Novo

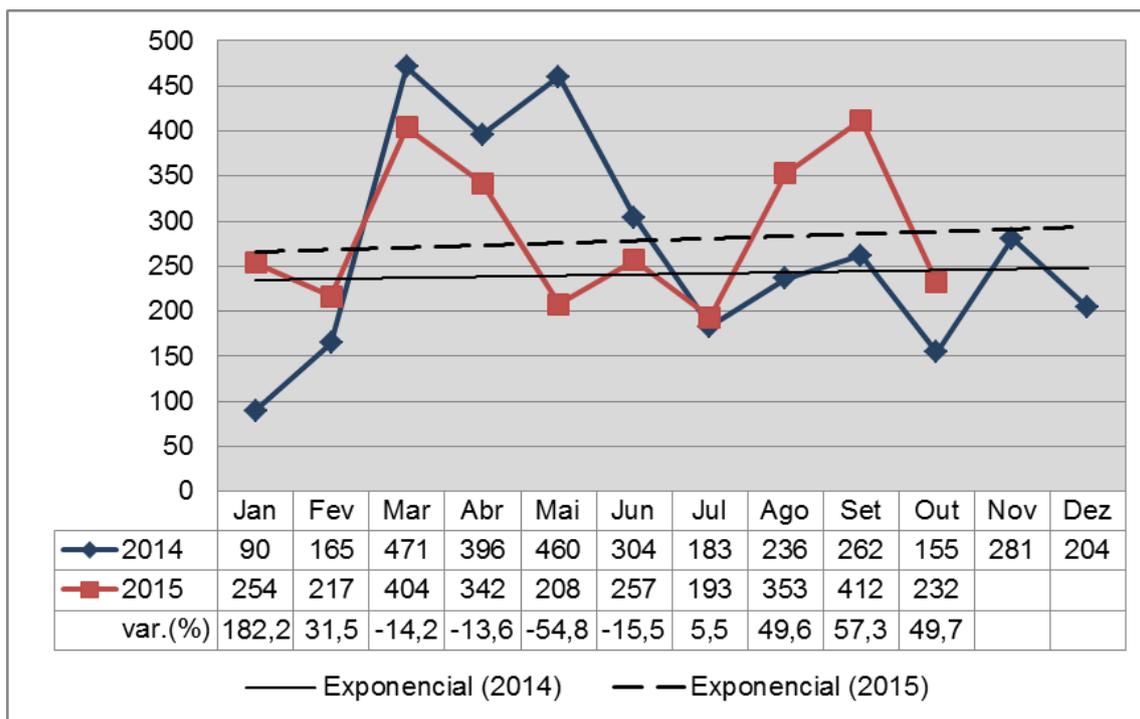


Figura 7.4 - 104 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

d) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Senador José Porfírio

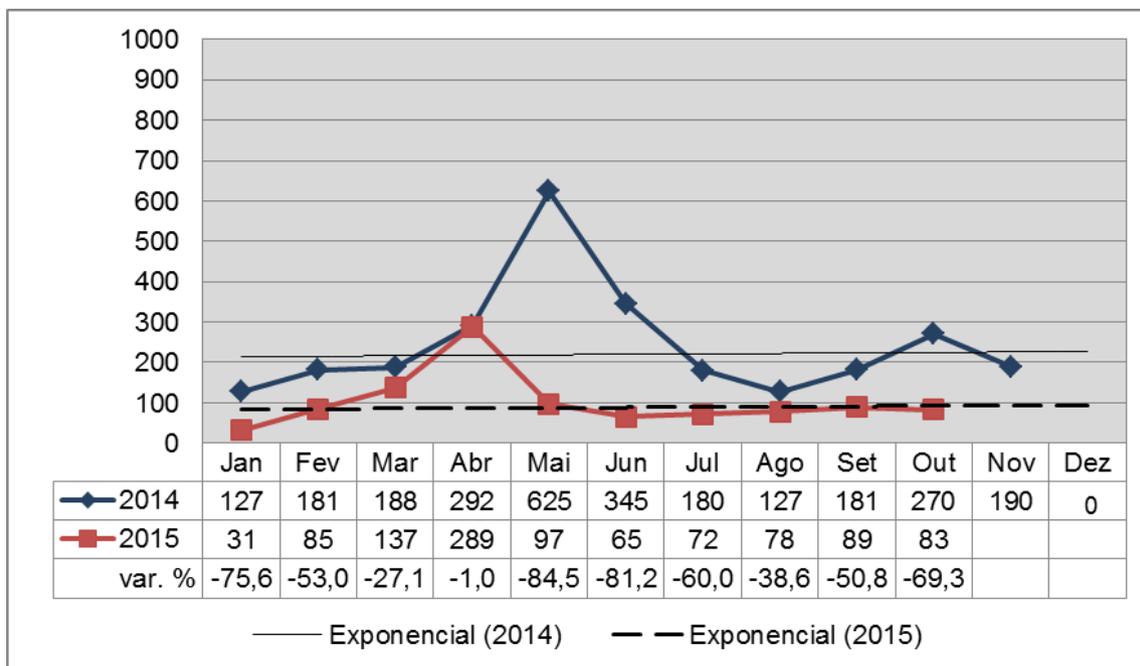


Figura 7.4 - 105 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

e) Número de atendimentos individualizados do CRAS – Vitória do Xingu

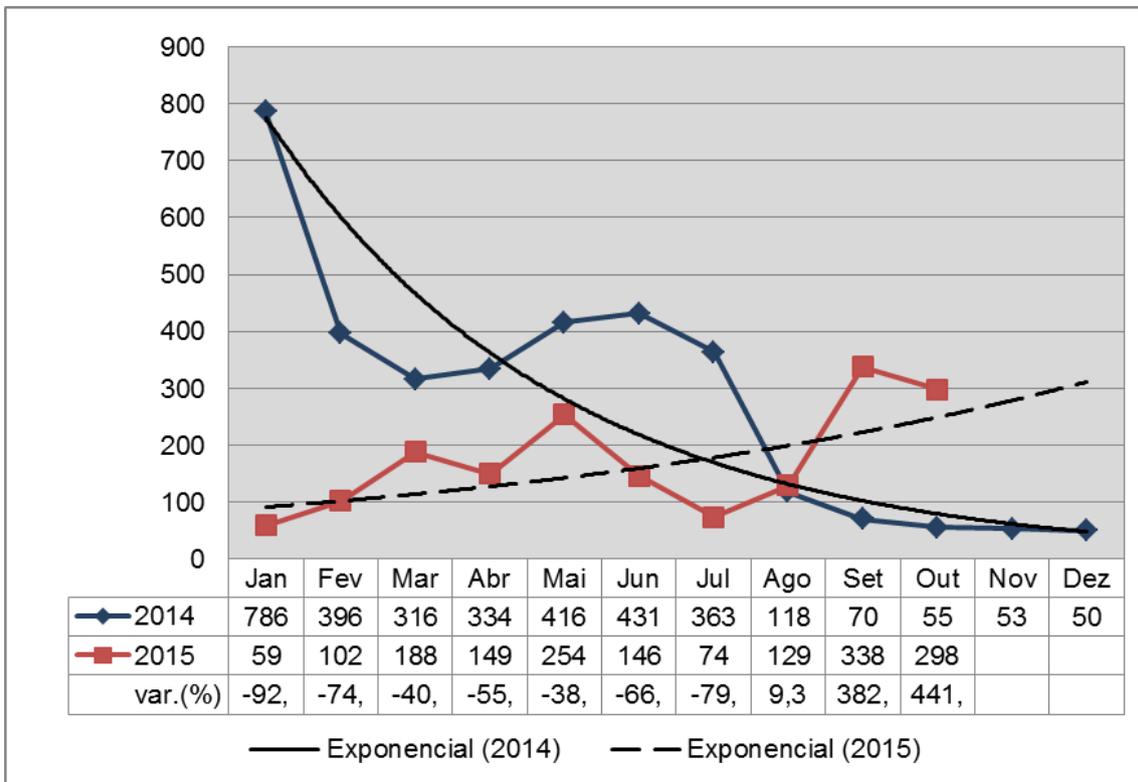


Figura 7.4 - 106 – Número de atendimentos individualizados do CRAS no mês, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos

a) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Altamira

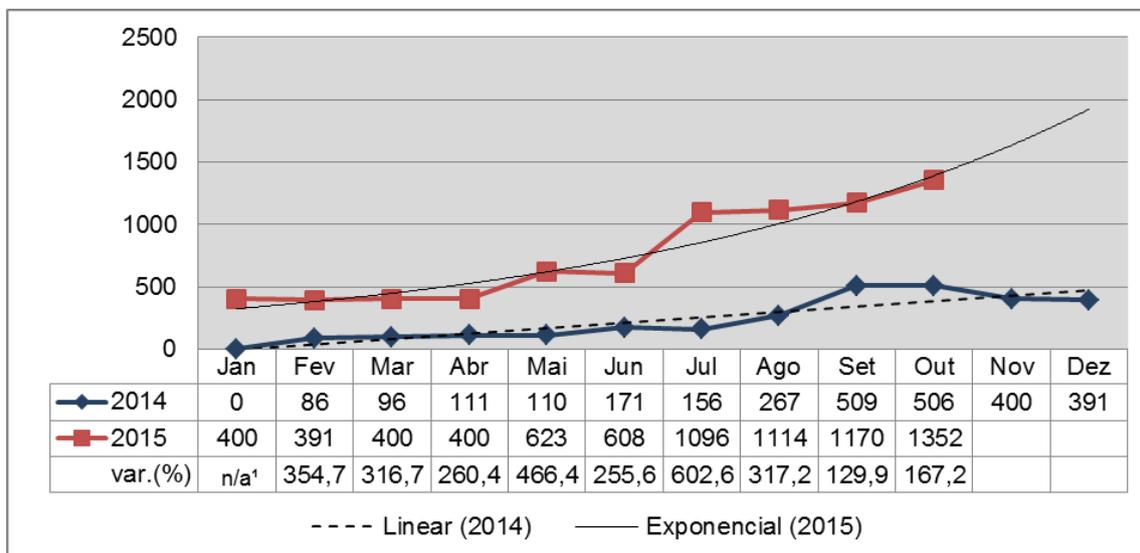


Figura 7.4- 107 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 14 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Altamira, de janeiro de 2013 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

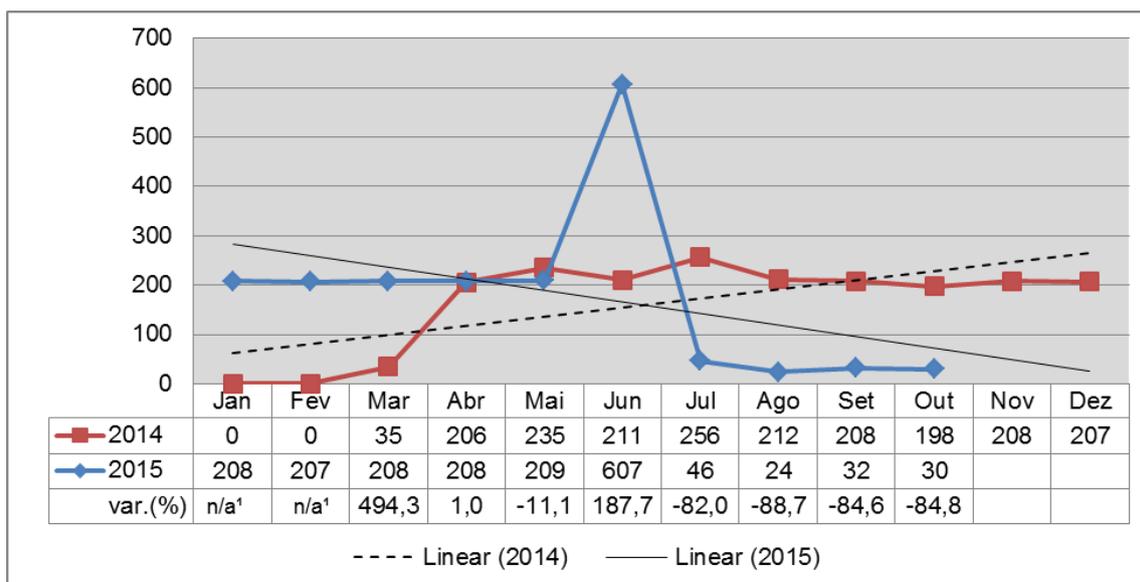


Figura 7.4 - 108 – Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

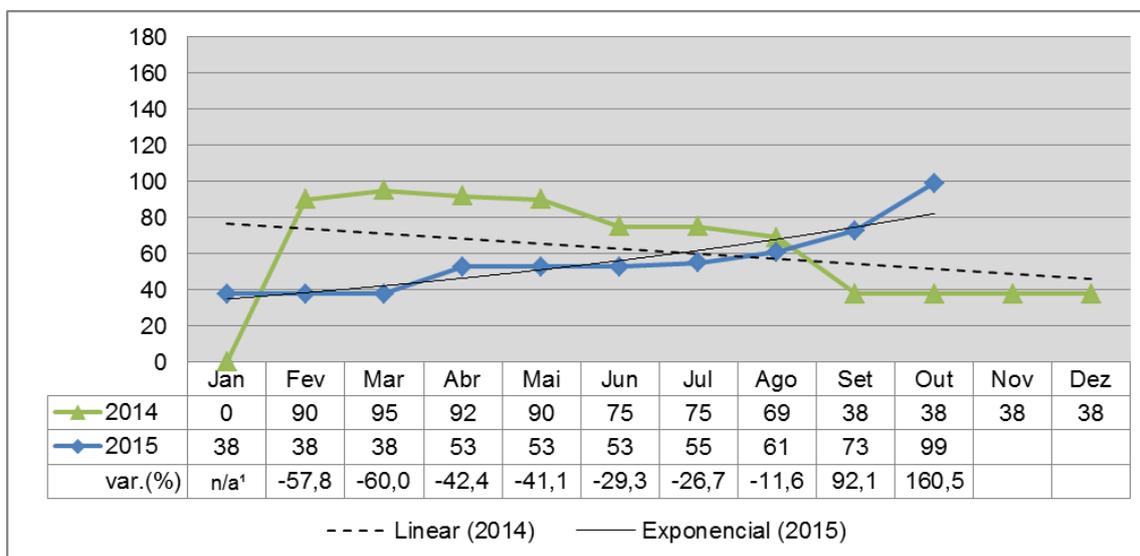


Figura 7.4 - 109 – Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

b) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Anapu.

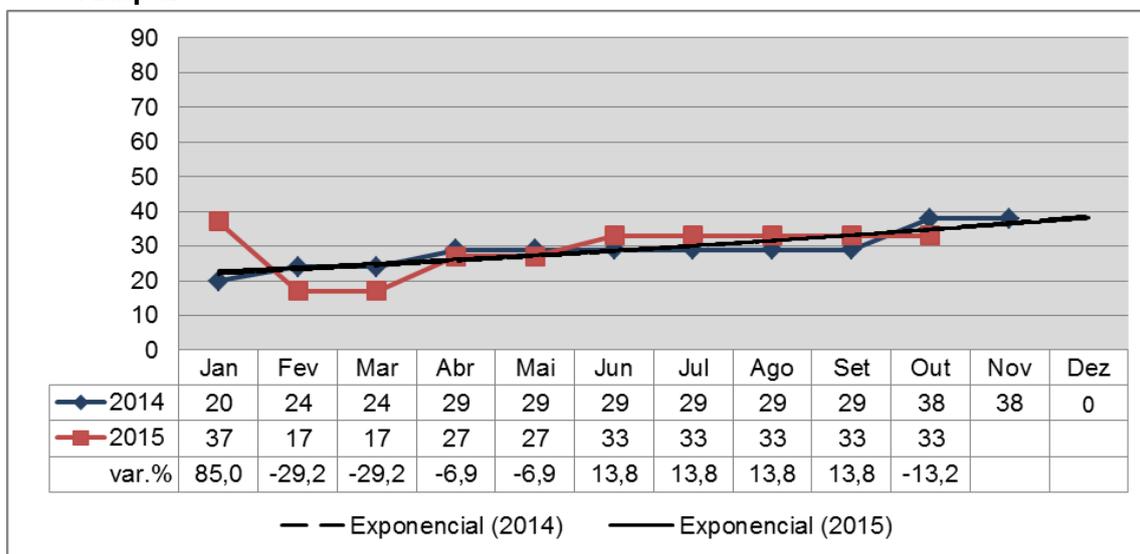


Figura 7.4- 110 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Anapu, de janeiro a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica.

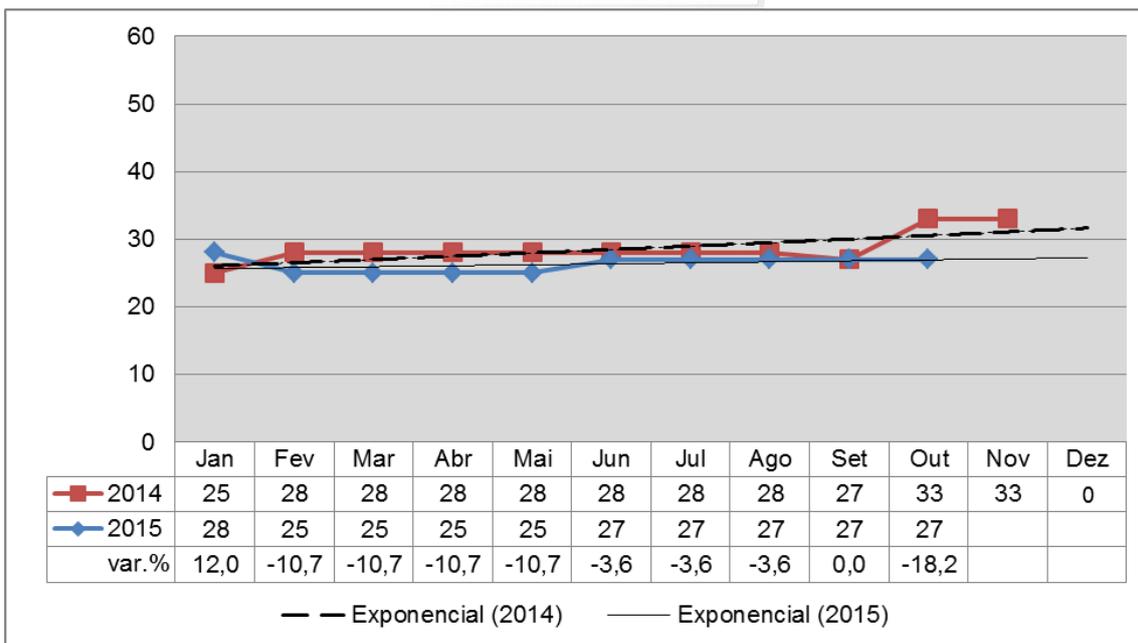


Figura 7.4 - 111 – Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

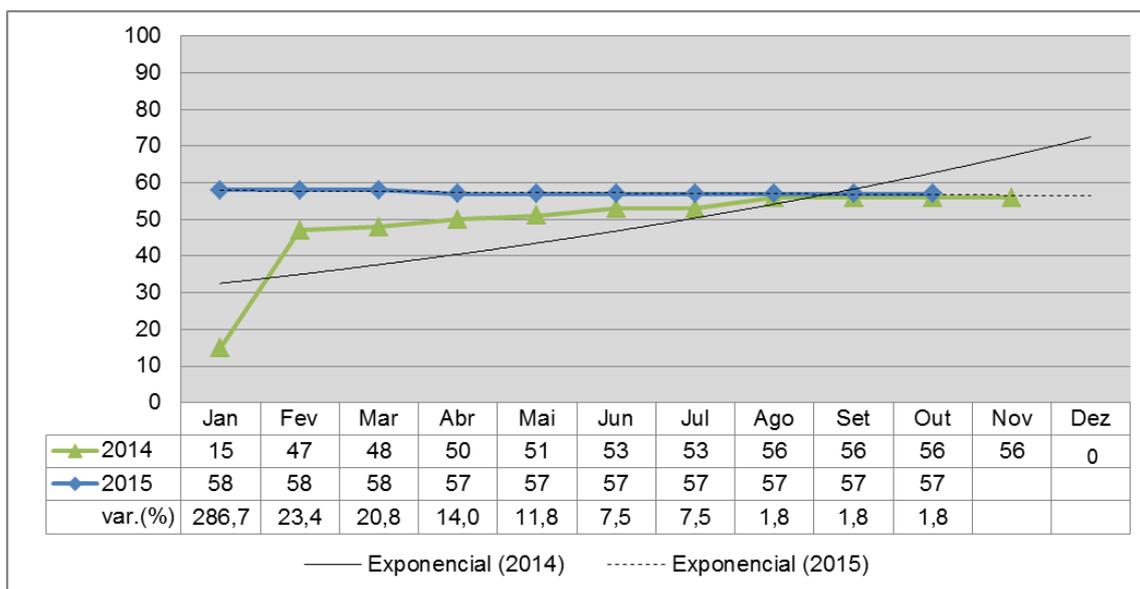


Figura 7.4 - 112 – Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

1.s/i: sem informação.

c) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Brasil Novo.

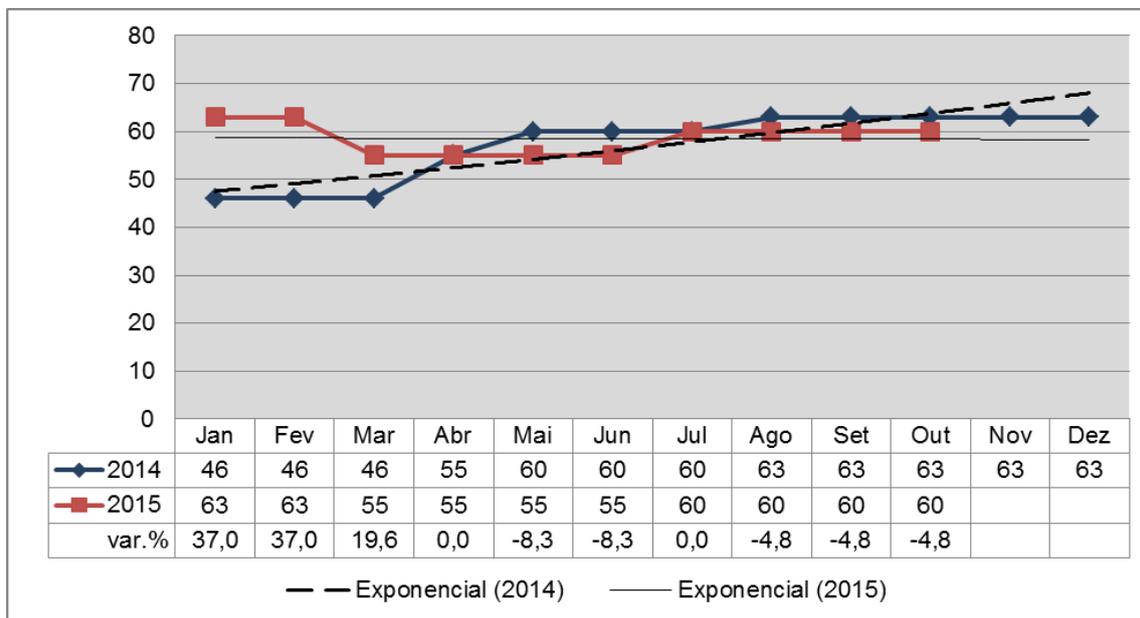


Figura 7.4- 113 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

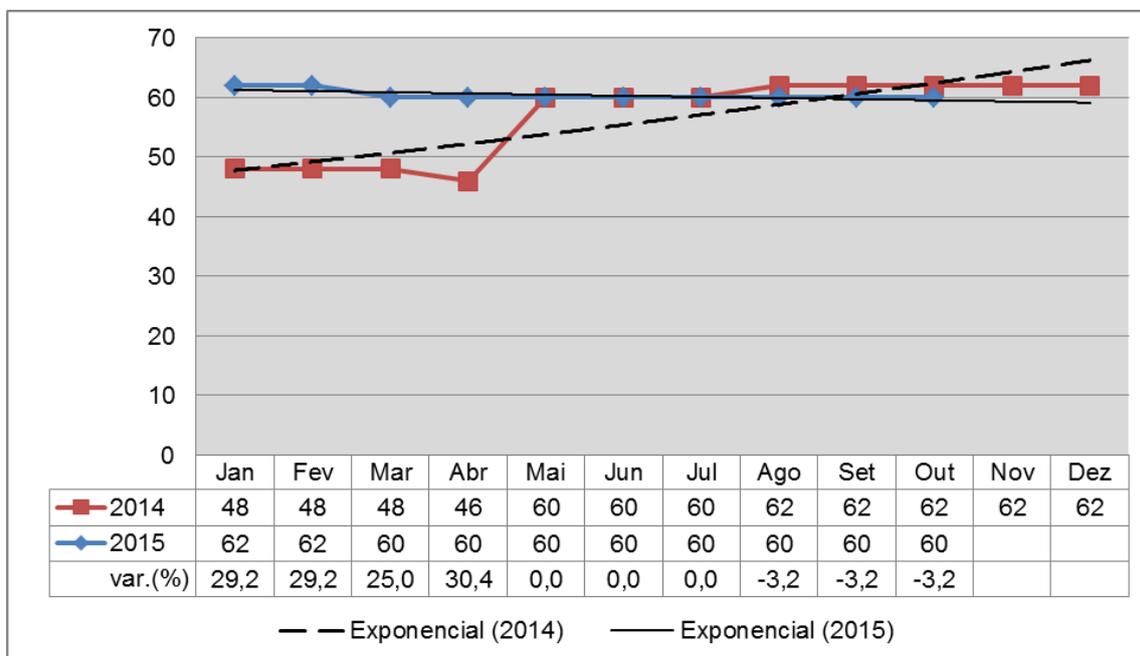


Figura 7.4 - 114 – Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

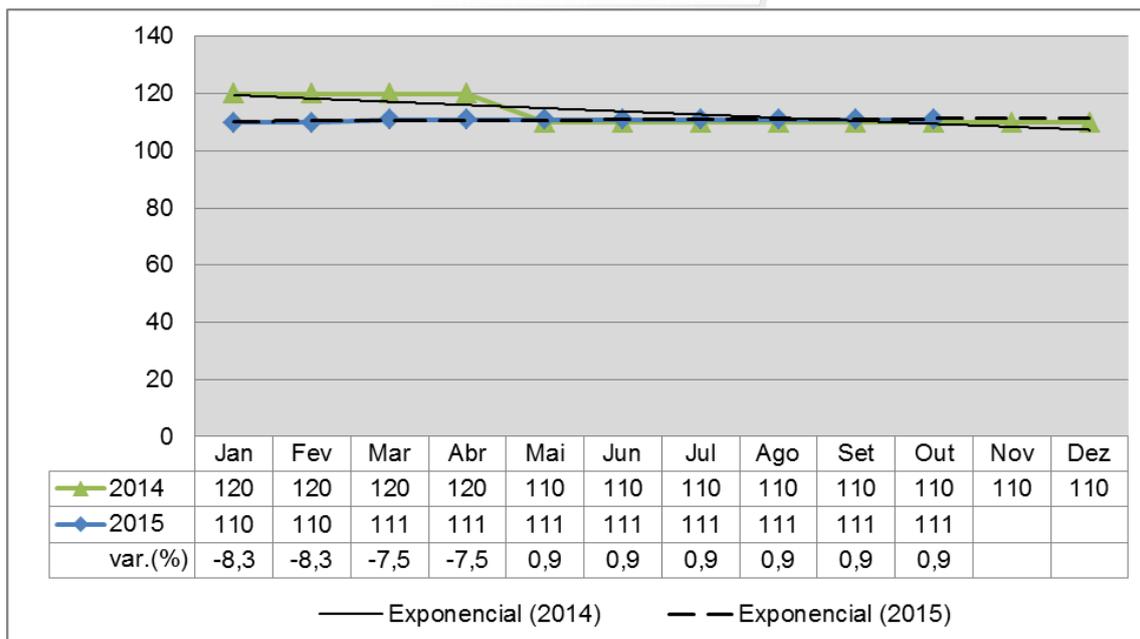


Figura 7.4 - 115 – Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados de março à meia de 2015 tiveram ajustes.

d) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Senador José Porfírio

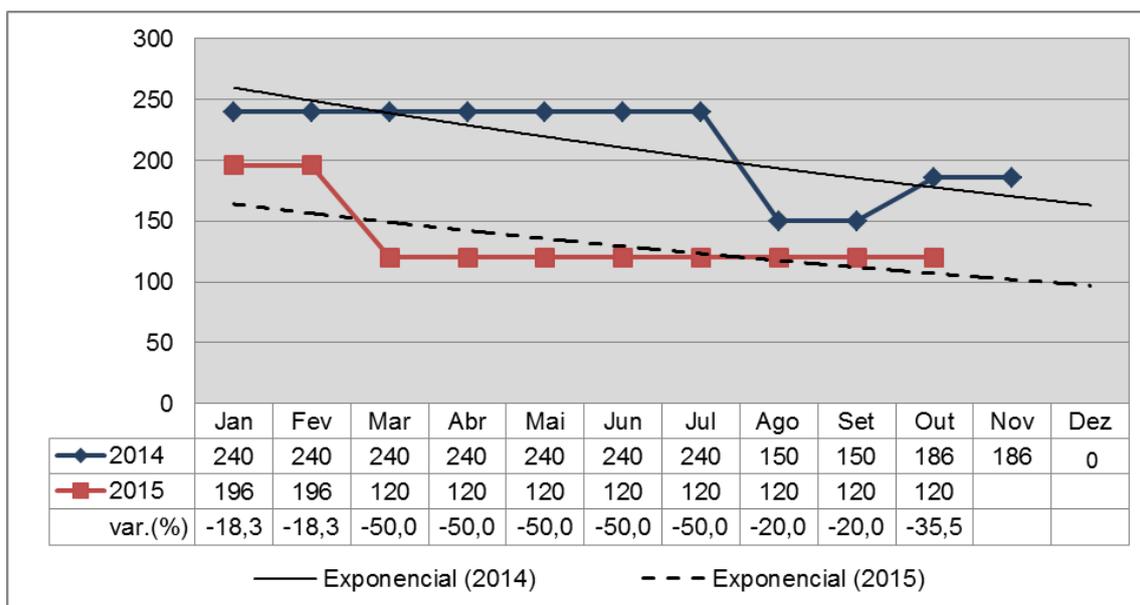


Figura 7.4 - 116 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

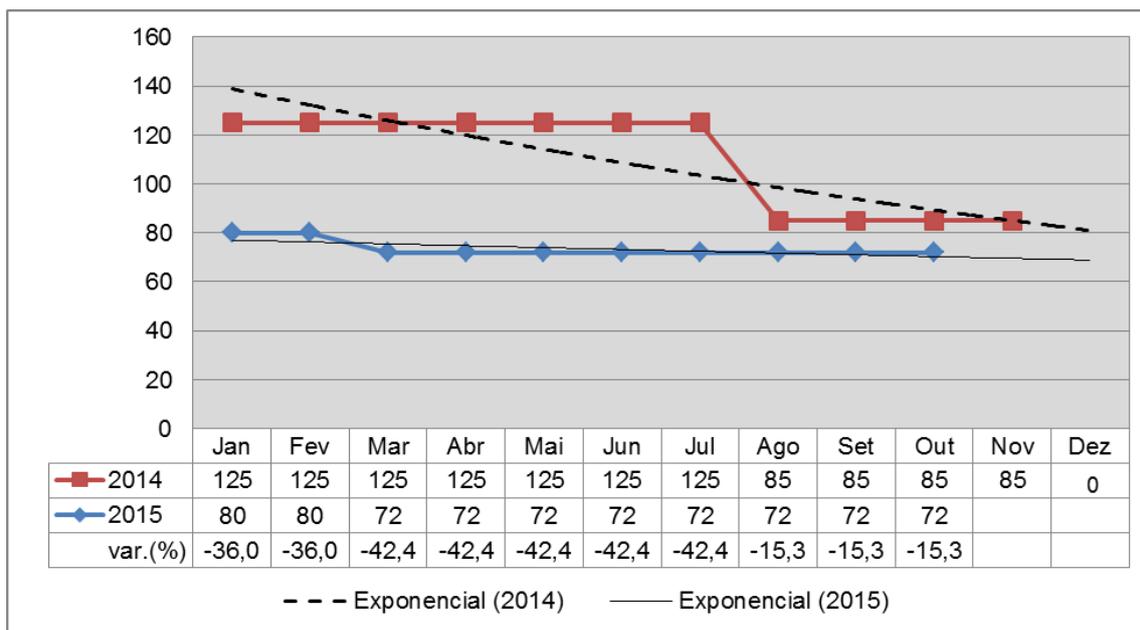


Figura 7.4- 117 - Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/Elaboração Norte Energia.

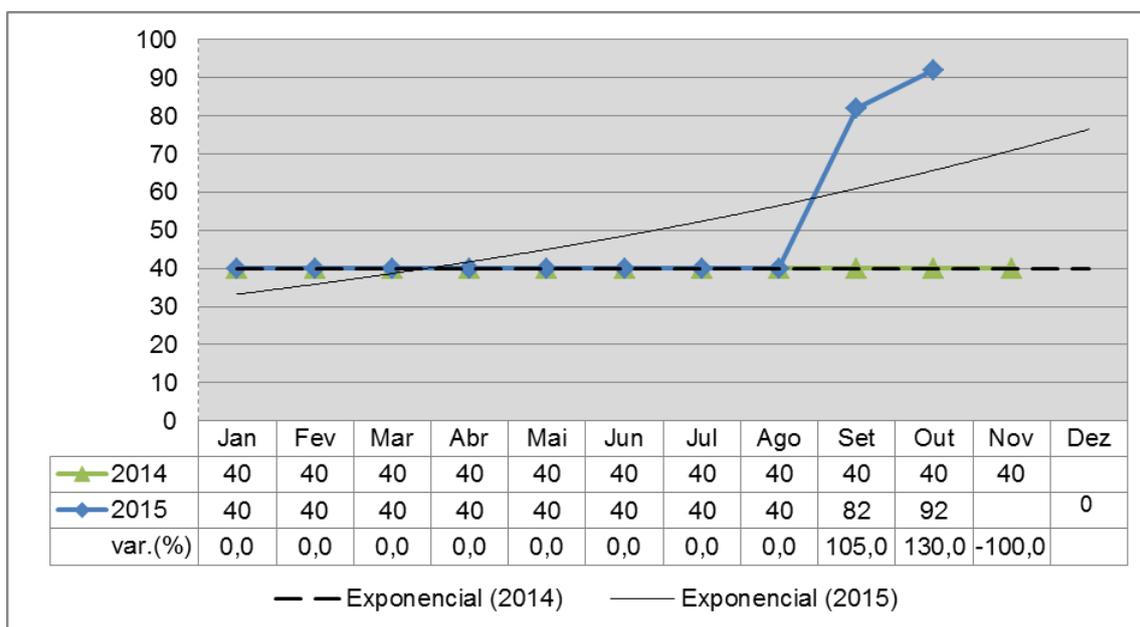


Figura 7.4- 118 - Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social (SEMTRAPS) de Senador José Porfírio/Elaboração Norte Energia.

e) Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), de Jovens (de 15 a 17 anos) e de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – Vitória do Xingu.

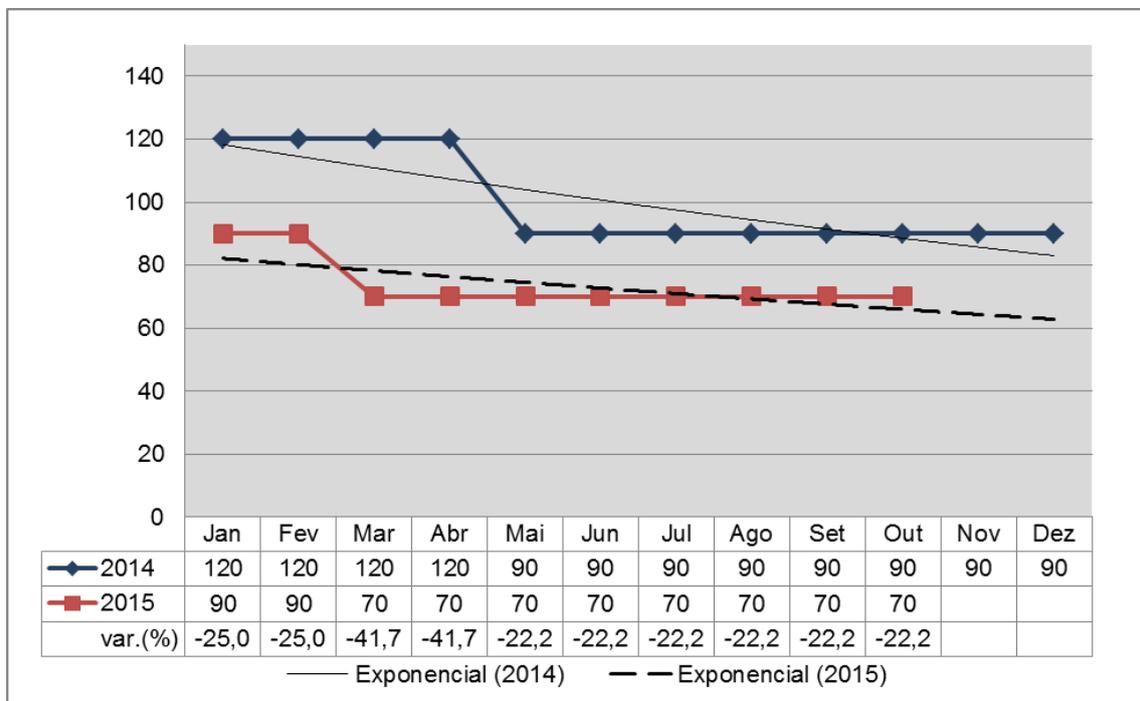


Figura 7.4 - 119 – Quantidade de Crianças/Adolescentes (de 6 a 15 anos), em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

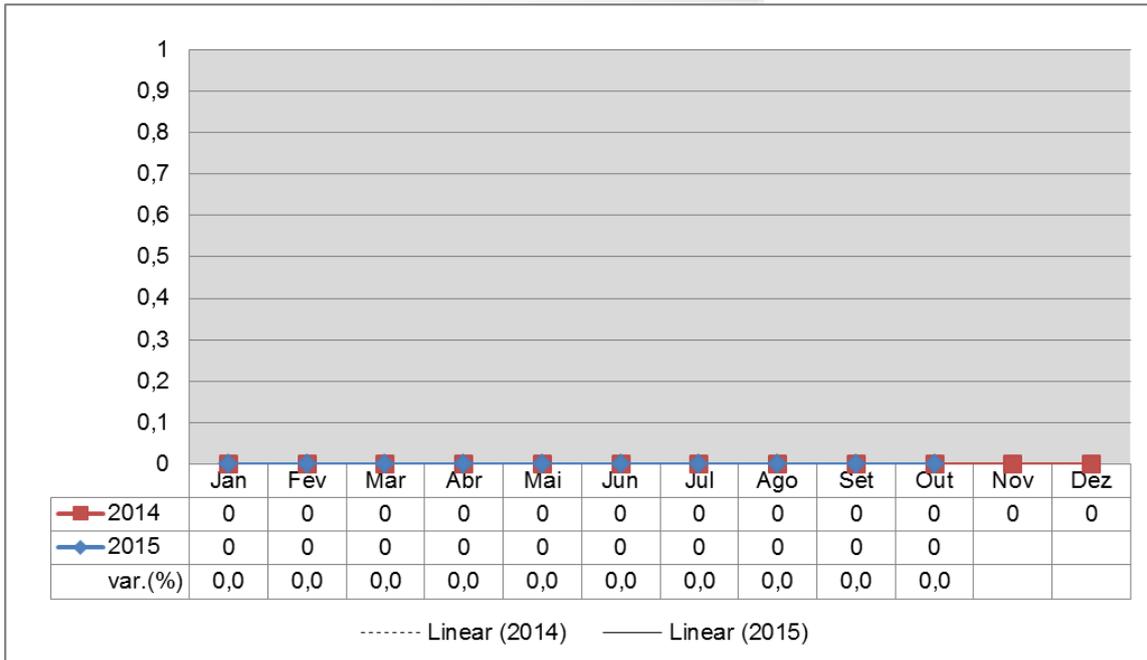


Figura 7.4- 120 - Quantidade de Jovens (de 15 a 17 anos) em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

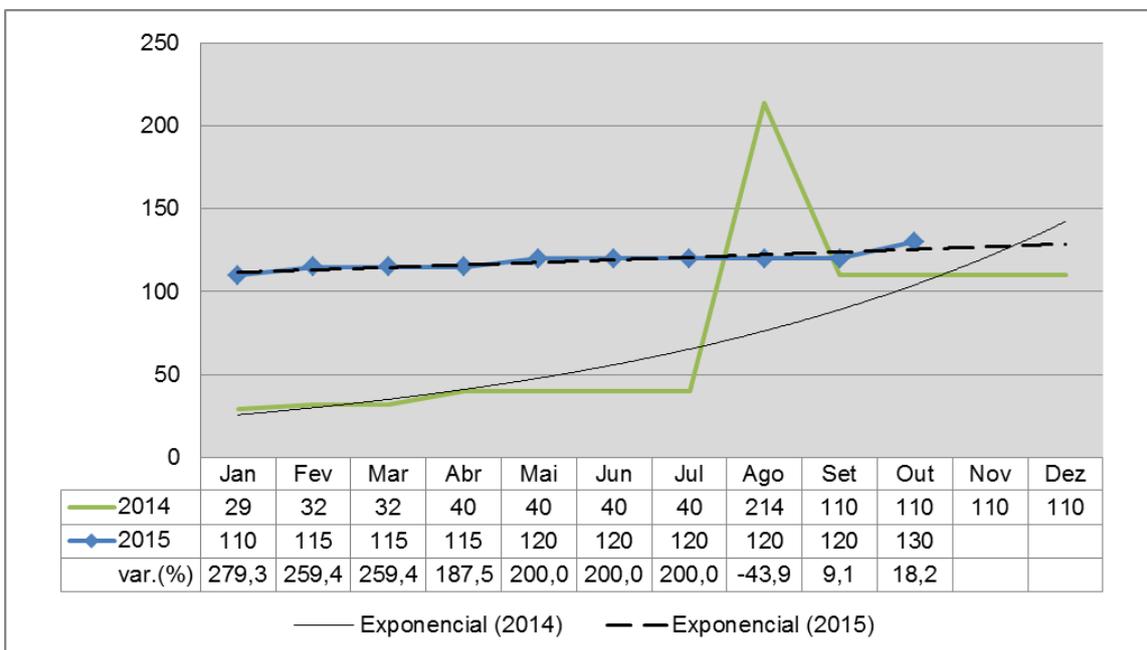


Figura 7.4- 121 - Quantidade de Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)

a) **Análise da Quantidade de novos casos (famílias e/ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – Altamira.**

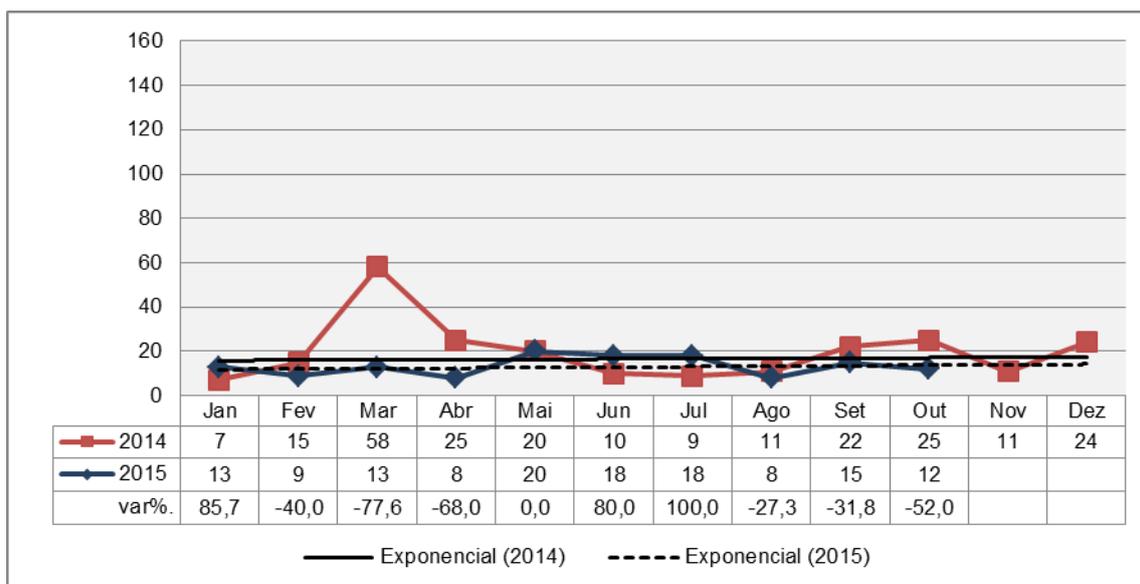


Figura 7.4 - 122 – Novos casos (famílias e/ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no mês, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – Anapu

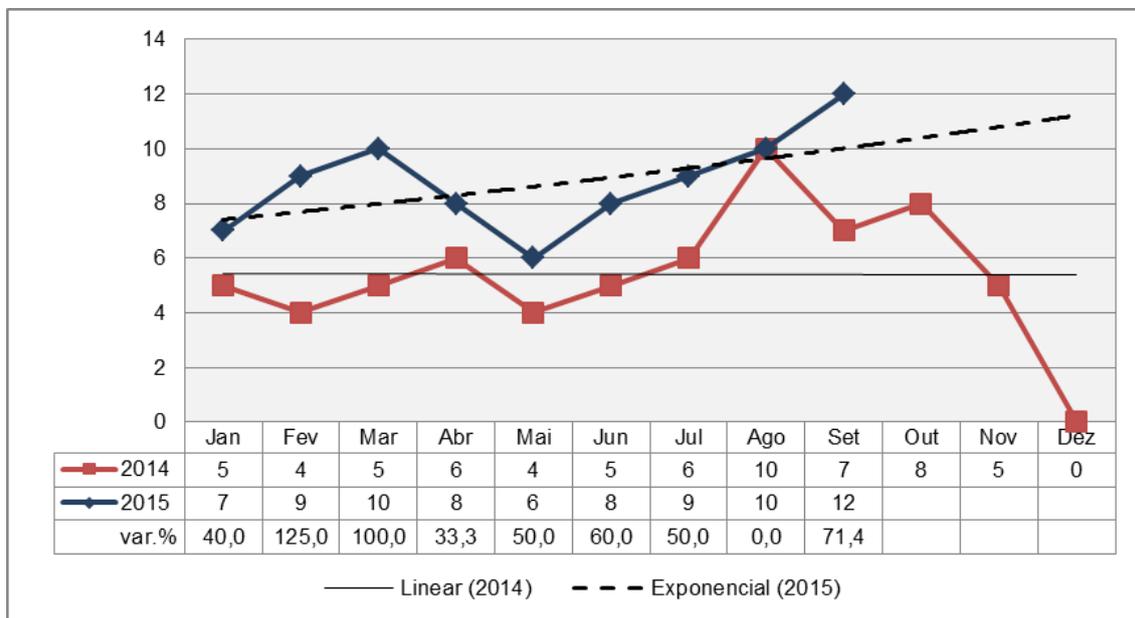


Figura 7.4 - 123 – Novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no mês, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da Quantidade de novos casos (famílias ou indivíduos) inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – Brasil Novo

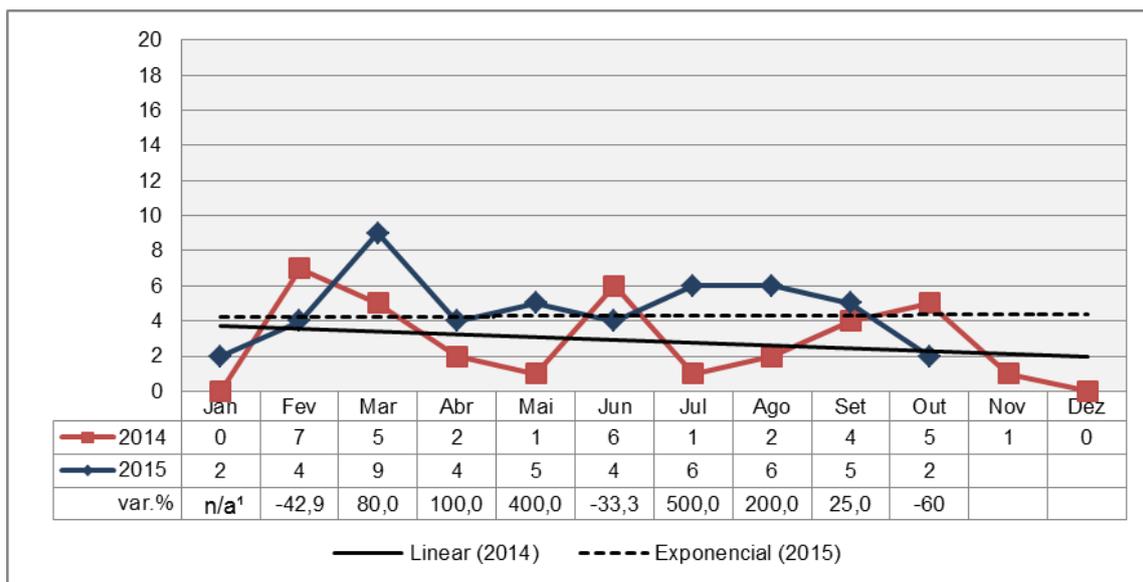


Figura 7.4 - 124 – Novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), no mês, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

Crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono

a) **Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono – Altamira.**

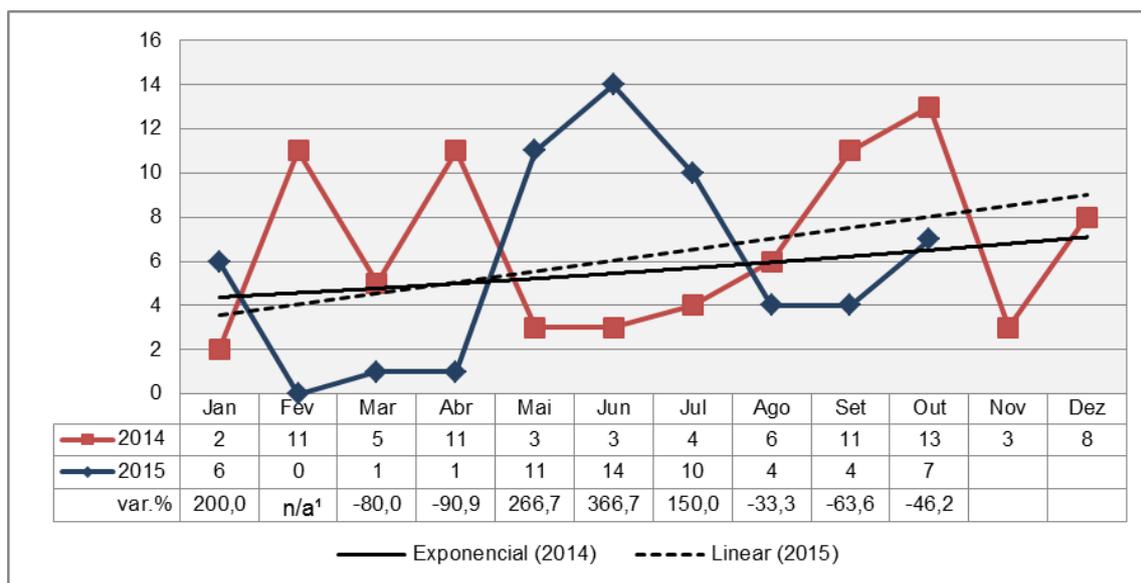


Figura 7.4 - 125 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

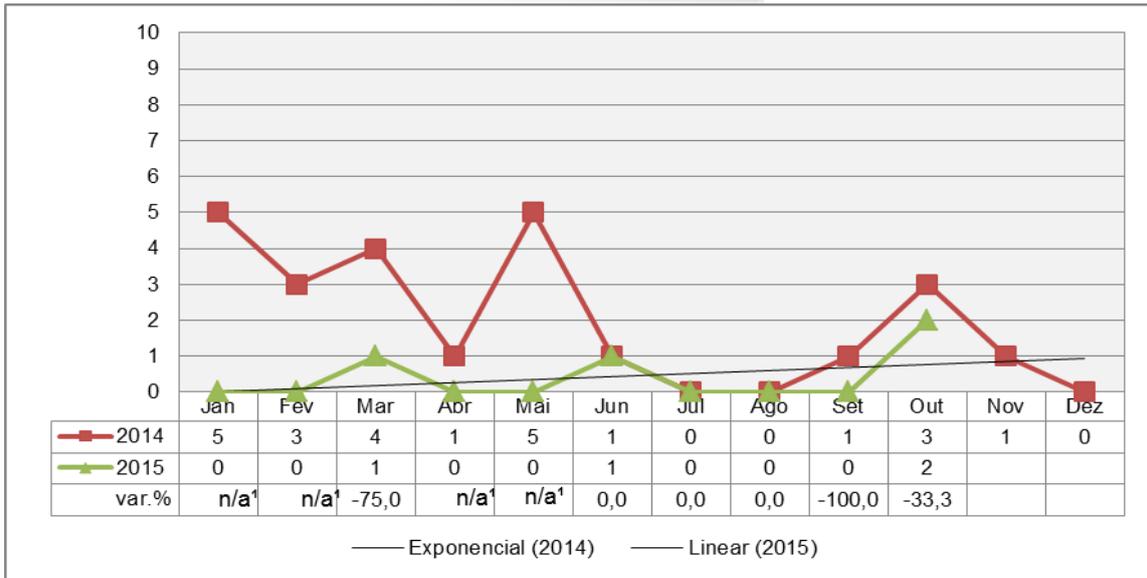


Figura 7.4 - 126 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de abuso sexual em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

Nota: os dados de 2014 foram ajustados.

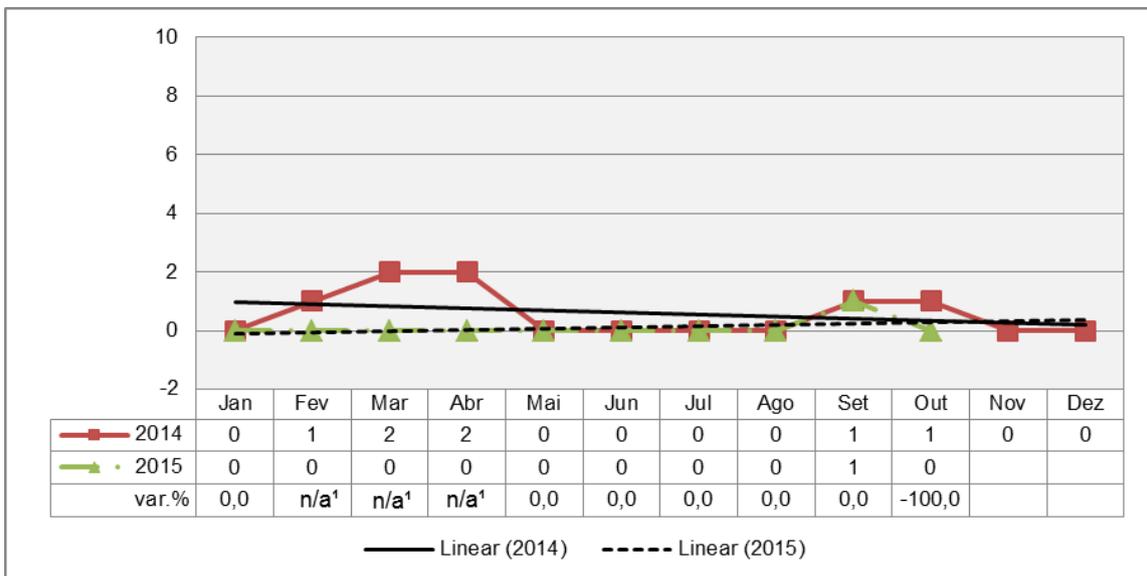


Figura 7.4- 127 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de exploração sexual em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

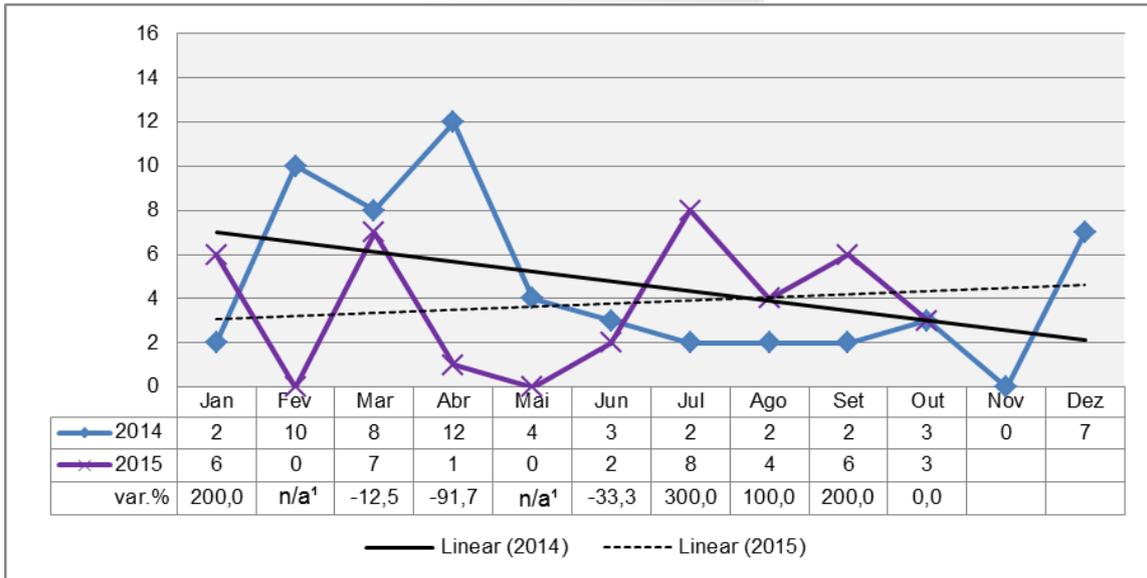


Figura 7.4 - 128 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de negligência ou abandono, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.
 1.n/a: não se aplica.

b) Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono – Anapu

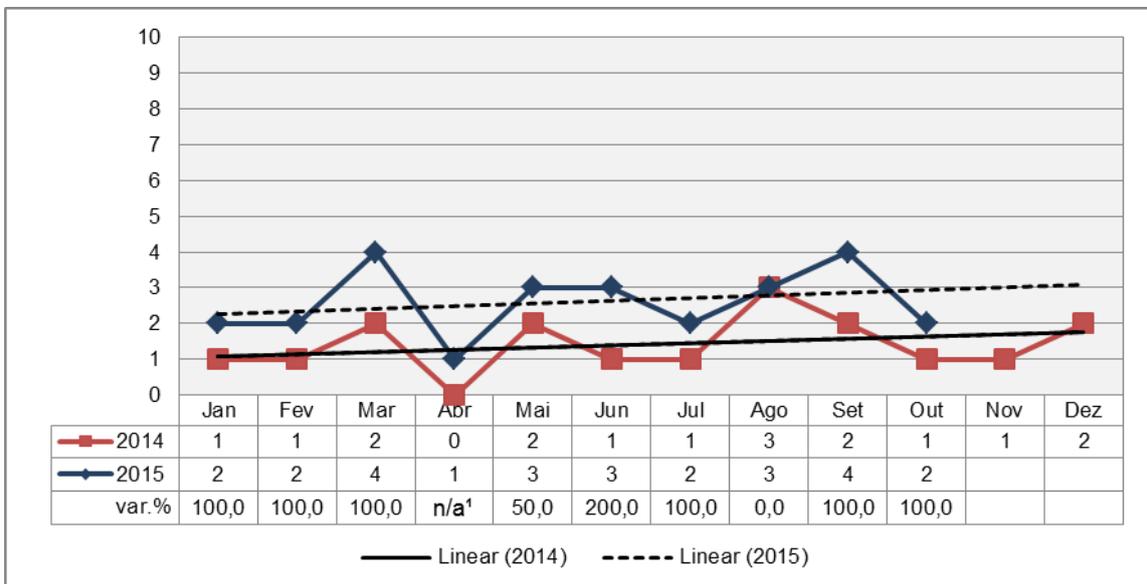


Figura 7.4 - 129 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.
 1.n/a: não se aplica.

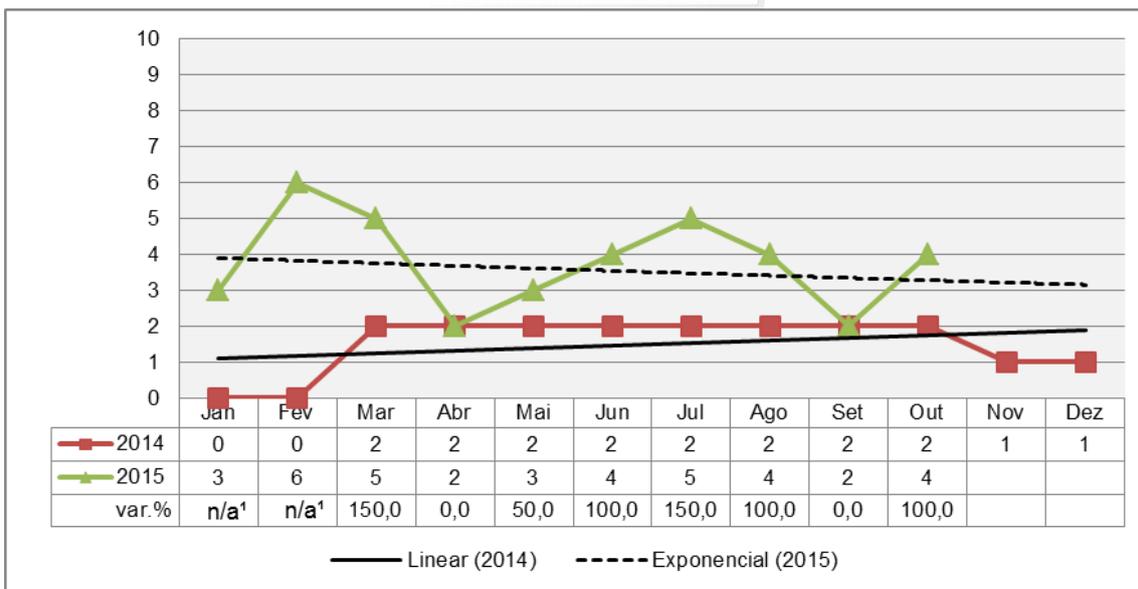


Figura 7.4 - 130 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de abuso sexual em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.
1.n/a: não se aplica.

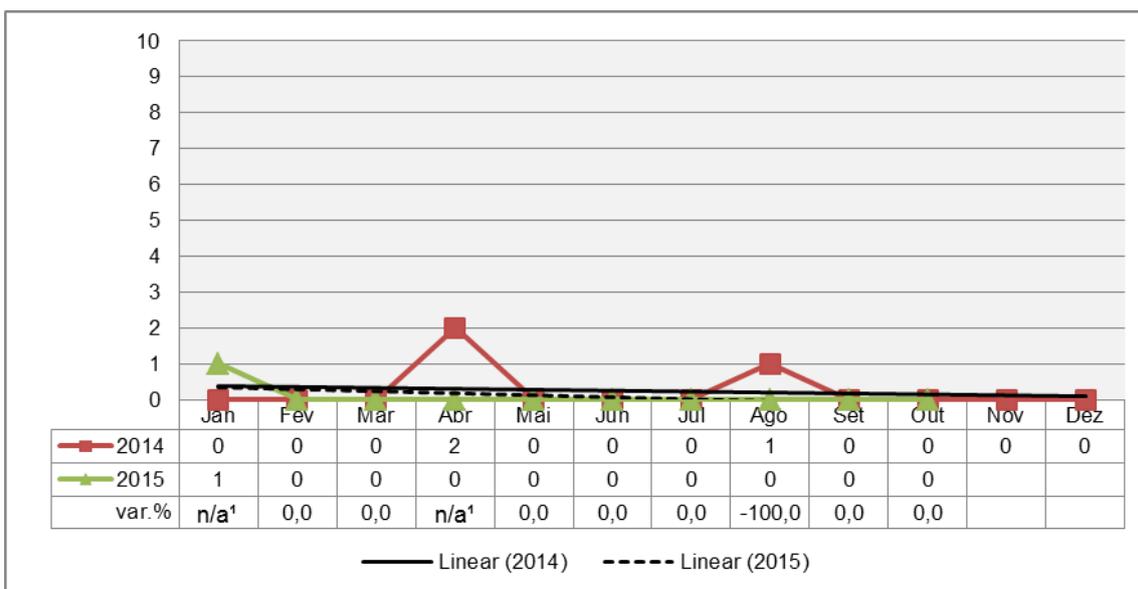


Figura 7.4- 131 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de exploração sexual em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho
1.n/a: não se aplica.

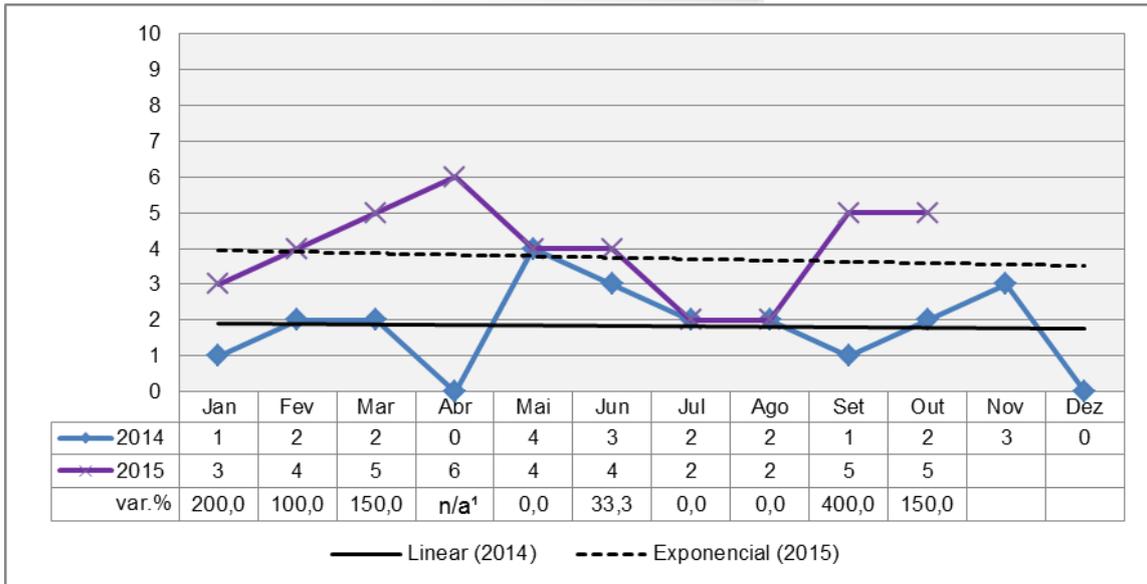


Figura 7.4- 132 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de negligência ou abandono, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.
 1.n/a: não se aplica.

c) Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono – Brasil Novo

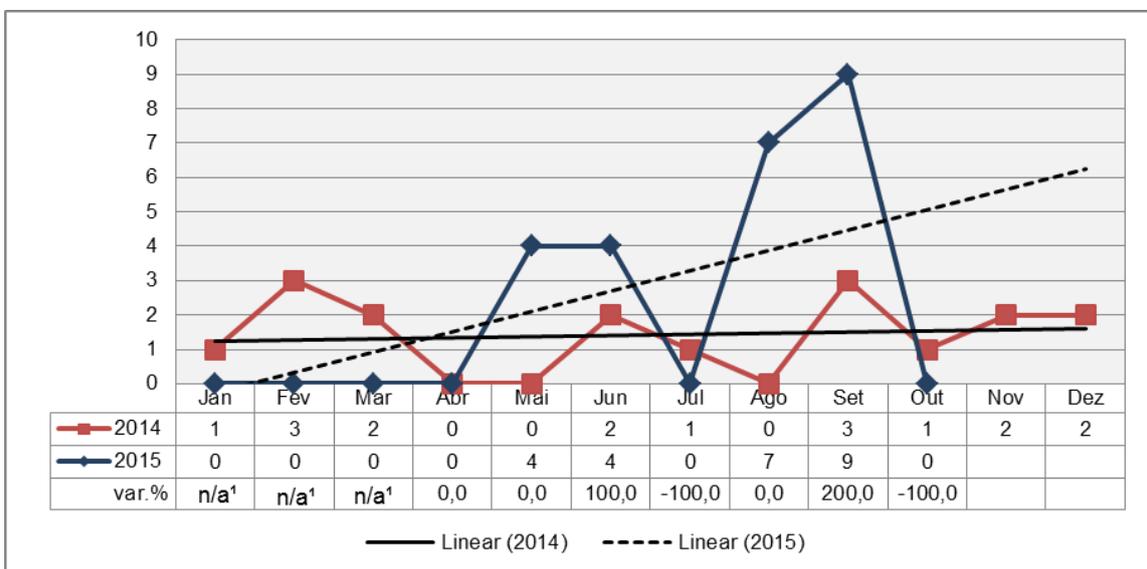


Figura 7.4 - 133 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de violência intrafamiliar em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.
 1. n/a: não se aplica.

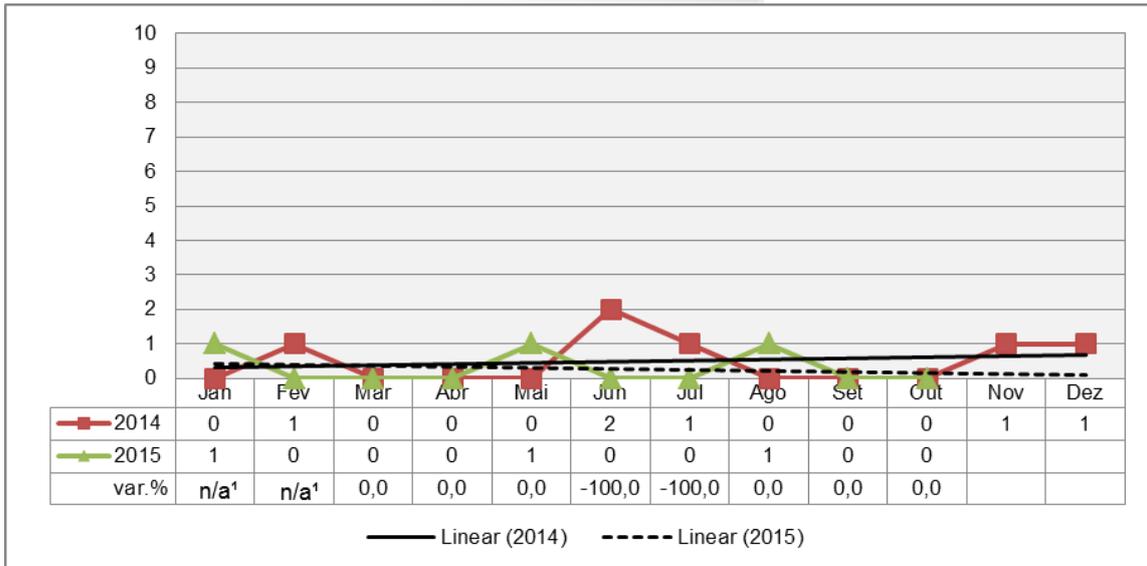


Figura 7.4 - 134 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de abuso sexual em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

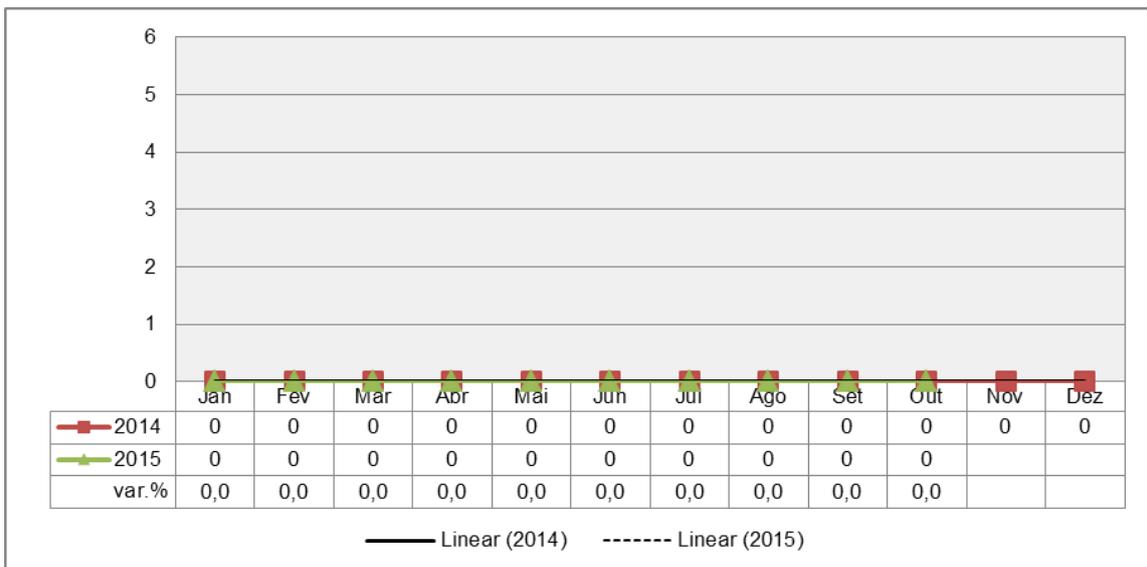


Figura 7.4- 135 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de exploração sexual em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

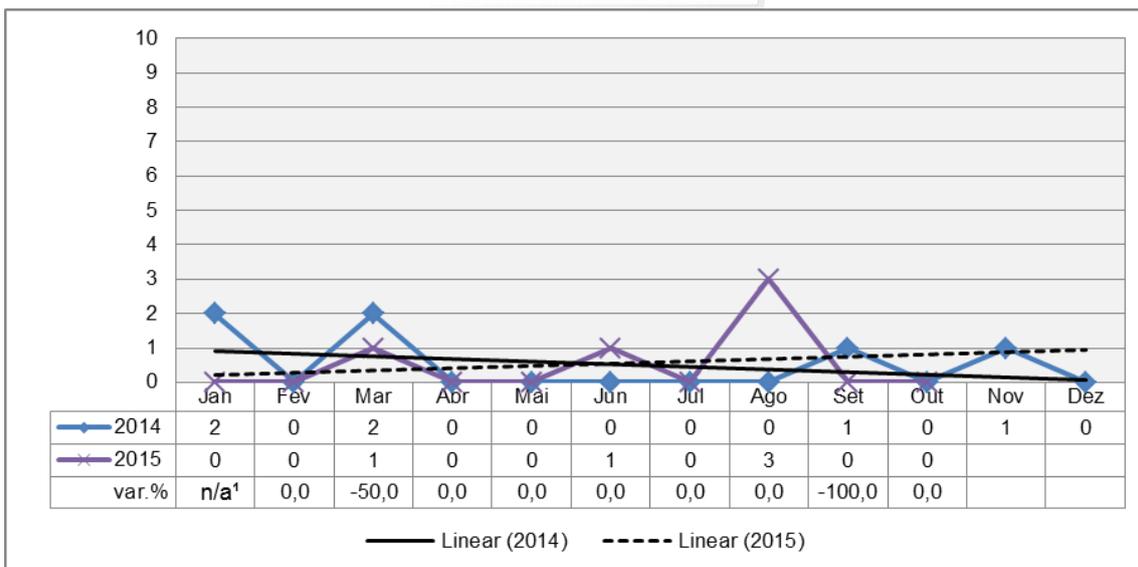


Figura 7.4- 136 – Quantidade de crianças e adolescentes, femininos e masculinos, de 0 a 17 anos, vítimas de negligência ou abandono em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

Número de Adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (Liberdade Assistida e/ou Prestação de Serviços à Comunidade)

a) Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (LA e/ou PSC) – Altamira.

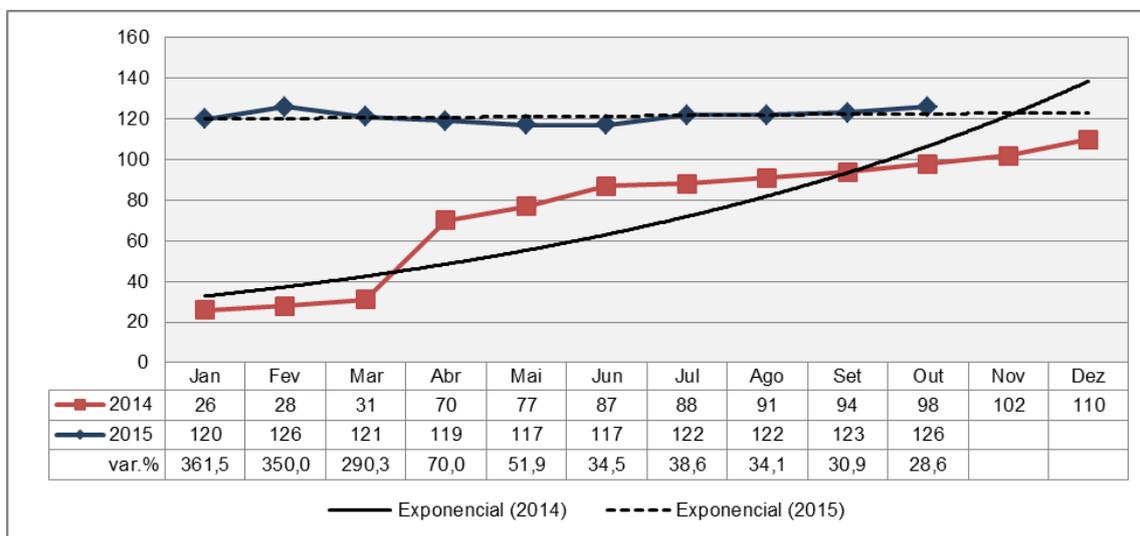


Figura 7.4 - 137 – Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC), em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (LA e/ou PSC) – Anapu

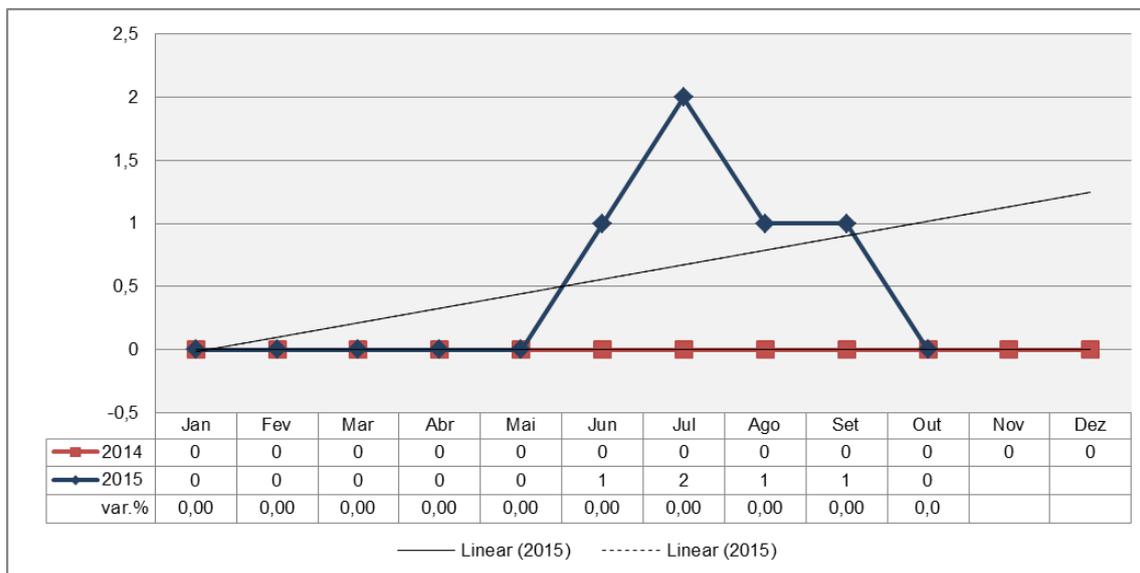


Figura 7.4 - 138 – Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC), em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015.

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

c) Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (LA e/ou PSC) – Brasil Novo.

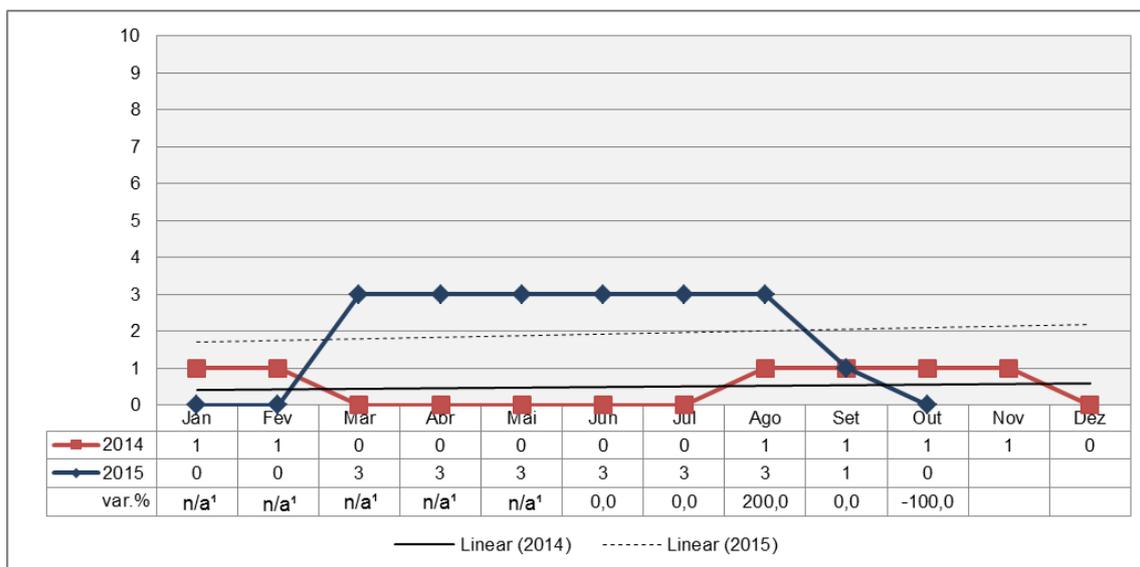


Figura 7.4 - 139 – Total de adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas (Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC), em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015.

Fonte: Secretaria Municipal do Trabalho e Promoção Social (SEMUTS) de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica.

Considerações Gerais

Em relação aos dados de assistência social, foi analisada a evolução mensal do CRAS e do CREAS e o acompanhamento dos serviços de assistência de janeiro de 2014 a outubro de 2015, nos municípios da AID da UHE Belo Monte. Devido à fragilidade histórica da estrutura e da qualificação dos profissionais da área, a Norte Energia tem realizado esforços em ações de incremento e qualificação da estrutura socioassistencial, com a realização de cursos e consultorias voltadas à área.

Para o CRAS são analisados a quantidade de novas famílias inseridas no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e a quantidade média mensal de Crianças/Adolescentes de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos, assim como de idosos, em Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos.

Quanto à quantidade de famílias inseridas no PAIF nos 10 primeiros meses do ano, verifica-se que, em Altamira, Anapu e Brasil Novo houve redução significativa no número de atendimentos em 2015 ante 2014, enquanto que em Senador José Porfírio e Vitória do Xingu a quantidade total foi maior para o mesmo período.

Em Altamira foram inseridas 413 novas famílias em 2014 e em 2015 foram 275, sendo que o pico no primeiro ano foi em maio, com 88 registros e, no segundo ano, foi em julho, com 42 registros. Da mesma forma, em Anapu os atendimentos do PAIF caíram de 141 para 87, com pico de 29 casos em outubro de 2014 e 24 casos em março de 2015. Brasil Novo teve o mesmo comportamento pois, em 2014 houve 253 novas famílias, enquanto que em 2015 houve apenas 159, sendo que o maior número de inserções foi de 52 em 2014 (maio) e de 55 em 2015 (abril). O pico de 2015 foi um evento isolado, já que a queda de novos atendimentos nesse ano foi expressiva. Em Senador José Porfírio e Vitória do Xingu o comportamento foi oposto já que no primeiro município os atendimentos passaram de 47 para 78 (2014-2015) com picos de 13 registros em outubro de 2014 e 16 registros em abril de 2015 e no segundo município os atendimentos passaram de 260 para 311 (2014-2015) com picos de 63 registros em agosto de 2014 e 51 registros em junho de 2015.

Senador José Porfírio foi o município com a maior aumento percentual no período analisado (47 para 78, +66,0%), que pode ser explicada em parte pelas capacitações de funcionários do CRAS e reuniões de planejamento que ocorreram desde fevereiro de 2015, inclusive com o tema “Projeto de Atendimento Social e Psicológico à População Atingida” com participação de técnicos da Norte Energia e SEMTRAPS.

Além disso, foram realizados eventos importantes na região, na busca de melhoria de capacitação das pessoas envolvidas nos trabalhos de assistência social nos municípios. Em março de 2014 ocorreu em Altamira o Encontro Regional de Gestores Municipais de Assistência Social, promovido pela Secretaria de Estado de Assistência

Social (SEAS), buscando melhorias nas políticas de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional⁷, na qual, dentre as ações propostas encontra-se o projeto de Inclusão Socioprodutiva.

Vale salientar também as ações realizadas no âmbito do Plano 6, que repassou o banco de dados do Programa 7.4 às Secretarias de Assistência Social da AID, bem como realizou capacitações, apoio técnico para elaboração da alteração da Lei Orgânica de Altamira quanto aos aspectos de assistência social e a elaboração e entrega aos municípios da AID do guia prático de atuação da política de assistência social. Já o Projeto 4.6.2 realizou ações de capacitação, por meio de seminários e oficinas, e participou da negociação para construção de mais 2 unidades do CRAS em Altamira. Além disso, apoia a SEMUTS na implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) nos reassentamentos urbanos de Altamira, tendo os trabalhos se iniciado em julho de 2015.

Quanto aos atendimentos individualizados realizados pelo CRAS de janeiro a outubro, os municípios de Altamira, Anapu, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu apresentaram queda de 2014 para 2015, sendo que para os dois últimos a queda foi bem expressiva. Em Altamira os atendimentos passaram de 1.233 para 1.194 com picos de 278 registros em maio de 2014 e 178 registros em fevereiro de 2015. Da mesma forma Anapu registrou redução de 814 para 744 (2014-2015), com valores máximos mensais em cada ano de 113 (setembro de 2014) e 105 (fevereiro de 2015). Já em Senador José Porfírio a redução dos registros foi bem maior, de 2.516 para 1.026 (2014-2015), com picos de 625 em maio de 2014 e de 289 em abril de 2015. Em Vitória do Xingu os atendimentos também diminuíram bastante, passando de 3.285 para 1.737 (2014-2015), com picos de 786, em março/14, e 338, em setembro/15. Por outro lado Brasil Novo foi o único município com aumento no número de registros quando comparados os anos de 2014 e 2015. Os atendimentos individualizados passaram de 2.722 para 2.872 (picos de 471, em março, e 412, em setembro, para os anos de 2014 e 2015, respectivamente).

De maneira geral, os dados obtidos mostram significativa variação ao longo dos meses em todos os serviços prestados e em todos os municípios. Os atendimentos foram afetados por mudanças de estratégia de ação, como no caso da busca ativa, no qual o agente vai até à família, ou de finalidade.

Em relação aos programas de Serviços de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos para as faixas etárias de 6 a 15 anos, 15 a 17 anos e para idosos, observa-se grande variação entre as faixas e os municípios.

Em Altamira observou-se um aumento na quantidade média de pessoas por mês, de 2014 para 2015, somente para as duas primeiras faixas etárias. A primeira faixa apresentou, em 2014, uma média de 201 participantes/grupo, que variaram de zero (janeiro) a 509 pessoas (setembro) e, em 2015, uma média de 755

⁷ <http://bnnoticia.blogspot.com.br/2013/03/altamira-sedia-debate-sobre-assistencia.html>

participantes/grupo, variando de 391 pessoas (fevereiro) a 1.352 pessoas (outubro). Na segunda faixa, em 2014 a média foi de 156 participantes/grupo e houve grupos de zero (janeiro e fevereiro) até 256 pessoas (julho) e em 2015 a média foi de 178 participantes/grupo, com variação entre 24 (agosto) até 607 pessoas (junho). Já no grupo dos idosos a média de participantes por mês caiu de 2014 para 2015, foi de 66 participantes/grupo para 56 participantes/grupo, respectivamente. Em 2014 a menor quantidade foi zero (janeiro) e a maior foi 95 (março) e em 2015 a menor quantidade foi 38 (de janeiro a março) e a maior foi 99 (outubro).

Vale destacar que, no caso de Altamira, o aumento do número de pessoas deveu-se certamente à implantação desse serviço nos novos bairros, com o apoio da Norte Energia, por intermédio do Projeto 4.6.2, como destacado anteriormente.

Anapu registrou elevação do número médio de participantes para os grupos de 6 a 15 anos e idosos e redução para o grupo de 15 a 17 anos, em 2015 ante 2014. Para as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos a quantidade média passou de 28 para 29 pessoas (2014-2015), variando de 20 (janeiro) a 38 (outubro) participantes no mês, em 2014, e de 17 (fevereiro e março) a 37 (janeiro), em 2015. Para os idosos o número médio de pessoas por grupo passou de 49 para 57 (2014-2015), tendo sido registrado, em 2014, o menor grupo com 15 (janeiro) e o maior com 56 (de agosto a outubro) e, em 2015, o menor com 57 (de abril a outubro) e o maior com 58 (de janeiro a março). Já o grupo de 15 a 17 anos teve redução do número médio de participantes que variou de 28 para 26 pessoas de 2014 a 2015, respectivamente. Em 2014 esse grupo teve um mínimo de 25 participantes (janeiro) e um máximo 33 participantes (outubro) e em 2015 teve um mínimo de 25 participantes (de fevereiro a maio) e um máximo 28 participantes (janeiro).

Em Brasil Novo, assim como em Altamira, observou-se elevação na quantidade média de pessoas por mês, de 2014 para 2015, apenas para as duas primeiras faixas etárias, tendo o grupo de idosos apresentado queda dessa média. Para a faixa etária de crianças/adolescentes (6 a 15), a média passou de 56 para 59 (2014-2015), com variação, em 2014, de 46 (de janeiro a março) até 63 pessoas (de agosto a outubro) e, em 2015, de 55 (de março a junho) até 63 (janeiro e fevereiro). Também na faixa etária de jovens (15 a 17) observou-se aumento da média de pessoas por grupo de 56 para 60 (2014-2015), com mínimo, em 2014, de 46 (abril) e máximo de 62 participantes (de agosto a outubro) e, em 2015, com mínimo de 60 (de março a outubro) e máximo de 62 participantes (janeiro e fevereiro). Entre os idosos a média caiu de 114 para 111 pessoas/grupo (2014-2015), com mínimo, em 2014, de 110 (de maio a outubro) e máximo de 120 (de janeiro a abril) e, em 2015, com mínimo de 110 (janeiro e fevereiro) e máximo de 111 (de março a outubro).

Diferentemente dos outros municípios, em Senador José Porfírio houve queda na média de participantes por grupo para as faixas etárias e crianças e adolescentes (6 a 15) e de jovens (15 a 17). Para o grupo de idosos, houve aumento. Na primeira faixa a redução foi de 217 para 135 pessoas/grupo (2014-2015), com variação de 150 (agosto e setembro) até 240 (de janeiro a julho) em 2014 e de 120 (de março a outubro) até 196 (janeiro e fevereiro) em 2015. Da mesma forma, na segunda faixa houve redução de 113 para 74 pessoas/grupo (2014-2015), com variação, em 2014, de 85 (de agosto

a outubro) até 125 (de janeiro a julho) e, em 2015, de 72 (de março a outubro) até 80 (janeiro e fevereiro). No grupo dos idosos houve aumento da média de 40 para 49 participantes/grupo, com um número constante de 40 pessoas janeiro a outubro de 2014 e, em 2015, com mínimo de 40 (de janeiro a agosto) e máximo de 92 (outubro).

Por fim, em Vitória do Xingu, houve, de 2014 para 2015, redução no primeiro grupo, estabilidade no segundo e aumento no de idosos. Entre as crianças e adolescentes (6 a 15) a redução da média de pessoas por grupo foi de 102 para 74 (2014-2015), sendo que, em 2014, o menor grupo foi formado por 90 pessoas (de maio a outubro) e o maior por 120 pessoas (de janeiro a abril) e, em 2015, o menor teve 70 pessoas (de março a outubro) e o maior 90 (janeiro e fevereiro). Entre os jovens (15 a 17) não houve a formação de nenhum grupo em 2014 e 2015, pois o CRAS do município não apresenta programas voltados a essa população. Já no grupo de idosos a média passou de 69 para 119 pessoas/grupo, com um mínimo, em 2014, de 29 (janeiro) e um máximo de 214 pessoas (agosto) e, em 2015, com um mínimo de 110 (janeiro) e um máximo de 130 pessoas (outubro).

Cabe ressaltar outro evento também realizado pela SEAS: o Curso de Atualização em Gerenciamento de Casos e Reinserção Social de Usuários de Crack e outras Drogas, que faz parte do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, envolvendo profissionais da assistência social, educação e direitos humanos, incluindo os trabalhos dos CRAS e CREAS da região.

Com relação ao CREAS, órgão existente apenas em Altamira, Anapu e Brasil Novo, analisam-se a quantidade mensal de novos casos inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI), a quantidade mensal de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência ou abandono e número médio mensal de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Liberdade Assistida - LA e/ou Prestação de Serviços à Comunidade - PSC).

Em Altamira, o total de novos casos inseridos no acompanhamento do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos (PAEFI) nos dez primeiros meses do ano, em 2014, foi de 202, enquanto que em 2015 foi de 134, uma redução de 68 registros. A maior quantidade de registros de 2014 foi em março (58) e em 2015 foi em maio (20), sendo que nos dois anos houve tendência de estabilidade para o período. Por outro lado, em Anapu houve aumento do número de registros em 2015 ante 2014, foi de 60 pra 79 (+19), e a maior quantidade de casos por mês foi 10 para os dois anos (agosto de 2014 e março e agosto de 2015), o que levou a uma tendência de certa estabilidade em 2014 e de alta em 2015. Da mesma forma, Brasil Novo teve um comportamento similar a Anapu, com aumento de 12 registros de um ano para outro (33 em 2014 e 45 em 2015), sendo o pico de 6 em junho de 2014 e de 9 em março de 2015. A linha de tendência foi de queda em 2014 e de certa estabilidade no ano seguinte.

Quanto aos casos de crianças e adolescentes (0 a 17 anos) vítimas de violência intrafamiliar, abuso sexual, exploração sexual, negligência/abandono, no período de janeiro a outubro, Altamira apresentou redução do total de casos em todas as

situações de 2014 para 2015. Os registros de violência intrafamiliar caíram de 69 para 58 (-11, com picos de 13 casos em outubro de 2014 e 14 em junho de 2015), os de abuso sexual de 23 para 4 (-19, com picos de 5 casos em janeiro e maio de 2014 e 2 em outubro de 2015), os de exploração sexual de 7 para 1 (-6, com picos de 2 casos em março e abril de 2014 e o único caso registrado em 2015 em setembro) e de negligência/abandono de 48 para 37 (-11, com picos de 12 casos em abril de 2014 e 8 em julho de 2015).

Embora em valor absoluto bem inferior, o que é de se esperar, em Anapu essas ocorrências tiveram, em sua maioria, comportamento distinto a Altamira. De 2014 para 2015 (janeiro a outubro), os casos de violência intrafamiliar passaram de 14 para 24 (+10), com valor máximo de 3 (agosto de 2014) e de 4 casos (março e setembro de 2015); os de abuso sexual foram de 16 para 38 (+22), com valor máximo de 2 (de março a outubro de 2014) e de 6 casos (março e julho de 2015); e as ocorrências de negligência/abandono aumentaram de 19 para 35 (+16), com picos de 4 (maio de 2014) e de 6 casos (abril de 2015). Já os casos de exploração sexual, com os menores valores absolutos entre os quatro tipos de ocorrência, recuaram em 2015 ante 2014, pois passaram de 3 (2 casos em abril e 1 caso em agosto de 2014) para 1 caso (janeiro de 2015).

Apesar da gravidade das ocorrências, em Brasil Novo a situação em relação a esses quatro tipos de violência contra crianças e adolescentes parece ser a melhor em valores absolutos, quando comparada aos outros dois municípios, não obstante a variação tenha sido, em sua maioria, de aumento ou estabilidade de 2014 para 2015. Assim, os registros de violência intrafamiliar passaram de 13 para 24 (+11), respectivamente, de 2014 para 2015, com números máximos de 3 registros (fevereiro e setembro) e 9 registros (setembro de 2015). Já os casos de exploração sexual e negligência/abandono mantiveram-se estáveis de um ano para o outro com, respectivamente, nenhum registro e 5 registros (picos de 2 casos em janeiro e março de 2014 e de 3 casos em agosto de 2015). Finalmente os casos de abuso sexual diminuíram de 4, em 2014, para 3 casos, em 2015 (-1), com picos de 2 casos em junho de 2014 e, em 2015, distribuídos nos meses de janeiro, maio e agosto.

Quanto à quantidade de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas – Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) – Altamira teve um aumento da média mensal de 69 para 121 pessoas, respectivamente, de 2014 (pico de 98 em outubro) para 2015 (pico de 126 em fevereiro e outubro). Já Anapu, município com menor número de casos entre os três analisados, passou de nenhum adolescente cumprindo medidas socioeducativas em 2014 para uma média mensal de 1 adolescente em 2015 (pico de 2 pessoas em julho). E finalmente Brasil Novo passou de uma média de 1 adolescente em 2014 (1 caso nos meses de janeiro e fevereiro e de agosto a outubro) para 2 adolescentes, com pico de 3 casos de março a agosto (provavelmente as mesmas pessoas).

Como informado no Indicador “Alteração no quadro de partos entre crianças e adolescentes”, em abril de 2014 o Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Altamira assinaram um Pacto de Compromisso, formalizando medidas para a garantia do

enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no âmbito interno da empresa e de seus subcontratados, e das famílias e das comunidades do entorno da obra, localizadas na região da Volta Grande do Xingu.

Por fim, tendo vista a importância das unidades do CRAS e do CREAS, A Norte Energia por meio do Plano de Articulação Institucional – Plano 6, auxiliou no desenvolvimento dos serviços sociais desde projetos de captação de recursos para a construção de novos prédios, para as unidades do CRAS e do CREAS de Senador José Porfirio, no apoio na elaboração da minuta da emenda à Lei Orgânica do Município de Altamira e na realização do curso “Potencialidades do Cadastro Único para Assistência e Desenvolvimento Social”.

4.2. Indicador “11. Alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente”

Quadro 7.4 - 29 – Conceitos das ocorrências atendidas pelo Conselho Tutelar

OCORRÊNCIAS		CONCEITOS
1	ABANDONO DE PAIS OU RESPONSÁVEIS	Forma extrema de negligência. Abandono de incapaz é crime art.133 Código Penal: Abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono. O abandono decorre do descuido, do desamparo.
2	NEGLIGÊNCIA DE PAIS OU RESPONSÁVEIS	São chamadas as omissões dos pais ou de outros responsáveis (inclusive institucionais) pela criança e pelo adolescente, quando deixam de prover as necessidades básicas para seu desenvolvimento físico, emocional e social. A negligência significa a omissão de cuidados básicos como a privação de medicamentos; a falta de atendimento aos cuidados necessários com a saúde; o descuido com a higiene; a ausência de proteção contra as inclemências do meio como o frio e o calor; o não provimento de estímulos e de condições para a frequência à escola.
3	MAUS TRATOS	Segundo o art. 136, do Código Penal: Maus tratos a criança e adolescentes é “Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina”.
4	ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI	Caracteriza-se como um grupo particular de adolescentes que dão entrada no Sistema de Justiça e nas instituições públicas de atendimento social e estariam inseridos no mundo da delinquência juvenil.
5	CONFLITOS FAMILIARES	Conflitos familiares tem origem na dificuldade de comunicação dentro de casa entre pais e filhos. O "ruído" na comunicação se traduz tanto pela dificuldade dos pais em afirmar autoridade em certas ocasiões, quanto dos filhos em manifestar aquilo que sentem falta e esperam receber. O resultado é um processo de cobranças e acusações que esconde o verdadeiro desejo de ambos. Na tentativa de demonstrar esse desejo, crianças mostram-se inquietas, desatentas e, muitas vezes, agressivas. Em adolescentes, a marca é a rebeldia. Além dos conflitos entre pais e filhos têm-se também conflitos entre pais ou responsáveis.
6	ESPANCAMENTO	São atos violentos com uso da força física de forma intencional, não acidental, praticada por pais, responsáveis, familiares ou pessoas próxima da criança e do adolescente, com o objetivo de ferir, lesar ou destruir a vítima, deixando ou não marcas evidentes em seu corpo. Há vários graus de gravidade, que vão desde tapas, beliscões, até lesões e traumas causados por gestos que atingem partes muito vulneráveis do corpo, uso de objetos e instrumentos para ferir, lesar ou destruir a vítima, deixando ou não marcas evidentes em seu corpo, até provocação de queimaduras, sufocação e mutilações.
7	FUGA DE DOMICÍLIO	É caracterizada pela ausência da criança e do adolescente do âmbito familiar por diversos motivos como: maus tratos, espancamentos, conflitos familiares dentre outros.
8	CRIANÇA E ADOLESCENTE FORA DA ESCOLA	Trata-se de situações nas quais a criança/adolescente em idade escolar, pelos mais diversos motivos, não frequenta a escola, estando ou não matriculados.

OCORRÊNCIAS		CONCEITOS	
9	CRIANÇA E ADOLESCENTE SEM REGISTRO DE NASCIMENTO	A certidão de nascimento é o primeiro passo para o pleno exercício da cidadania. Ela comprova sua existência, seu local e data de nascimento, o nome dos seus pais e avós. Sem esse documento, os cidadãos ficam privados de seus direitos mais fundamentais e não tem acesso aos programas sociais. E quando adultos, não podem obter a carteira de identidade (RG), CPF e outros documentos.	
10	PROSTITUIÇÃO, ESTUPRO ALICIAMENTO E ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	PROSTITUIÇÃO E EXPLORAÇÃO SEXUAL	Quando crianças e adolescentes são levados a participar de atos sexuais ou pornográficos, estão sendo explorados sexualmente e induzidos a essa prática, seja por situação de pobreza, abuso sexual familiar, estímulo ao consumo ou quaisquer outras situações de vulnerabilidade pessoal ou social. A palavra "prostituição" remete à ideia de consentimento, desviando o enfoque da exploração sexual. Ou seja, retira a criança e o adolescente da condição de vítimas, transportando-os para o papel de agentes da situação. Para melhor descrever esses casos, o correto é usar o termo exploração sexual comercial infanto-juvenil.
		ESTUPRO	É a prática não-consensual do sexo, imposto por meio de violência ou grave ameaça de qualquer natureza por ambos os sexos. O estupro de vulnerável é um crime que consta no Código Penal e designa um tipo de violência ao indivíduo vulnerável, por exemplo, crianças e idosos.
		ALICIAMENTO	Significa atrair a si com promessas enganosas; seduzir; subornar; induzir a atos ilícitos. Basicamente, aliciar é engambelar, prometer presentes, dinheiro, fama, fortuna, etc., para atrair a pessoa e induzi-la a praticar sexo.
		ABUSO	Consiste em ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor está em estágio de desenvolvimento psicossocial mais adiantado que a criança ou o adolescente. Tem por intenção estimulá-la sexualmente ou utilizá-la para obter satisfação sexual. Apresenta-se sob a forma de práticas eróticas e sexuais impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, ameaças ou indução de sua vontade. Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (<i>voyerismo</i> , exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia.
11	GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA	Adolescência e gravidez, quando ocorrem juntas, podem acarretar sérias consequências para todos os familiares, mas principalmente para os adolescentes envolvidos, pois envolvem crises e conflitos. O que acontece é que esses jovens não estão preparados emocionalmente e nem mesmo financeiramente para assumir tamanha responsabilidade, fazendo com que muitos adolescentes saiam de casa, cometam abortos, deixem os estudos ou abandonem as crianças sem saber o que fazer ou fugindo da própria realidade.	
12	NEGLIGÊNCIA PROFISSIONAL	"Negligência significa uma falta de cuidado, descuido, desatenção, displicência, e pode ser relacionado à uma situação específica, à uma pessoa, à um objeto, e etc. Pode ser não intencional, quando alguém não a comete propositalmente.	
13	DEPENDÊNCIA QUÍMICA	A dependência química ou física é uma condição orgânica que nasce da utilização constante de certas drogas psicoativas, as quais consequentemente provocam o aparecimento de sintomas que envolvem especialmente o Sistema Nervoso Central, o qual se torna dependente de uma dada substância, sofrendo assim os efeitos de uma abstinência repentina e prolongada. O uso abusivo do álcool, de drogas consideradas ilegais e da nicotina pode gerar esta reação corporal.	
14	OUTRO TIPO DE OCORRÊNCIA	São ocorrências que se diferem das descritas nos registros dos casos atendidos diariamente pelo Conselho Tutelar.	

OCORRÊNCIAS		CONCEITOS
14.1	VAGAS EM CRECHE	As vagas em creche foram inserida separadamente das "ocorrências de crianças fora da escola" pois os conselheiros querem mensurar a real situação destas crianças, com o objetivo de que sejam construídas ou ampliadas mais creches no município para atender a demanda de mães que precisam trabalhar.
14.2	EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	É todo o trabalho realizado por pessoas que tenham menos da idade mínima permitida para trabalhar. No Brasil, o trabalho não é permitido sob qualquer condição para crianças e adolescentes entre zero e 14 anos; de 14 a 16 pode-se trabalhar como aprendiz; já dos 16 aos 18, as atividades laborais são permitidas, desde que não aconteçam das 22h às 5h, não sejam insalubres ou perigosa.
14.3	SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS PESSOAIS	Pais, responsáveis e adolescentes que procuram o Conselho Tutelar para solicitar documentos pessoais como: carteira de trabalho, CPF e identidade.
14.4	VIOLÊNCIA POLICIAL	Violência de policiais com crianças e adolescentes ou abuso de autoridade.

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/PA.

a) Análise da alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Altamira

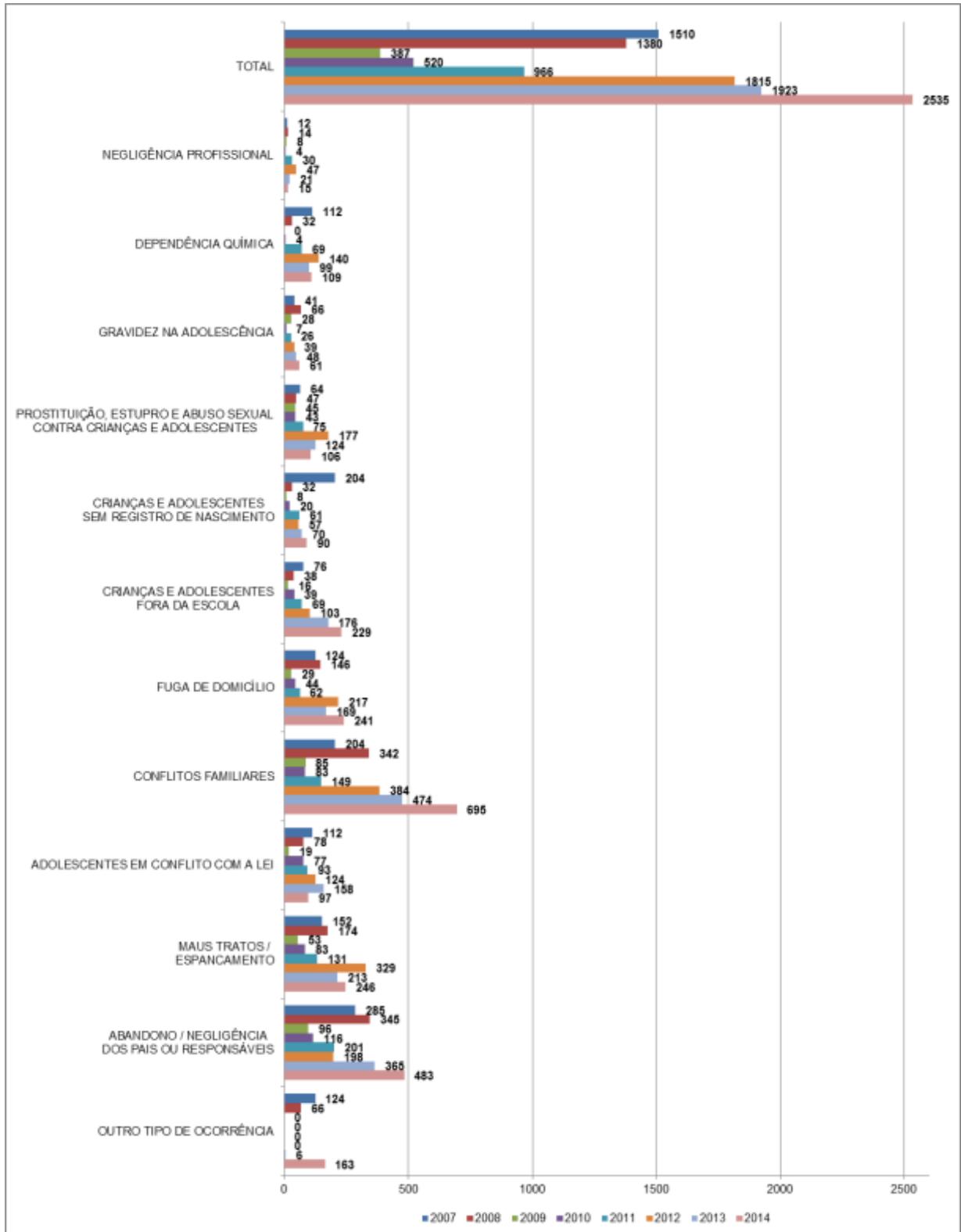


Figura 7.4- 140 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Altamira, de 2007 a 2014

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 30 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Altamira, de 2013 e 2014

TIPO DE OCORRÊNCIA	2013	2014	VARIÇÃO (2013/2014)	
			ABS	%
Conflitos familiares	474	695	221	47%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	365	483	118	32%
Maus tratos / espancamento	213	246	33	15%
Fuga de domicílio	169	241	72	43%
Crianças e adolescentes fora da escola	176	229	53	30%
Dependência química	99	109	10	10%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	124	106	-18	-15%
Adolescentes em conflito com a lei	158	97	-61	-39%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	70	90	20	29%
Gravidez na adolescência	48	61	13	27%
Negligência profissional	21	15	-6	-29%
Outro tipo de ocorrência	6	163	157	2617%
Total	1923	2535	612	32%

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

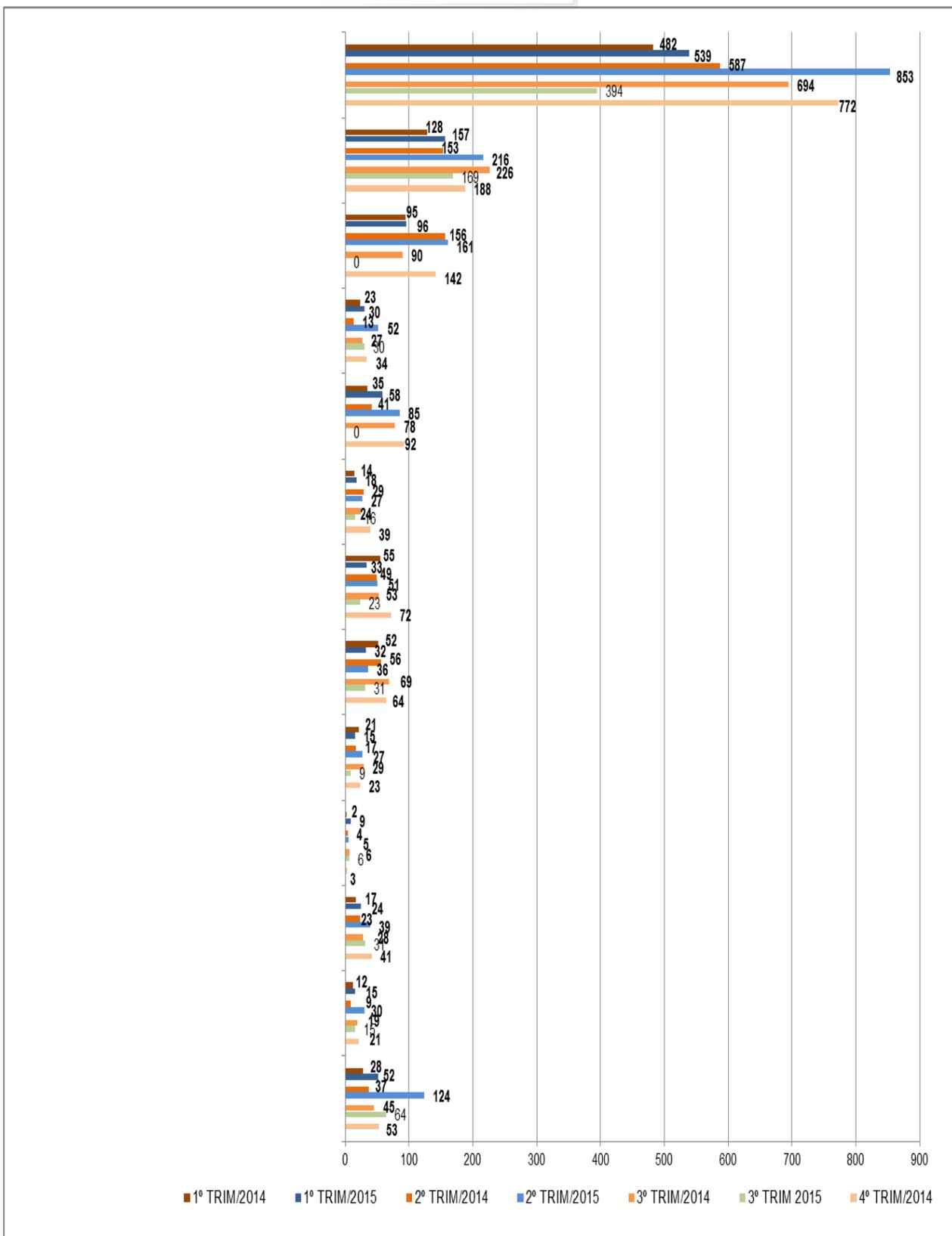


Figura 7.4 - 141 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Altamira, do 1º ao 4º Trimestre de 2014 e do 1º ao 3º Trimestre de 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 31 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Altamira, do primeiro ao terceiro trimestre de 2014 e de 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º AO 3º TRIM - 2014 (JAN - SET) ABS	1º AO 3º TRIM - 2015 (JAN - SET) ABS	VAR. % (1º AO 3º TRIM) 2015 vs. 2014
Gravidez na adolescência	40	60	50%
Dependência química	68	94	38%
Negligência profissional	12	20	67%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	67	51	-24%
Fuga de domicílio	177	99	-44%
Crianças e adolescentes fora da escola	157	107	-32%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	67	61	-9%
Maus tratos / espancamento	154	143	-7%
Adolescentes em conflito com a lei	63	112	78%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	341	257	-25%
Conflitos familiares	507	542	7%
Outro tipo de ocorrência	1763	1786	1%
Total	3416	3332	-2%

Fonte: Conselho Tutelar de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da alteração no número de atendimentos do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Anapu

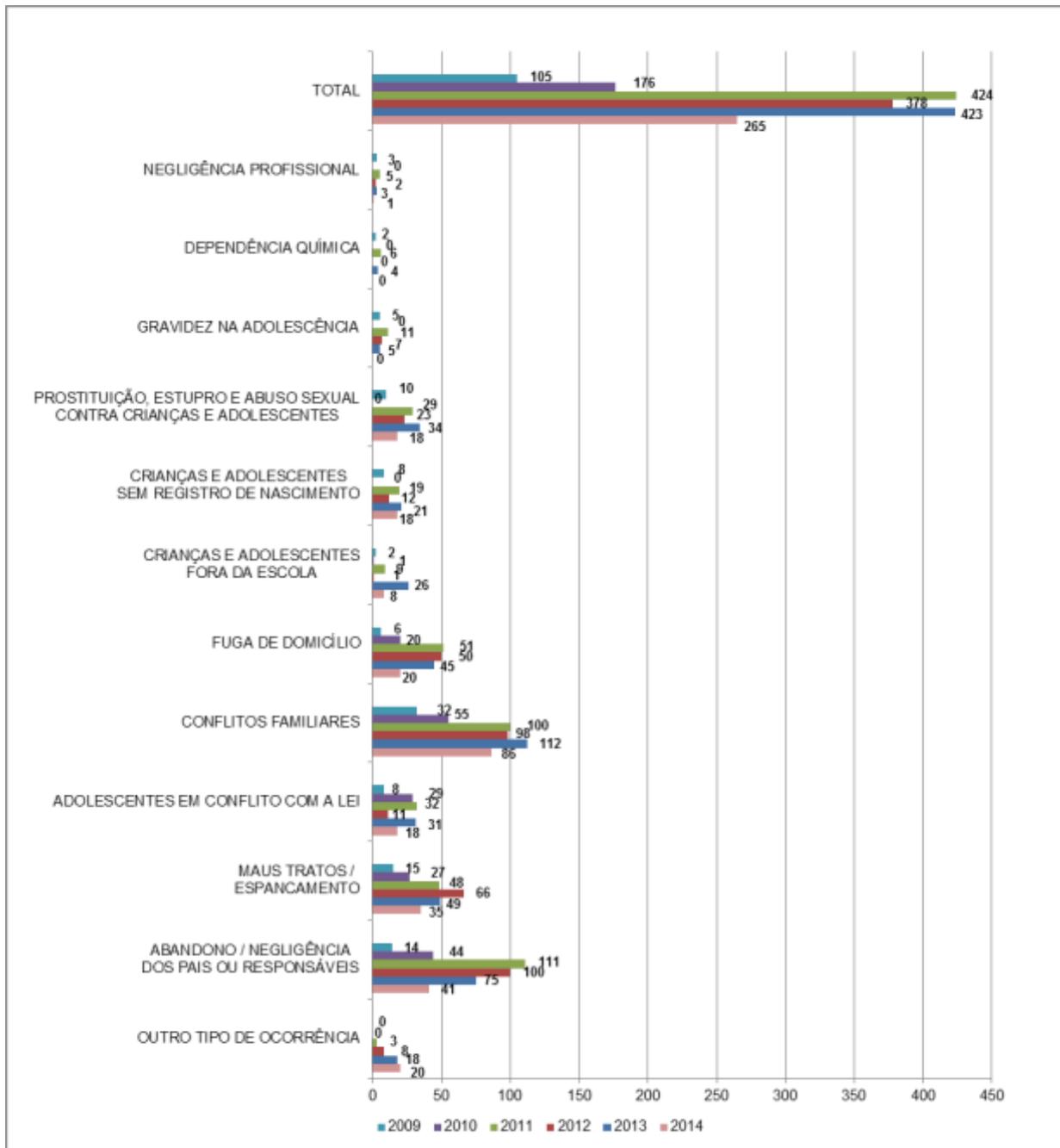


Figura 7.4- 142 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Anapu, de 2009 a 2014

Fonte: Conselho Tutelar de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 32 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Anapu, de 2013 e 2014

TIPO DE OCORRÊNCIA	2013	2014	VARIÇÃO (2013/2014)	
			ABS	%
Conflitos familiares	112	86	-26	-23%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	75	41	-34	-45%
Maus tratos / espancamento	49	35	-14	-29%
Fuga de domicílio	45	20	-25	-56%
Adolescentes em conflito com a lei	31	18	-13	-42%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	21	18	-3	-14%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	34	18	-16	-47%
Crianças e adolescentes fora da escola	26	8	-18	-69%
Negligência profissional	3	1	-2	-67%
Gravidez na adolescência	5	0	-5	-100%
Dependência química	4	0	-4	-100%
Outro tipo de ocorrência	18	20	2	11%
Total	423	265	-158	-37%

Fonte: Conselho Tutelar de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

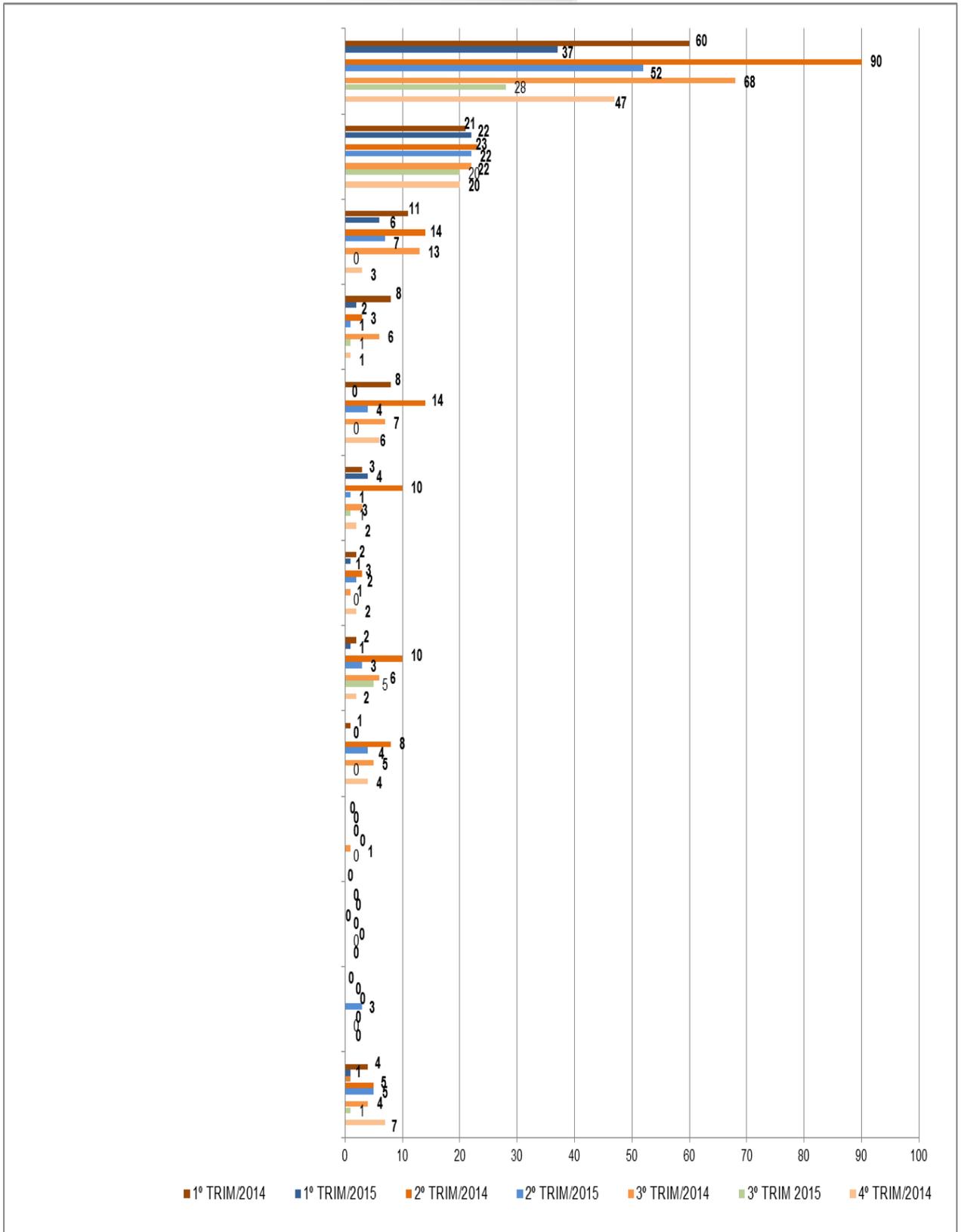


Figura 7.4 - 143 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Anapu, do 1º ao 4º Trimestre de 2014 e do 1º ao 3º Trimestre de 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Anapu/Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 33 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Anapu, do primeiro ao terceiro trimestre de 2014 e de 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º AO 3º TRIM - 2014 (JAN - SET) ABS	1º AO 3º TRIM - 2015 (JAN - SET) ABS	VAR. % (1º AO 3º TRIM) 2015 vs. 2014
Gravidez na adolescência	0	3	n/a
Dependência química	0	0	0%
Negligência profissional	1	0	N/A
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	14	4	-71%
Fuga de domicílio	18	9	-50%
Crianças e adolescentes fora da escola	6	3	-50%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	16	6	-63%
Maus tratos / espancamento	29	4	-86%
Adolescentes em conflito com a lei	17	4	-76%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	38	13	-66%
Conflitos familiares	66	64	-3%
Outro tipo de ocorrência	218	117	-46%
Total	423	227	-46%

Fonte: Conselho Tutelar de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da alteração no número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Brasil Novo



Figura 7.4- 144 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Brasil Novo, de 2010 a 2014

Fonte: Conselho Tutelar de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 34 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Brasil Novo, de 2013 e 2014

TIPO DE OCORRÊNCIA	2013	2014	VARIÇÃO (2013/2014)	
			ABS	%
Conflitos familiares	120	65	-55	-46%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	54	22	-32	-59%
Crianças e adolescentes fora da escola	39	21	-18	-46%
Maus tratos / espancamento	51	12	-39	-76%
Fuga de domicílio	40	12	-28	-70%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	35	11	-24	-69%
Adolescentes em conflito com a lei	7	4	-3	-43%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	8	4	-4	-50%
Dependência química	26	4	-22	-85%
Gravidez na adolescência	12	1	-11	-92%
Negligência profissional	8	0	-8	-100%
Outro tipo de ocorrência	12	5	-7	-58%
Total	412	161	-251	-61%

Fonte: Conselho Tutelar de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

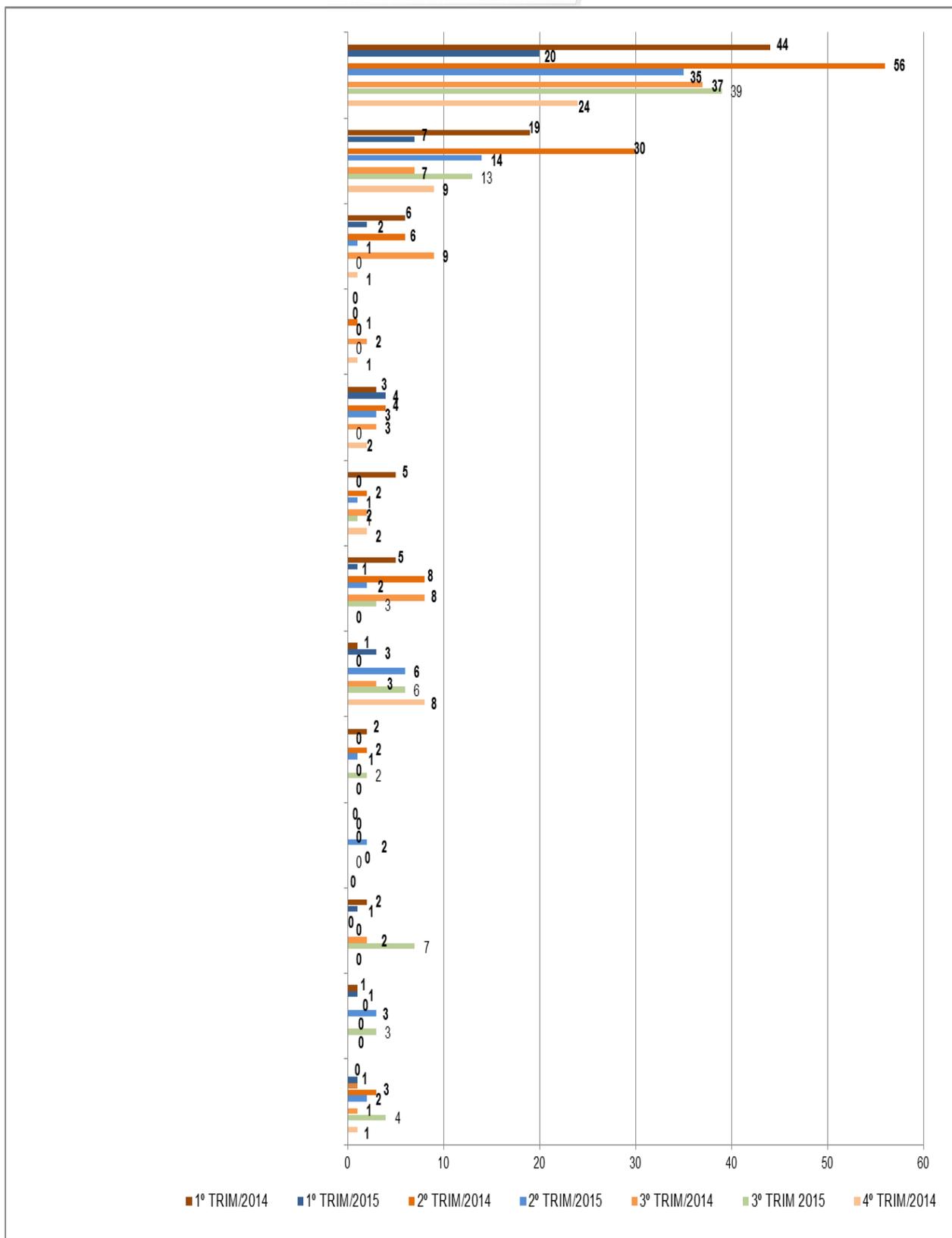


Figura 7.4 - 145 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Brasil Novo, do 1º ao 4º Trimestre de 2014 e do 1º ao 3º Trimestre de 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Brasil Novo/Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 35 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Brasil Novo, do primeiro ao terceiro trimestre de 2014 e de 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º AO 3º TRIM - 2014 (JAN - SET) ABS	1º AO 3º TRIM - 2015 (JAN - SET) ABS	VAR. % (1º AO 3º TRIM) 2015 vs. 2014
Gravidez na adolescência	1	7	600%
Dependência química	4	8	100%
Negligência profissional	0	2	n/a
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	4	3	-25%
Fuga de domicílio	4	15	275%
Crianças e adolescentes fora da escola	21	6	-71%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	9	2	-78%
Maus tratos / espancamento	10	7	-30%
Adolescentes em conflito com a lei	3	0	n/a
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	21	3	-86%
Conflitos familiares	56	34	-39%
Outro tipo de ocorrência	137	94	-31%
Total	270	181	-33%

Fonte: Conselho Tutelar de Brasil Novo/Elaboração Norte Energia.

d) Análise da alteração no número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Senador José Porfírio

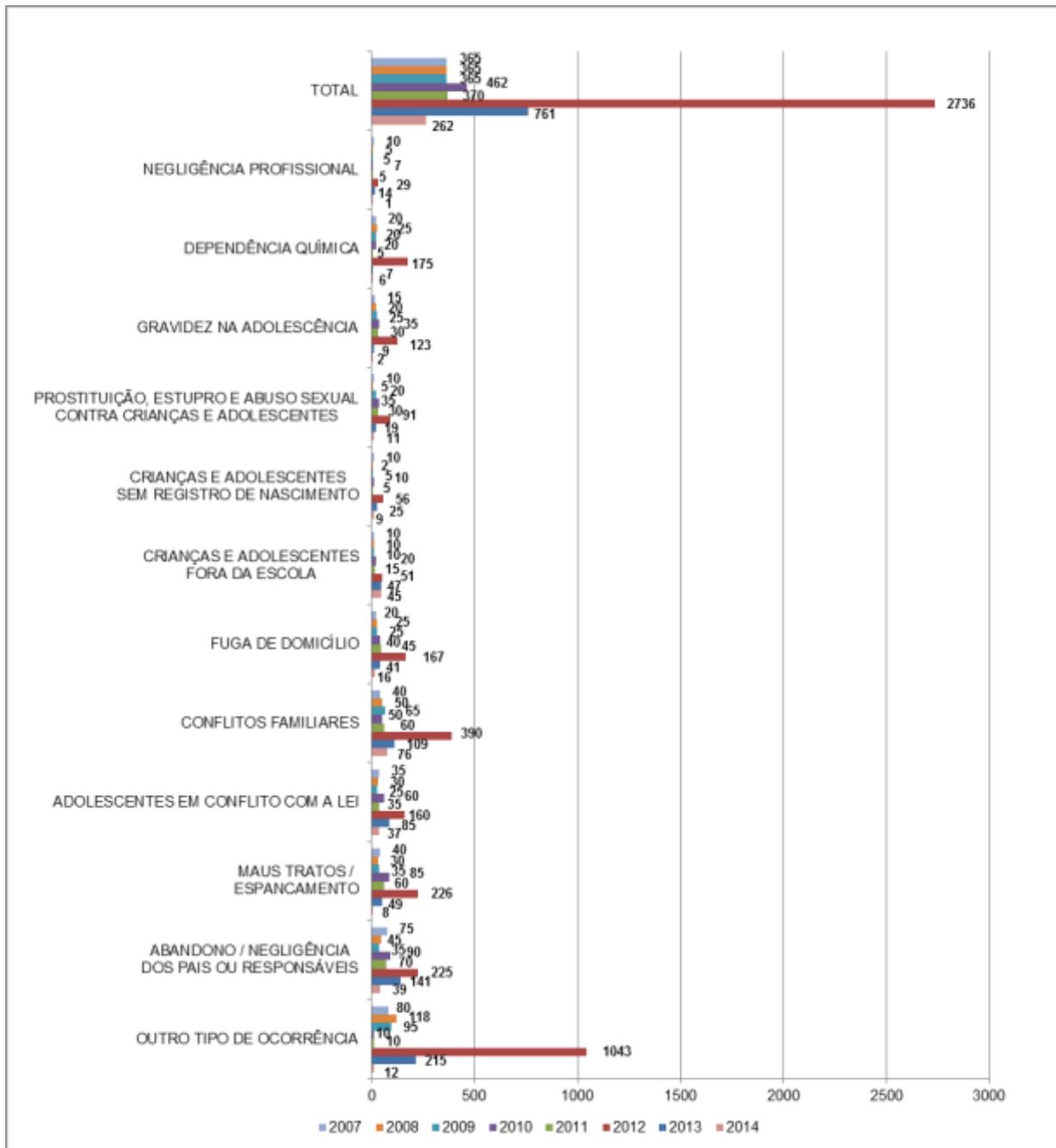


Figura 7.4- 146 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Senador José Porfírio, de 2007 a 2014

Fonte: Conselho Tutelar de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 36 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Senador José Porfírio, de 2013 e 2014

TIPO DE OCORRÊNCIA	2013	2014	VARIÇÃO (2013/2014)	
			ABS	%
Conflitos familiares	109	76	-33	-30%
Crianças e adolescentes fora da escola	47	45	-2	-4%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	141	39	-102	-72%
Adolescentes em conflito com a lei	85	37	-48	-56%
Fuga de domicílio	41	16	-25	-61%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	19	11	-8	-42%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	25	9	-16	-64%
Maus tratos / espancamento	49	8	-41	-84%
Dependência química	7	6	-1	-14%
Gravidez na adolescência	9	2	-7	-78%
Negligência profissional	14	1	-13	-93%
Outro tipo de ocorrência	215	12	-203	-94%
Total	761	262	-499	-66%

Fonte: Conselho Tutelar de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

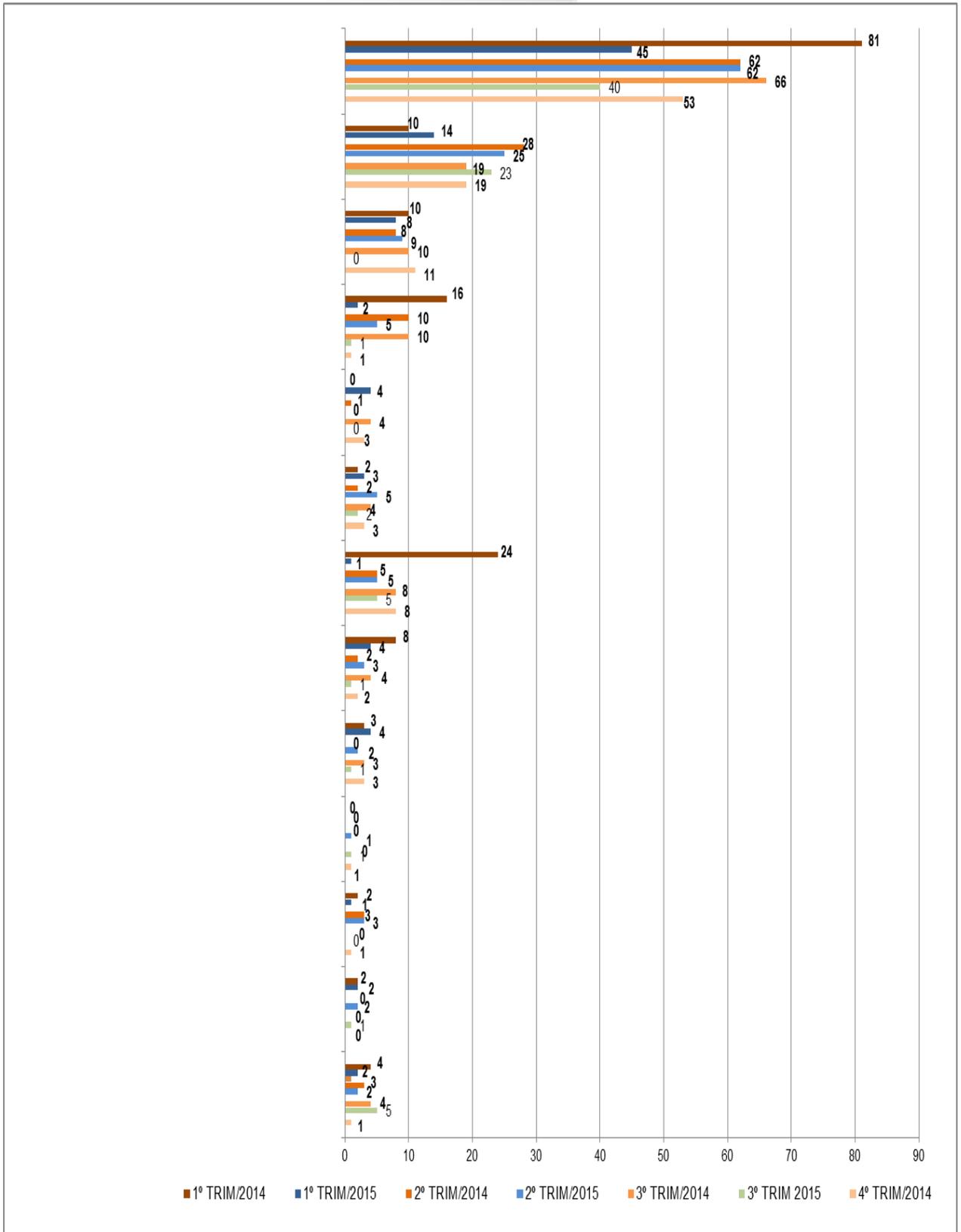


Figura 7.4 - 147 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Senador José Porfírio, do 1º ao 4º Trimestre de 2014 e do 1º ao 3º Trimestre de 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 37 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Senador José Porfírio, do primeiro ao terceiro trimestre de 2014 e de 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º AO 3º TRIM - 2014 (JAN - SET) ABS	1º AO 3º TRIM - 2015 (JAN - SET) ABS	VAR. % (1º AO 3º TRIM) 2015 vs. 2014
Gravidez na adolescência	2	5	150%
Dependência química	5	4	-20%
Negligência profissional	0	2	n/a
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	6	7	17%
Fuga de domicílio	14	8	-43%
Crianças e adolescentes fora da escola	37	11	-70%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	8	10	25%
Maus tratos / espancamento	5	4	-20%
Adolescentes em conflito com a lei	36	8	-78%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	28	17	-39%
Conflitos familiares	57	62	9%
Outro tipo de ocorrência	209	147	-30%
Total	407	285	-30%

Fonte: Conselho Tutelar de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

e) Análise da alteração no número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente – Vitória do Xingu

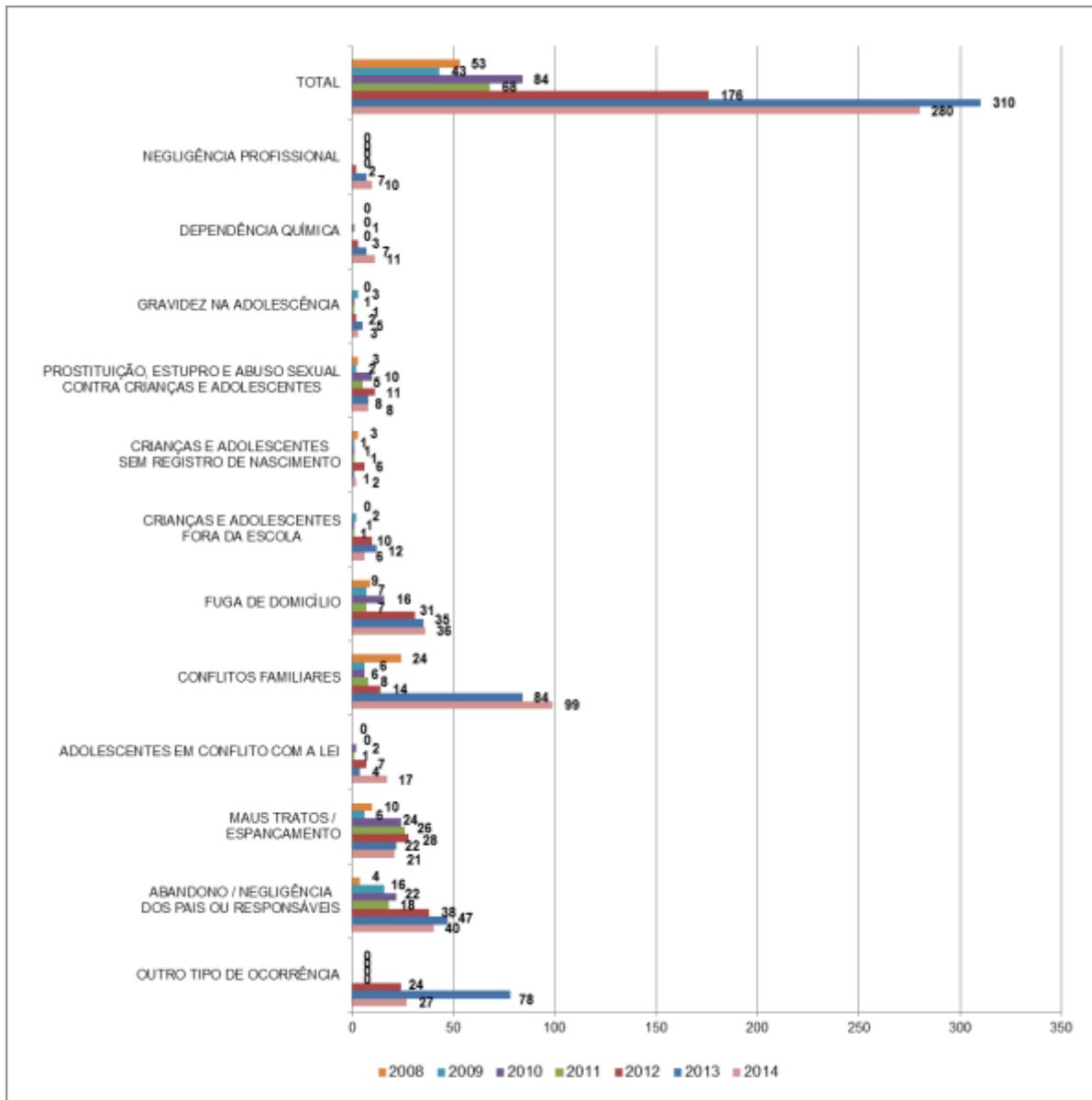


Figura 7.4- 148 - Evolução do número de registros do Conselho Tutelar de Vitória do Xingu, de 2008 a 2014

Fonte: Conselho Tutelar de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 38 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Vitória do Xingu, de 2013 e 2014

TIPO DE OCORRÊNCIA	2013	2014	VARIÇÃO (2013/2014)	
			ABS	%
Conflitos familiares	84	99	15	18%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	47	40	-7	-15%
Fuga de domicílio	35	36	1	3%
Maus tratos / espancamento	22	21	-1	-5%
Adolescentes em conflito com a lei	4	17	13	325%
Dependência química	7	11	4	57%
Negligência profissional	7	10	3	43%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	8	8	0	0%
Crianças e adolescentes fora da escola	12	6	-6	-50%
Gravidez na adolescência	5	3	-2	-40%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	1	2	1	100%
Outro tipo de ocorrência	78	27	-51	-65%
Total	310	280	-30	-10%

Fonte: Conselho Tutelar de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

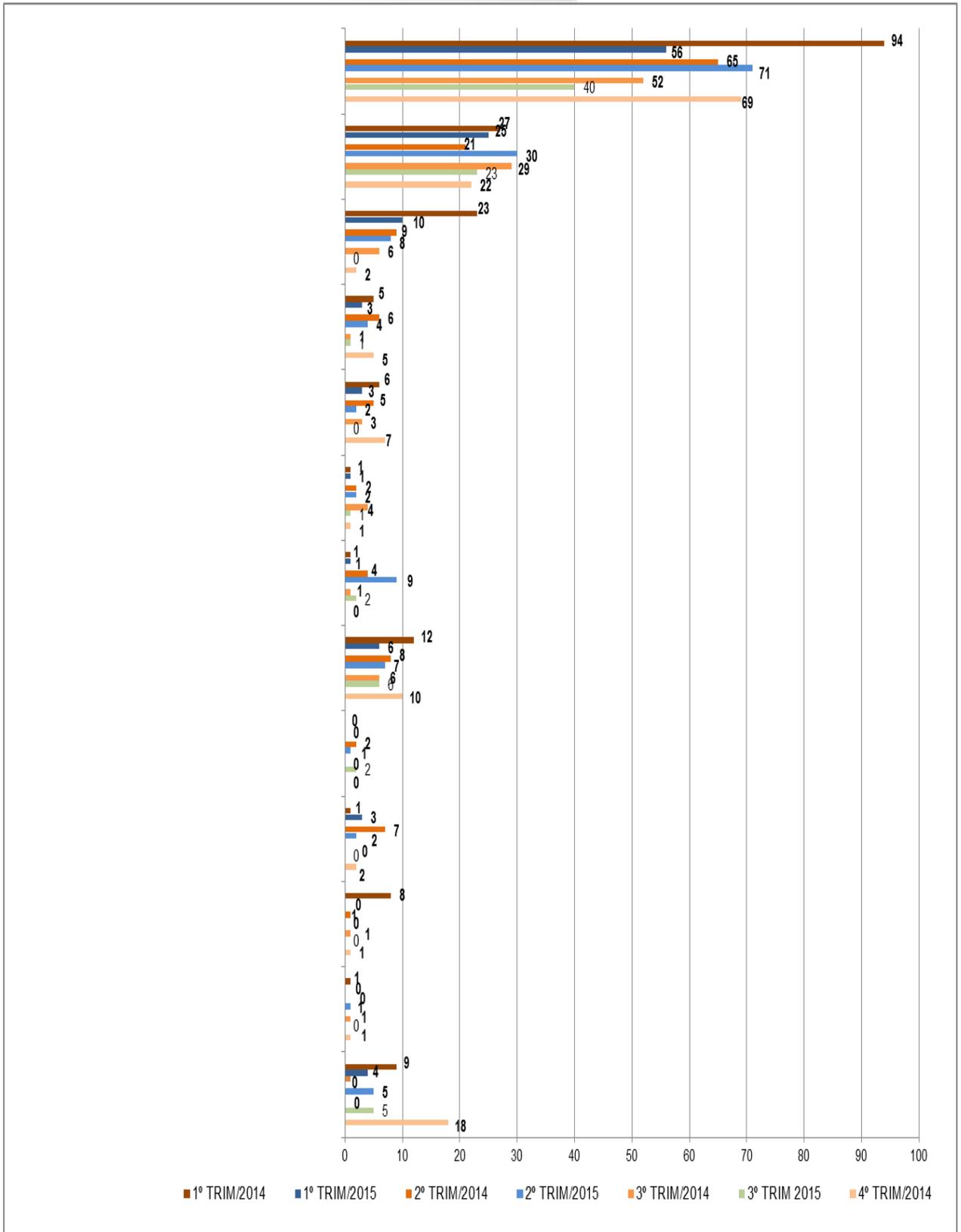


Figura 7.4 - 149 – Evolução do número de registros do Conselho Tutelar, em Vitória do Xingu, do 1º ao 4º Trimestre de 2014 e do 1º ao 3º Trimestre de 2015

Fonte: Conselho Tutelar de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 39 – Número de registros do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, e variação percentual, em Vitória do Xingu, do primeiro ao terceiro trimestre de 2014 e de 2015

TIPO DE OCORRÊNCIA	1º AO 3º TRIM - 2014 (JAN - SET) ABS	1º AO 3º TRIM - 2015 (JAN - SET) ABS	VAR. % (1º AO 3º TRIM) 2015 vs. 2014
Gravidez na adolescência	2	1	-50%
Dependência química	10	0	n/a
Negligência profissional	8	5	-38%
Crianças e adolescentes sem registro de nascimento	2	3	50%
Fuga de domicílio	26	19	-27%
Crianças e adolescentes fora da escola	6	12	100%
Prostituição, estupro e abuso sexual contra crianças e adolescentes	7	4	-43%
Maus tratos / espancamento	14	5	-64%
Adolescentes em conflito com a lei	12	8	-33%
Abandono / negligência dos pais ou responsáveis	38	18	-53%
Conflitos familiares	77	78	1%
Outro tipo de ocorrência	211	167	-21%
Total	413	320	-23%

Fonte: Conselho Tutelar de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Nos registros de ocorrências do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente nota-se, no caso de Altamira, que na comparação entre 2013 e 2014 os maiores aumentos se referem aos “conflitos familiares”, com 47%, à “fuga de domicílio”, com 43%, “abandono/negligência dois pais ou responsáveis”, com 32%, “crianças e adolescentes fora da escola”, com 30%, “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, com 29%, “gravidez na adolescência”, com 27%, “dependência química”, com 10%. Casos graves, como “prostituição, estupro e abuso sexual” registraram queda de 15%. Ao se comparar os três trimestres de 2014 e 2015, as maiores quedas foram em “fuga de domicílio”, com -44%, “crianças e adolescentes fora da escola”, com -32%, “abandono/negligência dois pais ou responsáveis”, com -25%, “crianças e adolescentes sem registro de nascimento”, com -24%. As maiores altas são no registro de “adolescentes em conflito com a lei”, com 78%, “negligência profissional”, com 67%, “gravidez na adolescência”, com 50%, e “dependência química”, com 38%. Esses dois tipos de registro devem ser monitorados ao longo de 2016, a fim de averiguar se trata-se apenas de uma variação sazonal, ou se há fatores externos que possam estar influenciando os registros. Fato positivo é que “prostituição, estupro e abuso sexual” continua com tendência de queda desde 2013, agora com -9%.

Em Anapu, na comparação dos registros de ocorrências entre 2013 e 2014 houve queda em todos os tipos. De qualquer maneira as maiores quedas foram em “crianças e adolescentes fora da escola”, com -69%, “negligência profissional”, com -67%, “fuga

de domicílio”, com -56%, “prostituição, estupro e abuso sexual”, com -47%, “abandono/negligência dois pais ou responsáveis”, com -45%, “adolescentes em conflito com a lei”, com -42%. Na comparação entre os três trimestres de 2014 e 2015, igualmente houve queda em todos os registros, com maiores destaques para “maus tratos, espancamentos”, com -86%, “adolescentes em conflito com a lei”, com -76%, “abandono/negligência dois pais ou responsáveis”, com -66%, “prostituição, estupro e abuso sexual”, com -63%. A única exceção foi a “gravidez na adolescência”, mas em números absolutos, foram 3 caso entre janeiro e setembro. Tal qual em Altamira, o monitoramento da evolução dos registros deve ser continuada, a fim de verificar se a tendência de queda nos dois últimos anos em praticamente todos os tipos de ocorrências será mantida.

Brasil Novo apresenta uma situação similar à de Anapu, ou seja, houve diminuição de registros em todos os tipos de ocorrências entre 2013 e 2014, sendo todas acima de -43%, como foi o caso dos “adolescentes em conflito com a lei”, que se constitui no menor declínio. As maiores quedas foram de “gravidez na adolescência”, com -92%, “dependência química”, com -85%, mas há outros registros de ocorrências com queda acentuada, como “maus tratos/espancamento”, com -76%, “fuga de domicílio”, com -70% e “prostituição, estupro e abuso sexual”, com -69%. Na comparação entre os três primeiros trimestres de 2014 e 2015, as maiores quedas são de “abandono/negligência dos pais ou responsáveis”, com -86%, “prostituição, estupro e abuso sexual”, com -78%, “crianças e adolescentes fora da escola”, com -71%. Há um incremento de “fuga de domicílio”, mas se trata de aumento de 4 casos para 15 no mesmo período, assim como “gravidez na adolescência”, que registrou apenas um caso em 2014 e teve sete, no mesmo período de 2015. Por conta desses dados, tudo indica que se trata de município com uma situação sob controle.

Senador José Porfírio também apresentou queda nos registros de todas as ocorrências entre 2013 e 2014. Os maiores destaques foram em “negligência profissional”, com -93%, “maus tratos/espancamento”, com -84%, “gravidez na adolescência”, com -78%, “abandono/negligência”, com -72%, “fuga de domicílio”, com -61% e “adolescentes em conflito com a lei”, com -56%. São todas ocorrências graves, e a queda acentuada de registros pode ser considerado como ponto positivo no município. Na comparação entre os três primeiros semestres de 2014 e 2015, há queda de registros em quase todos os tipos, sendo as maiores “adolescentes em conflito com a lei”, com -78%, “crianças e adolescentes fora da escola”, com -70%. Houve aumento de registros de “gravidez na adolescência”, que passou de 2 para 5 no mesmo período. É um dado a ser monitorado, a fim de se verificar se não se trata de uma variação sazonal, pelo relativo baixo número em termos absolutos.

Vitória do Xingu, diferentemente dos três últimos municípios da AID, apresenta queda no registro de alguns tipos de ocorrências entre 2013 e 2014 e aumento em outros. As maiores quedas foram em “crianças e adolescentes fora da escola”, com -50% e “gravidez na adolescência”, com -40%, o que é um bom sinal. As duas maiores altas nesse período, seriam preocupantes se a tendência de alta continuasse em 2015. Entretanto, quando se compara os três primeiros trimestres de 2014 e 2015 já se nota significativa queda em um dos tipos, que é o de “dependência química”, que aumentou

de 7 para 11 registros entre 2013 e 2014, mas que nos três primeiros trimestres de 2014 e 2015, decaiu de 10 registros para zero. Os “adolescentes em conflito com a lei”, que tinha aumentado de 4 para 17 registros entre 2013 e 214, e nos três primeiros trimestres de 2014 e 2015, decaiu de 12 para 8 registros. Assim, são dados cuja evolução devem ser monitorados para se averiguar se a tendência de queda em 2015 se manterá.

5. Dimensão: Saúde

5.1. Indicador “12. Casos de doenças e endemias transmissíveis”

Até o 7º RCS a análise dos dados era realizada de acordo com a evolução mensal dos casos de doenças e endemias. A partir deste Relatório, a Norte Energia, por meio do Plano de Saúde Pública (Plano 8) passou a fazer a análise anual deste indicador. Assim, o texto abaixo faz a avaliação do período 2011 a 2015.

AIDS

Neste item estão abordados os casos de HIV em gestantes e em crianças, além dos casos de AIDS em adultos, conforme os registros atualizados do Sistema Nacional de Agravos Notificáveis (Sinan). Recentemente, o MS, por meio da publicação da Portaria GM 1.271/2014, alterou o critério de notificação de casos de AIDS, passando a ser notificada, obrigatoriamente, toda infecção pelo HIV e não apenas a doença. Este fato causa viés na análise do comportamento da doença/infecção por HIV, quando se compara com os anos posteriores à publicação da referida Portaria.

No **Quadro 7.4 - 40** observa-se a incidência de HIV/AIDS na região, correlacionando a variação dos últimos anos com 2011, ano de início da implantação da UHE Belo Monte. A grande maioria dos casos de HIV/AIDS ocorridos em 2015 está concentrada em Altamira, que passou de 11 casos em 2011 para 21 casos em 2015. Os demais municípios tiveram oito casos em 2015. Em Vitória do Xingu passou de 1 para 5, o que pode ter sido uma casualidade, porque nos anos de 2012 a 2014 os números foram, respectivamente, zero, dois e zero casos. Já Pacajá manteve dois casos em 2011 e 2015, e Anapu e Brasil Novo manteve, respectivamente, um e zero registro nesse mesmo período. Finalmente, Senador José Porfírio reduziu de um para zero registro.

Nos anos de 2013 e 2014, a região de inserção da UHE Belo Monte teve 22 (vinte e dois) registros de HIV/AIDS em cada ano, sendo que em 2015 o número foi de 29 registros. Como apontado acima, Brasil Novo e Senador José Porfírio não apresentaram casos da doença em 2015. Assim, a situação de AIDS pode ser considerada estável nos últimos anos.

Quadro 7.4 - 40 – Registro mensal de casos de AIDS, nos municípios da AID de Belo Monte e Pacajá, de 2011 a 2015

Municípios	Casos notificados					% de variação 15/11
	2011	2012	2013	2014	2015	
Altamira	11	7	11	12	21	90,9
Anapu	1	2	0	8	1	0,0
Brasil Novo	0	1	0	0	0	NA
Pacajá	2	2	8	0	2	0,0
Senador J. Porfírio	1	2	1	2	0	-100,0
Vitória do Xingu	1	0	2	0	5	400,0
Total	16	14	22	22	29	81,3

Fonte: SINANNET *NA = Não se aplica.

DENGUE

O Plano de Ação para o Enfrentamento da Dengue foi realizado integralmente, com apoio da Norte Energia, conforme pactuado com o 10º Centro Regional de Saúde (CRS) da Secretaria de Estado de Saúde do Pará (Sespa).

O Plano teve como objetivo evitar casos graves e óbitos por dengue na AID da UHE Belo Monte e Pacajá. Em 2015, foi mantida a continuidade do processo de capacitação em manejo clínico de dengue, com foco na classificação de risco, utilizando como instrumento um *folder* com o fluxograma de atendimento para os profissionais de saúde, assim como o álbum demonstrativo, que é usado para capacitação dos profissionais em serviço.

Considerando a dificuldade de treinamento, principalmente de profissionais médicos, buscou-se aproveitar a proposta de capacitação em serviço, baseada na estratégia de “manejo clínico em 15 minutos” adotada pelo MS em outros estados. A implementação desse processo ocorreu durante todo o ano de 2015, a partir da oficina de capacitação para médicos e enfermeiros, que atuaram como multiplicadores. No último trimestre de 2015, foi constante o repasse e envio de informações atualizadas quanto à febre chikungunya e zika vírus, tendo em vista o período chuvoso de 2016.

Com referência aos resultados obtidos em 2015, no Quadro de registro de dengue na região da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, observa-se que houve redução dos casos confirmados de dengue, quando comparados com todos os anos da série histórica apresentada. No ano de 2011, início da implantação do empreendimento, a região teve 1.735 casos de dengue, enquanto em 2015 foram 769, apresentando redução de 55,7%.

No **Quadro 7.4 - 41** estão registrados os casos de dengue em residentes nos municípios da região da AID Belo Monte e Pacajá. Em Altamira, foram registradas 257 ocorrências de casos em 2015, contra 1.293 em 2011, correspondendo à redução de 80,1%, registro importante, pois ocorreu no Município polo e mais populoso da região,

diminuindo, assim, o risco de adoecimento numa população superior a 100.000 habitantes. Tal fato pode ter ocorrido devido à efetiva implantação do Plano de Ação. Anapu, que passou por surtos em 2014, não registrou casos em 2015. Pacajá teve, em 2015, 134 casos e apresentou redução contínua dos registros ao longo dos 5 anos, de 2011 a 2015. Brasil Novo e Senador José Porfírio são municípios que aumentaram o registro de casos de dengue no período de 2011 a 2015, sendo que Senador José Porfírio reduziu de 501 casos, em 2014, para 185 em 2015.

A equipe de endemias da Sespa esteve presente nos municípios da AID da UHE Belo Monte, com apoio financeiro da Norte Energia, prestando o suporte técnico necessário. Realizou supervisão e capacitação no uso do dragnet, um gás inseticida utilizado no bloqueio da transmissão da dengue, que foi utilizado com mais intensidade no município de Senador José Porfírio (1º semestre). No segundo semestre, antes do período chuvoso, foi realizada campanha com fornecimento de material educativo, também financiado pela Norte Energia.

Quadro 7.4 - 41 - Registro mensal de casos de Dengue nos municípios da AID de Belo Monte e Pacajá, de 2011 a 2015

Municípios	Casos confirmados					% de variação 15/11
	2011	2012	2013	2014	2015	
Altamira	1293	936	247	205	257	-80,1
Anapu	5	11	19	39	0	-100,0
Brasil Novo	5	4	109	64	179	3.480,0
Pacajá	269	240	212	173	134	-50,2
Senador J. Porfírio	1	2	37	501	185	18.400,0
Vitória do Xingu	162	193	27	9	14	-91,4
Total	1.735	1.386	651	991	769	-55,7

Fonte: SINAN – Dengue online.

HEPATITES VIRAIS

A situação de registros de casos de hepatites virais nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá é de tendência decrescente dos últimos dois anos (2015 e 2014) em relação a 2011. O maior número de casos na região, em 2015, foi registrado em Altamira (15), Pacajá (cinco) e Senador José Porfírio (10), portanto, demonstrando baixa incidência. Vitória do Xingu apresentou apenas um caso e Anapu e Brasil Novo não apresentou casos em 2015, conforme mostra a **Quadro 7.4 - 42**.

Quadro 7.4 - 43 – Registro mensal de casos de Hepatites Virais, nos municípios da AID de Belo Monte e Pacajá, de 2011 a 2015

Municípios	Casos confirmados					% de variação 15/11
	2011	2012	2013	2014	2015	
Altamira	12	9	16	14	15	25,0
Anapu	0	0	2	6	0	NA
Brasil Novo	1	0	6	3	0	-100,0
Pacajá	3	6	17	12	5	66,7
Senador J. Porfírio	19	0	1	0	10	-47,4
Vitória do Xingu	1	0	1	0	1	0,0
Total	36	15	43	35	31	-13,9

Fonte: SINANNET *NA = Não se aplica.

LEISHMANIOSE TEGUMENTAR

As ações de vigilância e controle da leishmaniose têm sido executadas na rotina dos serviços de vigilância epidemiológica, a partir do monitoramento das informações.

Os casos registrados de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) em residentes dos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, em 2011 (**Quadro 7.4 - 44**), foram de 291 e, em 2015, houve registro de 395 casos, correspondendo ao aumento de 35,7% em relação a 2011.

A cultura de cacau tem sido atribuída como um dos fatores condicionantes da incidência da LTA, principalmente em Brasil Novo, com casos focalizados em Altamira (região do Assurini) e Anapu (região do surubim) e, portanto, não tendo esses casos nenhuma relação com a construção da usina, nem com a formação dos lagos da UHE Belo Monte. O 10º CRS/SESPA e os municípios, com apoio da Norte Energia, reforçaram as estratégias de controle da LTA, por intermédio da instalação dos Mosquiteiros Impregnados com Inseticidas de Longa Duração - MILDs (em áreas pontuais) e fornecimento de 20.000 *folders* educativos, distribuídos nas atividades de educação em saúde realizadas por agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias.

Quadro 7.4 - 45 - Registro mensal de casos de Leishmaniose Tegumentar, nos municípios da AID de Belo Monte e Pacajá, de 2011 a 2015

Municípios	Casos novos notificados					% de variação 15/11
	2011	2012	2013	2014	2015	
Altamira	98	104	91	90	92	-6,1
Anapu	55	52	24	33	85	54,5
Brasil Novo	41	36	25	44	80	95,1
Pacajá	71	67	45	75	95	33,8
Senador J. Porfírio	18	14	11	15	21	16,7
Vitória do Xingu	8	20	21	24	22	175,0
Total	291	293	217	281	395	35,7

Fonte: SINANNET

SÉRIE HISTÓRICA DE REGISTRO DE CASOS DE MALÁRIA

Nas **Figuras 7.4 - 150 a 7.4 - 156**, observa-se a série histórica do registro de casos de malária nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá. A região teve picos de transmissão da doença ocorridos nos anos de 2005, com mais de 20.000 casos e em 2010 e 2011, com aproximadamente 12.000 casos em cada ano⁸. De modo geral, foi evidenciado nos municípios de interesse, a partir de 2011, o declínio acentuado da curva de registro dos casos de malária, sendo que, no ano de 2015, foram registrados apenas 389 casos no Sivep_malária.

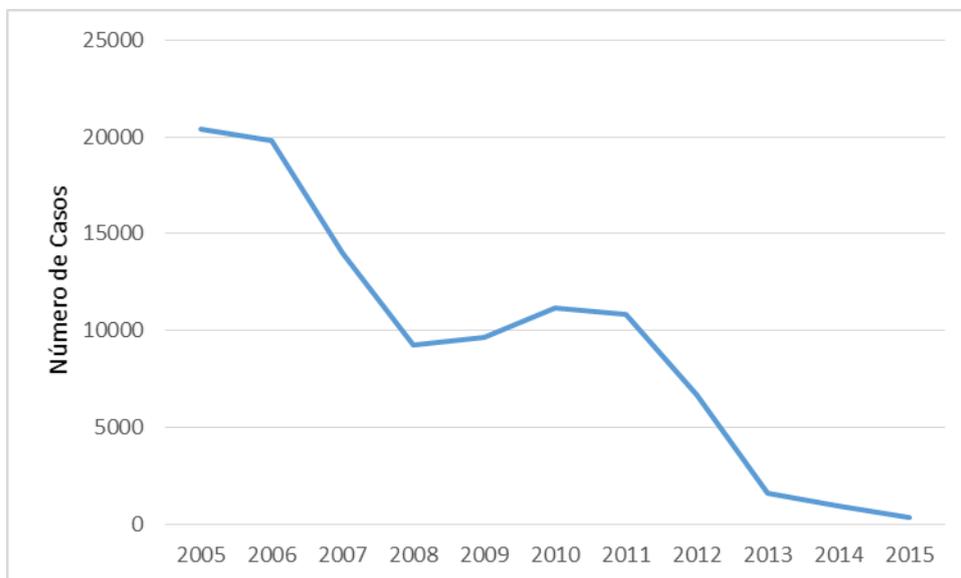


Figura 7.4 - 150 – Série histórica de casos de malária na AID da UHE Belo Monte e Pacajá, anos de 2005 a 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA

⁸ Observa-se que as obras da UHE Belo Monte tiveram início efetivo no final de junho de 2011, após a concessão da Licença de Instalação (LI) nº 795/2011 em 01/06/11.



Figura 7.4 - 151 – Série histórica de casos de malária no município de Altamira, anos de 2005 a 2015.

Fonte: SIVEP_MALARIA

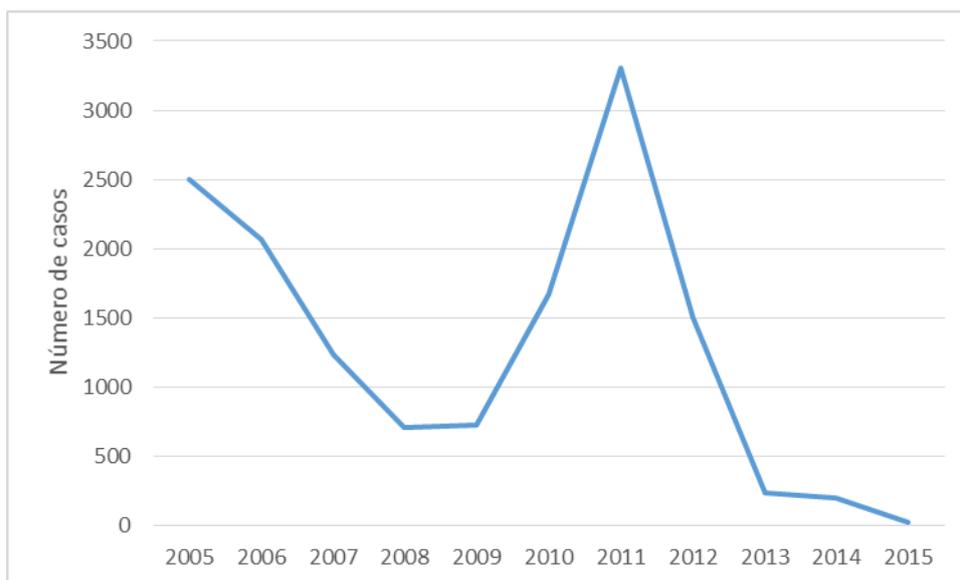


Figura 7.4 - 152 – Série histórica de casos de malária no município de Anapu, anos de 2005 a 2015.

Fonte: SIVEP_MALARIA

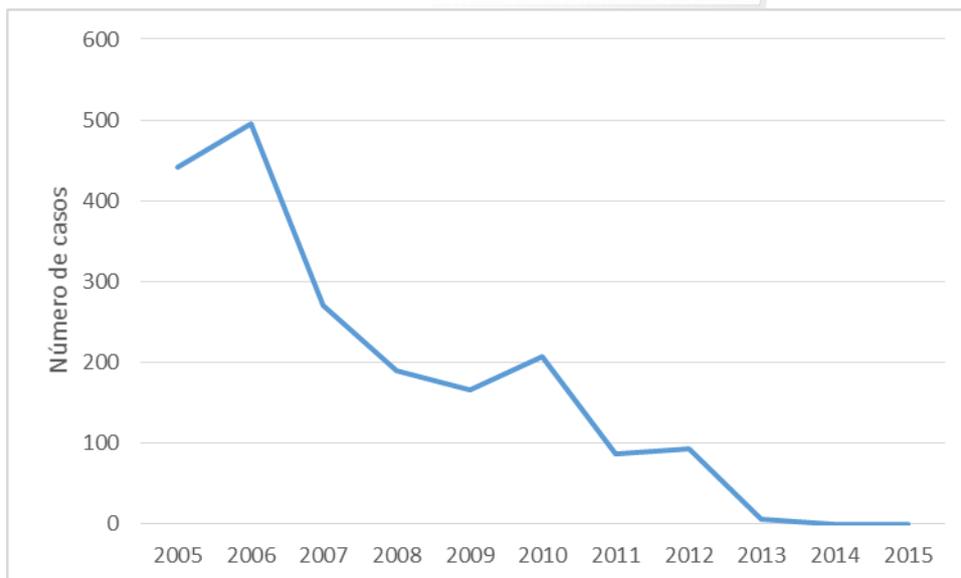


Figura 7.4 - 153 – Série histórica de casos de malária no município de Brasil Novo, anos de 2005 a 2015.

Fonte: SIVEP_MALARIA

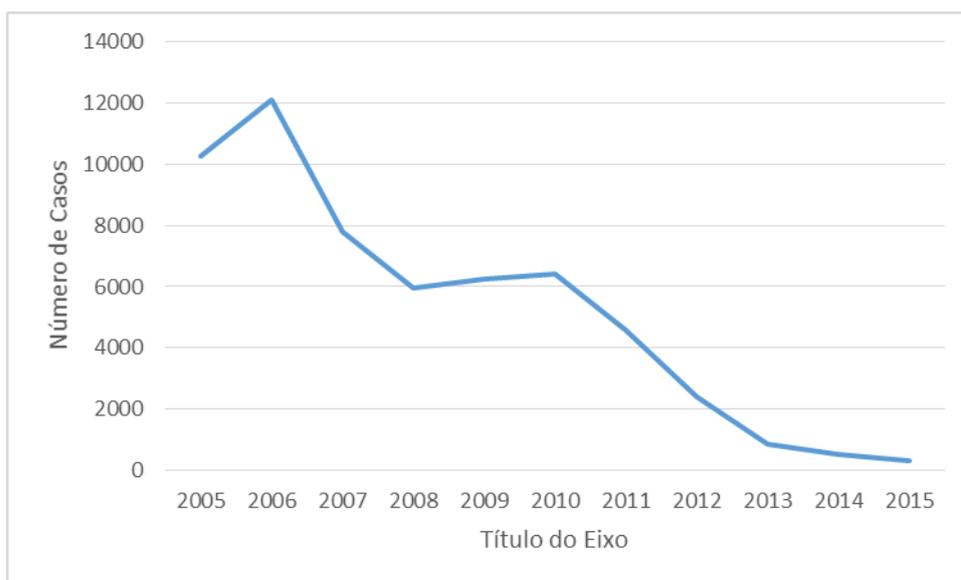


Figura 7.4 - 154 – Série histórica de casos de malária no município de Pacajá, anos de 2005 a 2015.

Fonte: SIVEP_MALARIA

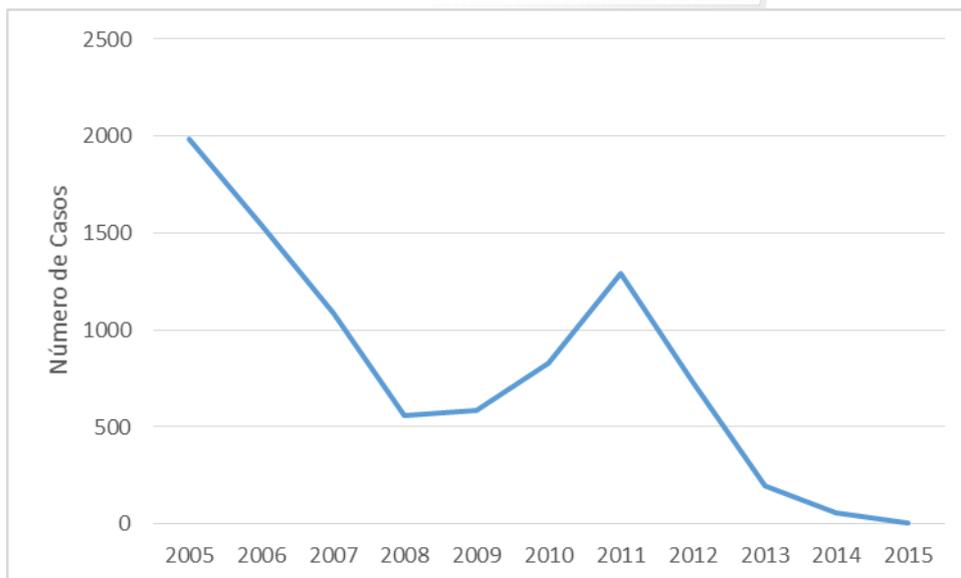


Figura 7.4 - 155 – Série histórica de casos de malária no município de Senador José Porfírio, anos de 2005 a 2015.

Fonte: SIVEP_MALARIA

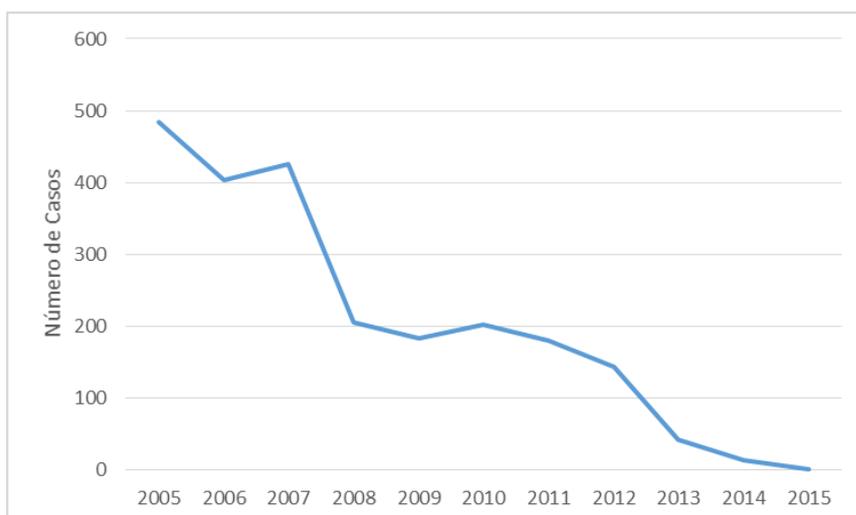


Figura 7.4 - 156 – Série histórica de casos de malária no município de Vitória do Xingú, anos de 2005 a 2015.

Fonte: SIVEP_MALARIA

NÚMERO DE CASOS DE MALÁRIA E PERCENTUAL DE VARIAÇÃO

A região de inserção da UHE Belo Monte registrou redução significativa de casos de malária no comparativo dos anos de 2011 a 2015, apresentado na **Quadro 7.4 - 46**. A variação anual na AID da UHE Belo Monte apresentou redução em 98,8% no comparativo de 2015 com 2011.

Houve redução de casos em todos os municípios da AID da UHE Belo Monte em 2015, em relação aos demais anos do período analisado. Pacajá é o município com maior número de casos em 2015 (314). Os municípios de Altamira (40), Anapu (28),

Brasil Novo (zero), Senador José Porfírio (seis) e Vitória do Xingu (um), estão se consolidando na fase de pré-eliminação da transmissão de malária.

Quadro 7.4 - 46 – Registro de casos de malária e variação anual nos municípios da Área de Influência Direta (AID) de Belo Monte e Pacajá, Pará. 2011 a 2015.

Municípios	Casos Positivos					% de Variação 15/11
	2011	2012	2013	2014	2015	
Altamira	1.403	1.831	305	128	40	-97,1
Anapu	3.310	1.506	236	200	28	-99,2
Brasil Novo	87	93	6	0	0	-100,0
Senador José Porfírio	1.295	732	195	60	6	-99,5
Vitoria do Xingu	180	143	43	14	1	-99,4
Sub Total AID	6.275	4.305	785	402	75	-98,8
Pacajá	4.563	2.397	839	504	314	-93,1
TOTAL	10.838	6.702	1.624	906	389	-96,4

Fonte: SIVEP_MALARIA

SÉRIE MENSAL DE REGISTRO DE CASOS DE MALÁRIA

Nas **Figuras 7.4 - 157 a 7.4 - 164** estão a série mensal de casos de malária, no período de 2011 a 2015, nos municípios da AID e Pacajá, bem como na área indígena. Nessa série de figuras, se pode constatar a forte tendência de redução de casos. A partir de 2013, com ênfase em 2015, o registro de casos se aproxima do ponto zero eixo, se caracterizando como fase de pré-eliminação.

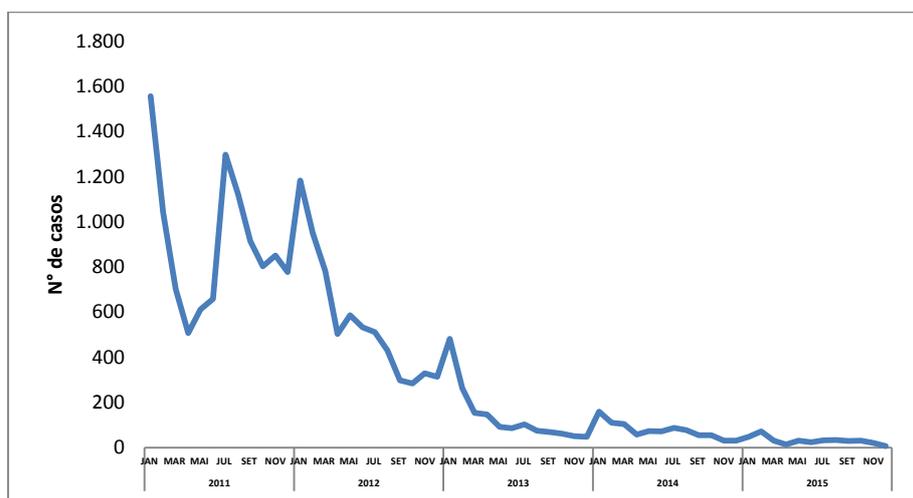


Figura 7.4 - 157 – Registro mensal de casos de malária, na AID da UHE Belo Monte e Pacajá, janeiro de 2011 a dezembro de 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA

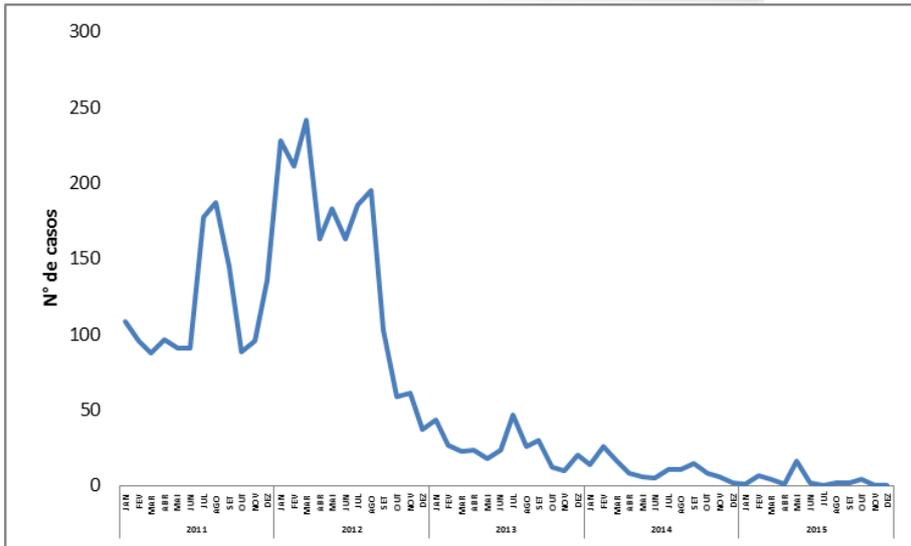


Figura 7.4 - 158 – Registro mensal de casos de malária, no município de Altamira, janeiro de 2011 a dezembro de 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA

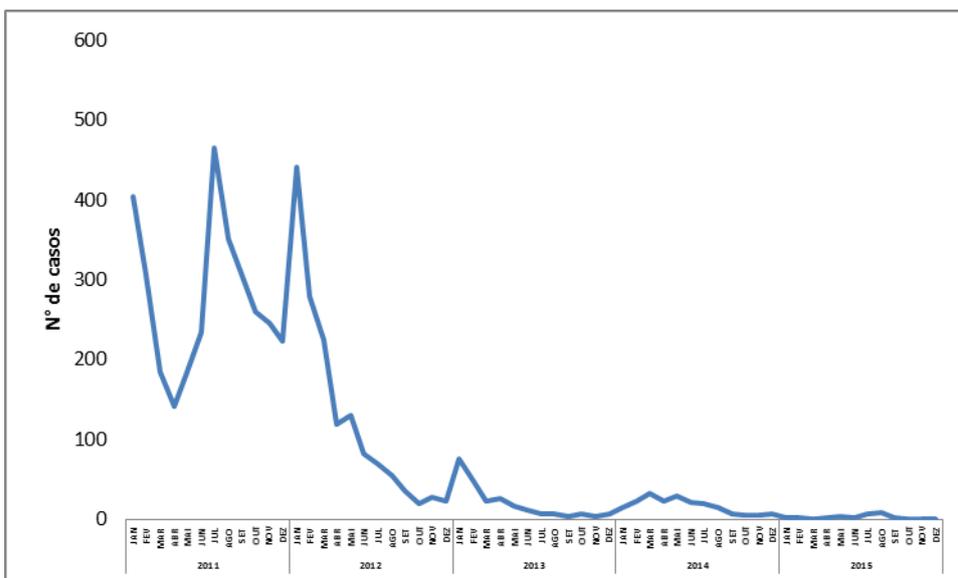


Figura 7.4 - 159 – Registro mensal de casos de malária, no município de Anapu, janeiro de 2011 a dezembro 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA

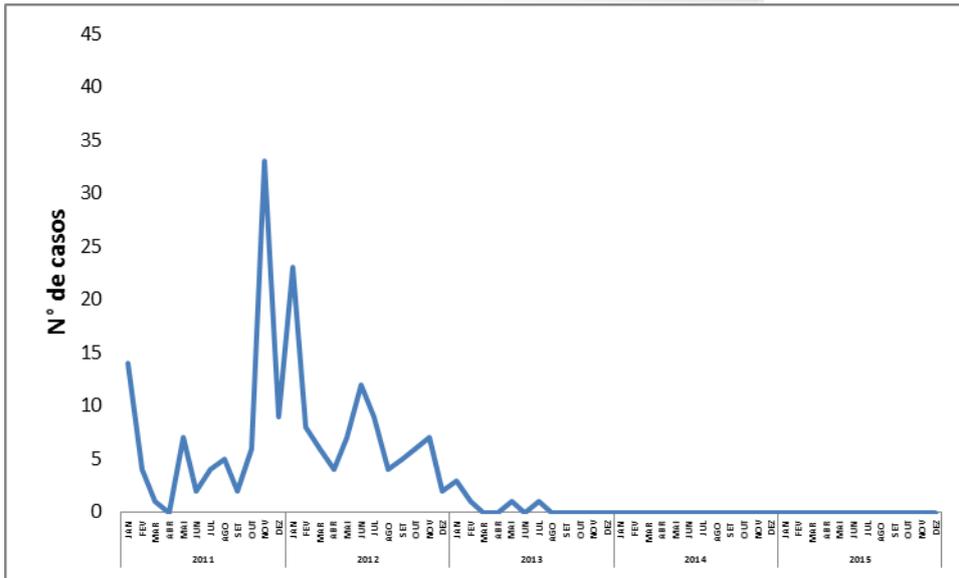


Figura 7.4 - 160 – Registro mensal de casos de malária no município de Brasil Novo, janeiro de 2011 a dezembro 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA

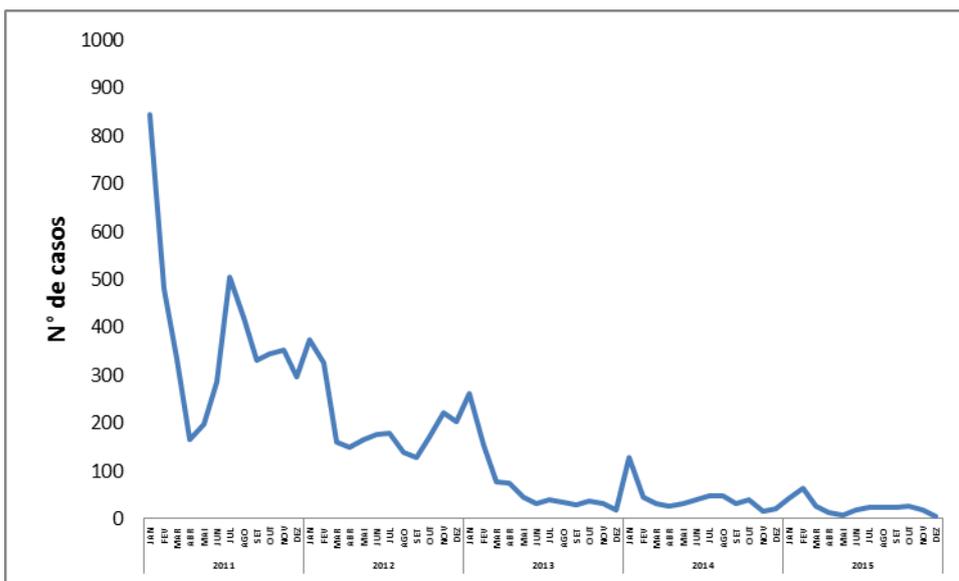


Figura 7.4 - 161 – Registro mensal de casos de malária, no município de Pacajá, janeiro de 2011 a dezembro de 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA

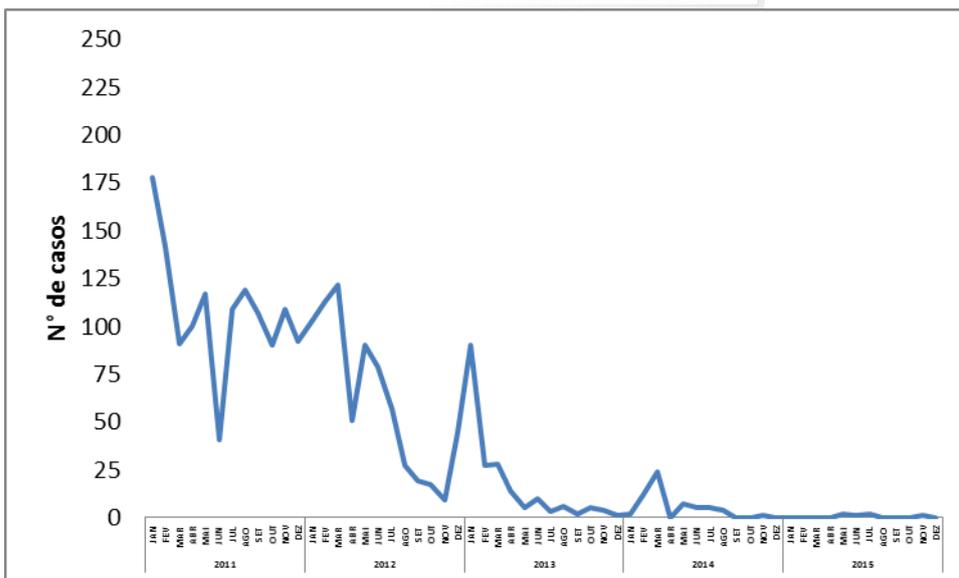


Figura 7.4 - 162 – Registro mensal de casos de malária, no município de Senador José Porfírio, janeiro de 2011 a dezembro de 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA

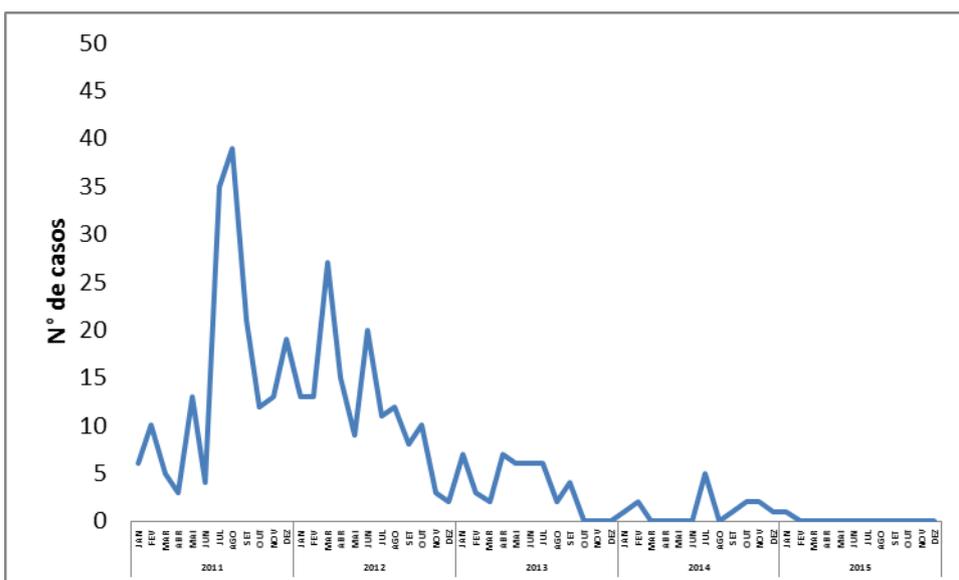


Figura 7.4 - 163 – Registro mensal de casos de malária, no município de Vitória do Xingu, janeiro de 2011 a dezembro de 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA

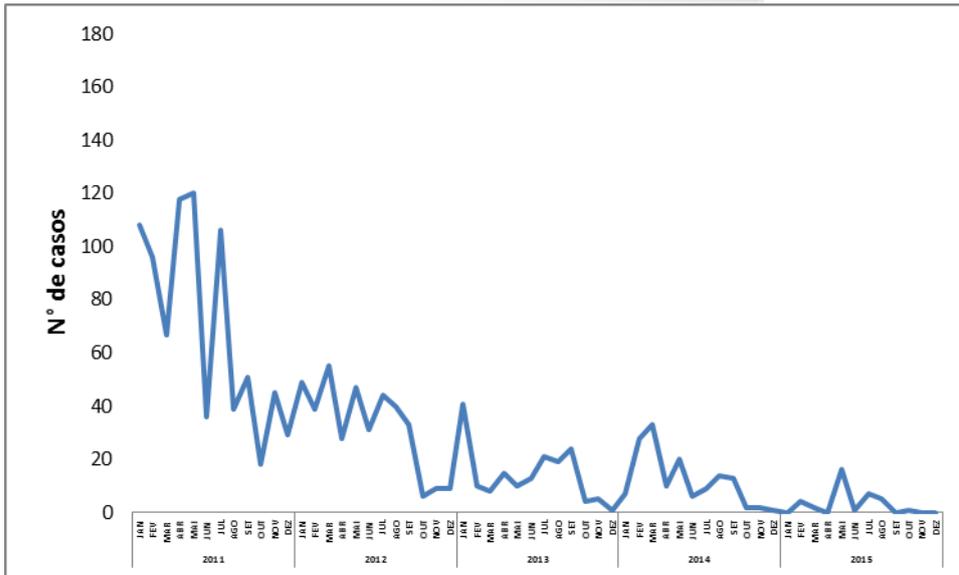


Figura 7.4 - 164 – Registro mensal de casos de malária, no aglomerado indígena do DSEI – Altamira, janeiro de 2011 a dezembro de 2015

Fonte: SIVEP_MALARIA (Dados do resumo mensal por local de infecção em áreas especiais do aglomerado indígena)

NÚMERO DE CASOS ANUAL DE MALÁRIA ANUAL POR ESPÉCIE PARASITÁRIA

Na **Figura 7.4 - 165** observa-se que não há mais casos de malária por *P. falciparum*, a partir de 2015, em todos os municípios, inclusive no âmbito do DSEI-Altamira. Em 2014 foram registrados 30 (trinta) casos, contra 176 casos em 2013, 333 em 2012 e 784 em 2011.

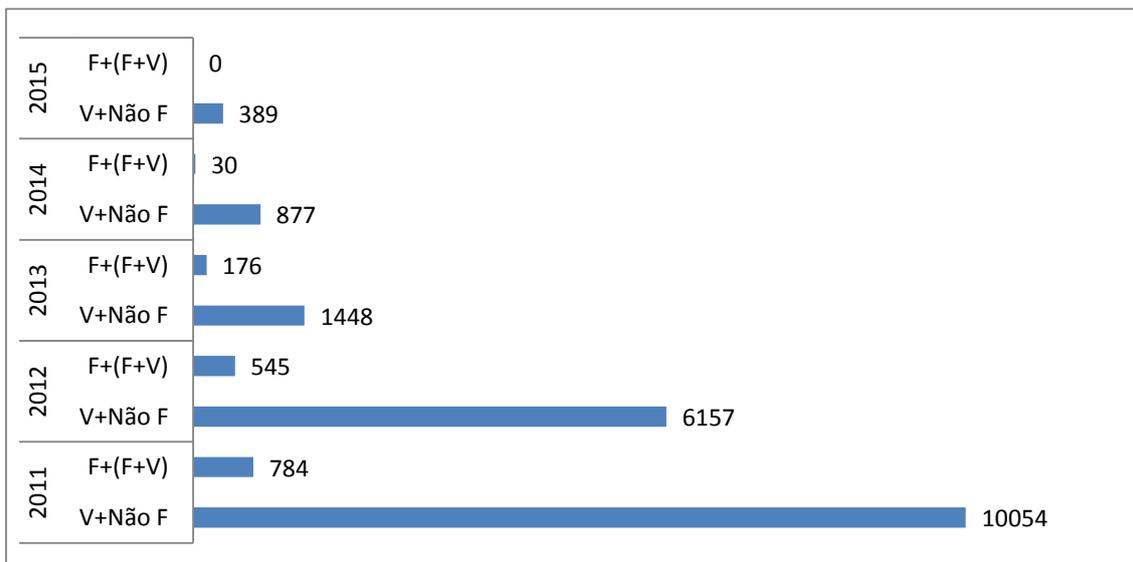


Figura 7.4 - 165 – Registro de casos de malária por espécie parasitária, na AID da UHE Belo Monte e Pacajá, anos de 2011 a 2015

Considerações Gerais

A grande maioria dos casos de HIV/AIDS ocorridos em 2015 está concentrada em Altamira, que passou de 11 casos em 2011 para 21 casos em 2015. Os demais municípios tiveram oito casos em 2015. Em Vitória do Xingu passou de 1 para 5, o que pode ter sido uma casualidade, porque nos anos de 2012 a 2014 os números foram, respectivamente, zero, dois e zero casos. Já Pacajá manteve dois casos em 2011 e 2015, e Anapu e Brasil Novo manteve, respectivamente, um e zero registro nesse mesmo período. Finalmente, Senador José Porfírio reduziu de um para zero registro.

Quanto aos registros de dengue na região da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, observa-se que houve redução dos casos confirmados de dengue, quando comparados com todos os anos da série histórica apresentada. De 2011, início da implantação do empreendimento, até 2015 houve redução de 55,7%. Brasil Novo e Senador José Porfírio são os únicos municípios que aumentaram o registro de casos de dengue no período de 2011 a 2015.

A situação de registros de casos de hepatites virais nos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá é de tendência decrescente dos últimos dois anos (2015 e 2014) em relação a 2011. O maior número de casos na região, em 2015, foi registrado em Altamira (15), Pacajá (cinco) e Senador José Porfírio (10), portanto, demonstrando baixa incidência. Vitória do Xingu apresentou apenas um caso e Anapu e Brasil Novo não apresentou casos em 2015.

Já os casos registrados de Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA) em residentes dos municípios da AID da UHE Belo Monte e Pacajá, em 2011 (**Quadro 7.4 - 47**), foram de 291 e, em 2015, houve registro de 395 casos, correspondendo ao aumento de 35,7% em relação a 2011.

Por fim, a **variação anual de malária AID da UHE Belo Monte** apresentou redução em 98,8% no comparativo de 2015 com 2011. Houve redução de casos em todos os municípios da AID da UHE Belo Monte em 2015, em relação aos demais anos do período analisado..

5.2. Indicador “13. Taxa de mortalidade infantil”

A Taxa de Mortalidade Infantil é um dos indicadores mais sensíveis para avaliar a qualidade da atenção à saúde. No Quadro 7.4 - 48 observa-se uma variação nos anos em análise na maioria dos municípios, em especial em 2012. Em 2013 o município de Placas registrou a menor Taxa de Mortalidade Infantil, com zero caso. Nesse caso, não há como saber, por enquanto, se isso se deve a problemas de registro. A maior taxa foi registrada em Gurupá, com 66,7, que correspondeu a 3 óbitos de menores de 1 ano para cada 45 nascidos vivos.

Em 2014 a maior Taxa de Mortalidade Infantil foi em Senador José Porfírio (44,6), que correspondeu a 12 óbitos de menores de 1 ano para 269 nascidos vivos, e a menor foi em Medicilândia (6,9). Para o restante dos municípios da AID da UHE Belo Monte, o comportamento foi o seguinte: em Altamira 20,6; em Anapu 28,5; em Brasil Novo 10,4; e em Vitória do Xingu 27,3.

Quadro 7.4 - 48 – Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), nos municípios da AID e AI da UHE Belo Monte, anos 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014		
	TMI	TMI	TMI	TMI	óbito < 1 ano	Nascidos Vivos	TMI
Altamira	26,1	24,6	7,1	21,1	56	2.716	20,6
Anapu	33,2	21,2	5,6	20,7	15	526	28,5
Brasil Novo	49,5	7,7	7,2	11,1	3	288	10,4
Gurupá	13,6	3,6	4,7	66,7	SI	SI	-
Medicilândia	10,2	16,8	2,2	6,3	3	433	6,9
Pacajá	35,2	15,2	1,5	11,1	5	543	9,2
Placas	16,3	23,3	24,4	0,0	SI	SI	-
Porto de Moz	15,0	18,2	3,1	15,2	11	662	16,6
Senador José Porfírio	15,3	34,7	6,2	13,9	12	269	44,6
Uruará	23,3	17,7	4,7	16,5	11	789	13,9
Vitória do Xingu	10,9	35,6	4,4	25,2	7	256	27,3

Fonte: SIM e SINASC/10ºCRS/SESPA - Nos municípios do 10º CRS

1. Coletado: 20.05.2013 para 2010, 2011 e 2012, 04.06.2014 para 2013 e 25.05.2015 para 2014.

2. <http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

3. Dados de Placas e Gurupá ainda não estão disponíveis para o ano de 2014.

5.3. Indicador “14. Mortalidade por doença diarreica aguda em menores de cinco anos de idade”

A Taxa de Mortalidade por Doença Diarreica Aguda (DDA), da mesma forma que a Taxa de Mortalidade Infantil, apresenta variação significativa entre 2010 e 2013, notadamente no ano de 2012 em relação a 2010 e 2011. Em 2013 não foi possível calcular o Coeficiente de Mortalidade em Menor de 5 anos por DDA, pois o DATASUS ainda não disponibilizou a população estimada de menores de 5 anos.

Assim, pelo Quadro 7.4 - 49 verifica-se que o único município onde houve registro nos 5 anos analisados foi Altamira (em 2014 houve 3 óbitos entre menores até 5 anos),

sendo que em Uruará houve registro apenas em 2010 (38,5), em Pacajá houve registro em 2010 (38,5) e 2014 (2) e em Senador José Porfírio em 2014 (3). Nos demais municípios não houve nenhum registro de 2010 a 2014. Trata-se, portanto, de indicador que somente pode ser avaliado satisfatoriamente quando os dados se mostrarem mais consistentes.

Quadro 7.4 - 49 – Mortalidade por Doenças Diarreica Aguda (DDA) em < 5 anos, nos municípios da AID e AII da UHE Belo Monte, anos 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014		
	TM - DDA	TM - DDA	TM - DDA	óbito DDA < 5 anos	óbito DDA < 5 anos	Pop. < 5 anos ⁴	Taxa de mortalidade por DDA < 5 anos/10 0.000
Altamira	46,9	16,1	108,7	3	3	10.111	29,7
Anapu	0,0	0,0	0,0	0	0	2.730	0,0
Brasil Novo	0,0	0,0	0,0	0	0	1.644	0,0
Gurupá	0,0	0,0	0,0	0	SI		SI
Medicilândia	0,0	0,0	0,0	0	0	2.664	0,0
Pacajá	38,5	0,0	0,0	0	2	4.256	47,0
Placas	0,0	0,0	0,0	0	SI		SI
Porto de Moz	0,0	0,0	0,0	0	1	4.480	22,3
Senador José Porfírio	0,0	0,0	0,0	0	3	1.607	186,7
Uruará	333,3	0,0	0,0	0	0	4.669	0,0
Vitória do Xingu	0,0	0,0	0,0	0	0	1.259	0,0

Fonte: SIM/10ºCRS/SESPA - Nos municípios do 10º CRS

1. Coletado: 20.05.2013 para 2010, 2011 e 2012, 04.06.2014 para 2013 e 25.05.2015 para 2014.

2. <http://www.saude.pa.gov.br/index.php/tabnet-sespa>.

3. Dados de Placas e Gurupá ainda não estão disponíveis para o ano de 2014

4. Fonte: Datasus - CGPNI/DEVEP/SVS-MS

5. Em 2013 não foi possível calcular o Coeficiente de Mortalidade em Menor de 5 anos por DDA, pois o DATASUS ainda não disponibilizou a população estimada de menores de 5 anos.

5.4. Indicador “15. Percentual de cobertura do PSF em relação à população total”

A cobertura de Equipes de Saúde da Família da AID e AII nos 5 anos analisados está abaixo de 50% nos municípios de Gurupá, Pacajá, Placas e Porto de Moz.

Altamira passou essa marca em 2014 (64,1%), devido à implantação de 19 PSF. De 2010 a 2013 a cobertura ficou abaixo de 50%, embora tenha crescido ano a ano nesse período. Em Medicilândia, a porcentagem de cobertura foi superior a 50% em 2013 (61,1%) e em 2014 (73,3%), e abaixo disso de 2010 (29,1%) a 2012 (49,7%). Já em Uruará a cobertura do PSF foi acima de 50% em 2010 (71,7%), depois de 2011 a 2012 ficou abaixo e, em 2014, foi acima, com 69,4%. Em Senador José Porfírio apenas em 2010 a cobertura foi de 30,5% e, a partir daí até 2014, a cobertura foi de 100,0%.

Anapu, Brasil Novo e Vitória do Xingu apresentaram altos índices em todos os anos. Em 2014 esses municípios tiveram 77,6%, 96,1%, e 75,3% de cobertura, respectivamente (Quadro 7.4 - 50).

Quadro 7.4 - 50 – Percentual de Cobertura de PSF em relação à população Total, nos municípios da AID e All da UHE Belo Monte, anos de 2010, 2011, 2012 e 2014

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	
	% de cobertura	% de cobertura	% de cobertura	% de cobertura	PSF Implantados	% de cobertura
Altamira	41,9	41,8	48,0	47,2	19	64,1
Anapu	67,6	67,2	64,5	77,6	5	77,6
Brasil Novo	87,3	100,0	100,0	96,0	5	96,1
Gurupá	27,1	35,6	35,1	34,5	3	34,5
Medicilândia	29,1	37,9	49,7	61,1	6	73,3
Pacajá	32,9	34,5	33,8	33,1	6	49,7
Placas	0,0	0,0	13,9	13,5	1	13,5
Porto de Moz	49,1	30,5	39,7	38,8	5	48,5
Senador José Porfírio	30,5	100,0	100,0	100,0	4	100,0
Uruará	71,7	30,8	38,5	30,8	9	69,4
Vitória do Xingu	100,0	77,1	76,1	75,1	3	75,3

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE.

1. Coletado: 20.05.2013 para 2010, 2011 e 2012, 04.06.2014 para 2013 e 04.02.2015 para 2014.

2. http://dab.saude.gov.br/dab/historico_cobertura_sf/historico_cobertura_sf_relatorio.php.

5.5. Indicador “16. Número de médicos por 1.000 habitantes”

A Portaria Nº 2.488/2011, do Ministério da Saúde, estabelece que uma equipe de PSF, que conta com a presença de um médico, deverá atender no máximo 4.000 habitantes. Baseado nessa informação chega-se ao parâmetro de 0,25 médicos para cada 1.000 habitantes.

Por meio do Quadro 7.4 - 51 observa-se que Altamira teve as maiores relações dos 11 municípios da All analisados de 2010 a 2014, fechando esse último ano com 1,1 médicos por 1.000 habitantes, significativamente acima do parâmetro do Ministério da Saúde. Além de Altamira, em 2014 nota-se que vários municípios estão acima do parâmetro, como Vitória do Xingu com 0,6, Brasil Novo (0,5), Uruará (0,4) e Medicilândia (0,3). Anapu, Pacajá, Porto de Moz e Senador José Porfírio ficaram um pouco abaixo, cada um com 0,2 médicos por 1.000 habitantes. Já o município com a menor relação foi Placas, com 0,07 médicos por 1.000 habitantes.

Quadro 7.4 - 51 – Nº de médico por 1.000 habitantes, nos municípios da AID e AII da UHE Belo Monte, anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014

Municípios	Nº de médico por 1.000 habitantes				
	2010	2011	2012	2013	2014
Altamira	0,7	0,6	1,8	0,9	1,1
Anapu	0,2	0,2	0,8	0,2	0,2
Brasil Novo	0,1	0,4	1,2	0,5	0,5
Gurupá	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1
Medicilândia	0,1	0,1	0,7	0,2	0,3
Pacajá	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Placas	0,1	0,1	0,3	0,04	0,07
Porto de Moz	0,1	0,1	0,4	0,1	0,2
Senador José Porfírio	0,3	0,4	0,6	0,2	0,2
Uruará	0,1	0,1	0,5	0,2	0,4
Vitória do Xingu	0,1	0,1	0,7	0,6	0,6

Fonte: CNES.

1. Coletado: 20.05.2013 para 2010, 2011 e 2012, 04.06.2014 para 2013 e 04.02.2015 para 2014.

2. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?cnes/cnv/prid02pa.def>

6. Dimensão: Habitação

6.1. Indicador “17. Evolução do número de novas construções e de loteamentos”

a) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Altamira

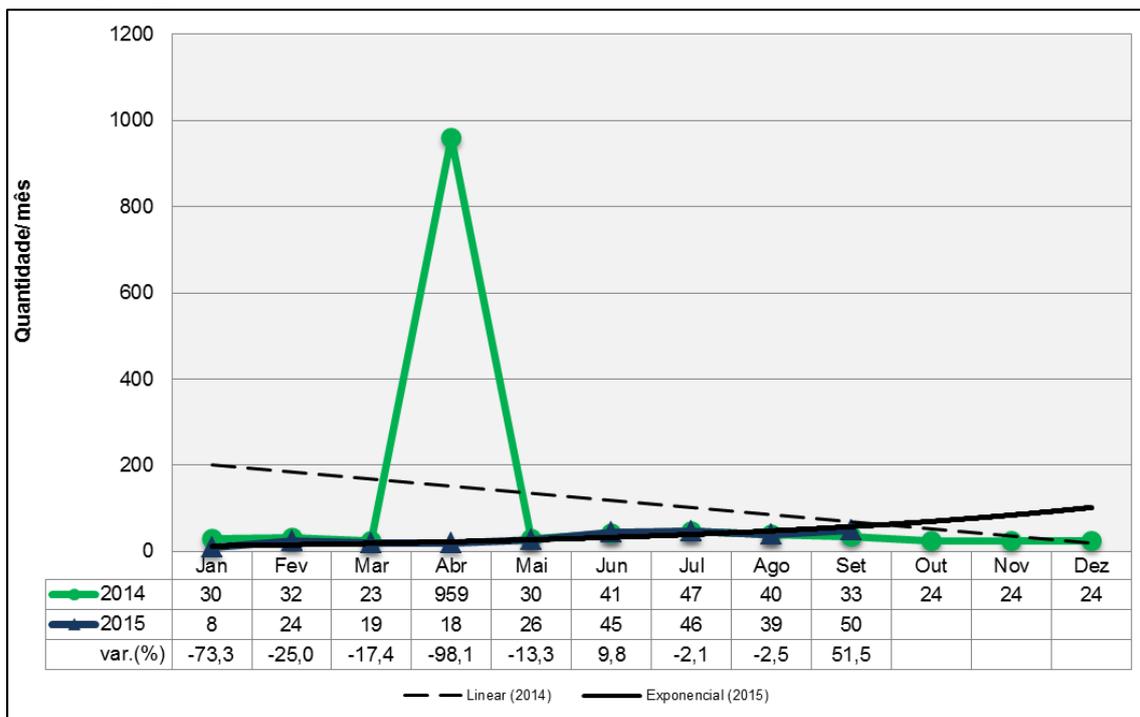


Figura 7.4- 166 - Quantidade de alvarás de construção, em Altamira, de janeiro de 2014 a setembro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

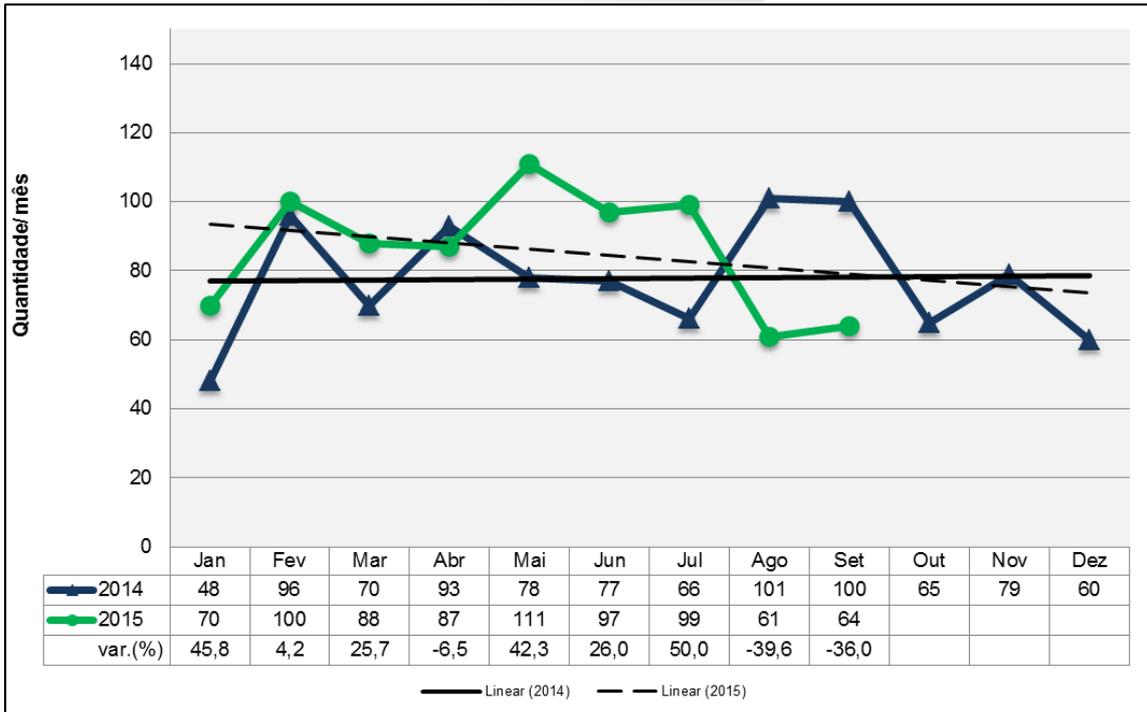


Figura 7.4- 167 - Quantidade de alvarás de funcionamento, em Altamira, de janeiro de 2014 a setembro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

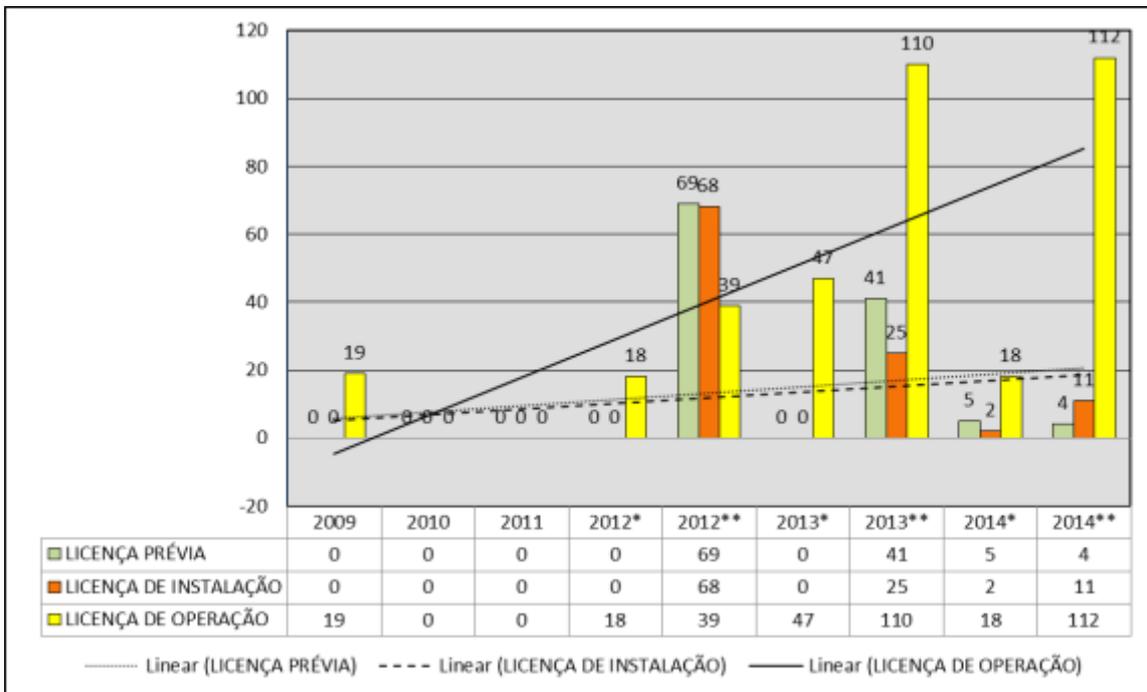


Figura 7.4- 168 – Quantidade de licenças prévia, de instalação e de operação, em Altamira, de 2009 a 2014

Fonte: Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Altamira/ Elaboração Norte Energia.

2013* - Dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

2013** - Dados fornecidos pela SEMAT.

Quadro 7.4 - 52 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, por tipo de órgão, em Altamira, de janeiro a outubro de 2015

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMÁS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0			1
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0			2
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	2	0	2	0	0	3	1	1	3	1			13
SEMAT	LICENÇA PRÉVIA	2	1	0	3	1	1	0	1	0	1			10
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	1	4	1	4	0	0	0	0	0	0			10
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	9	7	11	11	28	17	5	12	10	7			117
TOTAL		14	12	14	19	29	21	6	14	15	9			153

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMÁS)/Unidade Regional do Xingu/UNRE, Secretaria Municipal da Gestão do Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Altamira Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados da SEMÁS de licença de instalação de fevereiro e abril e licença de operação de fevereiro e março tiveram os dados ajustados.

b) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Anapu

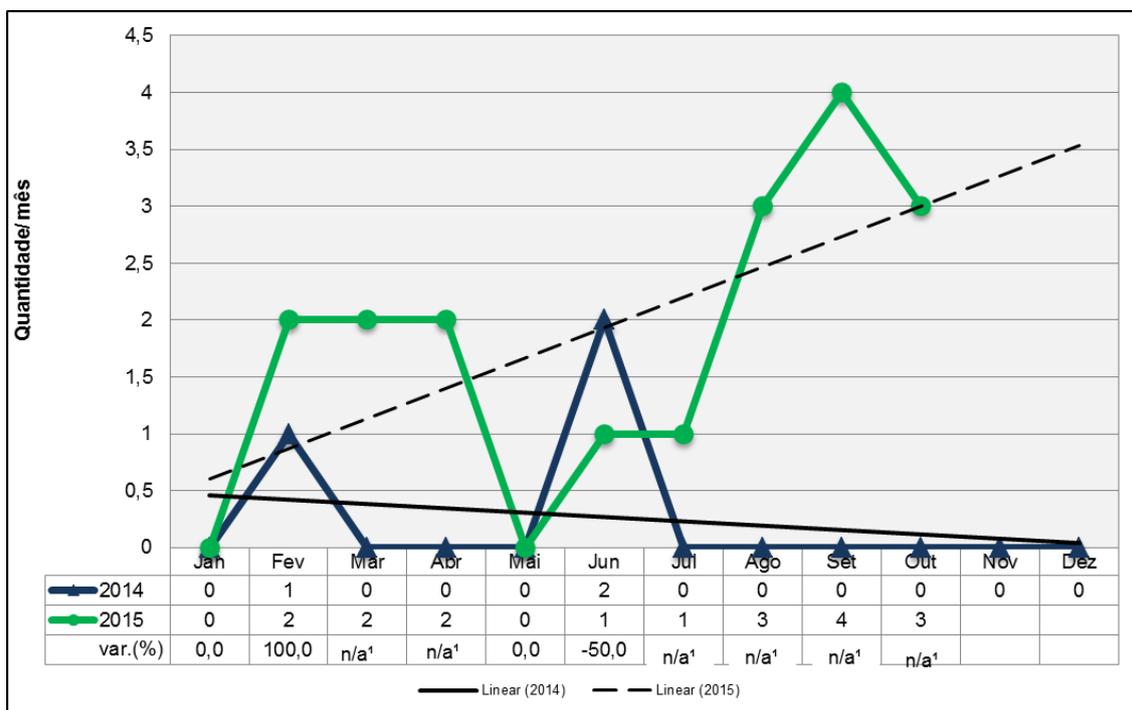


Figura 7.4-169 – Quantidade de alvarás de construção, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

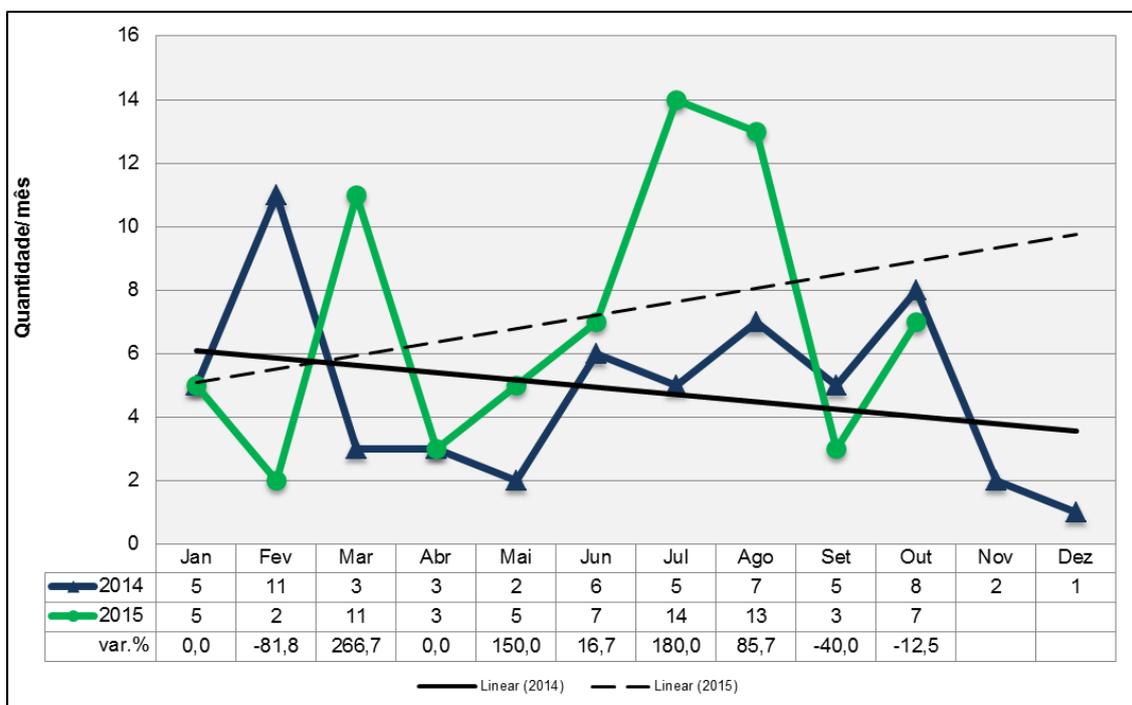


Figura 7.4-170 – Quantidade de alvarás de funcionamento, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

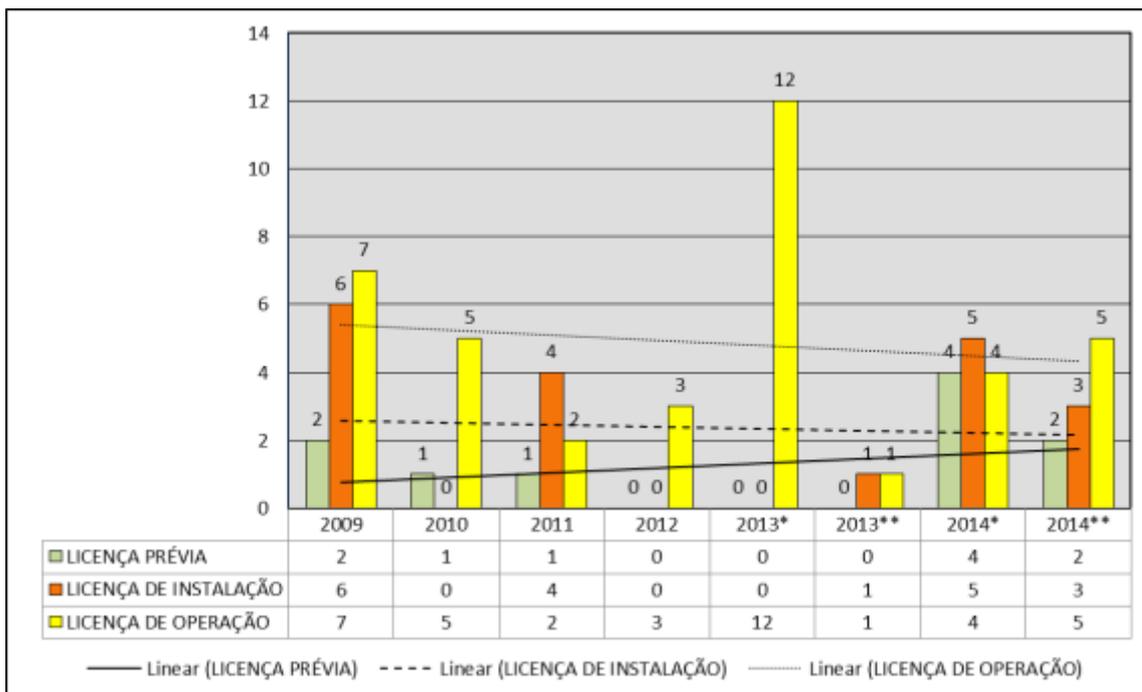


Figura 7.4 - 171 – Quantidade de licenças prévia, de instalação e de operação, em Anapu, de 2009 a 2014

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMMAT) de Anapu/ Elaboração Norte Energia.

2013* - Dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

2013** - Dados fornecidos pela SEMMAT.

Quadro 7.4 - 53 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, em Anapu, de janeiro a outubro de 2015

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMAS	LICENÇA PRÉVIA	0	2	0	0	0	2	0	0	0	0			4
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	1	1	0	0	0	2	0	0	0	0			4
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0			2
SEMMAT	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0			1
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1			3
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	0	0	0	0	1	3	0	2	0	0			6
TOTAL		2	3	0	0	2	8	0	4	0	1			20

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMMAT) de Anapu / Elaboração Norte Energia.

1. receberam processos de licenciamento em andamento da unidade regionalizada Xingu/ UNRE-5/Altamira da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), do Pará.

c) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Brasil Novo

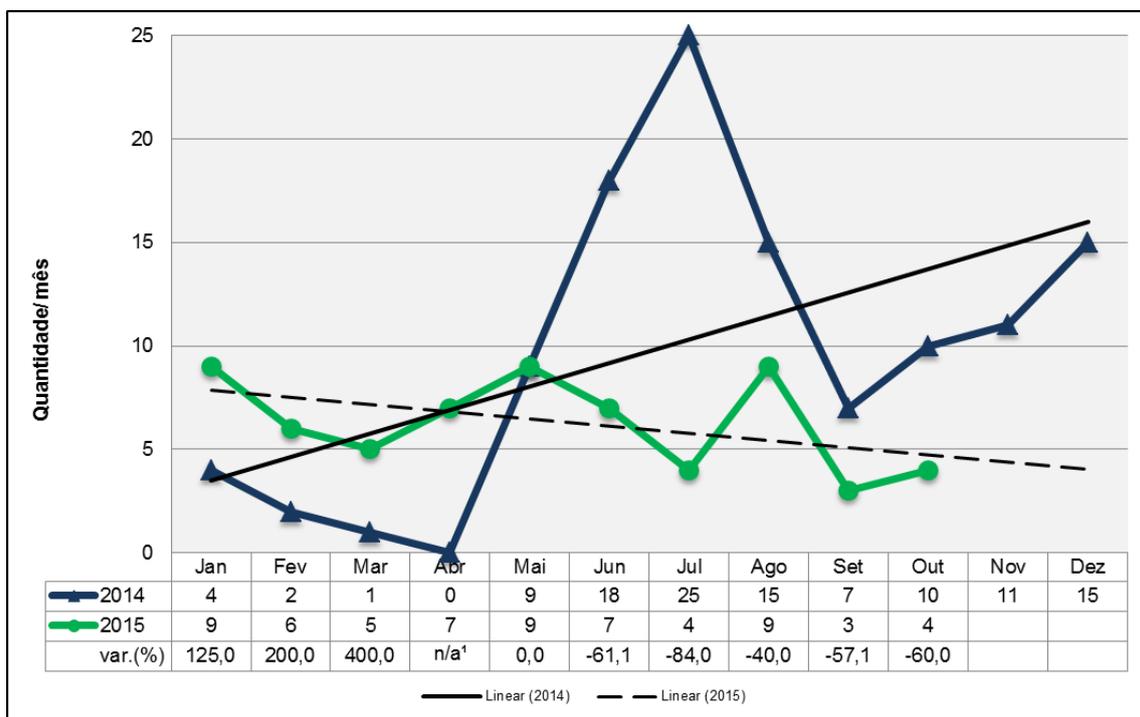


Figura 7.4- 172 – Quantidade de alvarás de construção, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.
1.n/a: não se aplica.

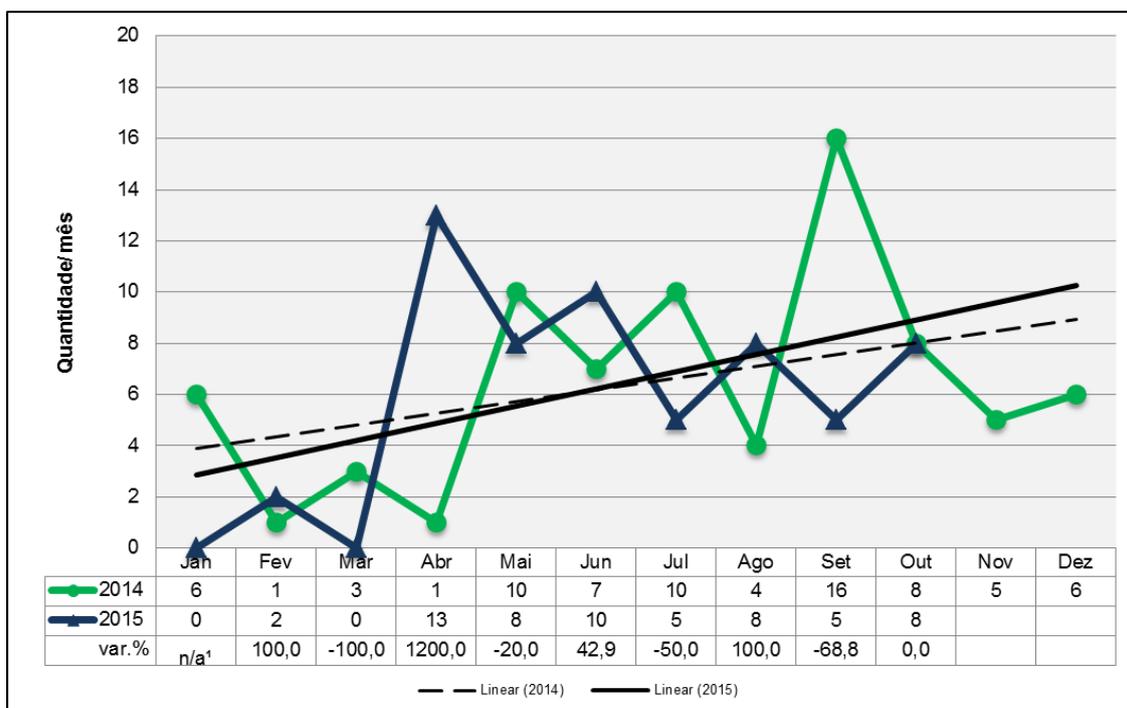


Figura 7.4- 173 – Quantidade de alvarás de funcionamento, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Brasil Novo/ Elaboração Norte Energia.

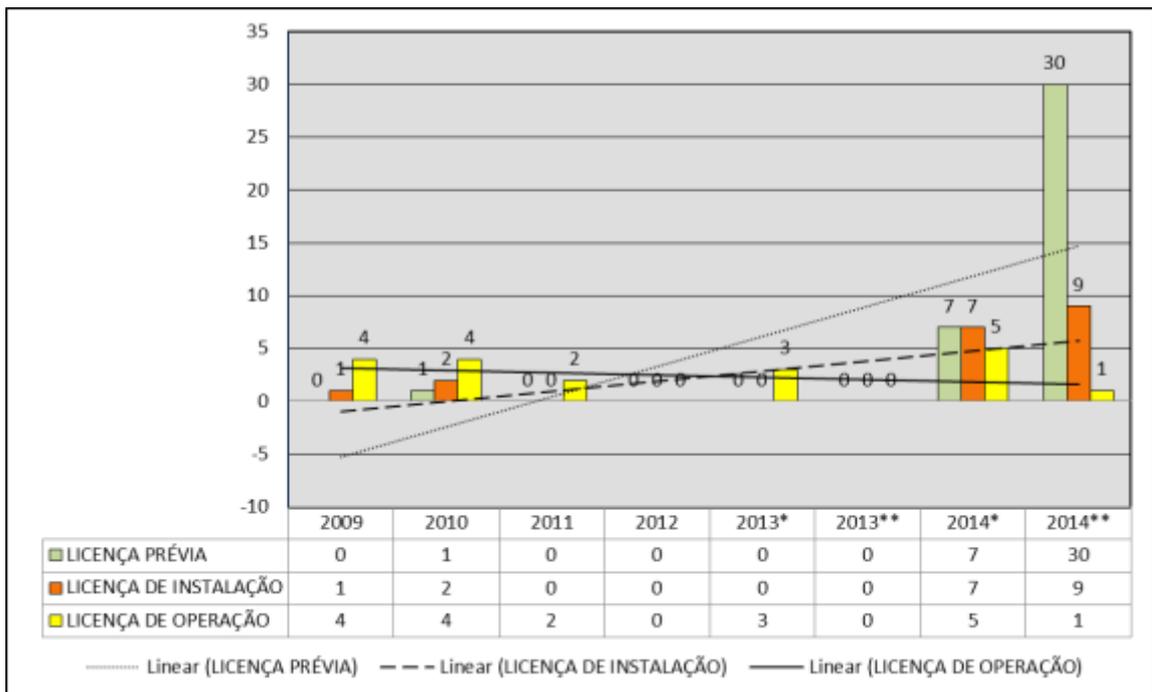


Figura 7.4- 174 – Quantidade de licenças prévia, de instalação e de operação, em Brasil Novo, de 2009 a 2013

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) / Elaboração Norte Energia.

2013* - Dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

2013** - Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Brasil Novo.

Quadro 7.4 - 54 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, em Brasil Novo, de janeiro a outubro de 2015

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMÁS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0			1
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0			1
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1			4
SEMMA	LICENÇA PRÉVIA ¹	0	1	0	1	2	0	1	6	17	4			32
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO ¹	0	1	0	1	1	0	0	3	0	7			13
	LICENÇA DE OPERAÇÃO ¹	0	0	0	4	1	0	0	0	0	5			10
TOTAL		0	3	1	6	4	2	1	9	18	17			61

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMÁS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Brasil Novo / Elaboração Norte Energia.

1. s/i: corresponde a sem informação.

Nota: os dados da SEMÁS de licença de operação de fevereiro teve o dado ajustado.

d) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Senador José Porfírio

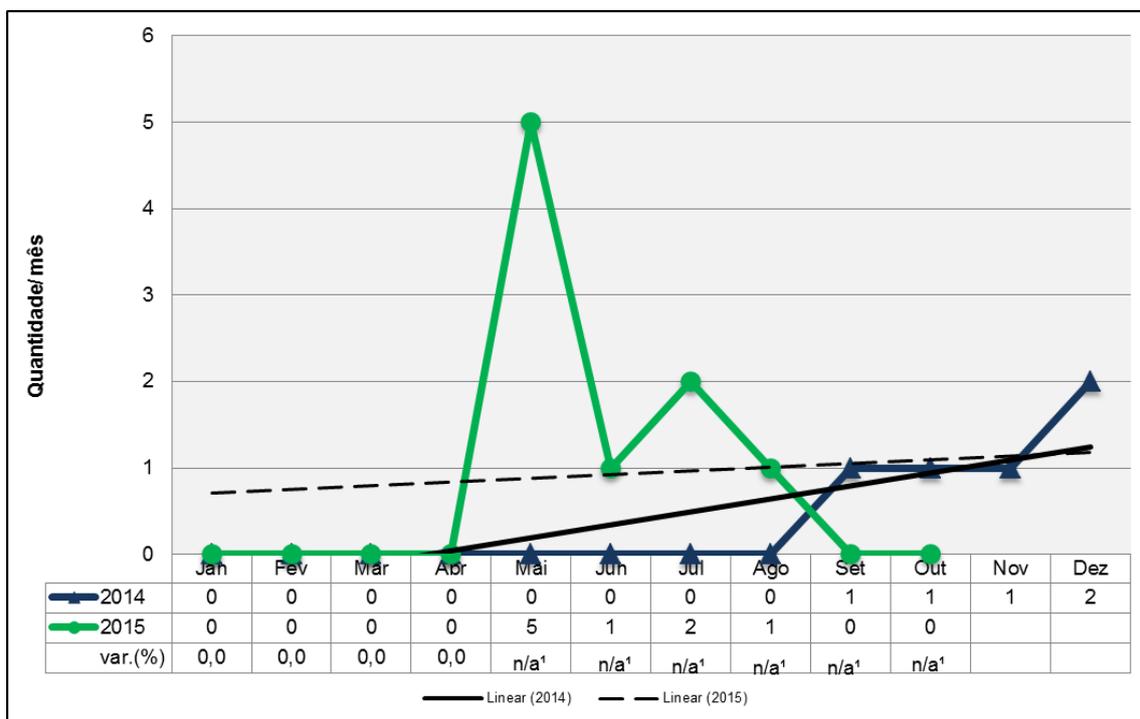


Figura 7.4- 175 – Quantidade de alvarás de construção, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

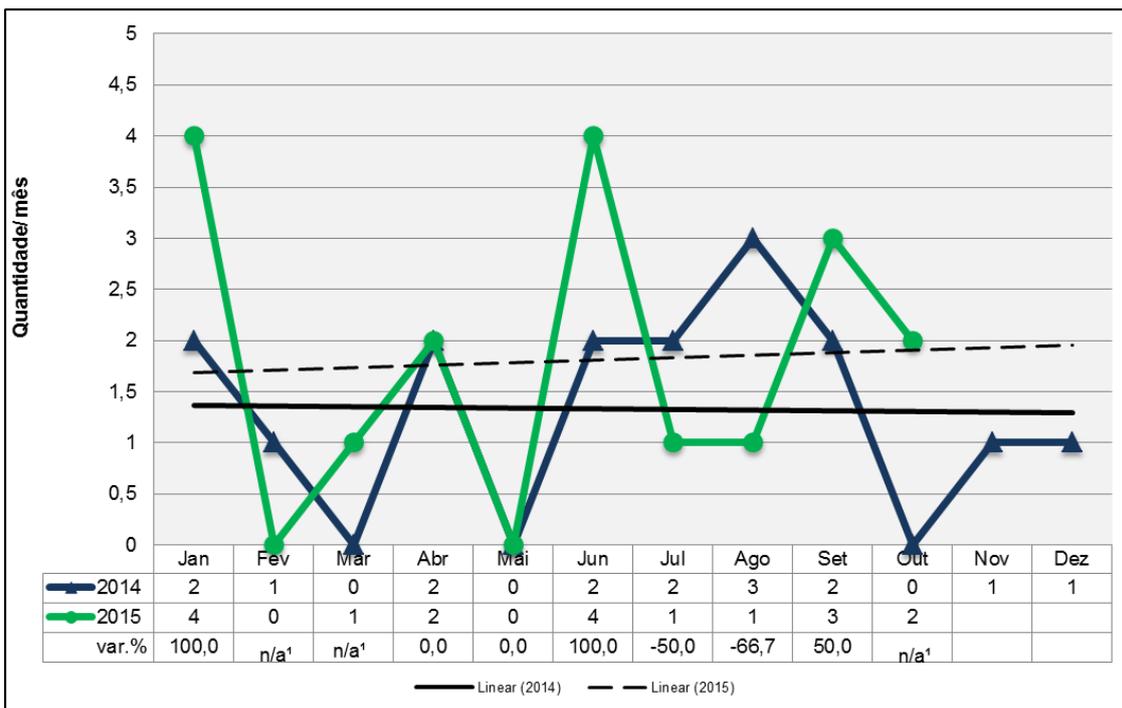


Figura 7.4- 176 – Quantidade de alvarás de funcionamento, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.
1.n/a: não se aplica

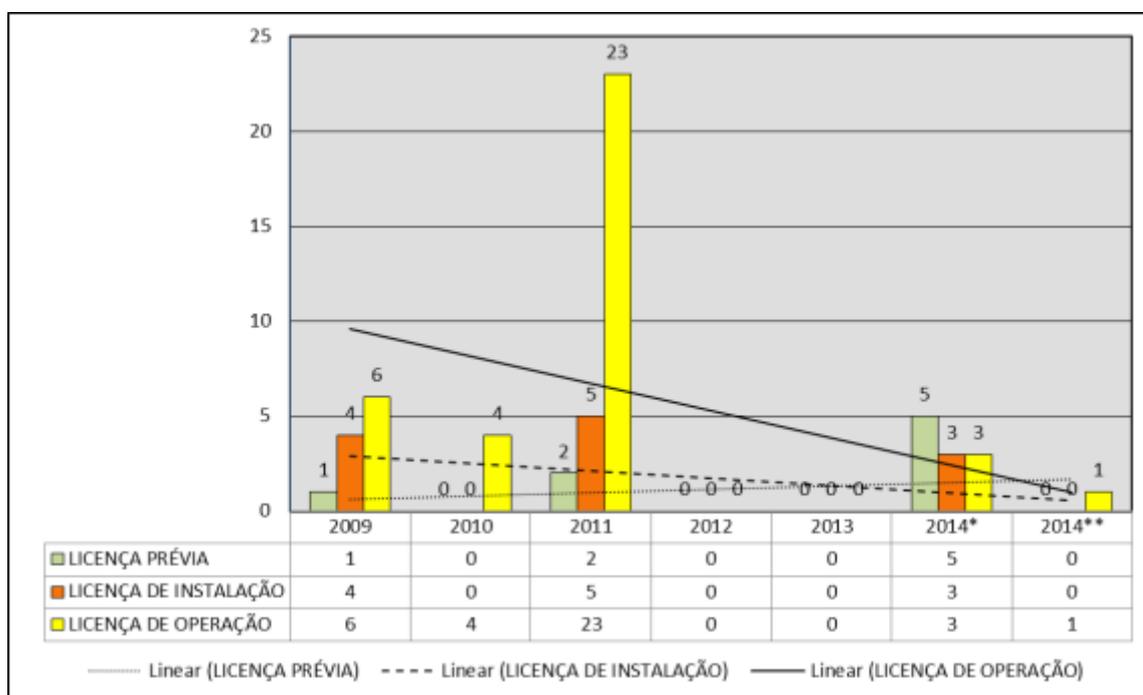


Figura 7.4- 177 - Quantidade de alvarás de funcionamento, em Senador José Porfírio, de 2009 a 2014

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)/ Elaboração Norte Energia.

2013* - Dados fornecidos pela SEMAS.

2013** - Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Senador José Porfírio (SEMAT).

Quadro 7.4 - 55 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, em Senador José Porfírio, de janeiro a outubro de 2015

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMAS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0			1
SEMAT	LICENÇA PRÉVIA ¹	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO ¹	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0
	LICENÇA DE OPERAÇÃO ¹	0	1	3	0	1	0	0	0	0	0			5
TOTAL		1	1	3	0	1	0	0	0	0	0			6

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)/Unidade Regional do Xingu/UNRE, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) desenhador José Porfírio Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados da SEMAS de licença de operação de janeiro e SEMAT de licença prévia e de instalação de janeiro à outubro e licença de operação de janeiro, março e abril, tiveram os dados ajustados.

e) Análise da evolução do número de novas construções e de loteamentos – Vitória do Xingu

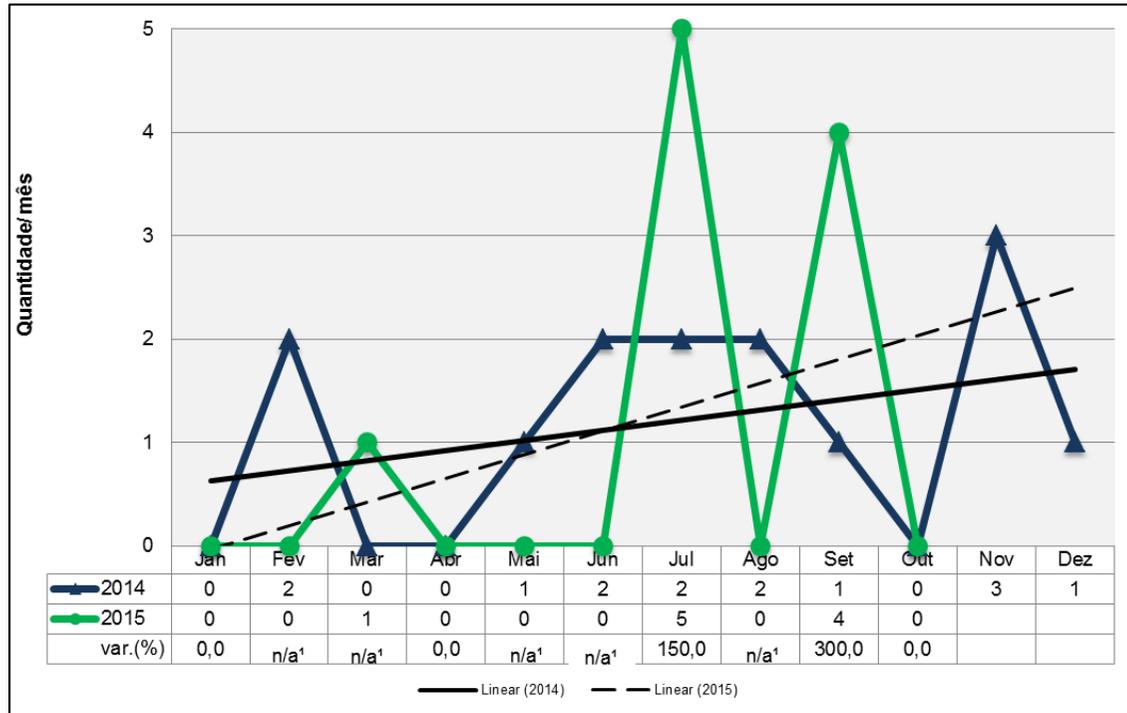


Figura 7.4- 178 – Quantidade de alvarás de construção, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Senador José Porfírio/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

Nota: os dados de março e abril de 2015 foram ajustados.

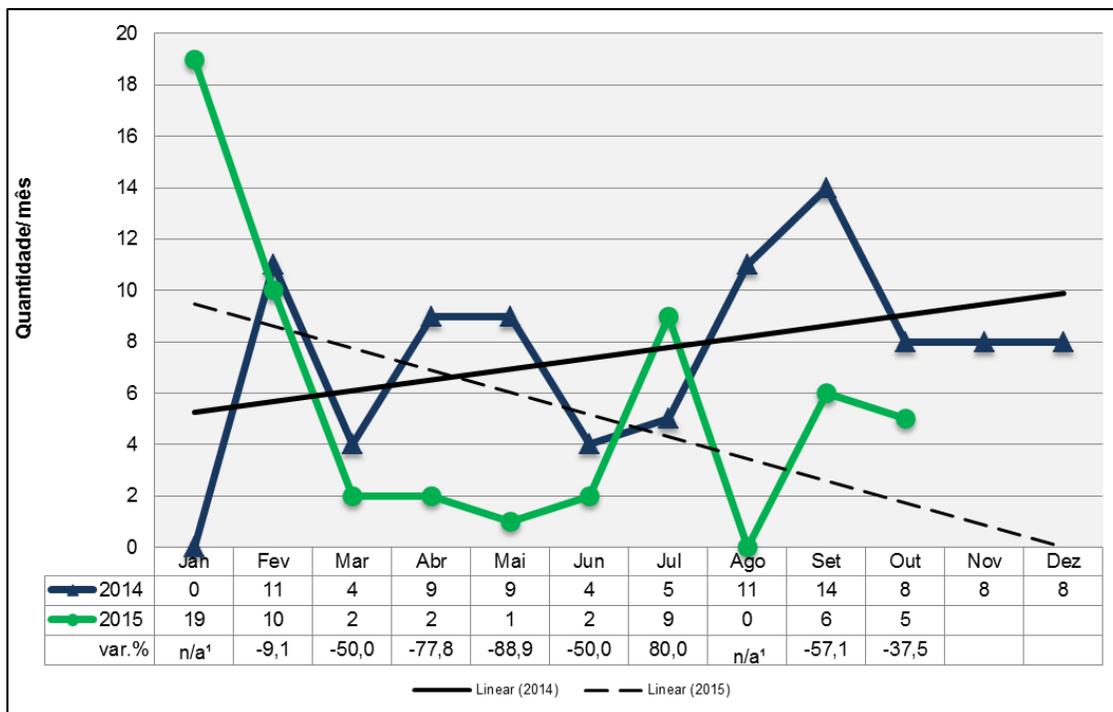


Figura 7.4- 179 – Quantidade de alvarás de funcionamento, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

1.n/a: não se aplica

Nota: o dado de abril de 2015 foi ajustado.

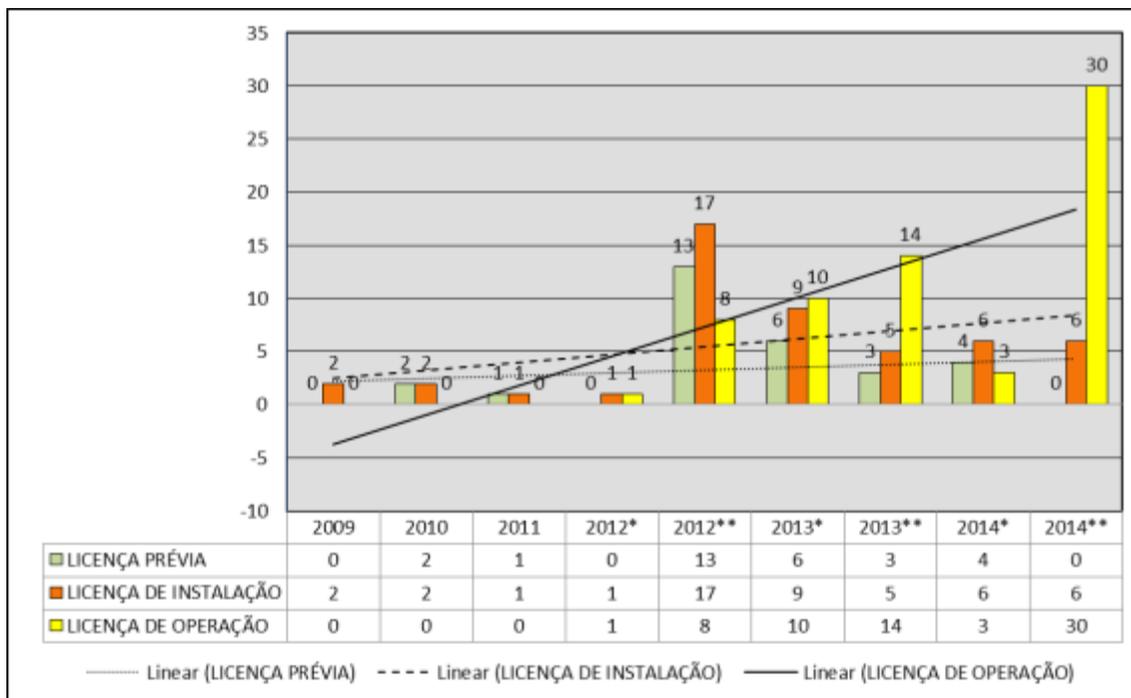


Figura 7.4- 180 - Quantidade de alvarás de funcionamento, em Vitória do Xingu, de 2009 a 2014.

Fonte: Secretaria Municipal de Obras de Vitória do Xingu/ Elaboração Norte Energia.

2013* - Dados fornecidos pela SEMAS.

2013** - Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Vitória do Xingu.

Quadro 7.4 - 56 – Quantidade de licenças prévias, de instalação e de operação, em Vitória do Xingu, de janeiro a outubro de 2015

ÓRGÃO	TIPO LICENÇA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
SEMAS	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			0
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0			1
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	0	0	0	0	0	1	0	3	1	0			5

SEMAT	LICENÇA PRÉVIA	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1			4
	LICENÇA DE INSTALAÇÃO	0	3	2	1	0	0	0	0	0	0			6
	LICENÇA DE OPERAÇÃO	1	4	2	1	2	1	1	14	10	2			38
TOTAL		1	7	4	2	2	2	1	18	14	3			54

Fonte: Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (SEMAT) de Vitória do Xingu/
Elaboração Norte Energia.

Nota: os dados da SEMAS de licença prévia, de instalação e de operação de abril, tiveram os dados ajustados.

Considerações Gerais

O município com maior dinamismo na emissão de alvarás de construção, tanto em 2014 quanto em 2015, até setembro⁹, foi Altamira. Entretanto, revelou desaceleração na comparação deste período entre os dois anos, pois caiu de 1.235, em 2014, para 275, em 2015 (-960). Brasil Novo foi o segundo município na emissão de alvarás de construção e, assim como Altamira, também mostrou uma retração no período de janeiro a outubro: em 2014 emitiu 91 e em 2015 63 alvarás (-28). O terceiro município mais importante na emissão desses alvarás foi Anapu, com crescimento significativo de 2014 para 2015 (10 primeiros meses), passando de 3 para 18 alvarás de construção (+15). Vitória do Xingu vem em quarto lugar, com estabilidade entre os dois anos (em cada ano emitiu-se 10 alvarás de construção até outubro), podendo-se atribuir essa paralização à falta de estrutura e equipe responsável para efetuar a fiscalização no município e estimular a população local a solicitar este tipo de alvará, segundo informações da própria Secretaria. E Senador José Porfírio, não obstante o aumento verificado de um ano para outro, vem por último, com 2 emissões em 2014 e 9 em 2015 nos 10 primeiros meses (concentradas em maio).

Quanto aos alvarás de funcionamento, Altamira (dados até setembro 2015), Anapu e Senador José Porfírio vem apresentando maior dinamismo de janeiro a outubro de 2015 se comparado ao mesmo período em 2014. Em Altamira foram 777, em 2015, e 729, em 2014 (+48); em Anapu foram 70, em 2015, e 55, em 2014 (+15); e em Senador José Porfírio foram 18, em 2015, e 14, em 2014 (+4). Já em Brasil Novo e Vitória de Xingu houve retração na emissão de alvarás de funcionamento. Em Brasil Novo passou de 66, em 2014, para 59, em 2015 (-7), e em Vitória de Xingu passou de 75 para 56 (-19). De forma geral as emissões são direcionadas a estabelecimentos de comércio e serviços de pequeno e médio porte, tais como bar, restaurante, mercados, frutaria, oficina de móveis, loja de produtos agropecuários, lava jato, material de construção, farmácia e instituto de beleza. O aumento verificado em Senador pode relacionar-se aos esforços na rotina de fiscalização para incentivar a população a solicitar os alvarás que vem sendo realizado desde 2014.

Quanto às licenças ambientais, em Altamira, de janeiro a outubro de 2015 houve um total de 153 licenças emitidas. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) emitiu 16 licenças, sendo 1 prévia, 2 de instalação e 13 de operação. Já a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAT) emitiu 10 licenças prévias, 10 de instalação e 117 de operação, totalizando 137 licenças. Em Anapu houve um total de 20 licenças emitidas, sendo que a SEMAS emitiu 10 licenças (4 licenças prévias, 4 de instalação e 2 de operação). Já a SEMMAT emitiu uma licença prévia, 3 de instalação e 6 de operação, totalizando 10. Em Brasil Novo foram emitidas um total de 61 licenças, sendo 6 pela SEMAS (1 prévia, 1 de instalação e 4 de operação). Já a SEMMA emitiu 32 licenças prévias, 13 de instalação e 10 de operação, totalizando 55 licenças. Em Senador José Porfírio houve um total de 6

⁹ Em Altamira os dados são até setembro, pois a secretaria não conseguiu se organizar para passar os dados completos de outubro de 2015. Para os outros quatro municípios os dados são até outubro de 2015.

emissões, com 1 (de operação) emitida pela SEMAS, e com 5 (de operação) emitidas pela SEMAT. Finalmente, em Vitória do Xingu, a emissão total foi de 54 licenças, sendo, pela SEMAS, 6 (1 de instalação e 5 de operação) e, pela SEMAT, 48 licenças, 4 prévias, 6 de instalação e 38 de operação.

7. Dimensão: Finanças Públicas

7.1. Indicador “18. Percentual da arrecadação municipal própria em relação ao total”

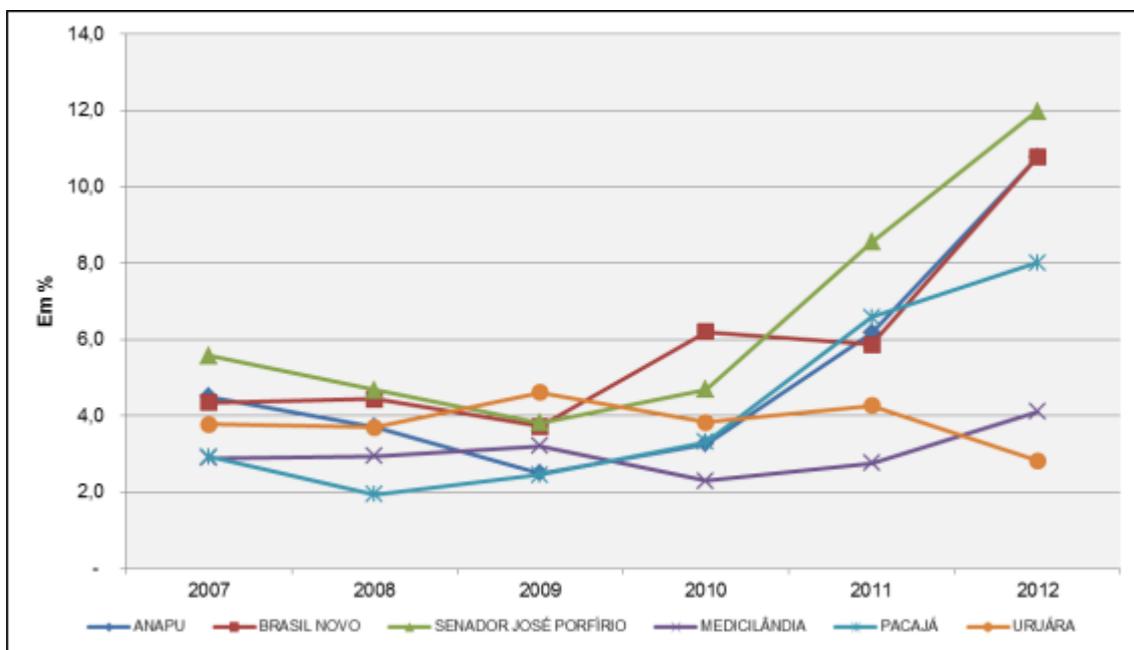


Figura 7.4- 181 – Percentual de Receitas Próprias sobre Receita Total dos municípios de Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Medicilândia, Pacajá e Uruará, 2007 - 2012.

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em outubro de 2014. / Elaboração Norte Energia.

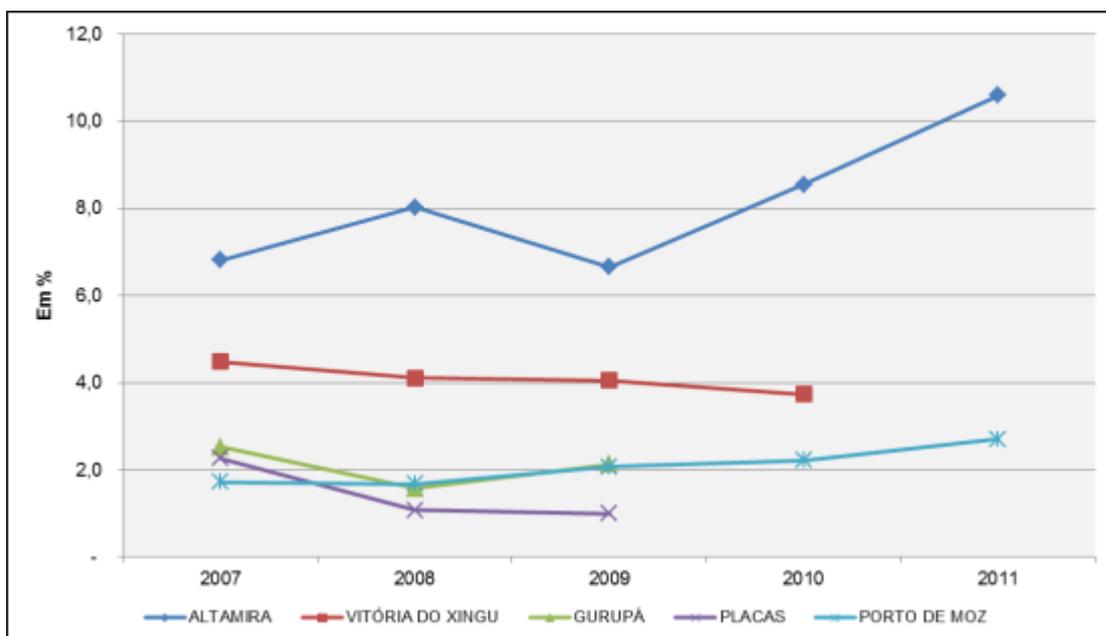


Figura 7.4- 182 – Percentual de Receitas Próprias sobre Receita Total dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu, Gurupá, Placas e Porto de Moz, 2007 - 2011.

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em outubro de 2014. / Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 57 – Receitas Total e própria dos municípios da AI (Área de Influência Indireta) – 2011 e 2012

Municípios	2011			2012		
	Receita Total (a)	Receita Própria (b)	Relação (a/b)	Receita Total (a)	Receita Própria (b)	Relação (a/b)
Altamira	143.369.814	15.201.505	10,6	s/i	s/i	n/a
Anapu	32.705.369	2.018.828	6,2	48.204.469	5.195.129	10,8
Brasil Novo	26.286.333	1.542.426	5,9	48.204.469	5.195.129	10,8
Senador J. Porfírio	23.723.039	2.030.654	8,6	30.370.020	3.637.396	12,0
Vitória do Xingu	s/i	s/i	-	s/i	s/i	-
Gurupá	s/i	s/i	-	s/i	s/i	-
Medicilândia	34.457.206	951.058	2,8	41.072.767	1.690.434	4,1
Pacajá	48.399.711	3.184.198	6,6	55.743.636	4.463.990	8,0
Placas	s/i	s/i	-	s/i	s/i	-
Porto de Moz	59.897.996	1.624.605	2,7	s/i	s/i	-
Uruará	52.957.772	2.258.772	4,3	58.341.053	1.651.477	2,8
Total	421.797.240	28.812.046	6,8	281.936.414	21.833.555	7,7

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em outubro de 2014./ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Em linhas gerais, destacou-se o importante, embora pequeno, crescimento das receitas próprias dessas municipalidades, cujos valores somados chegaram a R\$ 21 milhões, sendo que o ISSQN contribuiu para a arrecadação de R\$15 milhões em 2012. O acréscimo mais importante ocorreu no município de Anapu que passou de R\$ 1,1 milhão para R\$ 3,8 milhões entre 2011 e 2012, influenciado, como já exposto, pelas arrecadações de empresas como a Isolux, por exemplo, que atuaram no município nesse período.

Entre os recursos estaduais, o destaque foi o ICMS que representou 90% do valor que o Estado transferiu para os municípios analisados, participação similar em 2011 e 2012, quando atingiu R\$ 27 milhões. A maior parte das receitas continua tendo como fonte as transferências federais, em especial do FPM, que compõe 24% da receita total dos quatro municípios. Destacado das receitas provindas da União nos balanços dos municípios, o FUNDEB também foi importante fonte de receita, pois repassou aproximadamente R\$ 13,3 milhões para Anapu e Brasil Novo, R\$ 9,7 milhões para Senador José Porfírio, R\$ 14,7 milhões para Medicilândia e em torno de R\$ 23 milhões para Pacajá e Uruará, totalizando R\$ 96 milhões em 2012.

Entre aquelas prefeituras que estão em situação de adimplemento com o Tribunal de Contas em 2012, Uruará é a única que viu a participação de sua receita tributária diminuir em relação às receitas totais. O principal fator que influenciou foi a queda significativa da arrecadação do IPTU que passou de R\$ 133.897 para R\$ 10.529. Além do ISSQN, outros impostos e taxas compuseram a maior parte das arrecadações municipais com destaque do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os Rendimentos do Trabalho (IRRF).

Como de hábito as transferências federais foram as mais importantes correspondendo a quase metade das receitas correntes, sendo o FPM seu mais significativo componente. O valor deste fundo sofreu um decréscimo de 7% em relação a 2011.

7.2. Indicador “19. Evolução da receita municipal”

a) Análise da evolução da receita municipal – Altamira

Quadro 7.4 - 58 - Resumo das Finanças Municipais, de Altamira, 2007- 2011

ALTAMIRA	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Total	83.661.523	97.563.556	97.780.349	108.056.637	143.369.814
Receitas Correntes	86.852.732	103.561.240	104.523.859	115.322.886	150.546.735
Receita Tributária	5.706.935	7.829.639	6.508.554	9.243.812	15.201.505
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	395.410	439.670	514.997	623.910	1.164.421
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	3.168.557	4.734.187	3.130.787	5.474.263	9.567.500
Outros Impostos e Taxas	2.142.968	2.655.781	2.862.770	3.145.639	4.469.584
Transferências Correntes	72.888.998	85.418.258	90.572.341	99.565.682	124.599.655
Transferências da União	31.754.780	37.229.560	36.578.473	34.839.544	41.321.281
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	15.795.264	19.291.827	18.682.163	19.328.197	25.544.561
Transferências SUS	11.869.978	13.075.248	13.082.739	8.184.966	8.251.902
Transferências FNDE	1.813.931	1.903.620	2.570.703	3.173.015	4.260.386
Outras Transferências da União	2.275.607	2.958.865	2.242.867	4.153.366	3.264.432
Transferências Estaduais	16.934.504	19.546.352	21.007.136	29.899.637	33.021.871
Cota-Parte do ICMS	14.880.910	16.555.336	17.410.804	18.246.966	19.538.239
Outras Transferências Estaduais	2.053.594	2.991.016	3.596.332	11.652.671	13.483.632
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB *	20.834.081	26.441.465	31.472.881	33.575.840	46.947.368
FUNDEB - Transferências Regulares	9.688.029	12.515.924	7.892.239	16.630.313	18.033.142
FUNDEB - Complementação da União	11.146.052	13.925.541	23.580.642	16.945.527	28.914.226
Outras Transferências	3.365.633	2.200.882	1.513.851	1.250.661	3.309.135
Outras Receitas Correntes	8.256.799	10.313.343	7.442.964	6.513.392	10.745.575
Receitas de Capital	2.025.463	956.602	811.015	782.945	2.473.895

ALTAMIRA	2007	2008	2009	2010	2011
Deduções das Receitas Correntes	5.216.673	6.954.285	7.554.526	8.049.194	9.650.816

Despesa Total	83.788.855	93.944.051	97.429.396	107.341.274	141.325.065
Despesas Correntes	73.003.091	88.169.376	93.476.055	101.512.866	129.897.173
Pessoal e Encargos Sociais	35.488.938	45.653.008	53.218.676	59.496.554	75.072.048
Juros e Encargos da Dívida	455.732	548.667	22.816	11.461	28.309
Outras Despesas Correntes	37.058.422	41.967.701	40.234.563	42.004.851	54.796.816
Despesas de Capital	10.785.764	5.774.675	3.953.341	5.828.408	11.427.892

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	- 127.332	3.619.505	350.953	715.363	2.044.749
---	-----------	-----------	---------	---------	-----------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em junho de 2012.

b) Análise da evolução da receita municipal – Anapu

Quadro 7.4 - 59 – Resumo das Finanças Municipais, de Anapu, 2007 a 2012

ANAPU	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	12.728.231	20.330.156	24.532.444	28.273.509	32.705.369	48.204.469
Receitas Correntes	13.131.638	21.515.321	24.534.675	26.189.032	33.588.453	39.669.014
Receita Tributária	573.081	754.542	612.879	924.234	2.018.828	5.195.129
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	1.919	4.043	641	122	7.168	4.850
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	169.446	237.109	147.517	320.466	1.105.204	3.886.265
Outros Impostos e Taxas	401.716	906.456	464.721	603.646	906.456	1.304.014
Transferências Correntes	12.512.213	20.719.446	23.842.547	25.161.229	29.775.659	34.340.697
Transferências da União	4.424.093	9.793.011	10.066.266	11.822.376	13.968.379	14.560.842
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	3.170.216	7.858.280	7.464.114	7.954.665	9.550.207	9.819.883
Transferências SUS	644.971	1.056.140	1.420.396	2.581.752	2.976.205	3.196.965
Transferências FNDE	367.357	404.300	500.924	772.202	778.433	838.783
Outras Transferências da União	241.549	663.534	680.832	513.757	663.534	705.211
Transferências Estaduais	2.400.697	2.783.647	3.382.105	3.123.675	3.408.347	4.392.605

ANAPU	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cota-Parte do ICMS	2.255.841	2.579.192	2.831.111	2.909.684	3.145.885	4.057.276
Outras Transferências Estaduais	144.856	262.462	550.994	213.991	262.462	335.329
Transferências Multigovernamentais - Fundeb	5.006.597	6.175.482	6.737.048	8.980.455	-	13.375.301
Fundeb - Transferências Regulares	2.296.709	3.489.071	3.395.740	4.924.258	-	5.899.176
Fundeb - Complementação da União	2.709.888	2.686.410	3.341.307	4.056.197	-	7.476.125
Outras Transferências	680.826	1.967.305	3.657.128	1.234.723	12.398.933	19.444.525
Outras Receitas Correntes	46.344	1.793.966	79.249	103.569	1.793.966	2.000
Receitas de Capital	514.004	714.123	2.036.365	4.199.404	1.636.108	11.287.177
Deduções das Receitas Correntes	917.411	1.899.288	2.038.596	2.114.927	2.519.192	2.751.722

Despesa Total	12.687.363	19.777.889	24.123.121	28.812.888	32.716.185	48.203.923
Despesas Correntes	11.562.024	16.290.211	17.294.902	22.323.543	28.809.763	33.410.910
Pessoal e Encargos Sociais	5.146.885	7.511.269	7.384.942	12.463.110	15.432.231	16.165.087
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	6.415.138	8.778.941	9.909.961	9.860.433	13.377.531	17.245.824
Despesas de Capital	1.125.340	3.487.679	6.828.219	6.489.345	3.906.422	14.793.012

SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total, em reais)	40.868	552.267	409.322	-539.379	-10.816	546
---	---------------	----------------	----------------	-----------------	----------------	------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em novembro de 2013./ Elaboração Norte Energia.

c) Análise da evolução da receita municipal – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 60 – Resumo das Finanças Municipais, de Brasil Novo, 2007- 2012

BRASIL NOVO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	14.656.230	18.139.107	19.005.250	22.137.694	26.286.333	48.204.469
Receitas Correntes	14.564.037	19.821.366	20.150.721	22.575.912	27.802.269	39.669.014
Receita Tributária	636.715	805.767	708.565	1.372.298	1.542.426	5.195.129
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	88.891	77.612	68.910	95.203	106.808	4.850
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	353.418	661.579	491.720	836.697	1.215.812	3.886.265

BRASIL NOVO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
(ISSQN)						
Outros Impostos e Taxas	194.405	66.576	147.936	440.398	219.806	1.304.014
Transferências Correntes	13.416.673	18.200.007	18.962.186	20.423.704	25.444.007	34.340.697
Transferências da União	7.475.429	10.505.058	10.762.494	11.870.854	13.128.858	14.560.842
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	5.295.665	7.859.793	7.490.304	7.954.665	9.579.211	9.819.883
Transferências SUS	1.340.077	1.687.777	2.064.013	2.594.139	2.294.747	3.196.965
Transferências FNDE	332.718	362.219	479.540	771.716	725.401	838.783
Outras Transferências da União	506.968	595.269	728.636	550.334	529.498	705.211
Transferências Estaduais	2.371.635	3.080.436	2.785.680	2.303.676	3.461.473	4.392.605
Cota-Parte do ICMS	2.120.323	2.824.036	2.385.375	2.022.374	2.568.512	4.057.276
Outras Transferências Estaduais	251.312	256.400	400.305	281.302	892.961	335.329
Transferências Multigovernamentais - Fundeb	3.529.609	4.557.228	5.294.092	6.249.174	8.853.676	13.375.302
Fundeb - Transferências Regulares	2.328.704	3.019.078	2.953.519	3.894.327	4.806.259	5.899.176
Fundeb - Complementação da União	1.200.905	1.538.150	2.340.573	2.354.847	4.047.417	7.476.125
Outras Transferências	40.000	57.285	119.920	0	0	15.387.249
Outras Receitas Correntes	510.650	815.592	479.970	779.910	815.835	2.000
Receitas de Capital	92.193	267.582	818.835	1.556.827	906.693	11.287.177
Deduções das Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-

Despesa Total	14.891.520	19.116.274	20.085.917	24.581.887	28.827.411	48.203.923
Despesas Correntes	13.124.086	16.442.433	17.799.824	20.230.385	26.148.974	33.410.910
Pessoal e Encargos Sociais	2.876.435	4.394.656	5.894.212	10.151.962	12.564.151	16.165.087
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	212,92	-
Outras Despesas Correntes	10.247.650	12.047.777	11.905.611	10.078.423	13.584.610	17.245.824
Despesas de Capital	1.767.434	2.673.841	2.286.093	4.351.502	2.678.437	14.793.012

SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	-235.290	-977.168	-1.080.667	-2.444.193	-2.541.079	546
---	-----------------	-----------------	-------------------	-------------------	-------------------	------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em novembro de 2013./ Elaboração Norte Energia.

d) Análise da evolução da receita municipal – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 61 - Resumo das Finanças Municipais, de Senador José Porfírio, 2007- 2012

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	13.401.915	14.959.009	15.711.279	18.086.281	23.723.039	30.370.020
Receitas Correntes	13.482.366	16.414.122	17.386.581	19.524.148	25.470.962	30.031.152
Receita Tributária	746.910	699.495	600.975	848.366	2.030.654	3.637.396
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	-	872	49.946	44.533	70.669	65.586
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	-	237.415	161.100	337.965	1.319.757	2.794.323
Outros Impostos e Taxas	746.910	461.207	389.929	465.868	640.228	777.488
Transferências Correntes	12.695.488	15.631.563	16.691.672	18.587.045	22.629.736	26.154.634
Transferências da União	12.695.488	8.357.354	8.914.042	9.626.415	11.144.977	11.062.298
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	-	6.548.051	6.213.155	6.628.888	6.386.140	6.506.598
Transferências SUS	-	956.048	1.467.496	1.784.236	2.851.411	2.946.818
Transferências FNDE	-	365.556	458.251	571.206	1.316.945	787.826
Outras Transferências da União	12.695.488	487.699	775.140	642.085	590.481	821.056
Transferências Estaduais	-	2.338.411	2.434.071	2.597.461	2.748.645	3.434.796
Cota-Parte do ICMS	-	2.189.639	2.265.376	2.392.704	2.574.445	3.176.475
Outras Transferências Estaduais	-	148.772	168.695	204.757	174.200	73.617
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB *	-	4.781.593	5.273.936	5.994.591	8.498.281	9.695.042
FUNDEB - Transferências Regulares	-	2.775.021	2.731.770	3.576.191	3.567.488	4.171.332
FUNDEB - Complementação da União	-	2.006.572	2.542.166	2.418.400	4.930.793	5.523.710
Outras Transferências	-	154.204	69.622	368.578	237.833	1.962.498
Outras Receitas Correntes	39.968	83.065	93.934	88.737	810.572	-
Receitas de Capital	1.067.907	125.483	-	297.743	27.849	2.264.212
Deduções das Receitas Correntes	1.148.358	1.580.596	1.675.301	1.735.610	1.775.772	1.925.344

Despesa Total	11.432.935	16.046.650	17.310.336	19.669.048	23.729.069	29.978.846
Despesas Correntes	11.432.935	15.532.965	16.986.737	18.667.015	22.979.941	26.678.901
Pessoal e Encargos Sociais	10.844.316	7.650.764	9.101.721	9.998.482	12.237.156	13.599.362
Juros e Encargos da Dívida	-	10.096	-	-	-	-

SENADOR JOSÉ PORFÍRIO	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Outras Despesas Correntes	588.618	7.872.105	7.885.016	8.668.532	10.742.785	13.079.539
Despesas de Capital	-	513.685	323.599	1.002.033	749.128	3.299.945

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	1.968.980	-1.087.641	-1.599.056	-1.582.767	-6.030	391.174
--	------------------	-------------------	-------------------	-------------------	---------------	----------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em outubro de 2014.

e) Análise da evolução da receita municipal – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 62 - Resumo das Finanças Municipais, de Vitória do Xingu, 2007-2010

VITÓRIA DO XINGU	2007	2008	2009	2010
Receita Total	9.633.670	11.454.873	12.245.499	16.645.482
Receitas Correntes	10.652.585	10.993.794	13.390.765	15.969.368
Receita Tributária	432.176	471.509	497.211	622.950
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	4.317	20.290	792	3.492
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	126.009	269.715	225.776	303.928
Outros Impostos e Taxas	301.849	181.504	270.644	315.530
Transferências Correntes	10.059.652	10.456.927	12.868.086	15.178.002
Transferências da União	5.174.228	5.182.391	5.859.171	6.417.385
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	3.978.454	3.573.878	3.727.893	3.977.332
Transferências SUS	583.884	1.026.707	1.399.729	1.640.083
Transferências FNDE	231.938	439.104	292.223	390.584
Outras Transferências da União	379.952	142.701	439.325	409.386
Transferências Estaduais	2.179.920	2.170.919	2.993.916	3.284.212
Cota-Parte do ICMS	2.075.731	1.955.990	2.491.684	2.716.493
Outras Transferências Estaduais	104.190	214.929	502.232	567.719
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB *	2.705.504	3.103.617	3.592.749	4.257.423
FUNDEB - Transferências Regulares	1.869.503	2.251.470	1.780.876	2.393.483

VITÓRIA DO XINGU	2007	2008	2009	2010
FUNDEB - Complementação da União	836.001	852.147	1.811.873	1.863.940
Outras Transferências	-	-	422.250	1.218.982
Outras Receitas Correntes	160.758	65.358	25.468	168.416
Receitas de Capital	-	1.083.876	100.000	2.021.567
Deduções das Receitas Correntes	1.018.915	622.797	1.245.267	1.345.453

Despesa Total	9.633.670	11.695.306	13.739.386	18.117.582
Despesas Correntes	8.088.737	8.010.708	12.675.468	14.577.904
Pessoal e Encargos Sociais	2.315.117	2.822.547	1.671.167	7.662.719
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.773.620	5.188.161	11.004.301	6.915.184
Despesas de Capital	1.544.933	3.684.598	1.063.918	3.539.679

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	-	- 240.433	- 1.493.887	- 1.472.100
---	---	-----------	-------------	-------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em junho de 2012.

f) Análise da evolução da receita municipal – Gurupá

Quadro 7.4 - 63 - Resumo das Finanças Municipais, de Gurupá, 2007- 2009

GURUPÁ	2007	2008	2009
Receita Total	22.562.527	30.324.260	30.316.966
Receitas Correntes	23.634.996	29.388.979	31.902.794
Receita Tributária	571.409	479.616	647.877
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	10.524	10.536	13.368
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	278.757	228.337	342.039
Outros Impostos e Taxas	282.129	240.744	292.470
Transferências Correntes	22.513.525	28.160.113	30.557.818
Transferências da União	9.807.082	12.906.009	13.246.407
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	7.397.004	9.167.271	8.698.417
Transferências SUS	1.101.442	1.378.764	1.802.191
Transferências FNDE	613.205	1.595.197	1.846.674

GURUPÁ	2007	2008	2009
Outras Transferências da União	695.431	764.778	899.125
Transferências Estaduais	1.764.345	2.091.990	2.187.914
Cota-Parte do ICMS	1.624.528	1.880.210	1.925.840
Outras Transferências Estaduais	139.817	211.779	262.074
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	10.941.741	13.162.114	15.097.497
FUNDEB - Transferências Regulares	7.844.936	9.154.883	-
FUNDEB - Complementação da União	3.096.805	4.007.231	15.097.497
Outras Transferências	357	-	26.000
Outras Receitas Correntes	550.062	749.250	697.100
Receitas de Capital	409.000	2.759.883	484.314
Deduções das Receitas Correntes	1.481.469	1.824.603	2.070.142

Despesa Total	23.616.092	30.249.290	30.077.893
Despesas Correntes	22.275.806	25.838.060	28.995.192
Pessoal e Encargos Sociais	12.981.751	14.872.867	17.434.408
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	9.294.055	10.965.193	11.560.784
Despesas de Capital	1.340.286	4.411.230	1.082.701

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	- 1.053.565	74.970	239.074
---	-------------	--------	---------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em setembro de 2012.

g) Análise da evolução da receita municipal – Medicilândia

Quadro 7.4 - 64 – Resumo das Finanças Municipais, de Medicilândia, 2007- 2012

MEDICILÂNDIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	20.945.550	27.334.040	22.718.551	28.944.080	34.457.206	41.072.767
Receitas Correntes	20.475.525	25.744.564	24.500.631	27.633.320	36.037.188	42.434.151
Receita Tributária	605.938	806.740	728.575	665.452	951.058	1.690.434
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	13.146	31.404	24.871	63.857	77.446	70.450
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	272.217	561.286	358.268	274.907	195.605	546.238

MEDICILÂNDIA	2007	2008	2009	2010	2011	2012
(ISSQN)						
Outros Impostos e Taxas	320.575	214.050	345.436	326.688	678.006	1.073.747
Transferências Correntes	19.643.066	24.625.194	23.519.264	26.747.906	34.755.679	40.455.677
Transferências da União	11.032.340	11.735.417	11.752.363	12.624.681	17.277.718	20.346.990
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	7.762.774	7.857.661	7.455.786	7.954.665	11.175.909	11.386.546
Transferências SUS	2.127.256	2.708.972	2.836.124	3.164.681	3.736.042	4.509.163
Transferências FNDE	586.465	535.928	635.560	875.605	1.127.389	3.168.756
Outras Transferências da União	555.846	632.857	824.893	629.730	1.238.378	1.282.525
Transferências Estaduais	2.906.683	3.614.650	3.803.556	3.340.015	3.921.108	5.324.204
Cota-Parte do ICMS	2.714.919	3.339.522	3.409.640	2.855.782	3.290.575	4.587.756
Outras Transferências Estaduais	191.765	275.127	393.916	484.233	630.533	736.448
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	5.704.043	6.820.622	7.843.345	9.370.214	13.486.867	14.748.838
FUNDEB - Transferências Regulares	4.079.620	4.713.257	4.444.358	6.321.127	7.313.584	8.044.660
FUNDEB - Complementação da União	1.624.422	2.107.365	3.398.987	3.049.087	6.173.283	6.704.179
Outras Transferências	-	2.454.506	120.000	1.412.997	69.987	35.645
Outras Receitas Correntes	226.521	312.630	252.792	219.962	330.451	288.039
Receitas de Capital	3.699.351	3.637.949	385.078	3.468.066	1.290.000	1.828.165
Deduções das Receitas Correntes	3.229.326	2.048.473	2.167.158	2.157.305	2.869.982	-
Despesa Total	20.946.167	27.552.754	23.029.822	29.719.582	34.310.918	41.738.824
Despesas Correntes	16.610.401	21.275.149	21.675.467	24.282.151	31.510.519	36.374.626
Pessoal e Encargos Sociais	9.045.328	10.671.031	12.004.218	13.942.055	17.316.365	20.434.381
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.565.073	10.604.117	9.671.250	10.340.096	14.194.154	15.940.246
Despesas de Capital	4.335.766	6.277.606	1.354.355	5.437.431	2.800.398	5.364.197
SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	-617	-218.714	-311.271	-775.502	146.289	-666.057

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em novembro de 2013./ Elaboração Norte Energia.

h) Análise da evolução da receita municipal – Pacajá

Quadro 7.4 - 65 – Resumo das Finanças Municipais, de Pacajá, 2007- 2012

PACAJÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	22.246.418	30.949.503	33.727.615	36.332.804	48.399.711	55.743.636
Receitas Correntes	24.146.741	33.218.616	35.849.012	39.063.847	51.763.181	59.714.992
Receita Tributária	652.155	599.688	826.742	1.202.988	3.184.198	4.463.990
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	85.773	19.264	19.254	36.752	77.019	51.714
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	187.750	307.929	283.659	328.997	996.449	3.523.727
Outros Impostos e Taxas	378.632	272.495	523.829	837.238	2.110.730	888.549
Transferências Correntes	23.445.697	31.784.631	34.509.869	37.651.103	48.363.171	55.081.287
Transferências da União	11.566.464	16.004.471	16.718.523	17.911.302	22.867.734	24.617.672
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	8.453.910	11.786.491	11.235.978	11.932.122	14.368.816	14.639.845
Transferências SUS	1.866.664	2.575.388	3.005.496	3.430.413	5.856.970	6.721.371
Transferências FNDE	643.476	967.029	1.151.410	1.548.379	1.637.417	2.197.622
Outras Transferências da União	602.414	675.562	1.325.639	1.000.388	1.004.532	1.058.834
Transferências Estaduais	3.137.641	3.777.172	3.794.786	4.007.359	4.582.587	5.712.318
Cota-Parte do ICMS	2.884.686	3.445.753	3.396.429	3.624.123	4.151.627	5.271.378
Outras Transferências Estaduais	252.954	331.419	398.357	383.236	430.959	440.941
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	8.735.545	12.002.988	13.996.559	10.798.995	20.912.851	23.092.386
Fundeb - Transferências Regulares	6.318.167	8.290.898	8.723.111	10.798.995	11.218.849	12.606.527
Fundeb - Complementação da União	2.417.378	3.712.090	5.273.449	-	9.694.001	10.485.859
Outras Transferências	6.047	-	-	4.933.446	0	1.658.910
Outras Receitas Correntes	48.889	834.297	512.401	209.756	0	169.716
Receitas de Capital	-	493.103	793.024	360.000	307.237	0
Deduções das Receitas Correntes	1.407.178	2.088.365	2.914.421	3.091.043	-	-

Despesa Total	22.824.055	29.472.672	35.510.086	32.538.765	50.888.819	55.743.636
Despesas Correntes	21.507.598	27.984.953	32.251.852	32.538.765	43.255.813	52.101.447
Pessoal e Encargos	11.483.966	16.419.547	19.619.845	17.926.468	23.562.876	31.271.671

PACAJÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Sociais						
Juros e Encargos da Dívida	15	-	200	-	306.511,18	935.371,51
Outras Despesas Correntes	10.023.617	11.565.406	12.631.807	14.612.297	19.386.426	19.894.405
Despesas de Capital	1.316.457	1.487.719	3.258.234	-	3.538.710	3.642.188

SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	-577.637	1.476.831	-1.782.471	3.794.039	-2.489.107	-
---	-----------------	------------------	-------------------	------------------	-------------------	----------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em novembro de 2013./ Elaboração Norte Energia

i) Análise da evolução da receita municipal – Placas

Quadro 7.4 - 66 – Resumo das Finanças Municipais, de Placas, 2007, 2009 e 2010

PLACAS	2007	2009	2010
Receita Total	12.143.524	15.457.978	18.571.812
Receitas Correntes	12.726.216	17.195.387	20.521.115
Receita Tributária	276.052	167.747	186.295
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	100	4.636	1.765
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	143.146	101.633	97.234
Outros Impostos e Taxas	132.806	61.478	87.296
Transferências Correntes	12.381.980	16.982.608	20.165.378
Transferências da União	6.803.677	9.659.567	10.915.339
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	5.282.162	7.699.924	7.954.665
Transferências SUS	991.225	960.758	2.062.343
Transferências FNDE	238.387	403.330	525.336
Outras Transferências da União	291.904	595.555	372.996
Transferências Estaduais	2.027.435	2.603.367	2.362.530
Cota-Parte do ICMS	1.900.394	2.147.307	2.200.547
Outras Transferências Estaduais	127.041	456.060	161.983
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	3.550.868	4.719.674	6.887.509

PLACAS	2007	2009	2010
FUNDEB - Transferências Regulares	2.538.938	2.842.991	4.716.207
FUNDEB - Complementação da União	1.011.930	1.876.682	2.171.302
Outras Transferências	-	-	-
Outras Receitas Correntes	68.184	45.032	169.442
Receitas de Capital	625.000	150.000	50.000
Deduções das Receitas Correntes	1.207.692	1.887.409	1.999.302

Despesa Total	12.998.112	16.518.966	21.047.526
Despesas Correntes	11.764.140	14.467.200	16.559.039
Pessoal e Encargos Sociais	6.653.186	7.594.829	9.329.407
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.110.954	6.872.371	7.229.633
Despesas de Capital	1.233.972	2.051.766	4.488.486

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	- 854.587	- 1.060.988	- 2.475.714
---	-----------	-------------	-------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em setembro de 2012.

j) Análise da evolução da receita municipal – Porto de Moz

Quadro 7.4 - 67 – Resumo das Finanças Municipais, de Porto de Moz, 2007- 2011

PORTO DE MOZ	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Total	24.442.981	29.751.865	36.940.064	45.748.049	59.897.996
Receitas Correntes	26.055.346	31.327.920	39.002.950	48.158.237	63.009.898
Receita Tributária	421.956	500.939	768.219	1.019.124	1.624.605
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	1.235	2.186	6.779	6.012	3.636
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	186.603	228.712	284.965	354.676	685.872
Outros Impostos e Taxas	234.118	270.042	476.475	658.436	935.097
Transferências Correntes	25.598.755	30.808.991	38.060.363	46.911.477	58.489.047
Transferências da União	11.562.167	14.030.435	14.829.819	17.312.903	22.111.800

PORTO DE MOZ	2007	2008	2009	2010	2011
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	7.397.171	9.167.271	8.698.417	9.280.442	12.772.280
Transferências SUS	2.446.807	3.164.427	3.802.424	4.067.506	5.168.320
Transferências FNDE	1.193.398	1.169.965	1.464.552	3.243.445	3.356.509
Outras Transferências da União	524.791	528.772	864.426	721.510	814.691
Transferências Estaduais	2.415.779	2.748.349	2.960.775	3.562.003	3.905.089
Cota-Parte do ICMS		2.615.086	2.830.611	2.976.308	3.148.269
Outras Transferências Estaduais	2.415.779	133.263	130.164	585.695	756.820
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	11.608.684	14.030.206	18.244.947	22.293.925	31.437.730
FUNDEB - Transferências Regulares	5.415.796	6.361.859	6.965.467	10.250.583	11.077.009
FUNDEB - Complementação da União	6.192.888	7.668.348	11.279.480	12.043.342	20.360.721
Outras Transferências	12.125	-	2.024.822	3.742.646	1.034.428
Outras Receitas Correntes	34.634	17.990	174.367	227.636	2.896.246
Receitas de Capital	-	546.977	200.000	-	-
Deduções das Receitas Correntes	1.612.365	2.123.032	2.262.886	2.410.188	3.111.902

Despesa Total	27.186.123	28.654.672	38.098.618	51.089.035	59.897.995
Despesas Correntes	24.697.435	25.428.439	35.619.417	42.624.846	54.176.853
Pessoal e Encargos Sociais	6.865.861	7.506.560	10.024.453	23.173.457	31.022.005
Juros e Encargos da Dívida	284.723	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	17.546.851	17.921.880	25.594.964	19.451.389	23.154.847
Despesas de Capital	2.488.688	3.226.233	2.479.201	8.464.189	5.721.143

SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	- 2.743.142	1.097.192	- 1.158.554	- 5.340.986	1
---	-------------	-----------	-------------	-------------	---

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/ Acesso em setembro de 2012.

k) Análise da evolução da receita municipal – Uruará

Quadro 7.4 - 68 - Resumo das Finanças Municipais, de Uruará, 2007- 2012

URUARÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total	30.299.290	37.375.959	36.828.304	46.884.333	52.957.772	58.341.053
Receitas Correntes	32.422.397	40.157.130	39.913.623	49.782.342	56.736.486	59.916.924
Receita Tributária	1.146.925	1.384.792	1.698.344	1.797.418	2.258.772	1.651.477
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	54.309	87.162	57297,9	89481,07	133.897	10.529
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	492.083	543.683	673.692	675.225	794.852	758.397
Outros Impostos e Taxas	600.533	753.947	967.355	1.032.712	1.330.022	882.552
Transferências Correntes	30.587.066	38.210.759	37.874.781	46.547.985	53.360.672	57.949.639
Transferências da União	17.207.692	20.692.534	20.721.338	23.022.350	27.369.599	27.621.342
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	11.567.559	13.586.498	12.892.081	14.583.552	17.561.886	16.438.990
Transferências SUS	4.025.077	5.340.173	5.598.151	5.999.785	7.497.072	8.268.895
Transferências FNDE	667.357	699.462	808.731	1.283.492	1.142.018	1.561.410
Outras Transferências da União	947.698	1.066.402	1.422.375	1.155.521	1.168.623	1.352.048
Transferências Estaduais	4.748.676	6.402.322	5.417.130	5.614.183	5.732.967	7.639.005
Cota-Parte do ICMS	4.176.386	5.012.765	4.705.760	4.753.318	4.983.474	6.164.110
Outras Transferências Estaduais	572.290	1.389.556	711.369	860.864	749.493	1.474.895
Transferências Multigovernamentais - FUNDEB	8.614.771	10.505.796	11.736.313	14.189.991	19.681.766	22.073.035
Fundeb - Transferências Regulares	5.978.760	7.231.515	7.295.496	10.084.459	11485815	12.065.094
Fundeb - Complementação da União	2.636.010	3.274.281	4.440.817	4.105.532	8195951,7	10.007.941
Outras Transferências	15.928	610.108	-	3.721.462	576.340	22.689.292
Outras Receitas Correntes	688.406	561.579	340.498	1.436.938	1.117.042	147.604
Receitas de Capital	442.059	455.279	176.113	715.753	449.870	449.870
Deduções das Receitas Correntes	2.565.166	3.236.450	3.261.432	3.613.762	4.228.584	4.718.852

Despesa Total	29.500.118	38.692.253	42.074.373	51.958.997	55.609.586	62.709.348
Despesas Correntes	26.528.746	34.946.774	36.062.945	38.868.308	47.696.533	55.157.561
Pessoal e Encargos Sociais	12.443.463	16.237.781	17.440.440	23.505.819	28.742.183	28.520.643
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	14.085.282	18.708.993	18.622.505	15.362.490	18.954.349	26.636.918

URUARÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Despesas de Capital	2.971.372	3.745.480	6.011.428	13.090.689	7.913.053	7.551.787

SUPERÁVIT/ DÉFICIT = (Receita Total - Despesa Total)	799.172	-1.316.294	-5.246.069	-5.074.664	-2.651.813	-4.368.295
---	----------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------	-------------------

Fonte: Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda. www.tesouro.fazenda.gov.br/
Acesso em dezembro de 2013./ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

É possível traçar uma diferença entre as finanças de Altamira e a dos demais municípios. Altamira é o único que apresenta superávits orçamentários em todo período considerado. Os demais municípios apresentam uma constante tentativa de resistência ao déficit estrutural. No entanto, Vitória do Xingu possivelmente inverteu esse quadro por conta da arrecadação com as obras da UHE Belo Monte.

Essa tendência de aumento refreado nas receitas é facilmente compreensível diante de um quadro de redução na população total e da economia de um município, por exemplo, os casos de Brasil Novo, Senador José Porfírio e Uruará.

Porém, mesmo em casos de municípios que apresentaram indícios de crescimento econômico, o incremento das receitas próprias não chegou a se tornar muito significativo no cômputo geral das receitas municipais.

A principal fonte de aumento das receitas é mesmo o crescimento dos repasses de outras esferas de governo, e estes dependem majoritariamente do número de habitantes, alunos e doentes. Entretanto, é possível notar que de forma generalizada o ISSQN apresentou destacado aumento no ano de 2011, possivelmente associado às obras da UHE Belo Monte e ao aquecimento derivado da economia local. Esse estímulo pode gerar legados positivos, isto é, os investimentos privados em infraestrutura tendem a melhorar a estrutura e o desenvolvimento à região.

Vale ressaltar que o Plano de Articulação Institucional (6) realizou capacitações referentes ao Planejamento Orçamentário, com especial atenção à importância da elaboração participativa dos instrumentos do ciclo de gestão orçamentária, PPA/LDO/LOA, além de propiciar a atualização dos Códigos Tributários Municipais, cujo objetivo é aumentar a arrecadação própria dos municípios. Além disso, realizou reuniões de apoio técnico para elaboração de minutas de leis em Brasil Novo (atualização do Código Tributário) e Anapu (Código Tributário), bem como elaborou e entregou guias jurídicos de planejamento e instrumentos orçamentários.

Houve também no período uma tendência ao enquadramento de trabalhadores tercerizados dentro do regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e redução de terceirizações e consultorias.

Os municípios analisados pouco recorrem a dívidas para operar e o único município (Altamira) que possuía algum estoque significativo de dívida no início do período

terminou por saldar grande parte dela e praticamente não despende mais com Juros e Encargos da Dívida.

Para aqueles municípios que apresentaram seus balanços para o ano de 2012 (Anapu, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Medicilândia, Pacajá e Uruará) cabe reforçar que o FUNDEB e o FPM foram as transferências mais importantes para o atendimento de sua população. No cômputo geral esses municípios apresentam o padrão da maioria dos municípios brasileiros com menos de 50 mil habitantes, ou seja, dependência dos repasses estaduais e, principalmente, dos federais, tornando-os mais vulneráveis e dependentes da flutuação da população.

Entre 2011 e 2012 suas despesas correntes aumentaram quase 18%, enquanto o aumento das receitas correntes foi de 17%. Por outro lado, nota-se que as receitas próprias quase dobraram seu valor, indicando, ainda que moderadamente, perspectivas melhores para a saúde financeira das gestões municipais.

O repasse do Fundeb aumentou significativamente em 2012 quando comparado a 2007, assim como outras transferências. Nesse aspecto, a ação da Norte Energia junto aos municípios torna-se importante no atendimento, principalmente, da educação e da saúde, como pode ser melhor acompanhado nos indicadores na dimensão saúde e “Evolução do número de matrículas nas escolas” deste relatório.

Por fim, é preciso considerar que, após a entrada em operação da barragem, a situação das finanças públicas de alguns municípios poderá ser beneficiada pela provisão do tributo Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CFURH)¹⁰. Os principais beneficiários serão os municípios de Altamira e Vitória do Xingu e, com uma pequena fração, Brasil Novo.

¹⁰ A Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica (CFURH) é um repasse decorrente do uso dos recursos hídricos para a geração de energia. Ou seja, é um ressarcimento pela inundação de áreas por usinas hidrelétricas(UHE) e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/cartilha_compensacao_financeira_2.pdf

8. Dimensão: Segurança Pública

8.1. Indicador “20. Evolução do número de ocorrências policiais”

Quadro 7.4 - 69 – Faixas de Classificação de crimes por 100 mil habitantes

Ocorrências		Faixas segundo número de ocorrências por 100 mil habitantes		
		Menor	Intermediária	Maior
Contra os costumes	Estupro	≤13	14-22	≥23
Contra a pessoa	Lesão	≤135	136-298	≥299
	Homicídio ¹	≤10	≥11	
Contra o patrimônio	Roubos	≤282	283-360	≥361
	Furtos	≤508	509-975	≥976

Fonte: 7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

1. No caso de homicídio, a classificação levará em conta o parâmetro da OMS e, dessa forma, as faixas intermediária e maior não serão consideradas, visto que o órgão estabelece como inadequado índices acima de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Quadro 7.4 - 70 – Parâmetros de avaliação da situação dos municípios

SITUAÇÃO	Tendência histórica (2007 a 2013)	Condição	Número de registros por 100 mil habitantes
SATISFATÓRIA	De redução ou estabilidade	E	Número igual ou menor ao primeiro quartil estabelecido para cada delito
ESTÁVEL	De redução ou estabilidade	E	Número dentro do segundo quartil estabelecido para cada delito
EM ATENÇÃO	De aumento	OU	Número a partir do terceiro quartil estabelecido para cada delito

- Crimes contra os costumes – Estupros

a) Análise da evolução do número de Estupros – Altamira

Quadro 7.4 - 75 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2014 (menos 2010), variação do total de 2012 a 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Altamira

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>Analisando-se a série histórica de registro de estupros em Altamira, observa-se que o município apresentou redução da taxa deste tipo de crime entre 2013 e 2014 (queda de 53,8%). Entretanto, a tendência histórica ainda é de alta, o que por si só já o classifica na situação “em atenção”.</p> <p>Quanto ao segundo critério de classificação, o município apresentou 30 registros por 100 mil habitantes no último ano da série. Vale destacar que o crescimento de 230,4% entre 2009 e 2011 deveu-se em parte às alterações no tipo descrito pelo Código Penal. A partir deste ponto o indicador aumentou 6,4% (em 2012) e 1,2% (em 2013), demonstrando desaceleração.</p> <p>No trabalho ao combate a este tipo de ocorrência destaca-se a atuação da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), órgão está ligado à Polícia Civil, com ações preventivas e repressivas no município.</p>

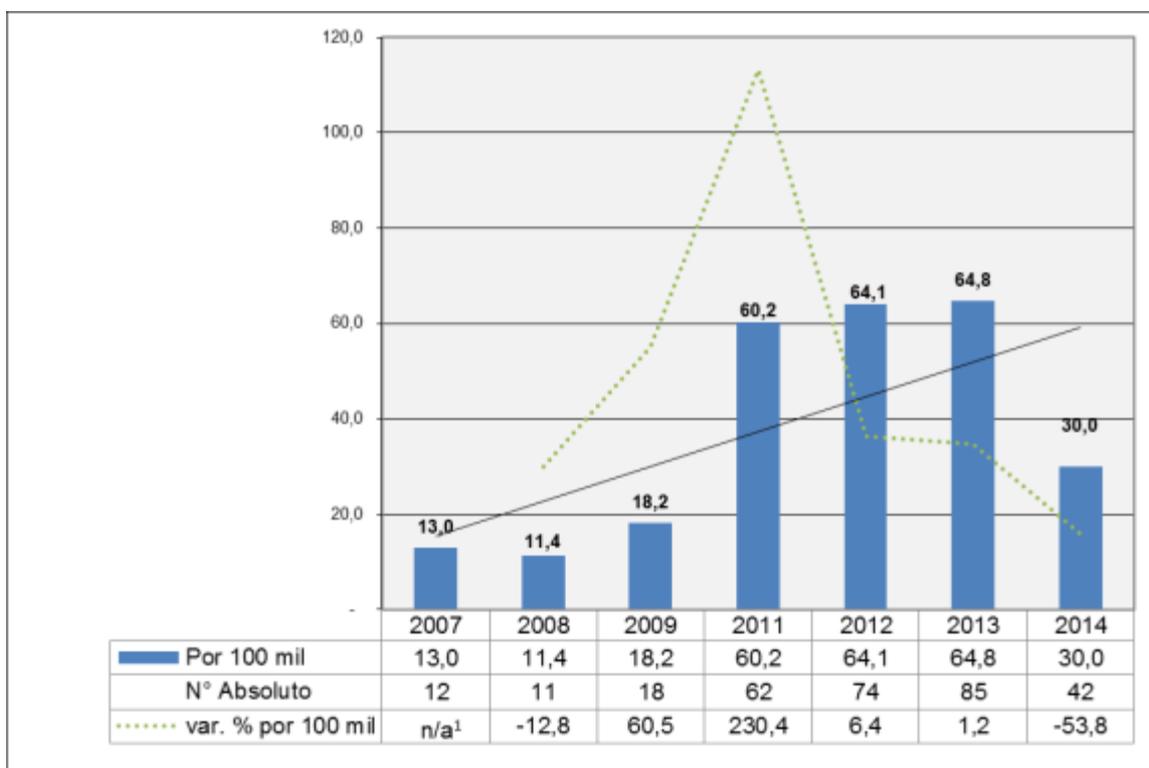


Figura 7.4- 183 – Número e taxa de estupros por 100 mil habitantes no ano em Altamira, 2007 a 2009 e 2011 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

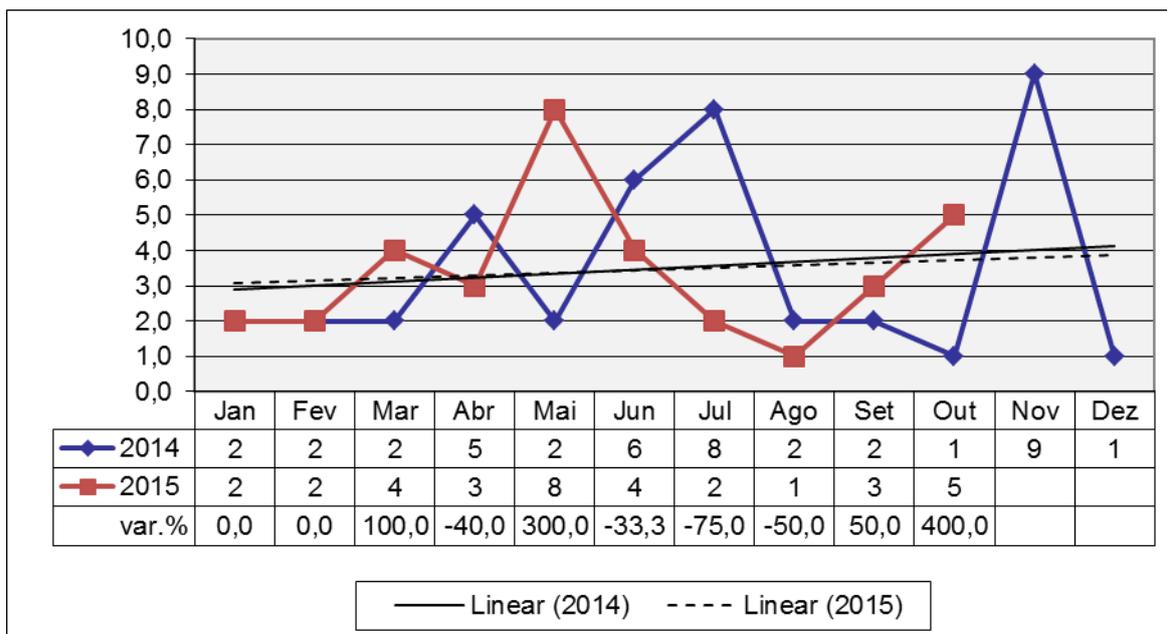


Figura 7.4 - 184 – Número de estupros, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

b) Análise da evolução do número de Estupros – Anapu

Quadro 7.4 - 76 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2014 (menos 2010), variação do total de 2012 a 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Anapu

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>A partir dos registros de estupros, cuja tendência histórica é de alta e o alcance do índice de 21,3 por 100 mil habitantes em 2014, Anapu é classificada na categoria “em Atenção”. Destaca-se, porém que apesar da tendência histórica ser de alta, os registros vem diminuindo gradativamente ao longo dos anos,</p> <p>Após atingir o ponto máximo com 71,2 registros por 100 mil habitantes em 2011 (já com os reflexos da modificação da legislação), os registros de estupro no município de Anapu reduziram ao longo da série: 19,2% entre 2011 e 2012, 7,2% na passagem de 2011 para 2013, finalizando 2014 com redução de 60% em relação aos registros assinalados em 2013.</p>

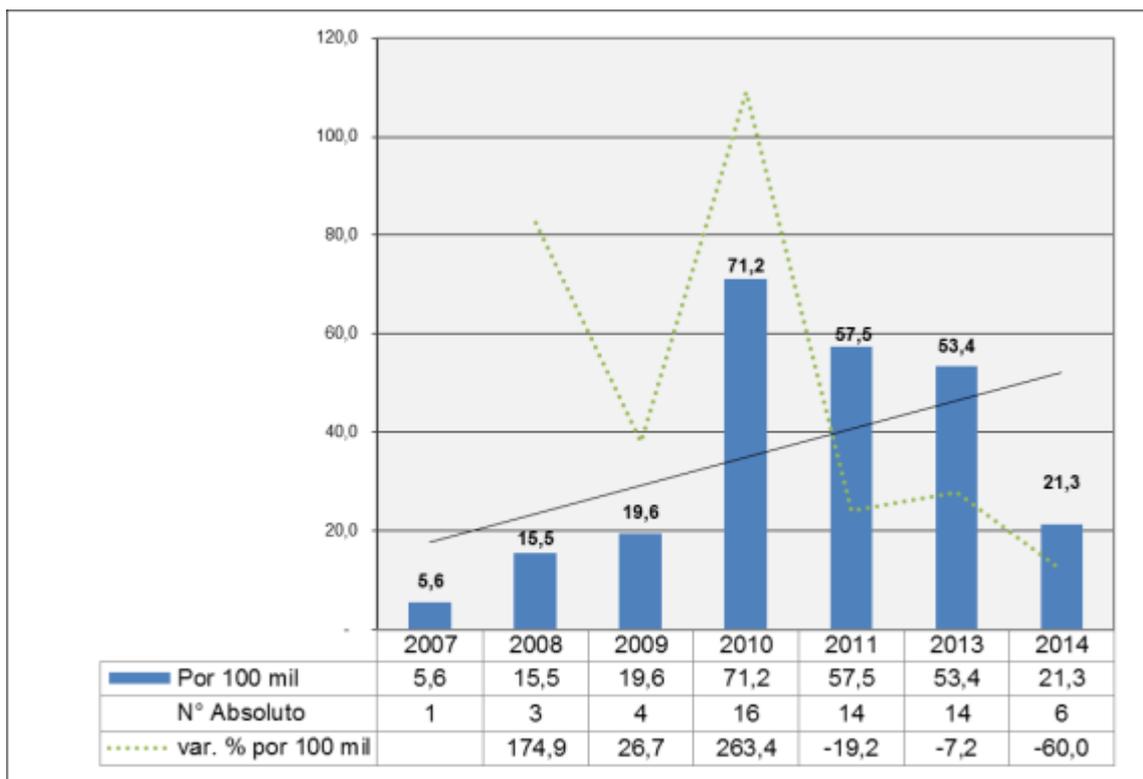


Figura 7.4 - 185 – Número e taxa de estupros por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, 2007 a 2011, 2013 e 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

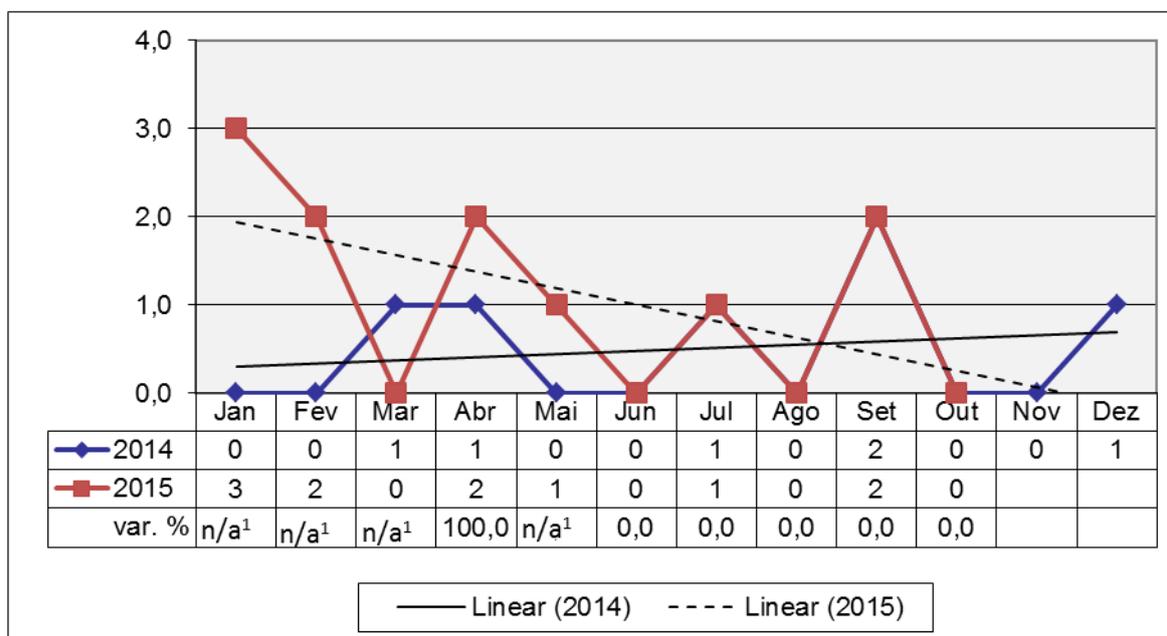


Figura 7.4 - 186 – Número de estupros, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

c) Análise da evolução do número de Estupros – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 77 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2014 (menos 2010), variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Brasil Novo

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>O município de Brasil Novo, que se apresentava com a classificação “satisfatória” em 2013, mostrou tendência de crescimento no ano seguinte, passando de 12,9 para 19,6 registros de estupro por 100 mil habitantes, levando sua situação a ser classificada como “em atenção”.</p> <p>O último ano da série traz o segundo aumento consecutivo de registros deste tipo de crime por 100 mil habitantes, cuja variação foi de 52% em relação a 2013, ritmo menor que no ano anterior que havia apontado aumento de 98% em relação a 2012.</p> <p>Em que pese a importância deste tipo de crime, vale salientar que se trata de números pequenos em termos absolutos, variando de 1 a 4 ocorrências registradas no ano. Assim, embora o aumento relativo seja alto, o absoluto não se afasta muito da tendência histórica de Brasil Novo.</p>

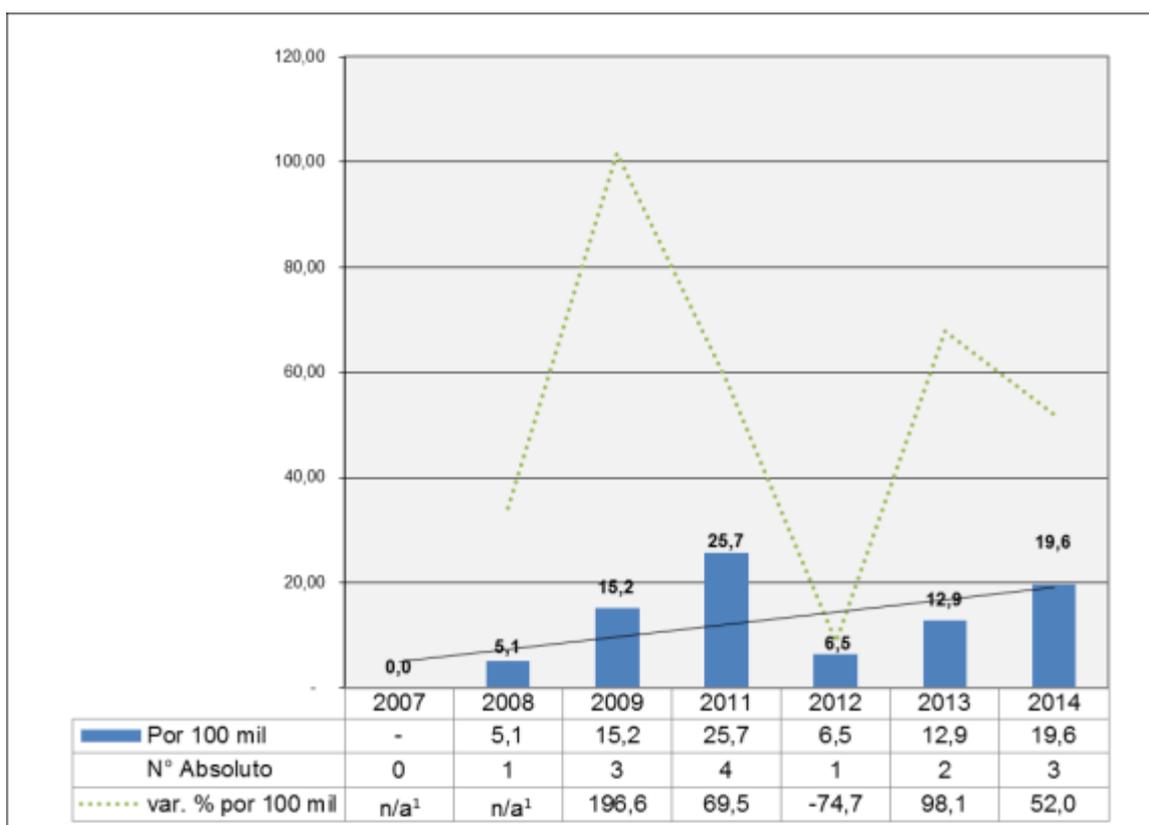


Figura 7.4 - 187 – Número e taxa de estupros por 100 mil habitantes no ano, em Brasil Novo, 2007 a 2009, 2011 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

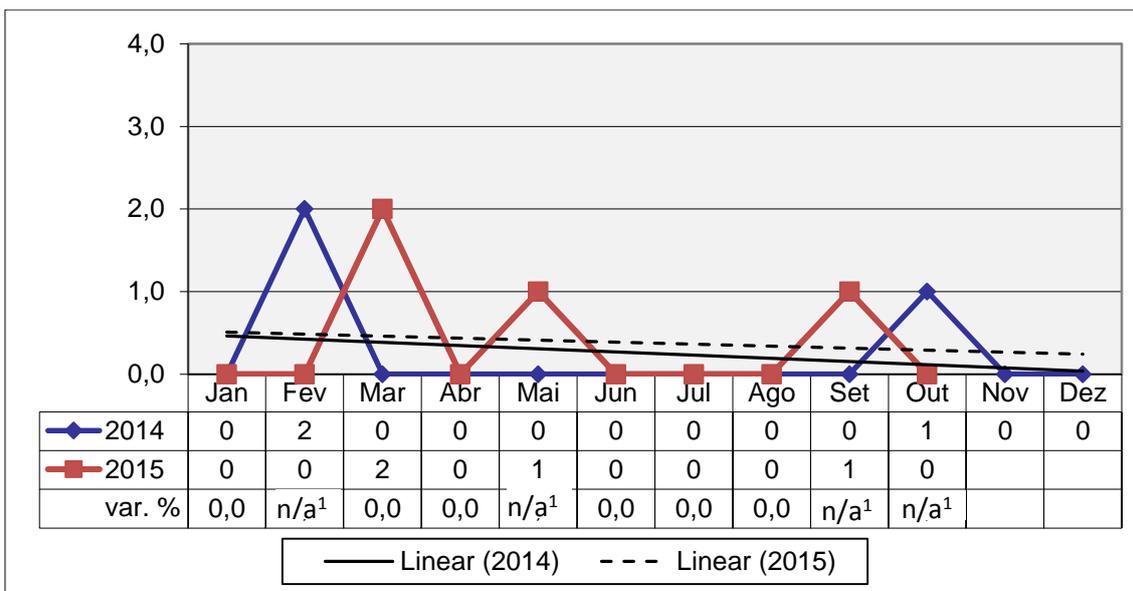


Figura 7.4 - 188 – Número de estupros em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.
1: n/a – não se aplica

d) Análise da evolução do número de Estupros – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 78 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2013 (menos 2010), variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Senador José Porfírio

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>O índice de ocorrências por 100 mil habitantes aliado à tendência histórica dos registros de estupro em Senador José Porfírio fazem com que o município seja classificado como “em atenção”.</p> <p>O destaque positivo é que desde 2012 os números apresentam redução de registros deste tipo de crime a cada ano. O número de ocorrências, que havia caído 18,1% entre 2012 e 2013, apresentou redução de 10,4% na passagem para 2014.</p>

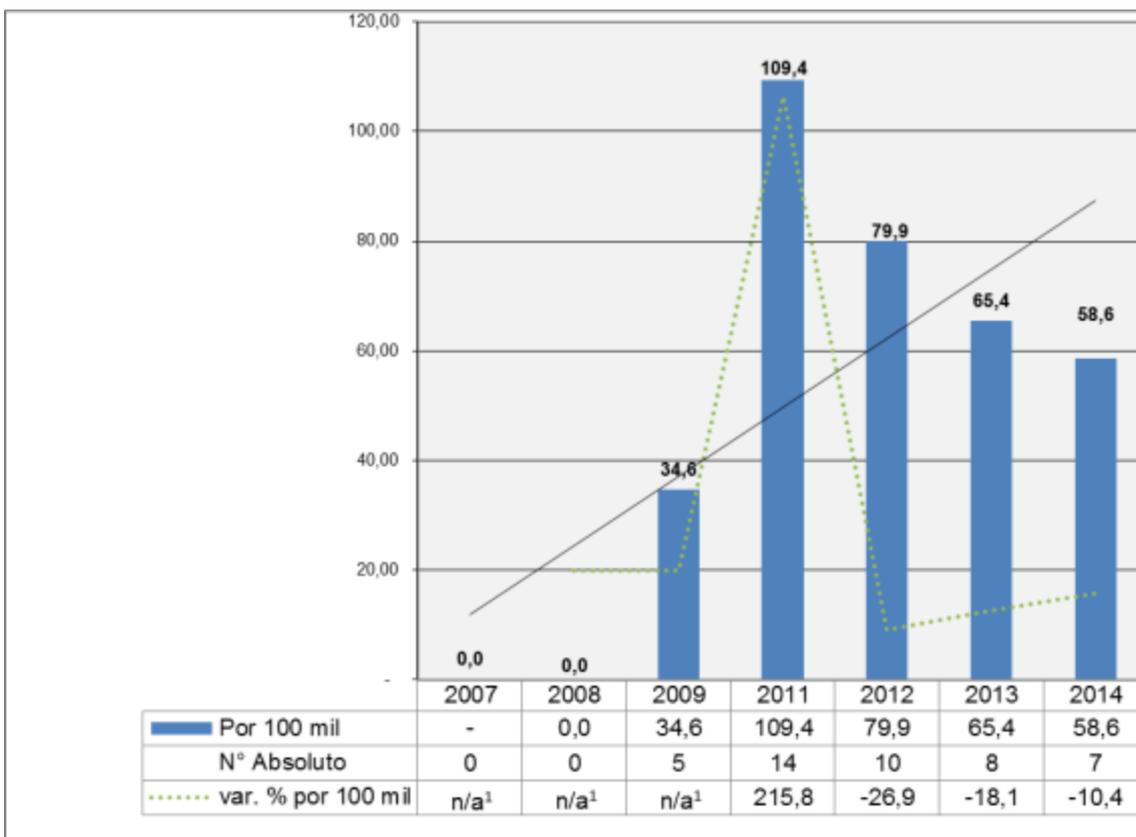


Figura 7.4 - 189 – Número e taxa de estupros para 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, 2007 a 2009, 2012 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia

1: n/a – não se aplica

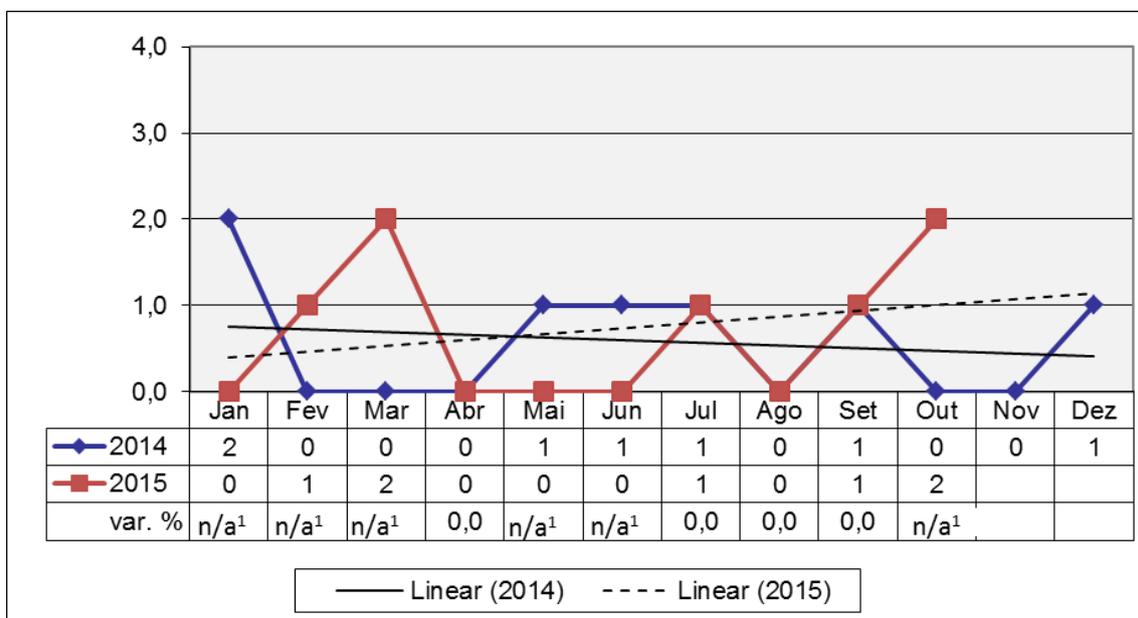


Figura 7.4 - 190 – Número de estupros em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

e) Análise da evolução do número de Estupros – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 79 – Análise da situação segundo a taxa de estupros por 100 mil habitantes, evolução do número de estupros anuais de 2007 a 2014 (menos 2010), variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Vitória do Xingu

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
SATISFATÓRIA	<p>O índice de ocorrências por 100 mil habitantes em Vitória do Xingu demonstra tendência histórica de queda no número de registro de estupro no município. Aliado aos 6,8 registros por 100 mil habitantes o município pode ser classificado na categoria “satisfatória”.</p> <p>Este indicador passou de 18,8 em 2013 para 6,8 em 2014, o que significou redução de 63,9% na taxa de registros de estupro por 100 mil habitantes. Em termos de números absolutos, foi registrada a queda pela metade, passando de 6 para 3 registros deste crime no último ano consolidado.</p>

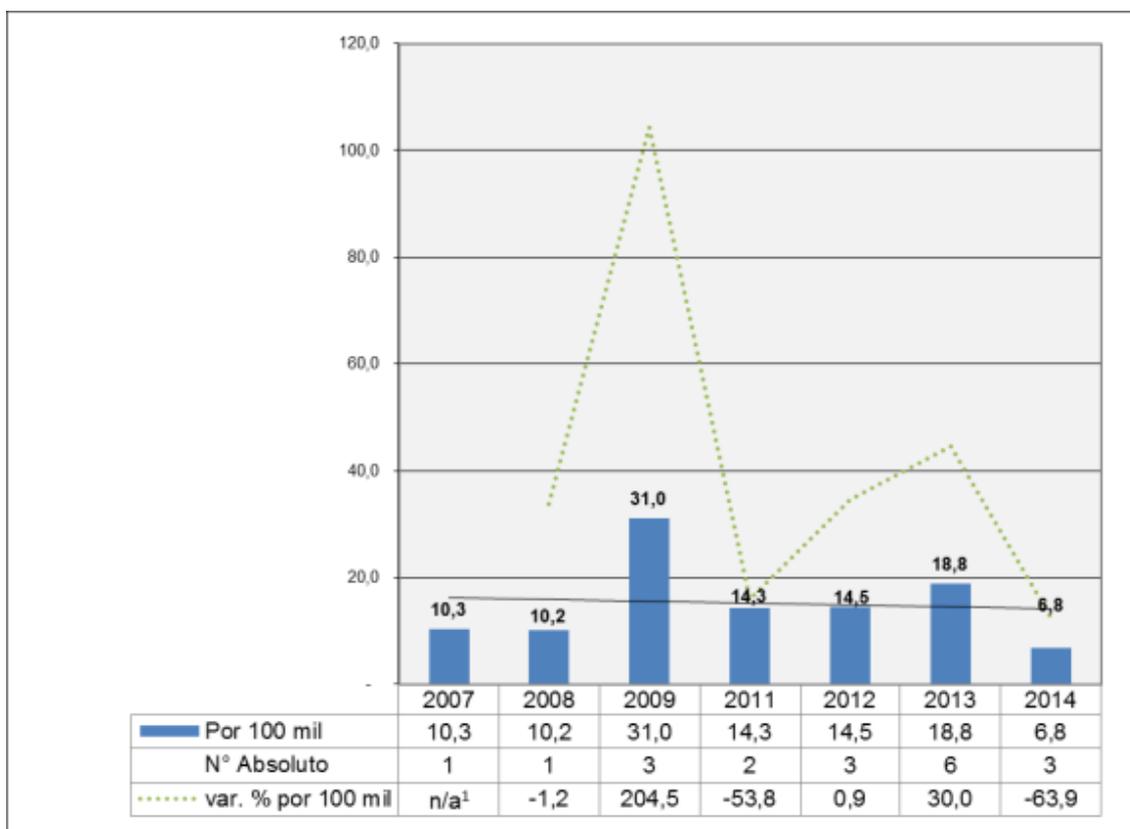


Figura 7.4 - 191 – Número e taxa de estupros por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, 2007 a 2009, 2011 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

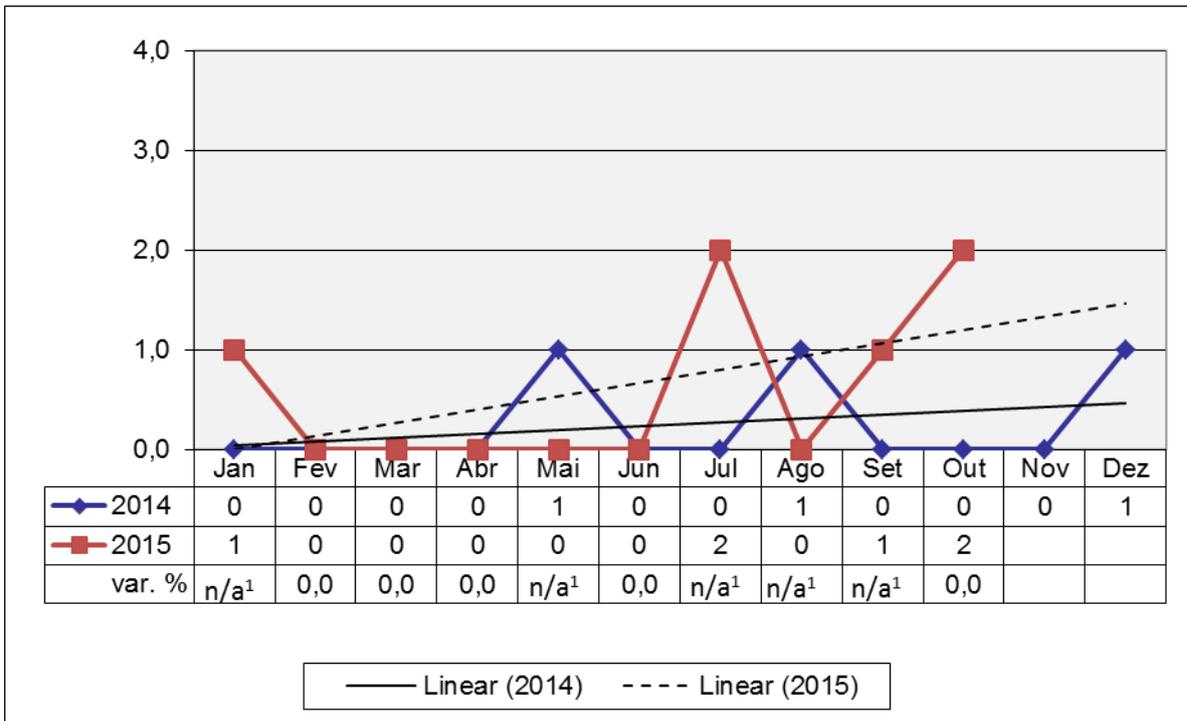


Figura 7.4 - 192 – Número de estupros em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Considerações gerais – estupro

Em relação aos registros de estupros nota-se que em Altamira ocorreu uma queda significativa, em termos relativos, em 2014 quando comparado aos anos anteriores. Em 2015 os dados disponibilizados são até outubro. Mas, nota-se que o número de registros encontra-se similar a 2014 e, assim, a tendência de queda dos últimos dois anos deve se manter. Além disso, esses registros englobam todos os tipos, sendo que a quase totalidade se refere a casos intrafamiliares ou aqueles ligados a pessoas próximas à vítima. Trata-se de um problema social que difere do chamado “estupro real”, definido como os praticados por pessoas desconhecidas, que são em número muito baixo. Nos demais municípios da AID, os números absolutos são de pequena monta, principalmente em Brasil Novo com 4 registros até outubro de 2015, em Vitória do Xingu, onde houve 6 registros, em Senador José Porfírio, com 7 registros, e em Anapu, com 11 registros. Devido à gravidade desse tipo de ocorrência, independentemente do tipo ou do número, esse crime deve ser monitorado e combatido por toda a sociedade e órgãos competentes.

Crimes contra o patrimônio

a) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Altamira

Quadro 7.4 - 80 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2013, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Altamira

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
ESTÁVEL	FURTOS	A sequência histórica apresenta queda nos registros de furtos em Altamira que, aliado ao índice de 842,4 registros por 100 mil habitantes no último ano, tornam possível manter o município na classificação “estável”, nesta avaliação. Ainda que tenha apresentado aumento em 2014 ante 2013 (842,4 e 696,3 respectivamente), o índice deste tipo de crime ficou abaixo dos valores de 2010 (931,3) e 2012 (956,9) que haviam sido os melhores anos da série histórica.
EM ATENÇÃO	ROUBOS	O índice de ocorrências por 100 mil habitantes, juntamente com a tendência de crescimento dos últimos anos, classificam a situação dos roubos em Altamira como “em atenção”, como já era classificada no ano anterior. Contribuiu para esta situação o aumento percentual de registros por 100 mil habitantes que, em 2014, atingiu a marca de 1.130 registros (em números absolutos) e variação de 74% em relação ao ano anterior.

Furtos

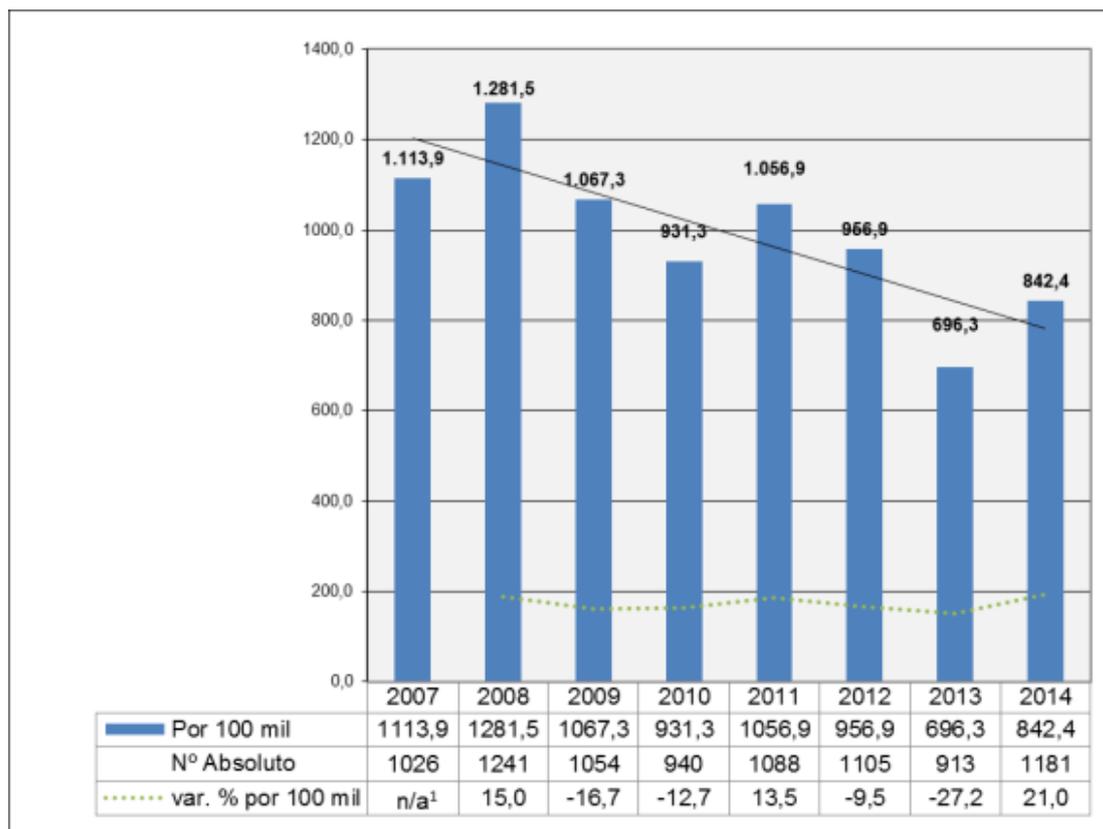


Figura 7.4 - 193 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes no ano, em Altamira, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

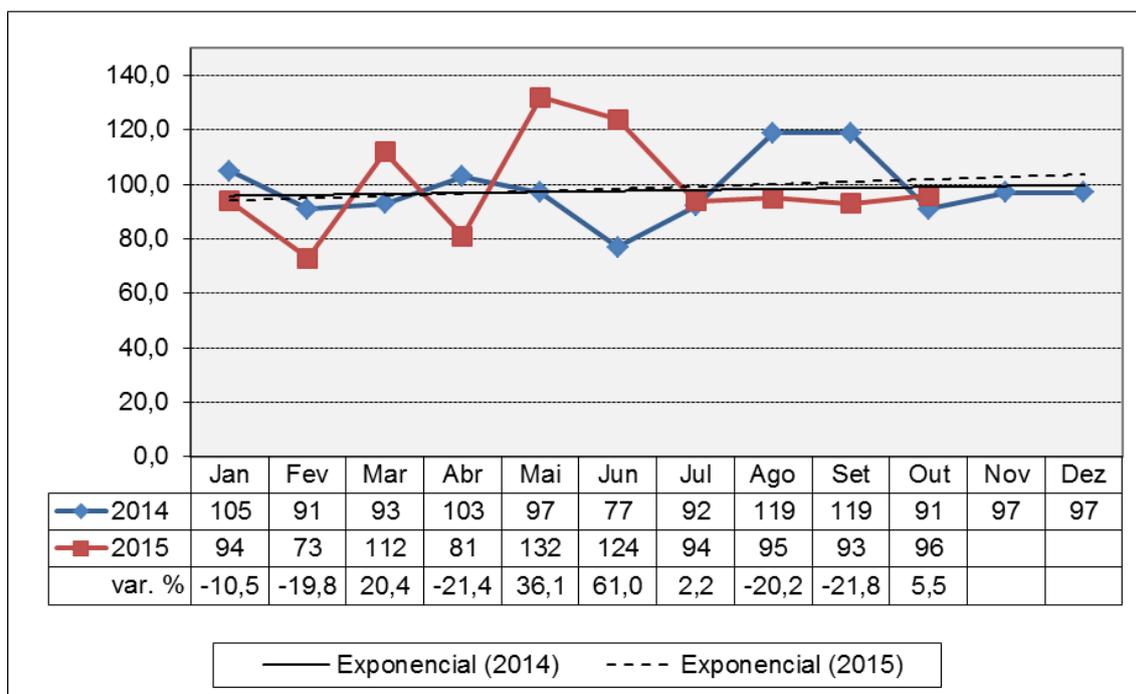


Figura 7.4 - 194 – Número de furtos, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Roubos

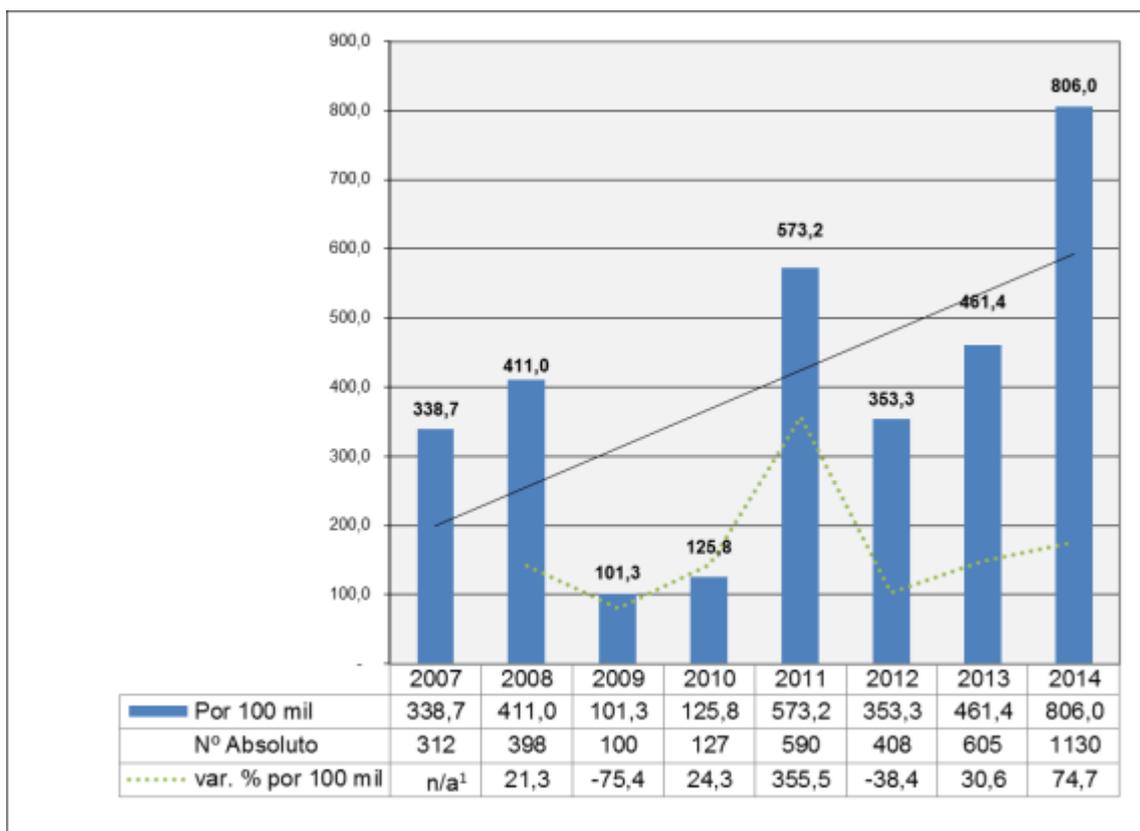


Figura 7.4- 195 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Altamira, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

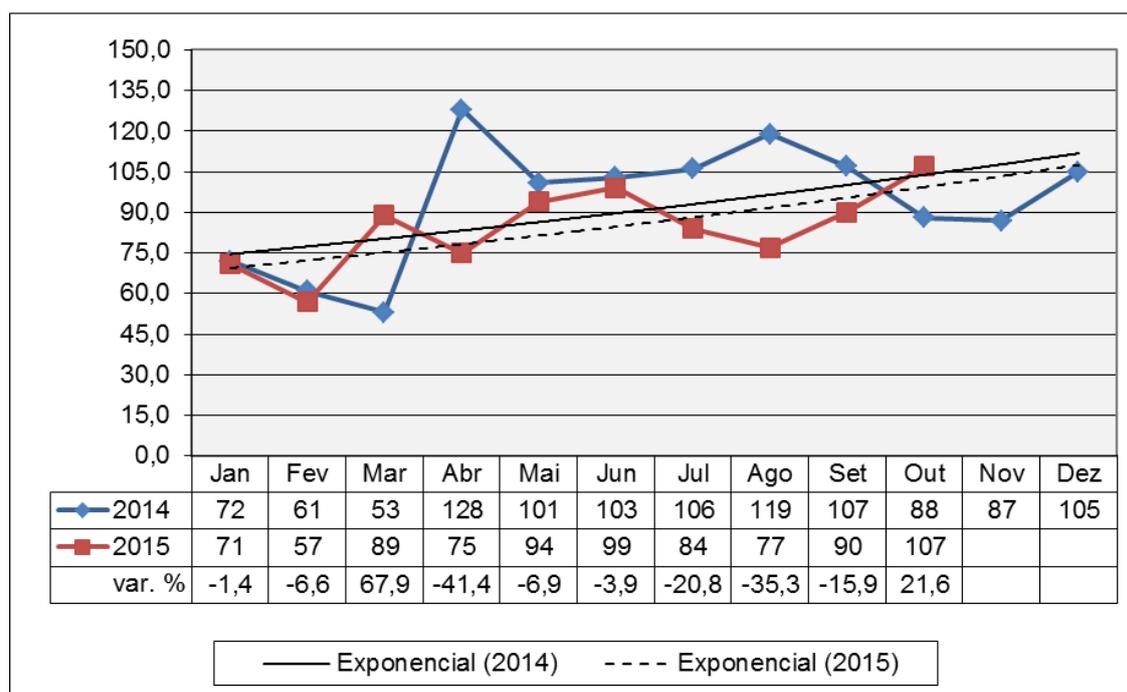


Figura 7.4 - 196 – Número de roubos, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

b) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Anapu

Quadro 7.4 - 81 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Anapu

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
SATISFATÓRIA	FURTOS	O índice de ocorrências por 100 mil habitantes de furtos registrados no último ano (498,1) e a tendência histórica de queda de furtos na região, faz com que a situação de Anapu seja classificada como “satisfatória”. Observa-se que após o aumento de 56,7% em 2013, os índices de ocorrências por 100 mil habitantes apresentaram redução 3,2% na passagem para 2014.
SATISFATÓRIA	ROUBOS	A taxa de registro de roubos de 142,3 em 2014, aliada à tendência histórica de roubos, colocam Anapu na classificação “satisfatória” no referido ano. Embora os dados do último ano sejam maiores que em 2013, os registros de roubos ao longo da série analisada não ficaram comprometidos em relação a sua tendência de baixa. Ainda assim, merece atenção o acompanhamento deste tipo de ocorrência, uma vez que nos 2 últimos anos a tendência foi de aumento.

Furtos

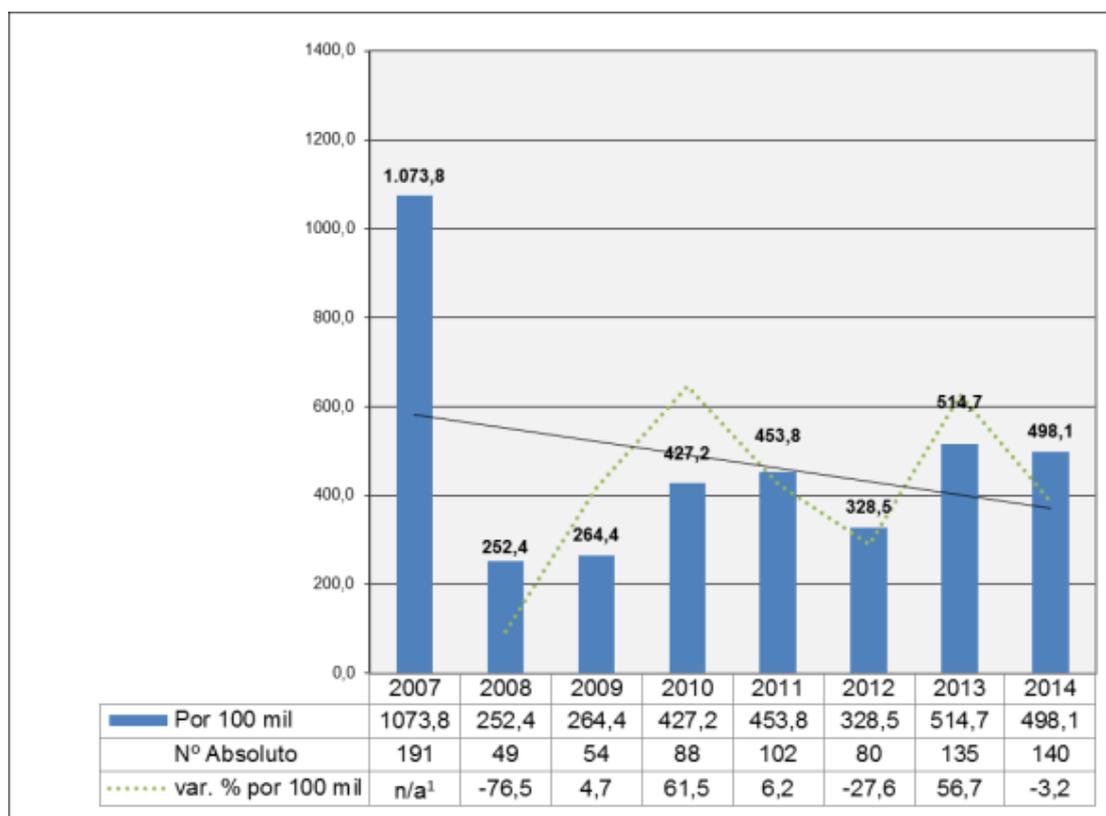


Figura 7.4- 197 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

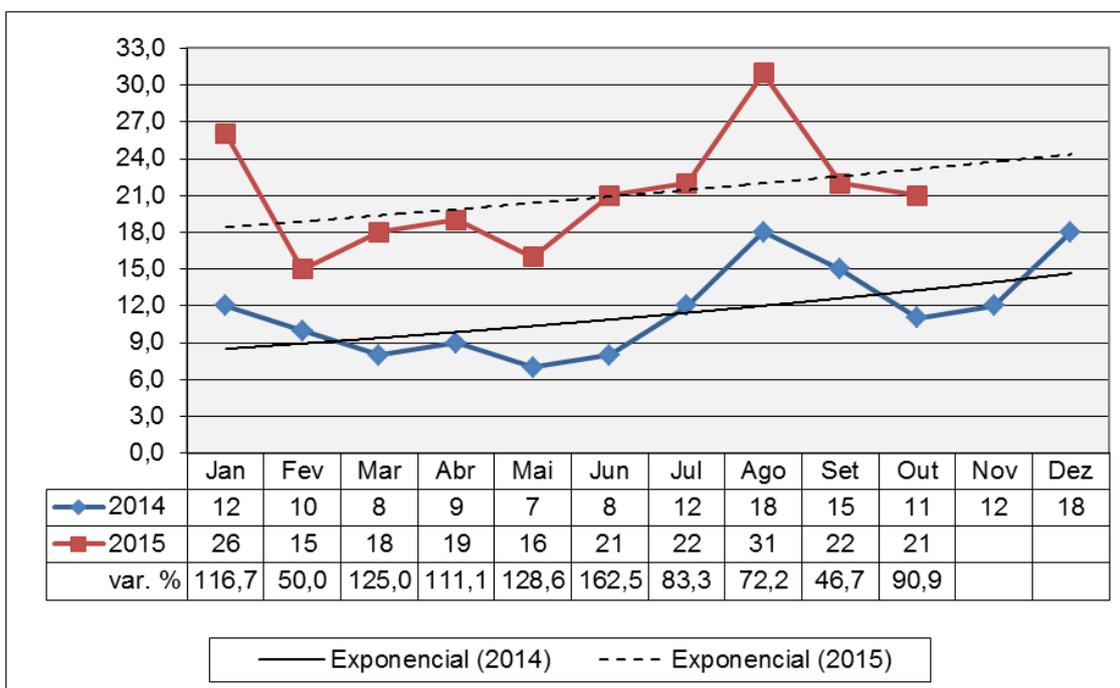


Figura 7.4 - 198 – Número de furtos, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Roubos

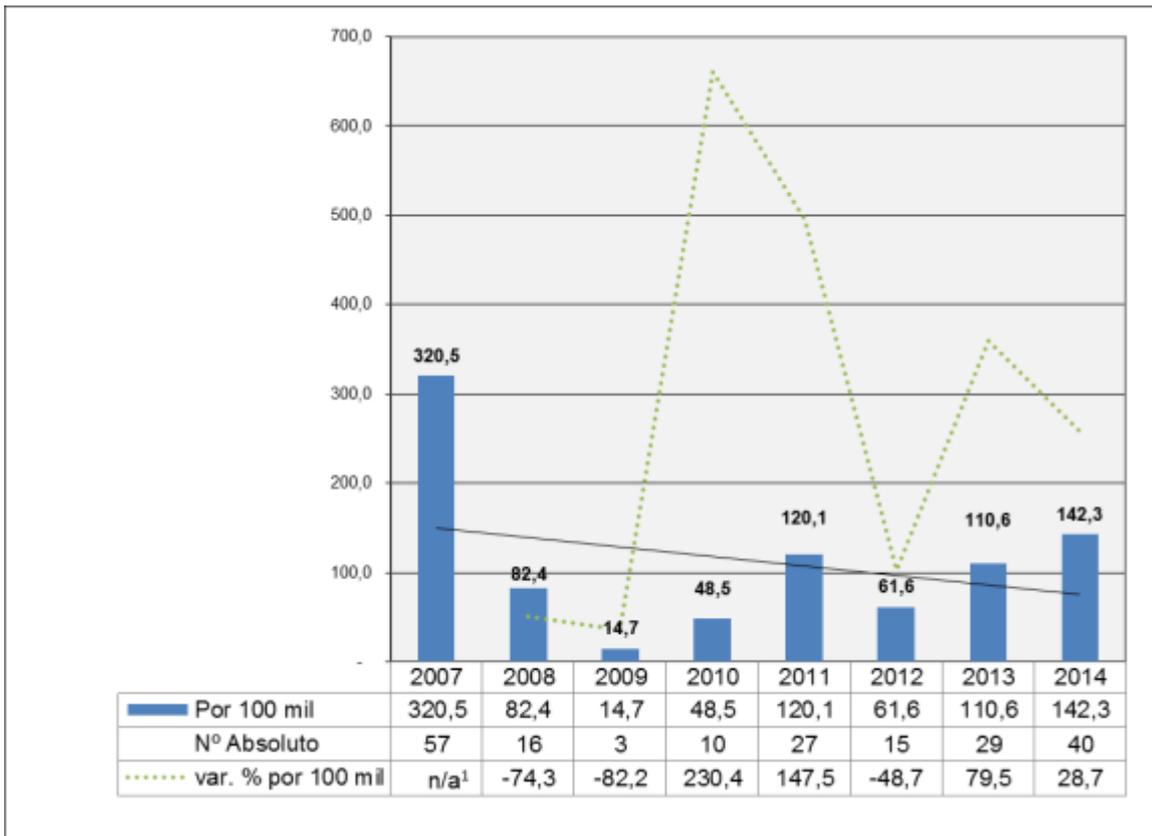


Figura 7.4- 199 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

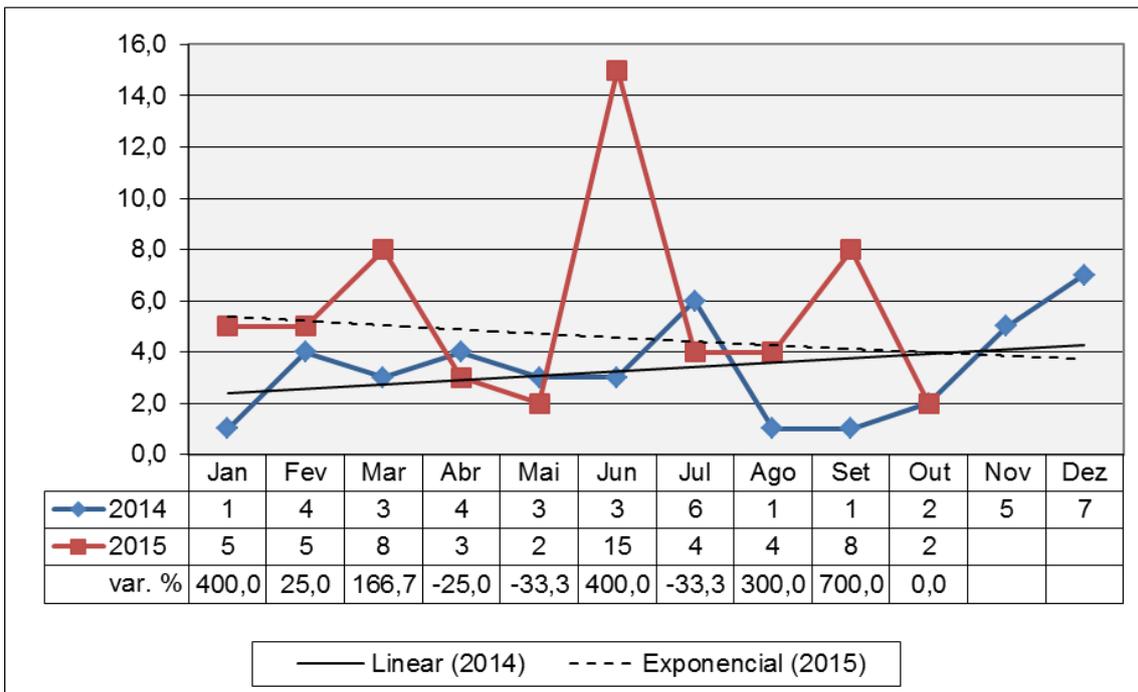


Figura 7.4 - 200 – Número de roubos, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

c) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 82 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Brasil Novo

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	FURTOS	<p>A tendência histórica observada classifica a situação em Brasil Novo como “em atenção”, uma vez que seu índice encontra-se acima nos parâmetros do primeiro grupo da classificação com 444,8 registros por 100 mil habitantes em 2014.</p> <p>Os números de 2014 apontam para a mesma tendência já observada no ano anterior, porém o aumento, embora significativo, desta vez foi menos acentuado: 25,3% entre 2013 e 2014 contra 186,7% entre 2012 e 2013.</p>
EM ATENÇÃO	ROUBOS	<p>Em função da tendência histórica de alta observada no município, a situação de Brasil Novo, em relação aos registros de roubos, classificou o município como “em atenção”.</p> <p>Vale lembrar que a localidade registrou, em termos absolutos, pequeno crescimento do número de ocorrências, passando de 18 para 25 no total anual entre 2013 e 2014. Devido ao baixo patamar qualquer variação provoca alterações relativas que se destacam (Figura 7.4 - 203). Os números, porém, alertam para o crescimento constante do indicador nos últimos anos.</p>

Furtos

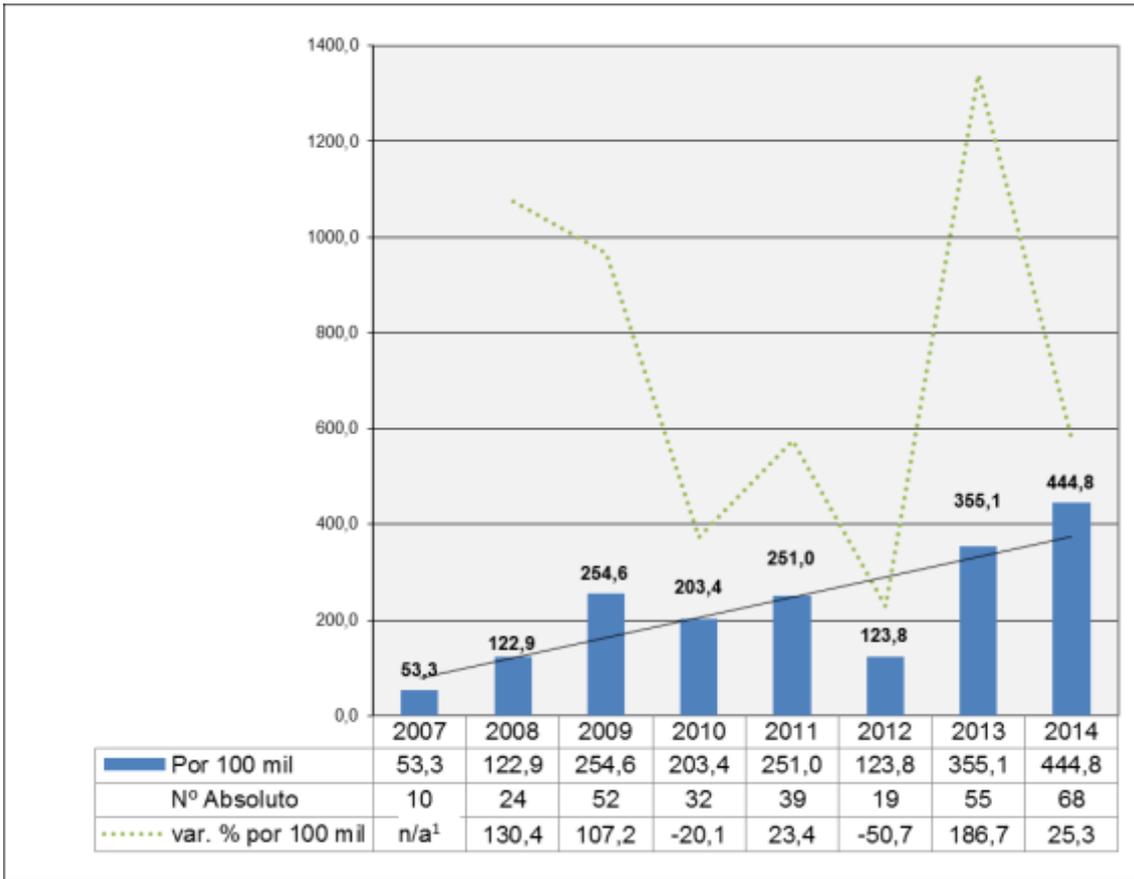


Figura 7.4 - 201 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes ano, em Brasil Novo, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

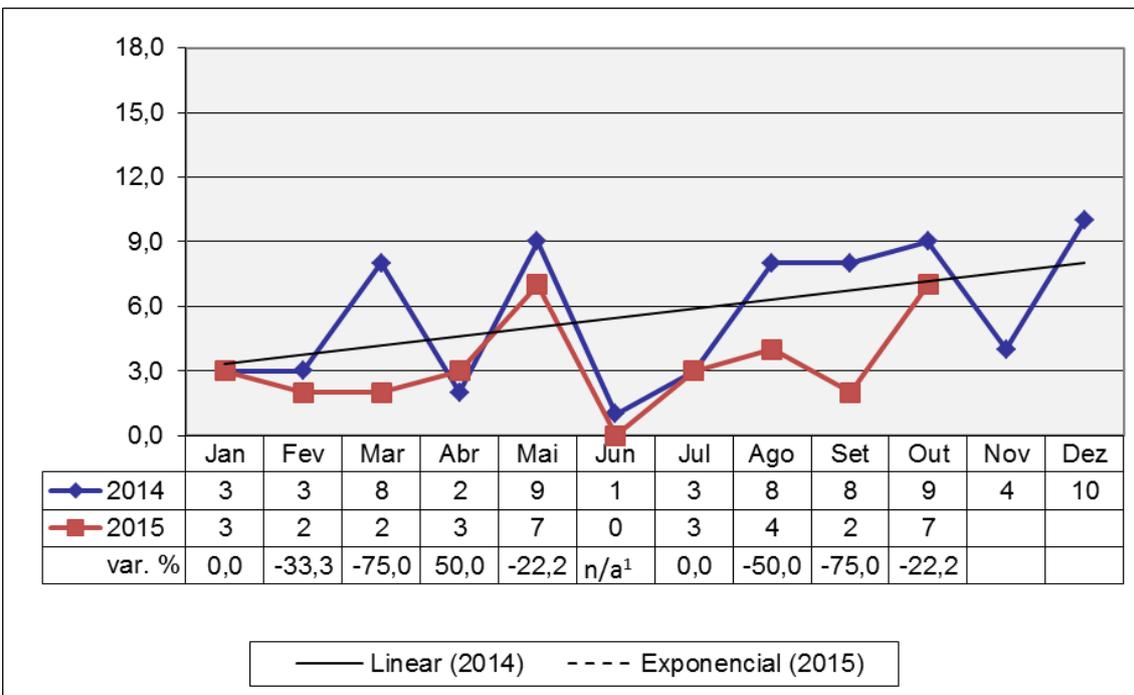


Figura 7.4 - 202 – Número de furtos, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Roubos

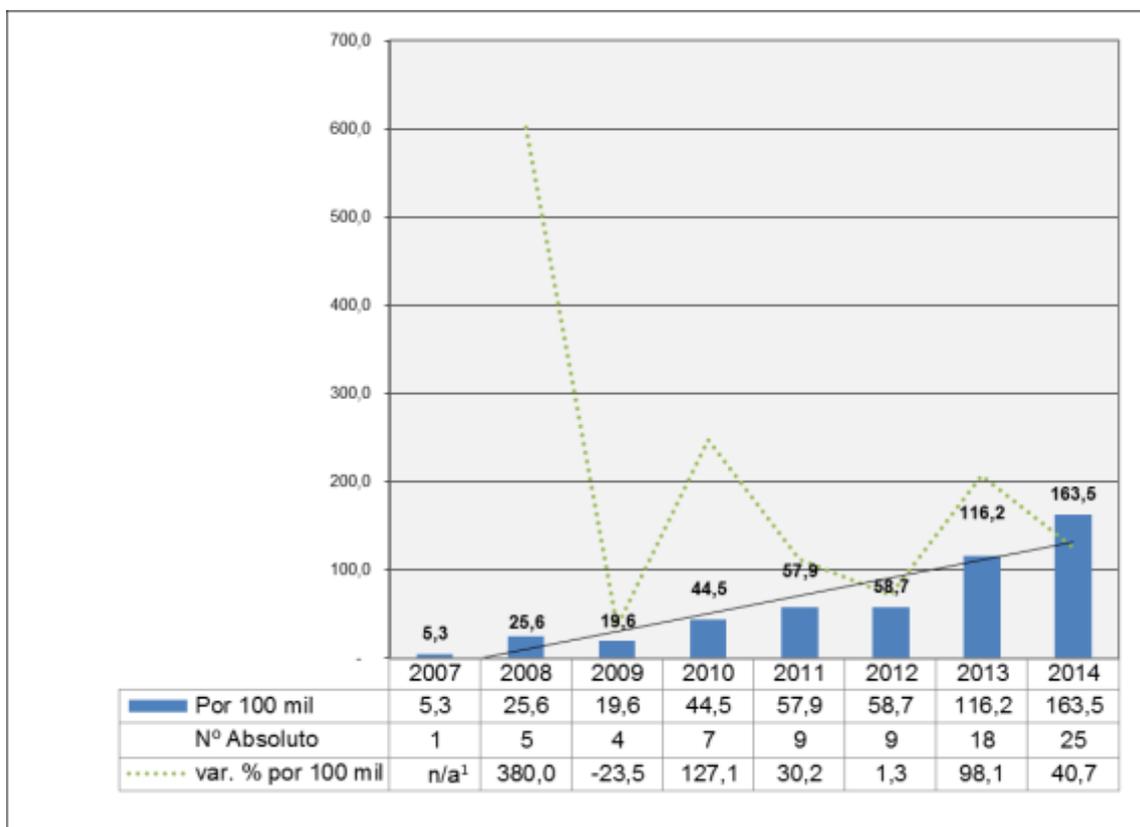


Figura 7.4 - 203 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Brasil Novo, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

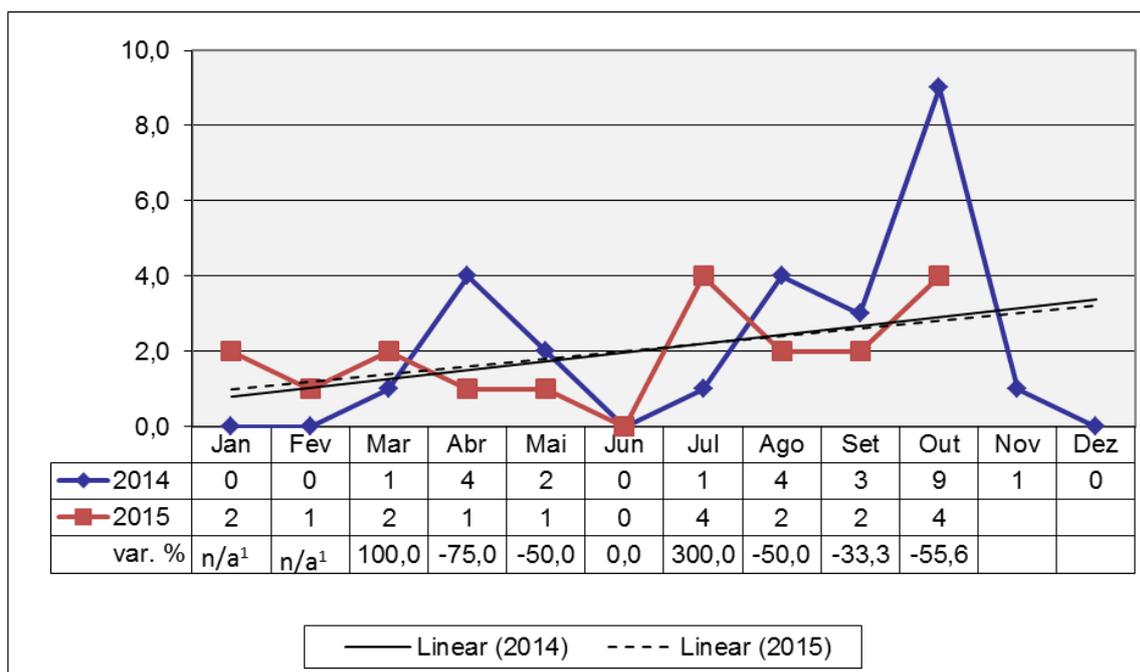


Figura 7.4 - 204 – Número de roubos, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

d) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 83 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Senador José Porfírio

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	FURTOS	<p>Considerando a tendência de crescimento, a situação em Senador José Porfírio é classificada como “em atenção”.</p> <p>Embora os valores absolutos de registros de furtos em Senador José Porfírio sejam baixos e, sua taxa de furtos por 100 mil habitantes, fica abaixo da faixa considerada para a situação “em atenção” (Figura 7.4 - 205), a sua tendência de crescimento coloca o município em situação “em atenção”.</p> <p>Nota-se que os valores de 2014 deste índice mostraram-se 30,5% inferior se comparado com 2013. Porém, apesar da tendência ser de crescimento, ela se apresenta inconstante ano a ano.</p>
SATISFATÓRIA	ROUBOS	<p>Com relação aos roubos, a tendência histórica das ocorrências no município e a taxa de ocorrências por 100 mil habitantes classificam a situação em Senador José Porfírio como “satisfatória”.</p> <p>Baseado no comportamento geral da série infere-se que 2009 apresentou problemas na consolidação de seus registros. Corroborando para a classificação do município a queda das taxas por 100 mil habitantes entre 2013 e 2014 (-82,9%) após o crescimento registrado entre 2012 e 2013.</p>

Furtos

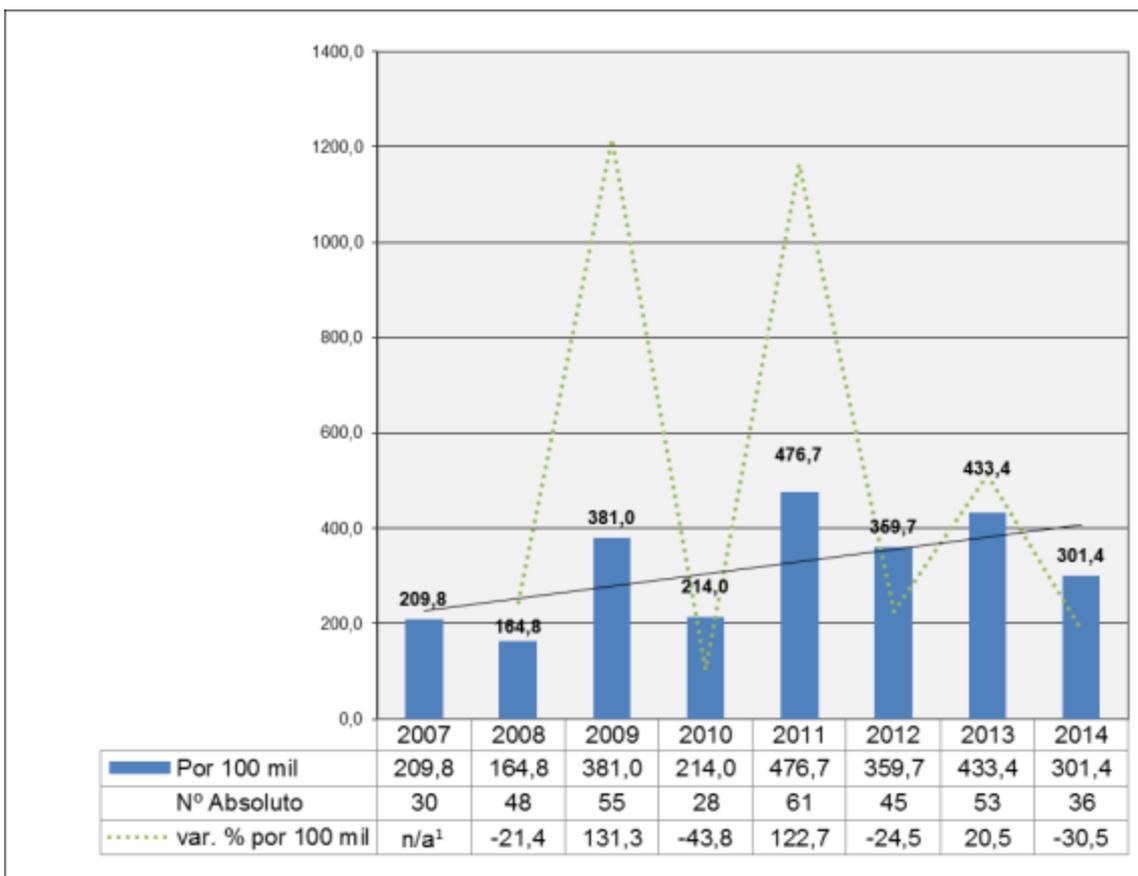


Figura 7.4 - 205 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

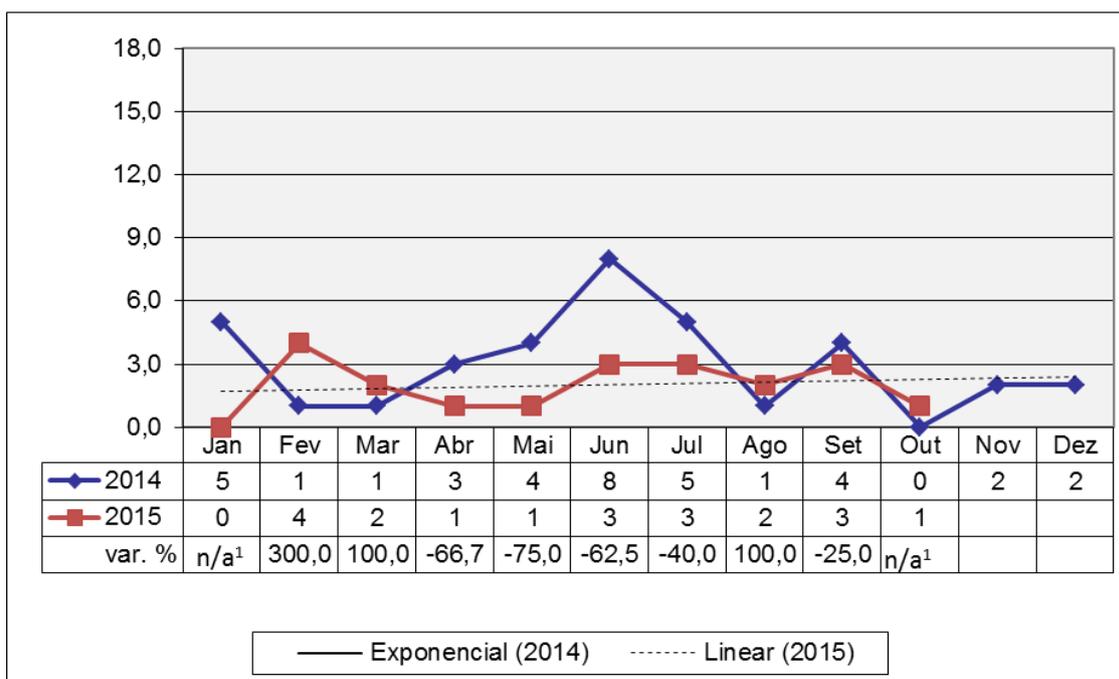


Figura 7.4 - 206 – Número de furtos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Roubos

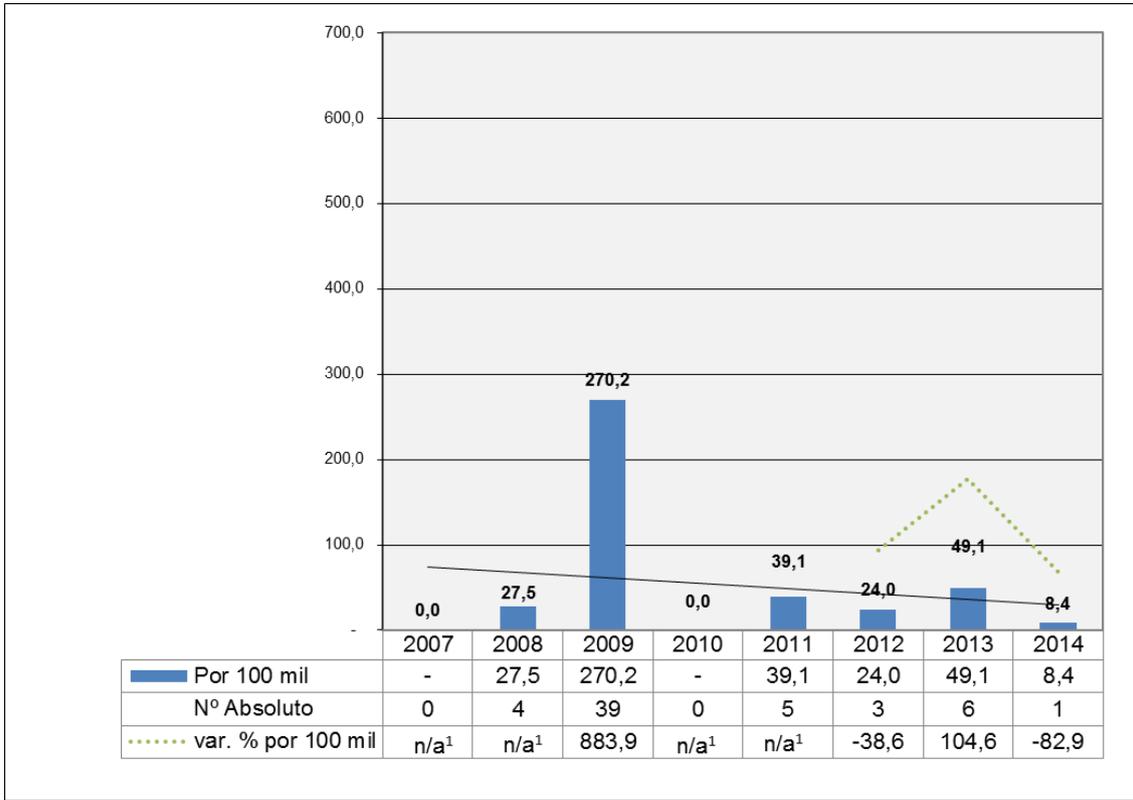


Figura 7.4 - 207 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

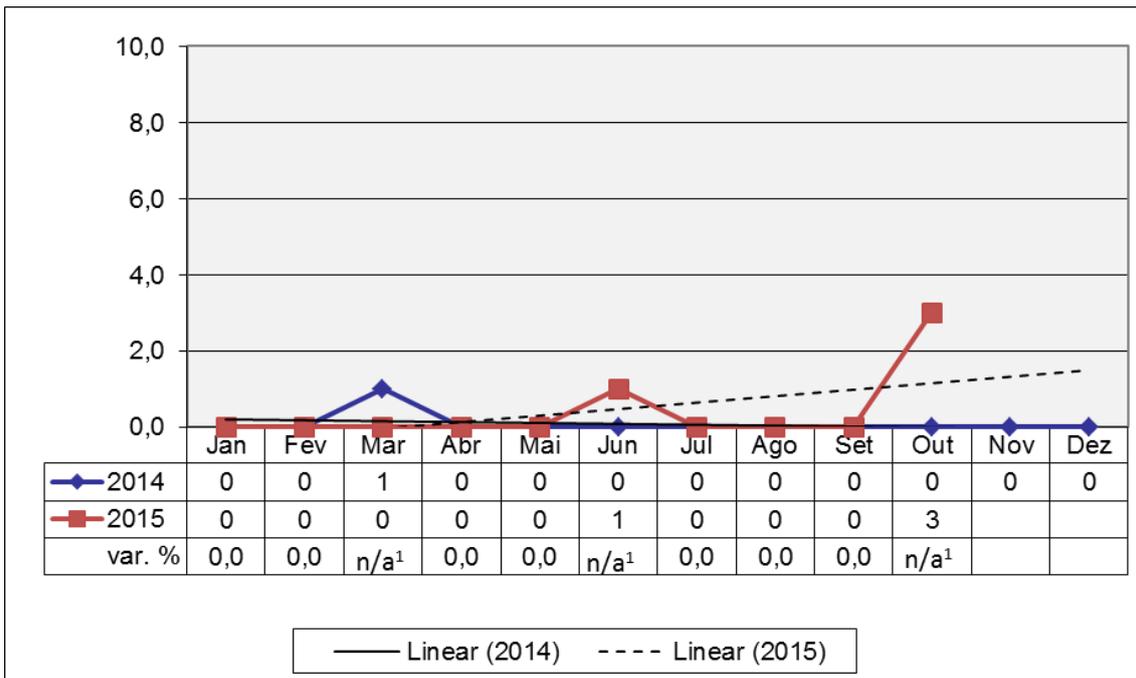


Figura 7.4 - 208 – Número de roubos em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

e) Análise da evolução do número de Furtos e Roubos – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 84 – Análise da situação segundo a taxa de furtos e roubos por 100 mil habitantes, evolução do número de furtos e roubos anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Vitória do Xingu

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	FURTOS	<p>A situação do município de Vitória do Xingu é classificada como “em atenção” devido principalmente à tendência histórica de alta observada na região.</p> <p>Após crescimento de 11,4% da taxa de furtos por 100 mil habitantes, registrada em 2013, Vitória do Xingu apontou para nova alta em 2014, porém em proporção mais discreta do que aquela registrada no ano anterior (1,4%).</p>
EM ATENÇÃO	ROUBOS	<p>A tendência de crescimento, embora discreta, entre 2009 e 2014 também classifica a situação dos roubos em Vitória do Xingu como “em atenção”.</p> <p>O município que apresentava resultados razoáveis de baixa em 2012 e 2013, após alto índice em 2011, volta a apresentar em 2014 um crescimento significativo de 116,6% em comparação com o ano anterior.</p>

Furtos

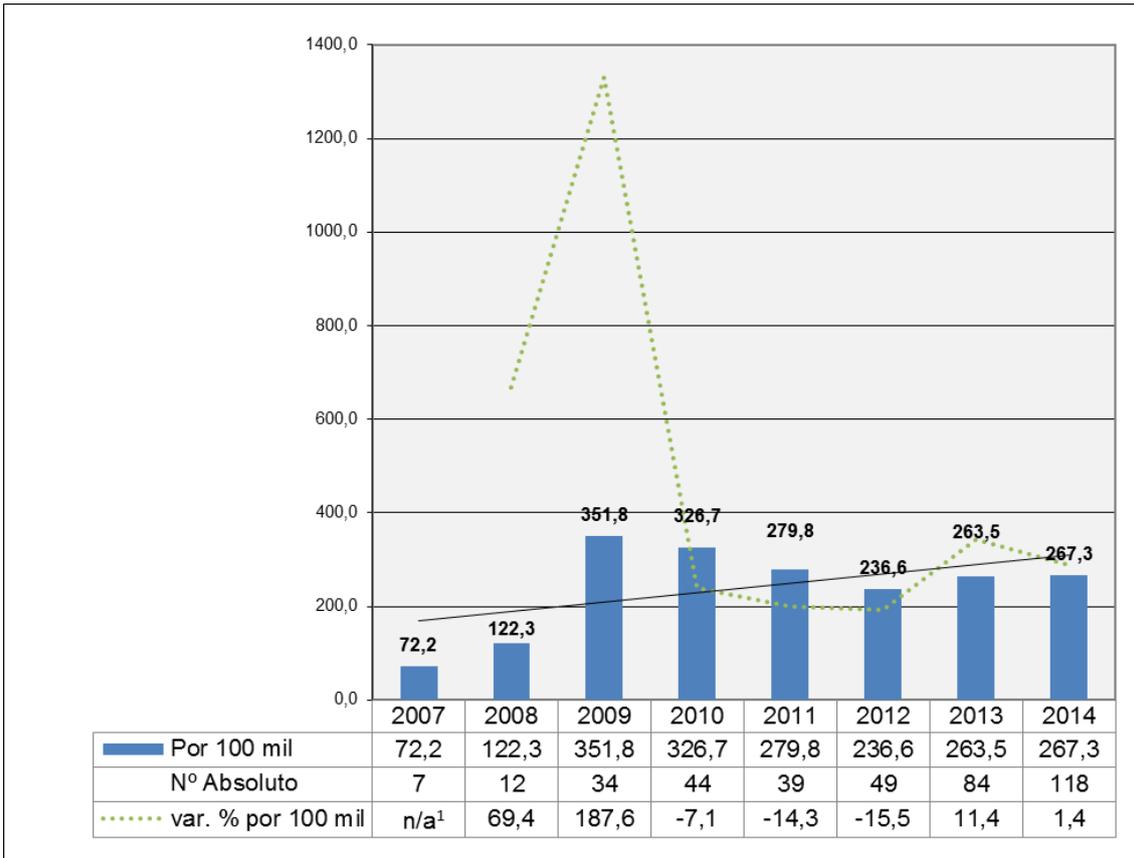


Figura 7.4 - 209 – Número e taxa de furtos por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

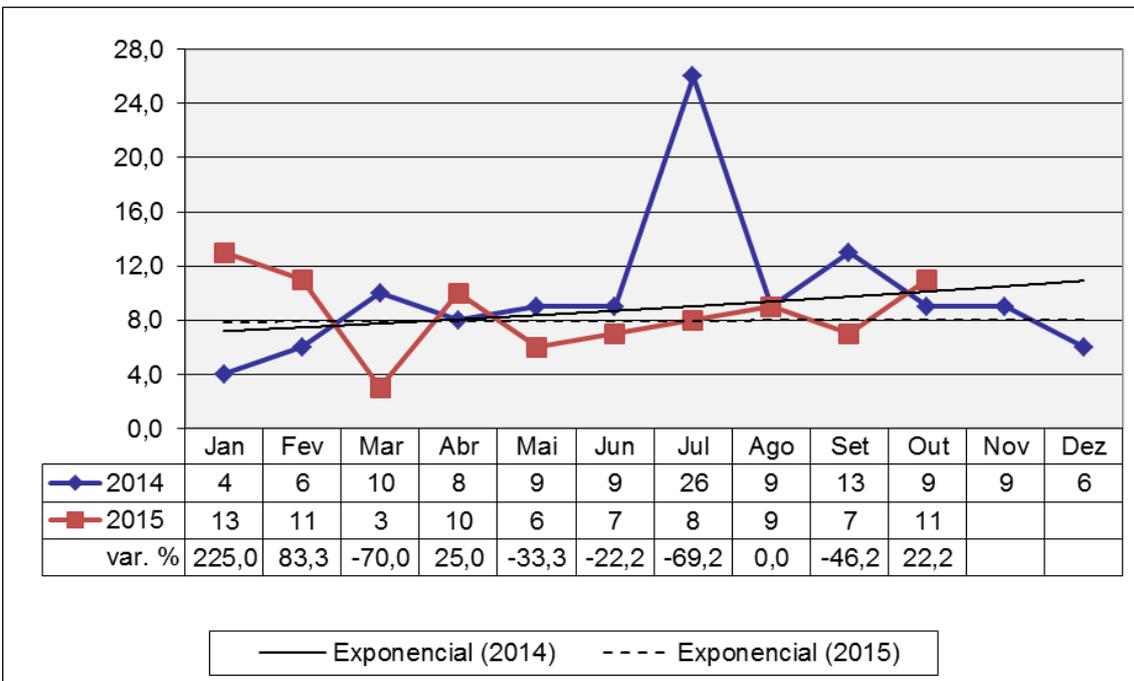


Figura 7.4 - 210 – Número de furtos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Roubos

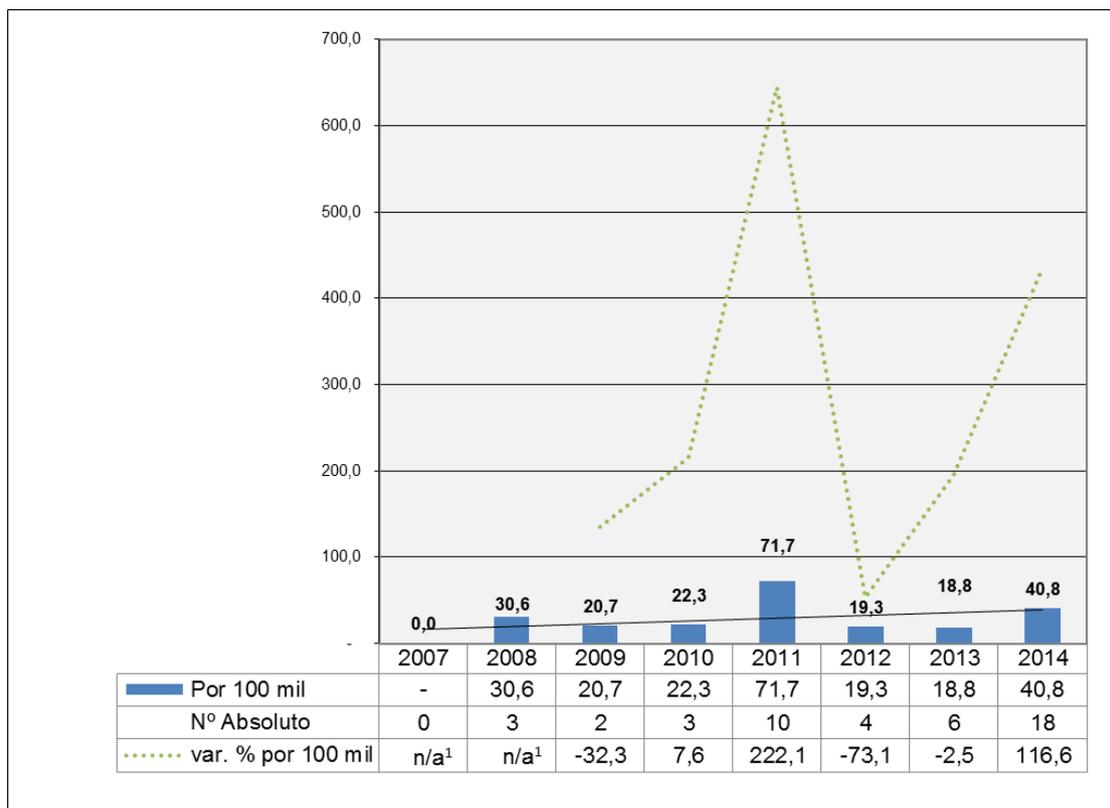


Figura 7.4 - 211 – Número e taxa de roubos por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

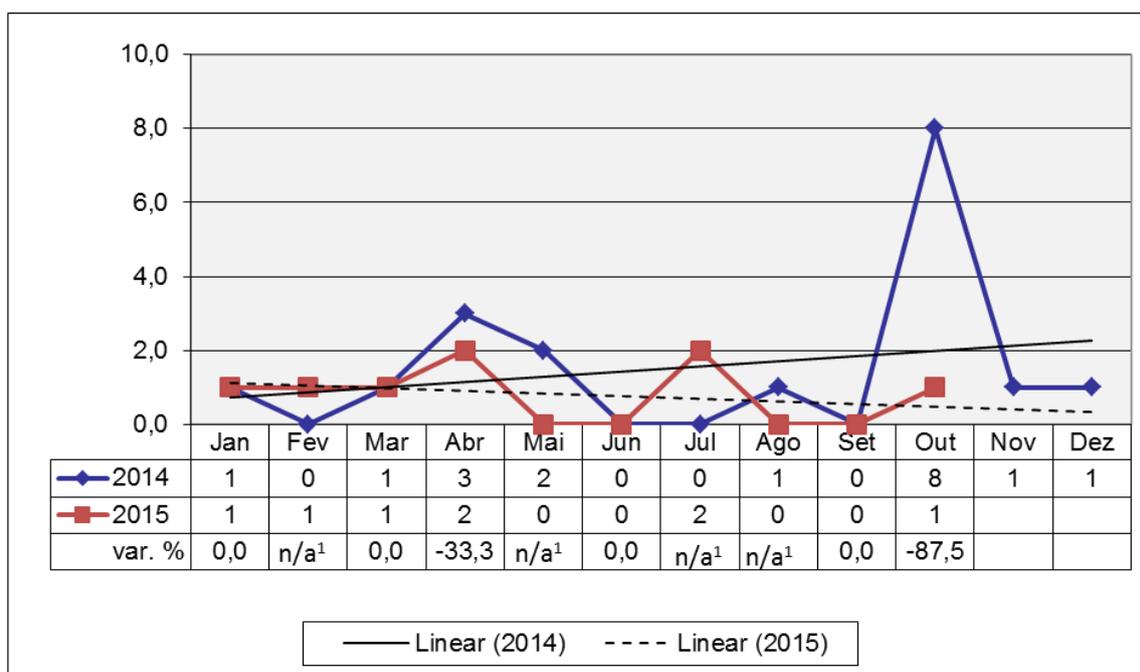


Figura 7.4 - 212 – Número de roubos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a abril de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Considerações Gerais – furtos e roubos

Quanto aos crimes contra o patrimônio, no caso de furtos há uma tendência à queda de registros em Altamira nos últimos anos, desde 2007. Mesmo quando se considera a partir de 2011, ano de implantação do empreendimento tal tendência de queda se mantém. Em relação aos roubos, ocorre uma tendência de aumento em 2014 quando comparada aos anos anteriores. Mas em 2015, até outubro não se nota aumento de registros, estando em um patamar um pouco inferior em quase todos os meses se comparado ao mesmo mês de 2014. Caso se mantenha tal tendência até o final do ano, deverá ocorrer uma reversão com queda nos registros em 2015. Em relação aos demais municípios da AID, os números em termos relativos são significativamente menores que em Altamira. Em Anapu os furtos tendem à queda desde 2007, muito embora haja registros em número pouco maior em 2015 quando comparado a 2014. Nos roubos, a tendência é de queda nos últimos anos desde 2007, e mesmo em termos absolutos não são em grande número. Brasil Novo e Senador José Porfírio apresentam tendência de aumento de furtos e roubos desde 2007, mas em termos relativos ainda se encontram em patamar muito inferior a Altamira. No caso de Vitória do Xingu, além de os números de furtos e roubos serem muito menores em termos relativos quando comparados a Altamira, em termos absolutos também são pouco significativos. Como exemplo, em 2015 foram registrados apenas 20 furtos e 4 casos de roubos.

Crimes contra a pessoa

a) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Altamira

Quadro 7.4 - 85 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Altamira

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	LESÕES DOLOSAS	<p>Em Altamira, a tendência histórica dos registros de lesões dolosas juntamente com o número de casos por 100 mil habitantes registrados fazem a classificação desse tipo de delito ser classificado “em atenção”.</p> <p>Após atingir o ápice em 2011, os resultados anuais apresentaram redução significativa em 2013 (29,5%), com número de registro de 266,2 por 100 mil habitantes, menor do que o mínimo da categoria (299). Porém, em 2014, voltaram a subir quase na mesma proporção (22,7% e 326,7 registros).</p>

Lesões dolosas

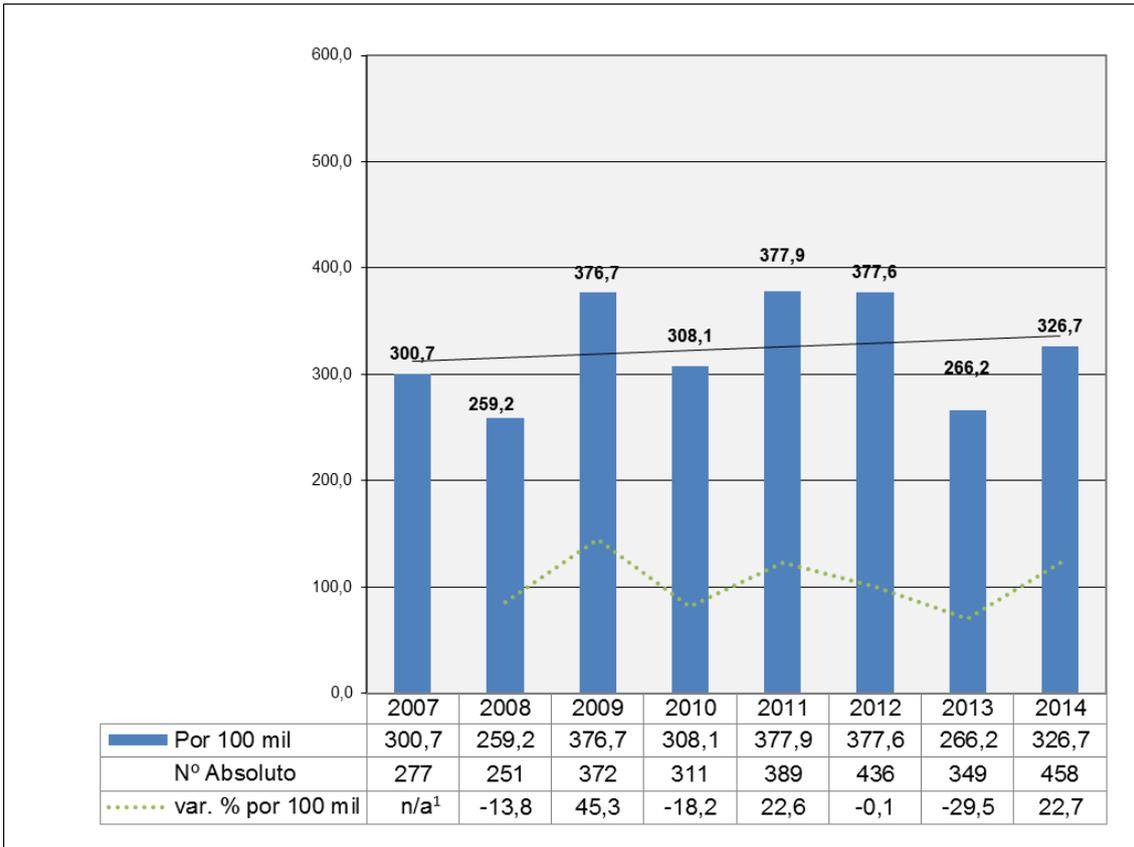


Figura 7.4 - 213 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Altamira, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

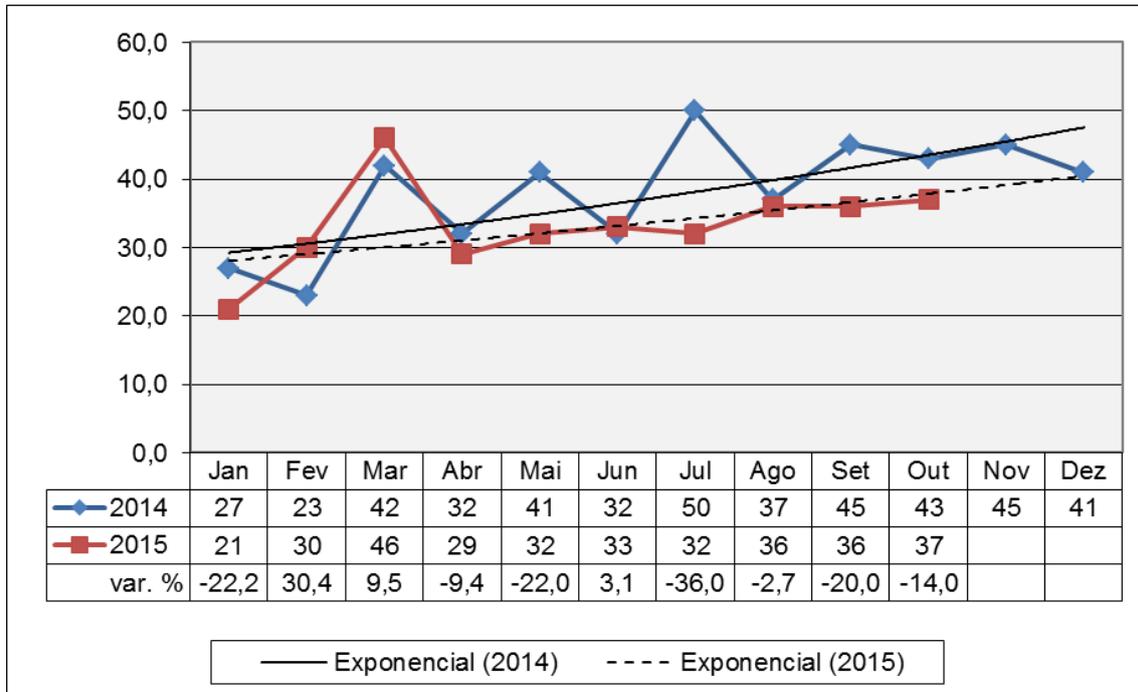


Figura 7.4- 214 – Número de lesões dolosas, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Homicídios dolosos

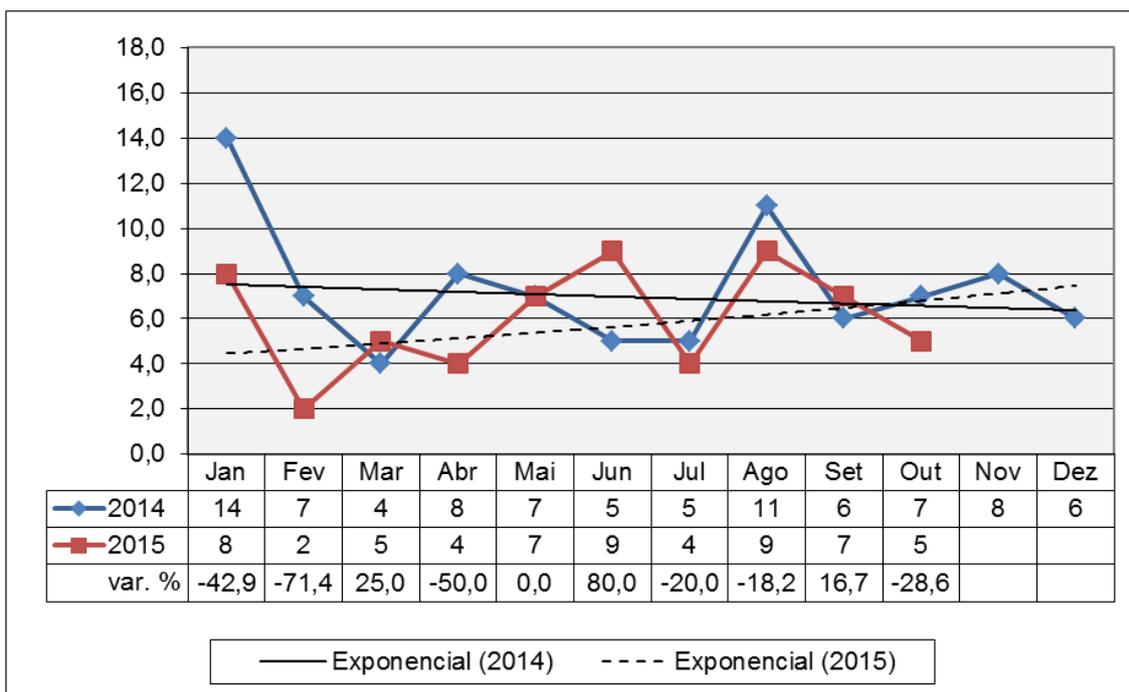


Figura 7.4 - 215 – Número de homicídios dolosos, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

b) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Anapu

Quadro 7.4 - 86 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de homicídios e lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Anapu

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	LESÕES DOLOSAS	<p>Em função, principalmente da tendência de crescimento identificada, em relação aos registros de lesões dolosas, Anapu esta classificada como “em atenção”.</p> <p>O resultado de 2014 mostrou aumento de 49,3% na variação de ocorrências por 100 mil habitantes em relação ao ano anterior alcançando 227,7, valor abaixo do parâmetro para a categoria em que foi classificada.</p>

Lesões dolosas

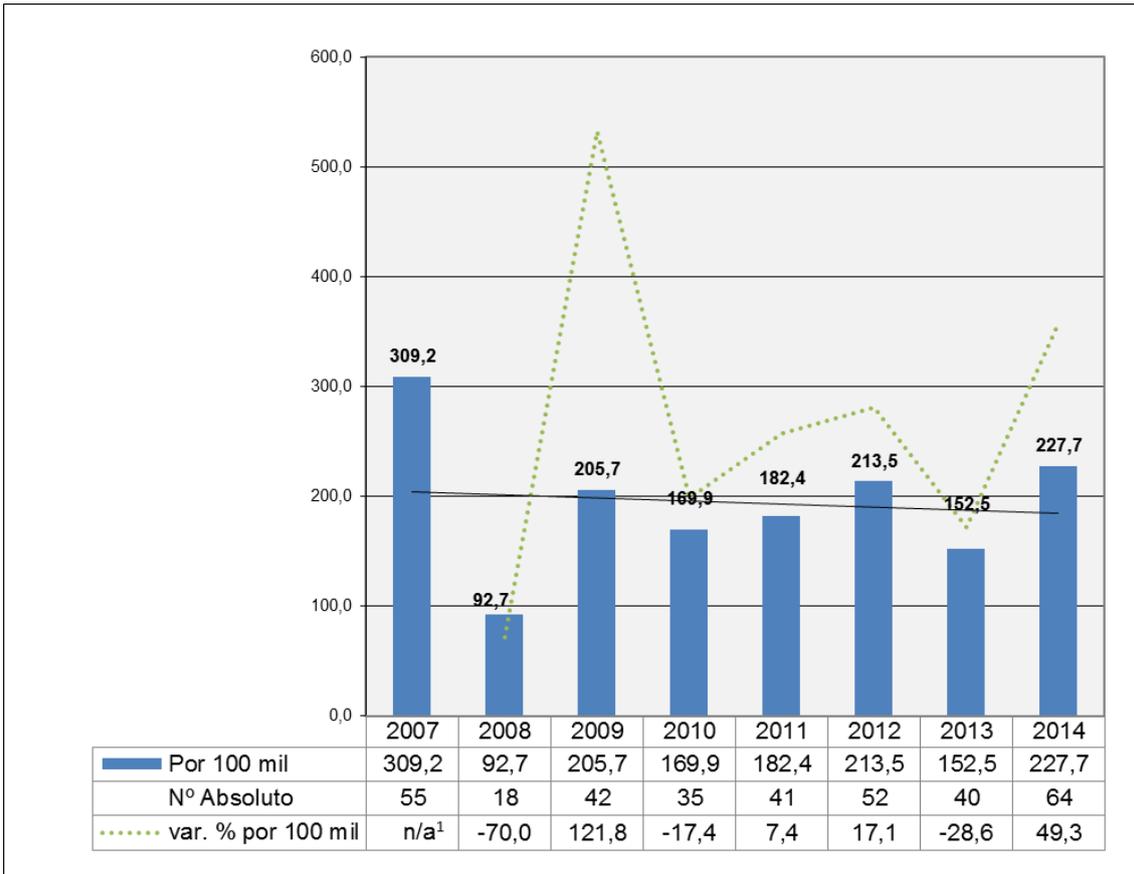


Figura 7.4 - 216 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

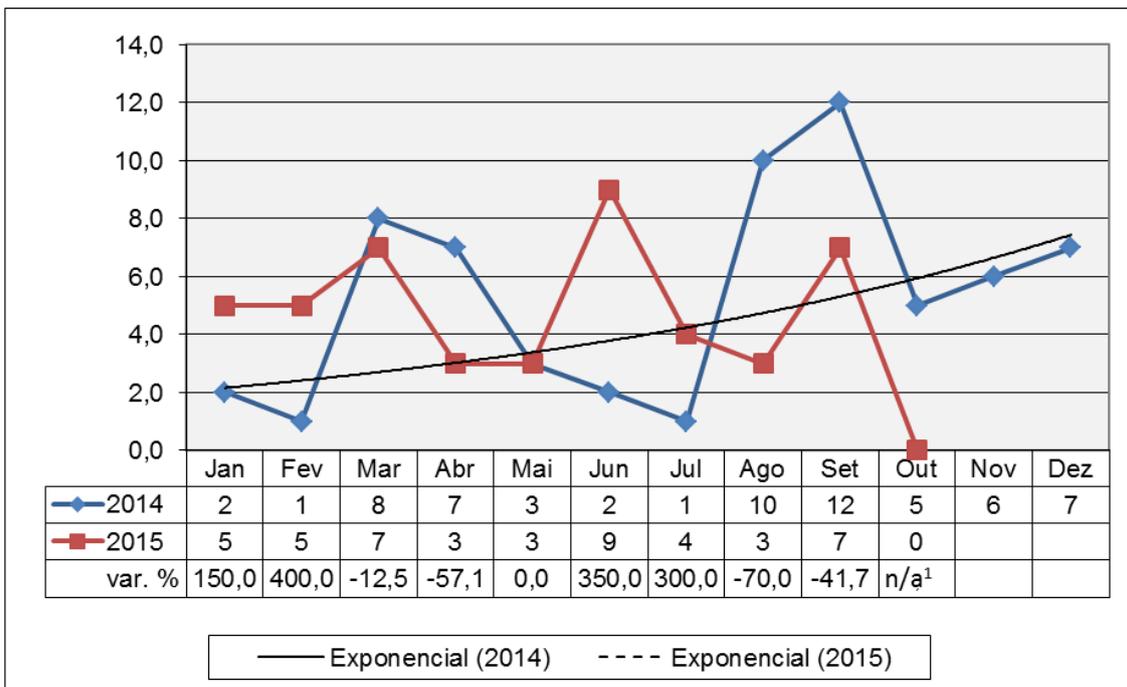


Figura 7.4 - 217 – Número de lesões dolosas, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Homicídios dolosos

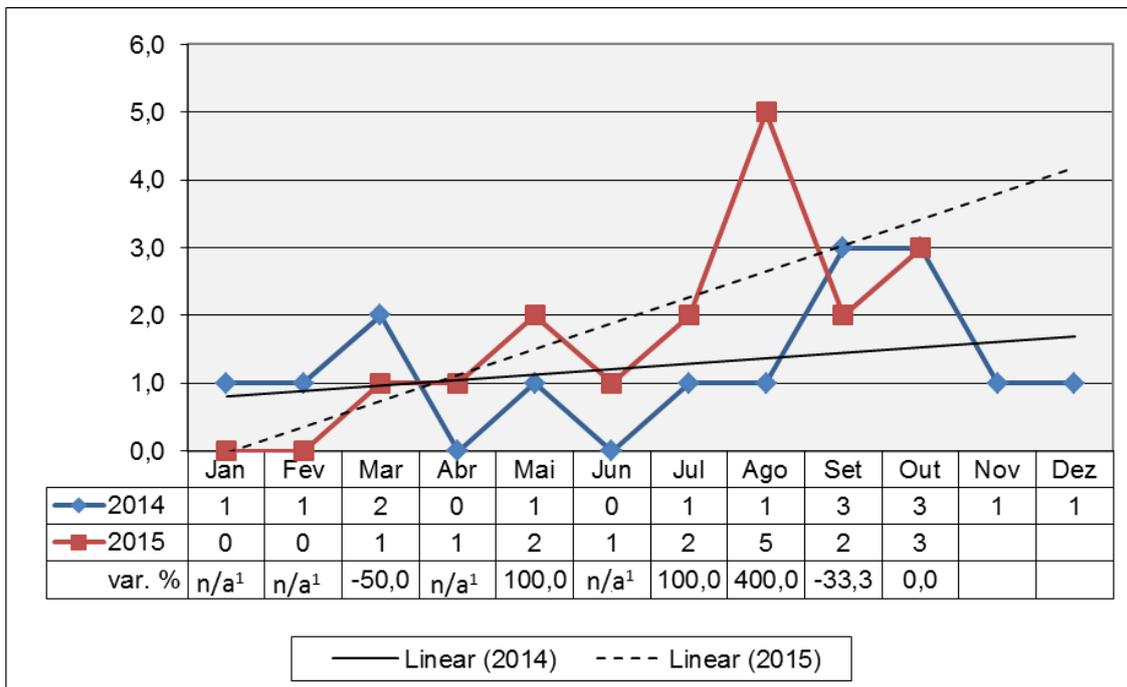


Figura 7.4 - 218 – Número de homicídios dolosos em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

c) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 87 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de homicídios e lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos p dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Brasil Novo

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	LESÕES DOLOSAS	<p>A situação dos registros de lesões dolosas em Brasil Novo é classificada como “em atenção”. Esse diagnóstico é feito com base na tendência histórica apresentada pelo indicador e pela taxa de ocorrências por 100 mil habitantes registrada no município.</p> <p>Com picos registrados em 2009 e 2012, houve uma queda expressiva de 24,1% em 2013 ante 2012. Em 2014 a variação por 100 mil habitantes apresentou aumento de 5,7% na comparação com o ano anterior.</p>

Lesões dolosas

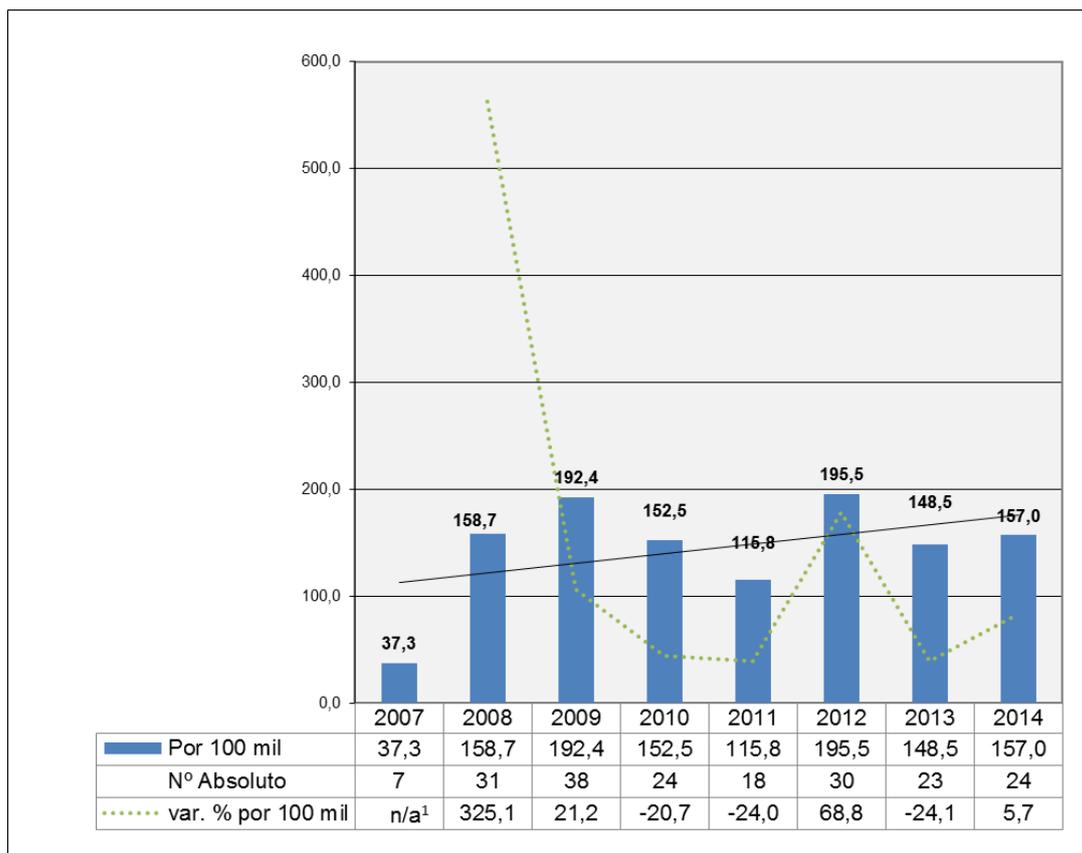


Figura 7.4 - 219 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Brasil Novo, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

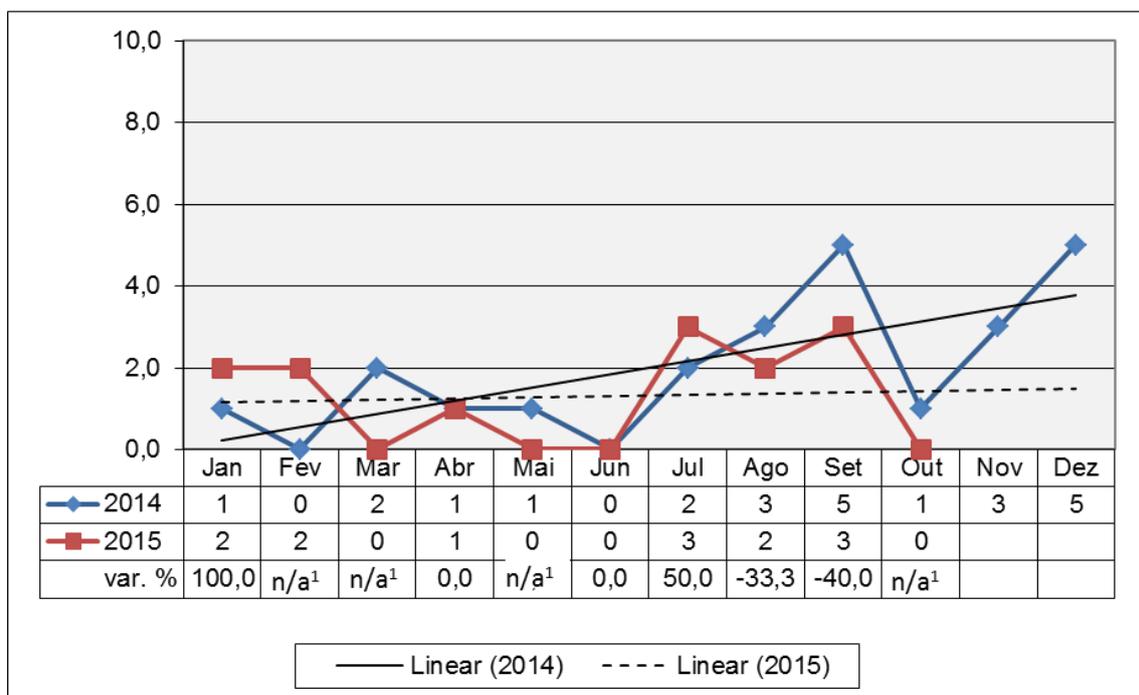


Figura 7.4- 220 – Número de lesões dolosas, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Homicídios dolosos

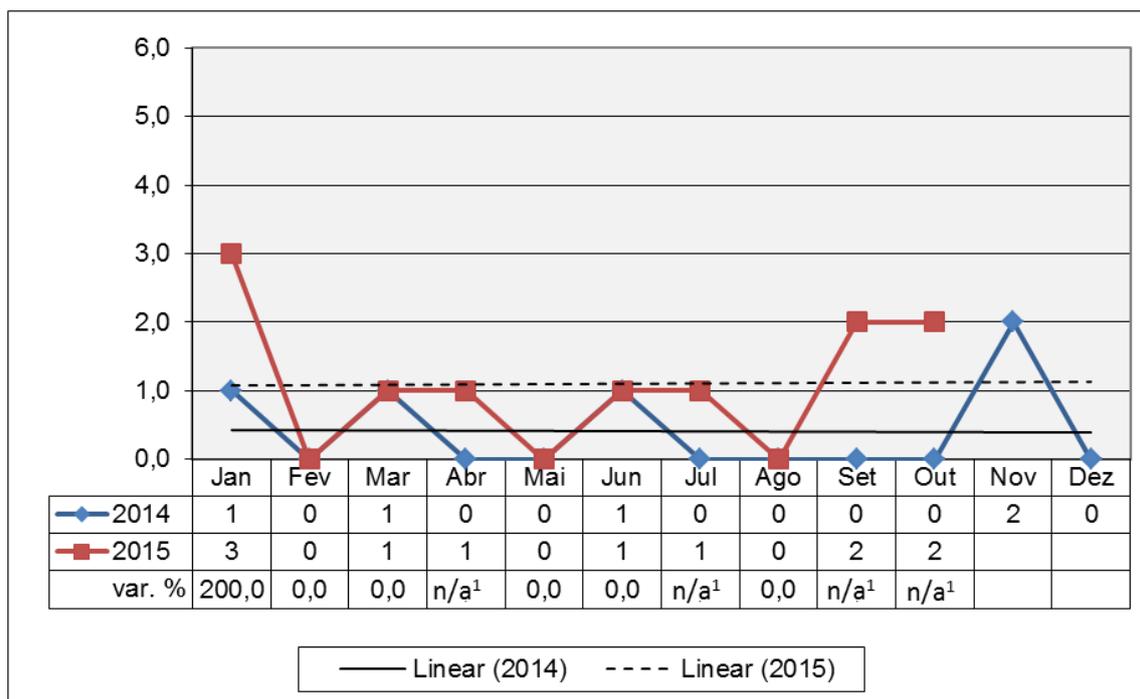


Figura 7.4 - 221 – Número de homicídios dolosos, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

d) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 88 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de homicídios e lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Senador José Porfírio

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	LESÕES DOLOSAS	<p>Considerando a tendência de crescimento nos registros deste tipo de ocorrência, juntamente com o quantitativo por 100 mil habitantes, a situação em relação às lesões dolosas é classificada como “em atenção”.</p> <p>Os registros de lesão dolosa que apresentavam desaceleração até 2013 volta a registrar aumento de 30,6% na consolidação de 2014, apresentando o indicador de 309,8 ocorrências por 100 mil habitantes.</p>

Lesões dolosas

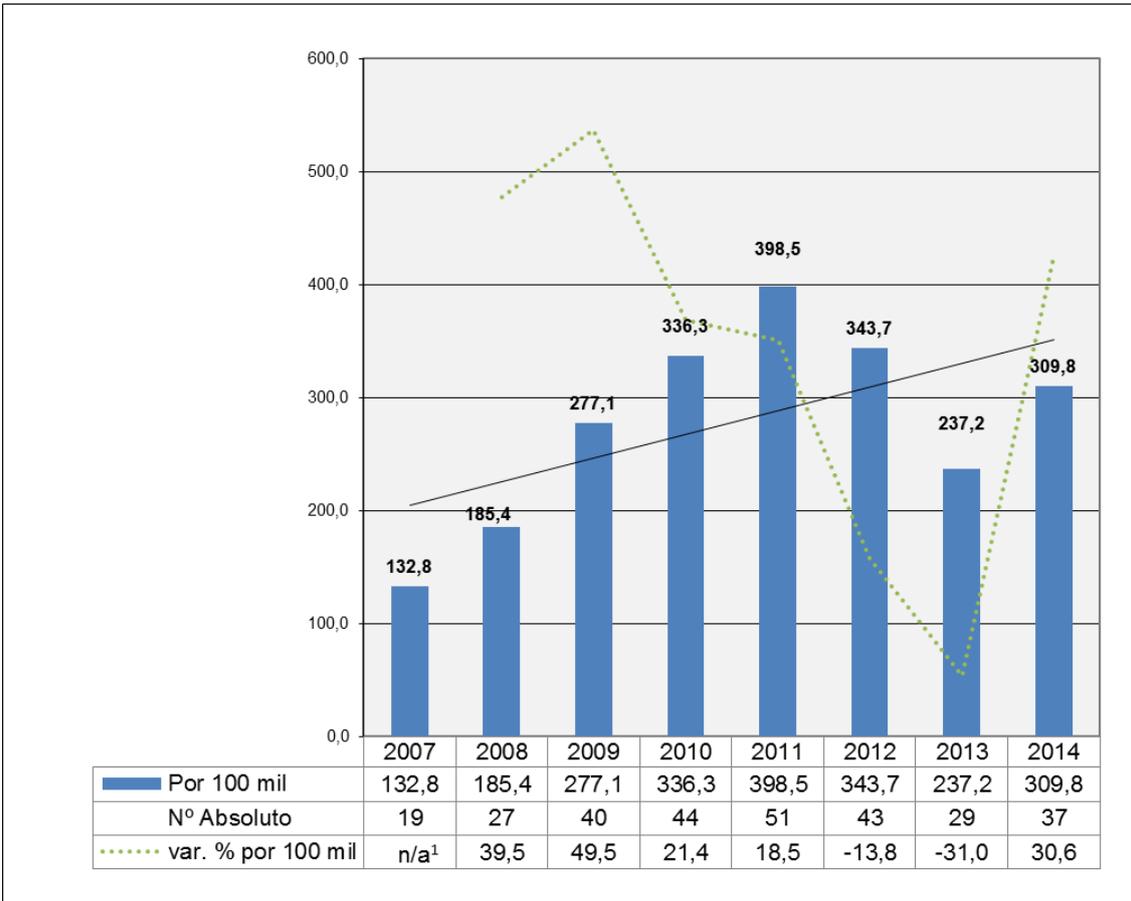


Figura 7.4- 222 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

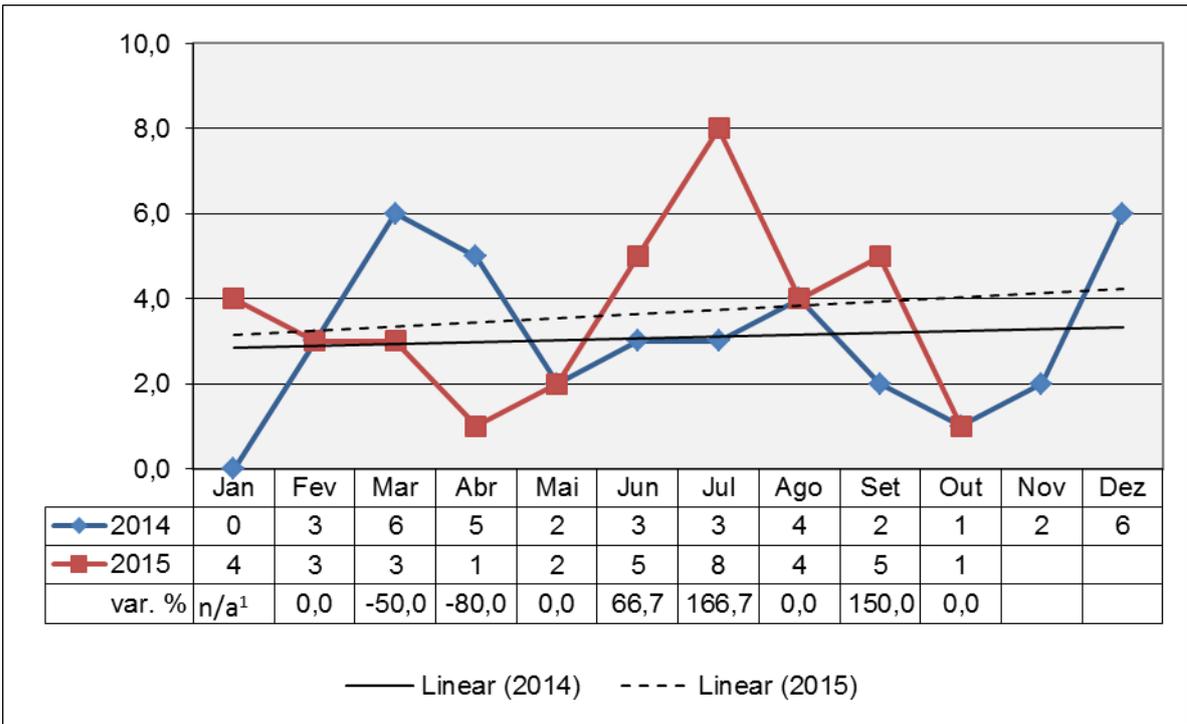


Figura 7.4- 223 – Número de lesões dolosas, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.
1: n/a – não se aplica.

Homicídios dolosos

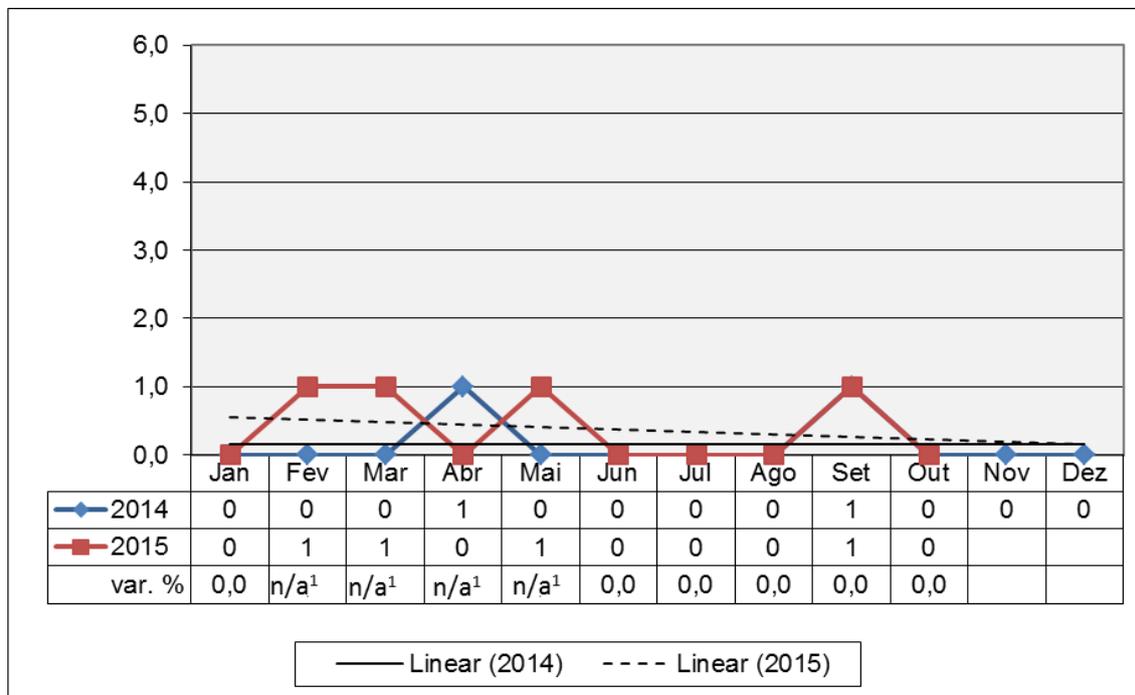


Figura 7.4 - 224 – Número de homicídios dolosos, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.
1: n/a – não se aplica
Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

e) Análise da evolução do número de Lesões e Homicídios Dolosos – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 89 – Análise da situação segundo a taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes, evolução do número de homicídios e lesões dolosas anuais de 2007 a 2014, variação do total de 2013 e 2014, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Vitória do Xingu

SITUAÇÃO		DESCRIÇÃO
ESTÁVEL	LESÕES DOLOSAS	<p>Em função da tendência de queda, combinada com o número de registros por 100 mil habitantes, a situação em relação aos casos de lesões dolosas em Vitória do Xingu é classificada como “estável”.</p> <p>Em 2014, o índice por 100 mil habitantes praticamente ratificou a estabilidade com aumento de 0,1% quando comparado a 2013. Vale destacar que o índice registrado em 2014 (138,2), encontra-se muito próximo do limite da categoria “satisfatória” (135).</p>

Lesões dolosas

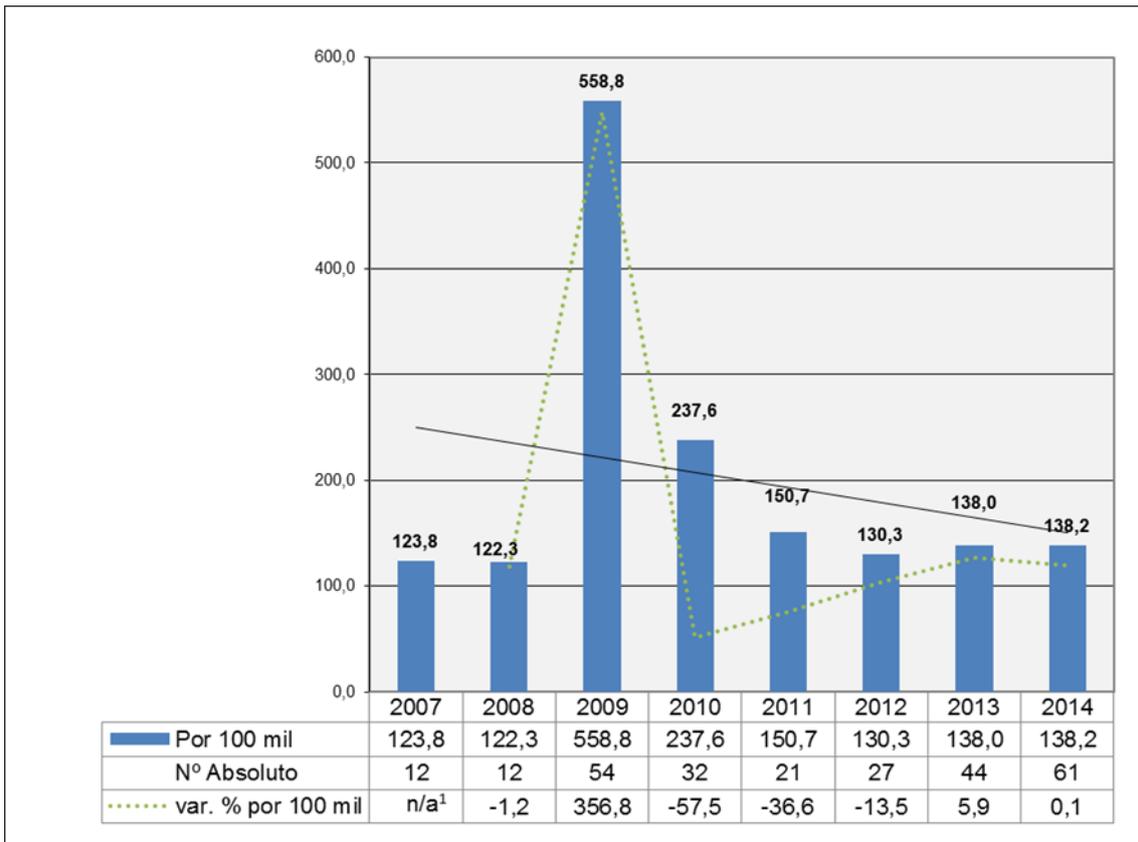


Figura 7.4 - 225 – Número e taxa de lesões dolosas por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

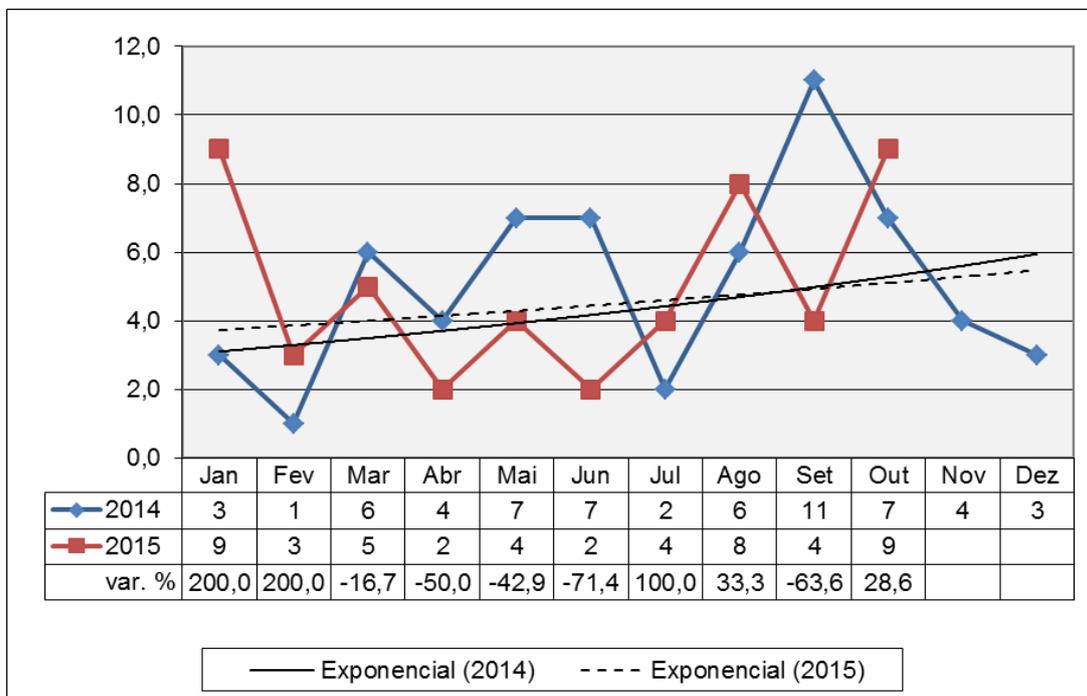


Figura 7.4 - 226 – Número de lesões dolosas, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Homicídios dolosos

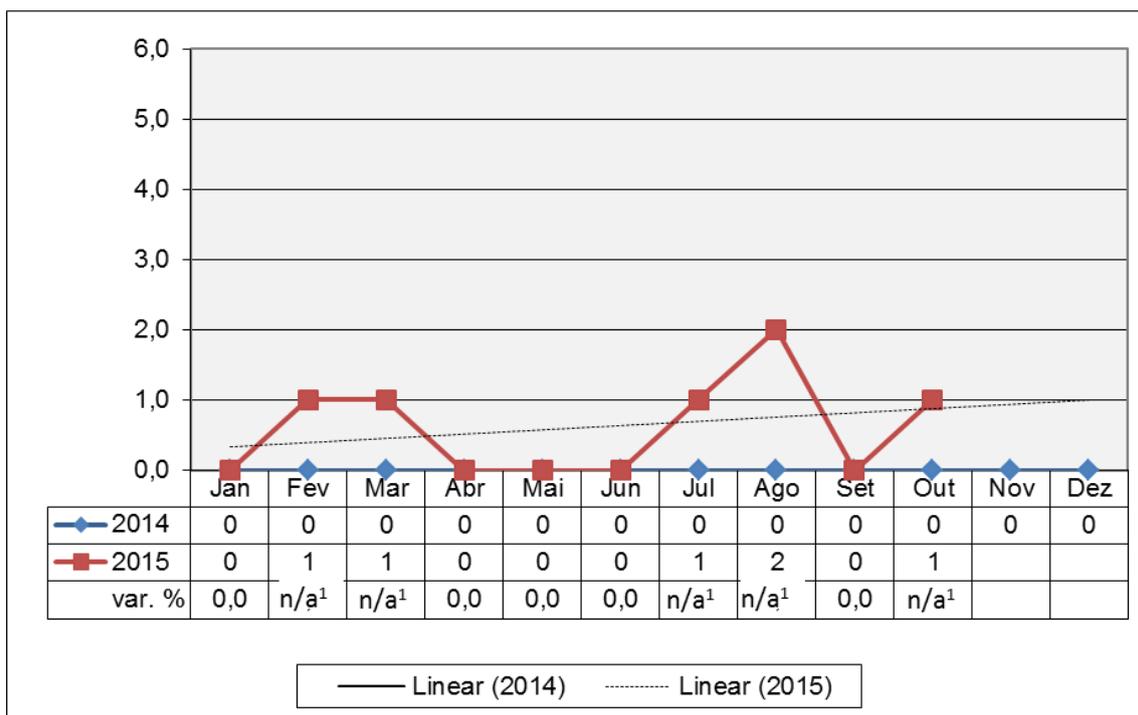


Figura 7.4 - 227 – Número de homicídios dolosos, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Nota: o gráfico anual é apresentado no indicador 23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.

Considerações Gerais – lesões e homicídios dolosos

Nos crimes contra a pessoa, há tendência à estabilidade nos casos de lesões dolosas em Altamira desde 2007, com variações pequenas em termos relativos. Em 2015 os números são similares quando comparado a 2014. Quanto aos homicídios, há uma pequena redução em 2015, mas em termos relativos, trata-se de um município considerado como acima dos parâmetros da Organização Mundial de Saúde, que considera aceitável uma taxa abaixo dos 10 homicídios por 100 mil habitantes. Mas, isso ocorre em qualquer período independentemente do empreendimento. Nos demais municípios em termos relativos, os registros de lesões dolosas apresentam variação, com maiores ocorrências em Anapu e Senador José Porfírio, e menor em Brasil Novo e Vitória do Xingu. Quanto aos homicídios, em geral os números são baixos em termos absolutos, com particular destaque positivo para Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, mas houve um aumento em Brasil Novo. Nesses casos, é preciso terminar o ano para se calcular a Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes. Mas, por conta do pequeno número de moradores, é necessário se analisar a evolução por, no mínimo, cinco anos, para que as variações sejam diluídas nesse tipo de pequenos municípios.

- Entorpecentes

a) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Altamira

Quadro 7.4 - 90 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Altamira

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>A tendência de queda apresentada entre 2012 e 2014, ainda não foi suficiente para modificar a situação de Altamira que está classificada como “em atenção”.</p> <p>O ponto crítico para esta mudança é o número de ocorrência por 100 mil habitantes que se encontra muito acima do exigido para sua situação ser considerada estável. Porém, entre 2013 e 2014 os resultados são importantes, pois apresentaram redução de 28,8% deste índice.</p>

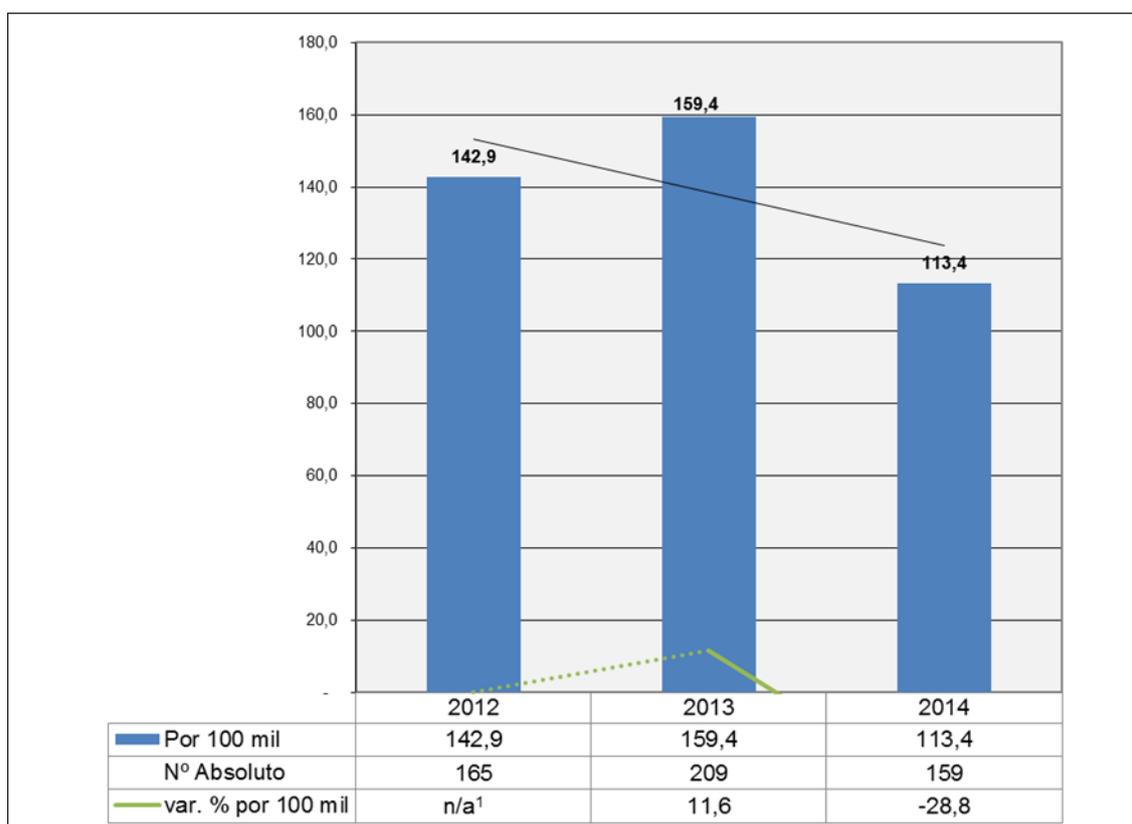


Figura 7.4 - 228 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Altamira, 2012 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

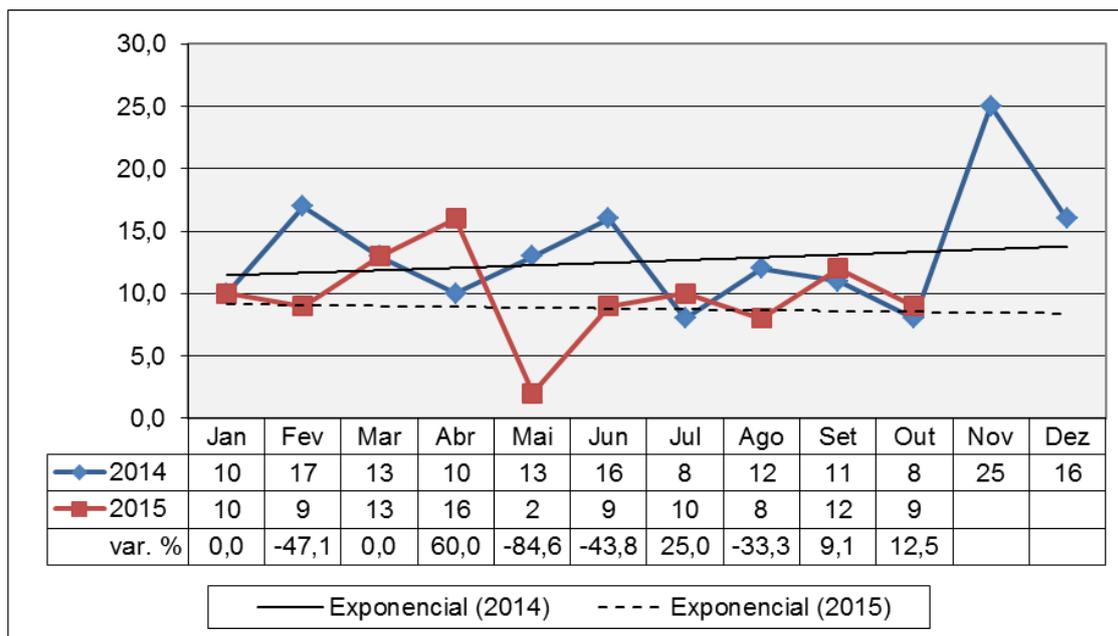


Figura 7.4 - 229 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Altamira, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

Nota: o dado de março/15 foi atualizado em relação ao relatório anterior.

b) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Anapu

Quadro 7.4 - 91 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Anapu

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
ESTÁVEL	<p>A tendência de crescimento, juntamente com a taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, permitiria classificar a situação de Anapu como “satisfatória”. Porém esta classificação trata-se de um rigor metodológico em função do tipo de crime aqui analisado.</p> <p>O município apresenta tendência de queda na série histórica, cumprindo o primeiro requisito para ser classificado entre “estável” ou “satisfatória”. O segundo item utilizado na construção do indicador, número de registros por 100 mil habitantes anotou no último ano o índice de 14,2. Embora esteja abaixo de 15 (o que o classificaria com “satisfatória”) está acima do limite desta classificação que é de 14 registros. Optou-se por manter Anapu ainda como estável, uma vez que os delitos ligados ao tráfico de entorpecentes são causadores de vários outros tipos de crimes.</p>

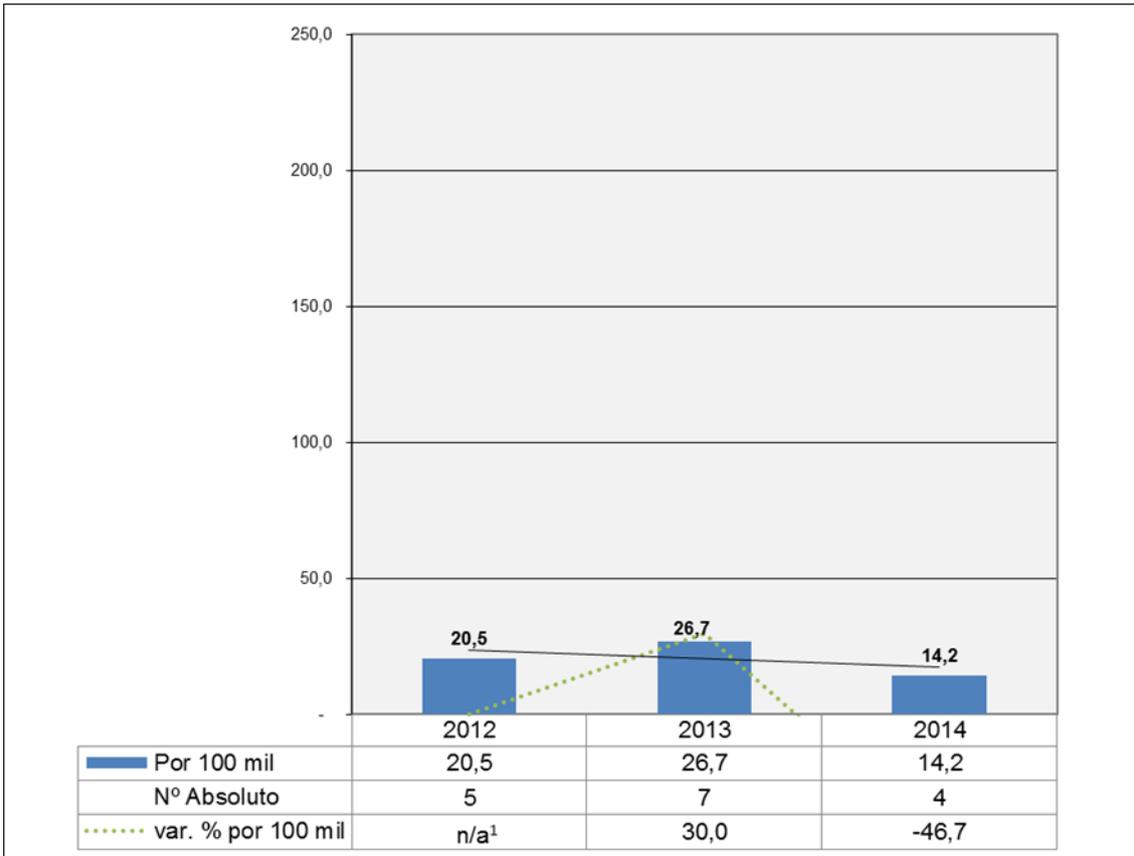


Figura 7.4 - 230 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Anapu, 2012 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

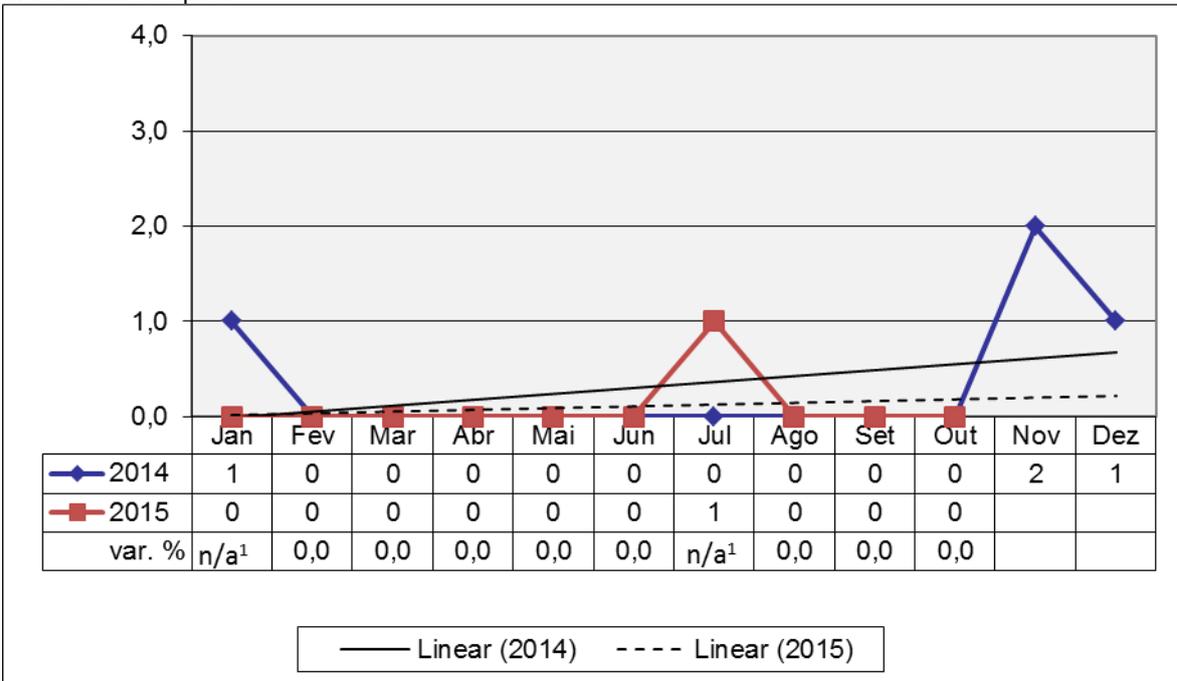


Figura 7.4 - 231 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Anapu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

c) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Brasil Novo

Quadro 7.4 - 92 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Brasil Novo

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>A tendência histórica de registros em Brasil Novo, que apresenta queda que, aliada ao número ocorrências por 100 mil habitantes em 2014, permitem classificar o município, apenas, na categoria “em atenção”.</p> <p>O número de infrações que havia sido reduzido entre 2012 e 2013 (-25,7%) voltou a subir em 2014 registrando 45,8 ocorrências por 100 mil habitantes, representando 18,2% de aumento na taxa.</p>

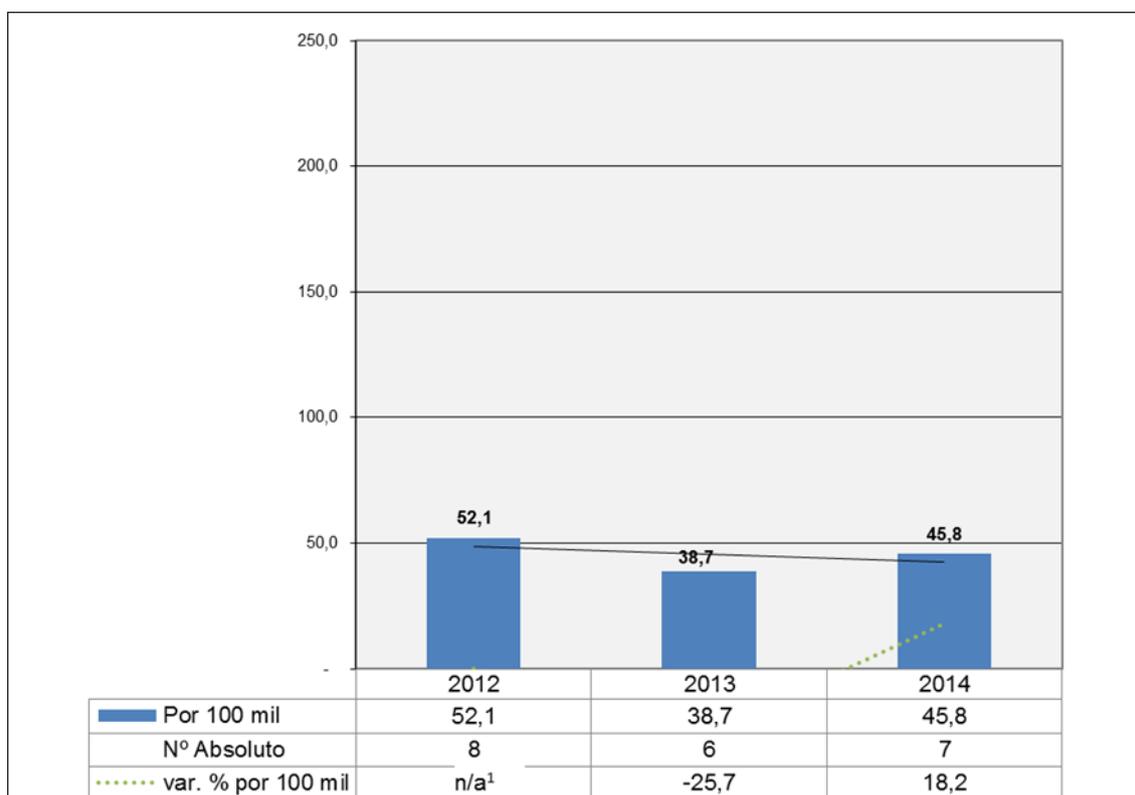


Figura 7.4 - 232 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Brasil Novo, 2012 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

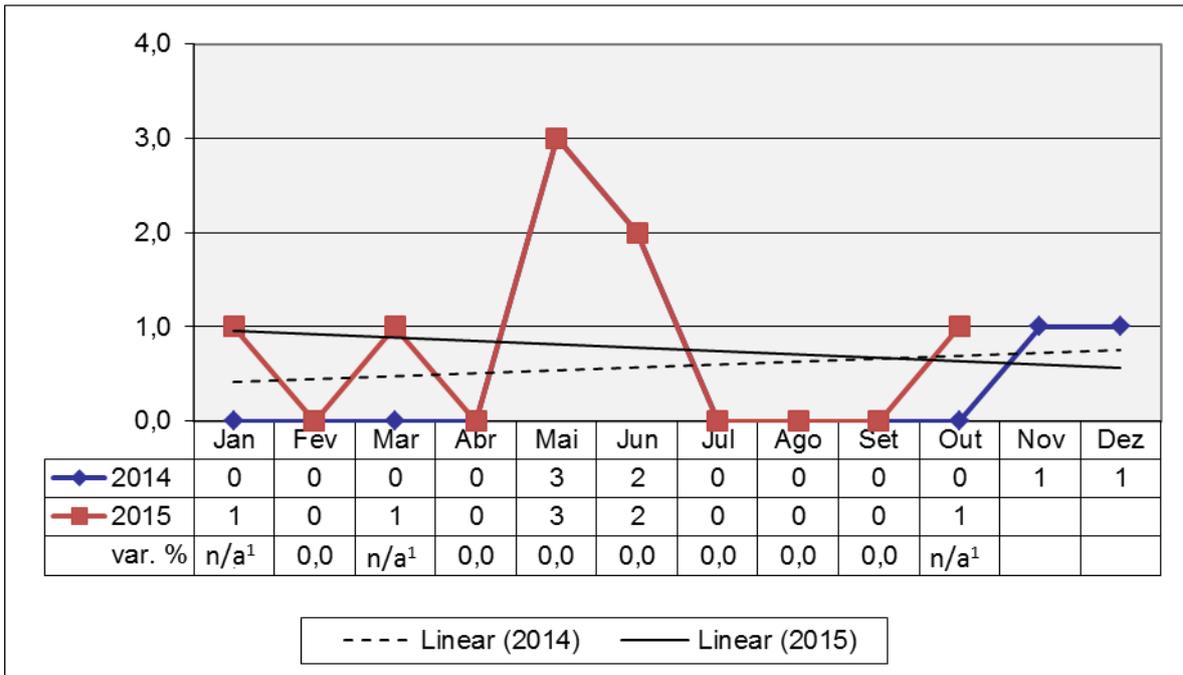


Figura 7.4 - 233 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Brasil Novo, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica

Nota: o dado de março/15 foi atualizado em relação ao relatório anterior.

d) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Senador José Porfírio

Quadro 7.4 - 93 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Senador José Porfírio

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>A tendência de alta apresentada na série de 2012 e 2014, juntamente com a taxa de 16,7 ocorrências por 100 mil habitantes permitem classificar a situação de Senador José Porfírio como “em atenção”.</p> <p>Em números absolutos os registros foram baixos, como comumente encontrado nos municípios menos populosos, registrando 2 ocorrências em 2014.</p>

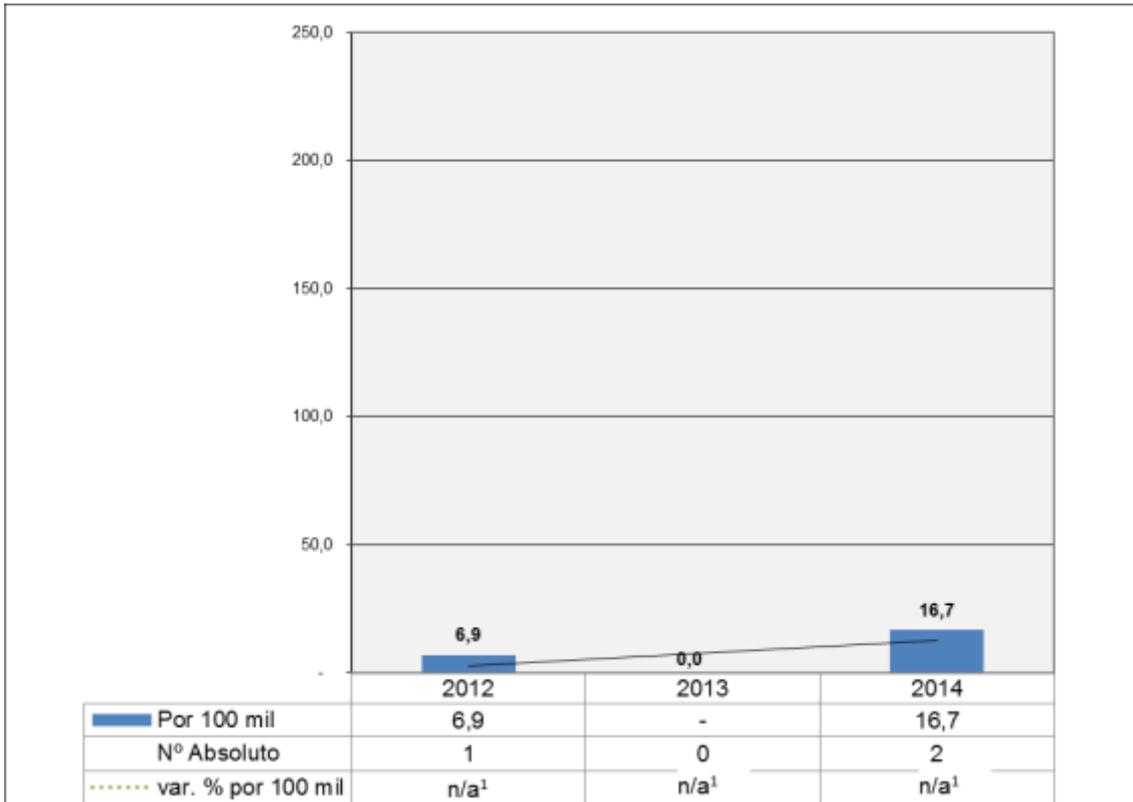


Figura 7.4 - 234 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Senador José Porfírio, 2012 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

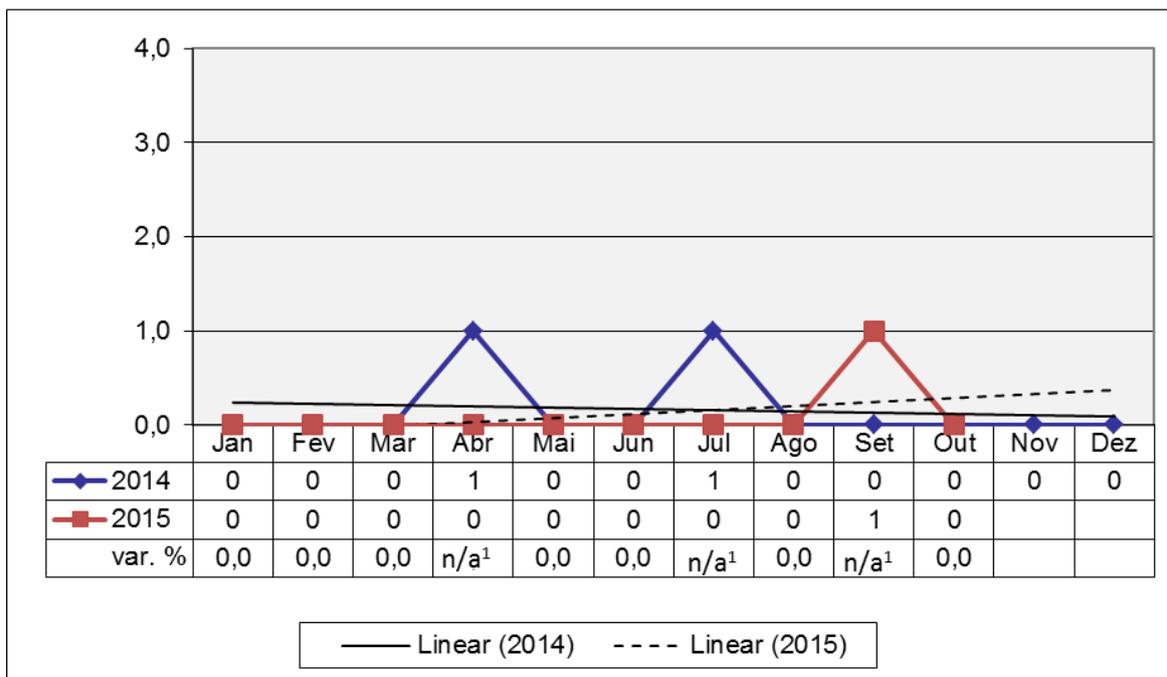


Figura 7.4 - 235 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Senador José Porfírio, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

e) Análise da evolução do número de casos relacionados ao tráfico de drogas – Vitória do Xingu

Quadro 7.4 - 94 – Análise da situação segundo a evolução do número de crimes registrados envolvendo tráfico de drogas entre 2013 e 2014, taxa de ocorrências por 100 mil habitantes, e variação dos dez primeiros meses de 2014 e 2015 (janeiro a outubro) – Vitória do Xingu

SITUAÇÃO	DESCRIÇÃO
EM ATENÇÃO	<p>A tendência de alta entre 2012 e 2014 classifica a situação em Vitória do Xingu como “em atenção”.</p> <p>O índice de 24,9 registros por 100 mil habitantes em 2014 permitiria a classificação na faixa intermediária. Porém, o crescimento significativo entre 2013 e 2014 (164,7%) exige que os crimes relacionados ao tráfico de drogas em Vitória do Xingu sejam acompanhados com atenção.</p>

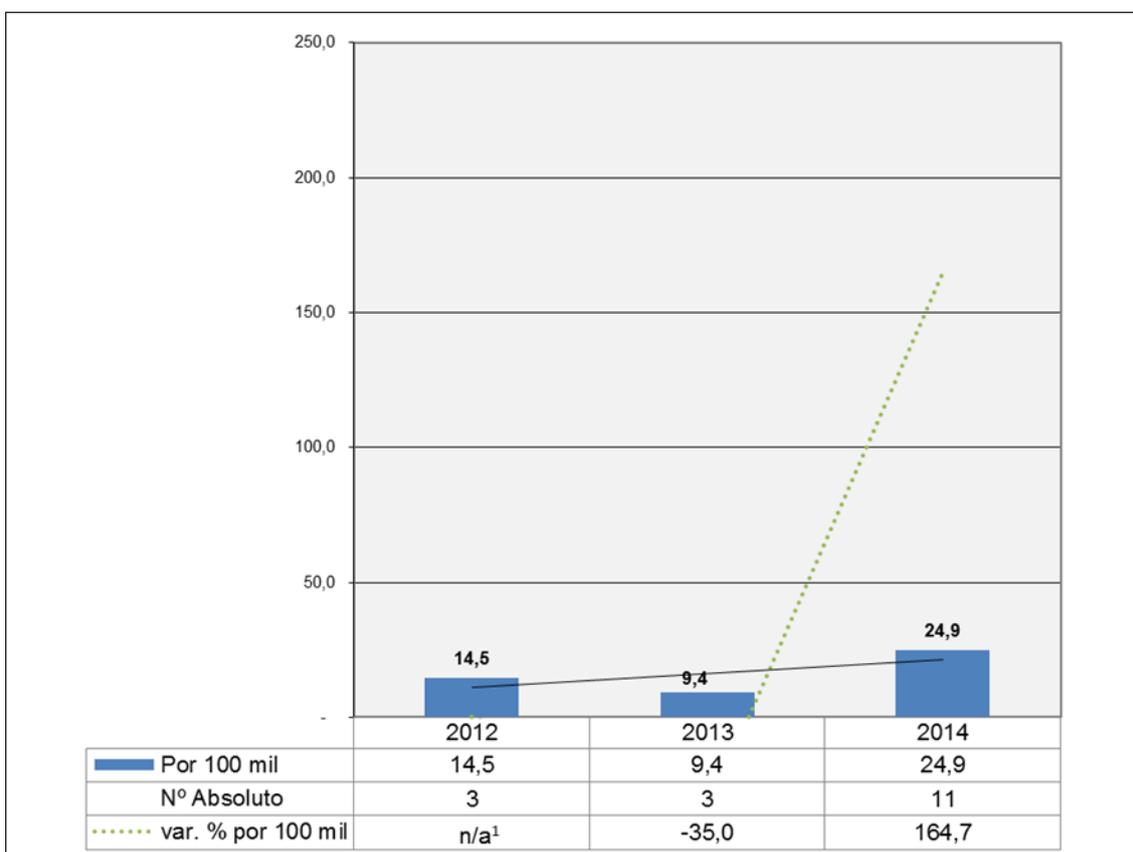


Figura 7.4 - 236 – Número e taxa de tráfico de entorpecentes por 100 mil habitantes no ano, em Vitória do Xingu, 2012 a 2014

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social (IDESP)/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

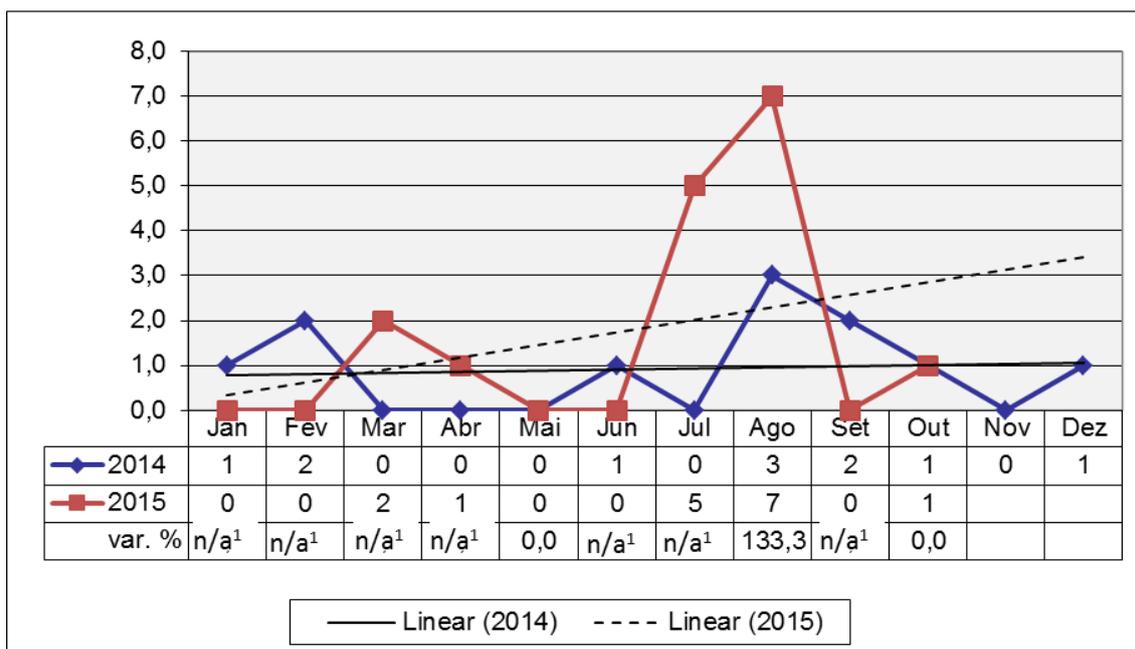


Figura 7.4 - 237 – Número de casos relacionados ao tráfico de drogas, em Vitória do Xingu, de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Superintendência Regional da Polícia Civil do Xingu/SEGUP/ Elaboração Norte Energia.

1: n/a – não se aplica.

Considerações Gerais – entorpecentes

Quanto aos entorpecentes, há tendência de queda de registros em Altamira desde 2012, quando se obteve os primeiros dados para análise. Em 2015, até outubro nota-se diminuição quando se compara a 2014, ou nos dez primeiros meses de 2014 foram 118 registros ante 98 em 2015. Como nos dois últimos meses de 2014 houve 41 registros, o que coloca esses meses dentre os que tiveram maiores registros, é provável que em 2015 a tendência de queda se confirme novamente, como ocorreu ao longo dos últimos anos. Nos demais municípios da AID, o registro de casos relacionados a entorpecentes se mostra muito baixo tanto em termos relativos quanto em termos absolutos. Para se ter ideia da magnitude de tais registros, até outubro de 2015 houve apenas 1 registro em Anapu e Senador José Porfírio, em Brasil Novo foram 8 registros, e 16 em Vitória do Xingu. Neste último município, isso se deveu à apreensão de 12 casos em julho e agosto, época de férias, sendo que nos demais meses, as ocorrências são insignificantes ou inexistentes.

8.2. Indicador “21. Número de policiais por 1.000 habitantes”

Esse indicador foi suprimido após aprovação, pelo Ibama, da Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos apresentada no 6º RC (Anexo 7.4 – 3).

8.3. Indicador “22. Número de viaturas policiais”

Esse indicador foi suprimido após aprovação, pelo Ibama, da Nota Técnica de revisão de indicadores socioeconômicos apresentada no 6º RC (Anexo 7.4 – 3).

8.4. Indicador “23. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes”

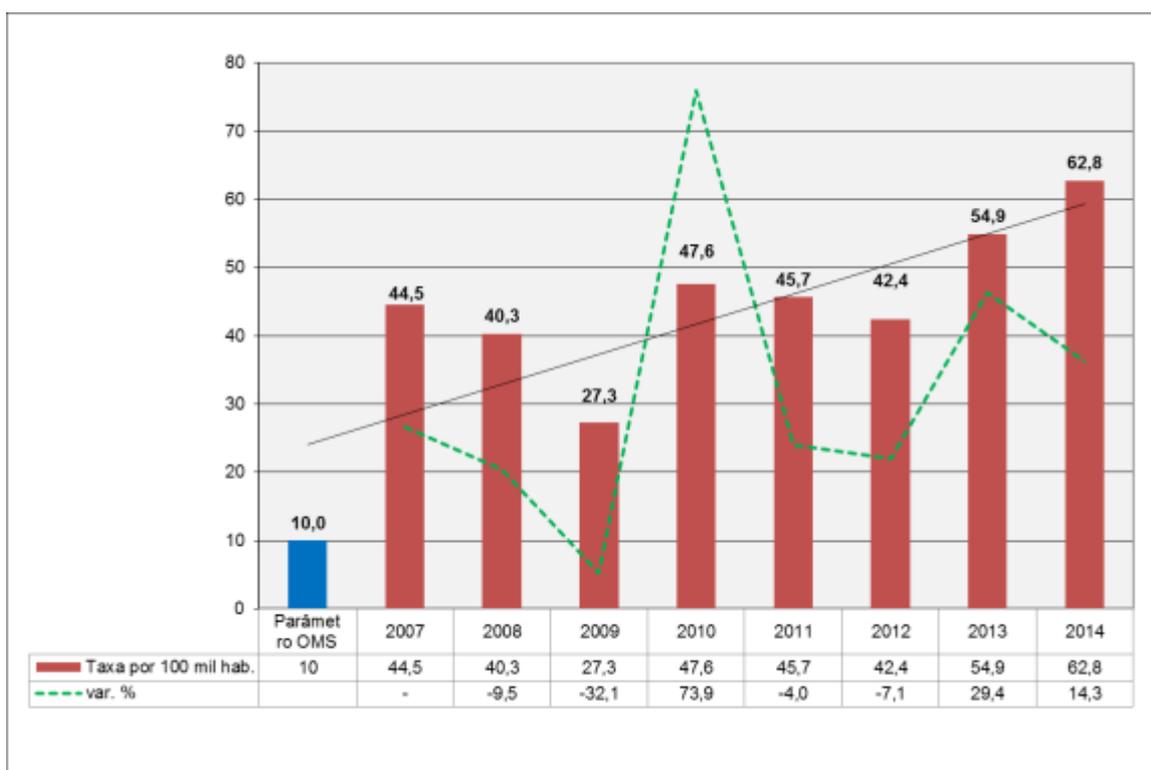


Figura 7.4 - 238 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes¹¹¹, em Altamira, de 2007 a 2014 e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

¹¹ Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

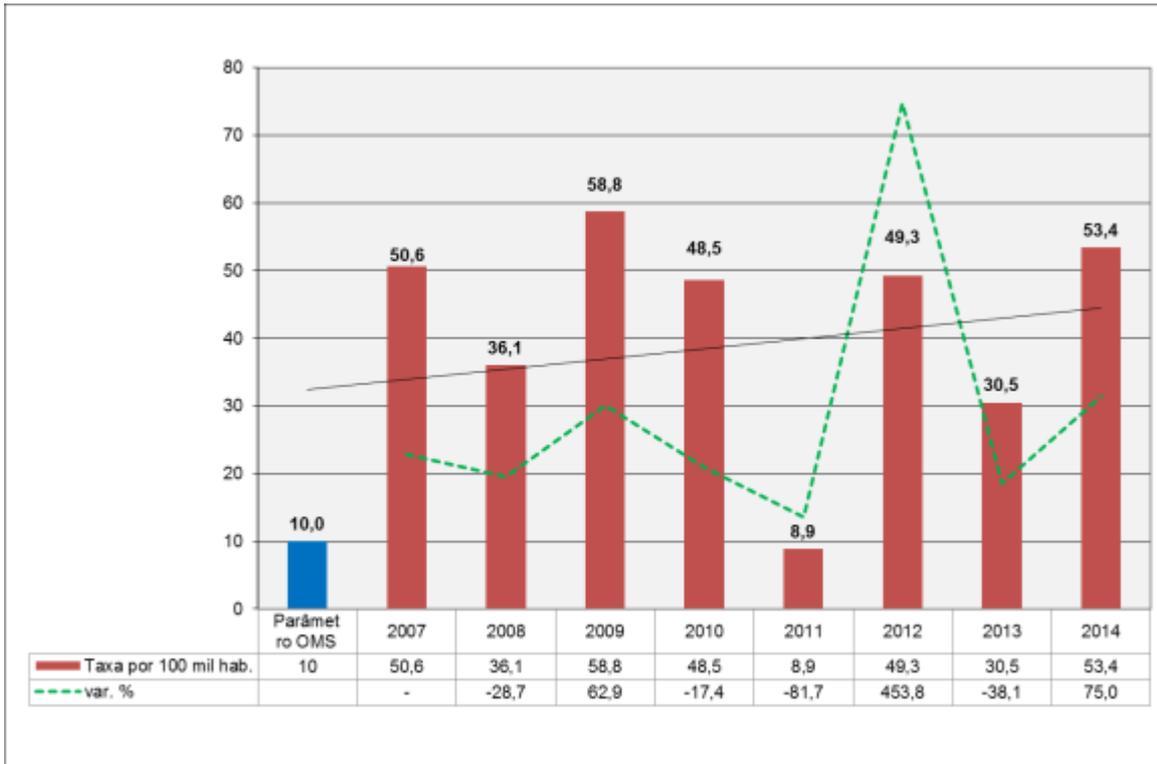


Figura 7.4 - 239 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes¹, em Anapu, de 2007 a 2014, e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

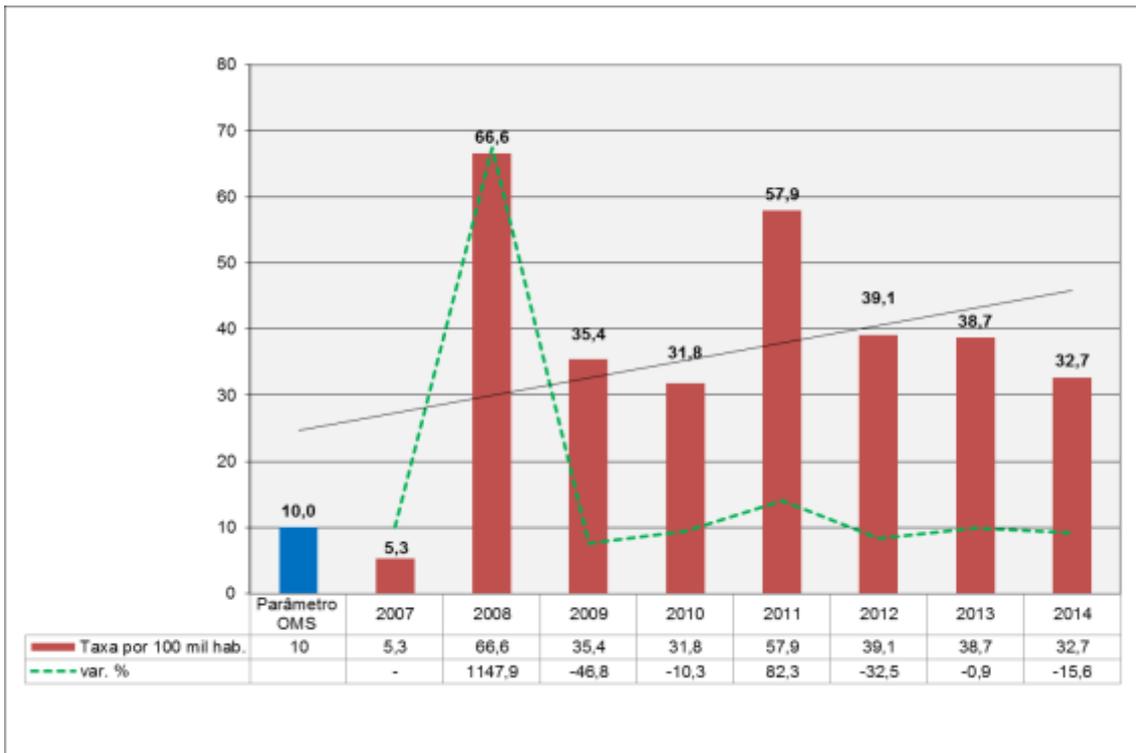


Figura 7.4 - 240 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes¹², em Brasil Novo, de 2007 a 2014, e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

¹² Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

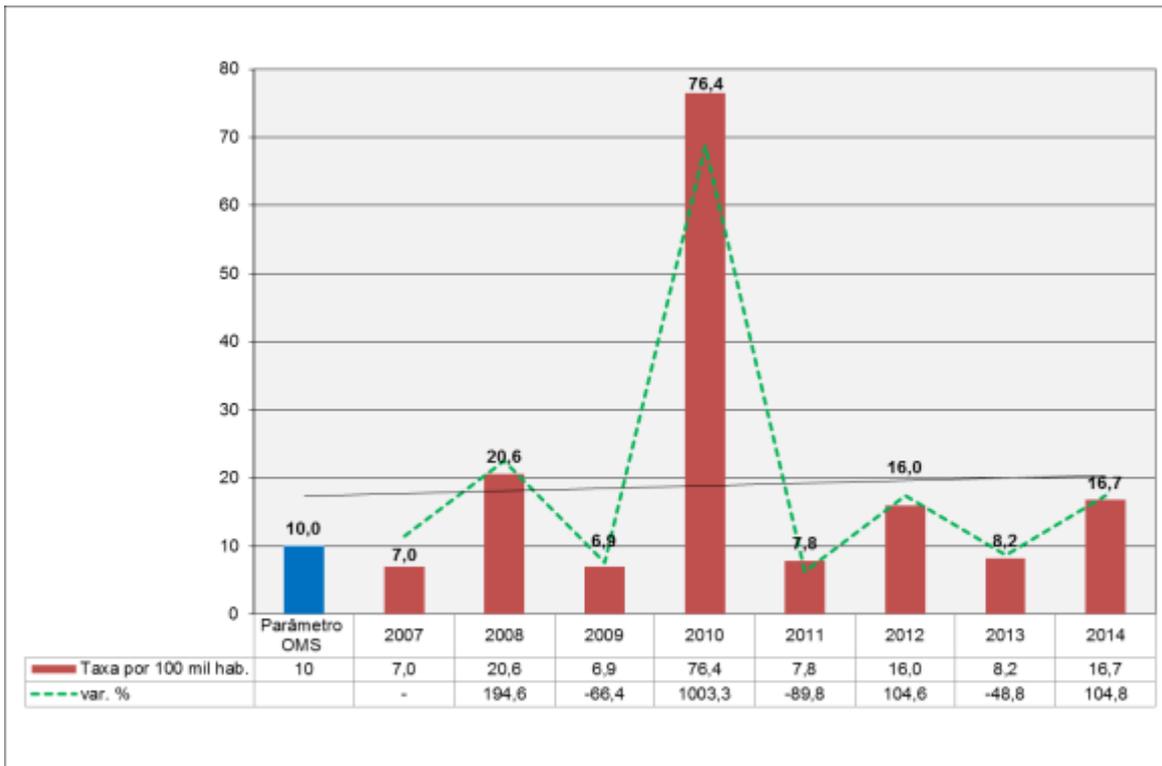


Figura 7.4 - 241 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes¹³, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2014, e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

¹³ Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

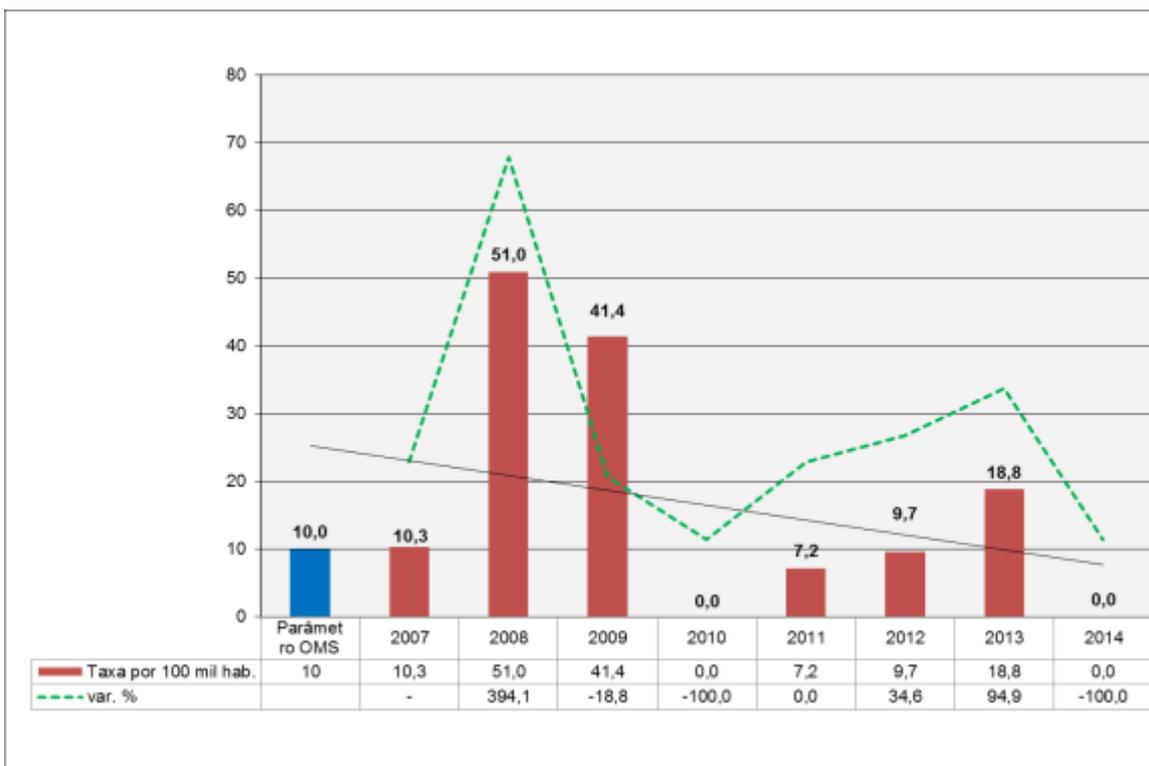


Figura 7.4 - 242 – Taxa de homicídios para 100 mil habitantes¹⁴, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2014, e parâmetro OMS Epidemia de Violência

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (SEGUP), Projeção demográfica para a AID da UHE Belo Monte e Organização Mundial da Saúde (OMS)/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

O acompanhamento do indicador homicídios por 100 mil habitantes na região da AID da UHE Belo Monte mostrou que, em 2014, os municípios apresentaram patamar acima daqueles recomendados pela OMS, com exceção do município de Vitória do Xingu. Os indicadores mantiveram Altamira, Anapu e Brasil Novo na classificação “em atenção”, mesma categoria apontada no ano anterior e, que em 2014 passou a englobar também Senador José Porfírio.

É importante ressaltar, porém, que este último tem mostrado oscilação constante ao longo da série, comportamento comum observado em municípios menos populosos. Esta circunstância implica também em variações, por vezes significativas, nas taxas anuais causadas por alterações não tão expressivas nos números absolutos, ainda que considerada a gravidade do crime de homicídio.

¹⁴ Neste relatório utilizou-se a projeção demográfica do Programa 7.4 para o cálculo da taxa de homicídios.

O destaque positivo foi a classificação de Vitória do Xingu em situação “satisfatória”, uma vez que, no último ano consolidado não apresentou nenhum registro deste tipo de crime, revertendo a tendência de alta observada nos anos anteriores.

Segundo autoridades locais os homicídios têm causas relacionadas principalmente à disputa entre quadrilhas de tráfico de drogas e roubo, além do consumo de entorpecentes, motivos passionais e desentendimentos, provocados muitas vezes pelo consumo excessivo de álcool. De forma geral, a série consolidada mostra pontos de maior vulnerabilidade dos municípios da AID, contribuindo para avaliar as ações neste tema que historicamente é um dos maiores problemas da violência no Pará.

9. Dimensão: Agropecuária

9.1. Indicador “24. Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf)”

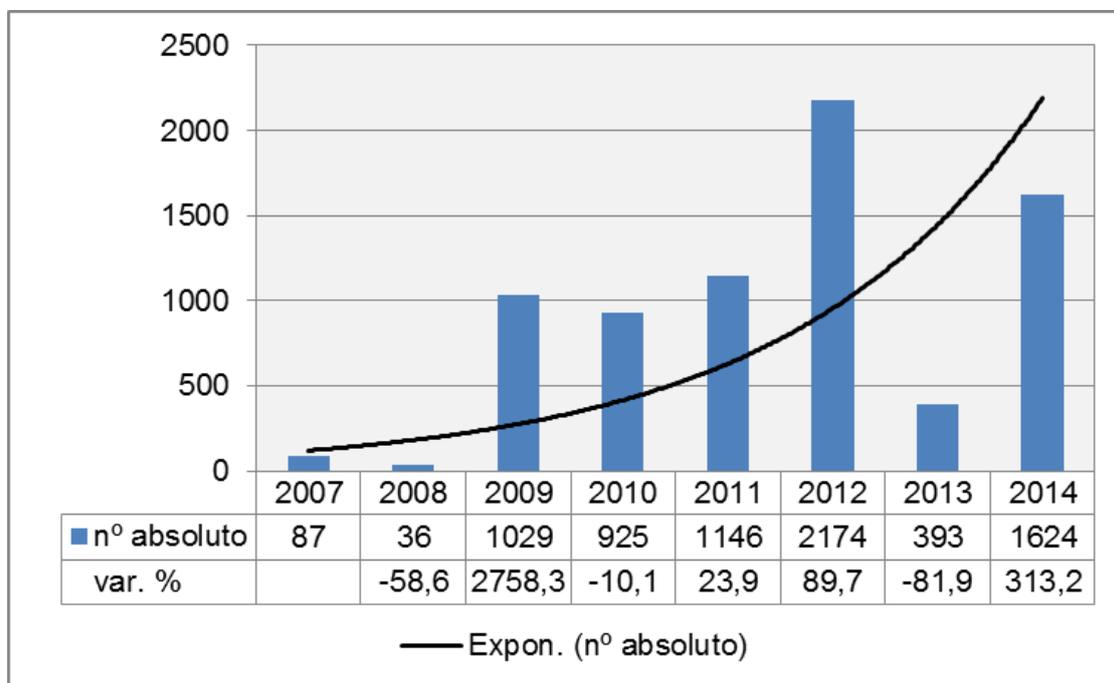


Figura 7.4- 243 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs da AID da UHE Belo Monte, emitidas nos anos de 2007 a 2014.

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

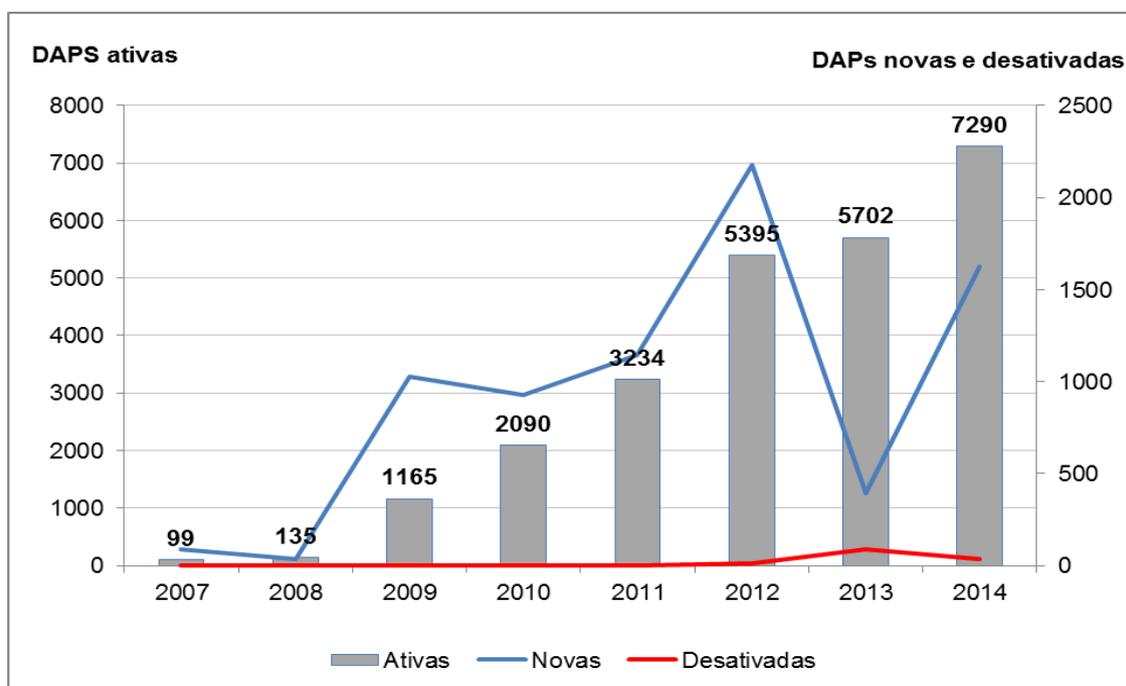


Figura 7.4 - 244 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, da AID da UHE Belo Monte, emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

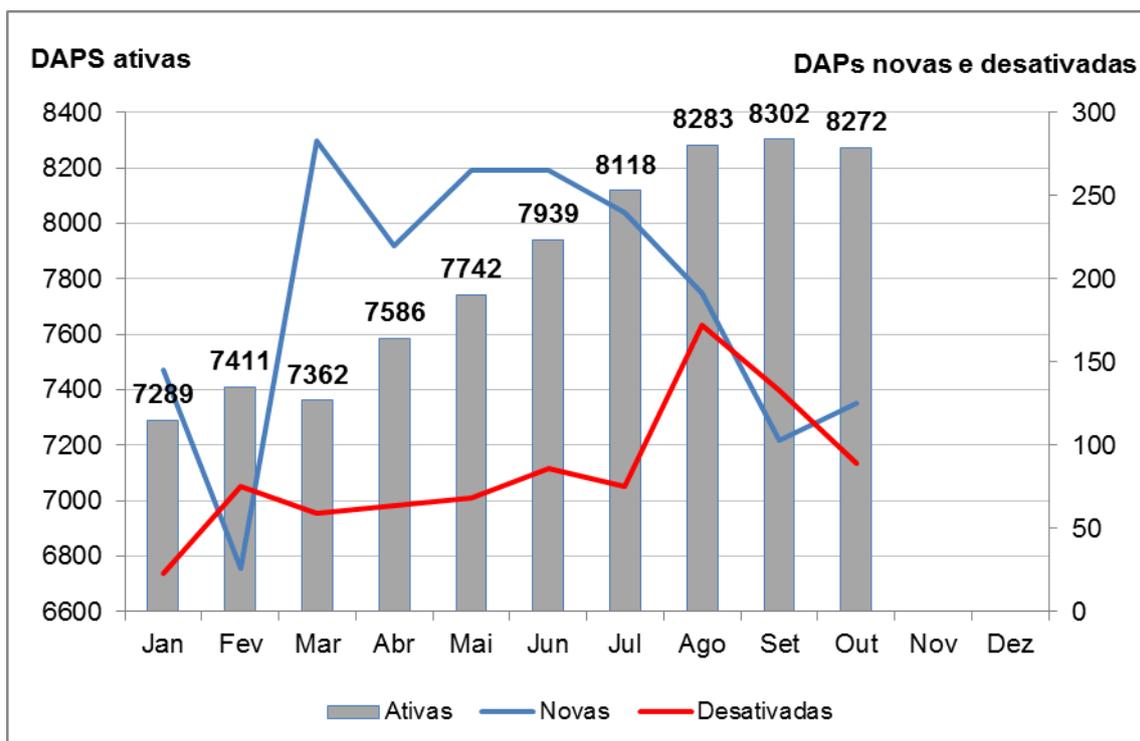


Figura 7.4 - 245 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, da AID da UHE Belo Monte, emitidas de janeiro a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

a) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Altamira

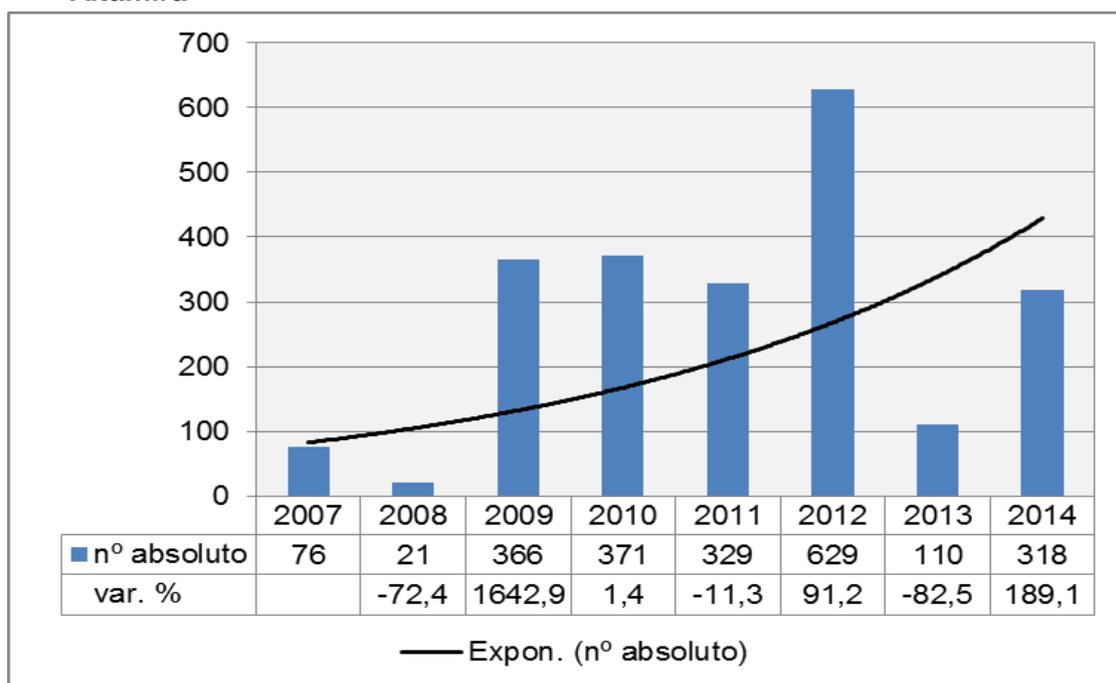


Figura 7.4- 246 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Altamira, emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

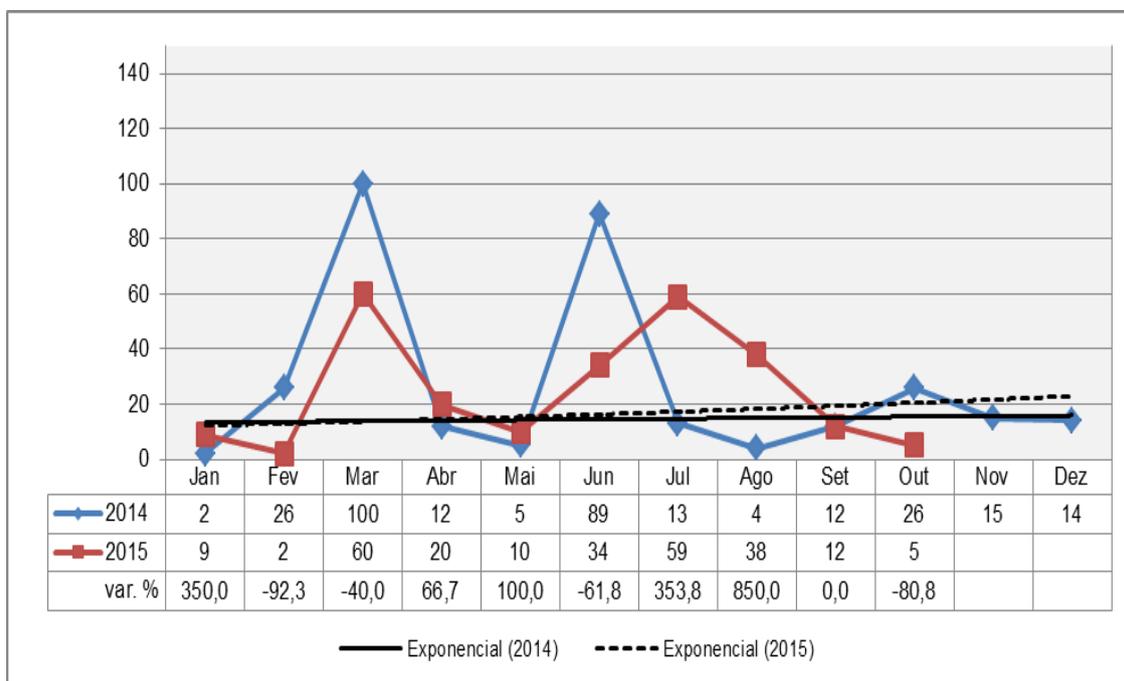


Figura 7.4 - 247 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Altamira, emitidas de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

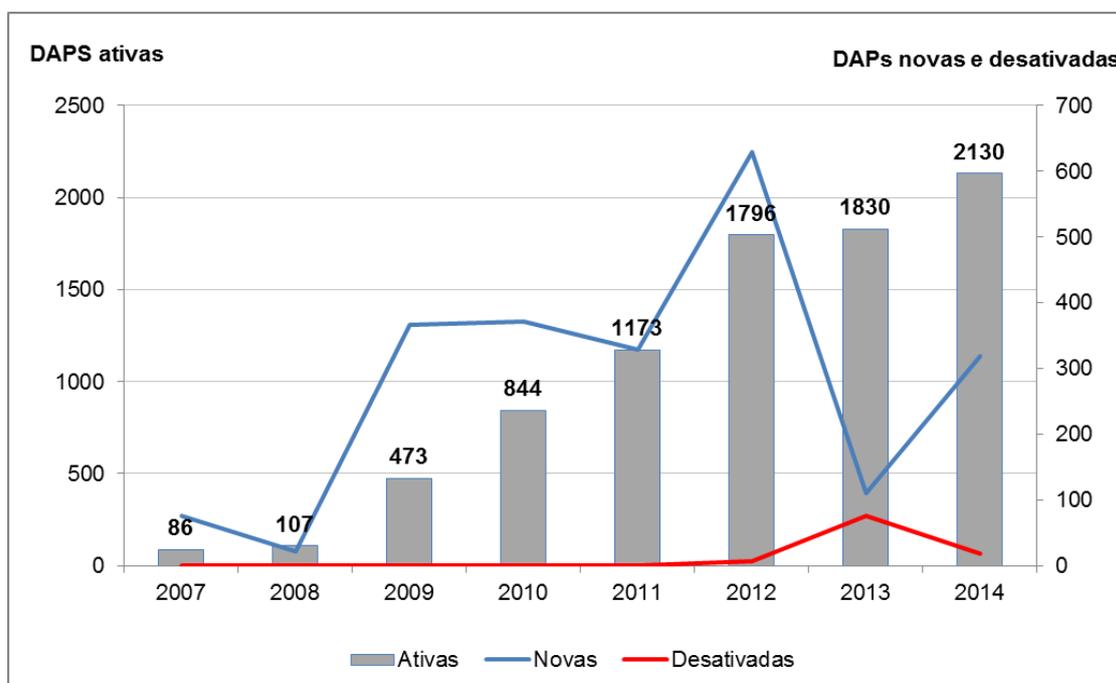


Figura 7.4 - 248 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Altamira, emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

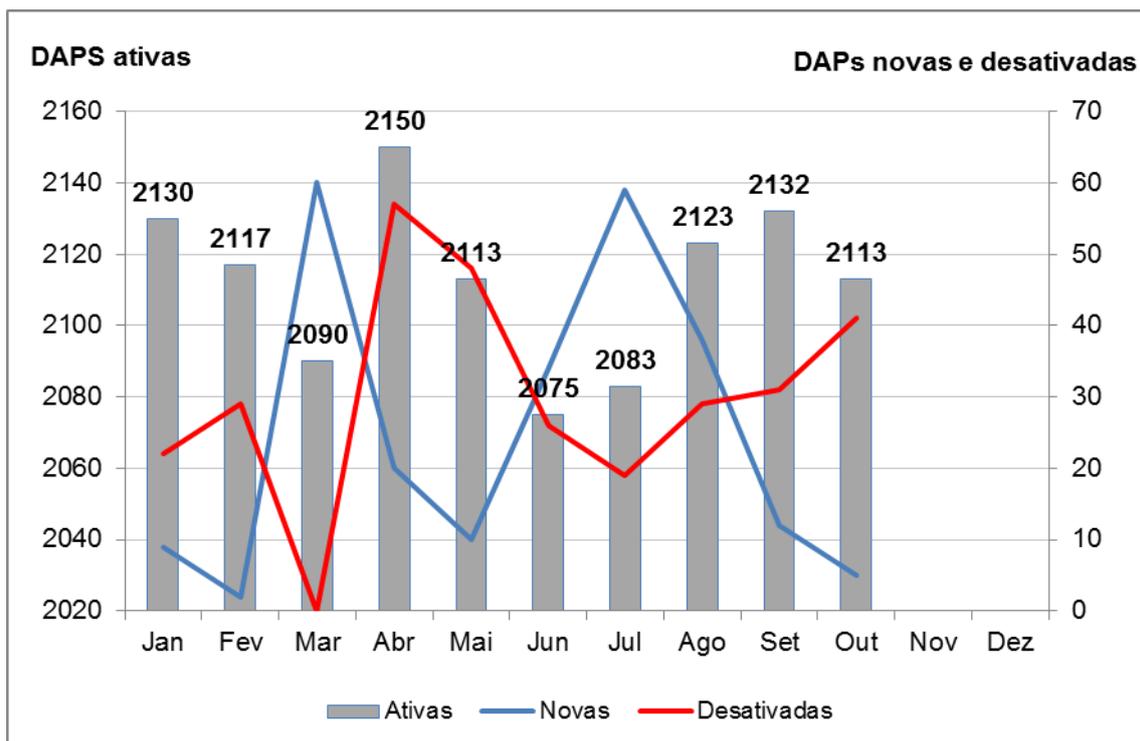


Figura 7.4 - 249 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Altamira, emitidas de janeiro a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

b) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Anapu

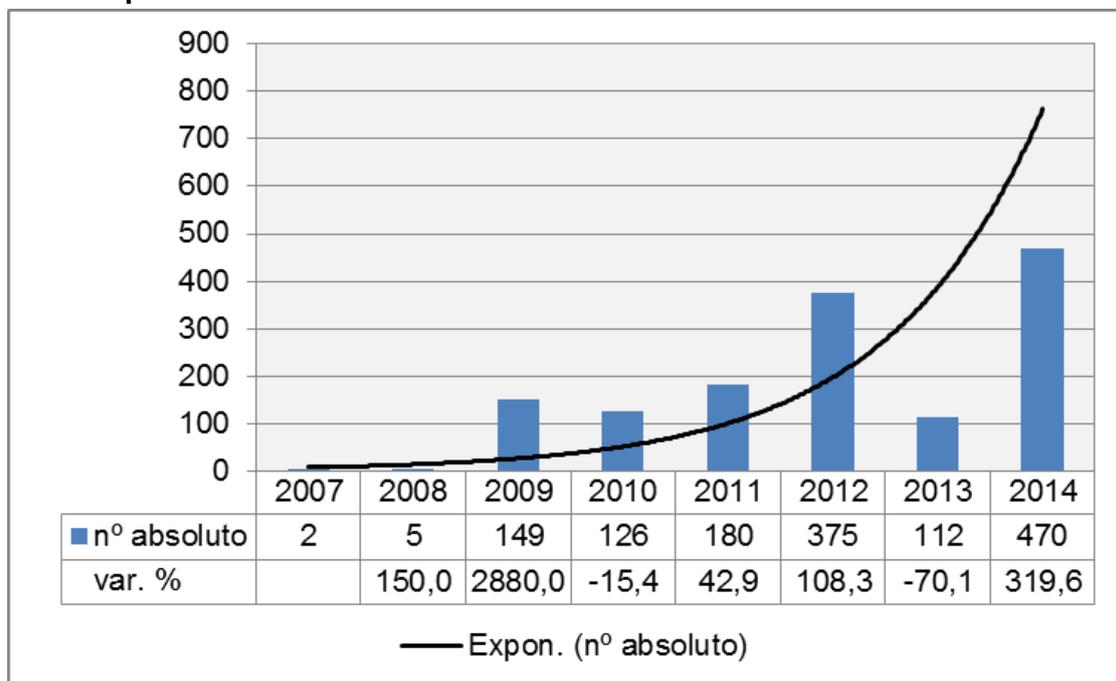


Figura 7.4- 250 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Anapu, emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

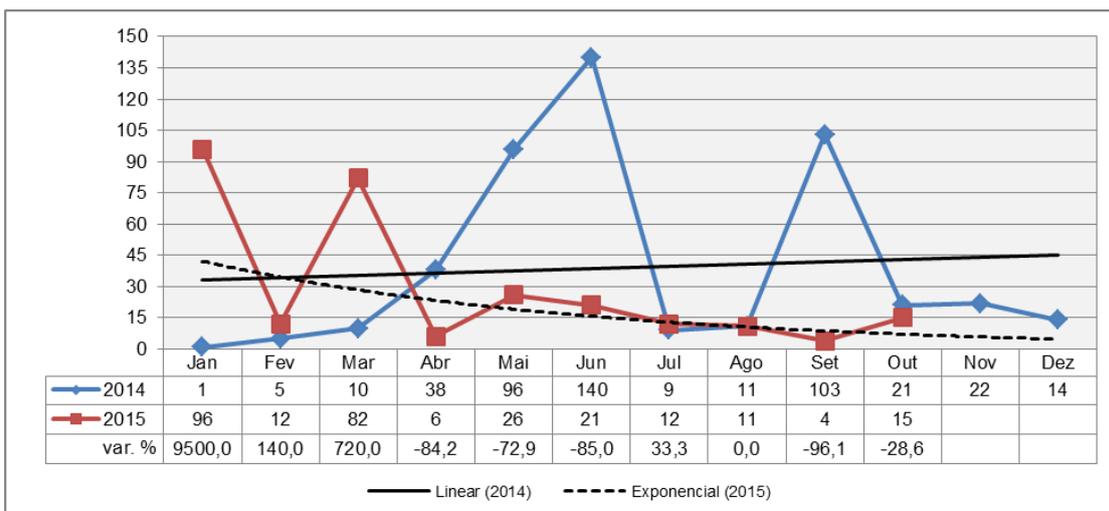


Figura 7.4 - 251 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Anapu, emitidas de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

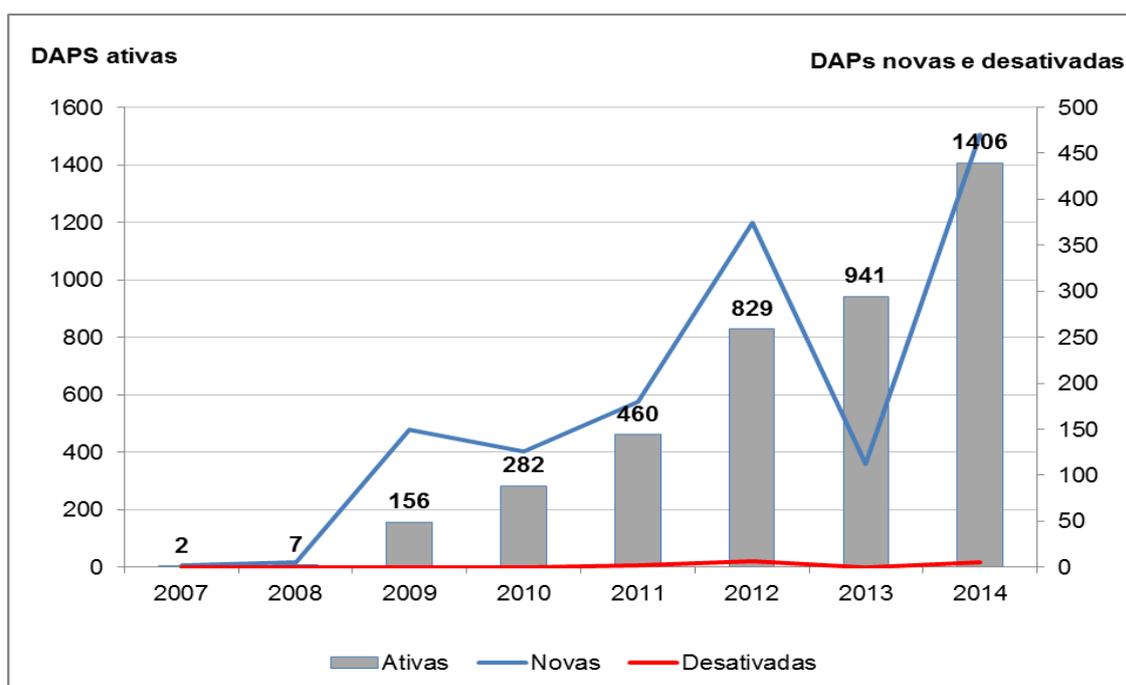


Figura 7.4 - 252 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Anapu, emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

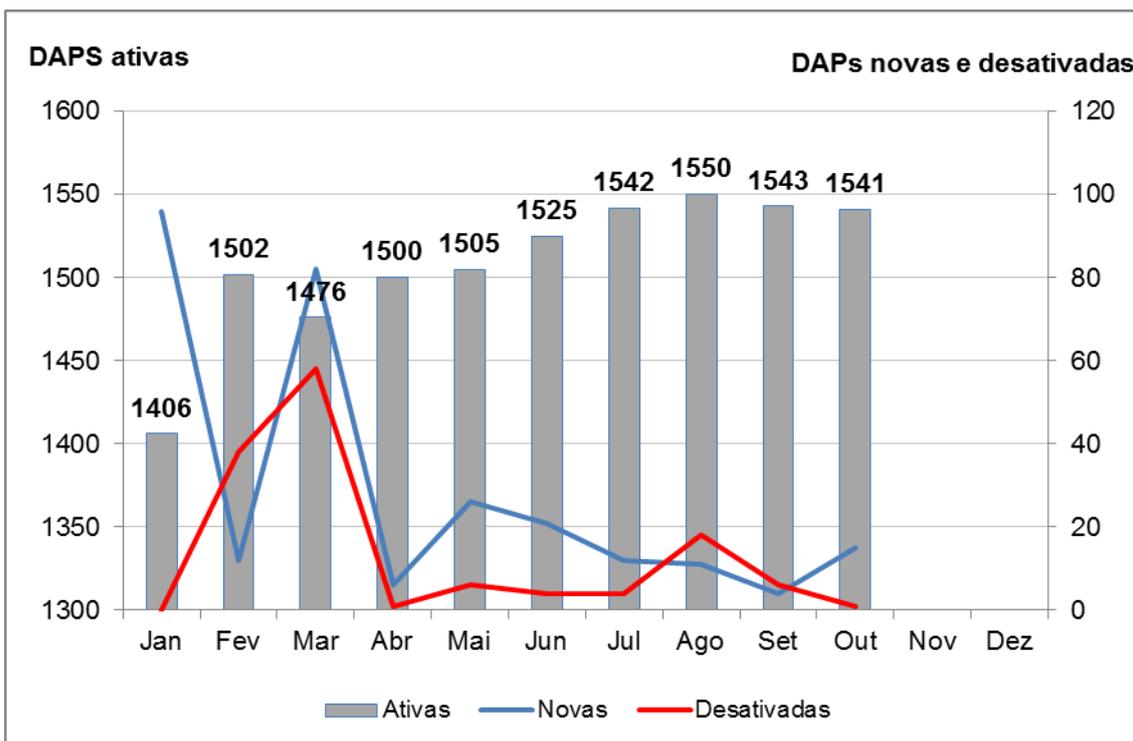


Figura 7.4 - 253 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Anapu, emitidas de janeiro a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

c) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Brasil Novo

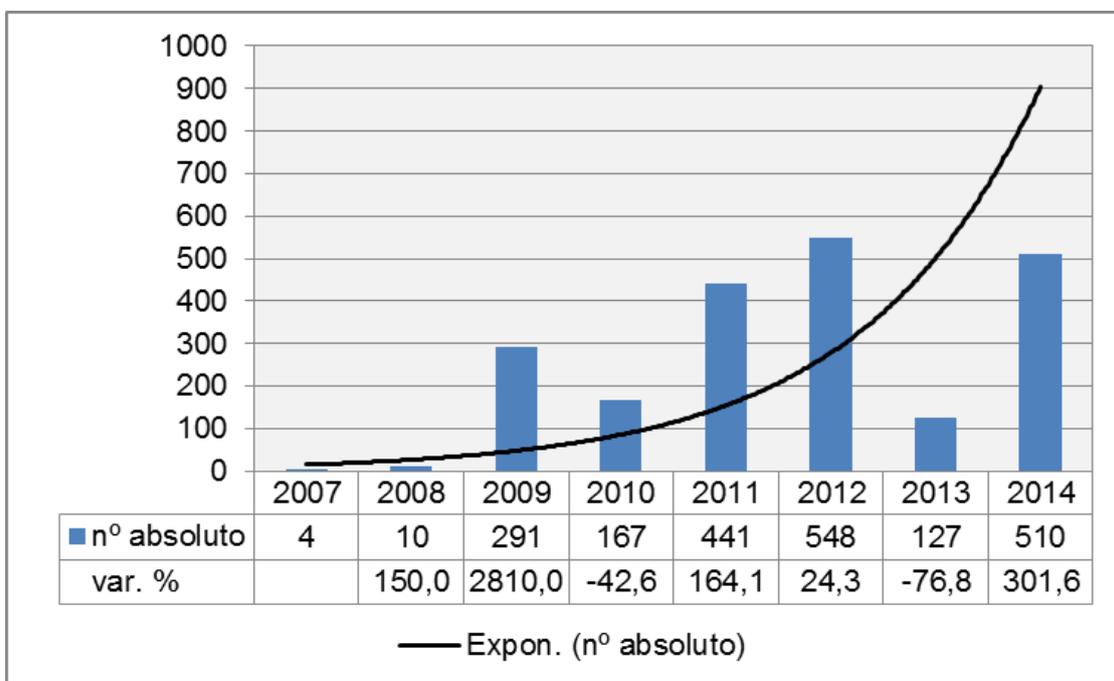


Figura 7.4- 254 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Brasil Novo emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

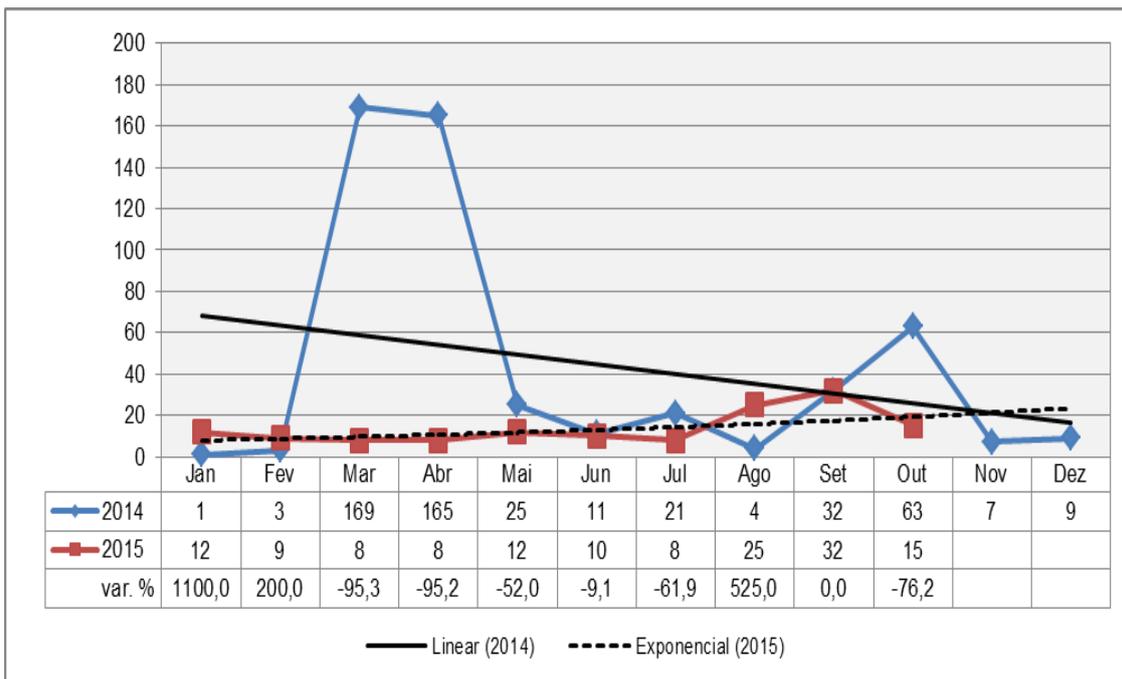


Figura 7.4- 255 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Brasil Novo, emitidas de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

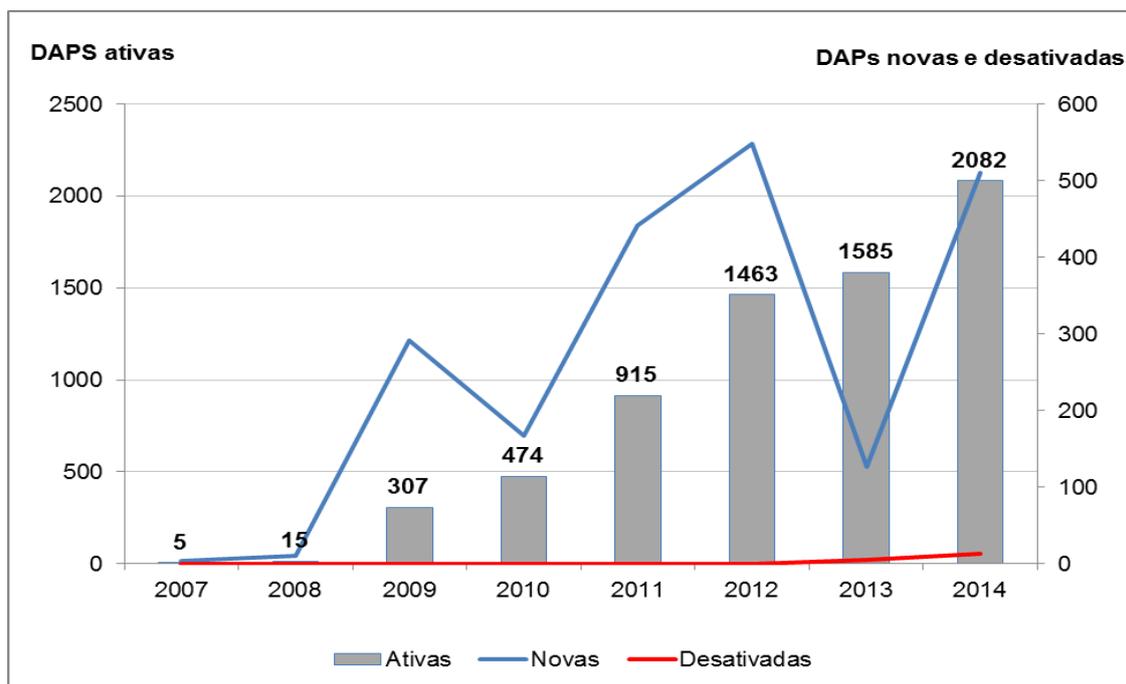


Figura 7.4 - 256 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Brasil Novo, emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

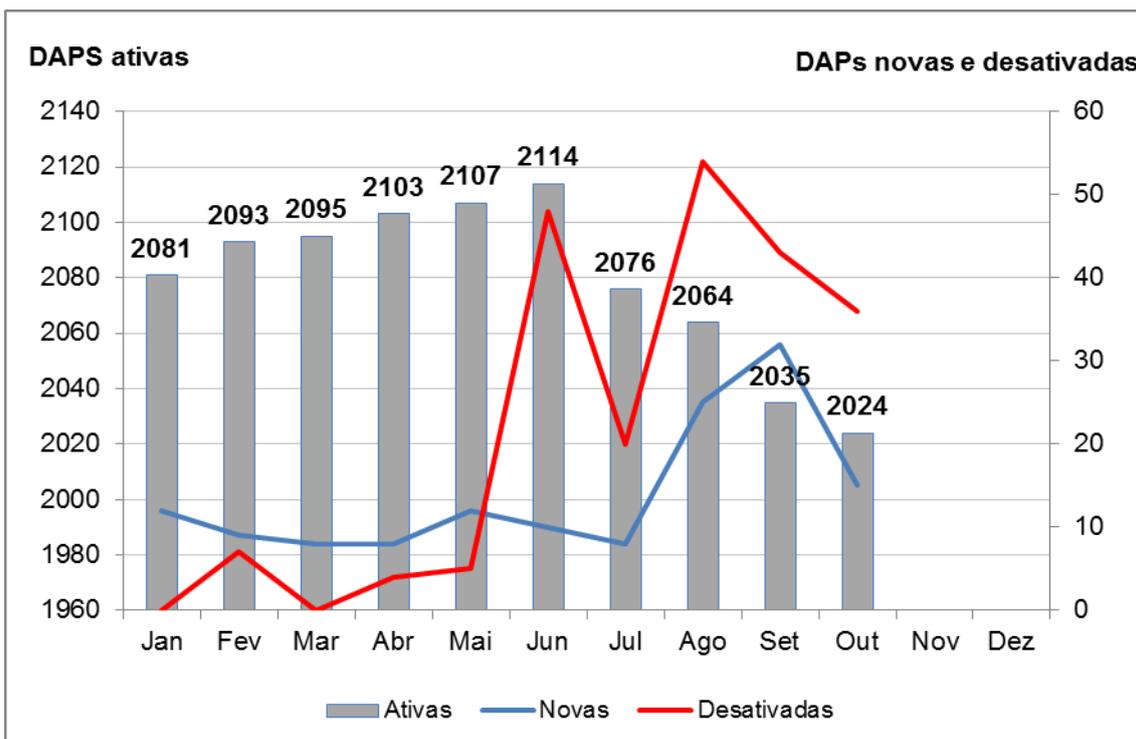


Figura 7.4 - 257 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Brasil Novo, emitidas de janeiro a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

d) Análise da Evolução da emissão de DAPs (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Senador José Porfírio

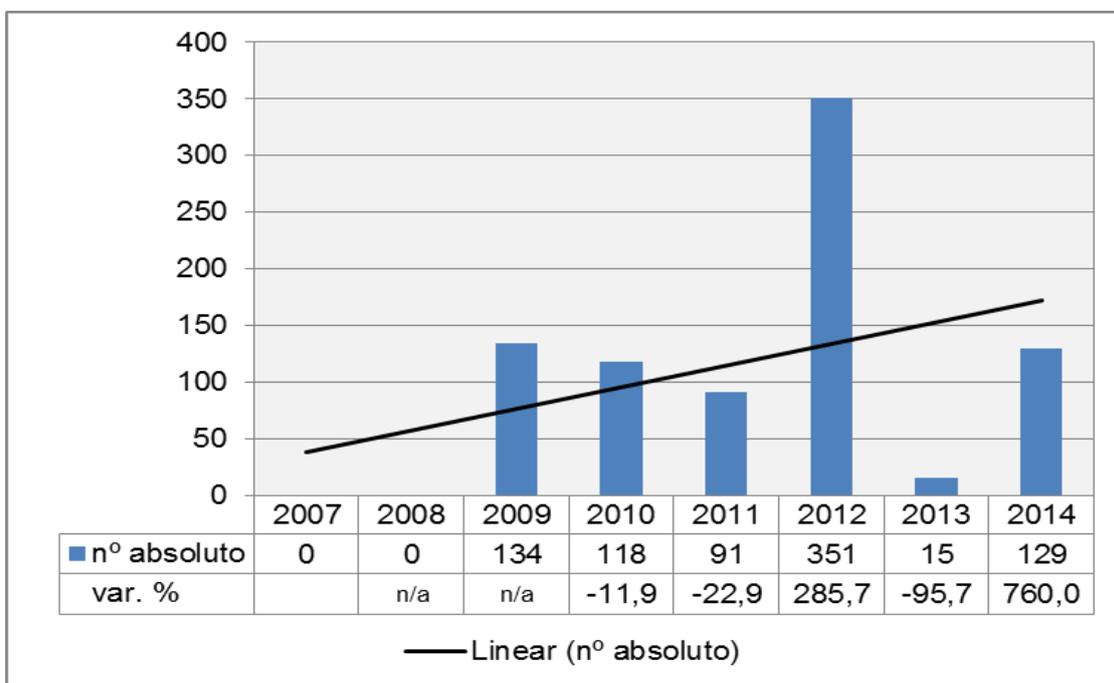


Figura 7.4- 258 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Senador José Porfírio emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica.

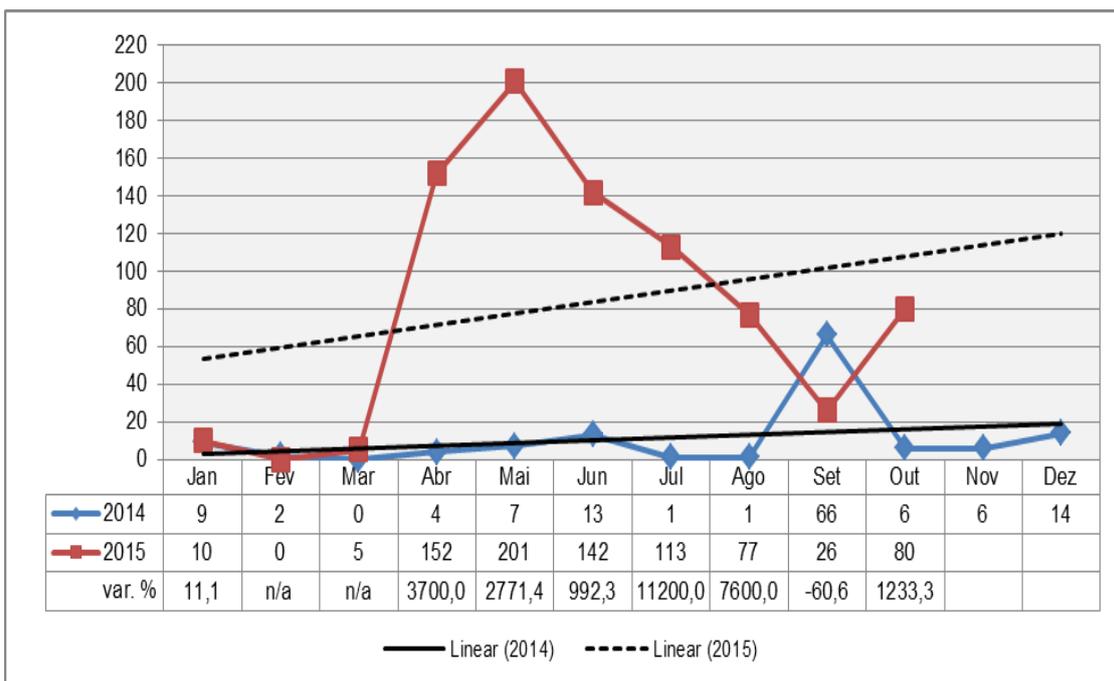


Figura 7.4 - 259 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Senador José Porfírio, emitidas de janeiro de 2014 a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica.

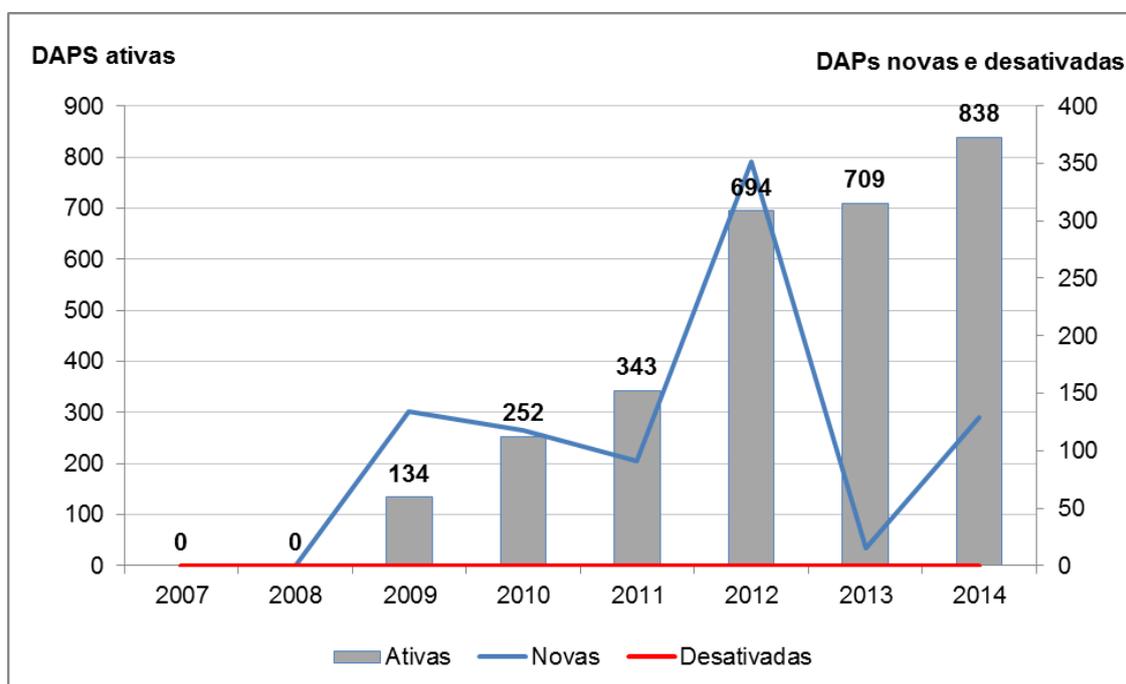


Figura 7.4 - 260 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Senador José Porfírio, emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

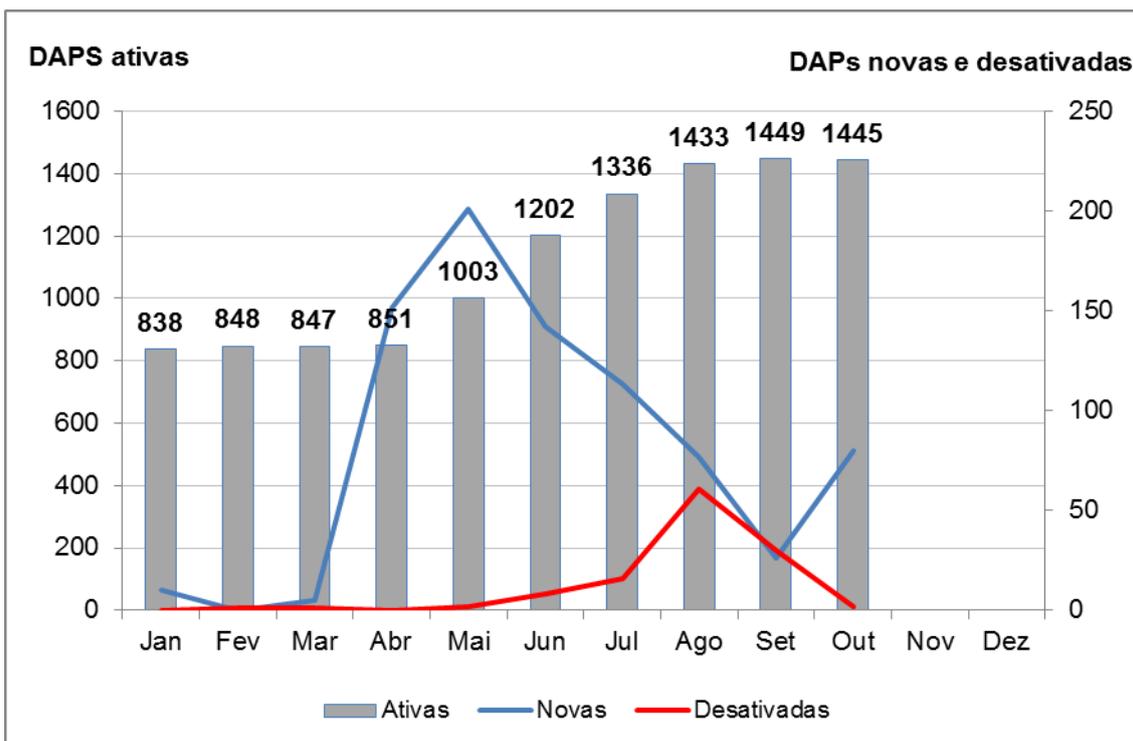


Figura 7.4 - 261 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS Ativas, Novas e Desativadas, de Senador José Porfírio, emitidas de janeiro a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Elaboração Norte Energia.

e) Análise da Evolução da emissão de DAPS (Declaração de Aptidão ao Pronaf) – Vitória do Xingu

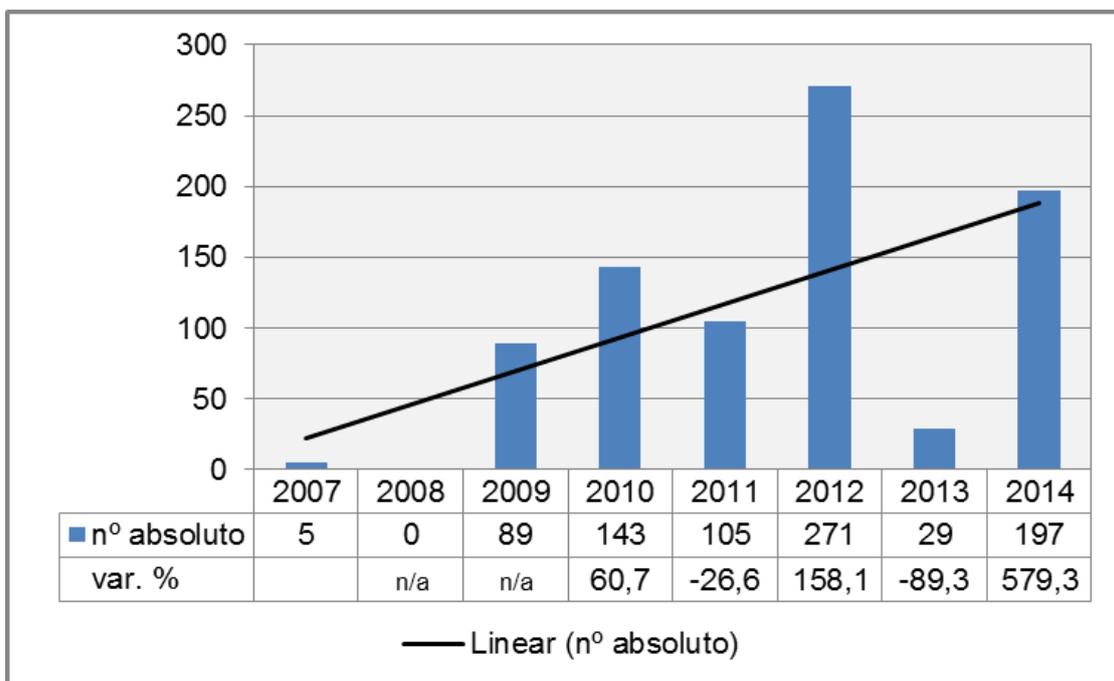


Figura 7.4- 262 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPS, de Vitória do Xingu emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica

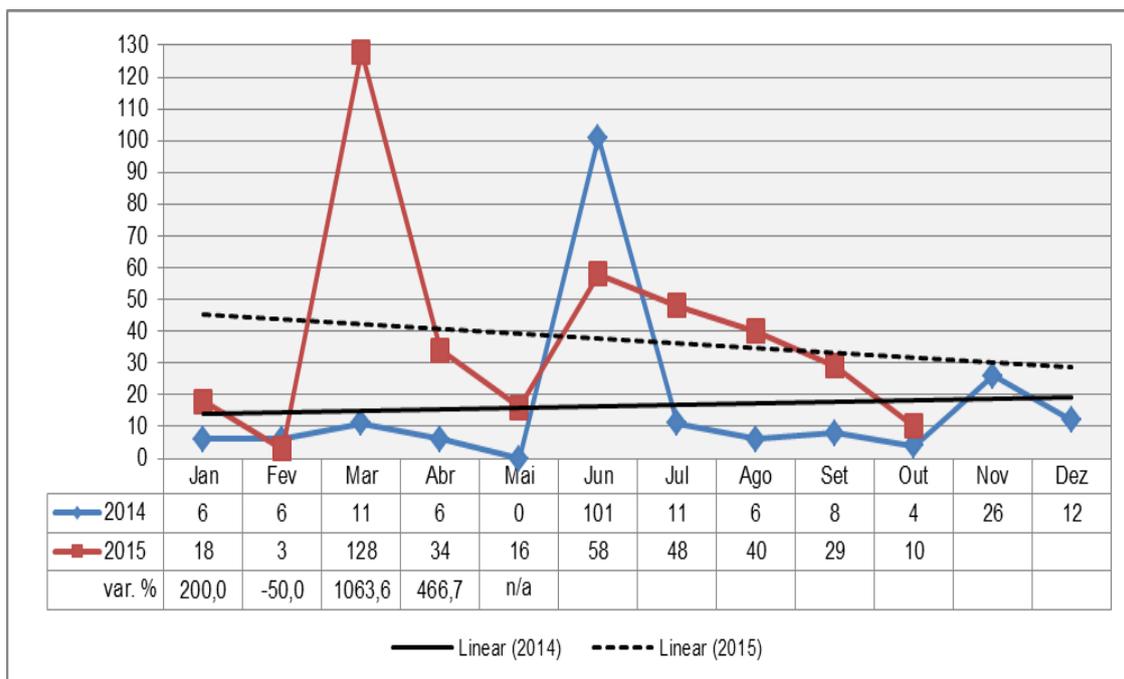


Figura 7.4 - 263 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs, de Vitória do Xingu, emitidas de janeiro de 2014 a outubro 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

1. n/a: não se aplica

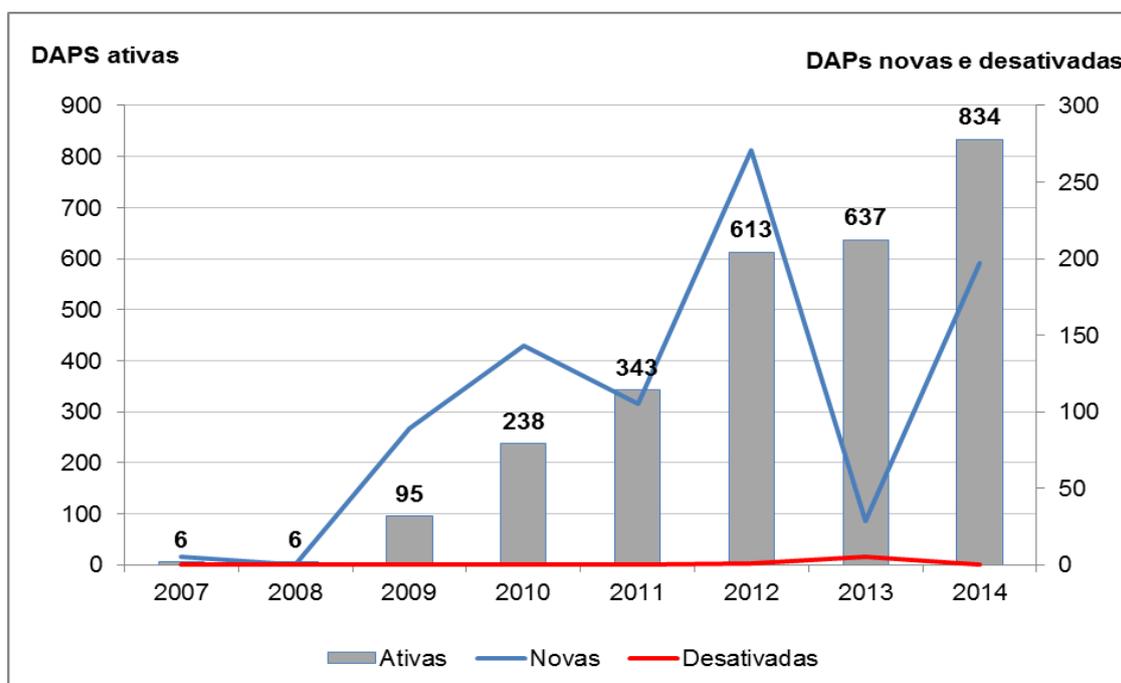


Figura 7.4 - 264 – Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Vitória do Xingu, emitidas nos anos de 2007 a 2014

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

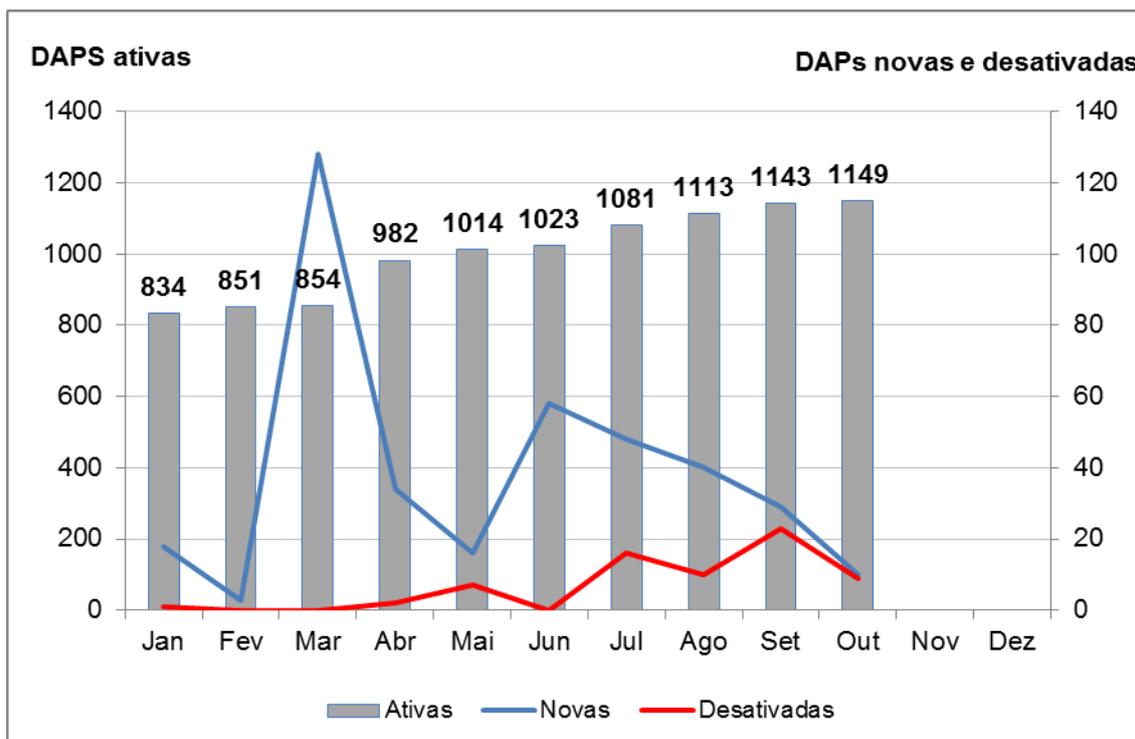


Figura 7.4- 265 - Número de Declarações de Aptidão ao Pronaf – DAPs Ativas, Novas e Desativadas, de Vitória do Xingu, emitidas de janeiro a outubro de 2015

Fonte: Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/
Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Como já apresentado em outros relatórios consolidados, o grande número de pequenos agricultores na AID se origina do processo de ocupação fundiária, sendo representativos os assentamentos rurais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para apoiar esse segmento, dentre outras ações, o governo federal notou a necessidade de incentivar programas governamentais que possibilitariam o financiamento das produções agrícolas, por meio de créditos disponibilizados para esta atividade. Assim, em 1996, os agricultores familiares passaram a receber apoio de políticas públicas do governo federal, por conta do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Entretanto, para a obtenção desses créditos seria necessário o acesso ao Programa, que sempre apresentou dificuldades a esse segmento. Para ter acesso aos programas, havia a necessidade de o pequeno produtor comprovar o seu enquadramento nos programas mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Tais documentos são fundamentais, visto que possibilitam o acesso não somente ao Pronaf, mas igualmente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), bem como ao Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida Rural, e benefícios do INSS.

Ao se verificar a evolução da emissão de DAPs desde 2007, nota-se que nos municípios da AID, nos anos de 2007 e 2008, de forma geral, foram emitidas poucas DAPs, mas isso se devia ao fato de ser o início do processo de formalização por meio

da declaração, além de ações como o PAA ainda estarem se efetivando. A partir de 2009 há um incremento no número de emissões em todos os municípios, com destaque para Altamira, Anapu e Brasil Novo, onde foram emitidas 366, 149 e 291 DAPs respectivamente, seguida por Senador José Porfírio e Vitória do Xingu, com, respectivamente, 134 e 89 DAPs emitidas. Nestes últimos dois municípios, havia área plantada relativamente pouco expressiva. Saliente-se que em 2009 há um fator a mais que contribuiu para o aumento na emissão desse Documento, isto é, a Lei da Alimentação Escolar, que estabeleceu a obrigatoriedade da aquisição pelas prefeituras e Estados, por chamada pública, de no mínimo 30,0% dos alimentos consumidos nas escolas da agricultura familiar. Houve também maior efetivação do PAA, que contribuiu para a emissão de DAPs.

Em Altamira, apesar de pequena queda em 2010 ante 2009 (-10,1% ou de 1.029 foi para 925), o número de emissões continuou muito superior a 2007 e 2008, quando sequer chegava a 100 emissões anuais. Em 2011 houve novamente um aumento, sendo que foram emitidas 1.146 DAPs. Mas o maior aumento se verifica em 2012, com significativos 89,7% de incremento. Com isso, as emissões chegaram a 2.174 DAPs nesse ano.

Esse significativo aumento se deve, dentre outros motivos, à Emater que é o principal órgão responsável pela emissão de DAPs e CARs na região. Parte do grande número de emissões do documento em 2012 pode ser creditada à ação da própria Emater, que promoveu uma campanha de sensibilização do pequeno produtor para o acesso aos programas governamentais e à necessidade do cadastramento de identificação do Produtor por meio da DAP.

Em 2013, nota-se contrariamente a 2012, uma significativa queda na emissão de DAPs para todos os municípios da AID (-81,9%, ou de 2.174 decaiu para 393). Segundo informações da Emater, é possível atrelar este declínio à falta de aprovação de projetos técnicos de créditos para os agricultores rurais, o que diminuiu a necessidade de obtenção das DAPs. Outros fatores que podem ter influenciado neste declínio foi o próprio aumento significativo nas emissões de DAPs em 2012, que pode ter provocado uma baixa na demanda do ano seguinte. Isso pode ter ocorrido por conta do prazo de validade das DAPs para pessoas físicas ser de 6 anos. Dessa forma, as DAPs emitidas a partir de 2008 encontravam-se ativas o que pode influenciar na demanda por novas emissões. Em outros termos, há um limite de emissões desse documento atrelado ao número de agricultores familiares da região.

Já em 2014 nota-se um aumento na emissão de novas DAPs (313,2%), chegando a 1.624. Esse número é bem menor que o de 2012, mas é superior ao período de 2009 a 2011. Esse aumento está atrelada à aprovação de projetos que visam a liberação de crédito ao agricultor rural, conforme informado pela Emater. Além disso, ressalte-se que as declarações emitidas em 2007 e 2008 começaram a ter seu prazo vencido, o que também pode ter influenciado a emissão de novas DAPs. Ao se verificar as emissões por município, nota-se que foram emitidos 318 documentos em Altamira, 470 em Anapu, 510 em Brasil Novo, 129 em Senador José Porfírio e 197 em Vitória do Xingu.

Ao se verificar os dez primeiros meses de 2015, observa-se que houve 249 emissões em Altamira, com picos de 60 em março e 59 em julho. Assim, possivelmente as emissões estarão no mesmo patamar ou abaixo de 2014. Em Anapu no mesmo período foram emitidas 285 DAPs, mas mesmo assim, ficou bem aquém das 434 emitidas nos dez primeiros meses de 2014. Em Brasil Novo também houve uma significativa queda de emissão de DAPs nos dez primeiros meses de 2015 ante 2014, com 139 emissões, quando em 2014, houve 494 emissões no mesmo período. Já em Senador José Porfírio o número de DAPs emitidas até outubro de 2015 foi muito maior que 2014, chegando a 806 ante apenas 109 no mesmo período. Contribuíram para tal quadro, alguns meses, como abril (152), maio(201), junho (142) e julho (113). Dessa forma, 2015 já é o ano com maior emissão de DAP no município. Em Vitória do Xingu houve 384 emissões no dez primeiros meses de 2015 ante 159 no mesmo período de 2014. Tal qual ocorreu com Senador José Porfírio, em Vitória do Xingu, 2014 deverá ser o ano com maior número de DAPs emitidas desde o início dos anos monitorados.

Esse aumento do número de DAPs em 2014 e, principalmente em 2015, relaciona-se a uma campanha, realizada em novembro de 2014, durante a 36ª Exposição e Feira Agropecuária de Altamira (Expoalta) promovendo a emissão de CARs pela Emater e estimulando a busca dos escritórios da empresa para a emissão de DAPs. A Empresa ofereceu ainda informações sobre as atividades da agricultura familiar e orientação sobre métodos de produção, tecnologias usadas para aumentar a produção e a produtividade no campo, prevenção de pragas e doenças que podem atacar a lavoura e até os animais¹⁵. Além disso, entre 2014 e 2015 o fato de o Programa Minha Casa Minha Vida Rural exigir DAPs igualmente estimulou a emissão de documentos. Complementarmente, foi contratada uma empresa para prestar assistência técnica a 1.000 pescadores, sendo que a emissão de DAPs era um dos pressupostos da ação.

Destaque-se, também, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural Sustentável (ATES) do Projeto de Apoio à Pequena Produção e à Agricultura Familiar (4.2.1). Pelo apoio aos agricultores que adquiriram imóveis por Carta de Crédito da Norte Energia, o Projeto 4.2.1 desenvolve trabalhos caracterizando o perfil de entrada e as vulnerabilidades sociais do grupo familiar, além de ações de capacitação técnica às famílias, o que incentiva a permanência do agricultor familiar no campo, e o desenvolvimento de atividades produtivas. Além disso, incentiva a regularização de sua situação, bem como sua participação em políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

Dentre as ações efetivas do Projeto 4.2.1 destacam-se também as capacitações do mini curso “Custo de Produção do Cacau”; da Palestra “Destino do Lixo na propriedade rural, compostagem e reaproveitamento”; e da Palestra “Cidadania e Benefícios Sociais”. Houve também ações de manejo sanitário do gado com vacinação assistida em Altamira e Brasil Novo; distribuição de manivas de Mandioca em Altamira, com o objetivo de melhorar a genética das lavouras e introduzir variedades com diferentes períodos de produção; conclusão da instalação da unidade demonstrativas

¹⁵ http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=106769.

(UD) de Cultivo Protegido Integrado à Avicultura no Assurini, Altamira e Mandioca em Área Mecanizada em Vitória do Xingu; início da implantação da UD de Galinha Caipira em Brasil Novo e emissão de CARs de propriedades atendidas pela ATES.

Por fim, contribuiu para o aumento de emissões nos últimos anos, as emissões de CAR. No Pará, somente por meio da Emater, mais de 20 mil registros foram emitidos gratuitamente, entre 2011 e 2014, consolidando a política de regularização ambiental no Estado. O avanço, em relação a 2009 e 2010, foi significativo. Naqueles dois anos, apenas 400 cadastros foram realizados. A intensificação nas emissões de CAR colaborou com as emissões de DAPs, visto que os agricultores só podem obter a declaração se o CAR tiver sido emitido anteriormente.

9.2. Indicador “25. Evolução nos preços de produtos agrícolas”

a) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Altamira

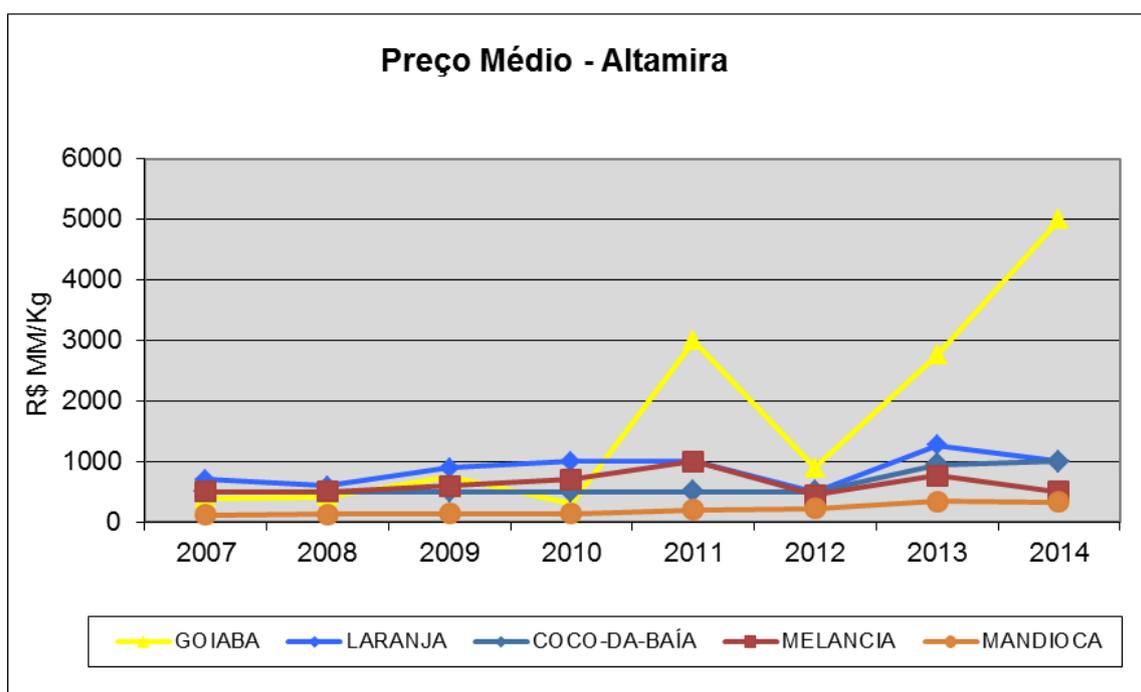


Figura 7.4 - 266 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Altamira, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 95 – Preço médio (R\$/T) de produtos selecionados agrícolas, em Altamira, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
GOIABA	400,00	420,00	750,00	300,00	3.000,00	900,00	2.762,00	5.000,00
var. % GOIABA		5,0	78,6	-60,0	900,0	-70,0	206,9	81,0
LARANJA	700,00	600,00	900,00	1.000,00	1.000,00	500,00	1.272,00	1.000,00
var. % LARANJA		-14,3	50,0	11,1	0,0	-50,0	154,4	-21,4
COCO-DA-BAÍÁ	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	953,00	1.000,00
var. % COCO-DA-BAÍÁ		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	90,7	4,9
MELANCIA	500,00	500,00	600,00	700,00	1.000,00	450,00	768,00	500,00
var. % MELANCIA		0,0	20,0	16,7	42,9	-55,0	70,7	-34,9
MANDIOCA	120,00	130,00	135,00	135,00	200,00	225,00	337,00	335,00
var. % MANDIOCA		8,3	3,8	0,0	48,1	12,5	49,8	-0,7
ABACAXI	1.000,00	900,00	1.200,00	1.400,00	1.500,00	775,00	1.143,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-10,0	33,3	16,7	7,1	-48,3	47,5	-12,5
MARACUJÁ	700,00	900,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	2.100,00	2.950,00	3.000,00
var. % MARACUJÁ		28,6	11,1	100,0	0,0	5,0	40,5	1,7
FEIJÃO	1.333,00	2.967,00	1.500,00	1.183,00	1.892,00	2.656,00	3.660,00	2.405,00
var. % FEIJÃO		122,6	-49,4	-21,1	59,9	40,4	37,8	-34,3
MILHO	584,00	500,00	583,00	790,00	634,00	580,00	688,00	750,00
var. % MILHO		-14,3	16,6	35,5	-19,7	-8,5	18,6	9,0

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BANANA	200,00	190,00	480,00	500,00	350,00	535,00	589,00	600,00
var. % BANANA		-5,0	152,6	4,2	-30,0	52,9	10,1	1,9
TOMATE	1.750,00	1.500,00	2.000,00	2.500,00	2.000,00	2.209,00	2.411,00	2.000,00
var. % TOMATE		-14,3	33,3	25,0	-20,0	10,4	9,2	-17,0
ARROZ	450,00	775,00	563,00	600,00	584,00	580,00	589,00	667,00
var. % ARROZ		72,2	-27,4	6,6	-2,7	-0,7	1,5	13,3

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal - PAM – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

b) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Anapu

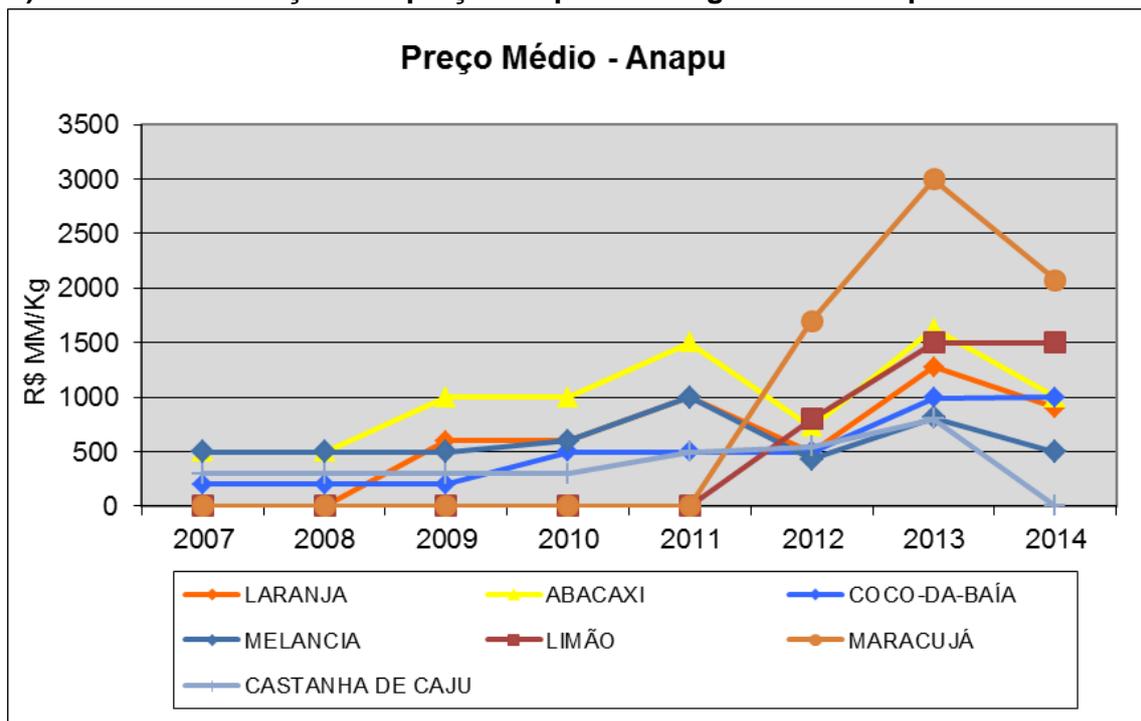


Figura 7.4 - 267 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Anapu, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 96 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Anapu, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
LARANJA	-	-	600,00	600,00	1.000,00	500,00	1.275,00	900,00
var. % LARANJA	s/i	s/i	0,0	0,0	66,7	-50,0	155,0	-29,4
ABACAXI	500,00	500,00	1.000,00	1.000,00	1.500,00	725,00	1.625,00	1.000,00
var. % ABACAXI		0,0	100,0	0,0	50,0	-51,7	124,1	-38,5
COCO-DA-BAÍÁ	200,00	200,00	200,00	500,00	500,00	500,00	990,00	1.000,00
var. % COCO-DA-BAÍÁ		0,0	0,0	150,0	0,0	0,0	98,0	1,0
MELANCIA	500,00	500,00	500,00	600,00	1.000,00	430,00	810,00	500,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	20,0	66,7	-57,0	88,4	-38,3
LIMÃO	-	-	-	-	-	800,00	1.500,00	1.500,00
var. % LIMÃO	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i		87,5	0,0
MARACUJÁ	-	-	-	-	-	1.700,00	3.000,00	2.075,00
var. % MARACUJÁ	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i		76,5	-30,8

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
CASTANHA DE CAJU	300,00	300,00	300,00	300,00	500,00	545,00	800,00	-
var. % CASTANHA DE CAJU		0,0	0,0	0,0	66,7	9,0	46,8	-100,0
MANDIOCA	120,00	125,00	250,00	200,00	200,00	272,73	372,85	410,00
var. % MANDIOCA		4,2	100,0	-20,0	0,0	36,4	36,7	9,9
TANGERINA	-	-	-	-	-	780,00	1.000,00	1.000,00
var. % TANGERINA	s/i	s/i	s/i	s/i	s/i	n/a¹	28,2	0,0
ARROZ	500,00	833,00	583,00	583,00	584,00	550,00	667,00	667,00
var. % ARROZ		66,6	-30,0	0,0	0,2	-5,8	21,3	0,0
MILHO	417,00	420,00	500,00	500,00	634,00	668,30	755,00	750,00
var. % MILHO		0,7	19,0	0,0	26,8	5,4	13,0	-0,7
MAMÃO	1.000,00	500,00	400,00	1.500,00	750,00	975,00	1.100,00	1.260,00
var. % MAMÃO		-50,0	-20,0	275,0	-50,0	30,0	12,8	14,5
PALMITO	500,00	450,00	450,00	400,00	500,00	582,50	650,00	500,00
var. % PALMITO		-10,0	0,0	-11,1	25,0	16,5	11,6	-23,1
FEIJÃO	1.750,00	3.250,00	1.900,00	3.000,00	3.667,00	3.000,00	3.086,09	2.200,00
var. % FEIJÃO		85,7	-41,5	57,9	22,2	-18,2	2,9	-28,7

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

1. n/a igual a não se aplica.

c) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Brasil Novo

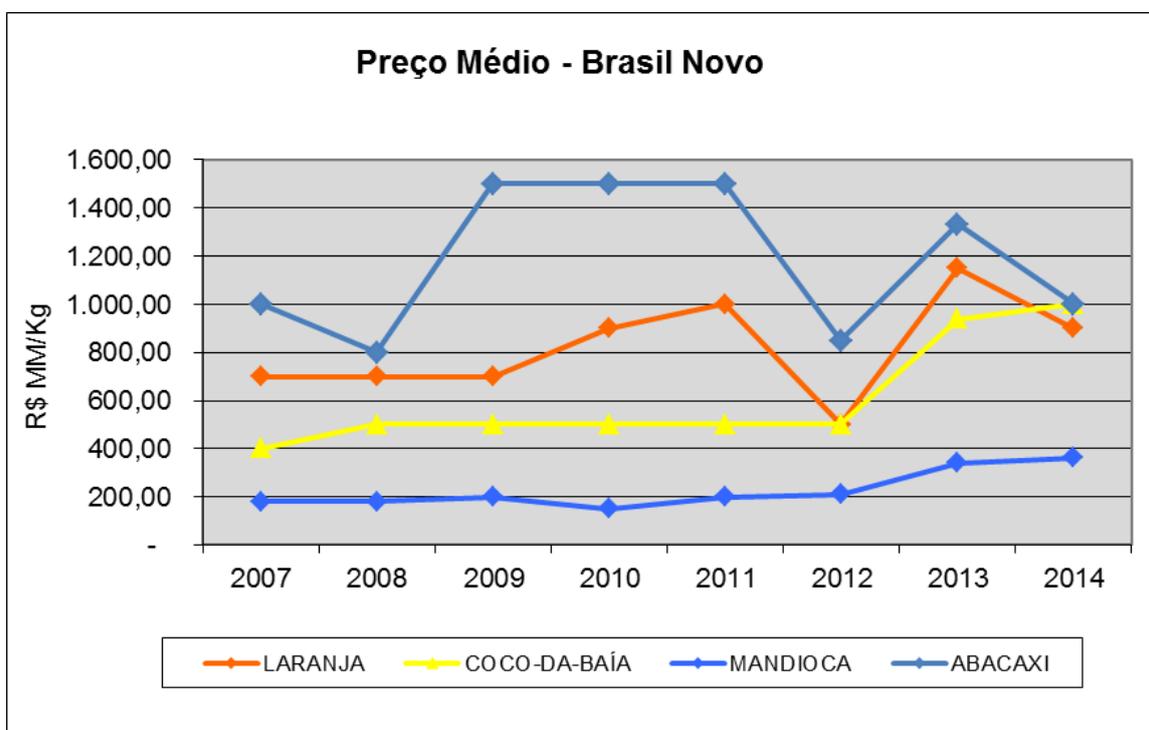


Figura 7.4 - 268 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Brasil Novo, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 97 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Brasil Novo, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
LARANJA	700,00	700,00	700,00	900,00	1.000,00	500,00	1.150,00	900,00
var. % LARANJA		0,0	0,0	28,6	11,1	-50,0	130,0	-21,7
COCO-DA-BAÍA	400,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	937,50	1.000,00
var. % COCO-DA-BAÍA		25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	87,5	6,7
MANDIOCA	180,00	180,00	200,00	150,00	200,00	211,70	340,55	363,64
var. % MANDIOCA		0,0	11,1	-25,0	33,3	5,9	60,9	6,8
ABACAXI	1.000,00	800,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	850,00	1.333,33	1.000,00
var. % ABACAXI		-20,0	87,5	0,0	0,0	-43,3	56,9	-25,0
ARROZ	450,00	833,00	583,00	666,00	584,00	500,00	700,00	667,00
var. % ARROZ		85,1	-30,0	14,2	-12,3	-14,4	40,0	-4,7
MELANCIA	500,00	500,00	500,00	700,00	1.000,00	640,00	892,86	500,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	40,0	42,9	-36,0	39,5	-44,0
BANANA	200,00	250,00	250,00	300,00	350,00	483,50	575,00	492,50
var. % BANANA		25,0	0,0	20,0	16,7	38,1	18,9	-14,3
MILHO	670,00	588,00	583,00	500,00	634,00	600,00	676,90	712,50
var. % MILHO		-12,2	-0,9	-14,2	26,8	-5,4	12,8	5,3
FEIJÃO	1.350,00	3.000,00	2.000,00	2.333,00	1.865,52	2.620,83	2.955,05	2.312,50
var. % FEIJÃO		122,2	-33,3	16,7	-20,0	40,5	12,8	-21,7

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

d) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Senador José Porfírio

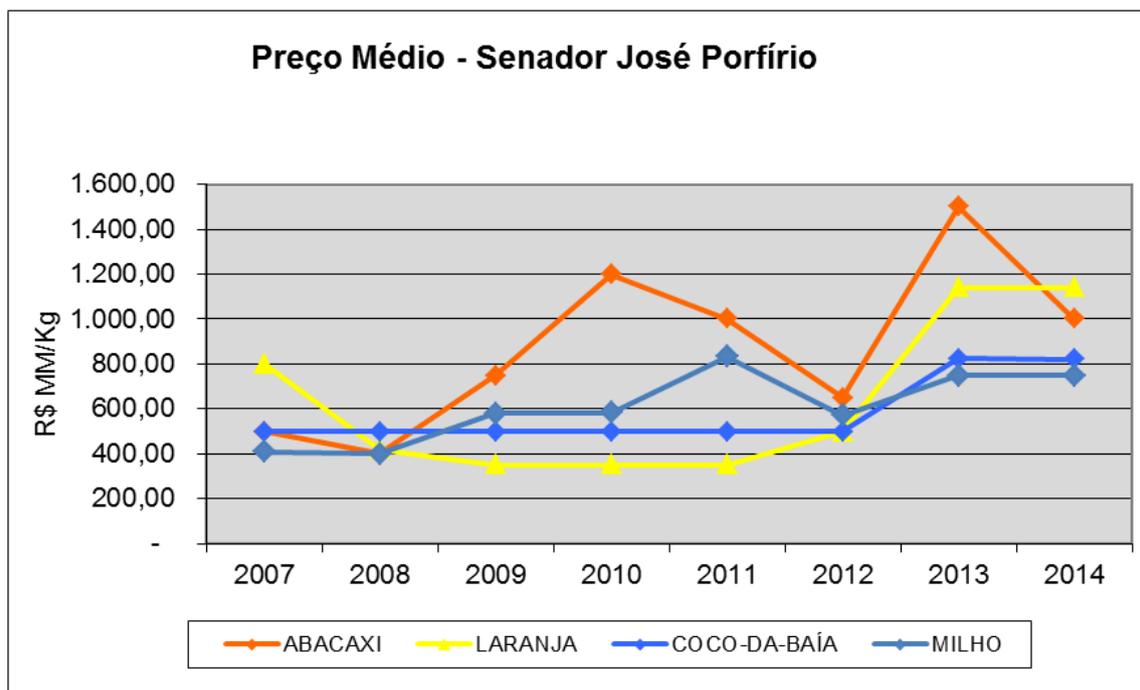


Figura 7.4- 269 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 98 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ABACAXI	500,00	400,00	750,00	1.200,00	1.000,00	650,00	1.500,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-20,0	87,5	60,0	-16,7	-35,0	130,8	-33,3
LARANJA	800,00	420,00	350,00	350,00	350,00	500,00	1.140,00	1.140,00
var. % LARANJA		-47,5	-16,7	0,0	0,0	42,9	128,0	0,0
COCO-DA-BAÍÁ	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	825,00	820,00
var. % COCO-DA-BAÍÁ		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	65,0	-0,6
MILHO	410,00	400,00	580,00	583,00	833,00	570,00	748,00	750,00
var. % MILHO		-2,4	45,0	0,5	42,9	-31,6	31,2	0,3
ARROZ	410,00	666,00	583,00	500,00	666,00	470,00	600,00	667,00
var. % ARROZ		62,4	-12,5	-14,2	33,2	-29,4	27,7	11,2
MANDIOCA	180,00	200,00	200,00	200,00	200,00	203,85	233,93	366,67
var. % MANDIOCA		11,1	0,0	0,0	0,0	1,9	14,8	56,7
BANANA	180,00	200,00	500,00	300,00	300,00	475,00	535,71	400,00
var. % BANANA		11,1	150,0	-40,0	0,0	58,3	12,8	-25,3
FEIJÃO	1.750,00	3.250,00	2.750,00	2.100,00	2.158,82	2.768,75	2.460,00	2.333,33
var. % FEIJÃO		85,7	-15,4	-23,6	2,8	28,3	-11,2	-5,1

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

e) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Vitória do Xingu

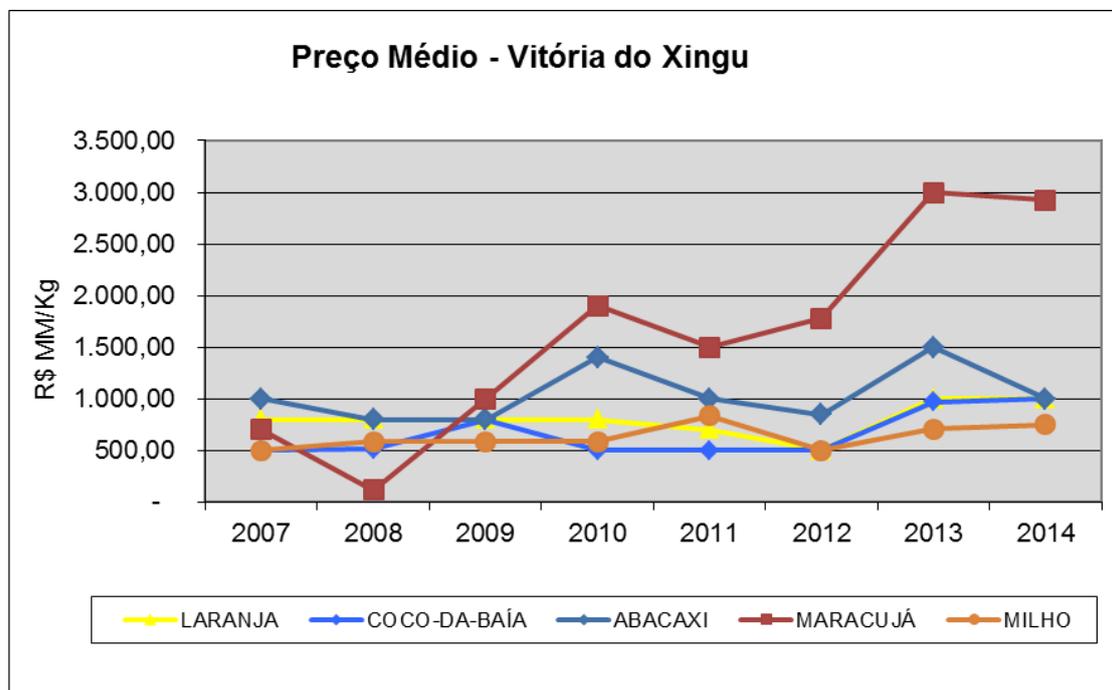


Figura 7.4 - 270 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 99 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
LARANJA	800,00	800,00	800,00	800,00	700,00	500,00	1.000,00	1.000,00
var. % LARANJA		0,0	0,0	0,0	-12,5	-28,6	100,0	0,0
COCO-DA-BAÍÁ	500,00	510,00	800,00	500,00	500,00	500,00	970,00	1.000,00
var. % COCO-DA-BAÍÁ		2,0	56,9	-37,5	0,0	0,0	94,0	3,1
ABACAXI	1.000,00	800,00	800,00	1.400,00	1.000,00	850,00	1.500,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-20,0	0,0	75,0	-28,6	-15,0	76,5	-33,3
MARACUJÁ	700,00	114,00	1.000,00	1.900,00	1.500,00	1.780,00	3.000,00	2.925,00
var. % MARACUJÁ		-83,7	777,2	90,0	-21,1	18,7	68,5	-2,5
MILHO	500,00	583,00	583,00	583,00	833,00	500,00	708,30	750,00
var. % MILHO		16,6	0,0	0,0	42,9	-40,0	41,7	5,9
MANDIOCA	110,00	135,00	135,00	120,00	200,00	234,25	315,65	323,73
var. % MANDIOCA		22,7	0,0	-11,1	66,7	17,1	34,7	2,6
FEIJÃO	1.400,00	3.500,00	2.000,00	2.500,00	2.195,65	2.415,65	3.155,10	2.187,50
var. % FEIJÃO		150,0	-42,9	25,0	-12,2	10,0	30,6	-30,7
CANA-DE-AÇÚCAR	80,00	80,00	80,00	100,00	100,00	92,00	118,00	150,00
var. % CANA-DE-AÇÚCAR		0,0	0,0	25,0	0,0	-8,0	28,3	27,1
ARROZ	500,00	667,00	667,00	666,00	666,00	540,00	650,20	667,00
var. % ARROZ		33,4	0,0	-0,1	0,0	-18,9	20,4	2,6

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Elaboração Norte Energia.

f) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Gurupá

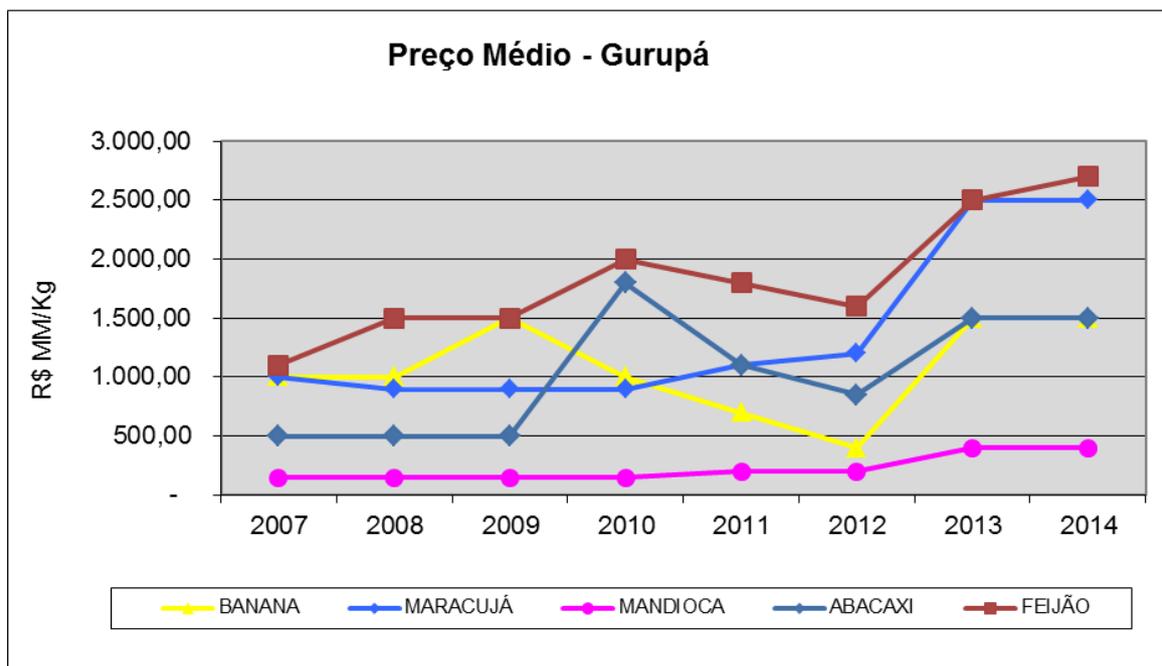


Figura 7.4 - 271 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Gurupá, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 100 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Gurupá, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BANANA var. % BANANA	1.000,00	1.000,00	1.500,00	1.000,00	700,00	400,00	1.500,00	1.500,00
		0,0	50,0	-33,3	-30,0	-42,9	275,0	0,0
MARACUJÁ var. % MARACUJÁ	1.000,00	900,00	900,00	900,00	1.100,00	1.200,00	2.500,00	2.500,00
		-10,0	0,0	0,0	22,2	9,1	108,3	0,0
MANDIOCA var. % MANDIOCA	150,00	150,00	150,00	150,00	200,00	200,00	400,00	400,00
		0,0	0,0	0,0	33,3	0,0	100,0	0,0
ABACAXI var. % ABACAXI	500,00	500,00	500,00	1.800,00	1.100,00	850,00	1.500,00	1.500,00
		0,0	0,0	260,0	-38,9	-22,7	76,5	0,0
FEIJÃO var. % FEIJÃO	1.100,00	1.500,00	1.500,00	2.000,00	1.800,00	1.600,00	2.500,00	2.700,00
		36,4	0,0	33,3	-10,0	-11,1	56,3	8,0
MAMÃO var. % MAMÃO	-	-	-	800,00	800,00	1.125,00	1.500,00	1.500,00
		s/i	s/i	s/i	0,0	40,6	33,3	0,0
MILHO var. % MILHO	500,00	500,00	600,00	800,00	600,00	600,00	600,00	900,00
		0,0	20,0	33,3	-25,0	0,0	0,0	50,0
ARROZ var. % ARROZ	600,00	600,00	600,00	800,00	600,00	550,00	500,00	800,00
		0,0	0,0	33,3	-25,0	-8,3	-9,1	60,0
MELANCIA var. % MELANCIA	300,00	300,00	400,00	800,00	550,00	600,00	400,00	400,00
		0,0	33,3	100,0	-31,3	9,1	-33,3	0,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

g) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Medicilândia

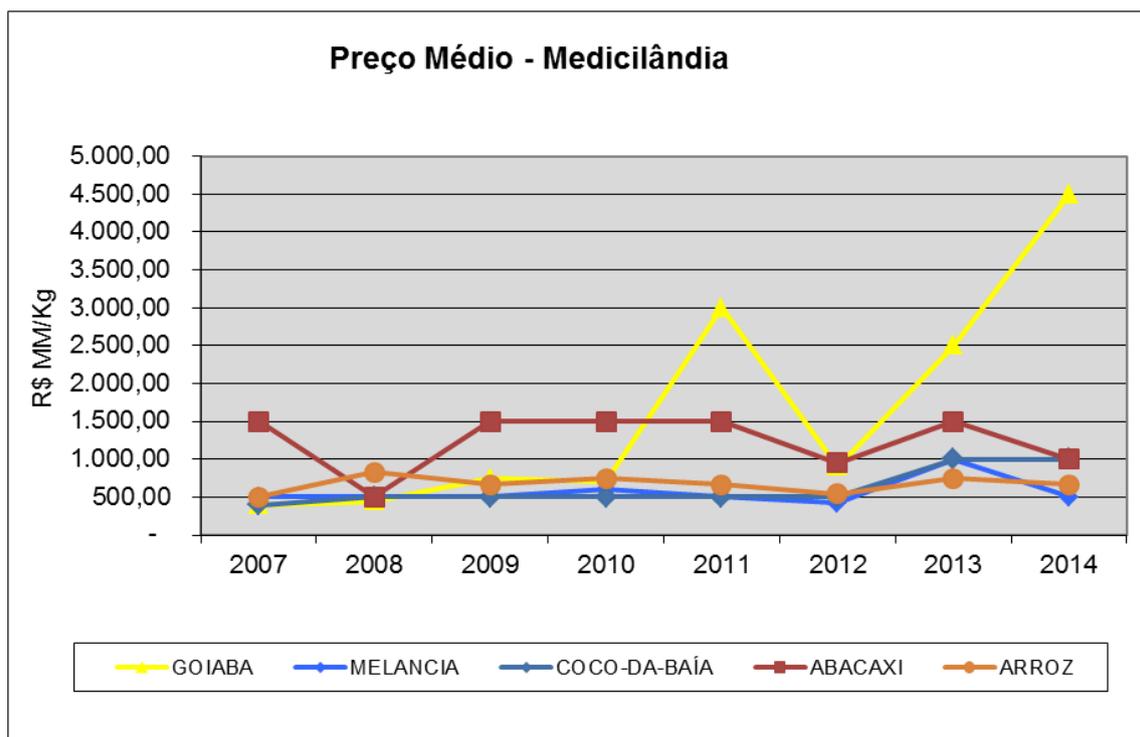


Figura 7.4 - 272 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Medicilândia, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 101 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Medicilândia, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
GOIABA	400,00	450,00	750,00	700,00	3.000,00	900,00	2.500,00	4.500,00
var. % GOIABA		12,5	66,7	-6,7	328,6	-70,0	177,8	80,0
MELANCIA	500,00	500,00	500,00	600,00	500,00	420,00	1.000,00	500,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	20,0	-16,7	-16,0	138,1	-50,0
COCO-DA-BAÍA	400,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	1.000,00	1.000,00
var. % COCO-DA-BAÍA		25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0
ABACAXI	1.500,00	500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	950,00	1.500,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-66,7	200,0	0,0	0,0	-36,7	57,9	-33,3
ARROZ	500,00	833,00	666,00	750,00	666,00	540,00	750,00	667,00
var. % ARROZ		66,6	-20,0	12,6	-11,2	-18,9	38,9	-11,1
MILHO	500,00	450,00	666,00	500,00	750,00	600,00	702,50	750,00
var. % MILHO		-10,0	48,0	-24,9	50,0	-20,0	17,1	6,8
MAMÃO	850,00	850,00	900,00	1.400,00	1.000,00	1.090,00	1.252,50	1.500,00
var. % MAMÃO		0,0	5,9	55,6	-28,6	9,0	14,9	19,8
MARACUJÁ	800,00	800,00	800,00	2.000,00	1.000,00	2.400,00	2.718,75	2.500,00
var. % MARACUJÁ		0,0	0,0	150,0	-50,0	140,0	13,3	-8,0
MANDIOCA	175,00	180,00	180,00	210,00	210,00	246,60	271,45	341,67
var. % MANDIOCA		2,9	0,0	16,7	0,0	17,4	10,1	25,9
FEIJÃO	1.500,00	3.000,00	2.330,00	3.000,00	2.000,00	3.258,61	3.538,07	2.357,14
var. % FEIJÃO		100,0	-22,3	28,8	-33,3	62,9	8,6	-33,4

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

h) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Pacajá

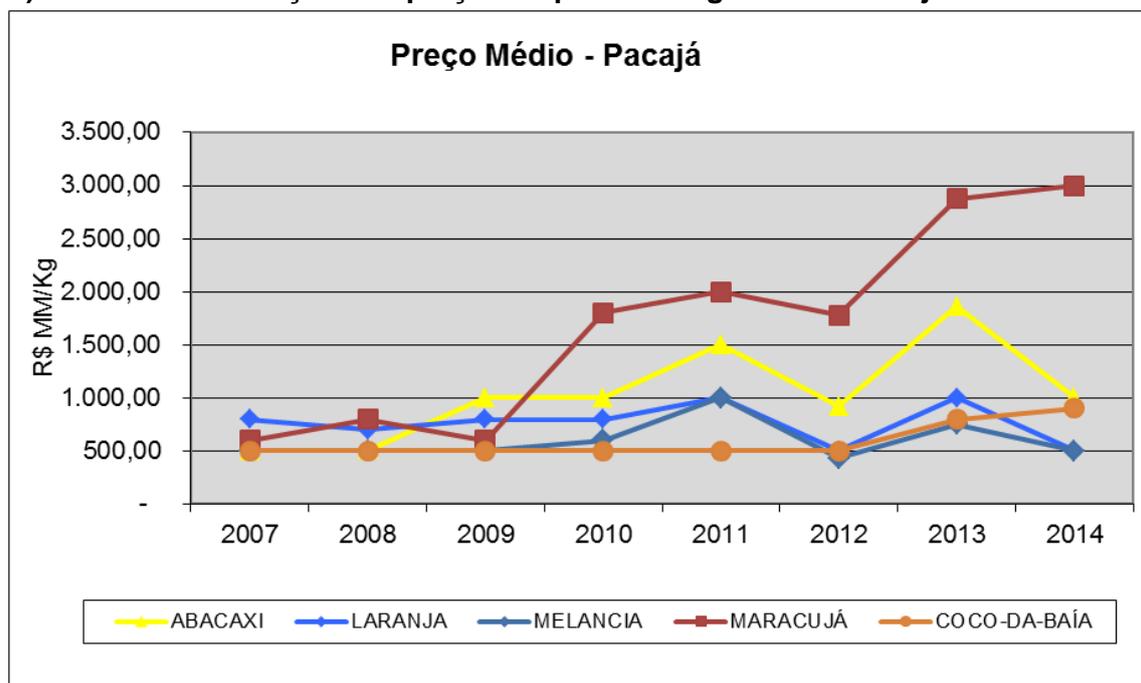


Figura 7.4 - 273 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Pacajá, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 102 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Pacajá, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ABACAXI	500,00	510,00	1.000,00	1.000,00	1.500,00	920,00	1.862,50	1.000,00
var. % ABACAXI		2,0	96,1	0,0	50,0	-38,7	102,4	-46,3
LARANJA	800,00	700,00	800,00	800,00	1.000,00	500,00	1.000,00	500,00
var. % LARANJA		-12,5	14,3	0,0	25,0	-50,0	100,0	-50,0
MELANCIA	500,00	500,00	500,00	600,00	1.000,00	430,00	750,00	500,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	20,0	66,7	-57,0	74,4	-33,3
MARACUJÁ	600,00	800,00	600,00	1.800,00	2.000,00	1.780,00	2.875,00	3.000,00
var. % MARACUJÁ		33,3	-25,0	200,0	11,1	-11,0	61,5	4,3
COCO-DA-BAÍA	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	800,00	900,00
var. % COCO-DA-BAÍA		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	60,0	12,5
MANDIOCA	100,00	120,00	100,00	220,00	190,00	248,50	344,11	292,57
var. % MANDIOCA		20,0	-16,7	120,0	-13,6	30,8	38,5	-15,0
ARROZ	500,00	750,00	833,00	583,00	584,00	490,00	662,00	667,00
var. % ARROZ		50,0	11,1	-30,0	0,2	-16,1	35,1	0,8
FEIJÃO	1.500,00	3.400,00	1.583,00	1.833,00	3.667,00	2.777,27	3.325,00	2.300,00
var. % FEIJÃO		126,7	-53,4	15,8	100,1	-24,3	19,7	-30,8
MILHO	500,00	400,00	600,00	666,00	634,00	683,20	752,35	750,00
var. % MILHO		-20,0	50,0	11,0	-4,8	7,8	10,1	-0,3

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

i) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Placas

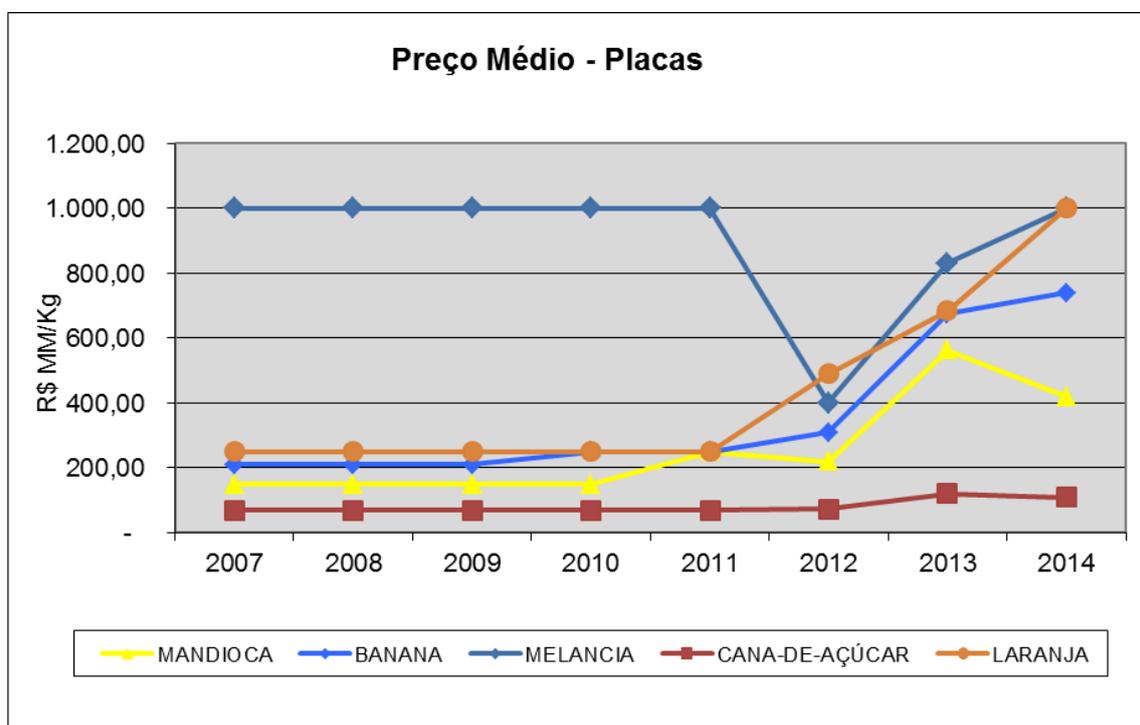


Figura 7.4 - 274 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Placas, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 103 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Placas, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
MANDIOCA	150,00	150,00	150,00	150,00	250,00	220,00	562,00	420,00
var. % MANDIOCA		0,0	0,0	0,0	66,7	-12,0	155,5	-25,3
BANANA	210,00	210,00	210,00	250,00	250,00	310,00	674,00	740,00
var. % BANANA		0,0	0,0	19,0	0,0	24,0	117,4	9,8
MELANCIA	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	400,00	830,00	1.000,00
var. % MELANCIA		0,0	0,0	0,0	0,0	-60,0	107,5	20,5
CANA-DE-AÇÚCAR	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00	72,00	120,00	110,00
var. % CANA-DE-AÇÚCAR		0,0	0,0	0,0	0,0	2,9	66,7	-8,3
LARANJA	250,00	250,00	250,00	250,00	250,00	490,00	684,00	1.000,00
var. % LARANJA		0,0	0,0	0,0	0,0	96,0	39,6	46,2
COCO-DA-BAÍÁ	250,00	250,00	250,00	300,00	350,00	473,00	528,50	788,00
var. % COCO-DA-BAÍÁ		0,0	0,0	20,0	16,7	35,1	11,7	49,1
FEIJÃO	1.660,00	3.300,00	2.300,00	1.175,00	6.600,00	2.696,36	2.890,91	2.636,36
var. % FEIJÃO		98,8	-30,3	-48,9	461,7	-59,1	7,2	-8,8
ABACAXI	1.000,00	800,00	800,00	500,00	500,00	790,00	800,00	788,00
var. % ABACAXI		-20,0	0,0	-37,5	0,0	58,0	1,3	-1,5

MILHO	500,00	550,00	660,00	700,00	580,00	572,00	506,00	650,00
var. % MILHO		10,0	20,0	6,1	-17,1	-1,4	-11,5	28,5
ARROZ	500,00	750,00	630,00	650,00	630,00	587,00	482,00	640,00
var. % ARROZ		50,0	-16,0	3,2	-3,1	-6,8	-17,9	32,8

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

j) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Porto de Moz

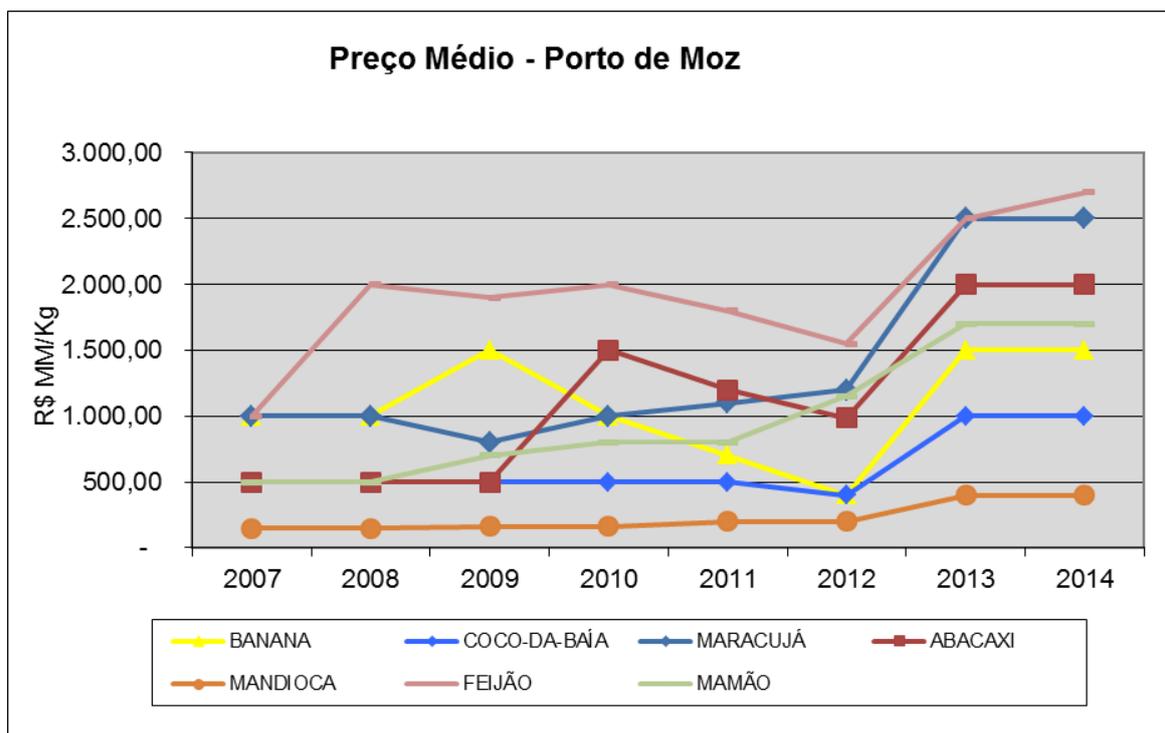


Figura 7.4 - 275 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Porto de Moz, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 104 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Porto de Moz, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
BANANA	1.000,00	1.000,00	1.500,00	1.000,00	700,00	400,00	1.500,00	1.500,00
var. % BANANA		0,0	50,0	-33,3	-30,0	-42,9	275,0	0,0
COCO-DA-BAÍÁ	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	400,00	1.000,00	1.000,00
var. % COCO-DA-BAÍÁ		0,0	0,0	0,0	0,0	-20,0	150,0	0,0
MARACUJÁ	1.000,00	1.000,00	800,00	1.000,00	1.100,00	1.200,00	2.500,00	2.500,00
var. % MARACUJÁ		0,0	-20,0	25,0	10,0	9,1	108,3	0,0
ABACAXI	500,00	500,00	500,00	1.500,00	1.200,00	985,00	2.000,00	2.000,00
var. % ABACAXI		0,0	0,0	200,0	-20,0	-17,9	103,0	0,0
MANDIOCA								

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
var. % MANDIOCA	150,00	150,00	160,00	160,00	200,00	200,00	400,00	400,00
		0,0	6,7	0,0	25,0	0,0	100,0	0,0
FEIJÃO var. % FEIJÃO	1.000,00	2.000,00	1.900,00	2.000,00	1.800,00	1.550,00	2.500,00	2.700,00
		100,0	-5,0	5,3	-10,0	-13,9	61,3	8,0
MAMÃO var. % MAMÃO	500,00	500,00	700,00	800,00	800,00	1.150,00	1.700,00	1.700,00
		0,0	40,0	14,3	0,0	43,8	47,8	0,0
CANA-DE- AÇÚCAR var. % CANA-DE- AÇÚCAR	100,00	100,00	100,00	100,00	120,00	120,00	150,00	150,00
		0,0	0,0	0,0	20,0	0,0	25,0	0,0
ARROZ var. % ARROZ	600,00	600,00	600,00	800,00	600,00	600,00	600,00	800,00
		0,0	0,0	33,3	-25,0	0,0	0,0	33,3
MILHO var. % MILHO	500,00	500,00	600,00	800,00	800,00	600,00	600,00	1.000,00
		0,0	20,0	33,3	0,0	-25,0	0,0	66,7
MELANCIA var. % MELANCIA	400,00	400,00	400,00	800,00	600,00	550,00	550,00	800,00
		0,0	0,0	100,0	-25,0	-8,3	0,0	45,5

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

k) Análise da evolução nos preços de produtos agrícolas – Uruará

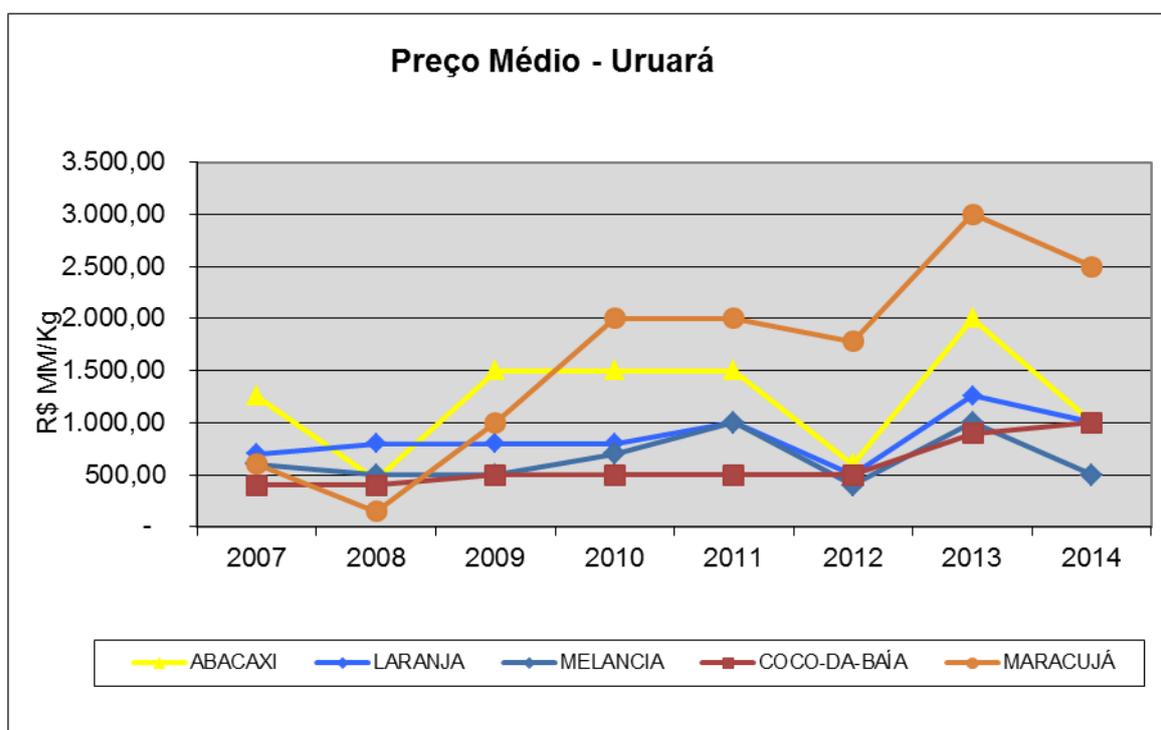


Figura 7.4 - 276 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Uruará, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 105 – Preço médio (R\$/T) de produtos agrícolas selecionados, em Uruará, de 2007 a 2013

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
ABACAXI	1.250,00	450,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	600,00	2.000,00	1.000,00
var. % ABACAXI		-64,0	233,3	0,0	0,0	-60,0	233,3	-50,0
LARANJA	700,00	800,00	800,00	800,00	1.000,00	500,00	1.260,00	1.000,00
var. % LARANJA		14,3	0,0	0,0	25,0	-50,0	152,0	-20,6
MELANCIA	600,00	500,00	500,00	700,00	1.000,00	400,00	1.000,00	500,00
var. % MELANCIA		-16,7	0,0	40,0	42,9	-60,0	150,0	-50,0
COCO-DA-BAÍA	400,00	400,00	500,00	500,00	500,00	500,00	900,00	1.000,00
var. % COCO-DA-BAÍA		0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	80,0	11,1
MARACUJÁ	600,00	150,00	1.000,00	2.000,00	2.000,00	1.780,00	3.000,00	2.500,00
var. % MARACUJÁ		-75,0	566,7	100,0	0,0	-11,0	68,5	-16,7
MANDIOCA	150,00	150,00	150,00	160,00	200,00	234,25	350,00	468,00
var. % MANDIOCA		0,0	0,0	6,7	25,0	17,1	49,4	33,7
ARROZ	580,00	750,00	666,00	667,00	667,00	560,00	833,00	800,00
var. % ARROZ		29,3	-11,2	0,2	0,0	-16,0	48,8	-4,0
FEIJÃO	1.500,00	3.200,00	1.750,00	2.750,00	2.000,00	2.898,39	3.267,94	2.413,15
var. % FEIJÃO		113,3	-45,3	57,1	-27,3	44,9	12,8	-26,2
MILHO	525,00	600,00	633,00	500,00	583,00	606,60	614,70	750,00
var. % MILHO		14,3	5,5	-21,0	16,6	4,0	1,3	22,0
BANANA	300,00	350,00	350,00	350,00	500,00	520,00	465,00	400,00
var. % BANANA		16,7	0,0	0,0	42,9	4,0	-10,6	-14,0

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Na AII da UHE Belo Monte verificou-se, em 2014, um comportamento dos preços dos produtos agrícolas distinto ao ocorrido em 2013. Enquanto em 2013 a evolução dos preços foi de alta em relação a 2012, para várias culturas, em 2014 ante 2013 foi de queda ou de estabilidade.

Em 2014, dos onze municípios, dez tiveram redução de preços para a maioria dos produtos, tendo sido Placas a exceção. Em Gurupá e Porto de Moz, a maioria dos produtos não teve variação de preços nesse último período. Ao se comparar o período anterior, verificou-se que de 2013 a 2012 houve aumento geral do preço dos produtos agrícolas nos municípios da AID da UHE Belo Monte, assim como alguns da AII, como Medicilândia. Esses preços tiveram aumento entre 40,5% e 155,0% na AID, principalmente para as frutas.

Já em 2014 várias frutas, como o Abacaxi, a Melancia, a Laranja, o Maracujá e a Banana tiveram queda ou estabilidade de preços, em diversos municípios, em relação a 2013.

No caso do Abacaxi, comercializado nos 11 municípios, houve redução ou estabilidade de preços em todos de 2013 para 2014. Em Altamira a queda foi de 12,5% e no restante da AID da UHE Belo Monte a redução foi em torno 30%. Uruará foi o município com maior queda (-50,0%).

Já a Melancia, que tem registro de preços em 9 municípios (Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Uruará, Porto de Moz e Gurupá), teve redução em 6 deles, que variaram entre -33,3% e -50,0%, sendo que os únicos com elevação de preço foi Placas (20,6%) e Porto de Moz (45,5%).

A Laranja, com registro de preços para 8 municípios (não há registro para Gurupá, Medicilândia e Porto de Moz), teve redução (de -20,6% a -50,0%) ou estabilidade em 7 municípios e elevação em Placas (46,2%).

Para o Maracujá, há preços disponíveis para 8 municípios (não há preços para Brasil Novo, Senador José Porfírio, Gurupá e Placas) e desses, Pacajá foi o único com aumento de preço (4,3%), Altamira foi considerado estável (1,7%) e o restante teve estabilidade ou redução (-2,5% até -30,8%).

Quanto à Banana, que tem registro de preços em 7 municípios (não há registro para Anapu, Vitória do Xingu, Medicilândia e Pacajá), houve estabilidade ou queda de preços (de -14,0% a -25,3%) em 5 municípios e elevação apenas em Placas (9,8%). Em Altamira o preço foi considerado estável (1,9%).

Vale ressaltar, também, que a produção dessas culturas é voltada para abastecer a demanda local. Entretanto, a área cultivada ainda é pequena, o que produz uma oferta insuficiente para suprir as necessidades da população e causa instabilidade nos preços.

Já a Goiaba teve aumentos significativos de preços no ano de 2014 em Altamira e Medicilândia, únicos municípios para os quais há registros de preço, com crescimento de, respectivamente, 81,0% e 80,0%. Comportamento semelhante ocorreu com o Mamão, com preços apenas para Anapu, Medicilândia, Gurupá e Porto de Moz, onde teve aumento ou estabilidade de, respectivamente, 14,5%, 0,0%, 19,8% e 0,0%.

A redução de preços também foi bastante frequente para o Feijão, produto da cultura alimentar regional, assim como a Mandioca, Milho e Arroz, comercializados em toda a AID da UHE Belo Monte. No caso do Feijão, houve queda de preço em 9 municípios, na ordem de 30%, e elevação em 2 municípios (Gurupá e Porto de Moz). Para as outras culturas a situação foi melhor: a Mandioca teve redução ou estabilidade em 6 cidades e elevação em 5 (variou entre 6,8% e 56,7% de aumento); o Milho teve redução ou estabilidade em 3 cidades e elevação em 8 (variou entre 5,3% e 66,7% de aumento); e o Arroz teve redução ou estabilidade em 5 cidades e elevação em 6 (variou entre 2,6% e 60% de aumento).

Dentre os fatores que podem influir na variação dos preços para cima ou para baixo, pode-se citar a concorrência com produtos vindos de outras regiões, a diversificação

das culturas produzidas, a inflação dos gêneros alimentícios que ocorrem em todo o Brasil e o aumento da demanda por determinados produtos. A ampliação do mercado consumidor também despertou a concorrência de outros centro produtores, como Mato Grosso e Goiás, que concorrem com a produção local de algumas culturas como a Melancia, o Arroz e o Abacaxi, muitas vezes causando a redução da área de plantio destas culturas.

No caso específico de 2014, uma das possíveis explicações para a redução dos preços, segundo informações do escritório do IBGE de Altamira, foi o abastecimento dos municípios com produtos vindos de outras regiões, o que permitiu a manutenção e até o aumento da oferta, forçando os preços para baixo. Esse abastecimento tornou-se mais fácil em 2014 devido à melhoria da BR-230. A partir daí, muitas empresas passaram a fornecer produtos industrializados e orgânicos para os municípios da All da UHE Belo Monte.

9.3. Indicador “26. Evolução na área total de produção agrícola”

a) Análise da evolução na área total de produção agrícola– Altamira

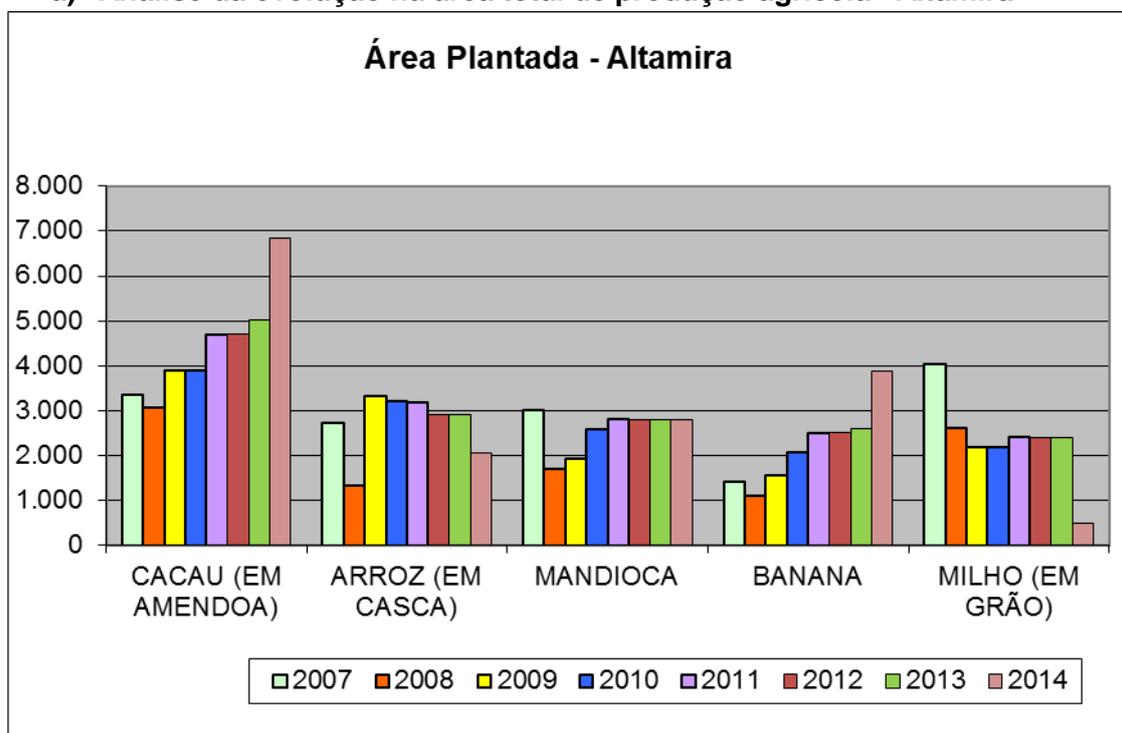


Figura 7.4 - 277 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Altamira, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 106 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Altamira, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMENDOA)	3.350	3.055	3.900	3.900	4.700	4.700	5.021	6.849	36,8%
BANANA	1.415	1.100	1.555	2.075	2.500	2.500	2.600	3.870	20,8%
MANDIOCA	3.000	1.710	1.920	2.580	2.800	2.800	2.800	2.800	15,1%
ARROZ (EM CASCA)	2.730	1.335	3.335	3.220	3.180	2.900	2.900	2.050	11,0%
MILHO (EM GRÃO)	4.030	2.600	2.175	2.175	2.400	2.400	2.400	500	2,7%
OUTRAS CULTURAS	3.336	2.434	2.700	2.553	2.546	2.337	2.240	2.527	13,6%
TOTAL	17.861	12.234	15.585	16.503	18.126	17.637	17.961	18.596	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

b) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Anapu

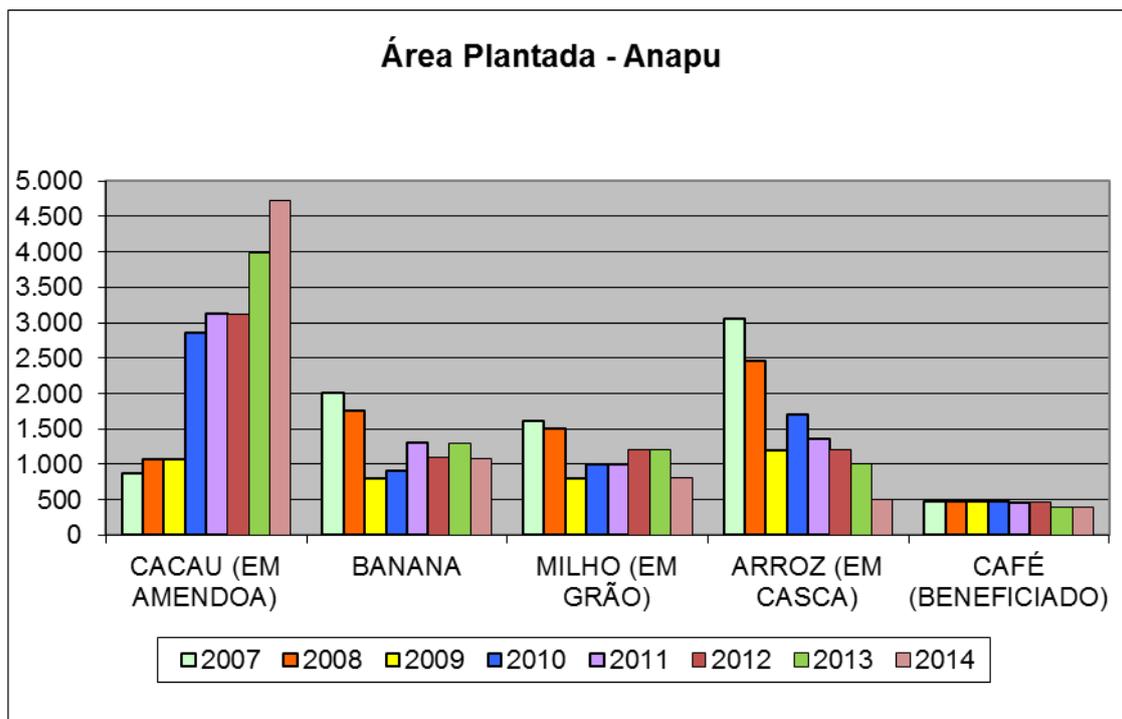


Figura 7.4 - 278 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Anapu, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 107 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Anapu, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMENDOA)	870	1.070	1.070	2.860	3.120	3.120	3.990	4.720	57,5%
BANANA	2.000	1.750	800	900	1.300	1.100	1.300	1.070	13,0%
MILHO (EM GRÃO)	1.610	1.510	790	1.000	1.000	1.200	1.200	800	9,7%
ARROZ (EM CASCA)	3.050	2.460	1.190	1.700	1.360	1.200	1.000	500	6,1%
CAFÉ (BENEFICIADO)	465	465	465	465	460	460	400	400	4,9%
OUTRAS CULTURAS	561	586	566	596	661	669	738	722	8,8%
TOTAL	8.556	7.841	4.881	7.521	7.901	7.749	8.628	8.212	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

c) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Brasil Novo

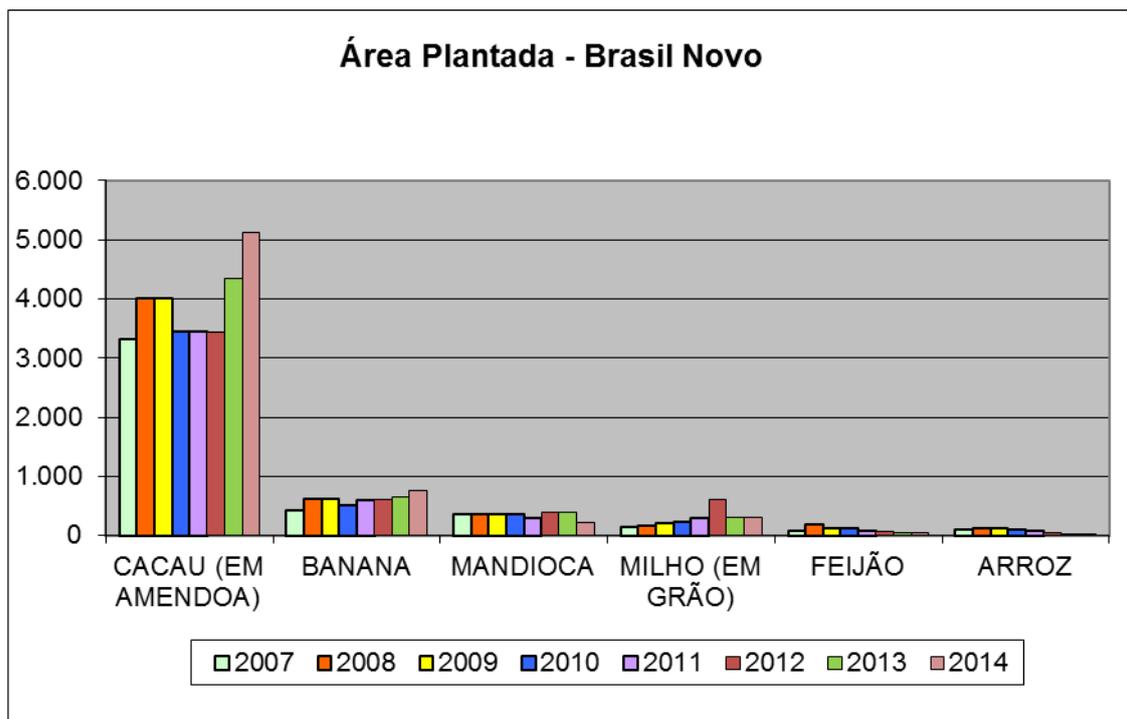


Figura 7.4 - 279 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Brasil Novo, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 108 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Brasil Novo, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMENDOA)	3.325	4.000	4.000	3.445	3.443	3.443	4.335	5.115	78,4%
BANANA	415	615	615	515	600	600	650	770	11,8%
MILHO (EM GRÃO)	150	175	220	235	300	600	300	300	4,6%
MANDIOCA	350	350	350	350	300	400	400	220	3,4%
FEIJÃO	90	190	116	116	85	75	40	40	0,6%
ARROZ (EM CASCA)	105	133	120	100	90	50	25	10	0,2%
OUTRAS CULTURAS	1.092	228	183	128	67	65	41	67	1,0%
TOTAL	5.527	5.691	5.604	4.889	4.885	5.233	5.791	6.522	100%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

d) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Senador José Porfírio

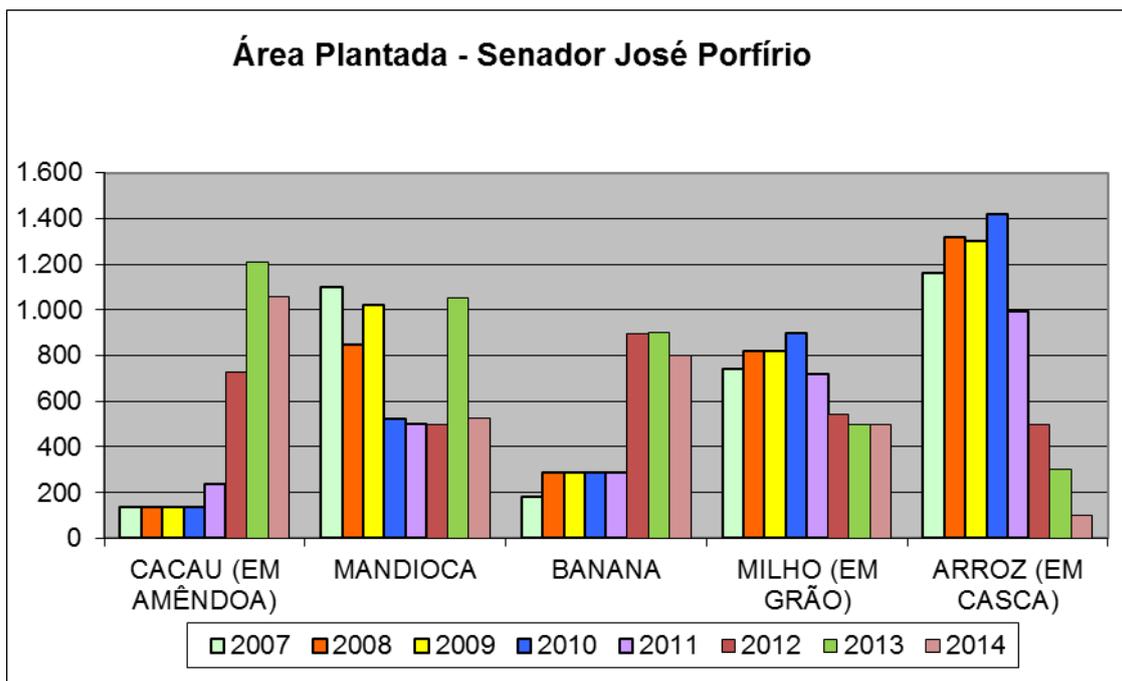


Figura 7.4 - 280 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 109 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Senador José Porfírio, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMÊNDOA)	135	135	135	135	235	730	1.210	1.060	31,10%
BANANA	180	290	290	290	290	895	900	800	23,50%
MANDIOCA	1100	850	1022	522	500	500	1.050	525	15,40%
MILHO (EM GRÃO)	740	819	820	900	720	540	500	500	14,70%
ARROZ (EM CASCA)	1160	1320	1300	1420	994	495	300	100	2,90%
OUTRAS CULTURAS	2536	1760	1623	1571	1332	1128	463	419	12,30%
TOTAL	5.851	5.174	5.190	4.838	4.071	4.288	4.423	3.404	100,00%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

e) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Vitória do Xingu

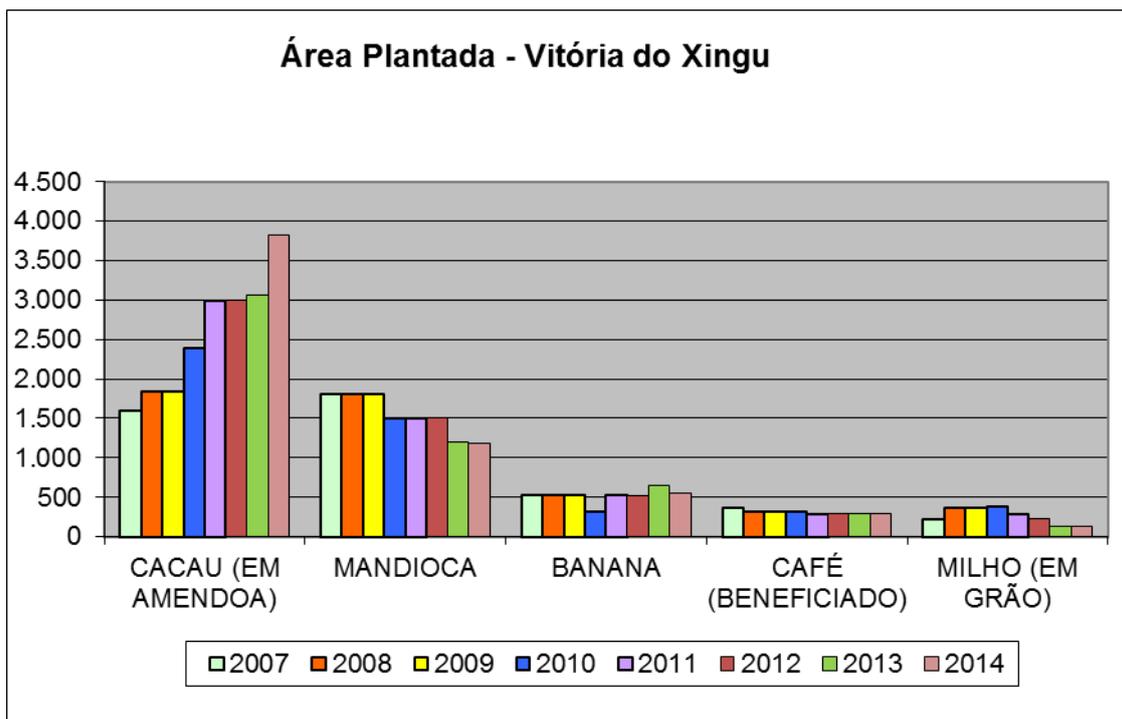


Figura 7.4 - 281 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 110 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Vitória do Xingu, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMENDOA)	1.590	1.840	1.840	2.390	2.990	2.990	3.060	3.816	60,4%
MANDIOCA	1.800	1.800	1.800	1.500	1.500	1.500	1.200	1.180	18,7%
BANANA	520	520	520	320	520	520	655	550	8,7%
CAFÉ (BENEFICIADO)	370	320	320	320	288	288	288	288	4,6%
MILHO (EM GRÃO)	225	360	360	380	285	235	130	130	2,1%
OUTRAS CULTURAS	576	719	719	782	652	549	385	356	5,6%
TOTAL	5.081	5.559	5.559	5.692	6.235	6.082	5.718	6.320	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

f) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Gurupá

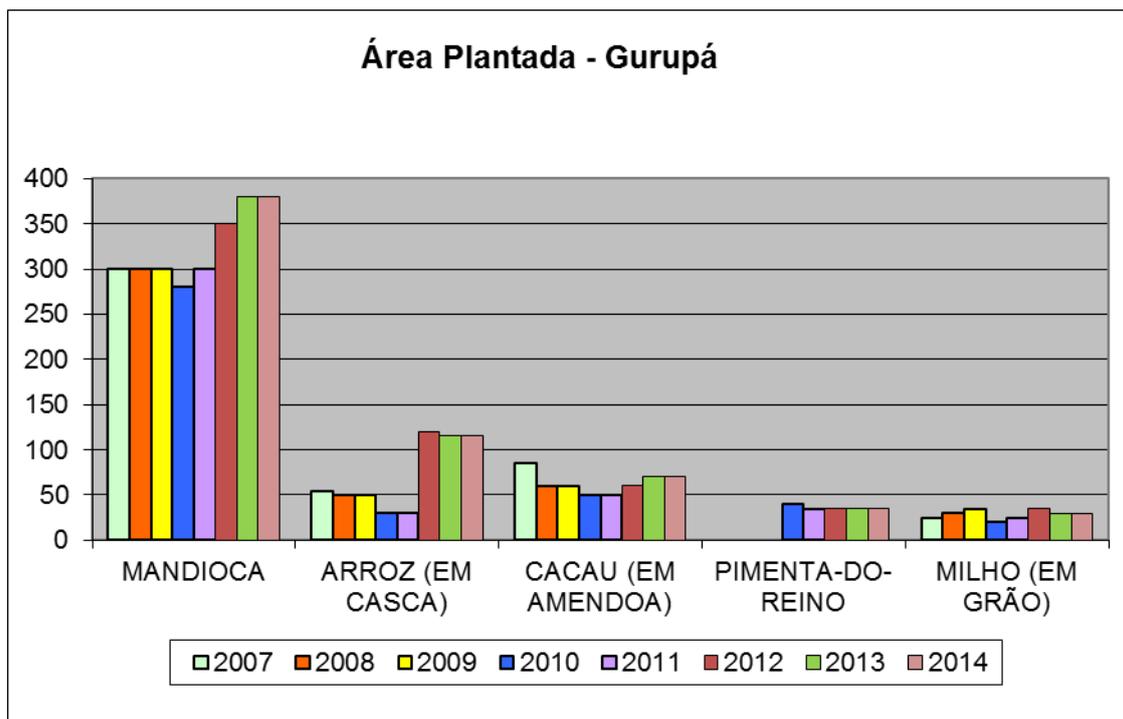


Figura 7.4 - 282 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Gurupá, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 111 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Gurupá, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
MANDIOCA	300	300	300	280	300	350	380	380	50,6%
ARROZ (EM CASCA)	54	50	50	30	30	120	115	115	15,3%
CACAU (EM AMENDOA)	85	60	60	50	50	60	70	70	9,3%
PIMENTA-DO-REINO	0	0	0	40	35	35	35	35	4,7%
MILHO (EM GRÃO)	25	30	35	20	25	35	30	30	4,0%
OUTRAS CULTURAS	91	93	104	130	100	116	129	121	16,1%
TOTAL	555	533	549	550	540	716	759	751	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

g) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Medicilândia

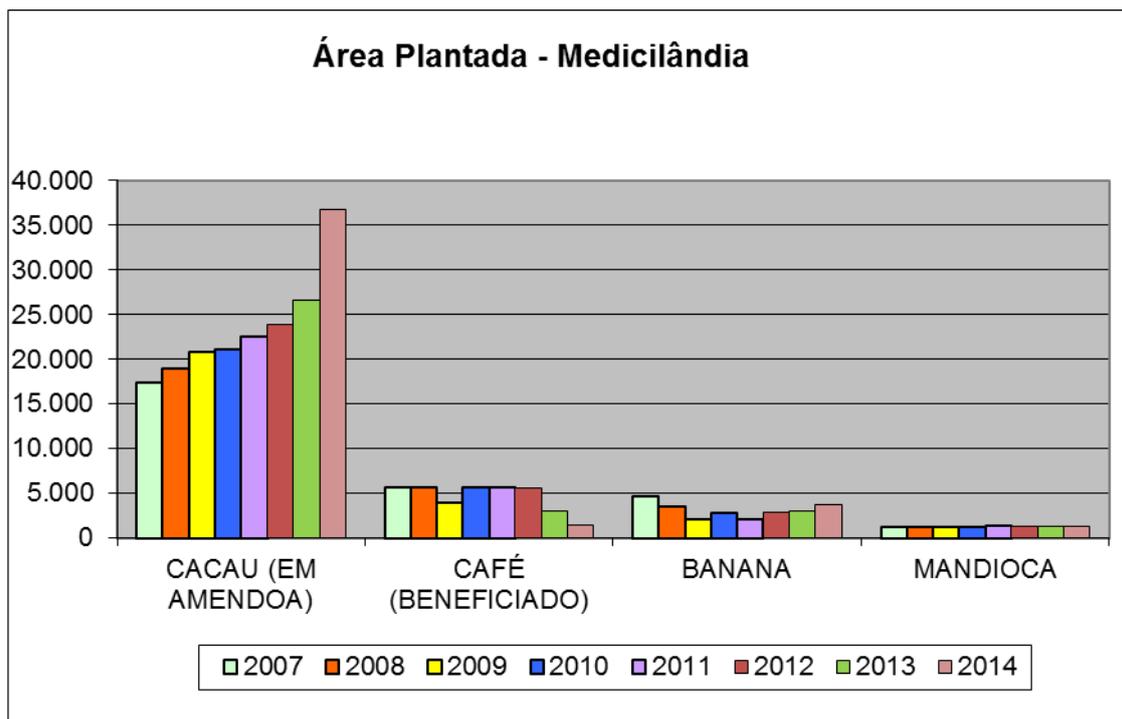


Figura 7.4 - 283 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Medicilândia, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 112 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Medicilândia, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMENDOIA)	17.395	18.930	20.752	21.145	22.467	23.897	26.620	36.713	81,9%
BANANA	4.600	3.520	2.020	2.720	2.040	2.890	2.990	3.790	8,5%
CAFÉ (BENEFICIADO)	5.615	5.615	3.930	5.615	5.615	5.615	3.000	1.500	3,3%
MANDIOCA	1.200	1.200	1.200	1.200	1.300	1.300	1.300	1.315	2,9%
MILHO	1.140	1.350	1.000	1.200	1.800	1.400	1.000	900	2,0%
OUTRAS CULTURAS	2.927	2.695	2.278	2.333	2.528	1.223	688	618	1,4%
TOTAL	32.877	33.310	31.180	34.213	35.750	36.325	35.598	44.836	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

h) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Pacajá

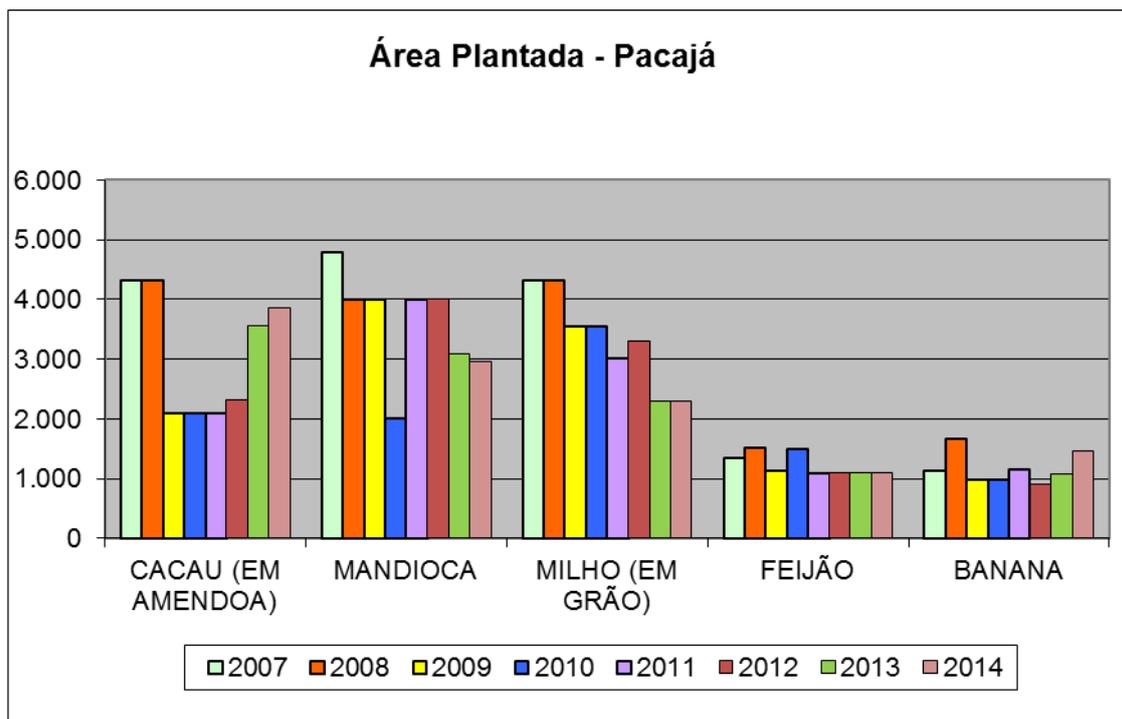


Figura 7.4 - 284 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Pacajá, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 113 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Pacajá, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMENDOIA)	4.312	4.310	2.085	2.085	2.085	2.330	3.565	3.858	30,1%
MANDIOCA	4.800	4.000	4.000	2.000	4.000	4.000	3.100	2.960	23,1%
MILHO (EM GRÃO)	4.320	4.320	3.555	3.555	3.020	3.300	2.300	2.300	17,9%
FEIJÃO	1.340	1.515	1.134	1.494	1.100	1.100	1.100	1.100	8,6%
OUTRAS CULTURAS	4.373	4.096	3.318	3.301	2.443	2.155	1.447	1.147	8,9%
TOTAL	20.285	19.906	15.082	13.425	13.808	13.785	12.582	12.835	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

i) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Placas

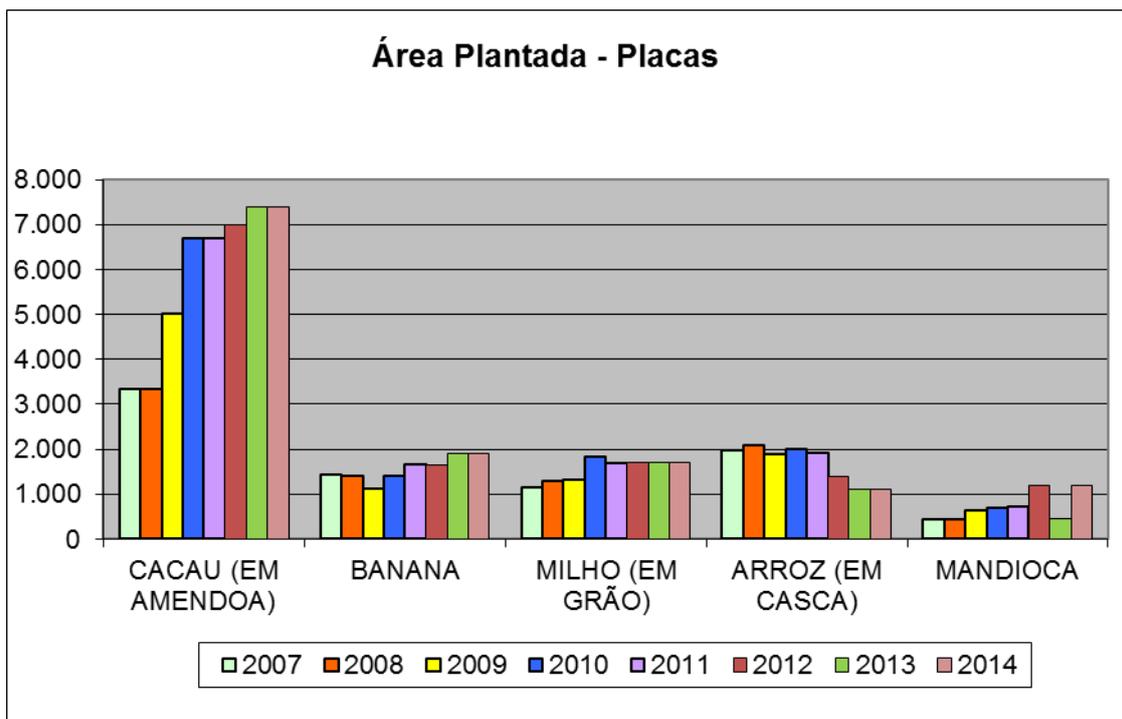


Figura 7.4 - 285 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Placas, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 114 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Placas, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMENDOA)	3.329	3.329	5.027	6.700	6.700	7.000	7.400	7.400	49,5%
BANANA	1.420	1.410	1.128	1.400	1.660	1.660	1.890	1.890	12,6%
MILHO (EM GRÃO)	1.150	1.280	1.320	1.830	1.700	1.700	1.700	1.700	11,4%
MANDIOCA	450	450	630	690	710	1.200	450	1.200	8,0%
ARROZ (EM CASCA)	1.960	2.100	1.885	2.000	1.910	1.400	1.100	1.100	7,4%
OUTRAS CULTURAS	1.962	2.165	1.959	1.698	1.708	1.618	1.666	1.668	11,2%
TOTAL	10.271	10.734	11.949	14.318	14.388	14.578	14.206	14.958	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

j) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Porto de Moz

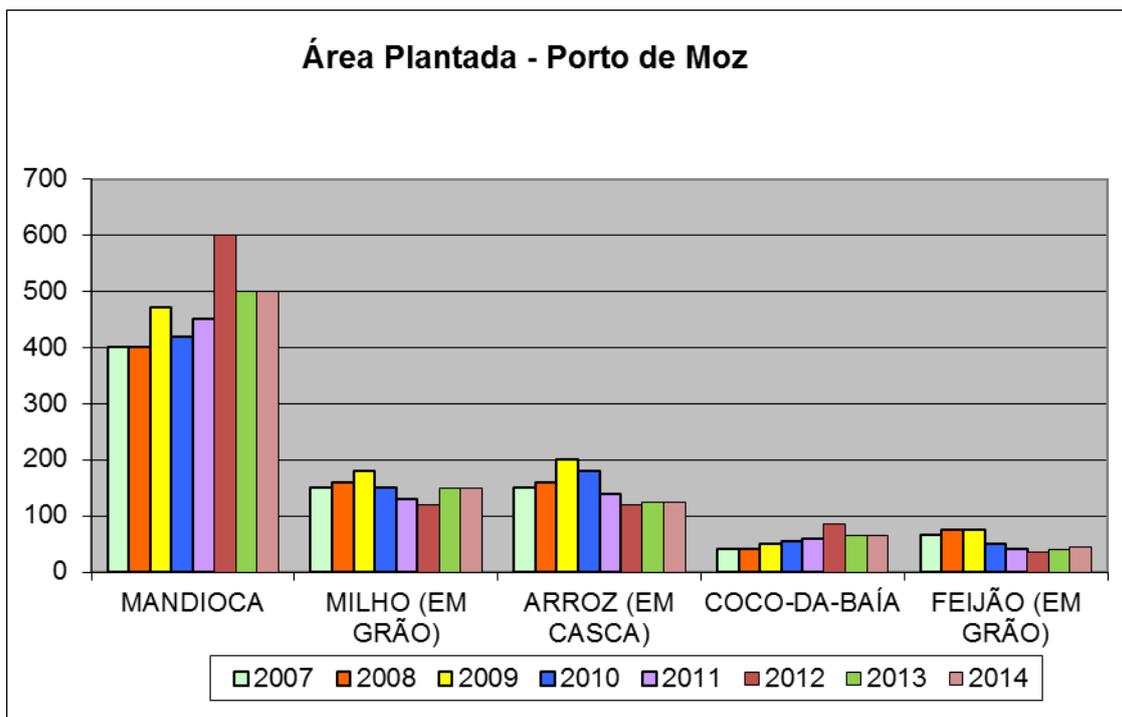


Figura 7.4 - 286 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Porto de Moz, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 115 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Porto de Moz, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
MANDIOCA	400	400	472	420	450	600	500	500	47,0%
MILHO (EM GRÃO)	150	160	180	150	130	120	150	150	14,1%
ARROZ (EM CASCA)	150	160	200	180	140	120	125	125	11,7%
COCO-DA-BAÍA	40	40	50	55	60	85	65	65	6,1%
FEIJÃO (EM GRÃO)	65	75	75	50	40	35	40	45	4,2%
OUTRAS CULTURAS	141	158	163	155	149	148	179	179	16,8%
TOTAL	946	993	1.140	1.010	969	1.108	1.059	1.064	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

k) Análise da evolução na área total de produção agrícola – Uruará

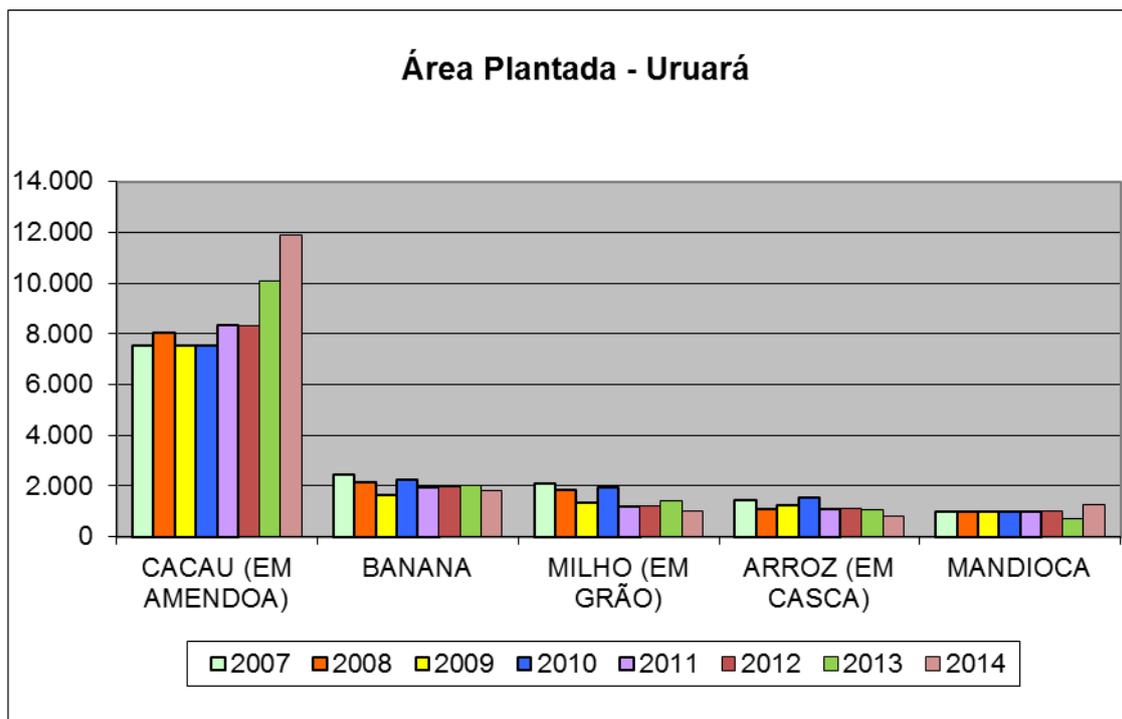


Figura 7.4 - 287 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Uruará, de 2007 a 2014

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 116 – Área plantada (ha) de produtos agrícolas, em Uruará, de 2007 a 2014

PRODUTOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Distribuição (2014)
CACAU (EM AMENDOA)	7.530	8.065	7.530	7.530	8.341	8.341	10.064	11.905	66,0%
BANANA	2.430	2.130	1.630	2.230	1.950	1.950	2.000	1.800	10,0%
MILHO (EM GRÃO)	2.105	1.865	1.325	1.950	1.200	1.200	1.405	1.000	5,5%
ARROZ (EM CASCA)	1.417	1.080	1.245	1.540	1.105	1.108	1.080	800	4,4%
MANDIOCA	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000	700	1.250	6,9%
OUTRAS CULTURAS	6.148	5.981	5.225	4.098	5.195	4.118	2.074	1.284	7,1%
TOTAL	20.630	20.121	17.955	18.348	18.791	17.717	17.323	18.039	100,0%

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/
Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

Em 2014 o município com maior área plantada de produtos agrícolas da AII da UHE Belo Monte continuou a ser Medicilândia (44.836 ha), seguido por Altamira (18.596 ha) e Uruará (18.039 ha). Já as menores áreas foram Gurupá (751 ha), Porto de Moz (1.064 ha) e Senador José Porfírio (3.404 ha).

Em quase todos os municípios, as principais culturas em área plantada, em 2014, foram o Cacau, o Milho, a Mandioca, a Banana e o Arroz. O Café aparece como uma das culturas mais plantadas em 3 municípios (Anapu, Vitória do Xingu e Medicilândia), o Feijão em outros 3 (Brasil Novo, Pacajá e Porto de Moz), a Pimenta-do-Reino apenas em Gurupá e o Coco-da-Baía apenas em Porto de Moz.

De forma geral, com exceção da Cultura do Cacau, todas as principais culturas, em 2014, tiveram redução ou estabilidade da área plantada na maioria dos municípios da AII da UHE Belo Monte.

O Cacau, produto de exportação, foi a principal cultura em 9 dos 11 municípios, em 2014, em termos de participação na área plantada, com destaque para Anapu (57,5%), Brasil Novo (78,4%), Vitória do Xingu (60,4%), Medicilândia (81,9%) e Uruará (66,0%). Apenas em Porto de Moz, onde nem está entre as 5 principais culturas, e em Gurupá, não aparece como cultura preponderante em termos de área plantada, posição ocupada pela Mandioca. De 2013 para 2014 houve crescimento da área plantada dessa cultura em 7 municípios (de 8,2% a 37,9%), redução em Senador José Porfírio (-12,4) e estabilidade em Gurupá e Placas. A Banana, cultura plantada normalmente para o sombreamento do Cacau, esteve presente como principal cultura plantada em 8 municípios (não aparece, assim como o Cacau, em Porto de Moz, Pacajá e Gurupá). Apresentou crescimento da área plantada em 3 municípios (18,5% a 48,8%), redução em outros 4 (-10,0% a -17,7%) e estabilidade em Placas.

A Mandioca, presente em todos os municípios, menos em Anapu, teve aumento da área plantada em Placas (166,7%) e Uruará (78,6%). Em Medicilândia ficou praticamente estável (1,2%), em 4 municípios teve redução (-4,5%) e em Altamira, Gurupá e Porto de Moz ficou estável. Esse produto, típico da cultura alimentar regional, é bastante utilizado para fabricação de farinha e produzido, essencialmente, pela agricultura familiar, que tem sofrido uma redução da mão de obra, assim como na maioria do país, pelo fato dos filhos de agricultores preferirem migrar para as cidades em busca de estudos e novas oportunidades.

O Milho e o Arroz, produtos para os quais, em 2012, o IBAMA proibiu novas derrubadas de mata para seu plantio, tiveram apenas redução e estabilidade de área em todos os municípios onde aparecem como principais culturas plantadas. O Milho, presente em todos os municípios, teve redução de área em Altamira (-79,2%), Anapu (-33,3%), Medicilândia (-10,0%) e Uruará (-28,8%) e estagnação no restante. Vale lembrar que esse produto também sofre bastante concorrência de preço com outros estados. O Arroz, presente em 8 municípios (menos em Vitória do Xingu, Medicilândia e Pacajá), teve redução da área plantada em 5 municípios (-25,9% a -66,7%) e estagnação em Gurupá, Placas e Porto de Moz.

O Café manteve a mesma área plantada de 2013 para 2014 em Anapu e Vitória do Xingu e redução de 50,0% em Medicilândia. A Pimenta-do-Reino manteve-se estável em Gurupá, assim como o Coco-da-Baía em Porto de Moz. O Feijão manteve-se com a mesma área de 2013 em Brasil Novo e Pacajá e teve aumento em Porto de Moz (12,5%). Vale lembrar que essa última cultura é pouco produzida na região devido à umidade relativa alta, que provoca muitas doenças, com consequentes aumento dos

custos e queda da produtividade, fazendo com que muitos produtores deixem de produzi-la para comercialização e a utilizem apenas para subsistência.

Na AII da UHE Belo Monte houve aumento da área plantada em 8 municípios: Medicilândia (26,0%), Vitória do Xingu (10,5%), Brasil Novo (12,6%), Placas (5,3%), Uruará (4,1%), Altamira (3,5%), Pacajá (2,0%) e Porto de Moz (0,5%). Os 3 municípios com queda na área plantada foram: Senador José Porfírio (-23,0%), Anapu (-4,8%) e Gurupá (-1,1%).

De forma geral, foi nos municípios da AID da UHE Belo Monte que ocorreu a maioria das reduções das áreas plantadas das culturas citadas acima, bem como os maiores percentuais de queda.

De 2013 para 2014, em Altamira a área total plantada aumentou principalmente devido às culturas do Cacau (36,4%) e da Banana (48,8%). A Mandioca manteve-se com a mesma área e o Milho e o Arroz tiveram queda de participação (respectivamente, -79,2% e -29,3%). Em Anapu a área total plantada recuou, apesar do aumento da área do Cacau (18,3%), que não foi suficiente frente à redução das culturas da Banana (-17,7%), Milho (-33,3%) e Arroz (-50,0%) e estabilidade do Café. Já em Brasil Novo a área aumentou, basicamente, devido ao crescimento da área do Cacau (18,0%) e da Banana (18,5%), o Milho teve estagnação e houve redução das culturas do Arroz (-60,0%) e da Mandioca (-45,0%). Em Senador José Porfírio o forte recuo deveu-se, principalmente, à redução da área das culturas do Arroz (-66,7%), da Mandioca (-50,0%), do Cacau (-12,4%) e da Banana (-11,1%) e estagnação do Café. Por último, em Vitória do Xingu a área aumentou devido ao crescimento da área do Cacau (24,7%), embora a área tenha se mantido igual a 2013 para o Milho e o Café e recuado para a Banana (-16,0%) e a Mandioca (-1,7%).

Para o restante dos municípios da AII da UHE Belo Monte, a maioria manteve, em 2014, a mesma área plantada no ano de 2013 para diversas culturas, houve alguns poucos aumentos de área e reduções que variaram entre 4,5% e 50%.

10. Dimensão: Condições de Vida

10.1. Indicador “27. Alteração da composição familiar”

Quadro 7.4 - 117 – Tamanho de família, para as famílias que não são alvo de relocação compulsória, de 2013 a 2015

Estadísticas	Campanha 1 (2013)	Campanha 2 (2014)	Campanha 3 (2015)
Média de pessoas	3,7	3,7	3,8
Mediana	4	3	3
Moda	4	3	3
Mínimo	1	1	1
Máximo	13	12	12

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 118 – Famílias que não são alvo de relocação compulsória, segundo tipologia de famílias, de 2013 a 2015

Tipo de Família	Campanha 1 (2013)		Campanha 2 (2014)		Campanha 3 (2015)	
	N	%	N	%	N	%
Unipessoal	1.491	7,2	1.825	8,4	1.456	6,9
Monoparental	2.012	9,7	1.995	9,2	1.841	8,8
Casal sem filhos	2.087	10,0	1.825	8,4	2.355	11,2
Casal com filhos	8.497	40,8	7.597	34,9	6.638	31,6
Família extensa	6.746	32,4	8.530	39,2	8.351	39,7
Sem informação	0	0,0	0	0,0	386	1,8
Total	20.833	100,0	21.771	100,0	21.027	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 119 – Moradores em domicílios particulares permanentes que não são alvo de relocação compulsória, segundo parentesco em relação ao chefe/responsável, de 2013 a 2015

Parentesco	Campanha 1 (2013)		Campanha 2 (2014)		Campanha 3 (2015)	
	N	%	N	%	N	%
Chefe/Responsável	20.907	27,0	21.274	27,2	21.119	26,5
Cônjuge	14.795	19,1	14.418	18,5	14.538	18,3
Filho(a)	29.330	37,9	26.884	34,4	26.152	32,9
Genro/nora	1.081	1,4	1.330	1,7	2.409	3,0
Sogra/sogra	298	0,4	125	0,2	258	0,3
Neto (a)	5.777	7,5	6.524	8,4	8.000	10,1
Irmão/irmã	708	0,9	1.330	1,7	1.161	1,5
Tio (a)	37	0,0	125	0,2	172	0,2
Cunhado (a)	373	0,5	873	1,1	516	0,6
Outro	4.062	5,2	5.236	6,7	5.206	6,5
Sem informação	37	0,0	-	-	43	0,1
Total	77.406	100,0	78.117	100,0	79.574	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

10.2. Indicador “29. Avaliação acerca das condições da saúde”

Quadro 7.4 - 120 – Famílias que não são alvo de relocação compulsória, segundo a situação dos serviços de Saúde, exclusive os informantes que não souberam avaliar, de 2013 a 2015

Situação de Serviços de Saúde		Campanha 1 (2013)	Campanha 2 (2014)	Campanha 3 (2015)
N	Melhorou	3.093	2.801	2.955
	Está igual	3.690	5.899	5.353
	Piorou	12.708	7.724	6.467
	Total que avaliou	19.491	16.424	14.775
%	Melhorou	15,9	17,1	20,0
	Está igual	18,9	35,9	36,2
	Piorou	65,2	47,0	43,8
	Total que avaliou	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

10.3. Indicador “28. Avaliação acerca das condições de ensino/escola”

Quadro 7.4 - 121 – Famílias que não são alvo de relocação compulsória, segundo a situação dos serviços de Ensino/Escola, exclusive os informantes que não souberam avaliar, de 2013 a 2015

Situação de Serviços de Ensino/Escola		Campanha 1 (2013)	Campanha 2 (2014)	Campanha 3 (2015)
N	Melhorou	2.199	3.225	3.041
	Está igual	15.541	4.965	3.940
	Piorou	2.199	1.316	1.927
	Total que avaliou	19.938	9.506	8.908
%	Melhorou	11,0	33,9	34,1
	Está igual	77,9	52,2	44,2
	Piorou	11,0	13,8	21,6
	Total que avaliou	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

10.4. Indicador “30. Alteração na escolaridade da população”

Quadro 7.4 - 122 – Moradores em domicílios particulares permanentes que não são alvo de relocação compulsória, segundo escolaridade, de 2013 a 2015

Escolaridade	Campanha 1 (2013)		Campanha 2 (2014)		Campanha 3 (2015)	
	N	%	N	%	N	%
Berçário 1	335	0,4	291	0,4	43	0,1
Berçário 2	75	0,1	125	0,2	43	0,1
Maternal 1	410	0,5	249	0,3	129	0,2
Maternal 2	373	0,5	914	1,2	215	0,3
Jardim 1	1.379	1,8	1.579	2,0	1.075	1,4
Jardim 2	1.453	1,9	1.039	1,3	1.290	1,6
1º Ano/Alfabetização	2.683	3,5	3.407	4,4	2.237	2,8
2º Ano/ 1ª Série	3.280	4,2	2.659	3,4	2.452	3,1
3º Ano/2ª Série	3.280	4,2	2.618	3,4	3.269	4,1
4º Ano/ 3ª Série	4.360	5,6	3.532	4,5	3.441	4,3
5º Ano/ 4ª Série	4.323	5,6	5.069	6,5	5.119	6,4
6º Ano/ 5ª Série	4.472	5,8	4.945	6,3	4.946	6,2
7º Ano/6ª Série	3.056	3,9	3.075	3,9	2.710	3,4
8º Ano/ 7ª Série	2.795	3,6	2.368	3,0	2.882	3,6
9º Ano/ 8ª Série	6.671	8,6	8.103	10,4	8.474	10,6
Ensino médio - 1º Ano	4.174	5,4	3.532	4,5	3.140	3,9
Ensino médio - 2º Ano	3.056	3,9	2.410	3,1	2.280	2,9
Ensino médio - 3º Ano	15.094	19,5	15.166	19,4	14.366	18,1
Superior Incompleto	2.683	3,5	1.870	2,4	2.237	2,8
Superior Completo	3.019	3,9	3.615	4,6	4.172	5,2
Pós Graduação	261	0,3	125	0,2	258	0,3
Mestrado/ Doutorado;	75	0,1	83	0,1	129	0,2
Alfabetização de Adultos 1ª Etapa	37	0,0	42	0,1	215	0,3
Alfabetização de Adultos 2ª Etapa	37	0,0	249	0,3	43	0,1
Supletivo 1º Grau (EJA 1ª a 4ª etapas do Ensino Fundamental)	447	0,6	125	0,2	258	0,3
Supletivo 2º Grau (EJA 1ª e 2ª etapas do Ensino Médio)	37	0,0	42	0,1	43	0,1
Sem informação	1.081	1,4	2.202	2,8	6.065	7,6
Não se aplica (-2)	8.460	10,9	8.684	11,1	8.043	10,1
Total	77.406	100,0	78.117	100,0	79.574	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

10.5. Indicador “31. Evolução nos benefícios recebidos de programas governamentais”

Quadro 7.4 - 123 – Famílias que não são alvo de relocação compulsória, segundo recebimento de benefícios, de 2013 a 2015

Recebimento de benefícios	Campanha 1 (2013)		Campanha 2 (2014)		Campanha 3 (2015)	
	N	%	N	%	N	%
Não recebem benefícios	15.951	76,6	15.320	70,4	16.759	77,1
Recebem ao menos um benefício	4.882	23,4	6.451	29,6	4.968	22,9
Total	20.833	100,0	21.771	100,0	21.727	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 124 – Famílias da sede urbana de Altamira que não são alvo de relocação compulsória, segundo tipo de benefício, de 2013 a 2015

Auxílio/Benefício	Campanha 1 (2013)		Campanha 2 (2014)		Campanha 3 (2015)	
	N	%	N	%	N	%
BPC Deficiente (Pessoa Incapaz para o Trabalho)	634	3	1.103	5,1	942	4,3
BPC Idoso (Não recebe 13º Salário/Não é aposentadoria)	0	0	340	1,6	300	1,4
ProJovem Adolescente	37	0,2	42	0,2	0	0,0
Serviço de referência e apoio à habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência	0	0	42	0,2	0	0,0
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	112	0,5	0	0	0	0,0
Programa Bolsa Família (Vale Gás, Bolsa Escola e outros)	4.211	20,2	5.135	23,6	3.897	17,9
Auxílio Emergencial por desastres	0	0	42	0,2	0	0
Outro auxílio governamental	186	0,9	0	0	0	0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

10.6. Indicador “32. Evolução nos indicadores de trabalho e renda (inclusive dos familiares)”

Quadro 7.4 - 125 – Renda familiar per capita na sede urbana de Altamira para os moradores que não são alvo de relocação compulsória, de 2013 a 2015

Classes de renda familiar per capita	Campanha 1 (2013)		Campanha 2 (2014)		Campanha 3 (2015)	
	N	%	N	%	N	%
Até R\$ 70	1.193	5,7	1.825	8,4	428	2,0
Mais de R\$ 70 até R\$ 140	522	2,5	340	1,6	471	2,2
Mais de R\$ 140 até 1 s.m.	10.062	48,3	10.949	50,3	11.177	53,2
Mais de 1 s.m. até 2 s.m.	5.180	24,9	5.262	24,2	4.325	20,6
Mais de 2 s.m. até 3 s.m.	1.938	9,3	1.867	8,6	1.499	7,1
Mais de 3 s.m. até 5 s.m.	1.342	6,4	891	4,1	1.071	5,1
Mais de 5 s.m. até 10 s.m.	410	2,0	340	1,6	428	2,0
Mais de 10 s.m.	-	-	42	0,2	171	0,8
Sem informação	186	0,9	255	1,2	1.456	6,9
Total	20.833	100,0	21.771	100,0	21.027	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 126 - Moradores de 15 anos ou mais de idade, em domicílios particulares permanentes que não serão alvo de relocação compulsória, segundo trabalho principal, de 2013 a 2015

Trabalho	Campanha 1 (2013)		Campanha 2 (2014)		Campanha 3 (2015)	
	N	%	N	%	N	%
1.Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	10.249	18,1	10.554	18,5	11.054	18,7
2.Empregado sem carteira de trabalho assinada	5.926	10,5	4.695	8,2	2.366	4,0
3.Empregado com carteira de trabalho assinada	13.454	23,8	13.297	23,3	13.764	23,3
4.Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	596	1,1	457	0,8	817	1,4
5.Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	149	0,3	166	0,3	817	1,4
6.Trabalhador não remunerado	112	0,2	-	-	-	-
7. Militar ou servidor público	3.019	5,3	3.698	6,5	4.903	8,3
8. Empresário/Empregador	261	0,5	291	0,5	387	0,7
9. Profissional liberal	75	0,1	42	0,1	387	0,7
10. Estagiário	-	-	125	0,2	129	0,2
11. Aprendiz	112	0,2	83	0,1	172	0,3
12. Aposentado	-	-	5.568	9,8	5.721	9,7
13. Não trabalha (pela idade, pode estar no mercado de trabalho)	-	-	13.089	22,9	18.453	31,2
14. N/A (não se aplica trabalhar devido a idade)	20.721	36,7	4.945	8,7	86	0,1
13. Sem informação	1.677	3,0	42	0,1	-	-
97. Outro	149	0,3	42	0,1	-	-
Total	56.498	100,0	57.092	100,0	59.057	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

Quadro 7.4 - 127 - Moradores em domicílios particulares permanentes que não serão alvo de relocação compulsória, segundo ocupação principal, de 2013 a 2015

Ocupação	Campanha 1		Campanha 2		Campanha 3	
	N	%	N	%	N	%
1. Produtor rural	1.155	2,0	2.244	3,9	1.505	2,5
2. Pescador	75	0,1	42	0,1	86	0,1
3. Vaqueiro	75	0,1	83	0,1	43	0,1
4. Caçador	37	0,1	-	-	-	-
5. Extrativista Florestal	-	-	42	0,1	-	-
6. Empregado Doméstico	1.044	1,8	1.163	2,0	1.678	2,8
7. Mecânico	559	1,0	540	0,9	129	0,2
8. Professor	708	1,3	1.247	2,2	1.247	2,1
9. Artesão	37	0,1	83	0,1	172	0,3
10. Profissional liberal	37	0,1	416	0,7	301	0,5
11. Estudante	3.503	6,2	4.903	8,6	5.635	9,5
12. Empresário	298	0,5	332	0,6	258	0,4
13. Comerciante	149	0,3	1.205	2,1	903	1,5
14. Dono de Mercadoria	149	0,3	208	0,4	258	0,4
15. Dono de bar	186	0,3	249	0,4	344	0,6
16. Trabalhador de Agropecuária (Serviços Gerais)	186	0,3	374	0,7	215	0,4
17. Madeireiro	-	-	42	0,1	-	-
18. Autônomo	1.640	2,9	332	0,6	5.463	9,2
19. Barqueiro	-	-	42	0,1	-	-
20. Dona de casa/empregada doméstica	6.820	12,1	10.055	17,6	7.097	12,0
21. Trabalhador da Construção Civil	2.012	3,6	5.152	9,0	5.979	10,1
22. Meeiro	-	-	42	0,1	43	0,1
23. Sem informação	186	0,3	8.310	14,6	11.743	19,9
97. Outro	24.224	42,9	19.986	35,0	15.958	27,0
Não se aplica (-2)	13.416	23,7	-	-	-	-
Total	56.498	100,0	57.092	100,0	59.057	100,0

Fonte: Pesquisa de Condições de Vida/ Elaboração Norte Energia.

Considerações Gerais

No caso da Pesquisa de Condições de Vida (PCV) trata-se de um estudo em painel, realizada anualmente na sede urbana de Altamira com a mesma amostra de domicílios sorteados desde 2013, para a população que não é alvo de relocação compulsória. As famílias relocadas são acompanhadas por outros Projetos do PBA, como o Projeto de Acompanhamento e Monitoramento Social das Comunidades do Entorno da Obra e das Comunidades Anfitriãs (4.6.1), o Projeto de Atendimento Social e Psicológico da População Atingida (4.6.2), o Projeto de Reassentamento (4.4.3) e o Projeto de Reparação (4.4.4). Na PCV, a partir dos domicílios pesquisados, é realizada uma expansão estatística para a população da sede urbana como um todo (com exceção da população relocada).

Saliente-se que, dentre as variáveis pesquisadas, não se nota nas três campanhas (2013, 2014 e 2015) alteração no tamanho das famílias: a média de pessoas está em 3,8 em 2015, ante 3,7 nas pesquisas anteriores, o que era esperado. Ao se verificar o tipo de família, o mais comum são as famílias nas quais há outros componentes além da família nuclear (pais e filhos), chegando a 39,7% em 2015 ante 39,2% em 2014 e

32,4% em 2013, sendo que tais diferenças não são estatisticamente significantes, assim como para os demais tipos de famílias. A situação unipessoal variou entre 7,2% em 2013, 8,4% em 2014 e 6,9% em 2015. A monoparental igualmente varia entre 9,7% em 2013, 9,2% em 2014 e 8,8% em 2015.

Em outros termos, não há quaisquer alterações nesses tipos de composições familiares, ao longo dos últimos anos em Altamira. A família nuclear, no caso dos casais com filhos eram 40,8% em 2013, caiu para 34,9% em 2014 e para 31,6%. Nesse caso, mesmo que ainda não haja diferença estatística, nota-se tendência de queda ao longo dos últimos anos. Porém, é necessário um acompanhamento por mais alguns anos a fim de se averiguar se, de fato, ocorre um declínio dos casais com filhos em favor de outro tipo de família. E, um fator a mais que pode apontar se haverá alguma alteração é o momento pelo qual passa a sede urbana, com a diminuição de população, como mostra a projeção demográfica, por conta do estágio em que se encontra o empreendimento.

Mesmo quando se compara a relação dos moradores com o responsável pelo domicílio (chefe¹⁶) nota-se que entre 2013 e 2015 não há qualquer alteração digna de nota, ou seja, a proporção entre “responsável pelo domicílio”, “cônjuge”, “filhos”, “netos” são similares em todas as pesquisas e, assim, não há diferença estatisticamente significativa a ser considerada. Os demais tipos, como “genro/nora”, “sogro/sogra”, “irmão/irmã”, “tio/tia”, continuam em percentual irrisório, ficando abaixo ou pouco acima de 1%.

Quanto à avaliação da população acerca dos serviços de saúde e educação oferecidos pela municipalidade, há uma pequena tendência de aumento das avaliações positivas para a saúde ao longo dos anos, de 15,9% em 2013, para 17,1% em 2014 e 20,0% em 2015. Porém, trata-se de diferença estatisticamente não significativa. As avaliações que o serviço “está igual” aumentaram significativamente entre 2013, 18,9%, para 35,9% em 2014 e se manteve em 2015 (36,2%). Saliente-se que esse aumento entre 2013 e 2014 se deve a um fato positivo, isto é, a queda nas avaliações de que o serviço piorou, decaindo de 65,2% em 2013 para 47,0% em 2014 e para 43,8% em 2015.

Em relação à educação, a avaliação é mais positiva, ou iniciou com 11,0% que afirmaram que a educação melhorou em 2013, subiu para 33,9% em 2014 e está em 34,1% em 2015. Nesse caso, provavelmente os resultados das construções, reformas e ampliações de escolas, com o grande superávit de vagas, como mostrado neste Relatório, contribuiu para essa avaliação, pois a maioria dos entrevistados afirma que a

¹⁶ Atualmente se evita utilizar o termo “chefe” de família ou “cabeça de casal”, como usualmente era utilizado até alguns anos. Trata-se de uma nomenclatura relacionada à ideia de que o homem era o “chefe”, que tinha ascendência ou até mesmo autoridade sobre a mulher e os filhos. Na realidade, tal situação ou condição independe de gênero e, por conta disso, o conceito correto é o de “responsável pelo domicílio”. Assim, no caso da PCV o termo “chefe” é utilizado apenas por conta da maior facilidade, mesmo hoje em dia, para identificar aquele (homem ou mulher) que seja considerado, de fato, como o responsável pelo domicílio.

infraestrutura das escolas melhorou em Altamira. Além disso, os resultados das ações de qualificação docente, realizadas pela Norte Energia, começam a ser percebidas pela população. Contrariamente, os que avaliaram que “está igual”, decaíram de 77,9% em 2013, para 52,2% em 2014 e para 44,2% em 2015. Os que disseram que o serviço piorou eram 11,0% em 2013, foi para 13,8% em 2014, e para 21,6% em 2015, mas essas diferenças ainda não são estatisticamente significantes. Para tanto, é necessária a evolução de dados das próximas pesquisas. O principal motivo para essa avaliação negativa foram a ausência de vagas na escola que o pai deseja que seus filhos estudem. Porém, em qualquer município do país, tal situação pode eventualmente ocorrer, visto que em Altamira, há um saldo muito grande de vagas nas escolas da sede urbana, como constata o monitoramento de suficiência de vagas.

A escolaridade da população não sofreu alteração estatisticamente significativa para qualquer nível, desde 2013. Os alunos de creche caíram de 1,5% em 2013 para 0,7% em 2015, mas tinham aumentado para 2,1% em 2014. São cifras muito pequenas para analisar qualquer variação. O mesmo ocorre com a Educação Infantil, obrigatória desde 2013, com variação entre 3,0% em 2015 para 3,7% em 2013 e 3,3% em 2014. No caso da população com os anos iniciais do Ensino Fundamental a variação foi de 20,7% em 2015 ante 22,2% em 2014 e 23,1% em 2013, ao passo que as últimas séries variaram entre 23,8% em 2015, 21,9% em 2013 e 23,6% em 2014, ou seja, são percentuais absolutamente similares. No Ensino Médio, a variação foi de 24,9% em 2015, 28,8% em 2013 e 27,0% em 2014. O percentual de nível superior incompleto foi de 2,8% em 2015, 3,5% em 2013 e 2,4% em 2014. No caso do superior completo, os percentuais são muito próximos, mas com leve tendência de alta, de 3,9% em 2013, para 4,6% em 2014 e 5,2% em 2015. Como já destacado, trata-se de uma diferença muito pequena e estatisticamente não significativa. Mas, como se espera que, com o passar do tempo, e com o estímulo da implantação do empreendimento, a população procure melhorar a escolaridade com cursos superiores, seria importante verificar se o incremento no nível superior se manterá de forma consistente ao longo dos próximos anos. Os demais níveis de escolaridade são percentualmente muito baixos para dar algum destaque digno de nota.

Em relação ao trabalho, renda e benefícios recebidos, o percentual de famílias que recebem algum tipo de benefício social permanece estável, com 22,9% em 2015 ante 29,6% em 2014 e 23,4% em 2013. Dentre os principais benefícios, como era de se esperar, surge o Programa Bolsa Família, com 17,9% em 2015, 23,6% em 2014 e 20,2% em 2013, seguido pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC Deficiente), mas em proporção muito inferior, com 4,3% em 2015, 5,1% em 2014 e 3,0% em 2013. Os demais benefícios são em percentual irrisório.

A renda da população também não sofreu alteração estatisticamente significativa desde o início a Pesquisa. Saliente-se, no entanto, que em 2013, quando a PCV foi iniciada, o empreendimento já se encontrava plenamente estabelecido em Altamira. Assim, com a dinamização da economia, o percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza no município que, segundo o Censo do IBGE de 2010 era por volta de 25%, na PCV, ao se levar em conta apenas a população urbana, era de menos de 5%, com já apresentado em relatórios anteriores. Evidentemente não se pode comparar *ipsis litteris* com os dados do Censo para o município em geral, mas os dados da PCV apontam para a melhoria significativa de renda a partir de 2013.

Dessa forma, o maior percentual é de renda familiar per capita acima de R\$ 140,0017 (faixa considerada abaixo da linha de pobreza até 2014) e um salário mínimo, com mais da metade da população em 2015 (53,2%), sendo 50,3% em 2014 e 48,3% em 2013. Um ponto a chamar a atenção é que, apesar de não haver diferença estatisticamente significativa nesses percentuais, esse ligeiro aumento de população nessa faixa se dá concomitantemente à tendência de queda entre a população abaixo da extrema pobreza (renda per capita menor que R\$ 70,00) que caiu para 2,0% em 2015, e que tinha sido de 8,4% em 2014 e 5,7% em 2013. Porém, pelo pequeno número, não há como se afirmar que houve queda efetiva, o que só poderá ser avaliado ao longo dos próximos anos. A faixa de renda per capita entre um e dois salários mínimos também se manteve estável, mesmo que se note uma ligeira queda em 2015 (20,6%) ante 24,2% em 2014 e 24,9% em 2013. As demais faixas de renda per capita, igualmente se mantem relativamente estáveis, sendo que a frequência é pequena. Entre dois e três salários mínimos variou entre 7,1% em 2015, 8,6% em 2014 e 9,3% em 2013. Entre três e cinco salários mínimos variou entre 5,1% em 2015, 4,1% em 2014 e 6,4% em 2013. As faixas um pouco mais elevadas, entre cinco e dez salários mínimos, são muito pequenas, por volta de 2,0%, e acima de dez salários mínimos, sequer chegam a 1%.

Em relação à ocupação da população acima de 15 anos de idade, os trabalhadores por conta própria estão praticamente estáveis, por volta de 18%, assim como aqueles trabalhadores formais, em torno de 23%. Houve uma pequena queda nos trabalhadores informais, de 10,5% em 2013 para 8,2% em 2014 e para 4,0% em 2015. Mas trata-se de diferença estatisticamente não significativa. Os militares ou servidores públicos variaram entre 5,3% em 2013, para 6,5% em 2014 e 8,3% em 2015. Também a diferença é pequena para haver qualquer conclusão. As demais ocupações são irrisórias em termos percentuais, visto que variam muito e não há uma que se destaque em particular, e a quase totalidade sequer chega a 2%. Os profissionais autônomos que eram 2,9% em 2013, decaiu para 0,6% em 2014 e agora são 9,2%. Pelos pequenos números não há como se tirar uma conclusão, mas o aumento em 2015 pode ser indício de algo relacionado com o momento por que passa o município, com o aumento de pessoas que procuram algum trabalho por conta própria para sobreviver. Porém, somente a evolução dos próximos anos é que poderia permitir alguma conclusão.

¹⁷ Para a PCV o valor de R\$ 140,00 teve de ser mantida para proporcionar a comparabilidade com as pesquisas anteriores. Atualmente, a faixa de pobreza é renda per capita abaixo de R\$ 154,00, e de extrema pobreza, abaixo de R\$ 77,00.